



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 121ª SESSÃO À 124ª SESSÃO DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 31 Nº 40
8 DE AGO. A 13 DE AGO.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS.
BRASÍLIA – BRASIL
2007

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2007-2008)

PRESIDENTE	Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ÁLVARO DIAS (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador GERSON CAMATA (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO	Senador CÉSAR BORGES (PFL-BA)
4º SECRETÁRIO	Senador MAGNO MALTA (PR-ES)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
2º Senador	ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)
3º Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)
4º Senador	FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia
DEM – (vago)¹ *
DEM – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro
BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Paulo Duque*^(S)
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **

Maranhão
DEM – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
BLOCO-PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará
PSOL – José Nery*^(S)
PSDB – Flexa Ribeiro*^(S)
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco
DEM – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
DEM – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^(S)
DEM – Eliseu Resende**

Goiás
DEM – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso
DEM – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*

DEM – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul
BLOCO-PT – Paulo Paim*
BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya*
PSDB – Tasso Jereissati*
BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba
DEM – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo
PMDB – Gerson Camata*
BLOCO-PR – Magno Malta*
BLOCO-PSB – Renato Casagrande**

Piauí
DEM – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
PMDB – Garibaldi Alves Filho *
DEM – José Agripino*
DEM – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto De Conto *^(S)

DEM – Raimundo Colombo **

Alagoas
PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^(S)
BLOCO-PTB – Fernando Collor**

Sergipe
PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
DEM – Maria do Carmo Alves **

Amazonas
PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
BLOCO-PT – João Pedro**^(S)

Paraná
BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^(S)
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
BLOCO-PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^(S)
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal
PDT – Cristovam Buarque *
DEM – Adelmir Santana *^(S)
PTB – Gim Argello**^(S)

Tocantins
BLOCO-PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
DEM – Kátia Abreu**

Amapá
PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*

PMDB – José Sarney **

Rondônia
BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
BLOCO-PR – Expedito Júnior**

Roraima
BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*

BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO FEDERAL		CPMF	
Elogios ao trabalho realizado pela Defensoria Pública da União e apelo no sentido de que a mesma tenha garantida sua autonomia orçamentária e financeira. Senador Romero Jucá.	402	Críticas á CPMF, que cobra mais dos pobres do que dos ricos, pois tem uma característica regressiva. Senador Mão Santa.	363
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		DESENVOLVIMENTO	
Defesa acerca da autonomia e independência das agências reguladoras brasileiras e propostas para melhoria de seu funcionamento. Senador Delcídio Amaral.	227	Considerações acerca da evolução da economia e da política internacional brasileira. Senador Sibá Machado.	352
Considerações acerca do poder de legislação competente as agências reguladoras. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Adelmir Santana. ..	228	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Considerações acerca das agências reguladoras e sua influência no desenvolvimento econômico brasileiro. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Marcelo Crivella.	230	Apresentação de reivindicações do Estado do Paraná e de investimentos necessários para o desenvolvimento do País. Senador Alvaro Dias. ..	99
Considerações acerca das agências reguladoras e a indicação de cargos. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Mão Santa.	231	Registro da realização da primeira Conferência dos Movimentos Sociais de Itacoatiara e Região. Senador Arthur Virgílio.	238
Considerações acerca das agências reguladoras e a indicação de cargos. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Garibaldi Alves Filho. ..	231	Registro de campanha unificada pela melhoria das condições de trabalho e por melhoria salarial, que reuniu todos os sindicatos da categoria nos diversos municípios e regiões do Estado do Pará. Senador José Nery.....	337
Dificuldades burocráticas que complicam a evolução de obras governamentais, em especial de duas usinas extraordinárias no rio Tocantins. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senador Edison Lobão.	401	Importância da criação das Zonas de Processamento de Exportação para o desenvolvimento regional e expectativas para edição de uma medida provisória que regulamente a lei que autoriza o funcionamento de 17 ZPEs. Senador Papaléo Paes.	392
ATUAÇÃO PARLAMENTAR		DIREITOS HUMANOS	
Registro de Missão Oficial no 21º Jamboree Mundial, realizado em Chelmsford, Inglaterra. Senador Flávio Arns.	103	Considerações acerca do direito à liberdade proferido na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Senador Mão Santa.	95
Comentário sobre Missão Oficial no 21º Jamboree Mundial, realizado em Chelmsford, Inglaterra, pelo Senador Flávio Arns. Aparte ao Senador Flávio Arns. Senador Heráclito fortes.	103	Considerações acerca do direito à liberdade proferido na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Mão Santa.	129

	Pág.		Pág.
Relato de audiência pública realizada no dia 09 de agosto, no âmbito da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, da Comissão de Direitos Humanos do Senado. Senador José Nery.	333	infantil, fundamental e médio, enquanto o ensino superior seria responsabilidade de outro ministério. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Sibá Machado.	342
DROGAS		(EMBRAPA)	
Comentários sobre a Operação Farrapos, realizada pela Polícia Federal brasileira em combate ao tráfico de drogas. Senador Romeu Tuma.	98	Síntese do trabalho desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), no desenvolvimento da segurança alimentar, apontado no relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, FAO. Senadora Lúcia Vânia.	242
ECONOMIA		ÉTICA	
Oposição aos elevados lucros obtidos pelos bancos privados que operam no Brasil, lucros esses, que estão ligados a desigualdade social. Senador Marcelo Crivella.	96	Referências ao artigo publicado no <i>Jornal do Brasil</i> , do jornalista Mauro Santayana que chama atenção para a crise de valores do mundo contemporâneo. Senador João Durval.	346
Alerta a respeito da economia internacional. Para que o Brasil aproveite a volatilidade das bolsas européias e invista em reformas estruturais. Senador Arthur Virgílio.	119	Considerações sobre o julgamento de ética, que não pode ser feito de maneira política. Aparte ao Senador João Durval. Senador Cristovam Buarque.	347
Abordagem sobre a situação da economia nacional, para alertar o Governo brasileiro das dificuldades que advirão da turbulência internacional. Senador Alvaro Dias.	393	GOVERNO	
Considerações sobre os investimentos das usinas hidrelétricas do rio Madeira, no Estado de Rondônia e comemoração pelo anúncio do leilão de compra de energia elétrica da futura Usina Hidrelétrica de Santo Antônio. Senador Valdir Raupp. ..	400	Comentário acerca da atuação governamental, dos deveres de um líder, que deve ser justo e corajoso. Aparte ao Senador Wellington Salgado de Oliveira. Senador Mão Santa.	359
Importância do fundo de pensão para o desenvolvimento da economia, onde destaca o papel da Caixa Econômica e da Funcef. Senador Romero Jucá.	417	Crítica ao desempenho governamental, levantado pontos como transporte escolar, situação das prefeituras e condições das estradas. Senador Mário Couto.	395
EDUCAÇÃO		HOMENAGEM	
Comentários acerca da chegada do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) ao Amapá. Senador Gilvam Borges.	327	Homenagem à Anita Garibaldi e sua contribuição para a história do Brasil e da mulher. Aparte ao Senador Neuto de Conto. Senador Mão Santa.	88
Crítica à educação pública brasileira, que deveria ser padronizada e para isso seria necessária a federalização. Aparte ao Senador Gilvam Borges. Senador Cristovam Buarque.	329	Homenagem ao Dia do Advogado, aos 180 anos dos primeiros cursos jurídicos brasileiros e a todos os advogados do Brasil. Senador Valter Pereira.	92
Comentários acerca da qualidade do ensino prestado pelas escolas Sesc e que é padronizada nacionalmente. Aparte ao Senador Gilvam Borges. Senador Adelmir Santana.	330	Homenagem ao Dia do Advogado e aos 180 anos dos primeiros cursos jurídicos brasileiros. Aparte ao Senador Valter Pereira. Senador Romeu Tuma.	93
Considerações acerca do investimento monetário na educação. Aparte ao Senador Gilvam Borges. Senador Wellington Salgado de Oliveira.	331	Homenagem aos grandes advogados piauienses que contribuíram com a liberdade e o progresso da Justiça brasileira. Aparte ao Senador Valter Pereira. Senador Mão Santa.	93

	Pág.		Pág.
Lembrança ao aniversário de 62 anos do lançamento das bombas atômicas durante a Segunda Guerra Mundial. Senador Cristovam Buarque.	127	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Eduardo Azeredo.	21
Encaminhamento à votação do Requerimento nº 885, de 2007 que solicita a realização, no próximo dia 8 de outubro, de sessão especial destinada a homenagear a memória de Ernesto Che Guevara. Senador Heráclito Fortes.	238	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Pedro Simon.	22
Encaminhamento à votação do Requerimento nº 885, de 2007 que solicita a realização, no próximo dia 8 de outubro, de sessão especial destinada a homenagear a memória de Ernesto Che Guevara. Senador Mão Santa.	238	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Arthur Virgílio.	24
Registro da posse do novo presidente da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, Heron de Oliveira. Senador Paulo Paim.	242	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Valdir Raupp.	28
Homenagem aos 30 anos de criação da Sociedade Paranaense de Defesa dos Direitos Humanos e todos seus funcionários, em especial à professora Iza Cunha. Senador José Nery.	333	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Eduardo Suplicy.	29
Homenagem à Senadora Heloísa Helena. Aparte ao Senador José Nery. Senador Cristovam Buarque.	338	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador José Agripino.	30
Justificação pela apresentação de requerimento de voto de aplauso ao empresário Assis Gurgacz, pela passagem do oitavo ano de fundação da Faculdade Assis Gurgacz. Senador Alvaro Dias.	393	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Cristovam Buarque. .	32
HOMENAGEM PÓSTUMA		Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Romero Jucá.	34
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador César Borges.	3	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Garibaldi Alves Filho. ..	35
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Papaléo Paes.	6	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Jarbas Vasconcelos.	36
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Tasso Jereissati.	7	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Heráclito Fortes.	37
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Aloizio Mercadante. .	9	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Francisco Dornelles.	39
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Tião Viana.	11	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Sérgio Guerra.	40
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Marco Maciel.	13	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Mão Santa.	41
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador José Sarney.	14	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Renato Casagrande.	43
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Jayme Campos.	18	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Antonio Carlos Valadares.	43
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Flexa Ribeiro.	19	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Magno Malta.	44
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Romeu Tuma.	20	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Inácio Arruda.	46
		Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Marcelo Crivella.	47
		Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Antonio Carlos Júnior.	48
		Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Paulo Paim.	80
		Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Demóstenes Torres.	80
		Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senadora Lúcia Vânia.	83
		Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Marconi Perillo.	84

IV

	Pág.		Pág.
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. Senadora Roseana Sarney. ...	85	Prates, ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas.	261
Justificativa aos requerimentos de homenagem de pesar. Senador Antonio Carlos Valadares.	89	Mensagem nº 128, de 2007 (nº 574/07, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto, Ministro de primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério da relações exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.	274
Homenagem a Hebert de Souza, o Betinho, pelos dez anos de sua morte. Senador Eduardo Suplicy.	106	Mensagem nº 129, de 2007 (nº 575/07, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor João de Mendonça Lima Neto, Ministro de Segunda Classe da carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Socialista do Vietnã.	311
Homenagem a Hebert de Souza, o Betinho, pelos dez anos de sua morte. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Heráclito Fortes.	106		
Homenagem de pesar pela morte de três oficiais do corpo de bombeiro em acidente de helicóptero. Senador Adelmir Santana.	227		
Homenagem ao Senador Antônio Carlos Magalhães por duas de suas idéias, eficientes e justas, o orçamento impositivo e a criação de um fundo para a erradicação da pobreza. Aparte ao Senador Adelmir Santana. Senador Cristovam Buarque. ...	351		
LEGISLATIVO		MICROEMPRESA	
Apresentação de emenda à Constituição e projeto de lei complementar que tem por objetivo estabelecer a discussão em torno do número de parlamentares. Senador Alvaro Dias.	99	Relato do Projeto de Lei da Câmara nº 115/2006, de iniciativa do Deputado Francisco Rodrigues, que trata da rede de adesão das micro e pequenas empresas para a simplificação do registro dessas empresas. Senador Sibá Machado.	383
LIVRO		ORÇAMENTO	
Recomendação da leitura do livro <i>Garibaldi e Anita – Os Amantes da Liberdade em Dois Mundos de Guerras</i> , do Jornalista Paulo Ramos Derengoski. Senador Neuto de Conto.	87	Apelo para que cada estado destine orçamento para criação de grupos escoteiros, a favor da criança e da juventude. Senador Flávio Arns. .	103
MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA		PARECER	
Mensagem nº 126, de 2007 (nº 551/2007, na origem), de 30 julho de 2007, solicita que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América, destinada ao financiamento do “Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Segunda Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP)”, inserido na linha de Crédito Condicional concedida pelo BID ao BNDES, no valor equivalente a até três bilhões de dólares dos Estados Unidos da América.	261	Parecer nº 655, de 2007 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Aviso nº 157, de 2000, do Tribunal de Contas da União, que encaminha Relatório das Atividades do tribunal relativas ao segundo trimestre de 2000.	146
Mensagem nº 127, de 2007 (nº 573/07, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Alcides Gastão Rostand		Parecer nº 656, de 2007 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre a Mensagem (SF) nº 119, de 2007 (nº 515/2007, na origem), de indicação do Doutor Pedro Paulo Teixeira Manus, para compor o Tribunal Superior do Trabalho na vaga reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista.	149
		Parecer nº 657, de 2007 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre a Mensagem (SF) nº 120, de 2007 (nº 516/2007, na origem), de indicação do Doutor Fernando Eizo Ono, para compor o Tribunal Superior do Trabalho na vaga reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista.	150

	Pág.	V Pág.
Parecer nº 658, de 2007 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre a Mensagem (SF) nº 121, de 2007 (nº 517/2007, na origem), de indicação do Doutor Guilherme Augusto Caputo Bastos, para compor o Tribunal Superior do Trabalho na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.	152	122
Parecer nº 659, de 2007 (da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura), sobre a Mensagem nº 74, de 2007 (nº 263/2007, na origem), que “Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Luiz Antônio Pagot para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT”.	155	238
POLÍCIA		
Comentários sobre a eficácia da Polícia Federal ao prender o traficante colombiano Juan Abadia. Senador Magno Malta.	118	
POLÍTICA		
Crítica ao rumo que a política brasileira está tomando, crítica à CPMF, à corrupção e principalmente ao veto para o aumento dos salários dos aposentados. Senador Mão Santa.	373	
POLÍTICA CORPORATIVA		
Informação do recebimento por S. Exa., e envio ao Conselho de Ética, de documento da empresa Schincariol, desmentindo interferência de S. Exa. na transação de compra de uma unidade de empresa no Nordeste. Senador Renan Calheiros.	124	
POLÍTICA DE INFRA-ESTRUTURA		
Considerações acerca da falta de infraestrutura do País, principalmente do Pará. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Mário Couto.	102	
Comentários acerca da infraestrutura brasileira, que precisa de programas com continuidade, como o PAC, Programa de Aceleração do Crescimento. Aparte ao Senador Mário Couto. Senador Valdir Raupp.	398	
Apelo ao presidente para que termine as obras inacabadas no Piauí. Senador Mão Santa.	413	
POLÍTICA DE TRANSPORTES		
Registro da Indicação 863, de 2007, dos Deputados Gustavo Fruet e Vanderlei Macris, que sugerem ao Ministério da Defesa instauração de		
processo administrativo e disciplinar para apurar a conduta do Diretor-Presidente e demais diretores da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC. Senador Arthur Virgílio.		122
Comentário sobre pouso forçado de avião, contendo 15 Deputados, em Guarulhos. Senador Heráclito Fortes.		238
POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE		
Registro do artigo intitulado “Ideologia, também quero uma”, de autoria da atriz Cristiane Torloni, publicado no jornal O Globo, edição de 7 de agosto de 2007, sobre a destruição da Floresta amazônica. Senador Arthur Virgílio.....		238
Êxito da política de controle sobre o desmatamento e da redução do desmatamento na Amazônia. Senador Tião Viana.		371
Anúncio, feito na reunião de Governo, da redução do desmatamento no bioma amazônico. Senador Sibá Machado.		383
Críticas à doação de 200 mil hectares de terras piauienses à JB Carbon S.A.. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Mão Santa.		386
POLÍTICA ENERGÉTICA		
Correção a uma afirmação no discurso do Senador Cristovam Buarque, onde esclarece que os gasodutos de longa distância são bastante recentes, datando da segunda metade da década de 90. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Sibá Machado.		381
POLÍTICA EXTERNA		
Inconformidades a respeito da atitude do Governo repatriar os boxeadores cubanos. Senador Magno Malta.		118
Comentário a respeito dos pugilistas cubanos que foram repatriados. Senador João Pedro.		121
Saudação a delegação de Parlamentares do Irã em visita ao Brasil. Aparte ao Senador João Pedro. Senador Heráclito Fortes.		121
Registro de declaração do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) com esclarecimentos a respeito dos pugilistas cubanos que deixaram o Brasil. Senador Eduardo Suplicy.		126
Comentário acerca do tratamento que o governo brasileiro prestou aos atletas cubanos que foram repatriados. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Heráclito fortes.		129

	Pág.		Pág.
Referência ao desejo de liberdade para que todos os membros das Américas possam escolher onde estudar, viver e trabalhar. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Eduardo Suplicy.	130	Comentário sobre a necessidade de um sistema de saneamento básico à altura da saúde pública. Aparte ao Senador Gilvam Borges.Senador Papaléo Paes.	371
Críticas à repatriação pelo Governo brasileiro de dois boxeadores cubanos que participaram dos Jogos Pan-Americanos. Senador Heráclito Fortes.	234	POLÍTICA SOCIAL	
Informações acerca de reunião com Embaixador Marcelo Pio Corrêa sobre a criação do serviço reservado e comentários a respeito do ocorrido com os pugilistas cubanos. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Eduardo Suplicy.	234	Considerações acerca das regras para adoção no Brasil. Senador Magno Malta.	118
Comentário a respeito dos pugilistas cubanos que foram repatriados. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.Senador Marcelo Crivella.	235	Comentários acerca da responsabilidade social de todos os brasileiros, sobre a realidade do Brasil. Senador Cristovam Buarque.	127
Ponderações a respeito das afirmações feitas pelo senador Heráclito Fortes sobre o caso dos pugilistas cubanos. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador José Sarney.	237	Considerações acerca da banalização da violência, principalmente no Rio de Janeiro. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Marcelo Crivella.	128
POLÍTICA FUNDIÁRIA		Repúdio ao veto do Governador da Bahia ao projeto que concede amparo aos autistas. Senador Arthur Virgílio.	238
Transferência de titularidade de terras pertencentes à União para o Estado do Amapá, para obtenção de linhas de crédito, financiamento e instalações de unidades governamentais. Senador Gilvam Borges.	369	A existência dos dois Brasis: “O Brasil cansado e um Brasil acomodado”. Congratulações àqueles que irão às ruas fazer um minuto de silêncio em protesto contra a corrupção. Senador Cristovam Buarque.	338
POLÍTICA INDIGENISTA		Demonstração de apoio ao discurso do Senador Cristovam Buarque, sobre “O Brasil cansado e o Brasil acomodado”. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Adelmir Santana.	344
Considerações sobre políticas que conduzam a utilização das riquezas disponíveis em terras indígenas. Senador Augusto Botelho.	91	POLÍTICA SÓCIO ECONÔMICA	
POLÍTICA NACIONAL		Relato de conferência sobre o tema “O Microcrédito e a Renda Básica de Cidadania como instrumento para erradicar a pobreza absoluta e promover o empreendedorismo e o desenvolvimento”. Senador Eduardo Suplicy.	106
Afirmção de que o Brasil precisa de “um susto” para que a classe dirigente passe a tratar com seriedade os problemas que afligem a nação. Senador Cristovam Buarque.	377	Registro de pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre políticas públicas do Brasil, México e Chile, com avaliação do programa Bolsa Família. Senador João Pedro.	121
Comentário acerca do descuido governamental na infra-estrutura brasileira. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Mário Couto.	383	Considerações acerca da utilização dos recursos federais. Aparte ao Senador Gilvam Borges. Senador José Nery.	331
POLÍTICA SANITÁRIA		POLÍTICA TRIBUTÁRIA	
Agradecimentos ao Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, pela cooperação da Caesb na reestruturação da Companhia de Águas e Esgotos do Amapá - CAESA. Senador Gilvam Borges.	369	Esclarecimentos acerca da aprovação do Projeto de Lei nº 43, que faz algumas alterações na lei geral da Micro e Pequena Empresa, a Lei nº 123. Senador Adelmir Santana.	348
		Comentários acerca da importância da aprovação do Supersimples, para resolver os problemas	

Pág.	Pág.		
como a reforma tributária e a guerra fiscal e diminuir a busca por renda transferida. Aparte ao Senador Adelmir Santana. Senador Sibá Machado.	349	benefícios do regime geral de previdência social. Senador Alvaro Dias.	160
Observação acerca da relação entre eficiência e justiça no uso do dinheiro público para que a política se justifique e traga efeito. Aparte ao Senador Adelmir Santana. Senador Cristovam Buarque. ...	351	Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2007, que dispõe sobre auxílio financeiro da União aos Institutos Históricos e Geográficos. Senador Pedro Simon.	162
PRESIDENTE		Projeto de Lei do Senado nº 449, de 2007, que altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir a participação dos pais em reuniões escolares como condição adicional para o benefício do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação – “Bolsa Escola”. Senador Cristovam Buarque.	163
Comentário acerca do desempenho do Presidente Lula. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Cristovam Buarque.	355	Projeto de Lei do Senado nº 450, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal Cora Coralina no Município de Goiás – GO, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás. Senador Marconi Perillo.	165
PREVIDÊNCIA SOCIAL		Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Anápolis, no estado de Goiás. Senador Marconi Perillo.	166
Discurso em favor da aprovação do Projeto de lei nº 1.154/95, que admite a aposentadoria por idade ou invalidez ao trabalhador rural que preste serviço a mais de um empregador e não tenha carteira de trabalho e previdência. Senador Edison Lobão.	411	Projeto de Lei do Senado nº 452, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Formosa, no Estado de Goiás. Senador Marconi Perillo.	167
Comentários acerca da falta de assistência aos trabalhadores do campo, principalmente aos mais idosos que não têm direito a aposentadoria. Senador Mão Santa.	412	Projeto de Lei do Senado nº 453, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Itumbiara, no Estado de Goiás. Senador Marconi Perillo.	168
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL		Projeto de Lei do Senado nº 454, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Luziânia, no Estado de Goiás. Senador Marconi Perillo.	169
Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 25, de 2007, sobre a Mensagem nº 104, de 2007 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 200.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	244	Projeto de Lei do Senado nº 455, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Iporá, no Estado de Goiás. Senador Marconi Perillo.	170
PROJETO DE LEI DO SENADO		Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Uruaçu, no Estado do Goiás. Senador Marconi Perillo.	171
Projeto de Lei do Senado nº 446, de 2007, que altera o art. 77 da Lei de Registros Públicos, a fim de possibilitar o registro do óbito no lugar em que residia o falecido, além do lugar do falecimento. Senador Alvaro Dias.	158	Projeto de Lei do Senado nº 457, de 2007, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas. Senador Arthur Virgílio.	172
Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2007, que acrescenta o inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos recebidos por maiores de 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não recebam rendimentos de aposentadoria, reforma ou pensão superiores ao limite máximo estabelecido para os		Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2007, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Tabatinga, Estado do Amazonas. Senador Arthur Virgílio.	176
		Projeto de Lei do Senado nº 459, de 2007, que autoriza a criação do Centro Federal de edu-	

	Pág.		Pág.
cação tecnológica do Distrito Federal – CEFET/DF. Senador Gim Argello.	180	Senado Federal para prever as informações a serem colhidas pelas comissões, sobre os indicados para exercer os cargos de que trata o art. 52, III e IV, da Constituição. Senador Delcídio Amaral.	197
Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2007, que altera o art. 114 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a configuração interna das aeronaves utilizadas nos serviços de transporte aéreo público de passageiros. Senador Tião Viana.	187	Projeto de Resolução nº 40, de 2007, que altera a Resolução nº 20, de 17 de março de 1993 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), dispondo sobre hipóteses de impedimento e afastamento de Senador. Senador João Durval.	414
Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2007, que altera a Lei de Execução Penal para dispor sobre a assistência educacional devida aos presos. Senador Demóstenes Torres.	188	PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	
Projeto de Lei do Senado nº 462, de 2007, que altera o art. 126 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir os veículos sinistrados, com laudo de perda total e integralmente indenizados por companhia seguradora, entre aqueles sujeitos a baixa obrigatória de registro. Senador Demóstenes Torres.	189	Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2007, que altera o art. 14 da Constituição Federal para impor a necessidade de licença ao Chefe de Poder Executivo que pretenda a reeleição. Senador Jarbas Vasconcelos.	199
Projeto de Lei do Senado nº 463, de 2007, que extingue a obrigatoriedade do registro das admissões e dispensas de empregados regidos pela legislação celetista e determina a disponibilização ao público de todas as informações contidas na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP. Senador Garibaldi Alves Filho.	190	Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2007, que dá nova redação ao § 3º do art. 17 da Constituição Federal, de modo a disciplinar o acesso aos recursos do fundo partidário. Senador João Durval.	202
Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2007, que altera a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, para definir critérios objetivos à indicação de diretores de agências reguladoras, bem como disciplinar o período de vacância que anteceder à nomeação de novo Conselho ou Diretor. Senador Delcídio Amaral.	192	Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2007, que modifica os § 1º e 2º do art. 46 da Constituição Federal para reduzir o número de Senadores de três para dois, por Estado e pelo Distrito Federal. Senador Alvaro Dias.	204
Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2007 (Complementar), que altera a Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993, para determinar novo número máximo de Deputados Federais. Senador Alvaro Dias.	193	Proposta de Emenda à Constituição nº 68, de 2007, que modifica o <i>caput</i> do art. 27 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação nas Assem idéias Legislativas, e dá outras providências. Senador Alvaro Dias.	206
Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1.698, do Código Civil. Senador Romero Jucá.	416	Proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 2007, que modifica o inciso 1º do art. 45 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação na Câmara dos Deputados. Senador Alvaro Dias.	211
PROJETO DE RESOLUÇÃO		Proposta de Emenda à Constituição nº 70, de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 29 da Constituição Federal, atribuindo competência ao Tribunal Superior Eleitoral para fixar o número de vereadores dos municípios. Senador Alvaro Dias.	214
Projeto de Resolução nº 43, de 2007, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre o processo de apresentação, de tramitação e de aprovação dos projetos de lei de consolidação. Senador Tião Viana.	196	Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 2007, que atribui à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal competência para convocar diretores de agências reguladoras para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, atribui ao Senado Federal competência para avaliar o desempenho das agências reguladoras e de seus dirigentes e impede o contingenciamento de repasse de recursos orçamentários às agências reguladoras. Senador Delcídio Amaral.	218

Pág.	Pág.
REQUERIMENTO	
Requerimento nº 880, de 2007, que requer homenagem de pesar ao falecimento do pintor e artista plástico José Inácio. Senador Antonio Carlos Valadares.	135
Requerimento nº 881, de 2007, que requer homenagem de pesar ao falecimento da professora e escritora Ofenísia Soares Freire. Senador Antônio Carlos Valadares.	136
Requerimento nº 882, de 2007, que requer a inserção em ata do voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, Líder de cartel colombiano. Requer, ainda, que o voto de aplauso seja encaminhado ao órgão competente. Senador Magno Malta.	131
Requerimento nº 883, de 2007, que requer a autorização para que seja autorizada, no dia 11 de outubro de 2007, Sessão Especial em homenagem ao Dia da Criança, que acontece em 12 do mesmo mês, com o objetivo de se discutir e encontrar meios para inclusão social das crianças do nosso País. Senador Cristovam Buarque.	131
Requerimento nº 884, de 2007, que solicita informações ao sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre empréstimo contraído pela cooperativa Nova Amafutas junto ao Banco da Amazônia. Senador Arthur Virgílio.	132
Requerimento nº 885, de 2007, que requer que o Senado realize sessão especial em Homenagem à memória de Ernesto Che Guevara, quando se completarão 40 anos de sua morte. Senador José Nery.	132
Requerimento nº 886, de 2007, que requer que o Senado encaminhe votos de louvor à Sociedade Paranaense de Defesa dos Direitos Humanos, pelo transcurso de seu 30º aniversário, em 8 de agosto de 2007. Senador José Nery.	133
Requerimento nº 887, de 2007, que requer ao Ministro de Estado das Comunicações, a remessa do inteiro teor dos votos dos membros do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações na decisão que concedeu anuência prévia à operação de reestruturação societária e transferência de controle e de outorgas de empresas do grupo Abril e da empresa de Telecomunicações de São Paulo S.A. – TELESP/Telefônica (Processo nº 53500.031770/2006). Senador Renan Calheiros.	134
Requerimento nº 888, de 2007, que requer a inserção em ata de Oto de aplauso ao empresário Assis Gurgacz, pela passagem, hoje, do oitavo aniversário de fundação da Faculdade Assis Gurgacz, instituição de ensino superior com sede na Avenida das Torres, nº 500, no Município de Cascavel, Estado do Paraná, pelo trabalho realizado em prol da educação naquele Estado. Senador Alvaro Dias. .	135
Requerimento nº 889, de 2007, que requer que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da Sessão Ordinária do dia 11 de setembro de 2007 seja dedicado à memória das vítimas de atentados terroristas ao redor do mundo. Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.	136
Requerimento nº 890, de 2007, que requer tramitação conjunta do PLC nº 44/2007 com o PLS nº 473/2003. Senador Osmar Dias.	136
Requerimento nº 891, de 2007, que requer que seja tornado sem efeito o requerimento nº 565/2007, anteriormente apresentado à Mesa Diretora desta Casa, cujo teor solicita a realização de Sessão Especial, em 24 de agosto de 2007, com objetivo de homenagear a memória do ex-Presidente da república, sr. Getúlio Vargas, pelo transcurso do 53º aniversário de seu falecimento. Requer, outrossim, que seja destinada parte da Sessão Deliberativa do dia 29 de agosto de 2007 – Hora do Expediente – para realização da referida homenagem. Senador Sergio Zambiasi.	137
Requerimento nº 892, de 2007, que requer a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Oficial Bombeiro do Distrito Federal Major Luiz Henrique Andrade Barbosa ocorrido em trágico acidente de helicóptero no dia 9 de agosto de 2007, em Ceilândia. Requer, também, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da família do Major Luiz Henrique Andrade Barbosa. Senador Adelmir Santana.	137
Requerimento nº 893, de 2007, que requer a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Oficial Bombeiro do Distrito Federal Capitão José Frederico Assunção Magalhães ocorrido em trágico acidente de helicóptero no dia 9 de agosto de 2007, em Ceilândia. Requer, também, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da família do Capitão José Frederico Assunção Magalhães. Senador Adelmir Santana.	137
Requerimento nº 894, de 2007, que requer que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso para o Senhor Rodrigo Alves Gonçalves. Requer, ainda que voto de aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado. Senador Magno Malta.	137
Requerimento nº 895, de 2007, que requer a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Oficial Bombeiro do Distrito Federal Sargento Lélio Antônio da Rocha ocorrido em trágico acidente de helicóptero no dia 9 de agosto de 2007, em Ceilândia. Requer, também, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da família do Sargento Lélio Antônio da Rocha. Senador Adelmir Santana.	138

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 896, de 2007, que requer que seja consignado, nos anais do Senado, voto de pesar para o ex-Prefeito de Ecoporanga, Senhor Chico Coletor. Requer, ainda, que o voto de pesar seja encaminhado à família do falecido. Senador Magno Malta.	138	internet, e o art. 14 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para estabelecer que a autoridade policial deverá, no momento da comunicação do crime, acessar o sítio indicado e imprimir o material ofensivo, lavrando o respectivo termo, em que certificará a consumação do delito”, seja ouvida a comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática por estar no âmbito da sua competência. Senador Wellington Salgado.	143
Requerimento nº 897, de 2007, que requer que sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Trabalho, informações sobre aquisições de terra e de empreendimentos agrícolas e agroindustriais vinculados à produção de etanol e de biodiesel por capital estrangeiro nos últimos cinco anos. Senador Cristovam Buarque.	138	SAÚDE	
Requerimento nº 898, de 2007, que requer que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Justiça, informações sobre aquisições de terra e de empreendimentos agrícolas e agroindustriais vinculados à produção de etanol e de biodiesel por capital estrangeiro nos últimos cinco anos. Senador Cristovam Buarque.	139	Lançamento, no dia 13 de agosto de 2007, pelo Partido dos Trabalhadores, da campanha nacional pela aprovação da Lei Complementar à Emenda 29, o denominado “PAC da Saúde”. Senador Tião Viana. .	371
Requerimento nº 899, de 2007, que requer que sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, informações sobre aquisições de terra e de empreendimentos agrícolas e agroindustriais vinculados à produção de etanol e de biodiesel por capital estrangeiro nos últimos cinco anos. Senador Cristovam Buarque.	141	SENADO FEDERAL	
Requerimento nº 900, de 2007, que requer que sejam solicitadas ao Ministro de Estado de Estado do Desenvolvimento Agrário, informações sobre aquisições de terra e de empreendimentos agrícolas e agroindustriais vinculados à produção de etanol e de biodiesel por capital estrangeiro nos últimos cinco anos. Senador Cristovam Buarque.	142	Anúncio de apresentação de requerimento solicitando audiência pública com representantes da Editora Abril, da empresa espanhola Telefônica e da Anatel para esclarecerem denúncias de irregularidades feitas pelo Presidente do Senado, Renan Calheiros, relativas ao processo de transferência societária da TVA à Telefônica. Senador Wellington Salgado de Oliveira.	357
Requerimento nº 901, de 2007, que requer que a homenagem ao Dia do Comerciante, inicialmente marcada para o dia 23 próximo, seja transferida para a Hora do Expediente da Sessão do dia 30 de agosto. Senador Adelmir Santana.	143	Esclarecimentos acerca do funcionamento da concessão. Senador Wellington Salgado de Oliveira.	357
Requerimento nº 902, de 2007, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2007 que, “Modifica a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a adesão de escolas de nível médio, pessoas jurídicas prestadoras de serviços de corretagem de seguros e representação comercial ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. Senador Gilvam Borges. .	143	Questiona o discurso proferido pelo Senador Renan Calheiros no dia nove de agosto de 2007. Aparte ao Senador Wellington Salgado de Oliveira. Senador Cristovam Buarque.	361
Requerimento nº 903, de 2007, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 398, de 2007 que, “Altera o art. 141 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o aumento de pena no caso de crime contra a honra praticado pela		Comentários acerca dos discursos proferidos pelos senadores Cristovam Buarque e Sibá Machado. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Mão Santa.	382
		TELECOMUNICAÇÕES	
		Denúncia de tentativa de fraude à lei brasileira na transferência societária da TVA. Senador Renan Calheiros.	124
		Afirmação de que apresentará a Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia um requerimento convocando membros da Anatel, da empresa espanhola Telefônica e representantes da Abril em vista de denúncia feita pelo Senador Renan Calheiros. Senador Wellington Salgado de Oliveira.	126
		TURISMO	
		Investimentos em turismo feitos pelo estado do Acre. Senador Sibá Machado.	352

Ata da 121ª Sessão Especial, em 8 de agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros e Demóstenes Torres

ÀS 15 HORAS E 37 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO ESPECIAL - REVERÊNCIA À MEMÓRIA DO SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Período : 8/8/2007 07:33:41 até 8/8/2007 22:11:11

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X		Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	RR	ROMERO JUÇÁ	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		DEM	SP	ROMEU TUMA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X		PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X		Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
DEM	BA	CÉSAR BORGES	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X		PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
DEM	MA	EDISON LOBÃO	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X						
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X						
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X						
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X						
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X						
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X						
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X						
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
DEM	SE	MÁRIA DO CARMO ALVES	X						
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA	X						
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						

Compareceram: 74 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a reverenciar a memória do Senador Antonio Carlos Magalhães. (Pausa.)

Tenho a honra de convidar, em primeiro lugar, para compor a mesa, Dona Arlete Magalhães, viúva do Ex^{mo} Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães. (Pausa.)

Convido para compor a mesa o Deputado Osmar Serraglio, representando a Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Convido também para compor a mesa, com muita honra, o Ex^{mo} Sr. Senador Antonio Carlos Júnior. (Pausa.)

Tenho a honra de convidar também, para compor a mesa, a Sr^a Teresa Helena Magalhães, filha do Ex^{mo} Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães. (Pausa.)

Convido, para compor a Mesa, o Ex^{mo} Sr. Ministro Rider Nogueira de Brito, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho. (Pausa.)

Convido, por fim, para compor a Mesa, o Ex^{mo} Sr. Vice-Governador do Distrito Federal, Paulo Octávio, representando, nesta oportunidade, o Governador do Distrito Federal. (Pausa.)

Ex^{ms} Srs. Senadores, Ex^{ms} Sr^{as} Senadoras, Ex^{ms} Representantes do Corpo Diplomático, autoridades presentes e familiares do Senador Antonio Carlos Magalhães, a todos eu gostaria de cumprimentar ao cumprimentar Dona Arlete Magalhães, viúva do Senador.

Poucas atribuições na vida pública doem tão profundamente quanto a de homenagear o amigo ausente. Consumimos boa parte de nossas energias administrando contratemplos, buscando novas soluções, soluções engenhosas para o País, superando obstáculos, assoberbados por compromissos, mas nada, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores convidados, nada mesmo é tão pesado e triste quanto a perda de um amigo, de um honrado homem público, de uma lenda do Parlamento brasileiro.

O Brasil perde uma de suas últimas figuras públicas históricas. A Bahia ainda se ressentirá por muitos e muitos anos da ausência de sua máxima expressão política; o Partido dos Democratas perceberá logo a lacuna que se abre; sua família sentirá a falta do pai dedicado, do irmão solidário, do companheiro inestimável. Eu, de minha parte, Sr^{as} e Srs. Senadores, perco um grande amigo pessoal, um companheiro cada vez mais próximo, pelo qual minha admiração só aumentava.

Sempre tive a humildade de buscar conselhos, orientações e sugestões do Senador Antonio Carlos

Magalhães. Essa relação, os senhores sabem, acabou criando um vínculo estreito e muito pessoal com esse grande homem público.

É desnecessário recapitular e frisar a importância insubstituível de Antonio Carlos Magalhães para as últimas quatro décadas da política brasileira. Seria falar para aqueles que o conhecem tão sobejamente, e certamente minhas palavras, por mais que sejam sinceras, mostrar-se-iam insuficientes diante da intensidade e duração do convívio que tiveram com ele outros valorosos Senadores desta Casa, entre os quais destacaria o Senador José Sarney, o Senador Tasso Jereissati, o Senador Heráclito Fortes, o Senador Demóstenes Torres, o Senador Aloizio Mercadante, o Senador César Borges, o Senador Marco Maciel, seus amigos, seus filhos, sua família.

Nos últimos episódios relevantes da História do Brasil era impossível não haver o nome de Antonio Carlos Magalhães, não termos a colaboração desse ilustre brasileiro, desse destacado político baiano. Foi assim na reabertura política, foi assim na Constituinte, nas Diretas, na reconquista da democracia, no Colégio Eleitoral, onde sua liderança foi decisiva para os novos ares que passamos a respirar. Seu nome marcará a História de maneira única, exclusiva. Seu filho, Antonio Carlos Júnior, netos e herdeiros – tenho certeza – têm o talento genético, os ensinamentos e o discernimento de Antonio Carlos Magalhães e saberão elevar ainda mais o nome desse memorável homem público brasileiro.

Sua determinação, sua altivez, espírito público, garra e, sobretudo, sua sinceridade e lealdade com os amigos marcaram e marcarão para sempre a história do Senado, que pôde ter a honra de tê-lo como Presidente duas vezes.

A boa polêmica, a boa batalha política, a alma guerreira, mas, acima de tudo, a lealdade e a liderança transformaram Antonio Carlos Magalhães no maior ícone político da Bahia. Muito me honra poder ter convivido e aprendido importantes lições com Antonio Carlos Magalhães, como já disse. Não perdemos apenas um grande Senador; não perdemos apenas um grande Governador, um Prefeito, um Deputado; perdemos, Sr^{as} e Srs. Senadores, parte da história política nacional, perdemos uma lenda, perdemos um grande amigo.

Recentemente, falávamos da experiência do Governo Juscelino Kubitschek, de como Antonio Carlos foi amigo do ex-Presidente Juscelino. E dessa conversa nasceu a idéia de um discurso que seria feito pelo Senador Antonio Carlos Magalhães e de um livro que ele editaria para, definitivamente, marcar esse glorioso momento da história do nosso País.

Nos últimos tempos, eu vinha mantendo com o Senador Antonio Carlos Magalhães uma relação muito próxima, e o visitei, algumas vezes com o Senador Sarney, ainda no hospital, onde ele se mostrava ávido, ansioso para regressar ao cenário onde mais se sentia confortável: a arena política, o plenário do Senado Federal, palco para tantos embates e tantas disputas de idéias que ajudaram, ao longo dos anos, o Brasil a avançar e a Bahia a progredir.

Foi Antonio Carlos Magalhães o indutor, o fomentador, o responsável pelo começo da solução de um dos mais angustiantes problemas brasileiros: a segurança pública. Sob a sua batuta, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania removeu o bolor da inércia que encobria o assunto e elaborou dezenas de projetos de lei para coibir a violência no Brasil.

Meu caro Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, meu caro Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, a maior homenagem que poderia ser prestada ao Senador Antonio Carlos seria a urgente aprovação dessas medidas pelas quais ele tanto se empenhou.

Refiro-me a esses fatos recentes para ilustrar a vigilante sensibilidade do Senador Antonio Carlos com os anseios da população. Foi dele também, lá atrás, o embrião do Bolsa-Família, a lúcida e imperativa idéia do orçamento impositivo, as mudanças na edição de medidas provisórias, a política permanente de recuperação e crescimento do salário mínimo e tantas outras que eu gastaria, sem dúvida, horas e horas só para enumerá-las.

Antonio Carlos sabia captar as demandas da sociedade. Suas antenas estavam sempre atentas para as ruas, e, em todos os momentos de sua vida, em todos eles, o Senador Antonio Carlos foi portador desses clamores e tomou suas decisões a partir da demanda da sociedade. Não foi por outro motivo que edificou um movimento que leva seu nome, um feito raro na vida política nacional.

O luto pelo falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães extrapola o luto protocolar e todas as honras às quais ele faz jus. Para mim, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o luto é íntimo, pessoal, e dói no fundo da minha alma.

O que nos conforta é saber que o exemplo dele tem seguidores, ou melhor, que o exemplo dele tem continuadores. O que nos consola é saber que, lá de cima, ele estará ainda mais olhando por nós, torcendo por nós e pelo Brasil.

Quero, neste momento em que prestamos esta justa homenagem, anunciar ao Senado Federal, aos seus familiares, a Dona Arlete, à Bahia e ao Brasil que, numa singela homenagem, já mandei confeccionar um busto do Senador Antonio Carlos

Magalhães, que ficará ao lado do busto de Affonso Arinos, no Salão Nobre do Senado Federal.

Além disso, estarei pedindo ao Conselho Editorial da Casa que organize as obras completas do Senador Antonio Carlos Magalhães, com seus pronunciamentos inesquecíveis e suas propostas para o País. É uma modesta forma de eternizar a presença, entre nós e entre todos os brasileiros, desse grande Senador, desse homem que tão bem, ao longo da sua vida, nos representou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao segundo orador inscrito, Senador César Borges.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, Srs. Senadores da República, Sr. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Sr. Vice-Governador do Distrito Federal, neste ato representando o Governador, Deputado Osmar Serraglio, aqui representando o Presidente da Câmara dos Deputados, Srs. Deputados aqui presentes, Deputados Estaduais, Prefeitos, Vereadores, admiradores, amigos, muitos amigos do Senador Antonio Carlos Magalhães, minhas senhoras e meus senhores, quero expressar inicialmente minha solidariedade e amizade à D. Arlete Magalhães, mulher que soube temperar, com sua ternura e sua tranquilidade, aquele espírito indomável que caracterizou nosso querido Senador Antonio Carlos Magalhães. Solidariedade que se estende à sua família, na figura da sua querida filha, Tereza Helena, seus filhos e seu esposo; a Michelle e seus filhos; a Luís Eduardo Magalhães, meu saudoso amigo, com quem iniciei minha vida política e de quem imaginava continuar parceiro, até que o duro golpe do destino nos privou de sua inteligência e da sua amizade.

Desejo renovar minha solidariedade com esse nosso novo colega, um de seus filhos, o ilustre e querido Antonio Carlos Magalhães Júnior, que o sucede como seu suplente, dando continuidade à vocação política na família, que também já é exercida pelo talentoso Deputado ACM Neto.

Como seu admirador na política e na administração pública, na qualidade privilegiada de seu amigo particular, seu conterrâneo e correligionário, estou aqui para homenagear e prestar meu depoimento sobre o Senador Antonio Carlos Magalhães, que há pouco nos deixou.

Quero, também, e ainda que sem procuração da família para fazê-lo, mas em nome da amizade fraterna que me mantinha unido ao saudoso Senador, louvar a

grandiosidade do gesto dos Colegas desta Casa, que, enfrentando as dificuldades de locomoção impostas pela crise aérea, tentaram, alguns com sucesso, outros não, ir até Salvador levar pessoalmente seu derradeiro adeus ao bravo Senador, seu abraço solidário e sua palavra de conforto a seus familiares.

Para mim, foi um momento muito especial testemunhar o encontro emocionado de amigos e aliados do Senador, mas, sobretudo, dos seus contrários, que estiveram junto com seus familiares, sentindo, como se fossem suas, as dores deles, derramando, contidos, o mesmo pranto por eles derramado, num gesto que faço questão de registrar, por sua grandeza moral e pela transcendência de seu significado humanitário.

Em seu depoimento aos jornalistas que escreveram o livro *Política é Paixão*, o Senador Antonio Carlos Magalhães, num momento de vaidade, mas nem por isso exagerando, disse que somente duas siglas derivadas de nomes próprios se fixaram e se imortalizaram na História da Bahia e do Brasil: JK e ACM. Eu concordo, mas acho que ele não se fez justiça; não fez justiça a si próprio, contentando-se com que as três letras de seu já lendário nome formassem apenas uma sigla, quando, na realidade, elas formavam, como continuam a formar, uma verdadeira legenda.

Não sei nele, pela multiplicidade peculiar com que se entrelaçaram, qual de suas faces se deva mais destacar: se a do Antonio Carlos Magalhães político; se a do Antonio Carlos Magalhães administrador; se a do Antonio Carlos Magalhães como figura humana, todos, porém, convencidos de que, qualquer que seja o ângulo sob o qual o examinem, ele será sempre reconhecido como uma legenda nacional de que o Brasil e, em especial a Bahia, muito dependeram em momentos decisivos.

Ninguém que dele tivesse apenas ouvido falar, bem ou mal, jamais pôde falar dele com indiferença. Amando-o, contestando-o, admirando-o, aplaudindo-o.

Recuo no tempo, para recordá-lo como líder estudantil em processo de ebulição, derramando no meio universitário, mais precisamente no diretório da Faculdade de Medicina da Bahia, de que foi aluno, as primeiras atuações que mais tarde incandesceriam o universo político da Nação.

Saudoso, siga a recordá-lo como um dos maiores símbolos da alma do povo baiano, a que se costuma chamar carinhosamente de baianidade.

Nenhum outro homem público no Brasil encarnou com tanta fidelidade a alma simples do povo quanto Antonio Carlos Magalhães.

A grande paixão correspondida, que durante seu meio século de vida pública provocou no seio do povo

baiano, vinha de seu modo carismático de se dar, tanto às manifestações populares, quanto às coisas sagradas da Bahia, jamais as discriminando, ao contrário, com elas se identificando.

Ele foi um estimulador, diria melhor, um agente catalisador, por excelência, do sincretismo, sobretudo do sincretismo nos planos religioso, político e cultural, por considerá-lo um dos componentes essenciais da nossa baianidade.

Em seu amor de devoto pela Bahia e pela sua gente humilde, Antonio Carlos Magalhães não conheceu a virtude da temperança. Amou-os sem moderação em cada dia de sua vida, como diz a canção popular: como se fosse a última vez.

Nas concentrações populares, como na festa do Senhor do Bonfim ou no desfile cívico de 2 de julho – data da Independência da Bahia –, era comovente vê-lo cercado por multidões sem fim, movendo-se com dificuldade entre correligionários, estudantes, amigos, entre as baianas em seus trajes a rigor, que o assediavam para benzê-lo com a água de cheiro de seus cântaros, e outros que queriam abraçá-lo, beijá-lo ou simplesmente tocá-lo.

O povo tinha muito o que celebrar, em sinal de gratidão pelo que ele fez por sua terra, mas, muitas vezes, ao conduzi-lo em seus braços, não havia motivo imediato aparente para celebração: celebrava-se simplesmente, entre vivas e fogos de artifício, a chegada de Antonio Carlos Magalhães, nos últimos anos carinhosamente chamado de “cabeça branca”, hoje transformado numa grande saudade para o povo da Bahia.

Era comovente ver e ouvir, à sua passagem a pé, idosos, jovens e crianças no espetáculo de mãos se agitando, coro de vozes, festa de faixas e bandeirolas nas sacadas do prédio do Centro Histórico de Salvador, por ele recuperado, e assim também em todos os rincões baianos.

Era comovente ver como, em festa cívica de feriado municipal do interior, ele era recebido pelas comunidades em todo o Estado quando lá estava, como Governador, ou não, inaugurando obras ou em campanha política ou em uma simples visita. Nunca vi receptividade igual.

No meu modo particular, sempre o vi mais do que o político que honrou, engrandeceu e enriqueceu o Congresso Nacional, quer como Deputado, quer como Senador; mais do que dono de uma coragem pessoal que o levou a assumir atitudes que não raras vezes colocaram em jogo sua própria liberdade de locomoção, como em 1985, Sr. Presidente, quando, em pleno regime militar, rebelou-se contra a candidatura oficial à Presidência da República para apoiar a candidatu-

ra opositorista de Tancredo Neves, consolidando-a, dando, de certa forma, início à redemocratização do País; mais do que o administrador que revolucionou o conceito e as práticas da administração pública, para permitir à Bahia a mais radical das transformações de toda a sua história, em todos os campos, dotando-a de obras estruturantes que a projetaram no cenário nacional; mais do que tudo isso, Antonio Carlos deve ser lembrado sempre com uma das figuras humanas mais singulares que o Brasil conheceu.

Sigo a evocá-lo, agora como político, para lembrar que o Senador Antonio Carlos Magalhães vai continuar presente entre nós pelo legado de coragem pessoal que nos deixou; pela forma intransigente com que defendeu os legítimos interesses do Brasil e, de modo particular, os mais legítimos interesses da nossa querida Bahia. Vai continuar em memória entre nós, principalmente pelo exemplo de homem público trabalhador, sério e competente que ele encarnou.

A responsabilidade dos que o sobrevivem, nesta Casa, aumenta muito sem ele; sem a sua presença física que insinuava respeito; sem a sua sabedoria e a sua experiência postas à disposição e a serviço do Congresso Nacional; sem os seus conselhos paternais aos mais novos; sem os seus embates sempre proveitosos com os mais velhos; sem os seus constantes libelos precisos, concisos, diretos e contundentes contra os desvios éticos e morais, Brasil afora.

Que fazer agora sem ele?

Eu me recordo dele, ao perder o filho Luís Eduardo, meu querido amigo, naquele triste e fatídico 21 de abril de 1998, extremamente abalado, como não poderia deixar de ser, quando todos, inclusive os mais íntimos, davam-no como homem vencido e liquidado para a vida pública, Antonio Carlos ressurgiu da dor, redivivo, dizendo que a única forma de compensar o vazio deixado nele pela morte do filho querido era trabalhar pelos dois.

E foi assim que o vimos nesta Casa, até o fim de seus dias. E foi assim que eu o vi na Bahia, nos últimos meses, combalido em sua saúde, mas nem por isso menos valente e destemido na defesa de sua terra e dos mais humildes; fugindo das recomendações dos médicos, que lhe impunham uma vida de mais resguardo; fugindo dos conselhos dos familiares e dos amigos, preocupados com o processo de debilitação do seu organismo.

Nunca deixou de trabalhar. Recusou-se a se licenciar por entender que o seu lugar era aqui, de onde só se afastava para viajar nos fins de semana, não para descansar, mas para trabalhar em seu escritório de Salvador. Um gigante no trabalho o Senador ACM.

Pois é trabalhando por todos nós e por ele é que haveremos também de preencher o vazio com que o seu desaparecimento físico nos enluta, entristece e, em parte, enfraquece esta Casa.

Sua falta para os baianos é imensa; a saudade, maior ainda, mas não há outra forma de homenageá-lo e preencher o vazio de sua ausência senão procurar imitá-lo na vida que Antonio Carlos Magalhães levou nos últimos cinqüenta anos. Foram cinqüenta anos inesquecíveis para os baianos, Sr. Presidente. Meio século de uma vida dedicada à Bahia, 50 anos de uma paixão a que não se pode contrapor outra igual e cuja consequência lógica e inevitável seria como foi: a incorporação da legenda ACM à história mais moderna da Bahia como seu principal construtor.

Minhas senhoras e meus senhores, como nordestino, como ex-Governador de um Estado tantas vezes discriminado, gostaria de dizer que o grande mérito de Antonio Carlos foi também mostrar ao Brasil, juntamente com outras grandes lideranças regionais, muitas delas aqui presentes, que o Nordeste é viável e que dispõe de condições para promover meios que gerem emprego, renda e divisa para os Estados nordestinos sem necessidade dos programas assistencialistas.

Foram ele e os executivos que o sucederam no Governo do Estado – pois, entre outros méritos do Senador Antonio Carlos, está o de descobrir e lapidar executivos para o serviço público, promovendo-se por mérito – que mostraram, a partir da Bahia, que o Nordeste, com oportunidades iguais a que se dão a regiões mais prósperas do País, também pode andar com seus próprios pés, também pode ter seus tratores no lugar do arado ou da enxada, também pode ter seus complexos industriais, a exemplo do Pólo Petroquímico de Camaçari, uma das maiores realizações do Senador Antonio Carlos quando Governador da Bahia.

À nova Bahia juntam-se empresas químicas, petroquímicas e de tantos outros ramos da atividade, a exemplo da metalurgia do cobre, da celulose, têxtil, bebidas, serviços e, agora mais recentemente, a indústria automotiva capitaneada pelo complexo da Ford, cuja fábrica, que tive o prazer e a honra de inaugurar como Governador, em 2001, foi uma conquista com a participação fundamental do Senador Antonio Carlos como Presidente desta Casa. Hoje, os automóveis já respondem por maior parcela das exportações da Região Nordeste.

Foi Antonio Carlos Magalhães quem mostrou ao País, a partir do projeto de recuperação do Pelourinho, tombado pela Unesco como Patrimônio da Humanidade, e de outros prédios e sítios históricos da capital da Bahia e do interior do Estado, que é possível modernizar uma cidade, como ele modernizou Salvador, quando a

administrou como seu Prefeito, na década de 70, recebendo, inclusive, o título de Prefeito do Século, mas preservando sempre o passado rico na Bahia.

Gostaria de encerrar, lembrando, neste momento, uma frase de Carlos Lacerda: “Só porque vejo antes, dizem que enxergo demais”. Essa era uma das frases preferidas do nosso querido ACM, que, aqui mesmo, nesta tribuna, tantas vezes a repetiu em discursos. Agora, sou eu que repito a frase, como a grande síntese da vida de Antonio Carlos Magalhães: “Só porque vejo antes, dizem que enxergo demais”.

Antonio Carlos Magalhães foi mesmo este homem à frente do seu tempo, aquele que viu antes, que apontou caminhos e que, muitas vezes, foi combatido como alguém que enxergou demais. Enxergou demais e foi combatido, mas nunca abandonou suas idéias, nunca parou de lutar, lutou por toda sua vida, até o final, como aqueles homens imprescindíveis e insubstituíveis.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros; Sr^a Arlete Magalhães; Exm^o Sr. Deputado Federal Osmar Serraglio, representando o Presidente da Câmara Federal; Exm^o Sr. Senador Antonio Carlos Júnior; Sr^a Teresa Helena Magalhães; Sr. Rider Nogueira de Brito; Sr. Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; Exm^o Sr. Senador Paulo Octávio, atual Vice-Governador do Distrito Federal, em nome de quem cumprimento todos os membros do Poder Executivo aqui presentes. Em nome da Sr^a Arlete Magalhães, do Senador Antonio Carlos Júnior e do Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto cumprimento os familiares do Senador Antonio Carlos Magalhães, seus amigos e demais presentes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como brasileiro, como Senador da República, que teve a honra de conhecer o Senador Antonio Carlos Magalhães pessoalmente nesta Casa, eu não ficaria em paz comigo mesmo se eu não ocupasse esta tribuna para falar de Antonio Carlos Magalhães. Ainda que todos o façam, nunca será demais registrar o significado da presença de Antonio Carlos Magalhães, plena, enérgica, vigorosa, no cenário político nacional.

Poucos homens públicos viveram tão intensamente o caminho que escolheram trilhar. No caso de Antonio Carlos Magalhães, a opção pela política foi visceral. Fez-se médico para atender ao desejo do pai, mas a paixão pela vida pública nele sempre falou

mais alto. Exercendo-a, manteve, do princípio ao fim, notável coerência. Do jovem Deputado Estadual baiano, eleito em 1954, ao Senador no auge da maturidade, em 2007, Antonio Carlos Magalhães consolidou a imagem de alguém fiel a si mesmo, à terra natal e à carreira que abraçou.

Antonio Carlos Magalhães sempre soube compreender o contexto histórico em que atuava. Ao chegar à Câmara Federal pela legenda da UDN, nas eleições de 1958, entendeu o sentido do governo dinâmico e transformador de Juscelino Kubitschek. A diferença partidária, mesmo integrando o partido que mais ferozmente combatia o Presidente da República, não impediu que dele se aproximasse e, nesse sentido, ofereceu seu apoio ao extraordinário ímpeto realizador de Juscelino Kubitschek.

Como parcela significativa da sociedade brasileira, tomou posição ante o aprofundamento da crise institucional que culminou na deposição de João Goulart. Tendo sido uma das principais lideranças a apoiar a ruptura de 1964, em sua Bahia natal, identificou-se integralmente com o regime militar. E foi justamente sob as condições vigentes a partir de 1964 que viu sua trajetória política adquirir dimensão exponencial. Nessa perspectiva, vale a pena destacar uma característica marcante de Antonio Carlos Magalhães, qual seja, a do administrador brilhante, de olhos abertos para o futuro e capaz de montar equipes tecnicamente competentes. Foi assim que se notabilizou Prefeito de Salvador, cargo para o qual foi nomeado em 1967, primeiro passo para vãos mais altos. Por três vezes governou a Bahia. Mesmo seus adversários reconhecem: a despeito de suas posições políticas e dos métodos que eventualmente pudesse empregar, Antonio Carlos Magalhães revelou-se administrador público de primeira grandeza, de quem o Estado recebeu o impulso necessário para modernizar-se.

Impossível omitir a importância do papel exercido por Antonio Carlos Magalhães para a transição do poder militar ao civil. Como era de seu feitio, expôs-se pública e vigorosamente no confronto com as forças políticas que pretendiam perpetuar-se no poder, a despeito do sentimento contrário da maioria da população brasileira e da escolha do candidato oficial para suceder João Figueiredo. Naquele momento, o apoio de Antonio Carlos Magalhães ao conjunto de forças oposicionistas foi decisivo para que, no Colégio Eleitoral, a chapa Tancredo Neves – José Sarney conhecesse consagrada vitória.

O Brasil redemocratizado assiste à plenitude da ação política nacional de Antonio Carlos Magalhães, primeiramente no Executivo, como Ministro das Comunicações, nomeado que foi pelo Presidente Sarney.

Todavia, por todas as razões, gostaria de destacar a presença do veterano líder nesta Casa. Ele, aqui, chegou em 1995, quando se iniciava o primeiro dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Dois anos depois, assumiu a Presidência do Senado Federal, feito que repetiria no biênio seguinte.

Não me preocupe, aqui e agora, em enfatizar os problemas pelos quais passou, que acabaram por levá-lo à renúncia do mandato. Seu retorno a esta Casa deu-se mediante estupenda votação popular. A imagem que fica de Antonio Carlos Magalhães, Senador, é justamente a do Parlamentar destemido, incapaz de fazer uso de linguagem dissimulada ou de esconder seus sentimentos. Fica a imagem de um Presidente que compreendeu a imperiosa necessidade de modernizar a Casa e aproximá-la cada vez mais dos cidadãos, razão pela qual deu prosseguimento às iniciativas do Presidente Sarney e fortaleceu os veículos de comunicação social do Senado. Ao mesmo tempo, vislumbrou o campo de atuação a ser ocupado pela Casa no âmbito da formação educacional e da cultura política de Parlamentares, servidores e do grande público, missão que confiou ao Programa Interlegis e à inédita Universidade do Legislativo Brasileiro, a nossa Unilegis.

Ficam, sobretudo, do Antonio Carlos Magalhães, Senador, algumas cruzadas às quais se dedicou por inteiro, entre elas, a luta contra as mazelas do Poder Judiciário, de que resultou a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito; a persistente defesa da adoção do orçamento impositivo, por ele entendido como única forma de equilibrar os Poderes do Estado, realçando o papel do Legislativo; o esforço por dotar o País de consistente política de segurança pública, que tanto marcou sua passagem, como Presidente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Mas fica, acima de tudo, a marca de Antonio Carlos Magalhães na campanha para a criação do Fundo de Combate à Pobreza.

Encerro meu pronunciamento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, convicto de que a passagem de Antonio Carlos Magalhães desta vida para outra praticamente indica um novo ciclo da política brasileira. Contexto histórico riquíssimo, eivado de conflitos e contradições, mas que foi vital para a construção do Brasil de nossos dias. Antonio Carlos Magalhães foi testemunha e protagonista dessa experiência. Com muitas virtudes e com seus defeitos, ele deu uma expressiva contribuição para que chegássemos onde, hoje, estamos.

Uma coisa não podemos deixar de evidenciar neste momento: Antonio Carlos Magalhães não se curvou ao poder, razão pela qual terminou sua vida

pública fazendo oposição, e uma oposição inteligente e construtiva. Certamente, esta Casa aprendeu muito com ele, até para que dele pudesse discordar. Antonio Carlos Magalhães foi grande! Antonio Carlos Magalhães fez história! E muito me honrou tê-lo conhecido e ter sido seu colega de Parlamento.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal; Deputado Osmar Serraglio, representante do Presidente da Câmara dos Deputados; Sr. Ministro Rider Nogueira, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; Vice-Governador do Distrito Federal, Sr. Paulo Octávio; Sr^{as} e Srs. Senadores; Sr^{as} e Srs. Deputados, lideranças, Prefeitos, amigos do Senador Antonio Carlos Magalhães, Sr^a Dona Arlete, Antonio Carlos Júnior, Teresa, eu trouxe um discurso escrito para homenagear o nosso querido amigo Senador Antonio Carlos Magalhães. Confesso, no entanto, que estou sentindo enorme dificuldade, não sendo um orador nato, para fazer esse discurso, porque sinto uma enorme compulsão de falar com o meu coração a respeito de um dos maiores políticos dos últimos 50 anos da História brasileira, um homem, um ser humano com quem tive o privilégio de conviver. Mais que isso, sempre terei o privilégio de dizer para meus filhos, meus netos e meus amigos: fui amigo de Antonio Carlos Magalhães e com ele convivi.

Dona Arlete, Antonio Carlos Magalhães não era um homem comum. Tudo nele fugia ao ordinário. Nada nele era moderado, comum, trivial.

Que homem forte! Que homem fantasticamente forte, Teresa!

Como pôde, eu me pergunto, aquele coração suportar tamanha paixão? Nada que ele fazia era sem paixão. Quando se aborrecia, era de uma maneira intensa, e ele colocava todo esse aborrecimento dentro do seu coração. Quando amava, essa intensidade era maior ainda.

Quantas vezes, Neto, por um pequeno detalhe de que ele discordava, eu o vi iniciar uma discussão. Eu lhe dizia: “Senador, para que essa discussão? Esqueça! Deixe para lá!”. No entanto, ele não aceitava sequer viver sem riscos. Em tudo ele carregava o risco junto.

Ele não aceitava, Senador José Sarney, seu grande amigo e homem conhecedor das palavras, a mediocridade. Ele não convivia com a mediocridade. A

sua vocação não era para a mediocridade; e, se isso o levava ao risco, que viesse o risco, mas ele sucumbiria a essa vocação.

Nos últimos anos, no Senado, todos convivemos com essa sua fortaleza e com essa sua paixão. No último momento, lembro-me aqui, quando ele teve uma indisposição, todos nós, Presidente Sarney, sugerimos a ele que pegasse uma cadeira de rodas e fosse para o hospital. E ele, de maneira absolutamente altiva – a resposta não foi nem um não –, levantou-se, desenrolou a manga da camisa, vestiu o paletó e saiu andando, marchando, com pressa e altivez, olhando-nos como se dissesse: ando ainda melhor do que vocês todos.

Perdoem-me aqui todos os homens públicos, mas, com certeza, nunca vi um amor por um Estado como o amor do Senador Antonio Carlos Magalhães pela Bahia. E aquele não era um sentimento político, não era um sentimento criado, mas, sim, um sentimento que era fruto dessa fonte de paixões e de emoções que ele tinha. Lembro-me de uma vez em que, sobrevoando Salvador, chegando a Salvador, pela janela do avião, ele olhou aquela cidade, olhou para mim e disse: “Como é bonita essa Bahia!”. E olhava-a com orgulho, como se a cidade fosse ele.

Antonio Carlos foi uma lição para mim nesse aspecto. Aqui, muito foi dito do administrador brilhante que transformou a Bahia e que mudou o traçado da cidade de Salvador, do criador de quadros, do descobridor de talentos, do lançador na vida política brasileira de grandes, importantes e brilhantes políticos e da sua participação na história recente da política brasileira. Mas, hoje, sou convencido de que o grande diferencial de Antonio Carlos era seu amor por aquilo que fazia, principalmente seu amor pela Bahia. Conheci administradores, Vice-Governador Paulo Octavio, muito bons, muito competentes, que conseguiram fazer, em seus Estados, em suas áreas, grandes administrações. Mas a diferença entre ele, grande administrador, e os outros grandes administradores era essa paixão. Ele fazia isso com muito amor. E, de uma maneira até compulsiva, eu diria, ele fazia as coisas pela Bahia, defendia a Bahia.

Penso que esse amor foi o que fez com que Antonio Carlos se transformasse ao longo do tempo, mesmo com revezes políticos aqui e acolá. Observávamos isso na Bahia. Ele não era mais o político Antonio Carlos, como sou o político Tasso Jereissati no Ceará. Ele virou uma instituição na Bahia. Mesmo que, em determinado momento, não vivesse ele o auge da sua popularidade, ele era uma instituição. ACM era uma instituição. Acabou transformando-se, no imaginário popular brasileiro, em uma instituição baiana, como os personagens de Jorge Amado, como o som de Caymmi, como as cores do Caribe: ACM e a Bahia; a Bahia e ACM.

Fui ao casamento de um neto de ACM. Lembro-me dele, com seu jeito peculiar, sendo cumprimentado. Fiquei observando-o, Sr. Presidente Sarney. Lembro-me muito bem da cena. A mãe de Caetano, Dona Canô, beijou-lhe as mãos. Com muita naturalidade, ele estendeu-lhe as mãos, que foram beijadas como as de uma instituição como Mãe Menininha. Em qualquer outra parte, em qualquer outro Estado, não seria uma circunstância tão natural, tão normal. Mas ACM, na Bahia, era uma instituição, virou uma instituição.

Permitam-me falar sobre a paixão que ele tinha – e tive a felicidade de conviver muito com ele nos últimos anos – pela sua família, por Dona Arlete. Não me lembro – e não foram poucas vezes; eram constantes – de vê-lo falar em Luís Eduardo sem que seus olhos ficassem, no mínimo, lacrimejando. Quando ele ou alguém puxava algum assunto sobre Luís Eduardo, seus olhos começavam imediatamente a lacrimejar. Que homem forte! Como pode um homem conviver tantos anos com tanta dor, fora outras dores que ele teve ao longo da vida? Como pode conviver com dor tão intensa? Nele, aquela dor era muito intensa, muito aguda, e ele convivia com ela com certa naturalidade.

Sobre o amor por sua família, ele nunca deixou de falar, Dona Arlete. Faço questão de dizer que ele nunca deixou de mencionar, em conversas que tínhamos aqui, quando estávamos um pouco mais descontraídos, o amor por seus filhos e por seus netos e sua preocupação com a vida de cada um deles.

Esse homem deixou um vazio enorme neste plenário, Senador Renan Calheiros. Era impossível – e hoje eu comentava isso, se não me engano, com a Senadora Patrícia e com o Senador Arthur Virgílio – não sentir a presença de Antonio Carlos neste plenário. Era tal seu carisma, era tal sua presença, era tal sua energia, que a entrada do Antonio Carlos neste plenário era imediatamente sentida, era imediatamente percebida. Ninguém, nem na Bahia nem fora daquele Estado, ficava indiferente a Antonio Carlos. Podia-se até odiá-lo, mas indiferente a Antonio Carlos ninguém ficava. Confesso, Dona Arlete, que, para mim, pessoalmente, vai ser muito difícil entrar neste plenário e me acostumar à convivência nesta sala sem sua presença absolutamente marcante.

Talvez, seja um exagero, mas vou dizer o que penso na hora da despedida: acho difícil que este Plenário tenha, nesses três anos, o mesmo brilho, a mesma vivacidade que teve enquanto Antonio Carlos esteve aqui. Ele, indiscutivelmente, gostando-se ou não se gostando disso, criava aqui dentro um clima de polêmica, de controvérsia, de democracia e de paixão. Sua discussão não era fria; era uma discussão apaixonada.

Penso que vamos ter de fazer muito esforço para cobrir a lacuna por ele deixada. Para mim, este plenário hoje é mais triste. Confesso que ainda não consigo olhar esta sala e entrar neste salão azul e não sentir um enorme vazio. Esse sentimento foi abrandado quando vi ali sua fotografia exposta nesse telão.

Tenho a idéia sempre presente em nós cristãos – sou cristão, sou católico – de que quem sabe, finalmente, ele esteja dando vazão às suas lágrimas, encontrando seu querido Luís Eduardo e sua filha que se foi também. Talvez, estejam lá juntos, de mãos dadas, e estejamos sendo objeto, Senador Arthur Virgílio, daquele finíssimo humor que ele possuía. Espero que sejamos objeto do finíssimo humor que ele possuía, não de algum tipo de reprovação, porque ele não escondia também quando havia reprovação. É impossível que todos nós, que privamos da sua amizade, não imaginemos ou não tenhamos essa visão dele ao lado de Luís Eduardo, sabendo desse poço de paixão que era Antonio Carlos. E, sem dúvida alguma, um dos pontos altos da paixão de Antonio Carlos era seu querido filho Luís Eduardo.

Portanto, Dona Arlete, eu gostaria de deixar aqui nossa homenagem e nosso respeito. Conheci Antonio Carlos e sei do enorme respeito e da admiração que ele tinha por V. S^a. Sei que não seria uma mulher normal, ou seja, uma mulher comum, uma mulher que não tivesse talentos extraordinários, que domaria aquele vulcão e conviveria com ele.

Ao estender nossas homenagens à senhora e à sua família, tenho a certeza, a convicção de que estamos realizando aqui, mais do que meu desejo, o desejo de Antonio Carlos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, saúdo V. Ex^a e todos os Senadores presentes a esta Casa, bem como o Deputado Osmar Serraglio, que representa a Câmara dos Deputados, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Rider Nogueira de Brito, em especial nosso Vice-Governador, que representa toda a comunidade do Distrito Federal, Paulo Octávio, e, de forma muita especial, os familiares do Senador Antonio Carlos Magalhães, D. Arlete, Antonio Carlos Magalhães Júnior, D. Teresa, ACM Neto e todos os demais parentes que aqui estão.

Preparei um discurso por escrito, mas vou correr os mesmos riscos que o Senador Tasso Jereissati e vou fazer a mesma opção, porque, se por um lado

não é fácil falar de Antonio Carlos Magalhães, desnecessário seria repetir – e sei que outros o farão com muito mais detalhe e brilho – a sua biografia, a sua trajetória, a sua história.

Não preciso de outra referência a não ser o fato de que, quando nasci, ele já era Deputado, já estava na vida pública. E não conheço, ao longo de toda a militância política, um único momento relevante da história recente desta República em que o Senador Antonio Carlos Magalhães não estivesse presente, com posição muito clara, nítida e de forma absolutamente determinante.

Eu subo a esta tribuna para falar de alguém com quem convivi nos últimos 20 anos – convivi intensamente e sempre como adversário político. Sempre estivemos em posições distintas; nas campanhas eleitorais, nas principais votações, nas grandes discussões, estávamos em posições distintas. Mas quero falar do testemunho pessoal, das impressões que tive e daquilo que vi e vivi, especialmente no plenário da Câmara dos Deputados e, nos últimos anos, no plenário do Senado Federal.

Uma das maiores qualidades de Antonio Carlos Magalhães era a coragem e a franqueza. E é com coragem e franqueza que quero expressar o que gostaria muito de dizer. Quando ele estava terminando a Presidência do Congresso Nacional – e já se vão mais de oito anos –, eu disse a ele: “Senador Antonio Carlos Magalhães, em V. Ex^a nada é pequeno, nem os defeitos e nem as qualidades”. Nada era pequeno, tudo nele era grande. A presença dele era absolutamente decisiva.

Num momento como este quero falar das qualidades, que não eram poucas e que eram essenciais ao homem público. Quero repetir uma frase dele que penso expressar como poucas o que ele era como ser humano. Ele disse: “Política, para mim, é paixão. Por isso que a faço sempre com prazer e em tempo integral. Qualquer um que queira fazer política de verdade precisa exercê-la com paixão”. E era paixão.

Quantas vezes, nesta Casa, nós fazíamos reunião da Mesa com as Lideranças, estabelecíamos a pauta que ia ser votada, como seria. E aí, quando eu entrava como Líder do Governo neste Plenário, olhava para o canto ali, pedia ao nosso grande Rodolpho Tourinho que ajudasse, recorria ao César Borges, pois era só eu olhar para o canto e ver aquela cara enfezada que eu dizia: “Não vai ter votação hoje”. Ele já estava com aquele jeito. Ele chegava cedo aqui, e a confusão começava já no primeiro minuto. E a sessão inteira era turbulenta, porque havia alguma coisa incomodando o Senador.

Mas ele fazia isso com paixão. E fazia isso discutindo interesses, posições políticas. A política era a essência da vida dele. E era a política que determinava os seus movimentos fundamentais.

Eu queria também mencionar uma outra passagem. Hoje, o nosso querido Senador Papaléo disse aqui – e é verdade – que ele fez política sempre com independência, com altivez, defendendo o Legislativo perante o Executivo. Mesmo quando era da base do Governo, ele sempre defendeu esta Casa e o papel do Poder Legislativo. E ele disse que essa independência tinha importância sobretudo pelo fato de ele terminar a vida nessa condição de Oposição.

Mas o ACM gostava mesmo era de ser governo. Eu me lembro uma vez em que eu tive um debate com ele aqui, muito intenso. Eu vinha subindo para o plenário e disse: “Senador, V. Ex^a está como gosta hoje: crítica o Governo, escolhamba, fala tudo o que pensa, tudo o que quer”. Ele disse: “Mercadante, é muito melhor apanhar de cima do que bater de baixo”.

O Senador César Borges disse que também ouviu dele algo muito parecido: “é melhor sofrer dentro do Governo que de fora, porque, em política, a gente sempre sofre”. Era muito do que ele pensava.

Ele tinha uma capacidade de exercer o poder, de pensar o poder e uma vivência de responder às questões do poder que faziam com que ele sempre fosse uma referência absolutamente obrigatória em tudo que se referia à política do Parlamento brasileiro.

Quero destacar aqui também o papel determinante que ele teve nos cargos que exerceu nesta Casa. Eu era Líder da Oposição e ele, Presidente do Congresso Nacional, quando pactuou algumas políticas que foram fundamentais, pela capacidade de ter uma visão do Brasil, que não era a minha, mas era uma visão de Brasil de um homem público. Nós conseguimos negociar, Oposição e Governo, questões como o Fundo de Combate à Pobreza, que está aí hoje, sendo uma referência fundamental de combate à pobreza, e a política de valorização do salário mínimo, que já era uma preocupação que vinha de longo tempo, em cujo debate ele sempre esteve envolvido. Recentemente, todos assistiram ao seu papel determinante como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para estabelecer aquele pacote da segurança pública. Foram 25 projetos de lei que votamos. Se não fossem a determinação, o empenho e a firmeza dele, não conseguiríamos pautar e votar essas matérias com a agilidade e, eu diria, com a competência que era indispensável para que pudéssemos contribuir para o País num momento tão delicado, como é a crise da violência.

Creio que parte da minha tarefa de Oposição e do bom relacionamento que eu tinha com ele vinha do meu relacionamento com Luís Eduardo Magalhães, que era uma figura ímpar – talvez a grande obra pública do Senador Antonio Carlos Magalhães. Acho que Luís Eduardo Magalhães era uma referência na política nacional absolutamente determinante.

E todos sabem – penso que o Tasso Jereissati foi muito feliz em dizer – que todas as vezes que nós, de alguma forma, lembrávamos de Luís Eduardo Magalhães, as lágrimas lhe vinham nos olhos, e aquilo tinha um significado e um sentido muito profundo, muito especial na alma de Antônio Carlos Magalhães.

Eu queria pedir a você, Antonio Carlos Magalhães Júnior, que, o mais breve possível, arrume alguma confusão grande neste plenário e que eu possa ter grandes embates políticos – sei que não é o seu estilo, mas você precisa fazer um esforço veemente – para matarmos um pouco da saudade que vai ficar e que não será pequena.

Quero também dizer a você, Antonio Carlos Magalhães Neto, que algumas conversas que tive com o seu avô mostraram a imensa expectativa dele em sua trajetória. Espero que você aprenda todas as lições. Não precisa ficar com todos os defeitos, fique com as qualidades, que são muito abundantes e vão ajudá-lo de forma decisiva.

Quero dizer que vi duas paixões muito importantes em Antonio Carlos Magalhães – e muito nele era paixão: a paixão pelo Brasil e, sobretudo, a paixão pela Bahia. E os momentos que mais me sensibilizaram no relacionamento de um adversário – e eu sempre fui adversário – foram as vezes que eu o vi no contato com a cultura e o povo baiano. Estive no carnaval e vi, com o Ilê passando e jogando aqueles colares, o significado especial que aquilo tinha, ou quando ele descia para abraçar as baianas, ou quando o Olodum passava com os seus tambores de guerra.

Então, eu escolhi, e quero falar com o meu sotaque paulista – porque parte dos meus embates com ele também era a questão de São Paulo e a relação com a Bahia, que nunca foi tarefa fácil –, quero falar com a paixão de um paulista e com o respeito a um baiano absolutamente marcante na história da Bahia. Quero ler aqui, com o meu sotaque de paulista, um trecho da *Ode ao Dois de Julho*, de outro grande baiano, Castro Alves:

E um povo de bravos ergueu-se dizendo:
“Já somos nós livres, já somos nação!...”

Co’as águas imensas o imenso Amazonas

Pomposo repete: – “Sou livre em meu chão!...”

E ao grito de livres as fontes correram
 E em lindas cascatas os rios saltaram...
 Ergueram-se cantos festivos de hosanas,
 As flores do seio da terra brotaram...
 É hoje, senhores, o dia da pátria.
 Que d'alma – os Baianos – conservam
 no fundo,
 Saudemos o dia que ergueu-nos do
 lodo...
 Que marca um progresso na vida do
 mundo.
 Senhores, a glória de um povo é ser li-
 vre...
 O nome de livres é o nosso brasão.
 Seja esta a divisa da nossa existência.
 E este epitáfio se escreva no chão...

Creio que o epitáfio de Antonio Carlos Magalhães é o chão da Bahia.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Tião Viana.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Sr. Ministro Rider de Brito; Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior; Deputado Osmar Serraglio, aqui representando a Câmara dos Deputados; Sr^a Arlete Magalhães; Sr^a Teresa Helena Magalhães; senhores familiares; Sr^s e Srs. Senadores, Srs. Parlamentares e os que prestam homenagem ao Senador Antonio Carlos Magalhães, para mim, é um gesto de amizade vir à tribuna do Senado, porque conseguimos construir juntos, nesta Casa, uma relação de afeto muito importante – eu julgo – para minha pessoa. Tenho como prática de vida querer fazer amigos, gosto de fazer amigos, valorizo muito isso e acho que o Senador Antonio Carlos Magalhães também teve sempre esse gesto na vida, de querer construir amizades, de querer fazer amigos. E esses quase dez anos de Senado Federal nos permitiram construir uma relação de amizade, uma relação de respeito, uma relação afetuosa, de forma que os ambientes ideológicos a que pertencíamos não prejudicassem a forte relação de respeito e de consideração que nutríamos um pelo outro, Senador Paulo Octávio.

Como o Senador Tasso Jereissati, sinto muito a falta que fará o Senador Antonio Carlos Magalhães. Fará falta pelo orador que foi, corajoso, sobretudo, mas principalmente pelas posições que tinha coragem de tomar sempre na vida pública. Era um homem que, marcadamente, não abria mão das suas posições,

e esta Casa nunca será uma instituição respeitável e admirável se as posições não forem claras e se a coragem de tomar posições não for suficiente para os seus membros. Ele me marcará sempre por essa atitude na vida.

Não consigo imaginar quantas vezes encontrei pessoas que não tivessem medo de esconder seus defeitos. E o Senador Antonio Carlos Magalhães abria mão de qualquer receio de expor seus defeitos perante qualquer um e perante qualquer ambiente social em que estivesse. Esse é um gesto muito raro, é um gesto determinante para a admiração que construí em relação à sua pessoa. A coragem de enfrentar os momentos difíceis da vida política, a coragem de enfrentar os momentos que marcaram sua luta no seu Estado, no País, no debate ideológico, cuja travessia de mais de 50 anos ele teve de fazer, sempre foi algo que me trouxe muito à lembrança os sentimentos de respeito e de apreço, que sei que foram mútuos.

Gerou um político como Luís Eduardo Magalhães. Vem-me sempre uma frase ligada a ele: “O jogo está jogado”. Ele a proferia nos momentos de entendimento da Casa. O “jogo jogado” significava que o acordo estava feito e não seria quebrado. Esse é outro gesto especial. Sua família inteira deve se orgulhar sempre dessa conquista que ele conseguiu obter.

Gerou também ACM Neto, que expande a fronteira da Bahia, do Nordeste, como um personagem da política brasileira, e Antonio Carlos Júnior, que foi meu colega no primeiro mandato e que cumpriu com honradez também seu mandato aqui. Isso foi muito importante no exercício do Senador, bem como na vida dessa família.

Outro gesto que não se pode deixar de considerar aqui – o Senador Mercadante também o trouxe à nossa lembrança – era a defesa do Poder Legislativo. Poucas vezes, consegui ver, no Congresso Nacional, observando esta instituição, quando ele estava aqui ou quando ele não estava aqui, quem tivesse coragem de fazer a defesa do Poder Legislativo com tanta clareza e com tanta convicção como o Senador Antonio Carlos Magalhães. Para ele, era algo muito distinto, era algo sempre muito especial a figura do Poder Legislativo dentro da vida pública brasileira. Talvez, por isso, ele tenha tido a coragem, no meio de muitos, de conseguir viabilizar a CPI do Judiciário e de assumir, de frente, essa responsabilidade.

Duvido se outros tantos parlamentares da história do Congresso brasileiro teriam tido coragem de fazer uma solicitação daquelas, sem medo de serem mal interpretados e sem medo de serem confundidos no que queriam. E o que ele queria era uma marca no combate à corrupção, que incomodava e afligia pro-

fundamente a vida pública naquele momento, como foi o escândalo do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, que foi depurado, dissecado, viscerado e gerou um ato de justiça, como outros que foram conseqüências daquela CPI, que não era uma afronta ao Poder Judiciário, mas uma necessidade da República, ao expor aquele tipo de ferida naquele momento.

A TV Senado, que o Presidente Sarney criou, mas cuja dimensão para a democracia brasileira o Senador Antonio Carlos Magalhães compreendeu tanto, para a transparência da vida legislativa brasileira e cujos passos consolidou com tanta força, além dos que o Presidente Sarney trouxera.

O Fundo de Combate à Pobreza, como já foi bem lembrado aqui; o Instituto do Coração do Distrito Federal, que, hoje, está-se tornando uma referência no atendimento a 11 Estados brasileiros, que confluem para o Centro-Oeste em busca de tratamento para doenças especializadas do coração, cuja luta e desafio foi ele que incorporou, extrapolando os benefícios da sua fronteira.

Então, creio que seja uma figura que marcará sempre a memória do Poder Legislativo. Lembro-me também de uma atitude recente dele muito elevada, quando foi derrotado na última eleição. De cabeça erguida, entendeu que poderia aceitar o convite de um diálogo, sendo ele de oposição contra o Governo do Presidente Lula. Sentou, relatou para mim que o primeiro ponto a ser tratado naquela conversa seria o que aconteceria com a Bahia a partir daquele momento. Então, a sua preocupação com o seu Estado, com as prefeituras da Bahia, com o desenvolvimento daquela região, outro traço marcante de um homem público, que não podemos esquecer como uma referência em nossas atitudes e em nosso debate.

Procurei, Sr. Presidente, já encerrando, trazer uma lembrança. Digo: Puxa, como vou considerar um olhar de 50 anos se tenho menos do que isso?

No meu aniversário, dia 9 de fevereiro, tocou o telefone e era o Senador Antonio Carlos Magalhães, dando-me os parabéns. Eu disse: O que eu posso ouvir da sua figura para um jovem de 46 anos? Ele respondeu: "Quanta inveja!" Inveja da vida, porque ele queria ter mais vida, ele queria ter mais tempo, ele queria poder fazer, talvez, o que eu possa fazer pela frente, na minha região, no meu Estado, no campo político.

Assim, procurei pegar o testemunho de um cidadão de 85 anos, lá da Bahia, amigo meu também, o Dr. Raymundo Paraná, um cidadão que foi advogado a vida toda e que conheceu bem o Senador Antonio Carlos Magalhães. Peguei o testemunho dele e do filho, que é um dos maiores pesquisadores de fígado do Brasil, o Dr. Raymundo Paraná Filho.

Ouçam o testemunho que dá o Dr. Raymundo Paraná, de 85 anos, insuspeito, que não tem vida partidária, não tem nenhum tipo de debate apaixonado de partidos e de confrontos na Bahia:

Ainda jovem, ACM, que na fase universitária, acadêmico de medicina, já despontava como *leader*, quando da redemocratização do País, após o término da era getulina, passou a se dedicar à política. Eleito Deputado Estadual, consolidou o seu trabalho e logrou ser eleito Deputado Federal.

A partir daí, a sua trajetória ascendeu. Após o ano de 1964, foi nomeado Prefeito de Salvador, onde deixou a sua marca de excelente administrador, a ponto de ter sido considerado o Prefeito do Século. Hoje, a cidade de Salvador lhe é devedora de obras fundamentais.

Governador do Estado por três períodos, realizou trabalho marcante.

No seu primeiro período, tive a honra de ser convidado para chefiar o Departamento Jurídico do Centro Industrial de Aratú, resultando na construção do Porto de Aratú, que hoje serve de escapamento para o Pólo Petroquímico de Camaçari e, ainda, para exportação dos veículos fabricados pela Ford, com efeitos significativos para a economia baiana.

O que caracterizou as administrações de ACM foi a sensibilidade na escolha de auxiliares diretos. Teve como colaboradores mais próximos seu Chefe da Casa Civil, o saudoso amigo Rosalvo Barbosa Romeu. Introduziu na vida pública outras figuras importantes, destaques pela competência administrativa, como Waldeck Ornelas, Paulo Souto, Rodolfo Tourinho, César Borges. Estes honraram e honram a Bahia no Senado. Vários jovens competentes foram lançados na vida pública por ACM. Ele tinha uma espécie de faro para detectar competência, principalmente nos jovens. Tinha também um intenso compromisso pela renovação, motivo de orgulho dos seus colaboradores.

Apesar dos naturais ataques oposicionistas, ninguém lhe pode negar liderança carismática, além da grande visão político-administrativa.

A restauração do Pelourinho reativou o fluxo de turismo na Bahia. A industrialização da Bahia nos tirou do marasmo econômico. A projeção da Bahia no cenário político nacional foi outro efeito marcante.

Aí vem Raymundo Paraná Filho, um dos maiores hepatologistas da história do Brasil, amigo meu e contemporâneo de vida médica e acadêmica, dizendo o seguinte:

Da minha parte, destaco que nunca tive qualquer envolvimento com o Senador ACM, mesmo quando ele foi Governador da Bahia. Estive em seu Gabinete duas vezes, ambas para pedir apoio para projetos no serviço público de saúde da Bahia. Mesmo não tendo qualquer envolvimento com o Senador ACM, era impossível renunciar a certa admiração que todo baiano desenvolveu por essa figura única na política brasileira.

Certa vez, encontrava-me no Incor, numa revisão médica, e lá tive problema com o meu seguro saúde. Liguei para o meu amigo e Senador Tião Viana para pedir orientações, mas o Senador ACM soube do fato e interferiu a meu favor, mesmo sem um pedido meu. O Senador Tião Viana está autorizado a relatar esse fato. Nunca fui aliado ou apadrinhado pelo Senador ACM, nunca fui seu colaborador, mas ele teve um gesto generoso para comigo. Sei que não fui o único a me surpreender com atitudes como esta, vindas do Senador ACM. Ele tinha fama de durão, podia ser intransigente, porém só as pessoas sensíveis tomam atitudes como esta.

Então, são testemunhos das mais variadas posições de vida ideológica que vemos, com muito respeito, a uma figura pública.

Haroldo Lima, do PCdoB, em sua idade também de homem maduro, colocava-me candidato a Deputado Federal, foi reunir com artistas da Bahia no Pelourinho e eles disseram: “Olha, Haroldo, está vindo você da esquerda aqui, mas vamos dizer-lhe uma coisa: só não fale mal do ACM”.

Então, essa relação ele conquistou com a maior grandeza porque ele amou a Bahia, ele respeitou a Bahia e digo, com o maior respeito, que é um dos maiores vultos da história política brasileira.

Meu respeito e meu sentimento. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Marco Maciel.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

Preparei um discurso escrito, mas tenho consulta médica marcada e terei de me ausentar.

Então, eu gostaria de entregar a V. Ex^a meu discurso, pedindo que o considerasse como lido. Depois, oportunamente, farei um artigo, em algum jornal, homenageando aquele que era meu amigo e que considero um dos maiores vultos da história política do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Faremos isso com muita satisfação, Senador Demóstenes Torres.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal; Exm^a Sr^a Arlete Magalhães, viúva do Senador Antonio Carlos Magalhães; Exm^o Sr. Deputado Federal Osmar Serraglio, que, nesta cerimônia, representa a Câmara dos Deputados; Exm^o Sr. Ministro Rider de Brito, Presidente do egrégio Tribunal Superior do Trabalho; Sr^a Teresa Helena Magalhães, filha do Senador Antonio Carlos Magalhães; Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, ao saudá-lo, quero saudar também o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Exm^o Sr. Vice-Governador do Distrito Federal, Paulo Octávio, que cerimônia, representa o Governador José Roberto Arruda; Sr^{as} e Srs. Senadores, autoridades presentes ou representadas.

Sr. Presidente, se gramático fosse e pretendesse definir morfológicamente a figura do Senador Antonio Carlos Magalhães, não o classificaria como substantivo comum, muito menos como substantivo abstrato. Antes, o consideraria substantivo coletivo, pois, embora de forma singular, exprimia diversos seres, portanto, um ente múltiplo.

Ou seja, Antônio Carlos Magalhães, era uma instituição, identificado por uma legenda – ACM, como, aliás, apreciava ser chamado. Ele haveria de constituir-se um autêntico líder, posto que dotado plena e abundantemente do dom da vitalidade, recurso energético básico, para ser grande em qualquer função, especialmente no sáfaro território da política.

Em todas as formas de grandeza humana, na opinião de Ortega y Gasset, é tão dependente da vitalidade como a grandeza política. Não se pode retirar do político uma visão de mundo; mas viver para o político não é só pensar, é, sobretudo fazer. O político nasce e nessa condição se exercita; a natureza parece enlaçar-se com a evolução da história. Natureza e história quase se confundem, foi o que vimos ao longo de quase meio século de atuação de ACM na vida política nacional.

A política, sabemos, é ciência e, sobretudo arte, exige uma enorme “*provisão de sol interior*”, para usar

uma expressão de Joaquim Nabuco ao lutar pela abolição do trabalho escravo, é uma atividade em que se constrói muitas vezes desconfiando da solidez dos materiais e do terreno; por isso, mais do que uma profissão, é sobretudo uma atitude de vida a reclamar doação integral à causa abraçada. Nada do que é humano, frise-se, é indiferente à vida pública.

Nessa interação metabólica entre política e história, não se deve esquecer que liderança não é sinônimo de carisma, isto é, liderança não prescinde da capacidade de o político antever o futuro, antecipar-se aos fatos e saber decidir no instante acertado. Para tal, a intuição, entendida como certeza do inconsciente, é essencial. ACM a possuía em alta voltagem. Apesar de muitos considerarem a intuição ilógica, irracional, uma vez que exclui a prova da razão, a intuição é, a meu ver, importante, porque permite pressentir ou mesmo sentir o momento da conduta a adotar, sobretudo quando se está – e quantas vezes vivemos essas situações – no solitário vale das decisões. E, para isso, é necessário, também, coragem: coragem no decidir. A coragem para Churchill, das virtudes, é a primeira. Deve ser algo inerente ao político. E ninguém pode afirmar que tem coragem se nunca defrontou o perigo, como aliás salientou certa feita La Rochefoucauld.

Coabitavam também em ACM alguns atributos weberianos como o senso de responsabilidade e o senso da proporção e, com intensidade, como aqui se salientou, a paixão. A paixão é entendida por Weber não como agitação estéril, mas no sentido de total disponibilidade a uma causa que a inspira.

O seu amor pela Bahia, certamente sua primeira devoção, expressa bem a apaixonada dedicação pela terra. O Senado, aliás, por constituir-se em Casa da Federação – leia-se Casa dos Estados – convive cotidianamente com esses conflitos que continuam a marcar a diversidade brasileira até conseguirmos realizar nosso projeto de desenvolvimento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs., a pátria de todo cidadão, como escreveu o notável Senador Bernardo Pereira de Vasconcelos, século e meu atrás, é o lugar onde se nasceu. É nela que buscamos alento, nos retemperamos para os desafios e nos refugiamos nas adversidades. Ser telúrico não é um mero provinciano. Ademais, é possível ser telúrico e amar a terra e, ao mesmo tempo, dispor do “instinto de nacionalidade”, como falava Machado de Assis.

ACM cultuava também – como aqui foi lembrado – o gosto pela polêmica, cativando admiradores e muitas vezes gerando adversários e até mesmo inimigos. Com alguns logo se reconciliava. Enfim, sabemos, “o estilo é o homem”, como sinteticamente definiu o escritor francês Louis Buffon.

Sr. Presidente, em todo o percurso de mais de trinta anos de amizade, ACM e eu militamos nas mesmas agremiações políticas – Arena, PDS, PFL e, a partir de dezembro passado, o Democratas. Conquanto as siglas possam indicar direções diferentes, conservamo-nos na mesma família partidária.

Divergimos em raríssimas oportunidades; nossa convivência foi marcada pela identidade de posições. Praticamos, como diria Vinícius de Moraes, a “arte do encontro”. Foi o que aconteceu, em alguns episódios, inclusive no que tornou possível a eleição de Tancredo Neves e José Sarney, porque o diálogo é matéria-prima da política.

Sr. Presidente, não esqueçamos nesta saudosa evocação que o Senador Antonio Carlos Magalhães é um amigo fiel e afetuoso esposo, pai e avô. Deixa ilustres descendentes e amigos, muitos dos quais vocacionou para a vida pública. O Brasil inteiro se comoveu com a perda do seu querido filho e meu amigo Luís Eduardo Magalhães, tão jovem e já encaminhado em brilhante carreira, cujo falecimento abalou tão profundamente o pai que o País com ele se associou na dor.

Jó, o servo sofredor, disse que “a vida era um sopro”. É verdade. Somos peregrinos neste mundo e sabemos que “a morte não é, todavia, o contrário da vida, mas o avesso dela”, conforme escreveu Amoroso Lima. A perda de Antonio Carlos Magalhães gera um vácuo em todos nós e parece deixar o País menor.

Convém lembrar a memória de Antonio Carlos Magalhães recordando palavras de outro ilustre baiano – Rui Barbosa, patrono desta Casa, para quem “a morte não extingue: transforma; não aniquila: renova; não divorcia: aproxima”.

Que Deus o acolha e sua vida continue a inspirar nossos trabalhos.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Demóstenes Torres.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Demóstenes Torres, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador José Sarney.

Com a palavra S. Ex^a.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Arlete Magalhães – na pessoa de quem quero cumprimentar toda a família porque sei que ela representa, em conjunto, as virtu-

des de todos –, Sr. Deputado Osmar Serraglio, representante do Presidente da Câmara dos Deputados, e, na pessoa do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, quero cumprimentar também todas as autoridades presentes.

É muito difícil – talvez um dos mais difíceis discursos que tenho e tive de fazer na vida – dizer essas palavras em memória de Antonio Carlos Magalhães. Certamente já passei por momentos difíceis – e recordei quando também tive de falar com a morte de Tancredo. E hoje tenho um sentimento de perda ainda mais pessoal, um sentimento de profunda perda.

Já ouvi aqui de outros oradores que o Senado está menor. Não diria que ele está menor, porque, sem dúvida alguma, julgo esta Instituição como maior que a soma de todos nós, que passaremos aqui por várias e várias gerações, como outras já passaram. Mas, certamente, ele está diferente.

Antonio Carlos era presença e referência dentro desta Casa. E eu, ao voltar meus olhos, ainda o vejo, perfeitamente, sentado nesta primeira fila, fazendo sempre aquela saudação quando entrávamos, naquele gosto que transmitia amizade, naquele beijo longo que jogava, que lhe era muito comum, que ele fazia sempre.

Recordo-me de um verso de Pablo Neruda quando falava sobre Silvestre Revueltas, o compositor mexicano, seu amigo. Ele disse: “Tem um carvalho tombado no meio da casa”. Este é o nosso sentimento: temos um carvalho tombado no meio da casa. A figura de Antonio Carlos era tão predominante que era uma referência.

Até pensei, Sr. Presidente, não falar nesta sessão, porque o meu silêncio poderia ser maior do que todos os sentimentos que as minhas palavras possam ter neste instante.

Todos sabem da profunda amizade que nos unia. Foram 50 longos anos desde que chegamos, com Arlete e Marly, ao Rio de Janeiro, em 1959, ainda jovens. Construímos uma amizade que passou de nós dois para nossas famílias, transbordou para nossos filhos, e foi crescendo com o tempo, decantando de tal modo que ela ficou numa normalidade – que não era sempre tranqüilidade. Nunca ouvi Antonio Carlos discutir profundamente de duas coisas: uma, a neutralidade; outra, a morte. Ele não era neutro em nenhum momento, nem com relação às atitudes dos amigos. Quantas vezes divergíamos. Certa feita, num momento desses, ele com certa excitação, eu lhe disse: “Antonio Carlos, você vai lembrar que, nesses últimos 50 anos, eu talvez seja o seu amigo com quem você não brigou. Vamos parar por aqui!” E paramos.

De tal modo nos entendíamos que pudemos cumprir essa longa caminhada que nós fizemos juntos.

Todos nós temos os nossos defeitos e nossas qualidades. Há um provérbio que é citado por Diógenes Laércio no *Vida e pensamento dos filósofos ilustres*: “*De mortuis nil nisi bonum.*” Dos mortos não se deve falar senão o bem, não se deve guardar senão as coisas boas.

E é justamente isso que nós temos que lembrar. Temos que lembrar o que Antonio Carlos representou não somente para nós, mas para o País. Ele era uma personalidade poliédrica. Tinha muitas faces. Se quebrarmos esse poliedro, em primeiro lugar, vamos ver dentro dele o cidadão, o homem de afetos, o chefe de família, o patriota que nunca falhou nem ao Brasil, nem à Bahia.

As suas virtudes cívicas eram grandes. Sempre vi Antonio Carlos com sua visão do País pelo lado do civismo. Sempre vi Antonio Carlos como servidor do povo.

Se quebrarmos esse poliedro em outro pedaço, vamos encontrar dentro dele o político. Ele era um ser político, aquele que tinha a arte do bem comum, já foi dito isso, mas ele vivia 24 horas por dia a política e tudo na vida dele ele colocava um pouco de política. A política nunca pode se separar dele porque ele tinha o sentimento de ser baiano misturado com o seu corpo.

O Senador Aloizio Mercadante falou que ele gostava do poder. Sim, porque o verdadeiro político é um homem que não quer apenas influenciar o poder: se ele acredita nas suas idéias, ele quer, por meio do poder, exercer suas idéias, para construir, para melhorar a sorte do povo. Era justamente nesse sentido que ele tinha essa determinação do servidor público.

Se quebrarmos mais uma vez esse poliedro nas várias faces, vamos encontrar o chefe, aquele que sabia criar equipes, aquele que sabia comandar, aquele que sabia mandar, mas sempre com o sentimento do bem público. Ele nunca utilizou esse poder de mando senão naquilo em que julgava os maiores interesses do País e os maiores interesses do seu Estado. Ele tinha essa virtude de comandar, de saber fazer escolhas, uma coisa tão difícil...

Junto de Antonio Carlos, ao longo da vida, passaram muitas pessoas. Ele gostava de ser cortejado. Nós não podemos deixar de notar isso na sua personalidade. Mas, quando tinha de entregar uma missão de interesse público, de responsabilidade, ele nunca se levava pelo coração; ele se levava pelo espírito público. Essa era a sua capacidade de chefia, que ele exerceu permanentemente.

Antonio Carlos era o líder, aquele que tinha a virtude inata de saber não só comandar mas também, por meio da chefia, reunir pessoas em um mesmo sentido e aglutiná-las em uma só direção. Isso ele fez, ao longo de toda a sua vida, na construção da sua personalidade política na Bahia.

Se nós, então, quebrarmos uma vez mais esse poliedro, vamos encontrar o seu espírito público. O seu pensamento era sempre em favor do bem comum. Ele não tinha o sentimento, quando lidava com a coisa pública, do instinto privado; ele tinha o sentimento do interesse público. Foi assim o responsável pela modernização das comunicações no Brasil, o construtor da Bahia moderna, com seu pólo petroquímico, a modernização de Salvador, o desenvolvimento do turismo.

Eu estou mais dando um testemunho do que realmente prestando uma homenagem, porque todas as homenagens que eu tinha de fazer a Antonio Carlos, eu as fiz em vida, dando-lhe a minha estima.

Pois, bem. Se nós quebrarmos ainda mais esse poliedro, nós vamos encontrar dentro dele esse sentimento já tão falado aqui, esse sentimento tão profundo das nossas raízes. Ele era a Bahia. O sangue dele era a Bahia; se fosse possível dizer qual era a substância do seu sangue, se diria que era a Bahia.

Falou-se muito aqui no seu sentimento pela Bahia. Rui Barbosa, quando chegou ao Senado, também teve a oportunidade de dizer: “Toda a minha inspiração e tudo o que sou devo à Bahia”. E Antonio Carlos fez um gesto pela Bahia, um gesto simbólico, nessa mesma linha. Ele tirou o busto de Rui Barbosa, o Patrono do Senado, que estava escondido, ali no fundo da Casa, e o colocou aqui, de frente para nós, para que vissemos não somente Rui Barbosa, como também, na pessoa dele, todo o amor que ele tinha pela Bahia.

Ele falava na Bahia com encanto. A Bahia tem esse poder encantatório sobre todos os baianos e sobre todos os seus homens públicos. Eu me recordo de como Seabra, o grande político baiano, falava sobre a Bahia! Este homem, cujo busto está aqui, Rui Barbosa, falou e escreveu tanto, mas é difícil se encontrar uma página ou uma frase de Rui Barbosa sem que ele colocasse a Bahia no centro. Era o poder encantatório da Bahia! Esse poder encantatório Antonio Carlos também recolheu e transmitia, também tentando ser essa serpente encantadora que ele era.

Outra ligação sua com a Bahia era com a cultura. Como soube conviver com os artistas baianos! Como ele soube conviver com a cultura! Como soube conviver com as religiões tradicionais da Bahia! Como soube fazer pela sua Cidade de Salvador aquilo que Diógenes Rebouças tinha feito em desenho e que ele

transformou em realidade, abrindo as grandes avenidas dos vales, construindo a nova Salvador e, depois, construindo a nova Bahia.

Se quebrarmos mais ainda esse poliedro, vamos encontrar também o homem que sabia ser amigo. Antonio Carlos sabia distinguir as coisas da amizade. A amizade não é uma comunhão de interesses; a amizade não é um pacto de pensarmos juntos as mesmas coisas e de lutarmos juntos pelas mesmas coisas. A amizade é uma coisa mais profunda, na qual ela estabelece um pacto de deveres, os deveres da amizade. Entre esses, há os deveres da solidariedade e os deveres de comungar as tristezas e as alegrias. Coroando o que é amizade realmente, está o gosto da convivência.

E Antonio Carlos tinha o gosto da convivência com as pessoas a quem ele estimava, de quem ele era amigo.

Quero também realçar, quebrando esse poliedro uma vez mais, o Parlamentar, que é uma faceta do político. Lembro-me do Antonio Carlos Deputado Federal, irrequieto, quando chegamos lá no Rio de Janeiro. Ele era tido como homem que chegava como representante de Juracy Magalhães, que era presidente da UDN, uma das figuras mais importantes da política nacional. Na UDN, vimos, ali perto, chegar o poder, com a eleição de 1960, com Jânio Quadros, que nós ganhamos e que, em seguida, desapareceu.

Ele era um Deputado irrequieto. Aquele tempo era um tempo de novidades: De Gaulle, por exemplo, tinha feito a Quinta República; Kennedy tinha sido eleito nos Estados Unidos, com a sua mensagem das novas fronteiras. O homem tinha ido ao espaço. Juscelino criara o sentimento do desenvolvimentismo. Essa palavra desenvolvimento, que hoje se ouve com tanta frequência, quase não existia nos dicionários brasileiros. Começou a existir depois de Juscelino. Eu mesmo me espantei quando, pela primeira vez, ouvi “desenvolvimentismo”.

O que era isso? Isso era a mudança da mentalidade do homem prático, do homem empreendedor. Nós, da UDN, tínhamos outra visão das coisas. Era um sentimento de que o Brasil não caminhava por causa dos seus defeitos, por causa dos homens que se conduziam pessimamente, por causa da corrupção que imperava. E Antonio Carlos procurou Juscelino, porque era do seu temperamento, o temperamento do homem ligado ao desenvolvimento.

Eu era do grupo contrário, do Carlos Lacerda. Mas tínhamos outro sentimento, que era o sentimento social, que ainda existe hoje, e criamos o movimento Bossa-Nova com o sentido de desenvolvimento, sim – pois não negávamos o desenvolvimento –, mas com

justiça social. Avançávamos no tempo, pensando no problema social que justamente não se discutia naquele tempo.

Vi, assim, Antonio Carlos assumir no Rio de Janeiro sua liderança e construir sua vida pública, manifestando, depois, sua bravura e sua coragem nos momentos decisivos. Ele nunca deixou de ser presente. Ele nunca se omitiu em nada. Ei-lo fazendo discursos contra Jânio Quadros, quando Jânio Quadros renunciou, ei-lo à frente do movimento contra Jango Goulart, fazendo os discursos mais violentos e contundentes, assumindo as suas responsabilidades.

Quero contar uma passagem para que possamos aliviar um pouco o sentimento e saber como Antonio Carlos era objetivo. Quando Castello Branco foi eleito, Luiz Viana, Aliomar Baleeiro e Antonio Carlos foram falar com Castello. E o Castello Branco disse, na entrada, ao Luiz Viana: “Um momento. Os senhores fiquem um pouco lá fora, que estou atendendo aqui uma visita que eu não posso interromper!”. Essa visita era o Juscelino, que fora acertar com o Castello a participação do PSD na eleição.

Antonio Carlos, irritado, vira-se para o Aliomar Baleeiro e diz: “Aliomar, isso é uma afronta! Vamos fazer o seguinte, você, que é mais duro, faça um discurso contra esse Castello, e eu respondo, defendendo o Castello, e vamos fazer as pazes!” Aliomar disse-lhe: “Antonio Carlos, vamos fazer o contrário, você faz o discurso contra, e eu faço o discurso a favor!”

Falou-se aqui da opinião do Antonio Carlos sobre o poder. Ele dizia, quanto ao poder, que é melhor sofrer em cima do que ficar folgado embaixo. Uma vez, a minha mulher chegou, enquanto eu conversava com Antonio Carlos, e começou a confessar: “O Palácio do Alvorada é uma casa muito quente, o sol nasce defronte. É quase que uma redoma!” Ele parou e disse: “Marly, não fala, não; esse é o melhor endereço no Brasil!” (Risos.)

Mas volto ao Parlamentar. Todos falaram de sua presença no Senado. Não quero repetir, mas realmente aqui ele teve uma grande importância, foi um excelente parlamentar, presidindo a Casa ou comissões, propondo e discutindo leis, debatendo, fiscalizando, construindo.

Já se falou também do executivo: Prefeito, Governador algumas vezes. Do pólo petroquímico, às fábricas de automóvel, tantas coisas o Antonio Carlos fez pela Bahia. Falou-se também de sua passagem pela Eletrobrás. Mas creio que ficou na visão dos baianos e de todos nós a sua bravura, quando a gente o viu sair aqui comandando aquele pelotão em direção ao Palácio do Planalto, a exigir do Presidente Fernando Henrique solução para o problema do Banco Econômico. Vimos naquela marcha a marcha pela Bahia que Antonio Carlos sempre comandou.

Antonio Carlos foi também o ídolo popular. O vi muitas vezes nos braços do povo da Bahia, e testemunhei a despedida em seu sepultamento.

Acho que meu pronunciamento já está longo – disseram que devíamos falar cinco minutos -, mas quero dizer o que sinto ao ver esta Casa sem a presença do Antonio Carlos. De todos nesta Casa sou eu o mais estreitamente e longamente ligado a Antonio Carlos. Juntos vivemos com intensidade os sonhos e frustrações do Brasil, nestes 50 anos. Por isso nunca vou entrar aqui sem vê-lo presente, sem receber aquele beijo longo que ele mandava todas as vezes. Muitas vezes, quando ele tinha alguns arrufos com a gente, levava alguns dias enfezado, mas quando ele jogava aquele beijo a gente sabia que era o sinal de que a zanga tinha acabado. Lembrar o seu jeito de ser, a troca diária de nossos afetos.

Há uma coisa que devo confessar neste plenário. Duas foram as coisas que mais admirei em Antonio Carlos: ele saber lidar com a agressividade e ele saber lidar com o amor. Ele ia muitas vezes, rápido, da possessão à ternura, vinha da ternura à possessão. Outra coisa, mais difícil – sei que isso choca um pouco a gente, Arlete, e a você também –, é como ele sabia lidar com o sofrimento. Eu nunca vi ninguém que soubesse lidar com o sofrimento como Antonio Carlos.

E a vida me deu duas situações terríveis. Primeiro, quando Lúcia e Paulo Tarso chegaram ao Palácio do Planalto e me pediram que fosse comunicar a Antonio Carlos a morte de Ana Lúcia. Saímos, naquela noite, e tive essa emoção que jamais posso esquecer: sua reação, o seu desespero... Depois, passam-se os anos, e Luís Eduardo, por quem tínhamos nós tantas esperanças, teve seu enfarte. Antonio Carlos me telefona, e vou para a Casa de Saúde Santa Lúcia. As coisas se complicam. Colocam um sofá pequeno na frente da UTI. Ele pegou a minha mão e ficamos ali cerca de uma hora com as mãos apertadas, vendo os médicos saírem e entrarem na UTI, com jalecos cheios de suor, na luta por aquele coração tão bom que era o de Luís Eduardo. E o Dr. Tranchesi chega, abaixa-se e diz: Antônio Carlos, não deu.

São coisas que a gente não esquece e que marcam uma vida, que marcam um relacionamento. E, com esse sentimento de quem sabe os deveres da amizade, conjugados na alegria e na tristeza, termino estas palavras. Euclides da Cunha dizia ser muito perigoso lidar com a saudade. Eu sei como vai ser difícil para mim lidar com a saudade de Antonio Carlos Magalhães.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente Senador Renan Calheiros, Exm^o Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, nossa respeitada amiga D. Arlete, Deputado Federal ACM Neto, em nome dessas autoridades saúdo a Mesa aqui composta. Sr^{as} e Srs. Senadores, convidados, amigos, meus senhores e minhas senhoras:

Para um homem público o paraíso está localizado no coração de sua gente, no respeito e no amor do povo. Antonio Carlos Magalhães conheceu o paraíso ainda em vida. Poucos políticos brasileiros foram depositários de tanta admiração e de tanto carinho de seus conterrâneos como ele.

De temperamento cristalino e vibrante, Antonio Carlos sintetizou a doçura e a energia de seus concidadãos. A Bahia de alma mulata aprendeu a reconhecer, naquele rosto largo e alvo, a firmeza e a postura de um homem que fez do exercício da defesa de seu Estado a própria razão de sua vida.

A política cunhou a legenda ACM. Um símbolo de devoção dos baianos, uma marca de modernismo administrativo e agressividade eleitoral. Antonio Carlos e seu forte carisma alargaram as fronteiras da Bahia e ele se tornou uma figura de expressão nacional.

Desde os tempos do Presidente Juscelino Kubitschek, influenciou nas grandes decisões do País. Era pragmático, sincero e objetivo.

Extremamente afável com os companheiros, duro mas leal com os adversários, ACM construiu sua trajetória no campo eleitoral. Nas urnas baianas edificou uma história recheada de disputas e embates heróicos. O “carlismo”, inspirado em sua atuação, converteu-se na mais poderosa facção política da região, arrastando a Bahia para um tempo de desenvolvimento econômico e social.

Antonio Carlos era firme na contenda política, polemista e árduo debatedor. Nunca fugiu de uma luta, por mais difícil que ela se apresentasse. Porém, nem o mais feroz dos inimigos jamais duvidou de seu amor à Bahia e ao Brasil.

Por isso mesmo, ele possuía um incontestável espírito agregador, principalmente no tocante à cultura regional. Arregimentava em torno de si artistas e intelectuais. Era entusiasta das manifestações populares. O povo via nele o “painho”: o patrono, o protetor dos pobres e desvalidos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para nós Democratas, ACM foi mais que um líder digno e firme; foi sim, a bússola que orientou as decisões partidárias

ainda nos tempos do PFL, em momentos delicados da vida nacional. Sua visão iluminava as atitudes, e sua coragem alimentava nossos corações.

Tive a honra, Sr. Presidente, de militar ao lado do Senador Antonio Carlos Magalhães desde o tempo da Arena, do PDS e, mais recentemente, do PFL. Ele sempre foi um exemplo para os mais jovens, por sua determinação e por sua crença inabalável nos destinos do Brasil. Foi um guerreiro que muito nos inspirou. Sua garra e sua vontade de transformar o País estimulavam seus novos partidários a encarar com determinação e ousadia o futuro. Portanto, uma grande geração de políticos foi influenciada por seu estilo aguerrido e valente.

Sim, sentiremos saudades do Senador Antonio Carlos Magalhães. Sua morte é uma perda irreparável para esta Casa e para o País. Mas não se trata de uma saudade lamuriosa, mas de um sentimento de admiração e de respeito por alguém que construiu sua reputação com lutas e sacrifícios. ACM fará falta ao Senado, à Bahia e ao Brasil. Mas seus exemplos se transformarão em caminhos: uma trilha de destemor, de obstinação e serviços ao povo.

Antonio Carlos saiu da cena, mas sua biografia servirá de esteio para as futuras gerações. Ergue-se agora uma nova flâmula, um bandeira que traz bordada a saga dos brasileiros que confiam no País; hasteiam-se os mais puros ideais democratas. Antonio Carlos Magalhães agora será a estrela que nos guiará a uma nação mais justa.

Ao finalizar, cumprimento com afeto especialmente o nosso colega Senador Antonio Carlos Júnior, herdeiro não apenas de um nome, mas sim de toda uma tradição de vigor e responsabilidade política com a Bahia e com o Brasil. Dirijo também uma saudação especial ao povo baiano. Sei que agora o Senador Antonio Carlos está feliz, ao lado de seu filho Luís Eduardo.

Sr. Presidente, quero fazer uma pequena reflexão para concluir a minha fala. Tenho o hábito de discutir política com um ex-Senador, ex-Governador, ex-Deputado e um velho amigo do Senador Antonio Carlos Magalhães. Reiteradas vezes, quando estamos discutindo política em minha residência, ele pondera e diz: “Jayme, você é o ACM de Mato Grosso e eu sou o Marco Maciel”. Com certeza, muito me honra ser o ACM de Mato Grosso, porque ACM vive em nossos corações!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (Palmas.)

O PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Sr^a Arlete Magalhães; Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Rider Nogueira de Brito; Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior; Deputado Federal ACM Neto; Sr^a Teresa Helena Magalhães; Sr^{as} e Srs. Senadores; Sr^{as} e Srs. Deputados; Parlamentares da Bahia; familiares do Senador Antonio Carlos Magalhães; minhas senhoras e meus senhores, apesar do pouco tempo de convivência que mantive com a figura do homem público cuja memória aqui homenageamos, pude constatar que ele foi um esmerado cultor das artes da política. De tais artes, ele conheceu a intimidade, os segredos que só podem ser alcançados por uma bem dosada mistura de intuição e vivência.

E, se as conheceu, é porque passou por toda a amplitude de experiências que a vida política propicia: vitórias, derrotas, a exigente rotina de administrador público e de Parlamentar, momentos gloriosos e também momentos difíceis.

Depois de 36 dias internado no Instituto do Coração, em São Paulo, o Senador dos baianos sucumbiu à falência de múltiplos órgãos às vésperas dos 80 anos.

A lacuna é inegável. Alguns, Sr. Presidente, nobres Senadores e Senadoras, podem discordar de algumas das opções políticas tomadas por ACM em sua longa trajetória, mas não podem, no entanto, deixar de reconhecer o brilho pessoal, a aguda e sensível inteligência política, as idéias modernas e desenvolvimentistas que marcaram essa trajetória.

Endossando as palavras do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, ACM marcou a história da Bahia e do Brasil. Para além de sua relevância política, encarnava o personagem forte, rápido, respeitoso, polêmico e encantador, sempre preocupado com a eficiência e com a competência.

Sr. Presidente, analistas de vertentes mais distintas sentenciam que a morte do Senador Antonio Carlos Magalhães encerra o ciclo da história política brasileira da segunda metade do século XX. Fundador do PFL há exatos 27 anos, ocupou, invariavelmente, lugar de destaque em todos os episódios marcantes da política nacional desde, no mínimo, a Era JK.

Nessa linha, ACM teve a mais extensa carreira de êxito dentre os políticos que conheceram a notoriedade no limiar dos anos 50. Sem dúvida, a duração incomum da carreira exitosa de Antonio Carlos Magalhães deveu-se a um faro político excepcional, capaz de traçar milimetricamente o rumo dos objetivos programados. Em suma, o aspecto central do projeto político de ACM foi misturar formas tradicionais de ação com

novos arranjos modernizadores. Ele é, sem sombra de dúvida, o maior responsável pela modernização e o grande desenvolvimento econômico da Bahia nas últimas décadas.

Não há quem conteste, minhas senhoras e meus senhores, o extraordinário desenvolvimento obtido pelo Estado da Bahia sob os Governos de Antonio Carlos Magalhães e seu grupo político. Não lhe faltou visão administrativa; sua determinação como empreendedor nunca fraquejou, e ele sempre soube revelar para a política baiana e nacional executivos competentes e criativos.

Como Prefeito de Salvador, ele mudou, nos anos 60, o projeto urbanístico e revitalizou a capital. No Governo Estadual, atraiu investimentos de grande porte, como o Centro Industrial de Aratu.

Logo depois, articulou a construção do Pólo Petroquímico de Camaçari. De volta ao Governo Estadual nos anos 90, dessa vez pelas urnas, investiu fortemente em turismo, transformando principalmente o sul da Bahia em um paraíso de *resorts* e condomínios de luxo. Também exerceu papel determinante para que a Ford instalasse um pólo automobilístico no Estado, de vital relevância para a economia local e nacional.

Os números econômicos de sua administração revelam-se excepcionais. De 1971, seu primeiro mandato como Governador, a 2006, Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, quando o seu grupo político deixou o poder, o PIB da Bahia pulou de US\$10 bilhões para nada menos que US\$52 bilhões. Um crescimento de 420%, maior que o do País e o do Nordeste, no mesmo período.

Filho de família de classe média, ACM, a legenda, começou a trabalhar ainda na adolescência como jornalista. Depois seguiu o exemplo do pai, Francisco Magalhães, um médico e professor universitário, que chegou a ser Deputado Federal.

Em 1984, rompeu com o regime militar, recusando-se a apoiar o então candidato dos militares à Presidência e apoiando o opositor Tancredo Neves. Figura em ascensão durante os governos militares, ACM consagrou-se, assim, como peça-chave na transição política, quando apoiou a dissidência do regime.

Na seqüência, teve participação decisiva, como articulador e amigo fraterno e leal do Presidente Sarney.

Na democracia, ACM foi Governador e Senador pela Bahia, além de Ministro das Comunicações. A sua especial habilidade para articular, em grande estilo, foi essencial para a concretização da coligação PFL-PSDB, um fator determinante que levou Fernando Henrique à Presidência da República.

Concluo, D. Arlete, fazendo minhas as palavras de um poeta que diz que algumas pessoas não morrem; algumas pessoas se tornam encantadas. Antonio Carlos Magalhães, sem sombra de dúvida, é uma dessas pessoas. Tornou-se encantado e estará presente, permanentemente, conosco no plenário do Senado Federal, orientando-nos, encaminhando-nos, dando-nos força para trabalhar em benefício da nossa população e do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente Renan Calheiros, obrigado pela deferência.

Dona Arlete Magalhães, querida esposa do nosso grande amigo Antonio Carlos Magalhães; Dona Tereza Helena Magalhães, filha do Senador Antonio Carlos Magalhães; Senador Antonio Carlos Júnior, filho e, diria simplesmente, meu irmão, pois convivemos muito próximos, durante o período da sua gestão tão brilhante neste Senado, em substituição ao nosso querido amigo e seu pai, Antonio Carlos Magalhães; ACM Neto, figura exponencial, um jovem que tem transmitido o seu discurso e inteligência brilhantes, alcançando a juventude do País, dando um exemplo para o futuro. Com certeza, será imitado por grandes homens do futuro – e você é um deles. Quantas vezes eu o vi aqui, Deputado ACM Neto, conversando com o seu avô. Eu me sentia bem quando meu filho me abraçava e ficava conversando ali no meio comigo. Ele tinha, talvez, esse mesmo sentimento, ACM Neto.

Cumprimento também o Sr. Ministro Rider Nogueira de Brito, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Sr. Presidente Renan Calheiros, pouco eu poderia falar a não ser cumprimentar V. Ex^a pela idéia do busto desse ilustre brasileiro nesta Casa. Creio que foi uma das idéias brilhantes nesta hora de sofrimento e tristeza. Endossaria as palavras do Senador César Borges, que com ele conviveu toda vida política, iniciada e apontada por Antonio Carlos, que deu direcionamento a César Borges e a outros Parlamentares que aqui estiveram.

Cito também o Senador José Sarney, esse admirável exemplo de homem público, ex-Presidente da República, grande Líder neste Senado, que nos relatou a juventude, quando do ingresso na carreira política, dele e de Antonio Carlos Magalhães. O que mais

este político... Eu não era político, nunca fui; fui, pelas mãos de V. Ex^a, funcionário, e acabei vindo para cá. E aprendo muito com esta Casa. Então, nada mais eu poderia falar, a não ser endossar as palavras desses três oradores.

Sei que um dia, Antonio Carlos Júnior, bateram na minha porta, em casa, em São Paulo. Eu pedi que o rapaz abrisse a porta. Ele disse: “Tem um senhor aí que diz ser o Antonio Carlos Magalhães”. Eu falei: “Você está brincando. Deixa eu ir lá ver”. Era o Antonio Carlos Magalhães. “Vim tomar um café com você, Tuma”. Ele entrou em casa. Estávamos eu e a Zilda. Aquela figura exponencial de homem público, cheio de amor, de carinho, veio com esse sorriso tão bonito que, desde as três horas, estamos encantados de olhar, e que já penetrou na nossa alma e no nosso coração. Assim que é gostoso ver Antonio Carlos Magalhães, com esse sorriso, com essa bondade permanente. E lá ficamos conversando. A minha mulher se emocionou tanto, D. Arlete, que começou a chorar. Então, eram dois homens e uma mulher a chorar de emoção pela presença dele na minha casa, como uma figura que eu aprendi a admirar.

Quando o Senador Sarney me colocou como Diretor da Polícia Federal, eu fui inaugurar a Superintendência da Bahia e pedi ao Delegado que fizesse o favor de convidá-lo. Eu achava difícil que ele fosse, mas seria importante a presença dele. Antes de eu chegar lá, ele já estava me esperando. Comigo, inauguramos a Superintendência da Polícia Federal na Bahia.

Ele nunca nos faltou. Sempre que precisávamos de qualquer tipo de apoio, Antonio Carlos estava presente, no seu gabinete, na Presidência, como Senador. Eu o procurava e conversava com ele, que nunca deixou de ter tranqüilidade na troca de idéias e na busca de uma solução que fosse correta para esta Casa e para o País.

Senador José Sarney, V. Ex^a, como outros, descreveu o amor dele pela Bahia. Todos nós captamos um pedaço desse amor pela Bahia. Duvido que algum dos Congressistas presentes não tenha um pouco de amor pela Bahia, que foi transmitido durante esse período por Antonio Carlos Magalhães.

Ele também pensava muito nos brasileiros em geral. Quando surgiu a idéia de, pensando nos pobres, criar o que V. Ex^a chamou de o embrião do Programa Bolsa-Família, ele nomeou uma comissão. Eu fui membro dessa comissão. Caminhamos pelo Brasil inteiro, porque ele queria saber, em cada setor do País, onde a miséria grassava. Ela não estava somente no Nordeste ou no Norte, mas também no Sul e em São Paulo. Ainda ontem, tivemos a destruição de quase metade de uma favela por um incêndio que não poupou nada. Então, há

miséria em todo o País, Senador José Sarney. Quando o relatório foi feito, ele imediatamente trabalhou firme para a sua aprovação e a consequiu.

Tantas outras coisas... Ele não deixou de amar os Estados. Ele me contava: “ah, quando vou a São Paulo, eu me sinto feliz, porque passo no *shopping*, dou uma volta, vou jantar em um restaurante e sou aplaudido. Sou aplaudido e recebido, às vezes, de pé”. Então ele tinha orgulho dessa presença, em que todos os brasileiros o admiravam. São Paulo também. Meu amor por São Paulo não deve ser menor que o dele pela Bahia, mas nós dividimos um pouquinho para cada um, porque baianos há muitos em São Paulo. E nós nos damos bem.

Dona Arlete, conversando com ele nas últimas visitas que fiz no hospital, perguntei: “Cadê Dona Arlete, não veio hoje?” Ele falou: “Aquela mulher é uma santa, sempre ela está do meu lado”. E repetiu mais uma vez que a senhora é uma santa, com bastante entusiasmo, carinho e amor, que demonstra, Júnior, o amor que ele tinha pela família, como ele se sentia feliz quando via um neto, um filho. Fez referência à Teresa também. Então, tudo isso calou fundo na nossa alma. Aprendi muito com ele, pela dignidade, pelo respeito, pelo amor que ele tinha pelo País e pela parte pública. Ele não deixava que ninguém desrespeitasse o interesse público. Sempre vigilante, sempre fiscalizando e sempre lutando para que a dignidade imperasse nesse cenário.

Era isso, Sr. Presidente. Não tenho mais condições de continuar. Não quero ir para o pronto-socorro. Prefiro ficar ainda mais um pouco por aqui.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Dona Arlete, familiares do Senador Antonio Carlos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “democrata por convicção ideológica e por filiação partidária, sempre defendi Partidos políticos fortes. Daí por que penso que uma reforma tenha por prioridade valorizar as agremiações políticas, impedindo que elas se afastem das ruas, da vontade popular”.

Com essas palavras, Antonio Carlos Magalhães, o jornalista, o médico, o político baiano, o grande homem público brasileiro, iniciava, nesta tribuna, uma de suas últimas intervenções no plenário desta Casa. Era uma quarta-feira, 23 de maio. Algumas poucas semanas mais tarde, o Brasil haveria de receber a lamentável notícia da morte de uma de nossas figuras públicas mais expressivas e, sem dúvida, também controversas das últimas cinco décadas.

Durante mais de 50 anos, Antonio Carlos Magalhães transitou com extrema desenvoltura pela cena política brasileira. Com larga dose de coragem, pessoal e cívica, portador de autenticidade ímpar na política, ACM demarcou um campo de atuação extremamente amplo e fértil, em favor de sua querida Bahia e também do Brasil. Com desembaraço, transitou pelo gabinete de vários Chefes de Nação, a começar por seu dileto amigo Juscelino Kubitschek.

De JK foi um amigo afetuoso e um importante apoio regional. Ensaiaava, então, seus primeiros e decisivos passos no âmbito da política nacional.

Foi nessa época também que conheceu e se tornou amigo de meu pai, Renato Azeredo, de quem se lembrava sempre aqui comigo, com muito carinho e com muita admiração.

Depois de conquistar, em 1954, seu primeiro mandato como Deputado Estadual, na Bahia, Antonio Carlos trilhou uma carreira, sempre ascendente, que o levou a algumas das mais importantes posições do País, culminando, no final dos anos 90, com a Presidência desta Casa.

Nessa longa trajetória, foi protagonista e testemunha ocular de muitos dos mais importantes e significativos capítulos da vida pública nacional.

Com sua verve, inteligência e agudo senso de *timing* político, Antonio Carlos Magalhães escreveu algumas das páginas mais memoráveis da política brasileira, na segunda metade do século XX.

Não é preciso ser propriamente um historiador voltado para a história brasileira contemporânea para reconhecer e apreciar o protagonismo de Antonio Carlos Magalhães na vida política nacional. Como mencionei, estive com JK em toda a linha, sobretudo na adversa e árdua empreitada da construção de nossa capital, Brasília.

Ao alinhar algumas notas para a redação deste pronunciamento, tive oportunidade de revisitar vários momentos relevantes da vida brasileira recente e, logo, de identificar, em quase todos eles, a presença sempre marcante de Antonio Carlos Magalhães. Em meados da década de 80, por exemplo, com a articulação da Frente Liberal e o apoio à eleição, pelo Congresso Nacional, de Tancredo Neves e José Sarney, Antonio Carlos Magalhães colocou-se de forma decisiva. A sua participação foi de grande importância para a conciliação nacional e a volta da democracia no Brasil.

Por ocasião do movimento em torno da candidatura de Fernando Henrique Cardoso ao Palácio do Planalto, Antonio Carlos teve novamente um papel de extrema relevância nas negociações com vistas à composição da aliança do PFL com o PSDB. Uma aliança,

como todos haveremos de recordar, fundamental na viabilização da vitória de Fernando Henrique.

Porém, muito mais do que apenas apoiar a eleição, Antonio Carlos Magalhães, sem alinhamento automático, o que positivamente não era do seu feitio, deu sustentação aos dois mandatos de Fernando Henrique. Crítico, independente, senhor de suas opiniões e atitudes, nunca deixou de apontar o que considerava equívoco, dentro dos diversos governos que apoiou. E isso não foi diferente durante as duas administrações do PSDB, tampouco nos dois mandatos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em sua conduta pública, havia uma linha de extraordinária coerência, que fluía naturalmente de suas mais íntimas convicções políticas, sempre muito explícitas. Não transigia com o erro, não admitia a incompetência, e exatamente por isso descobriu para a Bahia e para o Brasil tantos administradores extremamente talentosos.

Se fosse possível – e não creio que seja, apenas faço uma tentativa – resumir em uma única palavra o traço central da personalidade do Senador Antonio Carlos Magalhães, determinante para a consagração de sua magnífica carreira pública, podemos dizer que é a palavra “ousadia”. “É preciso sempre ousar”, para recordar as palavras do revolucionário francês Danton. Ousar foi uma das maiores regularidades na vida política de Antonio Carlos Magalhães. Uma regularidade que se transformou em uma excepcional e produtiva singularidade.

O Senador Antonio Carlos Magalhães era um homem dotado de ousadia, aliada a um formidável senso político. Assim, acabou por personificar um dos políticos brasileiros mais expressivos de sua geração. Uma geração que atravessou e enfrentou décadas de delicados arranjos, reconfigurações e sobressaltos na política brasileira.

Uma geração que experimentou do Estado Novo de Vargas aos anos dourados de JK, ao Golpe de 1964, à Nova República, à era FHC, e, enfim, ao Governo do primeiro Presidente operário do Brasil.

Em mais de 50 anos de atuação política, Antonio Carlos Magalhães sempre fez o que recomendou às agremiações políticas brasileiras: jamais se afastou das ruas, da vontade popular e, sobretudo, soube em todo o tempo manter-se completamente sintonizado com sua amada Bahia e seu povo, que teve a felicidade de governar em três distintas ocasiões.

Creio, Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, em sua derradeira participação no Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães deixou-nos uma mensagem emblemática, de grande profundidade, que resume o cerne das preocupações

que se foram constituindo em seu cotidiano de homem público: a existência de Partidos políticos fortemente estruturados e o inalienável compromisso de ouvir e respeitar a voz das ruas.

Campeão de votos em seu território natal, Antonio Carlos era dotado de uma personalidade que exalava autoridade e impunha respeito. Entre os extremos da aspereza e da ternura, para recuperar rótulos simplificadores de afetos e desafetos, há um universo de humanidade, um universo complexo e contraditório, mas intensa e veementemente humano e belo.

O Senador Romeu Tuma lembrou aqui, Neto, de sua presença aqui. Era uma coisa que sempre nos chamava muita atenção: o seu carinho com seu avô, e isso mostrava o lado humano que Antonio Carlos tinha. O Senador Sarney lembrou bem aqui: toda vez que aqui entrarmos, vamos lembrar da presença de Antonio Carlos nessa primeira fileira.

O Senador Antonio Carlos merece o respeito e o carinho dos mineiros que represento. Merece a homenagem de todo o Brasil. Guardarei dele sempre a lembrança amiga de uma pessoa de grande experiência, de um político sensível e obstinado. Não me esquecerei jamais de sua mão estendida e companheira.

ACM foi um bravo, sim. ACM foi grande, um dos maiores entre os seus Pares. Por tudo isso, estamos hoje aqui a render-lhe merecidas homenagens.

Senhoras e senhores, não tenhamos dúvidas, Antonio Carlos fará falta à Bahia, ao Senado e ao Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, distintos familiares, distintas autoridades, senhoras e senhores, venho aqui também trazer o meu abraço e a minha homenagem à figura de Antonio Carlos Magalhães. Talvez eu seja dos poucos que aqui, hoje, comparecem a esta tribuna e, durante toda a vida, que esteve do lado oposto de Antonio Carlos na política estadual, na política federal. Com Dr. Ulysses e com outros tantos, representávamos uma outra facção da sociedade brasileira, na própria Bahia.

Na própria Bahia olhávamos, com ciúme e admiração, é verdade, a figura e o crescimento de Antonio Carlos. E o vimos passar por esses anos todos. Reconhecemos a importância dele no episódio do Dr. Tancredo e do Dr. Sarney, na mudança daquele *quorum* tão necessário na eleição do Dr. Tancredo.

Não há como deixar de reconhecer que Antonio Carlos é uma figura que, na história deste Parlamento e na História deste País, tem que ser analisada como a dos grandes homens que o País teve que cumprem civilmente seu dever. Tinha adversários, oposição, divergência; lutava – e lutar era seu estilo – por aquilo que ele achava certo.

Reconheço em Antonio Carlos a figura de um político *sui generis* na História do Brasil. Desconhecer estas qualidades é praticamente impossível: a sua paixão por fazer política, a sua competência por fazer política.

O importante é que conhecemos neste Brasil muita gente que fez política a vida inteira, que ocuparam cargos mais importantes, anos e anos, e o gosto e a luta pelo poder, mas, lá, no poder, não fizeram nada que os diferenciasssem e realmente tornasse conhecido seus trabalhos.

Muitas vezes, na nossa reunião do velho MDB, no meio de todas as discussões com relação à Bahia, ao MDB da Bahia e à figura de Antonio Carlos, sempre se dizia que ele era um formador de quadros, e ele era; que ele e a equipe dele, os Governadores depois dele e os Secretários de Estado, realizaram um trabalho extraordinário, não há dúvida nenhuma.

Os vários oradores que passaram por aqui, companheiros do Pará, que são inúmeros, é verdade, disseram que ele tinha paixão pelo poder, mas, vontade de exercê-lo da melhor maneira possível.

Às vezes em que conversávamos nas mesas de café do Senado ou aqui mesmo no plenário, ele dizia: “A minha escola não é apenas a minha escola, é o grupo que representamos. Mas acho que a gente tem a obrigação de fazer o melhor, e, se for companheiro, tem que fazer duas vezes melhor; por isso me acusem de tudo na Bahia, mas não podem me acusar de não ter sido eu e toda a minha equipe no Governo da Bahia de gente capaz e de gente competente”.

Talvez isso seja uma das coisas mais importantes que se pode querer num homem público.

Você pode analisar a figura do Antonio Carlos e analisar as figuras que compuseram a equipes em seus governos: uns brilhando aqui, mas todos grandes Governadores, capazes e competentes.

Em outros Estados, você vai ver que também existiram grandes líderes que ficaram por muitos anos no poder e que fizeram vários Governadores e vários Ministros, mas não formaram uma equipe, um conjunto unido, capacitado como aqueles formados sob a liderança de Antonio Carlos, capazes para o trabalho, para a administração, capazes de gerar progresso e desenvolvimento. Governadores de estilos diferentes – e nós os temos aqui como nossos grandes amigos

–, com fórmulas diferentes, táticas diferentes de governar, mas que fizeram grandes governos – e posso dizer que, saindo da minha boca, é importante para mim –, e governos sérios, que mereciam respeito. Essa eu acho a característica mais importante neste momento a se destacar aqui. E, neste momento em que a falta de Antonio Carlos é sentida realmente, e muito, porque, para quem goste ou para que não goste dele, para quem o admira ou não o admira, encerrou-se uma fase.

O estilo, a capacidade, a liderança, a garra, a luta de Antonio Carlos não deixa sucessor. Eu diria que ele é o último de um estilo que fez história, como Lacerda e tantos outros. Mas, hoje, não tem sucessor. É aquilo que eu tenho dito, muitas vezes, neste plenário: “Nós estamos vivendo um momento, na vida brasileira, trágico e, como nunca, uma época em que o povo brasileiro não tem condutores”. Não existem formadores de opinião. Não há mais aqueles homens que, para mim, eram representados por Teotônio Vilela e Ulysses Guimarães; para muitos, era ACM. Homens que, quando abrimos o jornal, lemos e dizemos: “É isso aí”. Ou ficamos bravos: “Não é isso aí ou é isso aí!”. Mas esses homens deixaram palavras e pensamentos que ressoam na Nação. ACM era isto: com raiva ou sem raiva, gostando ou não gostando, o que ele falava repercutia. E, o que ele dizia, havia gente que acatava. Isso não era de graça, mas porque ele tinha um nome, uma personalidade, uma vida. Ele tinha ação. Ele construiu, ele tinha uma linha de pensamento. Pode-se dizer que ele era governo ou coisa que o valha, mas ele tinha uma linha! Podemos dizer que Ulysses era um homem assim; Tancredo era um homem assim; Teotônio era um homem assim; Arraes era um homem assim; Juscelino era um homem assim.

Homens com a garra dessa geração, com essa formação histórica, não há mais. Estamos em dificuldades hoje.

Estamos aqui vivendo nossa crise, que é sucessora da de ontem e predecessora da que virá depois. Nossa incompetência, nossa incapacidade de agir, de dizer ao Senado o que o Senado deve ser.

Antonio Carlos fez a sua parte. Ouvindo aqui emocionei-me. Não tinha nem me dado conta. Quem poderia imaginar – e quando digo quem estou falando de nós, que fazíamos oposição a Antonio Carlos – que um projeto preocupado com a questão da fome partisse de Antonio Carlos, que um projeto preocupado com a fome construísse um apoio unânime e a votação deste Congresso? É porque S. Ex^a tinha respeito. Votaram com ele porque era um projeto de grande responsabilidade.

Agora, estamos vivendo uma época em que o Brasil é o País da impunidade. Não acontece nada em relação a roubos, falcaturas. Antonio Carlos, Presidente da Comissão de Justiça, reuniu as lideranças da Câmara e do Senado para fazer uma série de projetos com o objetivo de estabelecer normas de combate à impunidade. E conseguiu.

Consegui reunir adversários ferozes no mesmo objetivo, em projeto que nunca se imaginava que partiria de Antonio Carlos. Isso, parece-me, define o homem público. Há momentos e momentos.

O Antonio Carlos amava a sua Bahia? Amava. Mas Antonio Carlos amava sua Bahia fazendo aquilo que seria bom que cada Estado tivesse: alguém com a capacidade e com a garra dele. Ele a defendia nas horas difíceis, nas horas em que era necessário. Como naquele fato de que o Presidente Sarney citou, quando o Antonio Carlos atravessou aqui e foi em direção ao Palácio com o “exército” da Bahia. Isso foi uma das coisas que achei mais espetaculares na vida política nos últimos tempos. Movimentou-se, fez o que achou que deveria fazer, botou a Bahia inteira... Mais importante que isso, só os gaúchos com os cavalos no obelisco do Rio de Janeiro, mas ele fez o que ele achava que deveria fazer.

Por isso, vai fazer falta o Antonio Carlos; vai fazer falta em todos os sentidos, até para os que não gostavam dele. Estes, ultimamente, nem havia mais, porque ele estava vivendo uma época de tanta nacionalidade...

Na última vez em que ele esteve aqui no plenário, ele fez um pronunciamento e saiu; quando ia entrar no elevador, ele caiu. Foi aquela grita, veio todo mundo. Lembra, Sr. Presidente? Saímos todos correndo: “o que houve?” Levantamos, fomos para o gabinete da Presidência. Cheguei e falei com ele: “Antonio Carlos, há 50 anos, desde que existo, vejo todo mundo ao meu redor falar mal de ti, dizendo “um dia vamos derrubar esse Antonio Carlos”; quando veio a notícia de que tu caíste, fiquei todo assustado, preocupado, e rezei a Deus para que não te acontecesse nada”.

Realmente, ele é um nome muito importante na história brasileira. Ele é um nome muito significativo na história brasileira.

Lembro-me de ocasiões difíceis que atravesssei, lá do outro lado, na morte do meu filho, muito antes, meu querido filho com 10 anos. Recebi uma carta e um telefonema de muito carinho, de muito apreço, em que ele expressava o que sentia e que, muitos anos depois, pude dizer a ele muito mais. Meu filho era uma flor que não deixaram brotar. O filho dele era um paraíso; eram rosas e mais rosas que estavam prontas para abrir.

Por isso te digo, meu prezado Antonio Carlos: importante é chegares lá, aonde estás chegando agora, vendo teu filho, tua filha.

Olhando daqui, você, de certa forma, foi bastante inteligente. Deixou um descendente aqui e outro na Câmara, porque pensou que um sozinho não poderia desempenhar as duas missões, a tua, de Câmara e de Senado. Então, a tua representação está aqui. Mas, onde estiver, você há de ver este Brasil caminhar.

E este Congresso Nacional, que está vivendo estas horas duras, com a Nação brasileira, vai entender que está antecipando uma vida que será diferente, um Brasil que será diferente, uma política que será diferente, em que se possa ter idéias, combater, colocando o Brasil em primeiro lugar.

Antonio Carlos era isto: combatia, agredia, avançava, era contra, era a favor, mas era Brasil e era Bahia. Está faltando na política brasileira mais gente que seja Brasil, seja Rio Grande, São Paulo, Rio Grande do Norte. Temos que ser mais o nosso povo e menos nós.

Um abraço e um carinho muito afetuoso para o bravo Antonio Carlos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs Senadores; Deputados; amigos do Senador, Ministro, Governador, Prefeito Antonio Carlos Magalhães; Sr. Presidente Senador Renan Calheiros; muito digna Sr^a Arlete Magalhães; muito digna Sr^a Teresa Helena Magalhães; prezado amigo e colega Senador Antonio Carlos Júnior; prezado amigo e colega de Congresso Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Ministro Rider Nogueira de Brito, vou fazer, à minha moda, a homenagem que julgo justa a Antonio Carlos e começo, eu próprio, aqui procurando valorizar o espírito dele. Eu que concordo quase sempre com o que diz o Senador Pedro Simon chego a discordar de S. Ex^a um pouco. Temos de substituir Antonio Carlos de alguma forma. Vamos colocar o que se pensa.

Eu não sou pessimista: eu não acredito em morte de lideranças, eu não acredito em cemitério de líderes, não acredito em País estagnado. Não acredito em crise perpétua no País. Não acredito que o Congresso soçobre porque vive uma crise. Não acredito a não ser no fato de que uma instituição secular como esta saberá achar seus caminhos. E um País com uma democracia crescente que se consolida como a brasileira haverá de apontar à Nação os líderes que saberão substituir Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Antonio Carlos Magalhães, Carlos Lacerda e tantos outros.

Não posso ser pessimista porque, se há algo que – dizia-me ainda há pouco o Senador Marconi Perillo – aprendi na convivência nem sempre muito tranqüila, mas muito entusiástica, nos momentos de calor humano, com Antonio Carlos Magalhães, foi precisamente o otimismo.

Antonio Carlos Magalhães saía da UTI para presidir a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que aprovou, em um mês, 25 projetos, na maior seriedade, a favor da segurança pública.

Antonio Carlos Magalhães optou tranqüilamente por viver menos. Poderia viver mais, mas ele não conseguia se ver presenciando a cena política estando do outro lado da televisão. Optou, clara e tranqüilamente, pela antecipação de sua própria morte, lutando pela vida aqui desta tribuna, combatendo, disputando no terreno das idéias, cometendo seus excessos, seus exageros, mostrando a sua generosidade. Uma figura de enorme conteúdo humano.

Morro de inveja do biógrafo dele, Fernando Morais - aliás, grande literato para esse ramo da literatura. Cheguei a pensar que o Fernando Morais iria ficar com essa obra inconclusa, que iria morrer depois do Antonio Carlos. Antonio Carlos com tanto apego à vida, com tanta coragem, com tanta capacidade de resistir à morte. A morte pode ter levado a partida final, levou o *set* final, fez o *match point*, mas a morte levou uma goleada de Antonio Carlos. Ele saiu da UTI umas cinco, seis vezes, para presidir a Comissão de Constituição e Justiça. Não saiu para casa. Todos aqui preocupados, o primeiro a chegar, o último a sair.

Hoje, contava ao Senador Tasso Jereissati que ele tinha um espírito tão indomável e uma característica que era tão dele que não dava para se mexer. A gente tinha que aprender a gostar ou não dele, do jeito que ele era. Não dava para ficar mexendo na personalidade de uma figura com uma personalidade tão forte.

“Antonio Carlos está mal”, diziam. “E está a morte.” Ligo para lá, pensando em falar com o neto, com o Júnior ou com outra pessoa, mas atende ele mesmo. Não, não está a morte, de jeito nenhum. Só que ele atendeu até bem perto de morrer mesmo. Numa dessas vezes, tivemos uma conversa longa ao telefone, muito meiga, muito fraterna.

Ele volta para cá, para a Comissão de Constituição e Justiça. Começa a sessão, e vários Senadores tinham projetos na Comissão de Constituição e Justiça – eu era um deles. Ele começa a fazer a chamada de cada um, chamando a atenção para as ausências. Senador Fulano não está aqui, mas devia estar. Por que não está aqui tal Senador? E eu mandei uma pessoa falar com ele: diga ao Antonio Carlos que tem televisão, e isso é ruim. Eu não estou lá porque esteja

na praia ou passeando no parque; eu estou em uma reunião da Bancada do PSDB. Ele então mandou dizer que reconhecia que era um exagero que estava praticando, enfim; mas era dele.

E hoje o Tasso me dizia que era um pouco aquele jeito sarcástico dele, enfim, que fazia parte da sua personalidade – estamos aqui analisando o todo de Antonio Carlos, e é de todo ele que temos de falar. Mas Antonio Carlos tinha também aquele zelo pelo dever: ele era o primeiro a chegar, era o último a sair, e queria que todos se perfilassem naquele seu modo de trabalhar.

Eu olhava para o Senador José Agripino e dizia: que desafio ser Líder de um Partido que tem como supostamente liderado Antonio Carlos Magalhães, porque não dá para se dizer que alguém lidera Antonio Carlos Magalhães, mas dá para se dizer que se coordena uma Bancada que tem Antonio Carlos Magalhães. E talvez ninguém com tanta competência como o Senador José Agripino para dar conta dessa missão. Como é que se lida com aquele espírito indomável, com aquela figura que gostava de teimar, que não conseguia concordar o tempo inteiro, que conseguia discordar até quando concordava na maior parte, em quase tudo do todo, discordava em uma pequena parte da parte? Uma figura extremamente sagaz e culta.

O Senador Tasso me disse hoje alguma coisa dos seus momentos finais, e fez muito bem em aqui não relatar. Mas por ali perpassa toda a noção da análise que se tem de fazer da coragem pessoal dele. Era um homem de coragem pessoal. Eu, pessoalmente, acho que o homem público pode ter alguns defeitos; não todos. Ele deve ser decente. Agora, a decência não basta se ela não for acompanhada de coragem, ou precedida, ou ao lado, mas não basta a decência porque, Ministro Ciro Gomes, se a decência estiver sobrepujada ou acompanhada da covardia ou da poltronice, ela deixa de ser uma decência decente, ela passa a ser uma decência intelectualmente corrupta, ela passa a ser uma decência indecente. Se é uma decência indecente, é uma decência indecorosa; se é uma decência indecorosa, não é mais decência!

Então, a decência tem de ser acompanhada da coragem. Eu não acredito em vida pública, Senador Jarbas Vasconcelos, sem coragem, sem definição. Antonio Carlos Magalhães tomava as suas definições – não importa aqui com quantas de suas definições eu concordasse, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; o importante é que ele tomava as suas definições, e as tomava com coragem, e as tomava com o destemor dos crentes e dos convictos.

Aliás, o Senador Tasso Jereissati tinha feito um discurso muito bonito, e eu tenho orgulho de dizer que

posso ter influenciado um pouco nisso. Eu disse a ele: Tasso, está muito bonito o discurso, mas não reflete a sua relação com Antonio Carlos. Não reflete. Esse discurso é bonito, mas a sua relação com ele era tão calorosa, tão forte e, por outro lado, tão positiva. E o Tasso fez o belo improvisado que todos nós aqui aplaudimos.

Quando o Mercadante usou da tribuna, ele fez menção a uma sessão do Congresso Nacional que teve um episódio, para mim, saboroso. Antonio Carlos estava numa daquelas fases de não muito humor com o Presidente Fernando Henrique. Ele disse: “Aprova-se isso e não mais nada”. Era o último dia dele, presidindo uma sessão conjunta, naquela época em que havia sessão fervilhante do Congresso Nacional. Quando acabou, nós tínhamos que aprovar mais alguma coisinha, e eu – que pretensão! – pensei: vou passar a perna no Antonio Carlos Magalhães. Fui para a tribuna e fiz o que eu pude em um discurso que tinha a sinceridade de agradecer pela belíssima administração que ele fez no Senado, pelo belíssimo termo que ele desempenhou no Senado, aprovando o Orçamento, o que não era prática – hoje é prática no País, mas não era praxe se aprovar o Orçamento sempre no ano-base para render efeitos, Presidente Renan Calheiros, já no ano seguinte. Eu pedi a palavra e comecei a fazer um elogio justo à sua gestão. Isso puxou vários outros oradores – 40, 50, 60, sei lá quantos. Um deles foi o Mercadante. Depois Mercadante disse: “Puxa, eu elogiei muito o Antonio Carlos. Ele é capaz de colocar isso no horário gratuito.” Eu disse: não tenho nenhuma dúvida de que ele vai colocar isso no horário gratuito. Por isso, fui comedido. Fui comedido porque tenho certeza de que ele vai colocar no horário gratuito. Tenho absoluta convicção. E ele colocou no horário gratuito a manifestação daquele bando de Deputados do PT elogiando a sua gestão. Elogiaram e tiveram uma belíssima divulgação gratuita no horário gratuito do partido do Antonio Carlos na Bahia. Enfim...

Nessa sessão, um Deputado, não me lembro quem, tocou no nome do Luís Eduardo. Ele se comoveu e presidiu o restante da sessão aos prantos; não aquele pranto caudaloso, mas percebíamos que era um pranto interno, que se revelava em visíveis lágrimas externas. E o Antonio Carlos foi até o final da sessão. No final da sessão, eu disse ao Deputado Ricardo Barros: Ricardo, entre com um requerimento para aprovarmos agora o que desejamos, porque ele está completamente comovido, e vamos fazer o que queremos. O Ricardo Barros apresentou o requerimento, e a matéria passou. O Senador Antonio Carlos me chamou ao final e falou assim: “Muito obrigado pela bela homenagem que você prestou. Foi uma coisa linda, sobretudo quando fala-

ram do Luís. Agora, não pense que você me enganou, porque você não me enganou, não. Eu percebi tudo, enfim”. Era uma figura realmente notável.

Para mim, o dia de hoje deve ser visto com otimismo - repito a tese inicial. Eu estava vendo ali o Duquinho, filho do Luís Eduardo, figura tão querida minha, e lembrávamos os dois que o seu pai já se foi há dez anos. Antonio Carlos sobreviveu dez anos a essa segunda morte, já que a primeira morte teria sido a de sua filha tão querida.

O Mercadante recomendou ao Antonio Carlos Júnior que arranjasse aqui uma grande confusão. Ele não se lembra de que o Antonio Carlos Júnior já arranjou uma grande confusão em uma sessão do Congresso, e eu presenciei essa confusão, ou seja, ele já cumpriu esse pré-requisito e – quem sabe? – vai arranjar outras confusões brevemente, todas elas a favor do Brasil. É o que eu desejo, de muito coração.

Eu gostaria de tecer aqui alguns comentários a respeito de como eu via aquela figura contraditória, controversa. Alguém falou assim: “Era um homem com defeitos”. Todos nós os temos. Os dele eram muito marcantes em razão da sua própria personalidade, que era muito marcante. O Senador César Borges, aliás, fez um discurso muito bonito e muito comovente. As suas qualidades eram muito grandes. Dava para perceber as duas.

Certa vez, fui, a convite do Partido Comunista baiano, ao ato de instalação do Partido Comunista baiano, quando ele veio à legalidade. Isso ocorreu no Governo do Presidente José Sarney.

Fui lá, e estava lá com o Deputado Goldman, que havia feito a opção – que lhe custou a eleição naquele momento – pela saída da clandestinidade e o ingresso no Partido Comunista. E estou lá, e estava muito preocupado com a sorte do Goldman, com a opção que ele havia feito. Eu digo: isso pode custar, de fato, a carreira de uma pessoa tão competente, tão capaz.

Muito bem, chegamos lá, quem comandava o Partido Comunista baiano era essa figura fantástica, muito forte, muito expressiva, muito preparada, que é Fernando Santana, que foi colega, lá atrás, de meu pai, no Congresso, e foi meu colega de Câmara dos Deputados.

Antonio Carlos manda um telegrama aos dirigentes do Partido Comunista baiano muito caloroso. E eu fiquei sem entender nada àquela altura. Eu perguntei ao Fernando: Fernando, que história é essa de amizade sua com o Antonio Carlos? E ele disse: Sou muito amigo do Antonio Carlos.

E mais: quando o Antonio Carlos era, se não me engano, Prefeito de Salvador, Fernando Santana, que era engenheiro e tinha muito pouca possibilidade de tra-

balhar, porque essas oportunidades lhe eram negadas pelo regime ditatorial, ele trabalhava ali por influência da vontade do Prefeito Antonio Carlos.

E vim saber depois que Rubem Paiva também chegou a se instalar comercialmente lá na Bahia.

Logo é uma figura contraditória.

Alguém dizia, na época em que isso aí fazia algum sentido: era um homem de Direita. Fazia sentido isso, no sentido de Bobbio, de se dizer que de Direita é quem não se preocupa com o social, se preocupa com o restante, e de Esquerda seria aquele que se preocupa com a distribuição de renda? Eu nunca vi nada mais capaz de distribuir renda do que se trabalhar inflação controlada, trabalhar-se economia organizada, trabalhar-se equilíbrio fiscal. Por essa análise, todos aqueles que se imaginavam de Esquerda, inclusive eu próprio à época, não éramos; e todos aqueles que tinham a competência de trabalhar, enfim, uma economia organizada, colocar-se-iam, então, à Esquerda, se quiséssemos levar para o terreno do debate mais dialético. Então o Roberto Campos seria de Esquerda, e eu teria sido de Direita na época em que eu me julgava de Esquerda e que julgava o Roberto Campos de Direita. Mas já parei, há muito tempo, de me preocupar com essa história de Esquerda, de Direita, de costa, de rebola, de carambola, de lado, de braços, de barriga para cima. Isso não tem nenhuma importância para mim!

Foi de Esquerda esse gesto de se entregarem os boxeadores cubanos à sanha da ditadura de Fidel Castro? É um gesto de Esquerda? Será que isso significa colaboração internacionalista? Ou significa algo que a ditadura de Direita de Vargas fez, entregando aquela vítima de Esquerda, que era Olga Benário, à ditadura de Direita de Adolf Hitler? Ou seja, ainda tem gente neste País que faz diferença entre ditadura de Esquerda e ditadura de Direita, que não percebe que atrocidade é atrocidade, praticada seja ela por quem for. Se é praticada por alguém de Direita, é atrocidade; se é praticada por alguém de Esquerda, é atrocidade. Atrocidade é atrocidade, diz respeito aos direitos humanos e ponto final! Não podemos mais ficar perdendo tempo com dogmas que só atrasam este País. E isso tem de ficar muito bem explicado!

Não vou aqui discutir se Antonio Carlos era de Direita ou se era de Esquerda. Vou discutir que era uma figura que, ao longo do tempo, com ela aprendi a conviver! Aprendi a conviver! Aprendi a me fazer querido por ele, acredito! E aprendi a querer bem a ele, de um jeito que não impedia que acontecessem algumas rusgas às vezes. Era impossível alguém conviver com Antonio Carlos, sinceramente e não ter rusgas com ele. Era impossível! A não ser que se concordasse

com ele em tudo, ou que não se mantivessem relações com ele, meu querido Duquinho! Tinha de haver a rusga, portanto.

Eu vi o Presidente Sarney, que era amigo dele, ter problemas com ele aqui e vi o Tasso ter problemas. E eu tive uns duzentos ao longo da minha convivência. E, depois, alguém falou aqui, vinha aquela história do beijo, quando ele jogava aquele beijo, o que significava que tinha havido a anistia da parte dele.

Em outras palavras, estou muito feliz com esta reunião. Primeiro, porque sabemos que a morte de Antonio Carlos, desse jeito, prematura, foi uma opção dele, Senador José Agripino. Ele optou por isso. Ele quis assim. Ele optou nitidamente por isso. Ele poderia ter retardado, porque havia recursos para isso, mas ele resolveu não retardar. E pontuou uma coisa que meu pai me dizia com muita clareza: “Meu filho, pare de classificar as pessoas por serem de Esquerda ou de Direita, senão vamos cair nesse maniqueísmo”. E depois o Brasil foi vítima dele. Parecia que todo mundo que era de Esquerda era intocável e, aí, podia fazer tudo e tudo era deslize, não era crime. Quando o deslize era praticado por alguém de Direita, então era crime. Enfim, esse maniqueísmo só atrasou o País. Meu pai dizia: “Procure dividir as pessoas, se elas estão na vida pública (meu querido Paes de Andrade) por serem elas de espírito público ou não”.

Eu estava um dia numa sessão da Comissão de Justiça da Câmara e ouvi um Deputado – vamos lá aspear – “de Direita”, Deputado do PDS, discorrendo de maneira brilhante, de maneira absolutamente tocante, sobre um tema que ele dominava e eu não. E percebi o amor que ele tinha pelo Brasil pela demonstração que dava de conhecimento daquela sua especialidade. E percebi que meu pai tinha razão, ou seja, que eu não tinha de negar o valor daquele homem se aquele homem, porventura, estivesse colocado numa altura do espectro ideológico diferente da minha. E eu aprendi a respeitá-lo. Era um Deputado do Rio de Janeiro. Se não me engano, seu nome era Hamilton Nogueira. Homem muito culto, muito preparado.

E vi depois coisas terríveis. Ou seja, em outras palavras, eu não quero perder tempo enfeando esta sessão que homenageia Antonio Carlos com essa discussão ideológica que acho que se aplica mais às regras do trânsito, “vá para a direita, vá para a esquerda. Se for para a esquerda, é contramão; se for para a direita, não é”. É pura e simplesmente trânsito. Não tem outra importância na minha vida essa classificação se é de direita ou de esquerda.

E eu percebi no Antonio Carlos espírito público. A Bahia avançou no seu Governo. A Bahia cresceu no seu Governo. O PIB da Bahia quintuplicou ao longo da

permanência, da sua influência naquele Estado. Modernizou aquele Estado. Não conheço pessoas incompetentes que ele tenha revelado para a vida pública. Está por aqui o Senador Rodolpho Tourinho. Rompeu com ele, mas competente. Meu companheiro de partido Antônio Imbassahy. Está aqui o César Borges, Governador. Está aqui o Paulo Souto. Em outras palavras, ele olhava as pessoas não pelo ângulo do mero sentimento, olhava as pessoas pela capacidade da competência. Ele sabia quem é que podia trabalhar com ele. Quem merecia a confiança dele nesse campo.

De certa forma era paternalista. Isso não era o desejável. Acho até que não é o desejável. Era preciso uma forma mais aberta de fazer política. Cabe a quem é da nova geração, cabe ao Neto, cabe ao Duquinho, fazer uma modernização, receber essa herança, mas fazer uma modernização na forma de tratar essa questão. O Tasso falava do beija mão. Da Dona Canô beijando a mão de Antonio Carlos. Isso corresponde a um episódio, a um momento histórico, a um determinado momento psicológico do povo da Bahia. E isso é assim. Que não seja assim, não tem cabimento que seja assim com o Neto. Mas tinha cabimento, tanto que ela fazia.

Antonio Carlos tinha espírito público, fez o melhor pelo seu Estado, foi um grande Prefeito para Salvador, foi um Presidente muito efetivo do Congresso Nacional, foi um Ministro operoso, foi um Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, recentemente, absolutamente produtivo, rigoroso, capaz de mostrar a sua capacidade de conduzir e liderar um processo. Em outras palavras – e estava há pouco conversando com o Marconi Perillo — como é que conseguimos falar depois de tanta gente que conheceu tão bem o Antonio Carlos, tão melhor do que pude conhecer, como podemos dizer coisas novas! Mas quis aqui dar a minha contribuição.

A Oposição perdeu uma voz vigorosa, o Brasil perdeu um Senador atento, um homem de espírito público. Nós todos perdemos. E alguém disse que fica um vácuo nessa cadeira dele. Deveríamos fazer como se fez com a camisa do Maradona na seleção argentina: deveríamos proibir que sentassem. Fica um vácuo e eu fico com muitas saudades, porque fica monótono. De repente, eu me lembro de que nunca mais vou brigar com Antonio Carlos Magalhães, só se for lá em cima, um dia, aí a gente recomeça. Mas vamos ter muitos momentos lá em cima de paz, de concórdia, de amizade e lealdade. Apreciava muito a sua capacidade de não se omitir.

Tenho muita tolerância com muita gente, mas tenho absoluta intolerância com homem público que não se define com clareza diante de todas as questões que estão colocadas diante dele. Se não se define, passa a

não merecer meu respeito, e é um direito que tenho de respeitar ou não respeitar as pessoas. Posso até não dizer, mas a pessoa que está se omitindo pode não dar a menor bola para se eu respeito ou não respeito, mas que ela saiba que não a estou respeitando. A vida continua? Continua, mas não a respeito. É um direito meu. A vida continua, mas não respeito.

Então, posso ter as discordâncias mais terríveis e até os problemas pessoais mais graves com alguém, mas, se essa pessoa se define com clareza, até de maneira rude em relação a mim, inclusive, não tenho nenhuma escapatória a não ser admirar essa pessoa, porque sou escravo das pessoas que agem de maneira frontal. E poucas vezes eu vi alguma pessoa agir de maneira mais frontal do que o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Sr. Antonio Carlos Magalhães Junior, Senador da República; Sr^a Arlete Magalhães; Sr^a Teresa Magalhães; Sr. Antonio Carlos Magalhães Neto; Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; Sr^s e Srs. Senadores; Sr^s e Srs. Deputados; senhoras e senhores, eu não tive como chegar ao velório do Senador Antônio Carlos Magalhães; estava no meu Estado, Rondônia, no norte do País. Consultei as empresas aéreas e teria que pegar quatro aviões para chegar a Salvador: Rondônia/Cuiabá; Cuiabá/Brasília; Brasília/Rio de Janeiro e Rio de Janeiro/Salvador. Fizemos todos os cálculos e não teria como chegar a tempo. Lamentei muito.

O Senado Federal, a Bahia e o Brasil perderam, no último dia 20 de julho, uma de suas figuras mais importantes: o Senador Antônio Carlos Magalhães. Sempre fiel aos seus amigos, o Senador Antônio Carlos nunca se desviou um milímetro sequer da defesa dos mais legítimos interesses da Bahia e do Brasil. Aqui nesta Casa, mesmo vivendo seus últimos dias, seus últimos momentos, não se furtou a ocupar esta Tribuna para externar suas convicções.

Cumprindo o papel de grande homem público que foi, não se cansou de apontar os acertos e os erros de nossos governantes. Seja neste Plenário, seja na Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) – tarefa que desempenhou com inatacável maestria –, nunca se acovardou, muito menos se curvou a qualquer interesse que não fosse o interesse do povo brasileiro.

Não é possível falar da política brasileira dos últimos 50 anos sem mencionar a figura de Antônio Carlos Magalhães. Médico e jornalista, ocuparia o primeiro cargo público em 1954 – antes mesmo de eu ter nascido; eu nasci em 1955 –, quando se elegeu

Deputado Estadual pela Bahia. Logo em seguida, elegeu-se Deputado Federal, cargo que ocuparia por dois mandatos. Um exemplo dado ao filho Luís Eduardo Magalhães e ao neto Antonio Carlos Magalhães Neto, que ocupa hoje o mandato de Deputado Federal.

Seu brilhante desempenho político e seu inegável carisma foram reconhecidos pelo Governador Luís Viana Filho, que o nomeou Prefeito de Salvador. Nascia ali o administrador público Antonio Carlos Magalhães, cujo desempenho frente à Prefeitura da capital baiana lhe renderia o título de Prefeito do Século.

Governou a Bahia por três vezes. Foi o maior responsável pela extraordinária modernização do Estado, capitaneada pelo notável crescimento econômico e pela consolidação como pólo turístico nacional, feitos que transformaram a Bahia em um dos mais importantes Estados da Federação brasileira, o mais destacado do Nordeste brasileiro.

Mas talvez o maior legado do Senador Antonio Carlos tenha sido sua decisiva participação na redemocratização deste País, fato do qual é testemunha o Senador José Sarney, que foi peça fundamental na transição democrática deste País, juntamente com Antonio Carlos Magalhães. Não fosse o seu rompimento com o candidato governista, não teria sido possível a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral e o fim do regime militar.

Depois da volta à democracia, enfrentou, de forma vitoriosa, o teste das urnas. Elegeu-se Governador da Bahia e ocupou por duas vezes a cadeira de Senador da República, abrilhantando esta Casa com sua reconhecida competência e com sua incansável dedicação às causas de seu Estado e do Brasil.

Presidiu o Senado por dois biênicos consecutivos. Sem sombra de dúvida – e com todo o respeito, Sr. Presidente, pois V. Ex^a faz uma excelente gestão –, Antonio Carlos realizou uma das melhores gestões que esta Casa já conheceu, feito reconhecido por todos os espectros partidários e ideológicos aqui representados à época.

À frente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, imprimiu sua marca de trabalho e seriedade. Nunca na existência do Senado o desempenho da CCJ alcançou tamanho reconhecimento, seja pela importância dos assuntos tratados, seja pelo número de matérias apreciadas. Lembrava-me, hoje de manhã, na CCJ, a luta do Senador Antonio Carlos. Todas as semanas, S. Ex^a chegava no horário certo e pedia

aos Senadores que chegassem no horário marcado para votar o pacote de medidas contra a violência e em favor da segurança pública de nosso País. Este legado S. Ex^a deixou na CCJ, dentre outras tarefas desempenhadas.

A perda de um homem público da estatura de Antonio Carlos Magalhães é irreparável. O Senado e o Brasil perdem uma de suas principais referências, uma verdadeira lenda da política nacional dos últimos 50 anos. Nós, Senadores, perdemos um amigo e um conselheiro. Eu tinha nesta Casa duas pessoas com quem me aconselhava. Continuo aconselhando-me – e espero que por muito tempo – com o Senador José Sarney. A outra pessoa era o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Mas quem mais perde é a Bahia.

O povo baiano está órfão do seu maior líder, um homem que nunca se cansou de defender os interesses de sua terra e de seu povo, custasse o que custasse, doesse a quem doesse. Podem criticá-lo por tudo, menos por não ter amado a Bahia e o seu povo.

Antonio Carlos, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, fará muita falta a este Congresso e a este País.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Sr^a Arlete Magalhães, esposa do Ex^{mo} Senador Antonio Carlos Magalhães; Sr^a Teresa Helena Magalhães; prezado Senador Antonio Carlos Júnior; Sr. Deputado Federal Antonio Carlos Magalhães Neto; Sr. Ministro Rider Nogueira de Brito; meu caro Luís Eduardo Filho, que estava no Incor na última vez que vi o Senador Antonio Carlos Magalhães, poucos dias antes - por estar em Seul, Coréia do Sul, no dia em que ele faleceu, não pude participar da cerimônia e do funeral do Senador Antonio Carlos Magalhães, para expressar o meu profundo sentimento de pesar aos seus familiares aqui presentes e ao povo baiano.

Passei a conviver com o Senador Antonio Carlos Magalhães sobretudo a partir de 1995. Eu aqui chegara em 1991. Tínhamos trajetórias muito diferentes, ele tendo sido Deputado Estadual, Deputado Federal, Prefeito de Salvador, Governador, Ministro e, ao longo de sua história, em algum momento ligado ao regime militar, mas com a trajetória de ter sido um dos responsáveis pela abertura, pela democratização do País.

Foi um homem que muitas vezes era crítico de pessoas muito ligadas a mim próprio, como nós, do Partido dos Trabalhadores, inclusive do ex-Governador

e Ministro Waldir Pires, do Governador Jaques Wagner; mas isso não dificultou que eu passasse a ter com ele uma relação de muito respeito, de amizade. E, em que pesem nossas diferenças, mantivemos uma relação muito produtiva e construtiva em defesa do interesse público e da melhora do Brasil.

Isso ocorreu, por exemplo, quando foi criada a Comissão de Combate à Pobreza, presidida pelo Senador Maguito Vilela, tendo como Relatora a Senadora Marina Silva, que culminou com o exame em profundidade de debate da sua proposta de emenda à Constituição para a criação de um fundo de combate à pobreza, sendo hoje responsável para que o Bolsa-Família tenha aproximadamente R\$10 bilhões oriundos da CPMF. Dos 3,8%, 0,20% vão para a saúde, 0,10% para a educação e 0,08% para o Fundo de Combate à Pobreza, que constitui uma das principais fontes de financiamento. É importante, neste momento em que o Congresso Nacional está analisando a CPMF, que possamos todos estar conscientes disso.

O Senador Antonio Carlos Magalhães muitas vezes dialogou comigo a respeito da proposta de Renda Básica de Cidadania, que tantas vezes aqui defendi. A sua palavra, inclusive, junto ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, em seu gabinete, quando expus a idéia em profundidade, ao lado dele – pouco antes de, na Câmara dos Deputados, na Comissão de Constituição e Justiça, ter sido objeto de aprovação também ali –, foi a de que via com simpatia a idéia, e a compreendeu.

Nesta semana, Presidente Renan Calheiros, recebi uma notícia de surpresa. Eis que a MTV me comunicou que, entre os cinco melhores e mais assistidos vídeos da MTV neste ano, para a festa da MTV em setembro, será apresentada - e fui convidado para ser um dos cinco melhores - a exposição que fiz, durante a Comissão de Constituição e Justiça, sobre por que eu acreditava que melhor do que baixar a maioria penal seria justamente expandir as oportunidades de educação para todas as crianças e jovens e instituir uma renda básica de cidadania. Para ilustrar isso, eu ali expus *Triste Partida*, de Patativa do Assaré, e, em seguida, para ilustrar qual o grau de liberdade percebido pelos jovens de hoje nas grandes cidades, declamei o *Homem na Estrada*, de Mano Brown, dos Racionais MC's. Quando eu estava em meio àquela declamação, olhei para o Presidente Antonio Carlos Magalhães, e eis que ele estava tendo uma reação como poucas vezes vi na vida dele e na minha. Ele sorriu, mas era quase uma explosão de sorriso. Fiquei até preocupado. Teria isso causado algum problema? Mas, certamente, o fato de dar uma risada nunca vai ser responsável por

um problema de coração. Espero que isso não tenha colaborado para agravar seu estado de saúde.

Alguns Senadores, naquele dia, ficaram preocupados comigo, como verifiquei pela observação do Senador Jefferson Péres, mas outros julgaram a apresentação interessante. Inclusive, aquela expressão do Senador Antonio Carlos Magalhães está expressa nesse vídeo, que já teve mais de 43 mil acessos de repetição pela Internet, em apenas uma das apresentações, fora as outras.

O Senador Antonio Carlos Magalhães, no período de 2002 a 2003, apoiou o Governo do Presidente Lula, mas, a partir de 2004, 2005, passou a ser cada vez mais crítico e, em certas situações, passou a criticar o Governo do Presidente Lula com tal agressividade, contundência e virulência que, certo dia, o Presidente, numa viagem que fez com ele, cobrou-me não apenas em relação ao Senador Antonio Carlos Magalhães, mas a outros aqui: “Puxa, mas é preciso que você e os companheiros do Partido rebatem mais!” E eu algumas vezes disse ao Senador Antonio Carlos Magalhães – porque o Presidente Lula assiste muito à *TV Senado* – que, se ele usasse de uma linguagem mais construtiva, mais carinhosa em relação ao Presidente – com quem ele já tivera uma relação muito positiva –, talvez ele pudesse até ser mais ouvido e produtivo nos seus objetivos. Entretanto, ele continuou muito contundente.

O Presidente Lula, em abril passado, resolveu visitar o Senador Antonio Carlos Magalhães. Naquele mesmo dia – era um final de tarde de sábado –, eu o visitei no hospital e percebi que ele estava muito contente com a visita. Logo que saiu do hospital, ele fez uma visita ao Presidente Lula, ocasião em que ambos disseram da admiração que tinham um pelo outro nas suas qualidades. Depois disso, a relação entre ambos passou a ser muito mais na direção daquilo que eu havia expressado.

Sr. Presidente, quero dizer que com o Senador e nosso Presidente Antonio Carlos Magalhães tive aqui um notável aprendizado, assim como todos nós. Quero expressar o meu cumprimento a toda sua família, à sua senhora e aos baianos, por terem tido um representante, um Senador que tão bem honrou o povo de sua terra. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores; Dona Arlete; Senador ACM Júnior, e sua esposa, Rosário, que aqui se en-

contra; ACM Neto, meu dileto amigo; Teresa Helena, César Mata Pires, e seus filhos que os acompanham; Ministro Rider Nogueira, Presidente do TST, que muito nos honra com a sua presença; amigos de Antonio Carlos. O Senador Arthur Virgílio, Dona Arlete, disse uma coisa que é a expressão da pura verdade. Esta Casa é feita por gente de muita experiência: ex-Governadores, ex-Ministros, até ex-Presidentes da República. E aqui há ícones. Há os monstros sagrados. Há pessoas que são referências, que são respeitadas, que são temidas, cuja palavra faz opinião. E o seu marido Antonio Carlos era um desses, cabeça branca.

O Senador Arthur Virgílio disse, referindo-se a mim, da tarefa difícil que eu tinha levado a efeito durante tanto tempo de ser Líder de Antonio Carlos. Eu quero ter a pretensão de dizer à senhora que exerci a Liderança, por muitos anos, com o voto dele, com o repetido voto dele, e que, em muitos momentos, até encabeçava o processo de recondução de meu nome à Liderança, por razões que, acho, a senhora sabe, mas que muitos aqui que nos vêem e nos ouvem não sabem. Eu tinha uma relação mais do que política com Antonio Carlos, Duquinho. Eu tinha uma relação pessoal com Antonio Carlos. Seu avô, na primeira eleição que disputou – creio que no diretório da faculdade –, obteve a vitória por um voto. Esse voto foi do meu tio Otávio, médico como ele, a quem ele chamava de Tavinho. Meu tio foi amigo dele até morrer, como Tarcísio Maia, meu pai, foi amigo dele até morrer.

Dona Arlete, estive com Antonio Carlos na quarta-feira, às cinco da tarde – ele morreu na sexta-feira, às onze da manhã. Eu troquei algumas palavras amáveis com ele. Ele se despediu de mim, com aquele beijo, distante, e com um pedido para que eu desse lembranças à Anita, minha mulher, baiana como a senhora e ele. Com aquele cumprimento, eu sentia que estava, naquele momento, despedindo-me de Antonio Carlos. Eu senti. Ele estava se despedindo de mim, baianamente.

Ele, com quem tantas vezes, eu tinha conversado, até na casa da senhora, comendo aquela moqueca de siri mole, para a qual ele me convidava com tanta fidelidade. Conversávamos sobre a minha meninice na Bahia, partilhando da intimidade de uma relação pessoal que facilitou muito José Agripino liderar uma bancada da qual fazia parte Antonio Carlos Magalhães.

Dona Arlete, as pessoas não sabem que eu conseguia liderar porque havia uma relação pretérita, robusta, de muita amizade pessoal, calcada em muitos fatos, e porque, no campo político, nunca quis impor a Antonio Carlos nada que não fosse pela força do argumento e muito menos ele quis me impor nada que não fosse pela força do argumento.

Nós tínhamos uma relação racional, movida pelo argumento e pelo respeito mútuo. Foi por essa razão que fomos, até o fim, amigos e solidários.

Dona Arlete, eu não venho aqui homenagear Antonio Carlos. Eu homenageei Antonio Carlos a minha vida inteira. Nunca estive distante de Antonio Carlos em nenhuma das disputas dele. Quando ele foi candidato a Presidente da Casa, eu era, talvez, o seu principal interlocutor, ajudando a conquistar e consolidar os votos que ele conseguiu ter. Para indicá-lo Presidente da CCJ, eu fui o grande arauto. Para defendê-lo, nos momentos de dificuldade, eu era sempre a primeira voz. Não venho aqui para homenageá-lo porque eu o homenageei a vida inteira. Eu venho aqui, de certa forma, abrir o meu coração para a família, para a senhora em particular, que é uma dama por quem eu e Anita temos o maior respeito, por quem a senhora é, pela sua família e pelo que Antonio Carlos foi.

Antonio Carlos, na minha opinião, Dona Arlete, foi tudo neste País. Foi Deputado Estadual, Deputado Federal, Prefeito, Governador, presidente de estatal, Ministro de Estado, foi até pai de um quase Presidente da República. Ele foi tudo. E com ele tive uma relação política muito respeitosa, porque eu o tinha como um desses raros cidadãos que é grande político e grande administrador ao mesmo tempo. Normalmente, Rosário, os grandes políticos não são necessariamente grandes administradores. O seu sogro o foi.

Conheci a Bahia ainda menino, quando morava em Mossoró e viajava nos aviões da Panair, os DC3, no pinga-pinga que saía de Mossoró até chegar a Salvador, para passar as férias de final de ano com meus avós baianos, pai e mãe de minha mãe, no tempo do cacau, no tempo em que a Bahia era cacau, no tempo em que eu pousava no Aeroporto de Ipitanga, que depois passou a ser chamado de Dois de Julho e, agora, é Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães. Sou do tempo de Ipitanga. Igual, apenas a alameda dos bambus na saída do aeroporto. Já não existe mais o sorvete da primavera nem o guaraná Fratelli Vita.

Hoje, o que existe é aquilo que Antonio Carlos fez para a Bahia mudar. Hoje, o que existe é uma Bahia próspera em razão do pólo petroquímico, pelo qual ele brigou, obtendo do Presidente Geisel a transferência desse pólo de São Paulo para a Bahia.

Hoje, o que existe é o oeste baiano, Dona Arlete, próspero, produtor de grãos, competindo com o Paraná, porque o seu marido fez. Hoje, o que existe é uma Bahia que é pólo automobilístico, porque César Borges e ele toparam a parada. E quantas vezes vi Antonio Carlos nesta tribuna esbravejando e defendendo os interesses da Bahia.

Hoje, Rosário, o que existe, é a Bahia do Pelourinho, orgulho, patrimônio da Unesco, feito pela inteligência de Antonio Carlos, que foi tão amigo de Jorge Amado e de todos os artistas da Bahia que, de Esquerda ou de Direita, rendiam homenagem a ele, todos.

Dona Arlete, eu queria muito bem ao seu marido. Eu o homenageei a vida inteira. Nós fomos juntos o tempo todo. Quando fui pré-candidato a vice-presidente, eu contei com ele até o fim. Com ele e com o Neto. Contei com ele e guardo dele momentos de convivência muito positiva. Do administrador que fez muito pela Bahia, mas do grande político que foi. E esse, talvez, seja o grande legado que ele está deixando – mais do que para você, Neto, que é uma das melhores expressões do Parlamento moderno. Pode se orgulhar muito de seu neto: é o político com espírito público. Brigão, muitas vezes se indispunha com as pessoas.

Mas o seu marido foi o homem de quem saiu a idéia de Fundo de Combate à Pobreza. Eu não entendi muito bem o porquê daquela obstinação, até que um dia fui ao lemanjá, eu, ele e poucas pessoas mais, e senti a vaidade de Antonio Carlos em ser cumprimentado não pelos turistas ricos que chegavam, mas pelas garçonetes pobres que o reverenciavam na hora em que serviam a moqueca de siri mole. A alegria, o orgulho que ele sentia em ser cumprimentado com efusão pelos mais pobres era a tradução viva do espírito público, de uma vida pública voltada para os que precisam mais. Por isso que Antonio Carlos é uma instituição. Por isso é que aqui estão tantas pessoas, com quem ele, Dona Arlete, pode até, em alguns momentos, ter trocado palavras de divergência. Nesta platéia, agora e antes, há pessoas que tiveram rugas com o seu marido, mas que estão aqui para reverenciar a memória de um homem que nos merece muito, cuja imagem é positiva, que é ponto de referência para ser lembrado. O seu marido, que o meu partido, que era o partido dele, reverencia, homenageia e quer que esteja em paz! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Renan Calheiros, Sr^a Arlete Magalhães, Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, por intermédio dos quais cumprimento todos da família, tivemos até aqui grandes homenagens a um grande político, mas a políticos a gente pode prestar homenagem quase todos os dias. Raramente a gente tem chance de prestar homenagem a um líder, e o ACM foi muito mais que um político, o ACM foi um líder. A

diferença é que os políticos ganham eleições, mas os líderes deixam marcas e usam até as eleições como forma de deixar marcas.

Quero aqui lembrar apenas oito marcas que, a meu ver, o ACM deixou para pessoas da minha geração e, de uma maneira muito especial, para mim. Oito marcas que é um número que vi, mas que, de certa maneira, coincide com cada uma das décadas que ele viveu.

A primeira é a marca do ACM a mim como jovem pernambucano quando ele era um político forte ao lado do movimento militar, e eu era um jovem militante de Esquerda. Aquela marca que ele deixou é a marca do homem forte, que estava do lado contrário daquele que eu lutava. É uma marca, sem dúvida alguma.

A segunda marca é a marca do administrador. Não demorei muito a crescer e ver que aquele ACM de quem eu discordava do ponto de vista político era alguém que estava transformando o Estado da Bahia; que tinha competência tantas vezes aqui relacionada e falada de reunir-se a pessoas competentes e, por intermédio dessas pessoas, mudar o seu Estado.

A terceira marca, Senador Mão Santa, é a marca do ACM no momento da redemocratização em que eu, junto com Tancredo, naquela luta, vi a importância da mudança dele quando assumiu que chegara o momento de o Brasil retomar os caminhos da democracia. Essa é uma marca fundamental. A marca do gesto de mudar, de assumir, e o gesto dos discursos enfáticos que fez na hora certa.

A quarta marca é a da ajuda que recebi de Antonio Carlos Magalhães quando fui Governador do Distrito Federal. Quando eu tinha algumas dificuldades para receber recursos, quando eu tinha algumas dificuldades para encaminhar algumas das nossas ações, uma das pessoas a quem recorria era ACM. E nunca deixei de receber, poucos minutos depois, a resposta dele dizendo o que tinha feito para conseguir me ajudar e, portanto, ajudar o Distrito Federal. Essa é uma marca que não podemos esquecer.

A outra marca é a de que tantos falaram aqui, porque talvez é a que mais ficará: a marca do ACM no Fundo para Erradicação da Pobreza. Participei com ele. Estive na comissão da pobreza que ele criou. Apresentei propostas naquela Comissão. Vi quando ele agarrou aquelas idéias. Essa é uma marca que ficará dele. A marca da comissão para entender o problema da pobreza e lutar contra ela.

A outra marca é a da competência de transformar o relatório daquela comissão em documento, que mudou a Constituição, que fez criar o Fundo para Erradicação da Pobreza e, daí, vir a serem executados projetos que, sem aquilo, não teriam sido executados.

Antonio Carlos Magalhães – é preciso repetir quantas vezes forem necessárias – no seu gesto competente, sério, de criar o Fundo para Erradicação da Pobreza está por trás dos movimentos de transferência de renda, dos projetos que o Brasil hoje têm apresentado ao mundo inteiro.

A sétima marca é a da minha convivência com ele aqui nesses anos – três anos no Senado. A convivência com um homem de uma simpatia que só quem se aproximava dele percebia; de quem chegava aqui e nos dava conselho quando pedíamos, do contrário, ele não dava; que falava da história e nos contava tantas coisas que viveu e tantas esperanças que tinha.

Essas foram as sete marcas que tive do Antonio Carlos Magalhães como Líder.

A oitava é a marca da ausência. É muito comum aqui qualquer um de nós, quando deixar esta Casa, quando morrer, deixar saudades. Isso aqui é um clube de amigos, e a gente deixa saudade quando se vai. Mas ausência poucos deixam, porque a ausência é algo mais que a saudade. Saudade é uma lembrança, e ausência é a falta de saber direito como vai ser o lugar em que a gente está sem aquela figura ali por perto. E o ACM deixa ausência e não apenas saudade.

Deixa ausência em nós que convivíamos com ele e vai deixar uma ausência no Brasil pela competência como ele conduzia o processo político brasileiro. Na Oposição, quando era preciso, vai deixar ausência, sim, mas também no diálogo com o Governo, como conversava há pouco com o Senador José Sarney.

O Governo vai sentir falta de Antonio Carlos Magalhães não apenas pelo que ele dizia para evitar erros, mas, sobretudo, pela existência de um interlocutor, que é algo que está faltando aqui.

Com o Presidente José Sarney falávamos – e o primeiro a me dizer isso foi José Sarney e depois Antonio Carlos Magalhães – da necessidade do colégio de cardeais que o Senado tinha e que, quando havia dificuldades, se reunia, encontrava o caminho e dava orientações a serem usadas por nós. ACM é um dos cardeais que nos deixou. E estamos muito carentes de cardeais. E, quando eles saem, essa carência se transforma numa grande ausência.

Talvez esta seja a maior das marcas que ele deixa neste momento, não é a maior que ele deixa na história, mas é a maior que ele deixa neste momento: a marca da ausência nesta Casa.

Por isso, vim aqui reverenciá-lo e agradecer, agradecer essas oito marcas que ele me deixou como brasileiro, nordestino, contemporâneo dele. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava na expectativa de falar agora, justamente obedecendo a essa ordem que foi publicada hoje, a essa lista que está presente hoje na Ordem do Dia.

Claro, o Líder Romero Jucá, a essa altura, terá que falar. Só queria dizer do meu inconformismo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a é o próximo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sim, mas era para eu ser agora.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É porque outros Senadores acabaram invertendo e falando em nome de outros. Longe de mim, perdoe-me V. Ex^a, a pretensão de prejudicá-lo, nem de privar esta Casa de ouvi-lo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, se o Senador Garibaldi fizer questão, eu poderia falar após S. Ex^a. Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Romero está se colocando...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – V. Ex^a fala, e eu falarei posteriormente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – De maneira nenhuma, absolutamente! Eu não quero criar problema aqui. Eu quero que o Presidente, que zela pela disciplina, seja hoje um daqueles que zelem mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu estou tentando fazer isso e não tem sido muito fácil, porque nós temos que suprir algumas ausências. Há pouco eu falava com o Senador Jarbas Vasconcelos exatamente sobre isso. O Senador Sérgio Guerra esteve aqui e já não está mais. Nós estamos, na medida do possível, suprimindo as ausências e infelizmente, de vez em quando, acontece o que aconteceu. Mas mais uma vez, eu queria pedir perdão a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, quantos oradores ainda faltam?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Entre ausentes e presentes, inscritos, V. Ex^a quer saber exatamente? Faltam 14 Srs. Senadores.

Esta é uma oportunidade. Nestas sessões especiais, comumente falam os Líderes partidários, mas, como todo o mundo está tendo um desejo, a vontade de reverenciar o Senador Antonio Carlos Magalhães, é natural que democratizemos isso e tenhamos tolerância para que possam discursar. Eu tenho feito esse exercício.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Dona Arlete Magalhães; meu caro companheiro e amigo Senador Antonio Carlos Júnior; Sr^a Teresa Magalhães; Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto; Sr^{as} e Srs. Senadores, Parlamentares, amigos e parentes do Senador Antonio Carlos Magalhães, subir à tribuna nesta noite tem para mim um significado especial. Falo em meu nome e em nome do Governo do Presidente Lula. A homenagem que o Senado da República presta pela passagem de um de seus mais ilustres representantes é, antes de tudo, o reconhecimento de uma vida dedicada à Bahia, de um símbolo que marcou a política nacional nas últimas décadas e, principalmente, da destreza e do vigor com que Antonio Carlos Magalhães conduziu sua vida como Senador, Governador, Ministro, Prefeito e Deputado.

Falar do Senador Antonio Carlos é falar, antes de tudo, de um colega a quem, apesar de algumas vezes dele divergir, sempre procurava, da minha cadeira no plenário, observá-lo com atenção e aprender um pouco daquela forma de fazer política: temperada e com uma forte e marcante pimenta da Bahia.

Senador Antonio Carlos ou ACM, como carinhosamente os baianos, o Brasil e todos os chamavam aqui, foi um homem que marcou o seu convívio pela postura dura em defesa dos interesses do seu Estado, mas, ao mesmo tempo, pela forma afável, até com os adversários, quando havia necessidade de fecharmos acordos para decidir questões nacionais.

O convívio com Antonio Carlos nesses últimos 12 anos foi marcado pelo debate acalorado e duro nesta Casa, normalmente cheia, às quartas-feiras, como hoje, dias de intensa atividade parlamentar. Sua presença no plenário dava o tom das discussões. Muitas vezes era ele quem definia temas, conduzia votações, levantava contrapontos e comandava articulações de bastidores. Uma presença fundamental na política e uma ausência irreparável para o Brasil.

Antonio Carlos respirava política 24 horas por dia de forma apaixonada, como se ainda a descobrisse, apesar de 50 anos de vida pública. Esse entusiasmo e a força na defesa do que considerava legítimo inspiraram muitos que com ele conviveram. ACM foi uma figura singular, uma marca política e uma inspiração de como é importante lutar pelo que se acredita com o vigor de um guerreiro sempre pronto para as batalhas e guerras mais sangrentas que a política nos impõe.

De todas essas características que marcaram esses anos de convívio, a coragem e a coerência na condução dos assuntos políticos foram as mais impor-

tantes. Mesmo sem concordar com as teses defendidas por Antonio Carlos, não podíamos acusá-lo de agir de forma escapista ou incoerente com sua conduta. Homem de embates, ACM manteve, ao longo de 50 anos, a mesma coerência que o marcou no início, ainda como Deputado, e que o acompanhou por toda a sua brilhante trajetória política.

Apesar de não ter sido seu contemporâneo, pude verificar, na saudosa convivência do plenário, que o Sr. Antonio Carlos continuava com o mesmo vigor dos tempos de Deputado. Histórias de um passado que me chegavam por aqueles que me antecederam na política reforçavam a atitude sempre corajosa, mesmo nos períodos mais difíceis da vida nacional.

Lembro-me do relato de dois episódios vividos por ele e que resumem bem essas características. Ainda como Deputado Federal pela UDN de Carlos Lacerda – oposição incansável ao Governo de JK –, teve a coragem de apoiar o então Presidente Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas, atitude que assegurou a consolidação do Plano e a construção de Brasília. Importante registrar que esse momento teve a participação de outros Deputados, como o Presidente José Sarney, aqui presente.

Outro episódio que me vem à memória, para reforçar essas características que marcaram a personalidade de ACM, está no período em que foi Governador da Bahia indicado pelo regime militar. Naqueles chamados “Anos de Chumbo”, brigar com um general não era recomendável, e mesmo assim o então Governador Antonio Carlos recusou a recomendação do Comandante Militar da Região Nordeste de tirar do seu gabinete a foto de JK, considerado na época um “inimigo da revolução”. Antonio Carlos lembrava o episódio com um sorriso irônico e finalizava: “Sabe quando a foto saiu do gabinete? Só depois do final do meu mandato.” Corrija-me, se eu estiver errado, o Deputado contemporâneo de ACM e primo de JK, Carlos Murilo, aqui presente.

Assim ficou registrado na minha memória o Senador Antonio Carlos: um político que não temia os embates da vida pública e que defendia com vigor as suas convicções. Essas características ajudaram a consolidar o político nacional que conheci no Governo Sarney e com quem tive o privilégio de conviver no Senado, ora como aliado, ora como adversário, mas sempre muito claro nas disputas políticas.

Quero me ater agora a esse período de convívio. Durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, assim como no Governo do Presidente Lula, mantinha negociações com as principais Lideranças da Casa para aprovação de projetos de interesse, e sempre a opinião do Senador Antonio Carlos Magalhães tinha

uma importância grande para fechar um acordo ou para ir ao embate. Nas duas situações, a condução de ACM era sempre avaliada.

Esse foi Antonio Carlos. Um político que, mesmo sem ter a liderança formal designada do Partido, foi Presidente do Congresso Nacional e exercia liderança no Senado e no seu grupo. É até engraçado lembrar daqueles momentos, porque, ao negociar votações, nós, Líderes do Governo, seja no Senado, seja na Câmara, precisávamos saber qual era a condução das Bancadas partidárias, inclusive da Bancada carlista. ACM havia ultrapassado as condições de político para se transformar em legenda política.

Esse constante desejo de exercer o poder em toda sua plenitude fez de Antonio Carlos o mito que ele mesmo, com muita habilidade, construiu. Legado repassado ao nosso saudoso Deputado Luís Eduardo Magalhães e ao nosso colega nesta Casa Senador Antonio Carlos Júnior. Essa herança está presente também na nova geração da família, composta por jovens e promissores políticos, como o Deputado ACM Neto e Luís Eduardo Magalhães Filho.

A preocupação com a sucessão no poder e o faro político invejável de Antonio Carlos identificaram que o sonho de presidir o Brasil não chegaria para ele, porque ele sempre dizia: “A Presidência não é destino, é vontade”. Mas o destino parecia conspirar com ele, e Luís Eduardo Magalhães, após brilhante passagem pela Presidência da Câmara, despontou como o nome mais forte para as eleições presidenciais de 2002.

Infelizmente, o destino se mostrou duro como Antonio Carlos sempre foi com seus adversários e ceifou aquele desejo de forma abrupta, deixando o mundo político, a Bahia, o Brasil e todos nós, amigos de Luís Eduardo, chocados com a perda importante de uma liderança jovem e que muito haveria de fazer pelo País. Esse foi, a meu ver, o seu pior momento, o seu momento mais sofrido.

Após a morte de Luís Eduardo, acreditei que o Senador Antonio Carlos perderia o gosto pela política, mas o que se viu em seguida foi um ACM ainda mais forte; o que se viu em seguida foi um ACM que, apesar da dor da perda daquele que o sucederia, exercia a política como o oxigênio da sua vida. A sua paixão pela Bahia e seu jeito de fazer política deixarão seguidores em sua família e inspirarão outros com seu jeito polêmico e aguerrido de ser.

Desejo encerrar, Sr. Presidente, lamentando mais uma vez a perda do Senador Antonio Carlos, solidarizando-me com a família e dizendo, de coração, como Líder do Governo, que o Senador Antonio Carlos exercia aqui uma ação muito forte e nos dava muito

trabalho. Mas gostaria, do fundo da minha alma, que pudéssemos continuar a ter esse trabalho, porque, junto com o trabalho, vinham o carinho, a experiência e o ensinamento de um dos mais importantes políticos da História do Brasil.

Muito obrigado e um abraço a toda a família. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, quero também cumprimentar a Sr^a Arlete Magalhães, viúva do Senador Antonio Carlos Magalhães, a Sr^a Teresa Helena Magalhães, o Senador Antonio Carlos Júnior, o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto e o Sr. Ministro, que até bem pouco tempo estava aqui presente, Rider Nogueira de Brito, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, acho que comecei a prestar uma homenagem ao Senador Antonio Carlos Magalhães com aquele gesto que acabei de ter aqui durante esta sessão, porque Antonio Carlos, se o passassem para trás, seria o primeiro a reclamar, seria o primeiro a erguer a sua voz. Isso porque Antonio Carlos foi, sobretudo, um paladino, um combatente, um homem público que se armava todas as vezes em que se procurava perpetrar algum atentado em relação à justiça social.

Sr. Presidente, na verdade, já se traçou aqui tal perfil do Senador Antonio Carlos Magalhães que é difícil acrescentar alguma coisa mais. Melhor Parlamentar do que ele? Talvez poucos. Melhor Governante do que Antonio Carlos? Muito poucos. Antonio Carlos foi o melhor em tudo o que fez, em tudo o que realizou. Ele era possuído por um dinamismo que não deixava que o pudessem superá-lo, pudessem derrotá-lo. Daí por quê, Sr. Presidente, ele conquistou essa unanimidade, e essa unanimidade que conquistou não foi apenas por ocasião da sua morte, não foi apenas porque desapareceu e deixou de sentar nessa cadeira. Essa unanimidade ele a conquistou em vida, em vida, pela sua atuação, pelo seu destemor, pela sua bravura e, às vezes, pela sua falta de habilidade.

Está-se homenageando um político aqui há, praticamente, cinco horas e não se falou nenhuma vez dessa palavra que pontua as homenagens aos políticos: habilidade.

Antonio Carlos não era de conceder. Antonio Carlos não era de se render. Antonio Carlos não se

deixava abater e não era aquele político jeitoso que é trazido para esta Casa, muitas vezes, ou é levado para a Câmara Federal.

Quero trazer o meu testemunho de admiração a esse político. Quero acrescentar aos que já falaram das qualidades dele essa qualidade de fascinar as pessoas. Antonio Carlos tinha certo fascínio, tinha carisma, tinha feitiço, diríamos, um feitiço baiano e conquistava as pessoas.

Nunca participei de reuniões de Liderança, porque não sou Líder. Nunca convivi com ele nos momentos de decisão, como o Presidente José Sarney. Entretanto, houve dois momentos em que os nossos destinos se cruzaram: um deles foi numa CPI, a chamada CPI dos Bingos, a chamada “CPI do fim do mundo”. Diziam que era a CPI do fim do mundo. E Antonio Carlos, nessa CPI, era apenas um membro. Os papéis estavam invertidos: eu era o relator, e ele era apenas um membro da CPI. Apesar disso, eu fiquei sempre perto do Senador Antonio Carlos. E não pensem que ele procurou interferir no meu trabalho. Absolutamente. Mas ele me deu aquelas lições de que nós deveríamos ser, sobretudo, coerentes e, sobretudo, homens públicos que não deveriam ter medo, principalmente em um trabalho como aquele.

O outro momento, que eu não entendi bem a posição dele, mas os baianos o entenderam muito bem, foi quando ele se lançou contra a transposição das águas do rio São Francisco. E, como sabem todos aqui, quando ele se lançava contra um projeto, uma idéia, ele se lançava de corpo e alma. Quando se falava aqui na transposição, logo ele aparecia. Ele podia estar no gabinete dele – que não é tão longe, mas, para um homem com a idade que ele tinha, não era tão perto – que lá vinha ele, todo fagueiro, para debater, fosse com quem fosse, a transposição do rio São Francisco.

Por isso, ele deixou marcas, como disse o Senador Cristovam Buarque. Por isso, ele é homenageado pelo seu irmão, pelo seu amigo, Senador José Sarney. Por isso, Sr. Presidente, ele tem a sua memória cultuada pela sua família, por aqueles que certamente seguirão seu exemplo. E, por isso, venho à tribuna desta Casa para dizer que eu sou um daqueles que não esquecerei Antonio Carlos Magalhães.

Ao longo da minha vida pública, ele será, para sempre, um exemplo, um homem que deixou um legado, um homem que construiu a história do Brasil e a fez com destemor, sem abrir mão de suas convicções. No episódio do Aeroporto da Bahia, quando presentes os militares, Antonio Carlos Magalhães rompeu com o movimento militar.

Um homem como esse não pode ser esquecido. Esta tarde noite é uma demonstração disso, meu caro Senador Antonio Carlos Júnior, com todo respeito, Dona Arlete, ACM Neto, Dona Teresa, Sr. Presidente. Esta tarde demonstra, realmente, que valeu a pena, Antonio Carlos, a sua vida, a sua luta, o seu combate, a sua história.

E V. Ex^a ainda me prestou uma homenagem. Fui visitá-lo no Hospital Incor, em São Paulo e o Senador Antonio Carlos Júnior, com muita justiça, já estava me despachando, já estava me dizendo “olhe, não vai dar para você falar com ele”. E eu compreendendo muito bem a situação, quando ele disse: “Chame o Senador Garibaldi!” Então, o Senador, com toda presteza e gentileza – eu acredito que os familiares estavam todos lá, – me fez entrar no apartamento e foi logo dizendo: “Como é que está o Senado?” E eu disse: “Bem, não está tão bem, não é?” E ele disse: “Como é que está o Renan?” Porque ele tinha uma amizade pelo Presidente.

E eu disse: “Senador, a situação lá está meio complicada”. Ele disse: “Não está, não. Renan vai vencer e vai provar a sua inocência”.

Sr. Presidente, no leito da doença, da dor e, hoje podemos dizer, da morte, infelizmente, esse homem mostrou o que era: um homem amigo de seus amigos, um homem solidário, um homem presente, um homem que só estava ausente porque se encontrava no leito de um hospital, mas, ainda assim, mostrava a sua opinião e demonstrava a sua dignidade.

Sr. Presidente, vou quebrar o protocolo. Vou realmente fazer uma homenagem atípica neste ambiente. Que me perdoem os Senadores, os convidados e, sobretudo, a família, mas vou dar um VIVA a Antonio Carlos Magalhães. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, familiares e amigos do Senador Antonio Carlos Magalhães, eu não poderia deixar de vir hoje a esta tribuna para prestar minha homenagem pessoal ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Durante a maior parte das nossas histórias políticas, estivemos em campos opostos, mas sempre numa relação respeitosa, que deve prevalecer numa democracia. Não precisamos ser inimigos de quem pensa diferente.

Por isso, Sr. Presidente, fazer uma avaliação do papel de Antonio Carlos Magalhães passa também por uma crítica do atual momento da política brasileira, quando vemos a soberba de um Governo no

qual sobra autoritarismo e falta autoridade. São dois substantivos que muitas vezes são confundidos, especialmente por aqueles que se apresentam como democratas, mas, na verdade, não admitem opiniões contrárias.

Ao longo de décadas, Antonio Carlos Magalhães construiu uma trajetória política na qual sempre demonstrou grande espírito público, consolidando uma liderança e uma autoridade incontestáveis – e, muitas vezes, implacáveis. Mas até aqueles que criticavam o seu estilo reconheciam a sua força de líder, não apenas na sua terra natal, mas também no cenário nacional.

A verdade, Sr. Presidente, é que a história do desenvolvimento da Bahia se divide em antes e depois da ascensão do grupo de Antonio Carlos.

Essa sua luta pela terra natal de certa forma contaminou outros Estados do Nordeste, como Pernambuco e Ceará, que buscaram se modernizar, nas duas últimas décadas, para enfrentar o poderio baiano. Além dessa expressiva liderança popular, Antonio Carlos Magalhães foi uma referência na formação de quadros políticos e de gestores públicos.

São profissionais que, ao contrário do que poderia rezar a cartilha política tradicional, têm personalidade própria, têm um estilo próprio de agir e gerir.

Esta é uma das missões mais relevantes de um líder, seja ele da iniciativa privada ou dedicado à vida pública: montar equipes eficientes, que cumpram sua missão com firmeza e seriedade, pois ninguém faz nada sozinho.

Devem ser reconhecidas também iniciativas de âmbito nacional, como a criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que Antonio Carlos, um dia, apontou como “o ápice de seu currículo de homem público”. Não deixa de ser simbólico que uma iniciativa desse porte tenha surgido de um líder político classificado como “conservador”, que uniu, há seis anos, Governo e Oposição em torno da sua proposta.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos meses, pude, pela primeira vez, acompanhar mais de perto o “estilo ACM” aqui mesmo neste plenário e, de forma especial, como integrante da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À frente da Presidência da Comissão de Justiça, Antonio Carlos legou talvez uma das suas últimas contribuições para o País, que foi tirar das gavetas e aprovar o chamado Pacote de Combate ao Crime e à Violência, trabalho para o qual tive a honra de colaborar, ao compor o grupo de trabalho escolhido pelo próprio ACM.

Assim sendo, será esse o Antonio Carlos Magalhães que ficará na minha lembrança, alguém cuja determinação e paixão devem servir de exemplo; alguém com quem a gente não precisaria concordar para respeitar.

Como afirmei por ocasião do seu desaparecimento, Antonio Carlos Magalhães deixa um vácuo na política brasileira.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria, para economia do tempo, de saudar a Mesa na pessoa de D. Arlete.

A minha impaciência neste plenário, Sr. Presidente, era porque eu não sairia desta Casa hoje inteiro se não prestasse aqui um depoimento sobre essa extraordinária figura de homem público chamado Antonio Carlos Magalhães.

A desvantagem de quem está no fim da fila de oradores, principalmente tendo limitações, como é o meu caso, é que todos os assuntos são praticamente esgotados e preciso se faz, meu caro Paulo Tarso, um esforço sobre-humano para se tentar abordar fatos até então inéditos. Vou me esforçar. Vou me esforçar nas conversas que tive com ACM ao longo de uma convivência.

Lembro-me muito bem, mergulhado na piscina da Teresa e do César, enquanto o Luis Eduardo fazia *cooper*, dele me contando passagens extraordinárias da sua vida. Acertos, desacertos, incompreensões, ódios pontuais a jornalistas que achavam que ele levaria até o túmulo, mas que, um mês depois, aquilo estava acabado. Mas, naquele momento, ele me disse uma coisa fantástica: “Heráclito, os meus inimigos eu perdô todos, não consigo perdoar os inimigos da Bahia”.

O Antonio Carlos que quero invocar aqui é o invicto, é o que deixa a vida pública sem ter perdido pessoalmente uma eleição sequer. Seus adversários não tiveram o prazer de dizer que conseguiram derrotá-lo.

O outro Antonio Carlos que quero saudar é o que não se abatia com as adversidades. Quando o seu grupo foi derrotado, na Bahia, ele no Ministério das Comunicações, em uma conversa que teve comigo, semana da posse, festa dos eleitos, disse-me uma coisa que cheguei a pensar que ele tinha perdido a cabeça: “em seis meses, dou a volta por cima e retomo o comando da Bahia”. A história está aí para contar.

Antonio Carlos foi um homem de grandes bandeiras. Lembro-me pisando em ovos como Líder de Fernando Henrique, e o Antonio Carlos a pregar cartazes,

como panfletário, defendendo aqui um salário mínimo que fazia o Pedro Malan perder noites de sono.

O Fundo de Combate à Pobreza, hoje deformado, mutilado, era um programa de integração social, e não de acomodação social. Hoje, é claro, concordo, consagra líderes mas deforma gerações. O Fundo de Combate à Pobreza, hoje chamado Bolsa-Família, é um verdadeiro cabresto montado pelos que combatiam nas praças públicas o cabresto que julgavam ser praticado pelo coronelismo de então. Este é o cabresto moderno, da dependência e da submissão dos homens.

O Senador Antonio Carlos Magalhães teve a coragem de tirar a Bahia de um momento de estagnação, uma Bahia cabisbaixa com a crise do cacau, e convencer a Petrobras, àquela época, de instalar em solo baiano o pólo petroquímico. Anos depois, com a mesma bravura, retirou de terras gaúchas a Ford e a instalou na sua querida Bahia.

Esse é o Antonio Carlos, meu caro Senador José Sarney, que deixará por muito tempo a sua digital, a sua marca nos corredores deste Congresso. Um homem passional nas suas convicções, mas um homem que tudo que defendia o fazia com amor. Sempre destemido para enfrentar quem quer que fosse.

Uma outra vez, estávamos na sua casa e, na televisão ligada, apareceu um biólogo mostrando o perigo das cobras. De repente, apareceu uma cobra coral, e o biólogo mostrava que aquela espécie não ataca, mas que se alguém a pisa ou ataca ela morde e é mortal. Ele disse: “Sou mesmo assim: não ataco ninguém, mas, se mexerem comigo, sou mortal”. Era essa a figura extraordinária, que deixará um vazio pela metade neste canto de plenário.

Sei, meu caro Júnior, da sua preocupação em, pela segunda vez, substituí-lo. Na primeira, com o conforto de que sabia que era temporário, porque ele voltava, como voltou; agora, sabendo que é definitivo.

Tive a oportunidade de conviver durante bons anos com a relação extraordinária de dois homens públicos: Luís Eduardo e o pai. Era difícil, meu caro Dornelles, avaliar quem admirava mais o outro. E era uma admiração tão profunda que eles se temiam, às vezes, em momento de definições. E quantas vezes eu fui convocado para ser o mediador, sentando-me em uma cadeira e ouvindo aquela conversa cerimoniosa de duas crianças que não tinham coragem de tocar no ponto que o momento exigia. A última delas foi na disputa para o Governo da Bahia. Antonio Carlos me chamou e disse: “O Luís Eduardo precisa se decidir; eu não tenho mais tempo e não vou mais esperar”. Falava de maneira irritada. Até que um dia eu procurei o Luís Eduardo e marcamos um almoço. Vejam só: eu marcar um almoço do pai com o filho para tratar de

um assunto – eu como piauiense – que não era meu, para quebrar o gelo. E nenhum começava o assunto. Terminado o almoço, D. Arlete, eu vi que minha presença incomodava, então disse: “Eu tenho que ir para a Câmara” – eu era 1º Vice-Presidente na época –, “vou deixá-los”. E fui levantando para não haver sequer o apelo da permanência. Meia hora depois, recebo no gabinete Luís Eduardo candidato a Governador da Bahia, com o coração dividido, fascinado com o sucesso justo e merecido que exercia na política nacional. E eu lhe fiz uma indagação definitiva: “Você já pensou que, em sendo Senador, vai ter que conviver com seu pai? Pensou na dificuldade de dois temperamentos difíceis nessa convivência? E os amigos? E o grupo de amigos?” Fiz umas duas ou três ponderações, e ele me disse que ia consultar alguns amigos sobre a decisão. Eu não quero citá-los para não cometer nenhuma injustiça.

Mas o Antonio Carlos que a gente conhece é o dos pequenos detalhes, Sr. Presidente – para terminar –, e dos admiradores, que não lhe deixam nem agora. Eu vejo ali o Cegonha... Que o carregou... Pelo Brasil afora... Sempre na busca de construir a Bahia. Não levantou um minuto. Eu vejo a Marlene – entra e sai –, eu vejo seus amigos. Eu trouxe, para fazer a leitura – que não vou fazer –, uma das coisas mais fantásticas que este Plenário ouviu recentemente: um discurso de improviso de Ronaldo Cunha Lima na morte de Luís Eduardo.

Vou tentar fazer a leitura:

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu vi, os meus olhos viram os seus olhos chorando. Eu vi, a minha alma viu a sua alma em prantos. Eu vi, meu coração viu o seu coração em pedaços. Para usar a expressão augustiana, todos nós vimos a sua dor chorando. O pai diante do filho morto, e nós a nos interrogar quem havia morrido mais: o filho de olhos fechados ou o pai com o coração com chagas abertas. Eu vi, todos nós vimos o Brasil diante de uma esperança morta. Nós vimos, todos nós vimos como que o futuro sendo interrompido. Nós vimos e participamos dessa dor, e é por isso que a ela me associo, no testemunho de solidariedade ao pai, no preito de saudade ao filho, porque se, de um lado, o Brasil inteiro lamenta a morte de um Líder; de outro, esse Líder é filho de um homem que parece, nesse instante, também com o coração partido, com a alma em prantos, chorar a sua dor.

Hoje os dois não choram, mas o Brasil os reverencia. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Registro a presença do Senador Hélio Costa, Ministro da Comunicações.

É uma honra a presença de V. Ex^a nesta sessão especial, Ministro Hélio Costa.

Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente Renan Calheiros, Dona Arlete, Sr^a Teresa Helena, meu caro Senador Antonio Carlos Júnior, meu caro ACM Neto, Sr^{as} e Srs. Senadores, a quem cumprimento na pessoa do meu sempre querido Presidente José Sarney, senhoras e senhores, quando desaparece uma pessoa do nosso convívio, a primeira coisa que sentimos é o vazio da sua ausência. Uma cadeira vazia, ou ocupada por outra pessoa, a expectativa frustrada de ouvir sua voz quando de uma conversa ou, no caso de um Parlamentar, de um debate político marcado pela controvérsia de posições. Nesses primeiros momentos em que sempre experimentamos a sensação paradoxal da surpresa diante do inevitável, ainda não somos capazes de voltar nossa atenção para aquilo que, de fato, tanto importa: não o seu desaparecimento, mas a obra que deixou.

Quando é de um gigante que se trata, quer seja da área cultural, quer da política, a morte fecha um ciclo que confere à figura sua verdadeira dimensão histórica, permitindo-nos, e até nos obrigando, a um balanço mais equilibrado de sua trajetória e de sua significação.

Antonio Carlos Magalhães foi um desses gigantes – isso, nem seus maiores opositores são capazes de negar. Viveu para a política por mais de meio século, desde sua primeira candidatura a Deputado Estadual, em 1954, até 2007, quando deixa esta Casa, marcada por sua atividade, para integrar a História.

É possível discorrer longamente sobre sua carreira de administrador, desde a Prefeitura de Salvador, a partir de 1967, e dos períodos em que governou o Estado da Bahia. Sobre sua carreira parlamentar de Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador podemos todos falar, e temos uma rica biografia para dela tomar conhecimento.

Mas todos esses fatos estão nas biografias oficiais, que podem ser compulsadas por qualquer pessoa interessada nos pormenores da História recente, que irá encontrando seus intérpretes com a passagem do tempo. Gostaria, entretanto, de destacar as impressões que me ficaram do convívio, tanto no tempo do Ministério do Presidente Sarney quanto nesses últimos meses, em que estivemos juntos nas atividades de Senador.

Pois bem: em todo esse tempo, sempre percebi em Antonio Carlos Magalhães um sentido agudo de interesse nacional e do bem maior para seu Estado

da Bahia. O Senador Afonso Arinos dizia, com muita propriedade, que o regionalismo é a forma mais pura de patriotismo.

Aquele que não ama o seu Município, aquele que não ama o seu Estado não consegue ter o sentimento nacional. O amor de ACM pela Bahia é, pois, o marco do sentimento nacional desse grande brasileiro.

Os números confirmam: com Antonio Carlos Magalhães, nesse meio século, a Bahia ficou mais rica. E não foi para menos: em seu estilo de governar, ele sempre soube se cercar de quadros técnicos da maior qualidade, que reestruturaram a administração do Estado no sentido da racionalidade e da modernidade.

Acredito, entretanto, que o depoimento de quem conviveu com um gigante como Antonio Carlos precisa incluir uma nota pessoal que contribua para uma medida humana daquele que tende a se tornar um mito. E aí quero mencionar o sentimento de família de Antonio Carlos, muito profundo, que vi exteriorizado na presença competente de seu filho Antonio Carlos Magalhães Júnior, na sua suplência como Senador – e que agora vai mais uma vez honrar o Senado Federal; na tristeza do pai pela perda do seu querido Luís Eduardo; e no orgulho por ver o neto, com seu nome, preparado para enfrentar os novos desafios da política nacional.

Duas características que também sempre notei em Antonio Carlos foi a sua coragem e a sua capacidade de dar dimensão e grandeza em todos os cargos ocupou.

Lembro-me, Presidente Sarney, do primeiro grande comício, em Goiânia, da campanha de Tancredo e Sarney.

O Presidente Tancredo, sempre com grande cuidado, temia que a reação das pessoas presentes ao comício fossem hostis ao Senador Antonio Carlos. De uma maneira indireta, fez a ele chegar que talvez não fosse conveniente a sua presença no comício de Goiânia.

Ele disse: “Faço questão de ir ao comício de Goiânia e de ser o primeiro orador”. E lá foi. Foi um comício tumultuado. O Presidente Sarney lembra-se da grande quantidade de soldados que foram para lá com a camisa do PCdoB e a bandeira vermelha para tumultuar o ambiente. E ele foi o primeiro orador. Falou com tal veemência, com tanta coragem, que foi o orador mais aplaudido do comício de Goiânia.

Quero demonstrar também a capacidade que ele tinha de dar dimensão e grandeza aos cargos que ocupava. Ele participou da campanha Tancredo-Sarney sempre na condição de dissidente do PDS. Era importante demonstrar que a candidatura Tancredo-Sarney tinha o apoio do PMDB, do PFL e também de uma dissidência do PDS.

E, como sempre ocorre na montagem de todos os Ministérios, ACM achava que talvez fosse convidado para ocupar o Ministério dos Transportes ou o Ministério

do Interior. Em determinado momento, foi ele informado de que ocuparia o Ministério das Comunicações e disse: “Mas isso é uma aposentadoria”. Ficou decepcionado. A primeira reação foi de depressão: “O que vou fazer nesse Ministério? Eu nunca ouvi falar nesse Ministério das Comunicações”. Quarenta e oito horas depois, ele dizia ao Presidente Tancredo Neves: “Aceito o Ministério das Comunicações, e esse Ministério será o mais importante do Governo de V. Ex^ª”.

Tancredo não governou. Governou o nosso grande Presidente Sarney. E realmente o Ministério das Comunicações passou, a partir daquele momento, a ser um dos grandes Ministérios da administração pública brasileira.

Sr. Presidente, Antonio Carlos Magalhães marcou sua vida política neste meio século. Sua atuação suscitou polêmica, como ocorre aos que se movem pela paixão. Mas toda análise desapassionada, a partir de agora, terá de reconhecer a melhor parte de seu legado: uma Bahia economicamente mais desenvolvida e com maior peso político no quadro da Federação. Não se trata de obra pequena para um homem. Trata-se, ao contrário, de uma grande obra, que apenas um grande homem como Antonio Carlos Magalhães poderia realizar!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^ª.

Tenho a honra de conceder a palavra ao eminente Senador Sérgio Guerra.

Com a palavra V. Ex^ª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^ª, com a aquiescência do Senador Sérgio Guerra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Recebi uma informação há pouco da Dr^ª Valéria Guimarães sobre o episódio que relatei. Refiro-me à minha preocupação com respeito à expressão de sorriso, de risada que tinha ocorrido quando ele presidia a CCJ, por ocasião daquela apresentação que fiz. E ela me informou que acompanhava o estado do coração do Senador diariamente e que, por diversos dias, estava muito preocupada, porque não estava bombeando adequadamente e que, naquele dia, e muito possivelmente por ter sorrido tanto, o coração dele estava ótimo.

Portanto, fico mais tranqüilo porque a minha apresentação não causou mal ao coração do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Senador Renan Calheiros, Sr^ª Arlete Magalhães, viúva do Senador Antonio Carlos Magalhães; Sr^ª Teresa Helena Magalhães; Deputado Federal Antonio Carlos Magalhães Neto; Senador Antonio Carlos Júnior; Sr^ªs e Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, vou dizer algumas breves palavras sobre a figura do Senador Antonio Carlos.

É impossível dizer agora o que já não foi dito antes ao longo de sua vida e neste dia de hoje. Apenas uma manifestação pessoal que me senti na obrigação de fazer, porque fui amigo de Luís Eduardo e tive a simpatia, a cordialidade e, diria até, a amizade do Senador Antonio Carlos. Gosto muito do neto dele, um dos melhores políticos brasileiros de sua geração.

Eu gostava de alguns aspectos da personalidade do Senador Antonio Carlos Magalhães que, usualmente, não são consideradas como virtudes ou até mesmo elogiadas. Gostava muito de quando ele ficava bravo, de quando ele se irritava e de quando ele dizia o que tinha na cabeça.

Penso que há uma imensa necessidade, neste Brasil de hoje, especialmente para nós da área política, de falarmos a verdade e falarmos verdadeiramente o que pensamos. Não o que pensa o vento fácil da opinião pública, mas o que pensa a consciência de cada um de nós.

O Senador Antonio Carlos não tinha medo de dizer o que pensava. E dizia mesmo. Muitas vezes, injusto; muitas vezes, precipitado, mas sempre honesto, honesto com ele mesmo. E essa honestidade a que me refiro, essa capacidade de dizer o pensamento verdadeiro que se tem, falta ao Brasil de hoje de maneira total.

A convicção que a população tem é a de que poucos falam a verdade. Palavras de políticos vão com o vento. São afirmações fáceis, feitas a qualquer propósito e a qualquer pretexto. O elogio pelo elogio, a crítica pela crítica, nada que tenha coração. E a crítica do Senador Antonio Carlos tinha coração, e o seu elogio também. Esse é um ponto.

O segundo ponto são comentários sobre ter sido o Senador Antonio Carlos, em sua vida pública, contraditório. Eu gosto disso. Prefiro muito mais a contradição dos que pensam, dos que são livres, à coerência elementar dos que são oportunistas, que se dobram ao primeiro governante da esquina, à primeira moda, à primeira tentação do aplauso. Isso não ajuda o Brasil a melhorar. Ajuda o Brasil a melhorar quem diz o que pensa, nem que, para isso, tenha de ser necessariamente contraditório. Natural que seja contraditório. Somos um País complexo, cheio de contradições. Impossível ser aqui linear, impossível ser aqui absolutamente reto, porque não dá para sê-lo. O Brasil não foi formado assim. Somos um País contraditório que se criou por um processo histórico que nos permite avaliar vários países em um só e várias realidades em uma só. A

síntese disso tudo é o brasileiro legítimo, aquele que pensa livremente e que é capaz de ser contraditório, mas essencialmente brasileiro.

O Senador Antonio Carlos Magalhães foi um grande brasileiro. Mais ainda: acho que ele morreu no pior momento para o Brasil. Nunca estivemos tão complicados, nunca valemos tão pouco como valemos agora, nunca se prestou tão pouca atenção à palavra nossa. Agora, na palavra do Senador Antonio Carlos Magalhães, todos prestavam atenção, contraditória ou não, agressiva ou não, conciliadora ou combativa. Era a palavra sincera de um homem público que tinha um enorme espírito público e que se preocupava com o seu País e, mais do que isso, preocupava-se com sua terra e com seu chão.

Disse-me o Senador Tasso Jereissati que, ao visitá-lo nos últimos dias, ele pediu que, tantas vezes quanto fosse possível dizer, falassem do seu amor à Bahia.

Poucos políticos brasileiros fizeram pelo seu Estado o que o Senador Antonio Carlos fez pelo dele. E fez muito bem. De uma maneira especial, no Nordeste, nas áreas mais pobres do Brasil, líderes políticos têm que dar prioridade aos problemas do seu Estado; questões gerais e questões particulares que resolvem as condições objetivas da população. O Senador Antonio Carlos fez isso, com determinação, coragem, de forma incisiva.

Não gosto desse deserto de homens. Não é porque eu tenha na minha família uma formação udenista, como o Senador Antonio Carlos foi da UDN, mas por acreditar nisso, que o Brasil precisa mudar, que não dá para continuar desse jeito, nessa mesmice. E faz uma enorme falta neste Senado a palavra insubordinada, afirmativa, justa ou injusta do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Somos muito mais pobres hoje do que fomos ontem, com a presença dele entre nós. Vamos honrar o que ele fez pelo Brasil e pelo Senado. Ao neto eu diria: seja como foi o seu avô, um grande brasileiro. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cheguei atrasado à sessão e não quis me inscrever, porque sei que já estão todos muito cansados. Se V. Ex^a puder me conceder 30 segundos, eu gostaria muito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O próximo orador inscrito é o Senador Mão Santa.

Concederei, em seguida, a palavra a V. Ex^a.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me saudar a Dona Arlete. Tantas são as autoridades, os Membros que compõem a Mesa, as Lideranças.

Presidente Sarney, li o livro *A Arte de Viver*, de André Maurois, que retrata a arte de pensar, de trabalhar, de comandar, de amar e de envelhecer. Sobre a arte de amar, Dona Arlete, André Maurois dizia: “O homem nasceu para a guerra, e a mulher, para o repouso do guerreiro”.

Presidente Sarney, permita-me saudá-lo. V. Ex^a tem muitos títulos, mas, usando as palavras do Rei Roberto Carlos, V. Ex^a foi o “irmão camarada” de Antonio Carlos Magalhães.

Depois de tantas vezes, é difícil. Estamos reunidos há quase seis horas, que equivalem a quatro partidas de futebol, sem cera, sem intervalo. E todo mundo está aqui querendo render homenagens a Antonio Carlos Magalhães.

Presidente Renan, ouça a voz das ruas. Não há rua, mas vou dizer aqui a voz do Plenário. Perguntei ao Zezinho, que representa o povo que chora Antonio Carlos Magalhães, o que eu deveria dizer. Aí, o Zezinho me disse: “Diga que ele foi um grande guerreiro”. Daí a homenagem ao grande guerreiro e à Dona Arlete, que deu repouso ao guerreiro, para ele poder pelear, lutar e vencer. Foi imbatível, foi vencedor.

E diria o seguinte: conheci os dois lados. Ele foi ao Piauí e me combateu duro. Duro! E eu também. Mas eu quero dizer aqui, não podia deixar de dizer, que ele era um homem justo. Aí eu ganhei as eleições, contra o PFL. E havia o Prodetur, aqueles que governavam, na época, viam as dificuldades; só se podia tirar um empréstimo se a receita fosse na proporção de dois para um do endividamento. Alagoas tinha naufragado, não tinha conseguido, e eu consegui, com austeridade, com dificuldade. Nos últimos dias, veio para cá. Presidente Sarney, eu disse: agora, estou lascado. Que nada! O homem fez andar, apressar, e liberou tudo. Eu pensava: ele sobretudo foi esse homem justo. Ele combatia o bom combate.

E depois travamos essa grande amizade.

Esse negócio aí de ética, quiseram... Quem liderou o PMDB a apoiar Antonio Carlos Magalhães fomos nós. Aprendi com ele que aquilo era injustiça, desrespeito à Bahia e aos baianos que o consagraram Senador. E era um vencedor, um imbatível. Ele não poderia tombar no Conselho de Ética. Fomos nós que lideramos o PMDB naquele instante, Renan. V. Ex^a e o Presidente Sarney sabem disso.

E queria, então, dizer que nós o conhecemos aqui e, bem aqui, foi meu último encontro com ele. Ele, sentado na cadeira de José Agripino, e eu ali. Sou médico há 40 anos e exerci mesmo essa profissão. E eu senti, senti e fiquei até perplexo de ver: eu sendo duro com ele, para que cuidasse da saúde, porque eu tinha 40 anos de Medicina, e sabia que ele era médico, mas sabia também que ele tinha abraçado a política logo nos primeiros anos. Eu vivi a Medicina por 40 anos. E me mostrei preocupado.

Vi, Sarney, aquele guerreiro, os sonhos, o ideal de luta, vi que aquele homem não ia parar. E aponte para ali e disse: “Ô Antonio Carlos, se cuide! Você não podia nem subir essas escadas!”. Cardíaco.

Depois, no outro dia, ele tombava, caía, e eu quis visitá-lo. Mas ninguém ia detê-lo. Ele era esse homem que deixou os exemplos, mas as obras estão aí. Eu abria o livro de Deus em que Tiago dizia assim, Sarney: “A fé sem obra já nasce morta”. A fé daquele homem era com obras em Salvador, na Bahia e no Brasil. Tiago garante então que ele está no céu. Ninguém teve uma fé tão grande com obras, e nós reconhecemos isso.

E entre muitas e muitas aqui está uma delas: *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro*. São dois volumes. Comentamos muito essa obra. Outro dia, eu dizia a ele que gostava do discurso de Affonso Arinos. Ele me disse: “Mão Santa, leia o do Padre Gondim sobre Kennedy”. Então, pensei o que se tinha que pensar: eu tinha que vir aqui em nome do Piauí, que já foi tão bem representado pelo Senador Heráclito Fortes, irmão camarada do Luís Eduardo. O Maranhão e o Piauí têm um irmão camarada, Antonio Carlos Magalhães.

E se ele fez isso com muito carinho, dois livros e tem discos, *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro*, eu disse: ele escolheu os discursos de que mais gostou. Não vou cansá-los, mas vou indicar que os leiam. Aprender! Lembro-me de quando Ulysses disse que, perdendo-se a coragem, perdem-se todas as virtudes. Ô homem de coragem! Ele escolheu, e vou ler só um tópico. Na entrada, foi no dia 15/3/95: “Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou dividir o meu pronunciamento em duas partes: a primeira, um assunto de muita importância para a economia baiana, a cacauicultura, no meu Estado. A segunda, a crise dos Três Poderes da República, principalmente do Judiciário”.

E se ele fez isso com tanto carinho, dois livros e tem discos, *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro*, eu disse: ele escolheu os discursos de que mais gostou. Não vou cansá-los, mas vou indicar que os leiam. Aprender! Lembro-me de quando Ulysses disse que, perdendo-se a coragem, perdem-se todas as virtudes. Ô homem de coragem! Ele escolheu, e vou ler só um tópico. Na entrada, foi no dia 15/3/95: “Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou dividir o meu

pronunciamento em duas partes: a primeira, um assunto de muita importância para a economia baiana, a cacauicultura, no meu Estado. A segunda, a crise dos Três Poderes da República, principalmente do Judiciário”.

Não vou ler. Tião Viana rememorou a coragem dele. Não vou cansá-los. Winston Churchill fez oito mil discursos; do Senador José Sarney, ainda não contei, mas do Antonio Carlos Magalhães vamos contar, Senador Renan. Mas um que é atual. Ô Luiz Inácio, grave esta – você não gosta de ler, mas só este pedaço: Mitterrand, no fim de sua vida, estava moribundo de câncer, pediu a um amigo intelectual, prêmio Nobel, que o ajudasse, e disse: “A mensagem para todos os governantes é fortalecer os contrapoderes”. Mitterrand.

Antonio Carlos, o Estadista, o santo que teve fé com obras: “Penso que a principal praga de qualquer governo, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, é a corrupção. O Governo que não for corrupto está fadado a ter êxito. Quem tem experiência administrativa sabe que se administra bem o Estado, o Município ou a União quando existe moralidade administrativa. Os recursos aparecem, e se pode realizar”.

Mas Rui Barbosa, que ele colocou ali, é completo, foi esquecido e vim completar. Antonio Carlos Magalhães chegou à Presidência da República, de 15 a 22 de maio de 1998, ele exerceu e deu ensinamento. Nesse breve período de 15 de maio a 22 de maio, aprovou um empréstimo de US\$198 milhões para o Nordeste.

O Senador Garibaldi Alves já disse que quebrou o protocolo, e quem vai quebrá-lo agora sou eu. Eunício, estudei no seu Ceará. Juscelino, que foi citado, Sarney, eu o vi encantado, médico-cirurgião, como eu, da Santa Casa. Renan, ele, no fim de sua administração, visitou Fortaleza e eu o acompanhei. Lá no abrigo. Eunício, havia um abrigo perto da Assembléia. Então, vi aquela saudação do homem do Nordeste, da gratidão do povo. Um vaqueiro de chapéu não pôde se aproximar de Juscelino, que tomava um café no Pedão da Bananada, torcedor do Ceará. Ali, o homem; eu também, estudante, já atraído por Juscelino. Ele não se controlou e disse: “Ô Presidente pai-d’égua!”

E digo aqui, com o mesmo fervor de homem do Nordeste: Ô baiano pai-d’égua! E queria dizer que temos um dever. Vimos a luta e, no final, ele morreu. Senador José Sarney, vamos sair dizendo por aí que Antonio Carlos morreu, como nasceu e viveu, orgulhoso de ser baiano, baiano, baiano!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, eu queria dar a palavra, como foi solicitado, por 30 segundos, ao Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, D. Arlete, Senador Antonio Carlos Júnior, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, Teresa, Helena, filhas do saudoso Antonio Carlos Magalhães,

De fato muito rápido, Sr. Presidente. Esta é uma sessão histórica e como Líder do meu Partido, Partido Socialista Brasileiro (PSB), quero deixar o registro fazendo a minha homenagem ao eterno Senador Antonio Carlos Magalhães e fazendo a minha homenagem à família aqui presente.

Não convivi com o Senador, não tive relação mais próxima com ele; assumi o Senado aqui e convivi mais com o ACM Neto como Deputado Federal na última legislatura do que com o Senador. Militei em campo oposto a ele quando comecei a militar politicamente, mas, naturalmente, sei reconhecer o valor das lideranças que participaram e fizeram história neste País. Antonio Carlos Magalhães fez história neste País. Enquanto viveu, viveu com intensidade, viveu participando integralmente de todos os eventos políticos e fatos políticos. Tudo de importante neste País teve a sua presença de homem público.

Então fica aqui o meu reconhecimento e o do meu Partido e as minhas homenagens a esse trabalho prestado por ele no País. E a minha solidariedade à família aqui presente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Renan Calheiros; Sr. Senador Antonio Carlos Júnior; Dona Arlete Magalhães; Dona Tereza Magalhães; Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores; meus senhores e minhas senhoras, procurarei fazer da mesma forma como fez em vida o Senador Antonio Carlos Magalhães: serei breve e ágil na ação.

O exemplo que ele deixou para os pósteros foi um exemplo de força, coragem e destemor para decidir nas horas mais graves e difíceis. Nenhuma nação pode se desenvolver, alcançar resultados, alcançar sua própria grandeza, sem a atuação marcante dos seus líderes. A presença, na política brasileira, do Senador Antonio Carlos Magalhães certamente contribuiu, de forma positiva, para a formação de novas gerações no Brasil.

A sua coragem em fazer a chamada CPI do Judiciário... Quem poderia afrontar a Justiça, até então inatacável, impenetrável na sua ação? Antonio Carlos Magalhães moveu ações, articulou o Senado e conseguiu fazer a CPI do Judiciário, que, sem dúvida alguma, desembocou recentemente em uma reforma profunda do Judiciário, inclusive com a criação do Conselho Nacional de Justiça, inspirando-se também na atua-

ção sempre valorosa do Ministro Nelson Jobim, com quem o Senador Antonio Carlos Magalhães mantinha as melhores relações.

Foi por meio da ação positiva de Antonio Carlos Magalhães que o Senado Federal – fato a que já se referiram vários oradores – conseguiu aprovar, também com o apoio da Câmara dos Deputados, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Além disso, foi por meio da ação do Senador Antonio Carlos Magalhães que muito da nossa legislação foi alterada no que se refere à segurança pública. Conter a violência nas grandes cidades era a obsessão dele, bem como dar velocidade à aprovação, à tramitação de matérias importantes. De algumas delas eu tive a honra de ser o Relator por ele designado. Cito, como exemplo, o combate à lavagem de dinheiro, objeto de um projeto de autoria do Senador Pedro Simon, que foi aprovado no Senado Federal.

Finalmente, Sr. Presidente, para não me alongar mais, como sergipano, eu gostaria de agradecer, de forma emocionada, a obra magistral, com repercussões econômicas para a economia de Sergipe, da Bahia e, como de resto, para o Nordeste do nosso País, que foi a construção da Linha Verde, que teve, sem dúvida, a participação expressiva e efetiva do Governo de Antonio Carlos Magalhães, aproximando os dois Estados – Sergipe era um pedaço da Bahia – e contribuindo decisivamente para o incremento do turismo, gerando emprego e renda. Por essa razão, o Senador Antonio Carlos Magalhães tornou-se, com todo merecimento, cidadão honorário do Estado de Sergipe.

Sr. Presidente, parecendo até um ato de despedida, um gesto de despedida, estive, nas últimas semanas antes do seu desaparecimento, no Incor. Lá encontrei familiares e fui recebido pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, ao lado do Deputado Federal ACM Neto.

Seu corpo, naturalmente, agredido pela doença que o corroía, não estava respondendo à sua mente, que estava lúcida, inteiramente voltada para as preocupações com a realidade do Brasil e manifestando seu interesse em sua participação, em que pudesse reintegrar novamente o Senado, continuar trabalhando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e dar seu contributo para o desenvolvimento do nosso País.

Sua fisionomia era a de um homem que expressava ternura, que expressava alegria, que expressava tolerância e harmonia com o desenvolvimento do nosso País. Pena que seu desejo de voltar ao Senado não foi realizado, mas espero que seu exemplo de trabalho, seu padrão de eficiência e de coragem sejam seguidos por aqueles que aqui ficaram. Não tenho a menor dúvida de que seu sucessor, Antonio Carlos Magalhães Júnior, pela sua personalidade, pela forma discreta como age, haverá de, a seu

modo, procurar preencher o vazio que aqui deixou Antonio Carlos Magalhães, que recebe as homenagens de um Senador de Sergipe, que muito lhe é agradecido pelo que fez pelo Brasil, pela Bahia e pelo meu Estado, pequenino, mas grato, o Estado de Sergipe. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de saudar a Mesa e a família – não vou ler isto aqui não – do Senador Antonio Carlos, neste momento ímpar da História, que não se repetirá.

Sr. Presidente, V. Ex^a tem o privilégio de presidir – gostaríamos todos que ele aqui estivesse – uma sessão solene em homenagem a uma pessoa muito querida de todos nós.

Microfone nunca me assustou desde a minha infância, nunca me pôs nervoso e nunca fez palpitar o meu coração, dando-me taquicardia. Esta é a primeira vez que assomo à tribuna e a minha mão treme – pela primeira vez na minha vida.

Eu dizia ao Senador César Borges que sou o único aqui que teria de falar, porque, quando “nasci os dentes”, mamãe já votava nele. Quando eu “nasci os dentes”, Senador Sarney, ele já era ACM.

Tive dois momentos significativos na minha vida. Um deles foi quando eu fiz o meu primeiro discurso aqui como Senador da República. Sou filho de uma faxineira do interior da Bahia de ACM, que sempre acreditou nele. No dia em que vim a esta tribuna pela primeira vez e vi ACM sentado ali... Eu, filho de Dadá, faxineira. Acompanhei minha mãe nas ruas com as bandeiras de ACM, menino. E tive o privilégio de ser criado por um Estado que não é meu, e que me acolheu, Senador Renato Casagrande, como filho seu. Fui ser Senador pelo Estado do Espírito Santo, Estado que tenho muito orgulho de representar.

Eu nunca tremi fazendo discurso, nunca tive medo de microfone. Eu cheguei a esta tribuna pela primeira vez e comecei o meu discurso contando uma história que ACM me contou. Olha que coisa! Eu cresci vendo minha mãe votar nele, depois eu já era colega dele. E fiz o meu primeiro discurso nesta Casa contando uma história que ele me contou.

Quando eu tinha 13 anos de idade, Senador Renan Calheiros, a minha mãe recebeu uma profecia na igreja – eu nunca tive livro, nunca tivemos casa – de que eu seria Senador da República. Elegi-me Deputado Federal e vi um homem chamado Moroni Torgan recolhendo assinaturas para uma CPI de Narcotráfico. Como recupero drogados há tantos anos da minha vida, vi aquilo como a realização de um sonho voltado para políticas públicas no Brasil. Quinhentos e treze.

Eu desconhecido. Estado pequeno. Fui ajudar esse rapaz a colher assinaturas, mas não consegui vaga na tal CPI. Comecei a bater à porta dos Líderes, por orientação do próprio Moroni. Pedi uma vaga para o Aécio Neves, então Líder do PSDB, que me disse: “Não posso. Todo o mundo quer participar”. Pedi ao Geddel, então Líder do PMDB, que me disse: “Não posso”. Pedi ao Inocêncio, que me disse: “Não tem como. Todo o mundo quer participar”.

Eu estava num hotel, o Kubitschek Plaza, onde morava, orando à noite. Li minha Bíblia e saí de lá com o desejo no coração de procurar o Senador ACM, então Presidente desta Casa, Presidente do Congresso Nacional. Ele marcou comigo às quatro horas da tarde, e eu fiquei ali esperando. Ele me atendeu às nove horas da noite, em pé e mandando-me falar rápido. Eu disse: “Ó Senador, eu sou de Itapetinga. Eu sou da Bahia também”. Ele me perguntou: “E qual é a diferença?” Eu lhe disse: “Minha mãe sempre votou no senhor”. Ele replicou: “Mas, naquele seu Município, eu quase nunca ganhei”. Refutei: “Mas isso não invalida o voto da minha mãe”. Perguntou-me: “É de Itapetinga você?” Respondi: “Sim, senhor”. Ele me disse: “Então, vou-lhe contar uma história de Itapetinga que você não sabe”.

Os Deputados estavam em volta dele, não sei se o Paulo se lembra de que estava lá com ele – o Paulo Magalhães ali. Aliás, acho que vocês todos tinham que falar hoje – você, ACM Neto. Esse negócio de burocracia em sessão solene não existe. Quando vou à Câmara em sessão solene e é alguma coisa do meu Estado, fico ali sentado e, quando alguém termina de falar, eu vou ao microfone e digo: “Ó Sr. Presidente, se eu pudesse falar, eu ia falar; como aqui não pode, é vedado, Senador não fala, quero abraçar as pessoas homenageadas”. E eu me sento de novo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador ACM Júnior vai falar. Há pouco perguntei se o Senador, se o Deputado ACM Neto gostaria de falar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – O senhor está profetizando que ele vai ser Senador?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador é o pai.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – É o caminho natural.

E ele passou a me contar uma história: “Pergunte a sua mãe que ela vai lhe contar; você é muito novo e não sabe da história. Uma vez, quase ganhei a eleição no seu Município. Minha Arena forte. Apareceu uma miséria de um menino de 13 anos de idade. Colocaram esse menino no palanque do adversário, e esse menino virou a eleição. Chegou de tal forma que não podia fazer dois comícios no mesmo dia. Eles entregavam tudo o que estava acontecendo para o menino,

e o menino falava tudo de noite. O menino ganhou a eleição para um tal advogado e fiquei impressionado com a mente dele: Evandro Andrade”.

E perguntou: “Mas o que você quer mesmo?” Respondi: “Eu queria entrar na CPI do Narcotráfico, queria uma vaga. O senhor arrume para mim? Peça a Inocêncio, porque ele não quer me colocar”. Ele disse: “Eu não posso fazer nada, não.”

Lá quem manda são eles. Eu só resolvo aqui”. Eu falei: “Então, tá bom. Obrigado pela educação do senhor. Mas eu quero dizer uma coisa ao senhor. Eu não posso perguntar isso para a minha mãe, porque ela já morreu, com 57 anos de idade. Mas eu quero dizer para o senhor que o menino sou eu”. Ele replicou: “Eu estava te reconhecendo. Você não falou num comício em Feira de Santana, em uma campanha de Deputado, do meu lado?” Respondi: “Falei”. Ele disse: “Você se lembra do que eu falei?” Eu disse: “Nunca me esqueci”. Ele: “O que eu falei aquele dia, quando você terminou?”. Eu: “O senhor me abraçou e me mandou ir em frente, porque o Brasil precisava de homens que tivessem a visão que eu tinha quando era menino.” E ele ficou me olhando e falou: “Eu vou falar com o Inocêncio. Eu vou te ajudar”.

E no outro dia realmente o Inocêncio me chamou e disse que ele havia pedido para me dar uma vaga, mas falou para mim que não podia dar. Aquele jeito do Inocêncio, com o dedo no rosto: “Que...que eu não posso...Que...que o Senador já... já falou...Mas que que eu não posso” e tal. Eu agradei. E fiquei feliz que o Senador falou.

No outro dia, por causa de CPI de Judiciário, Senador Valadares, eu leio no jornal a briga. O Ministro Almir Pazzianoto, do Trabalho, enfrentando ele, porque ele estava batendo no TRT, de Lalau. Só que ele não agüentou a briga, pois era desigual mesmo. Era uma carreta contra um fusca. E ele tocou na memória de Luís Eduardo. Eu li aquilo e fiquei muito triste, porque eu lhe tinha admiração. Eu era Vereador em Cachoeiro do Itapemirim e ouvia falar do respeito que todo o Congresso Nacional tinha pelo Luís Eduardo.

Aliás, quero lembrar ao Senador Arthur Virgílio, que contou daquela última sessão dele, quando todos os Parlamentares o elogiaram, que o Parlamentar que o fez chorar foi o Deputado Fernando Gabeira. Ele havia se pronunciado em favor de Gabeira contra uma negativa dos Estados Unidos de deixá-lo naquele país. E Gabeira disse assim – eu me lembro muito bem: “Eu sempre ouvi dizer, e essa é a verdade da história, que o filho sempre se parece com o pai, mas eu passei a admirar o senhor, porque, a cada dia que passa, o senhor está ficando cada vez mais parecido com seu filho”. E ele começou a chorar. Essa foi a passagem que o Senador Arthur Virgílio contou, sem se lembrar de quem era o Parlamentar.

Eu tinha tanta admiração pelo Luís Eduardo, sem conhecê-lo, que, ao abrir aquele jornal, fui pedir ao Líder do meu Partido que me desse dez minutos do Partido para que eu pudesse defender a memória de Luís Eduardo. Eu estava ofendido! Acho que não se toca nem em filho vivo quanto mais em filho morto! Eu não tinha ligação nenhuma com a família, eu não conhecia Luís Eduardo. Eu só sabia que ele tinha unanimidade de relacionamento no Congresso Nacional. O Líder do Partido me falou: “Rapaz, você somente tem seis meses que está aqui. Quer falar todo dia?” Eu disse a ele sobre o que eu iria falar. Ele me disse: “Não, quem vai falar sou eu. Dudu era meu amigo. Está aqui o meu discurso”. Ele o chamava de Dudu. Eu falei: “Que pena. Você defender a memória dele é feio – não é tão feio, mas mais bonito sou eu, que nem o conhecia. Você, não. Era amigo. Eu nem o conhecia. Deixe-me defendê-lo”.

Lembro-me, Senador César Borges, de que era uma quarta-feira, plenário cheio, e eu fiz um discurso defendendo a memória de Luís Eduardo. Vou até pedir para resgatar esse discurso na Câmara. Discurso de pai. Eu me assustei, porque, quando terminei o meu discurso, Senador Inácio Arruda, meu colega Deputado Federal – V. Ex^a se lembra – aparteado que fui pelos Deputados Federais, fui aplaudido de pé pela Câmara dos Deputados ao defender a memória de Luís Eduardo.

Quando eu descí da tribuna, o Deputado Inocêncio Oliveira se aproximou de mim e disse: “Que...que o PFL vai te dar uma vaga”. Perguntei: “Onde?” E ele: “Na CPI. E...e tem mais, a Presidência é...é do PFL e que... que você vai ser o Presidente”. Então Luís Eduardo me pôs na Presidência da CPI do Narcotráfico.

São dois momentos importantíssimos na minha vida. Meu primeiro discurso foi olhando para o ACM repetindo a minha história que ele contou para mim. Para que o Plenário pudesse entender o que eu estava contando, eu não contei a minha história. Eu disse: “Eu vou contar uma história que o Senador Antonio Carlos me contou.” Eu, filho da faxineira, filho de Dada, cheguei a esta Casa. E ele contou a história de um menino de 13 anos, de Itapetinga, nascido em Macarani.

E hoje, nesta sessão que lhe rende homenagens. É verdade que nós queríamos é tê-lo aqui. Não tão-somente a sua família mas também aqueles que o admiravam.

ACM era o Flamengo. Quem gosta gosta à vera. Quem não gostava, paciência! O Flamengo é assim. O Flamengo é grande maioria, e o Senador ACM conviveu com essa maioria. Quando ACM falava de pobre, falava, de fato, com o coração.

Foi embora ACM, mas o nome dele está escrito. Se em nada estivesse escrito, estaria escrito no Fundo de Combate à Pobreza. E essa relação dele, de forma tão contundente e significativa, com os pobres da Bahia, sem dúvida alguma, imagino que tenha sido a sua maior marca.

Em cada Estado, imagino que até naqueles em que não lhe rendiam homenagem nem admiração, já ouvi de muitas pessoas: “Gostaria de que houvesse, no meu Estado, um político como ACM, que tudo é a Bahia, tudo é a Bahia, absolutamente tudo é a Bahia”.

Senador Renan Calheiros, o Senador Arthur Virgílio, por exemplo, na tribuna, cresce num momento de emoção. Num momento de emoção, a mim fogem as palavras. Eu não sei realmente lidar com elas num momento tão emocional e tão significativo como este, que vou levar de forma tão afetiva no meu currículo, na minha vida, na minha história.

Há dois momentos significativos para mim: a minha posse e este momento do passamento do Senador Antonio Carlos.

No ano passado, sofri um ataque infernal contra a minha vida. Lembro-me de que, entrando na CCJ, ele não havia chegado, eu assinei e saía. Quando saía, ele vinha vindo. Pôs a mão debaixo do meu queixo, levantou a minha cabeça e falou: Levante a cabeça, porque se este País tem 10 homens honestos, você é um deles.

Depois de tudo o que ouvi no tempo em que estive no plenário e no tempo que estava no meu gabinete, assistindo pela televisão, de todos os que por esta tribuna passaram, com seus relatos mais significativos de amizades de 30, 40 e 50 anos, de amizades novas e velhas, cada um com uma história para contar, eu fico dizendo a mim mesmo: de todos os que falaram eu era o único que não podia faltar. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra ao Senador Inácio Arruda. Em seguida, ao Senador Marcelo Crivella.

Com a palavra V. Ex^a, Senador.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, meu caro Senador Antonio Carlos Júnior, Sr^a Arlete, Sr^a Tereza Helena, ACM Neto, eu posso dizer que o PCdoB, ao homenagear o Senador Antonio Carlos Magalhães, o faz com a idéia de que sempre estivemos, ao longo de toda a trajetória de Antonio Carlos Magalhães, em campos opostos, como adversários políticos. Na Bahia e fora da Bahia.

Antonio Carlos era daqueles que devem ter lido muito o escritor russo Tolstoi. Um gigante da literatura, professor. Ele, às vezes, dizia “sou um simples professor aqui na minha aldeia”. E é daqui da minha aldeia que se transforma em gigante, o gigante da política.

ACM iniciou-se ali pelas mãos de Juraci Magalhães, um cearense que não tinha grau de parentesco com Antonio Carlos Magalhães, mas em cujas mãos ele se inicia, digamos assim, na política, construindo exatamente a sua aldeia, cuidando dela e de sua força política, uma força política que o transportava para

o Brasil inteiro. Era o sentimento da sua casa, do seu bairro, da sua vila, da sua comunidade que o tornava forte, que lhe dava força, que lhe dava energia e que o transformava em um gigante da política nacional.

Creio que aqui esteja o centro da atividade de ACM, que criou uma corrente política no seu Estado. E não é fácil que as lideranças passem – embora alguns não queiram! –, sejam elas de centro, de direita ou de esquerda, a constituir uma corrente política de pensamento ali no seu torrão natal, transportando-a para o conjunto da nação, como fez Antonio Carlos Magalhães. Acho que esse é um sentimento forte.

Antonio Carlos, com sua intemperividade na ação política, sempre parecia que o fazia sem pensar. Mas ele pensava na política, era um homem da política 24 horas. Ele raciocinava com a política sempre. Basta acompanhar a sua atividade como Governador, como Parlamentar, como Senador da República, a sua participação no Ministério. Toda essa movimentação é um ato de natureza política de quem sempre raciocinava: Como é que vou melhorar o meu Estado? Como é que vou fortalecer o meu Estado? Como é que vou fortalecer o meu País? É na política. As coisas concretas eu vou buscar na política, vou materializá-las na política. Assim agiu Antonio Carlos a vida inteira, sempre.

Muitas vezes era duro, mas a dureza era a forma do embate político que se apresentava. Acho que sempre foi muito positiva a sua forma de enfrentar o problema da política.

Lembro alguns episódios que marcaram a sua trajetória política em nosso País. Um deles – uma boa parte das pessoas aqui ainda era muito jovem – foi a realização do Congresso da União Nacional dos Estudantes na Bahia, em Salvador. E todos ficavam imaginando, “mas vocês vão fazer na Bahia?” “É, vamos fazer na Bahia, porque tem lá uma corrente política conhecida, que é o carlismo. Então, vamos fazer na Bahia”. “Mas vocês estão querendo enfrentar uma fera?” Ao contrário, ACM mandou apoiar o Congresso da União Nacional dos Estudantes, que se realizou no Centro de Convenções, em Salvador. E foi um grande evento da história política do nosso País.

O segundo grande episódio – que é pensar com a política – é a batalha de 84, que começa com as Diretas Já e dá no rompimento político de ACM com o *status quo* de então da política brasileira, que era o regime militar. Então, ele examina o passo adiante. “Vamos dar um passo adiante no Brasil. Este regime não tem mais o que dar ao nosso País. É preciso dar um passo adiante”. E precisava de forças políticas que pudessem dar curso a esse sentimento que tomava conta do País. E ACM rompeu e se uniu a Tancredo, a Sarney, naquela grande frente que se formou, com apoio de algumas das forças políticas que hoje estão aqui, como o PCdoB.

O Senador carioca aqui entre nós, do Rio de Janeiro, parente-irmão de Tancredo, contou inclusive o episódio de que alguns militares foram mandados fardados de PCdoB. Em vez de irem com a farda de seu destacamento, foram fardados de PCdoB para o comício de Goiânia, porque lá estava o PCdoB, mas apoiando Tancredo, nessa grande frente que se formou no País.

São episódios para mostrar a compreensão do passo adiante do Brasil, que precisava ser dado. Ele examinou a realidade e disse: temos que dar esse passo; é um passo político importante para o nosso País. É importantíssimo para a Bahia e, em sendo importantíssimo para a Bahia, é importante para o Brasil. E assim enfrentou aquela realidade política do momento em nosso País.

Imagino que homenageá-lo é destacar esses episódios importantes que mostram a sua natureza. Ele era um homem da política, que sempre pensava e raciocinava com a política o tempo inteiro. Acho que era a sua natureza, sempre se agigantando com valentia, uma espécie de leão enfrentando os seus adversários, mas pensando na Bahia e no Brasil.

Há uma marca em parte desses homens, mesmo no campo conservador, mesmo na direita brasileira, mas que pensavam o Brasil, que pensavam o nosso País: precisamos conduzir o País no progresso, no desenvolvimento; este País precisa crescer para oferecer melhores condições de vida ao seu povo e para a sua economia poder se destacar efetivamente. São marcas que devemos registrar.

Os defeitos nós podemos dizer que todos sabem, mas é preciso contar esses episódios da História para ressaltar o seu papel de homem da política, que viveu esses últimos 30 anos da vida política brasileira com grande maestria.

Imagino dessa forma, meu caro Senador Renan Calheiros, a homenagem que V. Ex^a, conduzindo os trabalhos do Senado Federal, presta à família de Antonio Carlos Magalhães e à sua memória nesta Casa.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^a Arlete, que nos abençoa com sua presença, Sr^a Teresa Helena Magalhães, Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, Sr. Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, eu gostaria de saudar a todos que até este momento prestam essa vigília cívica, um exemplo ao País e aos telespectadores que nos assistem de que ainda há sentimento e honra no Parlamento brasileiro.

Neste instante em que o Senado presta, reverente, o tributo da sua dor, eu não poderia deixar de, em meu nome próprio e em nome do meu Partido, falar algumas palavras, não sobre o homem, não sobre a vida social ou espiritual, mas sobre o estadista que aprendi a respeitar e a admirar na tribuna desta Casa.

Lembro que, assim que assumi meu mandato, chegando ao Senado Federal como um caminhante que chega à porta de um templo, deparei-me por assumir a vaga, como suplente, de Magno Malta – o titular que se afastou – numa Comissão de Ética que julgava Antonio Carlos Magalhães. Senti-me tão pequeno diante do vulto, do político, das tradições, do nome maior da Bahia. Foram grandes, tremendas, as contumazes contumélidas, as injúrias, como em todas as campanhas que os adversários impuseram a esse grande brasileiro. Mas lembro que, depois de consultar o coração, a alma, Deus e minha própria consciência, dei o voto da inocência. Naquele dia recebi mais de 300 *e-mails* – me assustei! –, todos me recriminando.

No momento em que vi a multidão que se apinhava em cortejo para carpir a derradeira dor pela perda do Líder, pensei que, ao prestar este depoimento do grande tribuno que vi e que ouvi aqui no Senado Federal, não receberia sequer um *e-mail*, porque tenho certeza de que hoje, na Bahia, adversários e aliados, em cada lar há um voto de pesar, em cada coração, uma lágrima e em cada olhar, uma tristeza. Há uma perda sentida na vida política brasileira. De Irecê, e por todos os Municípios por onde andei, no interior da Bahia, um por um, vi obras desse grande baiano. Não havia um só lugar, por mais distante, seja Xique-Xique ou um Município menor ainda, que não tivesse a presença, o espírito e o esforço de um político que teceu sua vida no estudo, no trabalho, na dignidade, no amor inflexível à Bahia e ao seu povo.

Sr. Presidente, eu não posso me delongar. Gostaria eu – e já vão ditadas pela emoção minhas palavras – de falar das conversas que tivemos, dos momentos em que privei, dos telefonemas que trocamos nos seus momentos de internação, nos hospitais pelos quais passou enquanto estávamos juntos aqui. Mas essa convivência me deixou uma grande lição que eu gostaria de, na oportunidade que me surge, transmitir ao povo brasileiro.

Como homem da Bíblia, como homem da fé, nós cristãos procuramos tecer valores sobre aquilo que julgamos ser o mais identificável em palavras, em olhares, em gestos, em atitudes. Mas Cristo disse que Deus vem em secreto e que não há força maior do que o amor. Nunca vi, como sacerdote, alguém chorar com tamanha dor como vi, da África, o pai chorando por seu filho. Impressionou-me tremendamente. E, ainda que separado por um oceano, pude, distante, sentir a dor e chorar também.

A verdade é que nos encontramos uma vez no templo da Igreja Universal do Rio de Janeiro. O Senador foi até lá, e nos reunimos, todos os bispos, para recebê-lo. Achávamos que íamos tratar de política, de apoio político – eu não sonhava ser Senador ou disputar eleição. Nenhuma palavra trocamos em um encontro de mais de duas horas. As únicas perguntas eram: “Vocês que conhecem a Bíblia, meu filho está vivo? Ele pode me ver? Ele fala comigo? Ele pode falar comigo? Quando eu morrer, vou encontrá-lo? E de que maneira vou encontrá-lo?”

Eram perguntas que se sucediam e que mostravam que, às vezes, a gente morre mesmo antes do nosso sepultamento. Santo Antônio dizia: “É possível haver cristão antes do cristianismo?” Mas eu acredito que é possível morrer antes do sepultamento. Agora, só um amor tão forte quanto o amor que esse homem tinha por sua terra e por sua gente pôde ressuscitá-lo de maneira incansável, nas Comissões, no plenário, no dia-a-dia deste Senado. Ainda que no primeiro mandato não conseguisse acompanhar o seu ritmo, sempre tinha observações e opiniões sobre cada matéria de que se tratava aqui. Quantas vezes o vi nas sessões de segunda-feira, quando o plenário costuma estar vazio, e falamos para pouca gente.

Sr. Presidente, acho que, se o amor é a maior virtude, e o próprio Deus se define como amor, o amor de Antonio Carlos Magalhães à Bahia e à sua gente o faz eterno.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Honra-me, sobretudo, Sr^s e Srs. Senadores, neste dia em que esta Casa do Congresso Nacional presta esta justíssima homenagem ao Senador Antonio Carlos Magalhães, conceder a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

Com a palavra a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr^s e Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais, Srs. Deputados Estaduais, amigos, minha família, novamente o destino me traz a esta Casa e, desta vez, prega-me uma peça. Além da missão, que apenas se inicia, de substituir meu pai, o Senador Antonio Carlos Magalhães, que nos deixou a mim, a nossa família, a Bahia e ao Brasil, quis o destino me fazer orador em sua homenagem nesta sessão solene, logo em meu primeiro pronunciamento deste mandato. Pois aqui estou para cumprir, com a dor da perda na alma, mas com orgulho e determinação, este legado.

Sr. Presidente, “o tempo passa e o homem não percebe”. Essa frase de Dante Alighieri jamais me pareceu tão verdadeiramente dura como nesses dias. Por

mais de 50 anos, o baiano Antonio Carlos Magalhães deu todo seu esforço pessoal, despendeu toda sua energia pelas causas do Estado da Bahia e do Brasil. Sua vida pública, intensa e participativa, foi maior do que a idade de muitos de nós aqui presentes.

No âmbito político, foi um homem implacável na defesa de seus ideais e dos interesses da Bahia. Por eles e por sua terra querida, ACM enfrentava a tudo e a todos.

Certamente esse amor desmedido de ACM pela Bahia, aliado ao seu grande espírito público, explica a paixão e a defesa intransigente que sempre fez das prerrogativas desta Casa, o Senado Federal.

Afinal, se aqui representamos os Estados da Federação, que foro mais adequado teria ele para defender a sua Bahia? A submissão intransigente a seus ideais é reconhecida por todos, mesmo por aqueles que discordavam dele.

Sem se afastar um milímetro sequer das suas convicções, Antonio Carlos Magalhães apoiou governos e liderou oposições. A busca por um País justo o levou a empreender lutas as mais diversas, cujos resultados muitas vezes trouxeram benefícios à sociedade sem que ela sequer se apercebesse disso.

Senhoras e senhores, a Bahia deve à ACM o desenvolvimento acelerado das últimas décadas, período em que o Estado cresceu sempre em taxas superiores à média nacional. Sua gestão como prefeito de Salvador revolucionou a forma de administrar cidades brasileiras e lhe valeu o título de “Prefeito do Século”.

Na prefeitura, seu estilo de governar cunhou a marca que o caracterizaria por toda a vida. Montou uma equipe composta dos melhores entre os melhores, ouviu e conheceu as demandas da sociedade, transformou essas necessidades em metas e as cumpriu. ACM reinaugurou Salvador. Ele modernizou de tal forma a cidade, criando um arrojado sistema viário, recuperando áreas degradadas, que, passados 40 anos, muitas dessas obras permanecem atuais e tidas como as mais importantes já feitas na capital baiana.

Como governador, não foi diferente. Essa forma de administrar, absolutamente moderna e inovadora, Antonio Carlos Magalhães levou consigo nas três vezes em que governou a Bahia. Com ACM, a Bahia deu início a um processo acelerado de industrialização. De forma planejada, trouxe para a região iniciativas empresariais, investimentos nacionais e estrangeiros que antes eram destinados quase que exclusivamente para o centro-sul brasileiro. São emblemáticas as suas lutas pela implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari e, posteriormente, pela vinda da indústria automobilística no governo do então Governador César Borges, hoje Senador da República.

O Governo ACM promoveu a expansão econômica das regiões sul e oeste baianas e fez no Estado o mesmo que sempre pregou para o País: um crescimento regional mais harmônico que resultasse em um desenvolvimento social mais justo.

O incentivo ao turismo promovido por ele não encontra paralelo no País. A Bahia é hoje o segundo destino turístico mais procurado no País.

ACM saneou as finanças estaduais – e aí faço uma homenagem ao Senador Rodolpho Tourinho, que foi o braço direito de ACM nesse trabalho –, quando o País sequer pensava em discutir responsabilidade fiscal.

Esse era o ACM administrador. Um homem dinâmico, focado na vontade popular, nas necessidades do cidadão e zeloso no trato da coisa pública. O líder que sabia localizar talentos, trazê-los para a equipe, revelá-los para a vida pública.

Sua recompensa foi tornar-se querido pelo seu povo. Na Bahia, em qualquer parte do Estado onde fosse, ACM sentia-se em casa. O seu espírito de liderança, a sua obstinação, o foco permanente nos interesses da Bahia e seu estilo de governar, valorizando as lideranças regionais, vez que fundado no reconhecimento da diversidade sociocultural e econômica que caracteriza a Bahia, foram tão marcantes e inovadores que deram nome a uma forma de fazer política: o carlismo.

Aqui mesmo no Senado, muitos dos senhores, Senadoras e Senadores, puderam conhecer essa mistura, cuja receita ninguém jamais conheceu, de emoção e razão, de paixão e racionalidade, que ACM trouxe consigo quando chegou à Casa, eleito em 1994.

Em seu último discurso, aqui mesmo desta tribuna, em 23 de maio, o Senador afirmava: “Meu discurso e minhas ações sempre partiram das demandas e dos sonhos baianos. A Bahia sempre foi a origem da minha atuação política. Contudo, sempre procurei traduzir as aspirações do povo da minha terra, à luz da realidade nacional”.

Talvez, essas palavras sintetizem a sua trajetória.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, se os instrumentos de ação mudavam, agora que retornava ao Legislativo, mantinham-se inalteradas suas convicções e sua forma de fazer política. Atento aos reclamos do povo sofrido do agreste, das periferias as grandes cidades, das beiras das cidades, dos bolsões de miséria de todo país, ACM idealizou e o Congresso Nacional criou o Fundo Constitucional de Combate à Fome e Erradicação da Pobreza. Foi esse fundo que permitiu a milhões de brasileiros desafortunados contar com programas de transferência de rendas, como o pioneiro Bolsa Escola, do então Governador Cristovam Buarque, hoje Senador da República pelo Distrito Federal.

Este fundo idealizado por ACM é que garante a existência do atual Bolsa Família, importante instrumento de redistribuição de renda, sobre o qual não podem prosperar desvios de finalidade, má gestão ou atos de corrupção. Em outra oportunidade, foi a indignação da sociedade e a obstinação do Senador Antonio Carlos Magalhães que fizeram com que o Congresso Nacional decidisse pela instalação da CPI do Judiciário.

Inicialmente bombardeada por críticas apressadas de desavisados ou daqueles que temiam ver seus interesses contrariados, a CPI apresentou resultados. Ao final, trouxe evidentes benefícios ao País quando, ao identificar irregularidades e problemas estruturais, recomendou punições e sugeriu procedimentos e iniciativas que, inclusive, tornaram irreversível o movimento favorável à Reforma do Judiciário.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a luta do Senador Antonio Carlos Magalhães por uma causa não se alterava conforme a conjuntura ou de acordo com o seu posicionamento político em relação ao Governo. Sua defesa de um orçamento impositivo, por exemplo, é conhecida e reconhecida por todos. Por ela, o Senador enfrentou governos, desagradou aliados, enfrentou adversários. Ele sabia, como nós todos sabemos, que um Orçamento como o atual, sujeito a contingenciamentos formais ou informais, tem sido, através dos tempos, uma das maiores fontes de corrupção em todos os poderes do Estado e estamentos do Governo.

Sua luta foi recompensada, e o Senador teve a satisfação de ver o seu projeto de emenda constitucional aprovado pelo Senado.

Sr. Presidente, ainda em maio, o Senador Antonio Carlos dizia desta tribuna:

A primeira condição para legitimar-se um partido político é que ele defenda, pelo discurso e pela ação, as causas da sociedade. E a única forma de defender uma causa é conhecê-la de verdade. É estar onde o povo está.

Essa maneira de enxergar a vida pública ficou mais uma vez patente na forma como o Senador reagiu à crise da segurança pública e aos tristes episódios de violência ocorridos, ano passado, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

ACM chegou a Brasília, numa segunda-feira, ainda chocado com os acontecimentos, e logo começou a agir.

Com o inestimável apoio de V. Ex^a, Presidente Renan Calheiros, e de seus Pares na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que ele presidia, em apenas três dias, sem alarde, deixando as divergências ideológicas de lado, com a colaboração de toda a CCJ e deste Plenário, o Senado Federal

apresentou, discutiu, aprovou e mandou para a Câmara dos Deputados um pacote antiviolaência.

Sua última iniciativa legislativa, fortemente influenciada por este problema, foi a apresentação do projeto de emenda constitucional que criava o Fundo de Combate à Violaência e de Apoio às Vítimas da Criminalidade. Mais uma vez, sua aguçada sensibilidade fizera-o agir, propor soluções e nos alertar. Ele dizia que:

A desigualdade, que ensejou a criação do Fundo de Combate à Pobreza, mostrava, nos dias atuais, sua outra face cruel: a do aumento desmedido da insegurança e da violaência.

Sr^{as} e Srs. Senadores, mesmo sendo seu filho, mesmo o conhecendo como eu o conheci, eu não ousaria fazer um relato de sua trajetória que pudesse julgar completo ou que lhe fizesse integral justiça.

Aliás, muito já se disse e se escreveu sobre ACM. Teses de mestrado e doutorado já tentaram explicar a sua trajetória. Cientistas políticos, biógrafos, jornalistas escrevem sobre ACM. Mas muitos ainda não de escrever.

Sua obra pertence à História do Brasil e da Bahia e, por sua grandeza, perdurará no futuro.

Senhores, incontáveis vezes ouvi de meu pai “que os homens aprendem pelos exemplos, mais do que pelos conselhos”. São para sempre os exemplos dados por Antonio Carlos Magalhães. Exemplos de amor desmedido à sua terra e à sua gente; exemplos de caráter e de fidelidade às suas crenças; exemplos de competência em fazer e de cercar de quem saber fazer.

Por tudo isso, por tudo que vi o Deputado Estadual, o Deputado Federal, o Prefeito de Salvador, o Governador da Bahia, o Ministro de Estado, o Senador da República, o meu adorado pai Antonio Carlos Magalhães fazer pela Bahia e pelo Brasil; por tudo que aprendi com ele é que reafirmo o compromisso de quase seis anos, de maio de 2001, quando, desta mesma tribuna, prometi aos Senhores trazer comigo permanentemente o compromisso de honrar o seu nome e o de Luís Eduardo, meu irmão.

Hoje, Srs. Senadores, renovo esse compromisso de honrar a memória de ambos e de servir a Bahia e ao Brasil com humildade e com perseverança e com muito trabalho, sem jamais esmorecer ou transigir com a desídia e com a corrupção.

Assim como acontecia com eles, as demandas e os sonhos baianos guiarão os meus passos nessa jornada.

Essa é a síntese da nossa história, forjada no amor à Bahia e que permanece sendo escrita por Antonio Carlos Magalhães Neto e, agora, por mim.

Não me cumpre substituir o Senador Antonio Carlos Magalhães, simplesmente porque ele não pode ser substituído.

Jamais haverá outro ACM.

Suas convicções e seu amor pelo Brasil e pela Bahia permanecerão vivos naqueles que lutaram com ele as mesmas causas. Sua obra e seu exemplo perdurarão em seus seguidores.

Mas ACM é único.

A mim cabe cumprir com dignidade, a partir de seus exemplos, este mandato de Senador da República.

Sei que, desta vez, a tarefa que me é confiada será ainda mais desafiadora, pois não contarei com a experiência e com o aconselhamento do Senador. Contudo, com o apoio do povo baiano e de V. Ex^{as}, ela será novamente cumprida integralmente.

Não poderia deixar de agradecer a solidariedade que a nossa família recebeu, vinda de brasileiros de todos os cantos do País.

Nossa dor teria sido ainda maior, mais difícil de suportar, não fosse, principalmente, a força do povo baiano, que esteve presente conosco o tempo todo, que rezou pela sua recuperação e pela sua alma.

Neste momento, ainda que a emoção embargue minha voz, prevalece o orgulho, que me dá forças e permite falar da falta que nos fará o chefe da família, o pai, o marido, o avô, a referência permanente para todos.

Sua presença, seu amor extremado, jamais serão esquecidos por nós.

Seu espírito, ao mesmo tempo aguerrido e amoroso, nos fortalecerá e nos manterá unidos.

Sei que falo por mim, por minha dedicada mãe, Arlete, por minha irmã Tereza, pelos meus filhos e sobrinhos, seus netos, por minha esposa Rosário, por todos os nossos familiares.

Em nome da minha família, muito obrigado aos baianos.

Muito obrigado aos brasileiros.

Muito obrigado aos Senadores que se pronunciaram nesta sessão bem como aos que compareceram ao velório do Senador Antonio Carlos, em Salvador. Muito obrigado ao Senado Federal por esta homenagem, particularmente ao Presidente Renan Calheiros, que faz justiça a um grande brasileiro.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência recebeu inúmeras manifestações de pesar por ocasião do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, que fará publicar como parte integrante da Ata desta sessão de homenagem.

São os seguintes os expedientes recebidos:

CORREIOS TELEGRAMA

Para enviar telegrama ligue **0800 5700100** ou acesse www.correios.com.br

CONTÉUDO DA MENSAGEM

<<Consternada a comunidade unebiana solidariza-se aos familiares e amigos do Senador Antônio Carlos Magalhães e une-se às homenagens à memória do grande líder político da Bahia e da Nação brasileira.

Professor Lourisvaldo Valetim da Silva
Reitor da Universidade do Estado da Bahia-UNEB>>

Postado via FONADO, em 23/07/2007 às 15:32.

Reitor da Universidade do Estado da Bahia
Professor Lourisvaldo Valetim da Silva
Rua Silveira Martins 2555 -
Narandiba
41150-000 - Salvador/BA

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

- 1 Mudou-se
- 2 Ausente
- 3 Desconhecido
- 4 Endereço insuficiente. Faltou:.....
- 5 Outros (Especificar)
- 6 Recusado
- 7 Falecido
- 8 Não existe o número indicado

Presidente do Senado Federal
Exmo. Sr. Renan Calheiros
Praça dos Três Poderes Lote Único ... Senado
Federal
Zona Cívico-Administrativa
70175-900 - Brasília/DF

NÚMERO DO TELEGRAMA **129681395BR 21930**



TL4H TPC



Para enviar telegrama ligue 0800 5700100 ou acesse www.correios.com.br

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<<A Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil-CACB, a Federação das Associações do Estado de São Paulo-FACESP e a Associação Comercial de São Paulo-ACSP externam seu profundo pesar pelo falecimento Ilustre Parlamentar e Homem Público, Antônio Carlos Magalhaes.

Alencar Caburte, Presidente>>

Postado via FONADO, em 20/07/2007 às 12:45.

REMISSOR

Associação Comercial de São Paulo
Rua Boa Vista 51 8ºAndar/Setor Secretaria
Geral
Centro
01014-911 - São Paulo/SP

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 6 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Ausente | <input type="checkbox"/> 7 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 3 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Não existe o número indicado |
| <input type="checkbox"/> 4 Endereço insuficiente. Faltou:..... | |
| <input type="checkbox"/> 5 Outros (Especificar) | |

DESTINATÁRIO

Senador - Presidente do Senado Federal
Renan Calheiros
Praça dos Três Poderes - Senado Fed. Ed.
Principal 1º an
Zona Cívico-Administrativa
70165-900 - Brasília/DF

NÚMERO DO TELEGRAMA MP129513548BR 20988



TL4H TCC

PE 20/07 16:45




Para enviar telegrama ligue 0800 5700100 ou acesse www.correios.com.br

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<<Manifesto nome IBAM condolências faleciemnto ilustre senador Antônio Carlos Magalhães.

Paulo Timm
Superintendente Geral>>

Postado via FONADO, em 20/07/2007 às 15:04.

RECEBENTE	IBAM Largo do Ibam 1 1ª andar Humaitá 22271-070 - Rio de Janeiro/RJ	USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se <input type="checkbox"/> 6 Recusado <input type="checkbox"/> 2 Ausente <input type="checkbox"/> 7 Falecido <input type="checkbox"/> 3 Desconhecido <input type="checkbox"/> 8 Não existe o número indicado <input type="checkbox"/> 4 Endereço insuficiente. Faltou:..... <input type="checkbox"/> 5 Outros (Especificar)
	Senador Renan Calheiros - Presidente do Senado Federal Praça dos Três Poderes . Zona Cívico-Administrativa 70165-900 - Brasília/DF	NÚMERO DO TELEGRAMA MP129534826BR 21129  TL4H



Para enviar telegrama ligue 0800 5700100 ou acesse www.correios.com.br

CONTÉUDO DA MENSAGEM

<<Sentimo-nos incapazes de encontrar palavras pela grande perda política do Brasil e do Senado, neste momento não encontramos palavras de consolo nesta hora de dor. Nosso profundo pesar pela morte do Senador Antônio Carlos Magalhães.

Antônio de Sousa Ramalho>>

Postado via FONADO, em 20/07/2007 às 13:01.

PLM/ENTE	Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil Antônio de Sousa Ramalho Rua Conde de Sarzedas 286 4º Ad. Sé 01512-000 - São Paulo/SP	USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se <input type="checkbox"/> 6 Recusado <input type="checkbox"/> 2 Ausente <input type="checkbox"/> 7 Falecido <input type="checkbox"/> 3 Desconhecido <input type="checkbox"/> 8 Não existe o número indicado <input type="checkbox"/> 4 Endereço insuficiente. Faltou:..... <input type="checkbox"/> 5 Outros (Especificar)
	Exc. Sr. Presidente do Senado Renan Calheiros Praça dos Três Poderes Zona Cívico-Administrativa 70165-900 - Brasília/DF	NÚMERO DO TELEGRAMA WF129515623BR 21012 TL4H TCP

PE 20/07 17:01



Para enviar telegrama ligue 0800 5700100 ou acesse www.correios.com.br

CONTÉÚDO DA MENSAGEM

<<Manifesto minhas condolências pela morte do EXMO Senador Antônio Carlos Magalhães.

Ministro Rider Nogueira de Brito>>

Postado via FONADO, em 20/07/2007 às 13:00.

Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
 Ministro Rider Nogueira de Brito
 Setor SAFS Quadra 8 01 bl B
 Zona Cívico-Administrativa
 70070-600 - Brasília/DF

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

1 Mudou-se 6 Recusado
 2 Ausente 7 Falecido
 3 Desconhecido 8 Não existe o número indicado
 4 Endereço insuficiente. Faltou:.....
 5 Outros (Especificar)

Presidência do Senado Federal
 Setor SAFS Pç dos Três Poderes- Senado
 Zona Cívico-Administrativa
 70070-600 - Brasília/DF

NÚMERO DO TELEGRAMA MP129515478BR 21009

TL4H TCP



Para enviar telegrama ligue 0800 5700100 ou acesse www.correios.com.br

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<<Neste momento de luto em razão do passamento do Senador Antonio Carlos Magalhães, queremos expressar nossos mais profundos sentimentos de pesar e consternação em nome de toda população de Taquaritinga/SP. Estamos unidos aos membros desta Casa Legislativa em orações para que este momento de tristeza seja rapidamente superado e para que, ao final, apenas as boas lembranças e lições deixadas por este honrado homem público e exemplo de gestor político possa estar em sua memória animando-o a continuar o trabalho profícuo e incansável em prol do engrandecimento de nosso país.

Paulo Delgado
Prefeito de Taquaritinga

>>

Postado via FONADO, em 20/07/2007 às 17:28.

Prefeitura Municipal de Taquaritinga
A/C: Gab. do Prefeito
Avenida João de Jorge 221
Vila Rosa
15900-000 - Taquaritinga/SP

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> 1 Mudou-se | <input type="checkbox"/> 6 Recusado |
| <input type="checkbox"/> 2 Ausente | <input type="checkbox"/> 7 Falecido |
| <input type="checkbox"/> 3 Desconhecido | <input type="checkbox"/> 8 Não existe o número indicado |
| <input type="checkbox"/> 4 Endereço insuficiente. Faltou:..... | |
| <input type="checkbox"/> 5 Outros (Especificar) | |

Ao Exmo Sr Senador-Dig Pres. do Senado Federal
Renan Calheiros
Praça dos Três Poderes s/n
Zona Cívico-Administrativa
70165-900 - Brasília/DF

NÚMERO DO TELEGRAMA 20559709BR 21388



TL4H TCP

PE 23/07 12:00



Para enviar telegrama ligue 0800 5700100 ou acesse www.correios.com.br

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<<Em nome do governo do Maranhão, manifesto a essa casa do congresso votos de profunda condolência pelo falecimento do Senador Antônio Carlos Magalhães.>>

Postado via Balcão unidade STO 18-75204-7, em 20/07/2007 às 17:20.

Governador do Estado do Maranhão
Dr. Jackson Lago
Avenida Pedro II s/n Palácio dos Leões
Centro
65010-904 - São Luís/MA

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

- 1 Mudou-se
- 2 Ausente
- 3 Desconhecido
- 4 Endereço insuficiente. Faltou:.....
- 5 Outros (Especificar)
- 6 Recusado
- 7 Falecido
- 8 Não existe o número indicado

Senador Renan Calheiros
Ala Teotônio Vilela Gab. 22 . Senado Federal
Zona Cívico-Administrativa
70165-900 - Brasília/DF

NÚMERO DO TELEGRAMA **MP080379321BR 21385**



TL4H

PE 23/07 12:30



Para enviar telegrama ligue 0800 5700100 ou acesse www.correios.com.br

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<<PREZADO SENHOR, O PRESIDENTE DA ANATEL, RONALDO MOTA SARDENBERG, SE SOLIDARIZA COM VOSSA EXCELÊNCIA PELO FALECIMENTO DO SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES E APRESENTA SEUS VOTOS DE PESAR.
 RONALDO MOTA SARDENBERG
 PRESIDENTE/ANATEL
 AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES.>>

Postado via BALCÃO unidade STO 10-30047-3, em 20/07/2007 às 17:05.

REMITENTE

A N A T E L
 SAUS Quadra 6 Bloco H CONS DIRETOR
 Asa Sul
 70070-940 - Brasília/DF

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

- 1 Mudou-se
- 2 Ausente
- 3 Desconhecido
- 4 Endereço insuficiente. Faltou:.....
- 5 Outros (Especificar)
- 6 Recusado
- 7 Falecido
- 8 Não existe o número indicado

DESTINATÁRIO

AO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
 SENADOR RENAN CALHEIROS
 Praça dos Três Poderes PRES SENADO FEDERAL
 Zona Cívico-Administrativa
 70165-900 - Brasília/DF

NÚMERO DO TELEGRAMA MP058376965BR 21352



TL4H TCP



Para enviar telegrama ligue 0800 5700100 ou acesse www.correios.com.br

CONTEÚDO DA MENSAGEM

<<A Fundação CESGRANRIO, em meu nome e no de seu Corpo Técnico e Administrativo, hipoteca a sua solidariedade aos demais membros da Mesa Diretora dessa Casa, pelo falecimento do Ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães.

Carlos Alberto Serpa de Oliveira –
Presidente da Fundação CESGRANRIO>>

Postado via FONADO, em 20/07/2007 às 17:59.

PLM: ENVIANTE

Carlos Alberto Serpa de Oliveira
Rua Santa Alexandrina 1011
Rio Comprido
20261-235 - Rio de Janeiro/RJ

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

- 1 Mudou-se
- 2 Ausente
- 3 Desconhecido
- 4 Endereço insuficiente. Faltaou.....
- 5 Outros (Especificar)
- 6 Recusado
- 7 Falecido
- 8 Não existe o número indicado

DES: FINALIÁRIO

Digníssimo Presidente do Senado Federal
Exmo. Sr. Senador Renan Calharetos
Praça dos Três Poderes .
Zona Cívico-Administrativa
70165-900 - Brasília/DF

NÚMERO DO TELEGRAMA MP 129563218BR 21419



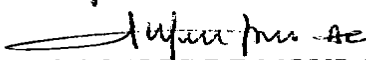
TL4H TCP

Brasília, 20 de julho de 2007.

Exmo. Sr. Senador RENAN CALHEIROS,

Consternado com a notícia do falecimento do Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, apresento, em nome da Marinha do Brasil, condolências e manifesto o pesar com a inestimável perda.

Respeitosamente


JULIO SOARES DE MOURA NETO
Almirante-de-Esquadra
Comandante da Marinha

Câmara Municipal de Gravataá

(Casa Elias Tenes)

Sala das Sessões da Câmara Vereadora Josefa de Oliveira Castro

Praça Rodolfo de Moraes s/n - fone/fax (61) 3533-0333 / 3533-0334

CEP 55641-190 - CNPJ 081.900.731.000-00-GRAVATAÁ-PE

OFÍCIO Nº 491/2007.

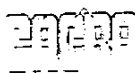
Gravatá, 25 de julho de 2007.

Exmo. Sr.
Presidente do Senado Federal.
Brasília - DF

Tendo em vista a aprovação por unanimidade do Requerimento nº 064/2007 de autoria do Vereador PAULO APOLINÁRIO DA SILVA JÚNIOR, subscrito pelos Vereadores José Gustavo Gomes dos Santos, Paulo Cosme da Silva, Reginaldo Ferreira de Lira, Reginaldo Pereira da Silva, João Paulo de Lemos e Severino de Farias e Silva, em sessão realizada no dia 24 do corrente, esta Casa Legislativa, consignou na ata dos nossos trabalhos legislativos, **votos de profundo pesar** pelo falecimento do DD. SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para apresentar a V.Ex^a., protestos de estima e consideração.


PAULO APOLINÁRIO DA SILVA JÚNIOR
PRESIDENTE

GRUPO DE AÇÃO CULTURAL DA BAHIA**GAC-BA***Fundado em 21 de julho de 2000*

Salvador, 23 de julho de 2007

Exmº Sr.
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes
BRASILIA – DISTRITO FEDERAL

Senhor Presidente,

De ordem do Sr. Dr. José Siquara da Rocha, Presidente do Grupo de Ação Cultural da Bahia – GAC-BA, cumpre-me enviar ao Senado Federal e aos seus ilustres componentes, os votos de pesar pelo passamento do ilustre líder baiano Senador Antonio Carlos Magalhães, o qual dedicou sua vida ao bem estar da Bahia e dos baianos.

O Grupo de Ação Cultural da Bahia, ao tomar conhecimento do infausto acontecimento, cancelou sua festa de aniversário, que seria realizada na mesma data do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, demonstrando, com o ato, o entrestecimento que atingiu a todos quantos vivem na Boa Terra.

Receba, Sr. Presidente, e rogamos transmitir aos seus pares os nossos mais pesarosos votos de solidariedade pela lacuna impreenchível deixada pelo grande líder falecido.

Atenciosas Saudações

Roque Jesus de Oliveira
1º Séc. do GAC-BA.

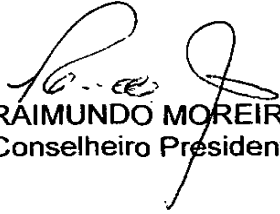
Ofício nº 763-GP

Salvador, 30 de julho de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, encaminho, em anexo, o inteiro teor da **MOÇÃO**, aprovada à unanimidade em sessão plenária desta Corte, para conhecimento e registro do Senado Federal, revelando o sentimento de pesar do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia em face do falecimento do Senador da República **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**.

Atenciosamente,



RAIMUNDO MOREIRA
Conselheiro Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

MOÇÃO

Consternado pelo falecimento do Senador *Antonio Carlos Magalhães*, ocorrido no dia 20 de julho corrente, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia manifesta na presente moção apresentada pelo seu Presidente e aprovada à unanimidade dos seus membros, o seu profundo pesar pela perda do ilustre homem público.


O Senador *Antonio Carlos Magalhães* se destacou no cenário nacional pelos cargos exercidos na República, como parlamentar, Ministro de Estado, Presidente do Senado Federal, tendo nesta condição exercido, temporariamente, a Presidência da República, e, ultimamente, como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde deixa um legado de contribuições ao aperfeiçoamento do ordenamento jurídico brasileiro. Mas, é na Bahia, onde foi Deputado Estadual e Federal, Prefeito de Salvador e exerceu o mandato de Governador do Estado, por três vezes, que deixa marca ainda mais indelével, como notável administrador público e impulsionador da modernização econômica e social do Estado, reposicionando-a entre os Estados líderes do desenvolvimento do País. São dimensões que o fazem credor da admiração e da confiança dos baianos.

Particularmente, os órgãos de controle externo brasileiros lhe são reconhecidos pelo seu trabalho em favor da sua consolidação, e em especial o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, pelo seu constante apoio, desde a construção das instalações condignas que ocupa no Centro Administrativo da Bahia, juntamente com o Tribunal de Contas do Estado, até a defesa de suas atribuições e permanência, como instituição a serviço da coletividade, tal como manifestado no encaminhamento das matérias pertinentes no Congresso Nacional.

Presente na vida e na história da Bahia e do Brasil por mais de quatro décadas, sua morte deixa uma grande lacuna, pois a defesa dos interesses maiores do Brasil e da Bahia sempre foi a sua bandeira de luta e de vida, legado que fica como lição.

Por tudo isso, a presente moção deve ser comunicada não apenas à família do ilustre falecido, por intermédio de sua digna esposa, Senhora Arlette Maron de Magalhães, apresentando-se-lhe as justas condolências, mas, também, a todas as instituições a que ele serviu e esteve ligado devotadamente e onde deixou a marca de sua singular personalidade: à Prefeitura Municipal de Salvador, à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia; à Câmara dos Deputados; ao Senado Federal; ao Governo do Estado da Bahia e à Presidência da República Federativa do Brasil.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS, 24 de julho de 2007.



RAIMUNDO MOREIRA
Conselheiro Presidente



PAULO VIRGILIO MARAJÁ PEREIRA
Conselheiro Vice-Presidente



FRANCISCO DE SOUZA ANDRADE NETTO
Conselheiro Corregedor



JOSÉ ALFREDO ROCHA DIAS
Conselheiro



PAULO MARCONI
Conselheiro



FERNANDO VITA
Conselheiro



OTTO ALENCAR
Conselheiro

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA

Centro Administrativo da Bahia - CAB - Av. 4, n°. 495, 3º andar, CAB, Fax 230 9689 - CEP 41745-002 - Salvador - Ba

Câmara Municipal de Castelo
Espírito Santo

OF.CMC Nº 246/2007

Castelo, ES, 25 de julho de 2007.

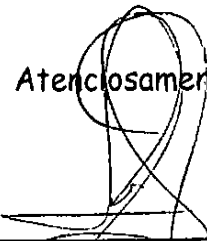
Do: Exm.º Sr. **PEDRO RENATO RAMIRO**
DD. Presidente da Câmara Municipal de Castelo

Ao: Exm.º Sr.º **RENAN CALHEIROS**
DD. Presidente da Senado Federal

Senhor Presidente:

Com especial satisfação, encaminhamos requerimento verbal do Vereador **JOÃO DOMINGOS VENTURIM** aprovado por esta Casa de Leis, na Sessão Ordinária do dia 24 de julho de 2007, através qual manifesta votos de pesar a este Senado Federal, pela morte do Senador Antônio Carlos Magalhães, ocorrida no último dia 20 de julho do corrente.

Atenciosamente,



PEDRO RENATO RAMIRO
Presidente da Câmara Municipal de Castelo

À GL.: D.: G.: A.: D.: U.:
LOJA MAÇÔNICA OBREIROS DA FRATERNIDADE, Nº 64
Or.: de Alagoínas/BA – Jurisdicionada à Grande Loja Maçônica do Estado da Bahia
Rua Conselheiro Franco, nº 396 Centro – CEP 48010-010 Alagoínas/BA

Alagoínas - BA, em 24 de julho de 2007

Ofício nº 002- 2007/2009

Ao Exmº. Sr. Presidente do Senado da
República Federativa do Brasil

ANEXO: Moção de Pesar pelo falecimento do Senador ACM

Cumprimos e dever de encaminhar a V. Excia., para conhecimento da mais alta
Câmara Legislativa do nosso país, o documento em anexo.

Na oportunidade apresentamos a V. Excia. nossos protestos de consideração e
apreço.

João Rocha de Oliveira
JOÃO ROCHA DE OLIVEIRA
Presidente da Loja Maçônica Obreiros da Fraternidade

À GL.: D.: G.: A.: D.: U.:

LOJA MAÇÔNICA OBREIROS DA FRATERNIDADE, Nº 64

Or.: de Alagoins/BA – Jurisdicionada à Grande Loja Maçônica do Estado da Bahia
Rua Conselheiro Franco, nº 396 Centro – CEP 48010-010 Alagoins/BA

Ao Senado da República Federativa do Brasil, aos familiares do saudoso Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, aos baianos, e ao povo brasileiro em geral.

A Assembléia de Maçons do quadro da Loja Maçônica Obreiros da Fraternidade, do Oriente de Alagoins-BA, em Sessão Especial de 24 de julho de 2007, enlutada como todo o povo brasileiro, aprovou, por unanimidade, a seguinte MOÇÃO DE PESAR, proposta pelo Ex-Presidente desta Loja, Irmão ANTONIO JOSÉ PICOLÉ DE OLIVEIRA:

**MOÇÃO DE PESAR EM FUNÇÃO DA
MORTE DE ACM**

**O Brasil e a Bahia perderam não apenas um político.
Perderam um personagem da história recente do país.**

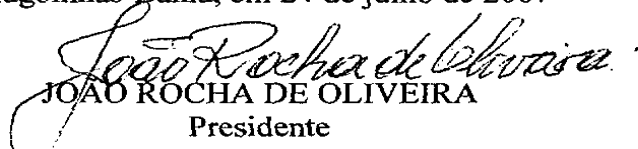
Sem escolher ou temer adversário algum, Antonio Carlos Magalhães esteve ao lado dos que mais precisam da força dos seus líderes.

Ele era um guerreiro heróico, um estrategista da política, que sabia superar sua condição humana para transformar o futuro do seu país e a vida das pessoas, principalmente a vida do povo baiano. A Bahia era sua razão de viver.

Temido pelos fortes e adorado pelos fracos, porque jamais teve medo de fazer o que julgava certo e verdadeiro, conhecido como “Cabeça Branca” para uns e “Malvadeza” para outros, Antonio Carlos Magalhães teve papel essencial na transição democrática no fim do regime militar.

**Ele tinha a coragem de se expor, quando todos se omitiam. Esta é a maior e a mais respeitável característica de um líder. Este é um dos grandes legados de Antonio Carlos Magalhães ao seu país e aos seus descendentes.
Picolé.**

Alagoins-Bahia, em 24 de julho de 2007


JOÃO ROCHA DE OLIVEIRA
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA*Gabinete do Presidente*

Telefone PABX 3301-0600 - DDD (016) – FAX 3301-0630

Avenida José Bonifácio, 176 – Centro

CEP 14801-150 – ARARAQUARA - SPwww.camara-arq.sp.gov.brE-mail legislativo@camara-arq.sp.gov.brOf. **1058** /07.

Araraquara, 25 de julho de 2007.

Ao

Excelentíssimo Senhor

Senador RENAN CALHEIROS

Presidente do Senado Federal

Praça dos Três Poderes

Ala Senador Teotônio Vilela, gab. 22

70160-900 – BRASÍLIA/DF

Pelo presente, cumprimos o dever de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, que em sessão ordinária realizada no dia 24 de julho de 2007, tendo em vista o **requerimento n.º 0382/07**, de autoria da MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA e subscrito pela unanimidade dos vereadores que compõem este Legislativo, foi consignado na ata de seus trabalhos, um voto de profundo pesar pelo falecimento do **Senador ANTONIO CARLOS PEIXOTO MAGALHÃES**.

Apresentamos-lhe os protestos de nossa estima e respeito.

Respeitosamente,



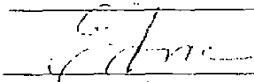
EDNA SANDRA MARTINS
Presidenta

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARAREQUERIMENTO NÚMERO 0382 /07.

AUTOR: MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

DESPACHO:

DEFERIDO.

Araraquara, 24 JUL 2007

Presidente

Faleceu no dia 20 do corrente mês, na capital do Estado de São Paulo, onde encontrava-se em tratamento, o **Senador Antonio Carlos Peixoto Magalhães**.

Filho do Senhor Francisco Peixoto de Magalhães e de Dona Helena Celestino Magalhães, nasceu aos 04 de setembro de 1927.

Deixou viúva a senhora Arlete Maron de Magalhães e os filhos Antonio Carlos de Magalhães Júnior, Teresa Helena Magalhães Mata Pires, Luiz Eduardo Maron de Magalhães e Ana Lúcia Maron de Magalhães, estes dois últimos já falecidos.

Formou-se médico em 1952, na Universidade Federal da Bahia.

Foi redator do jornal "Estado da Bahia"; redator de debates da Assembléia Legislativa da Bahia; médico do serviço público e professor adjunto na Universidade da Bahia.

Em 1954, foi eleito Deputado Estadual na Bahia.

Em 1958, foi eleito Deputado Federal.

Em 1962, foi reeleito Deputado Federal.

Em 1966, mais uma vez foi reeleito Deputado Federal.

Em 1967, foi licenciado do terceiro mandato de deputado federal, para assumir o cargo de Prefeito Municipal de Salvador/BA.

Em 1970, afastou-se da Prefeitura de Salvador/BA, para candidatar-se ao cargo de Governador do Estado da Bahia, para o qual foi eleito

Em 1975, foi nomeado para a Presidência da Eletrobrás.

Em 1976/1978, foi membro do Conselho de Administração da Hidroelétrica Itaipu.

Continuação do Requerimento nº 0382 /07

Em 1978, foi eleito Governador da Bahia, cujo mandato expirou-se em 1983.

Em 1985, foi nomeado Ministro das Comunicações, cargo que exerceu até 1990.

Em 1990, foi eleito Governador do Estado da Bahia.

Em 1994, foi eleito Senador pelo Estado da Bahia.

De 1997 a 1999, presidiu o Senado Federal.

Em 1999, foi eleito mais uma vez, para presidir o Senado da República, mandato que foi até 2001.

Em 2002, foi reeleito para o Senado, mandato que exerceu até o seu falecimento.

Era proprietário do jornal "Correio da Bahia"; sete emissoras de televisão; três emissoras de rádio, além de uma gráfica.

Na adolescência, foi presidente do Grêmio do Ginásio da Bahia e depois do Diretório Central da Universidade Federal da Bahia.

Por tudo o que o seu trabalho representou para a política do Brasil, merece a homenagem do Poder Legislativo Araraquarense.

Requeremos, observadas as normas legais, seja oficiado à família enlutada, apresentando-lhe as mais sentidas condolências do legislativo desta terra, pelo falecimento do **Senador ANTONIO CARLOS PEIXOTO MAGALHÃES**, que causou sentida repercussão junto à população brasileira, principalmente a do Estado da Bahia, dando-se conhecimento desta deliberação aos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados Federais, da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia e à Prefeitura Municipal de Salvador/BA.

Araraquara, 23 de julho de 2007.


EDNA SANDRA MARTINS

Presidenta


RONALDO NAPELOSO

Vice-Presidente


VALDERICO IÓE
1º Secretário


EVERSON MIGUEL INFORSATO
2º Secretário

subscrito por demais edis:

CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO

EDNO PACHECO

EDUARDO LAUAND

ELIAS CHEDIEK NETO

FERNANDO CESAR CÂMARA

JOSÉ CARLOS PORSANI

JULIANA ANDRIÃO DAMUS

RAIMUNDO MARTINS BEZERRA

AJUFE

Associação dos Juizes Federais do Brasil

A Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE manifesta e lamenta, profundamente, o falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, importante figura da vida política brasileira.

Brasília, 23 de julho de 2007.

Walter Nunes da Silva Júnior
Presidente da AJUFE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO**ESTADO DA BAHIA**CNPJ/MF Nº 14.105.704/0001-33
Praça Cel. Zeca Leite, nº 415 – Centro
CEP: 46100-000 – Brumado-BABrumado, 20 de Julho de 2007.
OF.GABIP: 271/07

Senhor Presidente,

É com imensurável pesar e obrigado por força do dever de officio, que estamos dirigindo a esta Egrégia Casa Legislativa, para científica-la acerca da publicação do Decreto nº 4337, de 20 de julho de 2007, cujo teor é a decretação de luto oficial no Município de Brumado por 05 (cinco) dias, pelo passamento do Senador Dr. Antonio Carlos Magalhães, incansável lutador pelas nobres causas da Bahia e, atualmente, importante membro do Senado Federal.

Solicitamos a publicação e arquivamento do citado Decreto nos anais desta Casa, ao tempo em que pedimos seja encaminhado ao Dr. Antonio Carlos Magalhães Júnior, Suplente do ilustre Senador ACM, votos de sucesso, em seu novo encargo, num momento tão árduo e de elevada responsabilidade.

Colhemos do ensejo a oportunidade para reiterar votos de respeito e consideração, ao tempo em que nos colocamos ao inteiro dispor.

Atenciosamente,



Eduardo Lima Vasconcelos,
PREFEITO MUNICIPAL DE BRUMADO
RG 4.000 130-02 SSP/Ba
CPF 143.217 696-04

Exmº Sr
Dr. Renan Calheiros
MD. Presidente do Congresso Nacional
Brasília-DF

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO

ESTADO DA BAHIA
CNPJ/MF Nº 14.105.704/0001-33
Praça Cel. Zeca Leite, nº 415 – Centro
CEP: 46100-000 – Brumado-BA

BRUMADO
DESENVOLVIMENTO E COMPROMISSO SOCIAL

DECRETO Nº 4.337, DE 20 DE JULHO DE 2007.

Decreta Luto Oficial no Município de Brumado, por 05 (cinco) dias, pelos motivos a seguir indicados.

~~O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRUMADO, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais,~~

Considerando o falecimento do Dr. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, cidadão baiano, político de escol que sempre lutou incansavelmente em prol de seu povo, o qual nos deixa o legado de dedicação à frente do mister de homem público, que prestou imprescindível contribuição para o Estado da Bahia.

Considerando justo que a Administração Municipal de Brumado preste as homenagens póstumas a uma pessoa integrante de uma das mais representativas estirpes da política brasileira:

D E C R E T A LUTO OFICIAL no Município de Brumado, por 05 (cinco) dias, pelo falecimento do Dr. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, ocorrido nesta data, na Cidade de São Paulo.

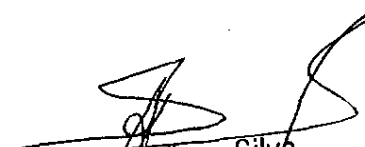
PUBLIQUE-SE

Dê-se conhecimento à família enlutada.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brumado, em 20 de julho de 2007.



EDUARDO LIMA VASCONCELOS
PREFEITO MUNICIPAL



Aclor Viana Silva
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA 265/2007
OAB-BA 20.901

LIGA BAHIANA CONTRA O CÂNCER

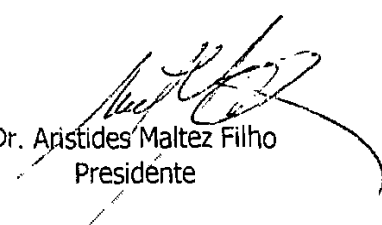
0353/07

Salvador, 23 de julho de 2007.

Senhor Senador,

A Liga Bahiana Contra o Câncer, mantenedora do Hospital Aristides Maltez, também de luto pelo falecimento do grande, bravo e incomparável Senador Antônio Carlos Peixoto de Magalhães, que representa imensa perda incontestável e irreparável para o cenário político brasileiro, em nome de seus pacientes, servidores e dirigentes, manifesta a essa casa o voto do mais profundo sentimento de pesar.

Reiterando os protestos de consideração, subscrevemo-nos atenciosamente,



Dr. Aristides Maltez Filho
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador José Renan Vasconcelos Calheiros
Presidente do Senado Federal
Senado Federal
Praça dos Três Poderes
BRASÍLIA – DF
70165-900

CÂMARA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

“Palácio Vereador Rodolpho Rossetti”

Rua dos Expedicionários, 467 - Centro - Artur Nogueira - SP
Cx. P. 03 - Cep 13160-000 - Fone (19) 3877-1097 - Fax (19) 3877-2358
CNPJ 67.162.628/0001-64

Home Page: www.camaraarturnogueira.sp.gov.br

E-mail: cmnogueirasp@yahoo.com.br

MOÇÃO N.º 038/2007

“MANIFESTA Pesar PELO PASSAMENTO DO SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES”

Ocorreu em 20 de julho de 2007, aos 79 anos, o falecimento do Senador Antônio Carlos Magalhães. Ele era casado com Arlete Maron de Magalhães, com quem teve quatro filhos.

Antônio Carlos Peixoto de Magalhães nasceu em 4 de setembro de 1927, na cidade de Salvador. Formado em medicina, acabou construindo sua vida na política. Sua base eleitoral e imensa popularidade no Estado da Bahia lhe renderam o cargo de Governador do Estado por três oportunidades. Foi eleito senador em 1994 e em 2002.

Assumiu sua primeira legislatura em 1954, como deputado estadual, pela União democrática Nacional (UDN). Participou do Regime Militar, tendo sido eleito Deputado Federal, agora pela ARENA. Neste período da Ditadura foi nomeado Prefeito de Salvador e Governador do Estado por duas vezes. Era o início do “*carlismo*”.

O período ditatorial terminou mas não levou consigo a popularidade de ACM. Em 1989, pela primeira vez, Antônio Carlos Magalhães disputa um pleito direto e vence ainda no Primeiro Turno, elegendo-se Governador da Bahia. O *carlismo* assenta-se, de forma quase definitiva, na Bahia, referendado desta vez pela legitimidade das Eleições diretas, o que se comprovou na eleição de seus sucessores e nas bem sucedidas candidaturas ao Senado Federal.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

"Palácio Vereador Rodolpho Rossetti"

Rua dos Expedicionários, 467 - Centro - Artur Nogueira - SP
Cx. P. 03 - Cep 13160-000 - Fone (19) 3877-1097 - Fax (19) 3877-2358
CNPJ 67.162.628/0001-64

Home Page: www.camaraarturnogueira.sp.gov.br

E-mail: cmnogueirasp@yahoo.com.br

Com seu domínio num dos maiores Estados do Brasil, ACM começou a formar seu sucessor, um futuro Presidente da República. Antônio Carlos Magalhães apostava todas as suas fichas em seu primogênito Luiz Eduardo. Mas em 1998, aos 43 anos de idade, Luiz Eduardo, vítima de um infarto, falece antes que os sonhos de seu pai se concretizassem. Foi um golpe duro da vida neste que foi um dos maiores políticos que este país já viu.

Neste momento, em nome da Câmara Municipal, apresentamos ao Senado Federal, a sua última Casa Política, a **MOÇÃO DE PESAR**, pelo falecimento do Senador **ANTÔNIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES**, em sinal de último pleito de respeito, em nome do povo nogueirense.

Câmara Municipal "Palácio Vereador Rodolpho Rossetti",
em 23 de julho de 2007



VEREADOR RUBENS DA SILVA BARROS JUNIOR
(Junior Barros)



VEREADOR SÍLVIO JOSÉ CONSERVANI
(Silvinho Conservani)

*Câmara Municipal de Valença***Unidos Para Renovar**

Of. N.º 169/2007

Valença, 23 de julho de 2007

Ao
Exm.º Sr.
Senador Renan Calheiros
MD. Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

Senhor Presidente,

Pelo presente, estamos levando ao conhecimento desta Egrégia Casa de Leis, que os Vereadores sensibilizados com o desaparecimento do Senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, propuseram Votos de **Profundo Pesar** em homenagem a sua memória e associando-se a tristeza da família enlutada e de todos que com ele conviveram.

Embora neste momento nos falte palavras, não poderíamos deixar de dar voz ao imenso pesar que se espalha em Valença com o desaparecimento do saudoso ACM, que soube dentro de sua espantosa sabedoria alavancar o progresso de nossa querida Bahia.

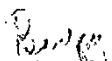
A Bahia perde ACM, perdeu também um pouco de sua alma, pois ele confundia com esta terra que tanto amou e a qual dedicou com paixão mais de 50 anos de vida pública. Prefeito de Salvador, deputado estadual, deputado federal, três vezes governador, ministro das Comunicações e senador da República.

Seu tino de progresso quando prefeito de Salvador fez com que transformasse Salvador em uma cidade moderna com obras importantes, com isso foi considerado pela Câmara Municipal de Salvador "O Prefeito do Século".

Com toda certeza a morte não é o fim, principalmente quando se trata de um grande homem; suas obras vencem o tempo e a fragilidade humana, fazendo com que a sua memória permaneça viva em todos aqueles que por ele foram beneficiados.

Ao dar conhecimento dessa homenagem fúnebre, expressamos a todos os nossos **Votos de Profundo Pesar**.

Pesarosamente,


Bertolino de Jesus
Presidente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Conselho Estadual de Educação
Criado em 25/5/1842

OF. Nº 292/2007
Ref. CEE/CP

Salvador, 24 de julho de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Estamos encaminhando a Vossa Excelência cópia da *Moção de Pesar* pelo passamento do SENADOR BAIANO DOUTOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, aprovada, por unanimidade, em Sessão Plenária do **Conselho Estadual da Educação da Bahia**.

Cumprimentando Vossa Excelência, registramos consternados tão grande perda para o Estado da Bahia e, também, para o âmbito nacional.

Atenciosamente,


RENÉE ALBAGLI NOGUEIRA
Presidente

Excelentíssimo Sênhor
DOUTOR RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Senado Federal – Ala Senador Afonso Arinos, gab. 06
Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
70165-900

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Cumprida a finalidade da sessão, eu agradeço as personalidades, as autoridades, os Deputados, os Senadores, as Senadoras, os familiares, os colaboradores, os amigos, o corpo diplomático pelo seu comparecimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores Paulo Paim, Demóstenes Torres, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, o Sr. Marconi Perillo e a Sra. Roseana Sarney enviaram discursos à Mesa que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em um momento em que o País sofre a dor de todos aqueles que perderam seus familiares, sofremos também a perda do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Como já havia me pronunciado, no início da semana, independentemente da matriz ideológica ou partidária, sempre tive uma relação respeitosa com o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Com ele, com certeza, consegui aprovar inúmeros projetos, na Câmara e no Senado. Uma relação antiga.

E não nego nunca as minhas relações com as pessoas, como disse, independente da questão partidária, de suas visões políticas e ideológicas.

Nosso relacionamento se iniciou ainda nos tempos do Eduardo Magalhães.

Lembro-me de vários momentos em que defendemos o mesmo ponto de vista, como, por exemplo, o aumento do valor do salário mínimo.

Sou testemunha – até porque defendendo essa bandeira há mais de 20 anos, aqui no Congresso – de que o Senador Antonio Carlos Magalhães defendia, assim como eu, aumentos maiores para o valor do salário mínimo.

A imagem mais agradável e mais carinhosa que tenho dele, com certeza, é a da defesa da aprovação, aqui no Senado, de três estatutos de minha autoria: do Idoso, da Pessoa com Deficiência e da Igualdade Racial.

Ele, que era polêmico e regimentalista, disse nos três casos: “Se depender de mim, Senador Paulo Paim, vamos acelerar os prazos do próprio Regimento, porque os três estatutos merecem aprovação”.

A atuação do Senador Antonio Carlos Magalhães foi fundamental, principalmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Por isso, quero também aqui registrar minha solidariedade à família e àqueles que admiravam o Senador.

Sei que era um homem polêmico, mas a democracia é feita por homens e mulheres, de igual forma: polêmicos.

A discordância e a polêmica é que fazem com que você aponte para o futuro com respostas que atendam ao interesse da sociedade.

É a polêmica que suscita o bom debate. Posições podem ser contrárias, mas é justamente aí que está o avanço, o crescimento.

E o Senador Antonio Carlos Magalhães cumpria, com muita competência, esse papel cada vez que, com aquela convicção enraizada e com muita firmeza, ele aqui defendia os seus pontos de vista.

ACM e Luiz Eduardo Magalhães marcaram suas épocas. Foram homens de coragem em seus tempos e de seus jeitos.

Muito obrigado!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: “Um homem não pode fazer-se sem sofrer, pois ao mesmo tempo é mármore e escultor”.

Antonio Carlos Magalhães

Por mais que tenha me encontrado com obras marcantes e autores definitivos, ontem eu era um homem à procura de uma epígrafe. Não da máxima de almanaque ou da frase consagrada dos pensadores que andam na boca dos tribunos bissextos. Eu precisava de um enunciado que guardasse a essência do mais notável brasileiro que convivi. A encontrei nas próprias palavras do jornalista, do escritor, do político, do amante do Brasil e do baiano acima de tudo, cuja trajetória, seja por amor, por temor ou por ódio está muito bem assentada na história deste País tantas vezes sem memória.

O Senador Antonio Carlos Magalhães foi o médico da alma da Bahia e o girassol da terra onde o Brasil começou. Convivi com o Senador por quatro anos e posso admitir que estou mais pobre de amigo. Basta olhar a atmosfera política brasileira para perceber a falta que faz a opinião e a voz daquele exemplo de político que não conhecia a tibieza, mas que sabia ser justo ao negociar e fiel ao tratado. O Senador Antonio

Carlos era dono da franqueza em um meio pleno de dissimulação. Talvez por isso tenha colecionado tantos desafetos, mesmo porque mantinha distância medida dos sabujos. Quando administrou, escolheu os melhores talentos, os mais competentes, os de indiscutível probidade, isso quando a regra na administração pública era, e ainda é, o apadrinhamento corruptor, o nepotismo e a modorra. O governante que vigiar a família tem 80 por cento de chance de evitar a corrupção”, era uma das lições do Carlismo. Líder, conservou até o último momento uma relação de intimidade com o povo da sua terra alicerçada em amor incondicional. O Senador exercia a política com paixão até quando conspirava, atividade que fazia com engenho e picardia.

Era temido, é verdade, todavia não se deixava escravizar pelo ódio. Preferia fazer dos inimigos escravos, como bem disse em uma das antológicas frases que resumiram cada momento importante da sua trajetória nos últimos 50 anos da República brasileira. Implacável, o Senador Antonio Carlos granjeava respeito especialmente pela capacidade de perseverar na conquista dos seus objetivos. Foram raras as quedas e, mesmo da mais dolorida, a morte do seu filho Luís Eduardo Magalhães, se levantou e encontrou forças no amor que tinha pelo Brasil. Desprezava os corruptos e não tinha o menor constrangimento de expô-los à execração pública. Nutria especial antipatia dos aproveitadores. Aos seus comandados nunca permitiu a continuidade do poder para que não se contaminassem com os vícios da vaidade e da malversação. “A auréola do poder é o menos significativo. O exercício dele é o que vale e ensina”, acentuou o Senador.

Aliás, ao contrário da sabedoria política convencional brasileira, que patrocina a informalidade e estimula a traição, o Senador Antonio Carlos Magalhães foi um homem público que sabia muito bem dizer não. Por várias vezes contrariou os interesses dos próprios aliados políticos ao vedar-lhes o que considerava um acinte ao interesse público. Mesmo em momentos políticos delicados, temerários, de risco institucional, disse não a presidentes da República por entender que só o povo da Bahia era o seu patrão. Vai ocorrer, certamente, que algum historiador venha limitar a trajetória de ACM como um hóspede do poder, onde quer que ele se encontrasse. É parcialmente verdade. O Senador Antonio Carlos perseguiu o poder e para realizar o empreendimento não economizou força contra os adversários. Como se definiu, as brigas faziam dele um político singular. Atacou, reagiu, gritou, partiu para o

desforço em algumas ocasiões, lutou o bom combate, aplicou golpes baixos, comandou tropas de choques, mas nunca, nunca, se posicionou em cima do muro. O Senador era um homem de opinião, de decisão, de tomar partido, da vergonha na cara e do olho no olho. A sinceridade foi certamente uma das virtudes mais admiráveis do homem público que conheci. Uma das lições que aprendi com o breve, mas profícuo convívio com o Senador Antonio Carlos Magalhães, foi trazer em alto grau de desconfiança os omissos.

Senhoras e Senhores Senadores, o Senador Antonio Carlos Magalhães teve uma trajetória política completa. Lhe faltou a Presidência da República, posição que perseguiu sem frustração, mesmo porque o Senador era extremamente grato à história. Começou no Parlamento como redator dos debates na Assembléia Legislativa da Bahia, logo se elegeu deputado estadual, daí foram três mandatos seguidos na Câmara dos Deputados. Escolhido pelo Marechal Castelo Branco para a prefeitura de Salvador fez uma administração revolucionária. Foi um dos primeiros homens públicos brasileiros a fazer o tão falado hoje choque de gestão, com estruturação do espaço urbano, definição do sistema viário, erradicação de favelas, preservação do patrimônio histórico e recuperação ambiental. Nomeado governador da Bahia, aprimorou a técnica de gerenciamento, buscou os melhores quadros e preparou seu Estado para a consolidação de um parque industrial ao mesmo tempo em que abria as fronteiras do sertão para o desenvolvimento. Em seguida comandou a Eletrobrás, onde teve uma participação decisiva em dois empreendimentos do setor energético que hoje mantêm o Brasil de pé: as usinas de Itaipu e Tucuruí. Embora tenha exercido o mandato de governador nomeado pela segunda vez durante o período militar, o Senador Antonio Carlos Magalhães ostentava uma popularidade enorme sustentada em um modelo de organização administrativa inovador, moderno, enxuto e eficiente, isso quando não se falava ainda de responsabilidade fiscal. Um dos nomes que garantiram a transição democrática, o Senador Antonio Carlos Magalhães prestou um grande serviço ao Brasil como Ministro das Comunicações para em seguida voltar ao Governo da Bahia pelo voto do seu dedicado e grato povo.

A passagem do Senador Antonio Carlos Magalhães por essa Casa foi uma das mais profícuas, especialmente porque poucos como o nosso ex-Presidente do Senado tiveram a coragem de não disponibilizar as

prerrogativas do Congresso Nacional. Não se submeteu à tutela do Poder Executivo ou à interferência do Poder Judiciário. Aliás, em função do seu empenho político extraordinário, o Brasil pôde fazer a CPI do Judiciário, além da aprovação de medidas que hoje fazem muito bem ao Brasil, como a Lei de Responsabilidade Fiscal e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que acabou letra morta na Constituição.

O Senador Antonio Carlos Magalhães que eu convivi nessa Casa, pautava o debate político do Brasil na Tribuna do Senado enquanto empenhava todo o seu prestígio político para dar o andamento do processo legislativo que interessava ao Brasil quando presidiu a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Talvez a sua última contribuição tenha sido o pacote de Segurança Pública que conseguimos aprovar nesta Casa e que infelizmente o Senador Antonio Carlos Magalhães não viu virar lei. Além da reforma da Segurança Pública, sou testemunha da maneira obstinada que o Senador Antonio Carlos Magalhães defendia essa Casa contra o abuso das medidas provisórias. O quanto se dedicou à pregação da necessidade de manter uma política de Defesa à altura do Brasil e preparar as Forças Armadas no combate ao crime organizado. Defensor intransigente da liberdade de imprensa, foi uma barreira consistente sempre que o atual governo teve espasmos autoritários. Investigativo e inquiridor pertinaz, desempenhou um papel exemplar nas CPIs instaladas desde o escândalo dos Correios que culminou com o mensalão. Infelizmente, o Senador se foi e o seu Paulo Okamoto não lhe prestou as devidas contas. Esse homem de tantas qualidades errou? Certamente que sim e dentro da sua grandeza admitiu que se não tivesse cometido erros, hoje, não teria caráter. Observo os seus acertos, cuja memória é cara à história do Brasil.

Antonio Carlos Magalhães está fazendo muita falta aos seus familiares, amigos e correligionários, porém faz mais falta ainda à política e à administração pública brasileiras. Mesmo seus adversários reconhecem que ACM era uma sigla que sempre significou devoção absoluta à Bahia e a seu povo, vocação para servir aos baianos. É a esse povo que ACM mais faz falta.

Antonio Carlos Magalhães está fazendo muita falta ao Poder Legislativo e mais falta ainda ao poder de convencimento, de argumentar e expor idéias. Ele gostava do debate, de combater o bom combate, enfrentava adversidade sem se acovardar. Não agia pelas costas. Ainda que tivesse de brigar, era olho no olho. Essa franqueza seduziu multidões e produziu inimiza-

des, porque Antonio Carlos tinha incrível propensão para despertar paixões, inclusive divergentes. Também por isso, por essa transparência, por esse jogo aberto, a Bahia deu a seu grupo seguidas vitórias nas urnas. Em 50 anos, Antonio Carlos perdeu duas eleições, uma para o Plano Cruzado e outra para a Bolsa Família, ainda assim indiretamente, com candidatos de seu grupo.

Antonio Carlos Magalhães está fazendo muita falta ao Senado e mais ainda a quem, como eu, tinha o prazer de aproveitar o aprendizado que ele adquiriu ao longo de meio século e, generoso, espalhava aos interessados. Seus biógrafos haverão de pesquisar acerca desse aspecto de Antonio Carlos, a generosidade com aqueles que precisavam de alguma coisa dele, de qualquer coisa, uma palavra, um incentivo, uma lição, um atendimento na área social. Antonio Carlos começou sua carreira profissional como professor e sou testemunha de que a encerrou no mesmo ofício, dando aulas de política, inclusive aqui na Tribuna do Senado.

Farão muita falta sua energia, sua força, seu pulso firme, porque Antonio Carlos só foi derrubado pela morte, doença não o impedia de trabalhar. Num país em que a preguiça sobe de cargo com o aparelhamento das funções públicas, fará muita falta um senhor de quase 80 anos que exercia suas atividades mesmo convalescente, mesmo doente, mesmo desobedecendo a ordens médicas para que sossegasse em casa. Os jovens que vão governar o Brasil do futuro têm de saber que no passado houve homem público com esse vigor, essa tenacidade, esse grau de dedicação.

Antonio Carlos Magalhães está fazendo muita falta àqueles que gostam de sinceridade, pois não escondia suas emoções. Ele sofreu junto com o Brasil a dor maior que um país inteiro, a dor suprema, a dor de perder um filho. Antonio Carlos perdeu dois, Ana Lúcia e Luís Eduardo. A dor pela perda dos filhos nunca se esvaiu, nunca diminuiu, nunca se ausentou, e só se tornou suportável por ser dividida com 14 milhões de baianos.

Antonio Carlos Magalhães está fazendo muita falta ao desenvolvimento da Bahia e mais ainda a quem depende do progresso. Ele aproveitou as riquezas naturais para fazer do Estado um pólo de turismo, aproveitou o potencial para torná-lo industrializado e valorizou como ninguém o patrimônio histórico. Mas não foram suas muitas obras que o tornaram patrimônio e atração turística da Bahia: foram os resultados de suas

administrações, foi o produto de seus mandatos, seja como deputado, senador, prefeito, governador, ministro, presidente de estatal. Antonio Carlos revelou os maiores quadros técnicos baianos, inclusive alguns dos que hoje se opõem ao carlismo, daí talvez a amplitude de seu poder de descobrir gente capacitada: ele revelou seus aliados e também seus opositores. Com um talento especial para formar equipes, manteve a Bahia crescendo mais que o Brasil, sem sazonalidades, com equilíbrio. Essa característica de Antonio Carlos está fazendo falta e vai ser difícil encontrá-la em gestores não apenas na Bahia.

Mas, para mim, não são esses lados de Antonio Carlos que mais estão fazendo falta. A mim, faz mais falta o amigo gentil, sempre prestativo, que me recebeu na política, no partido e no Congresso Nacional dotado de uma paciência com a qual raramente os veteranos de qualquer ramo brindam os novatos. Infelizmente, conheci Antonio Carlos Magalhães um pouco tarde, eu já chegando aos 40, ele já passado dos 70, por isso parabeno os baianos que o acompanharam líder estudantil, dirigente de Diretório Central de Estudantes, professor, médico, jornalista. Parabéns a quem teve desde cedo, desde sempre, o privilégio de conviver com Antonio Carlos Magalhães, que pode ser criticado por muitos motivos, mas nunca por não se entregar integralmente aos seus: sua terra, seus amigos, seus eleitores, seus conterrâneos. Sua gente não o deixou hora nenhuma arredar pé de suas convicções. Foi assim que abriu mão da imortalidade na Academia de Letras da Bahia apenas para não ser consorte de um desafeto que semeava azar. A imortalidade que preferiu é a que está cravada pelos 565 mil quilômetros quadrados da Bahia, em forma de obras, de Educação, de Cultura, de desenvolvimento, de esperança.

Antonio Carlos Magalhães nasceu na Ladeira da Independência e foi justamente por ser independente que por 50 anos se manteve no topo da ladeira íngreme da política, que galgou junto com sua gente. Fica o lamento por sua perda e ao mesmo tempo a alegria de, ainda que tarde, tê-lo conhecido, ter sido premiado com a honra de ser seu amigo e ter com ele aprendido tanto.

Adeus, meu amigo Antonio Carlos Magalhães.
Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, hoje, movida por um sen-

timento de tristeza muito grande. A perda do Senador Antonio Carlos Magalhães foi também a perda de um amigo e conselheiro.

A firmeza com que conduzia a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, as suas decisões sempre corretas, e, principalmente, a sua dedicação ao Colegiado e a esta Casa foram exemplos que nunca esquecerei.

Sua morte deixa uma lacuna na história política de nosso país que será difícil preencher. Sua ausência enche-me de preocupação, ao pensar o quanto estamos carentes de homens públicos que tenham a determinação e o amor à política do Senador Antonio Carlos, para enfrentar os desafios que a Nação impõe.

Ele foi capaz de superar, como poucos, os dramas pessoais em nome de seu país. Voltou ainda de luto, mas fez da dor que o consumia mais uma motivação para seguir em frente.

Mesmo aqueles que o enfrentavam não podiam deixar de reconhecer seus grandes méritos. O líder baiano ultrapassou as fronteiras do seu Estado e ganhou dimensões nacionais.

Foi assim em agosto de 1999, quando anunciou a Emenda do Fundo de Combate à Pobreza, dividindo o Congresso e assustando a equipe econômica do governo.

O projeto do Senador Antonio Carlos obriga o investimento de cerca de R\$4 bilhões anuais para programas voltados para populações de baixa renda, com vigência até 2010.

Em seu segundo mandato nesta Casa, iniciado em 2003, o Senador Antonio Carlos voltou determinado a lutar contra a violência.

Como membro da Comissão de Constituição e Justiça, pude sentir, de perto, a sua angústia com o aumento desenfreado da criminalidade, que já não respeita mais nem as crianças inocentes nem mesmo mulheres grávidas.

Em fevereiro deste ano, depois da comoção que tomou conta do país com a morte do menino João Hélio, o Senador apresentou a proposta para a criação do Fundo de Combate à Violência e Apoio Às Vítimas da Criminalidade, e a batizou de Fundo João Hélio.

A brutalidade daquele caso fez com que o Congresso se mobilizasse para votar projetos contra a violência.

O pacote antiviolência, com mais de 40 proposições, foi votado na CCJ, sob a presidência do Senador Antonio Carlos.

Sua determinação e agilidade foram a garantia para que as reuniões pudessem ser realizadas e as propostas votadas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Congresso Nacional vive um momento difícil.

A sociedade nos cobra explicações diariamente.

Nossa responsabilidade é dar respostas.

Mas é muito mais do que isso.

Precisamos continuar a trabalhar pelo bem de nosso país, com propostas firmes e capazes de garantir as mudanças que o Brasil tanto necessita para seu desenvolvimento social e econômico.

Nessa encruzilhada em que o Legislativo se encontra, o Senador Antonio Carlos haveria de encontrar a palavra certa para orientar a todos nós sobre o caminho a seguir.

Sua vasta experiência política e sua lucidez seriam um norte para encontrarmos uma solução a esta crise que tanto desalento nos traz.

Antonio Carlos Magalhães foi um dos grandes homens públicos que o Brasil já conheceu.

Sua participação no processo de redemocratização do Brasil foi fundamental.

Enfrentou com firmeza o regime militar e soube a hora certa para fazer as articulações que mudariam os destinos do país.

Mesmo entre seus adversários, raros são os que não admiravam sua coragem, sua eloquência, sua maneira de expressar seu pensamento.

Tenho a certeza de que o Senador Antonio Carlos deixa um vazio que será difícil de preencher.

Cabe-nos honrar sua memória lutando para que esta Casa mantenha firmes seus preceitos de defender a Nação e o povo brasileiro.

Antes de encerrar, senhor presidente, gostaria de lembrar que foi o Senador Antonio Carlos quem apresentou a proposta de criação da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Ao assumir como seu primeiro presidente, o Senador Tasso Jereissati homenageou o Senador Antonio Carlos como presidente de honra da CDR.

Uma homenagem que agora, neste momento, eu gostaria de tornar eterna.

Obrigada.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao assomar a esta tribuna, para, juntamente com todos os Senadores e convidados, homenagear

o saudoso Senador Antonio Carlos Magalhães, queremos tão-somente lembrar-lhe uma qualidade única, que todos nós, não importa a convicção ou a ideologia partidária, temos de reverenciar. Queremos lembrar que o Senador era, acima de tudo, um baiano de corpo, alma e coração e – talvez como poucos políticos na história de seu Estado – foi incansável defensor do povo e dos interesses dos eleitores.

Antonio Carlos Magalhães ressaltou em sua trajetória política um compromisso inequívoco de colocar a Bahia em evidência no cenário nacional. Sempre se reconheceu o papel de Salvador como primeira capital do Brasil e da Bahia como origem do processo de miscigenação racial que fez florescer nova gente nestas terras de além mar, hoje, a maior nação negra fora da África, como nos ensina o Senador Marco Maciel.

Mas a pujança do folclore, a imagem do Pelourinho a lavagem das escadarias do Senhor do Bonfim começam a ganhar projeção nacional e internacional a partir do Governo de Antonio Carlos Magalhães, que transformou Salvador num canteiro de obras, abrindo a beleza, a graça e os contornos da magnífica cidade para o olhar do brasileiro e do estrangeiro.

E nosso saudoso Antonio Carlos Magalhães, ao decidir repintar a imagem de Salvador o fez com um projeto voltado para o futuro, porque, como visionário que o foi, enxergou no potencial turístico um dos mais importantes mecanismos de geração de renda – o que, diga-se de passagem, poucos governantes neste país já conseguiram perceber na devida proporção.

Ainda prefeito de Salvador, abriu as artérias da cidade para dar fluxo ao trânsito e movimento livre aos turistas que, desde então, adotaram a Bahia como um mimo, não só pela gente receptiva e calorosa, mas pelo cuidado com a preservação da arquitetura, dos valores e das raízes locais.

Como costumava dizer nosso saudoso homenageado: era preciso livrar Salvador da pecha de cidade suja, sem a presença do Poder Público. Mas, acima de tudo, era necessário respeitar a fisionomia de ontem ao se voltar a cidade para o futuro.

Que o diga o povo baiano, a quem o Senador Antonio Carlos Magalhães dedicou a vida e a carreira política; que o diga a Bahia, que tem nesse bravo guerreiro um divisor de águas entre o passado e o futuro, entre o relativo esquecimento e a permanente lembrança no cenário nacional.

O Senador Antonio Carlos Magalhães sempre revelou esta característica em que todos nós devemos

buscar inspiração ao exercer os mandatos como representantes do povo e dos Estados; O Senador Antonio Carlos Magalhães sempre transpirou uma paixão desatinada a serviço da Bahia.

E foi uma paixão em todos os sentidos, não só ao preservar o patrimônio histórico e cultural, mas, também, ao lançar as bases para a indústria baiana e para um governo a serviço do povo.

As sucessivas eleições para o Parlamento e para o Governo explicam-se pelo caráter, tenacidade e obstinação que o levaram, de forma permanente e diuturna, a envidar esforços na construção do futuro da Bahia, sem ignorar a raízes do passado.

É sob a batuta do saudoso Antonio Carlos Magalhães que o Pelourinho foi reformado pela primeira vez; é sob a regência desse bravo e aguerrido baiano que se duplicou o pólo petroquímico de Camaçari e criou-se o Centro Administrativo; é sob o comando do Senador que se fizeram mais de 1300 km de rodovias no Estado.

As realizações do Senador Antonio Carlos Magalhães na saga em defesa do seu povo e de sua gente não caberiam nas poucas páginas deste pronunciamento, mas há dois pontos que, antes de encerrarmos, não poderíamos deixar de ressaltar, como atributo singular.

Foi na Bahia que se realizou o Congresso de reestruturação da União Nacional dos Estudantes; foi na Bahia que nasceram diversos programas sociais com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população, como a Farmácia do Povo e o Serviço de Atendimento ao Cidadão.

Essa condição de ardoroso defensor do povo e do Estado da Bahia é decerto uma das maiores lições que nos deixou o Senador Antonio Carlos Magalhães, que servirá como fonte de inspiração para todos os políticos desejosos de manterem, de forma permanente e duradoura, a fidelidade aos interesses dos eleitores, o compromisso com os objetivos maiores do Estado e do Brasil.

O Senador Antonio Carlos Magalhães deixa-nos saudades pelo espírito tenaz e pela infundável e incansável vontade de debater idéias e servir ao seu povo a sua gente ao seu Estado e ao Brasil.

Muito obrigado!

A SRA. ROSEANA SARNEY (PMDB – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por imenso carinho não posso deixar de registrar aqui algumas palavras de despedida ao

amigo Senador Antonio Carlos Magalhães, Colega nesta Casa, companheiro de muitas lidas políticas, inclusive e particularmente no processo de redemocratização do País, quando teve papel marcante e fundamental.

Marcante foi toda a longa trajetória política do carismático baiano, que trocou a Medicina pela política e, sempre defendendo a sua Bahia, fez-se figura ímpar no cenário nacional.

Fazer política exige dedicação, obstinação e coragem, mas também generosidade e, principalmente, a capacidade de renovar-se, de aceitar as desditas e celebrar com serenidade as vitórias. Antonio Carlos Magalhães – marcante sempre.

Antonio Carlos é figura fundamental da história recente da Bahia. Parte considerável do imenso avanço que o estado alcançou nos últimos 50 anos deve-se a sua capacidade como administrador e também como catalisador de forças políticas, econômicas e sociais.

Aqui no Senado perdemos um companheiro. O Brasil perdeu um grande político. Um homem que soube perder sem abrir mão da dignidade. Soube sofrer e chorar lutos e dolorosas perdas – como a do jovem filho brilhante, Luís Eduardo –, sem desistir de lutar e de viver.

Esse é o legado que Antonio Carlos nos deixa. A vida não é um mar de rosas. Mas sempre vale a pena, quando vivida com paixão e intensidade. Vale a pena quando há crenças e causas a serem defendidas. Vale a pena a ponto de não desistirmos de vivê-la por inteiro até quando nos for permitido.

Antonio Carlos Magalhães viveu assim.

Registro aqui minha solidariedade aos baianos e à família Magalhães pela perda, e também as saudades do amigo, que me viu crescer e, em convivência próxima, soube até discordar, mas sempre frontalmente, não com deslealdade.

Antonio Carlos Magalhães – o ACM, como o Brasil o rebatizou – deixa saudades. Fará falta nesta Casa. Sem ele o cenário político brasileiro fica, sim, mais pobre.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 22 horas.)

Ata da 122ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 9 de agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Alvaro Dias,
Gerson Camata, Magno Malta, Mão Santa e Gilvam Borges

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 9/8/2007 07:34:12 até 9/8/2007 19:39:05

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
DEM	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	

Compareceram: 70 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A lista de presença acusa o comparecimento de 70 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a está inscrito em segundo lugar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há dois requerimentos na Mesa relacionados a votos de pesar no Estado de Sergipe. Gostaria que V. Ex^a, logo após a ouvida do primeiro orador, colocasse os requerimentos em votação, uma vez que gostaria que isso acontecesse no início da sessão, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Logo após o primeiro orador, V. Ex^a será atendido logo após o primeiro orador inscrito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Senador Mão Santa, pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a é o terceiro inscrito e será atendido oportunamente, em revezamento com os oradores inscritos.

Há oradores inscritos. O Senador Neuto de Conto é o primeiro orador, logo a seguir falará o Senador Marcelo Crivella, após a leitura dos requerimentos do Senador Antonio Carlos Valadares.

Com a palavra o Senador Neuto de Conto.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há 158 anos, mais precisamente no dia 4 de agosto de 1849, falecia em Mandriole, na Itália, Ana Maria de Jesus Ribeiro. Uma mulher que superou as limitações. Pois, se ainda hoje

há muito de opressão, de injustiça, de discriminação, imaginem naquela época. Era destemida e voluntariosa e detentora de fibra inquebrantável. Não tinha nascido para ser coadjuvante.

Por vontade de seu marido, seu corpo encontrase sepultado no monumento construído em sua homenagem, em uma colina na parte ocidental de Roma, conhecida como Gianículo. E está situada a oeste do rio Tibre, fora dos limites da cidade antiga.

Além deste, há outros dois, feitos pelo povo italiano, para homenageá-la. Um representando a cena que antecede sua morte, idealizado pelo escultor Luzi di Rimini, inaugurado em 24 de abril de 1976, situado em uma praça gramada, rodeada de árvores, na frente da Igreja de São Clemente, em Mandriole, na Província de Ravena.

Na mesma região, outro monumento, um busto de porte médio da heroína catarinense, foi construído defronte à casa da Fazenda Guicioli, onde se deu sua morte. A própria casa e o quarto como eram àquela época.

Catarinense. Mulher. Guerreira. Revolucionária.

Um exemplo de ser humano, cujas ações em vida superam o passar dos anos, fazendo com que sua saga seja lembrada, suas batalhas, contadas e recontadas. Ela foi tão importante na história democrática deste País que, no meu Estado, Santa Catarina, é homenageada por sua dedicação e coragem, com a designação de dois municípios.

Ana Maria de Jesus Ribeiro, que durante as batalhas de construção da chamada República Juliana, que teve período curto, de quatro meses, conheceu seu grande amor: Giuseppe Garibaldi. Como os senhores já sabiam, refiro-me à memória de Anita Garibaldi, e os Municípios que a homenageiam são Anita Garibaldi e Anitápolis, ambos de Santa Catarina.

E naquele monumento já citado, defronte à casa da Fazenda Guicioli, referido há pouco, há uma placa de bronze com o seguinte texto gravado em enormes letras: “Do outro oceano, com cabelos ao vento e o estampido do fuzil, Anita foi para Garibaldi e para a Itália a verdadeira imagem da liberdade”.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em 1934, durante a Constituinte, muito se discutiu em relação ao voto da mulher, e a lembrança dessa catarinense lutadora foi uma constante no plenário, como um forte argumento em favor da proposta. Todos nós sabemos que a mulher brasileira alcançou o direito ao voto a partir daquele ano.

Foram amantes da Liberdade. Garibaldi e Anita.

Aliás, é necessário dizer que o jornalista Paulo Ramos Derengoski lançou o livro *Garibaldi e Anita – Os amantes da Liberdade em Dois Mundos de Guerras*, que li e motivo de lembrar tão importante personagem de nossa história.

Derengoski, nascido em Lages, Santa Catarina, foi repórter do extinto jornal *Última Hora*, no Rio de Janeiro, tendo trabalhado em outros jornais de destaques, como *Folha de S. Paulo* e revistas como a *Manchete*. É um estudioso a quem parabeno pelo notável trabalho de pesquisa da vida desse casal, heróis de duas pátrias, Brasil e Itália, e cujo livro, de enorme valor cultural, recomendo a leitura.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Neuto de Conto, V. Ex^a permitiria que eu participasse?

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Concedo um aparte a V. Ex^a, com muita satisfação e com muita honra.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Neuto de Conto, V. Ex^a traz o exemplo da bravura da mulher. Olha, esse mundo melhorou muito com a liberdade e com a coragem da mulher. Presidente Camata, se observarmos a história do mundo, quando o mundo começou a pensar, os filósofos na velha Atenas, a mulher era igual ao escravo, não participava, principalmente da vida intelectual. Então, muitos daqueles filósofos do começo do mundo que começaram a pensar, Valter Pereira, debruçavam-se, noite toda, sobre a pesquisa, debatendo, buscando os conhecimentos que explicassem os fenômenos da natureza, o que a Filosofia e as ciências nos explicavam. Naquela época já tinha vinho, e as mulheres não participavam das discussões filosóficas em busca do conhecimento. E eles ficavam depois do vinho... Um grande número de filósofos foram homossexuais porque as mulheres eram alheias, não participavam. Então, o mundo melhorou depois que as mulheres começaram a participar mesmo. Nós ficamos mais homens com a participação da mulher. Muitos dos primeiros filósofos eram homossexuais, pois as mulheres eram escravas e não podiam participar da luta em busca do saber. Essa daí libertou as mulheres. Foi uma mulher heróica para o mundo. Ela começou a participar nas lutas pelas liberdades, na Revolução Farroupilha, com Bento Gonçalves. Ela era de Santa Catarina, apaixonou-se por aquele revolucionário Giuseppe Garibaldi e foram quase até o fim. Abandonaram, mas foram para o Uruguai e continuaram com os seus ideais: o amor que constrói a liberdade. E terminaram lá pela Itália. Eu vi retratos dela recordando a bela história da Itália, onde se deu o Renascimento, onde o Senado é fonte de inspirações. São homenagens que existem lá ao exemplo de vida que foi esse casal. Com amor, lutaram pelas liberdades. E isso nos envaidece, pois, sem dúvida, a origem da nossa República foi aquela batalha de que ela participou com Giuseppe Garibaldi e Bento Gonçalves. E foi a origem da liberdade dos escravos. Houve um compromisso quando Bento Gonçalves aceitou a paz. Duque de Caxias tinha-se comprometido a libertar os negros, e não cumpriu

sua promessa. Aí, aqueles lanceiros negros resistiram, mas sucumbiram e foram massacrados pelo Exército brasileiro. Então, foi uma contribuição dessa mulher de Santa Catarina, que V. Ex^a exalta. Ela, sem dúvida, com a sua bravura e com o seu amor a Giuseppe Garibaldi, participava, e foram precursores da liberdade dos nossos escravos e da formação da nossa República. A ela a nossa homenagem, pois liderou a participação da mulher na vida do mundo.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Agradeço e incorporo a meu pronunciamento o aparte de V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Encerro dizendo que, no último sábado, completaram-se 158 anos de sua morte. Um dos seus filhos foi general na Itália e lutou pela República Juliana, em Santa Catarina, e na Guerra dos Farrapos, no Rio Grande de Sul e no Paraguai, e acabou-se consagrando, inclusive na Itália, quando defendeu a união dos povos italianos. Naquele momento, foi dado ao casal de heróis o título de Heróis de Dois Mundos: Brasil e Itália.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa se congratula com V. Ex^a e com o povo de Santa Catarina pelo importante evento histórico da nossa heroína brasileira e italiana.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler:

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 880, DE 2007

Requerimento de homenagem de pesar.

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, as devidas homenagens pelo falecimento do pintor e artista plástico José Inácio, natural de Arauá – Estado de Sergipe, com a inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família.

Justificação

No último dia primeiro de agosto faleceu, aos 96 anos, o pintor e artista plástico sergipano José Inácio, considerado um dos maiores pintores do Estado de Sergipe, pois transformava cor em vida, sempre de maneira bastante humorada.

Os artistas sergipanos costumam atribuir duas características ao estilo de José Inácio: a religiosidade demonstrada em suas telas e a presença das bananeiras; ambas marcadas pelo uso das cores primárias, tanto que a religiosidade não se traduzia através do modo convencional, já que, por exemplo, o Cristo por ele pintado era bastante colorido.

José Inácio, nome de batismo, nasceu no povoado Bolandeira, no Município de Arauá, em 1911. Estudou na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. E contam os amigos que ele abandonou a bolsa de estudos e retornou andando para a capital sergipana; refletindo o seu jeito simples de viver com o intuito de pintar o que gostava, da forma que amava.

Pode-se ler no álbum com as principais obras de José Inácio que foi produzido pelo Banco do Estado de Sergipe que “ele nunca deixou morrer a criança que existia nele. Sua grande marca era o desprendimento das coisas materiais e a bondade. Ele era uma pessoa que não se submetia a nenhum tipo de regra e um artista que não pode ser enquadrado em nenhuma escola”.

De fato, o seu filho Caã, também artista plástico, diz que José Inácio viveu para a arte e da arte. É por isso que o corpo físico de José Inácio faleceu, mas sua arte e cores permanece viva na cultura sergipana.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB/SE.

REQUERIMENTO Nº 881, DE 2007

Requerimento de homenagem de pesar.

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, as devidas homenagens pelo falecimento da professora e escritora Ofenísia Soares Freire, natural de Estância – Estado de Sergipe, com a inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família.

Justificação

A professora e escritora Ofenísia Soares Freire faleceu no último dia 24 de julho, aos 93 anos de idade. Trata-se de uma intelectual reconhecida pela sociedade sergipana e uma mestra que marcou o ensino de muitas gerações em Sergipe.

A escritora Ofenísia ocupava a cadeira de número 16 da Academia Sergipana de Letras. A sua grande marca como escritora é a publicação do livro *Presença Feminina nos Os Lusíadas*. Mas sua atuação nas letras também passa por uma atividade no jornalismo; pois ainda no tempo da juventude, ela escreveu nos jornais de Estância **A Razão** e a **Voz do Povo**, com o pseudônimo de “LP”. Em Aracaju, escreveu na **Gazeta de Sergipe** por muitos anos e assinou a coluna “Arte da Gramática”, além de ter publicado inúmeras crônicas.

A professora Ofenísia ensinava as disciplinas de “Língua e Literatura Portuguesa”, “Teoria Literária”, “Língua e Literatura Brasileira”. Ensinou no Colégio Es-

tadual Atheneu Sergipense, no Colégio Tobias Barreto e Colégio Jackson de Figueiredo – até seu filho Ivan ter lhe prestado homenagem, dando o seu nome ao colégio e curso de pré-vestibular de propriedade da família Soares Freire.

A professora Ofenísia foi integrante do Conselho Estadual de Educação, ocupou cargo público na Secretaria Municipal de Cultura de Aracajú e foi professora revisora de textos da Universidade Federal de Sergipe – UFS.

Foi militante política filiada ao Partido Comunista Brasileiro – PCB. Em 1947, emprestou seu nome às chapas de deputados estadual e federal. Quando o PCB foi posto na clandestinidade, Ofenísia voltou-se ao magistério; mas isso não impediu que em 1964 ela fosse novamente atingida pela repressão, quando teve cassado o seu mandato no Conselho Estadual de Educação e foi afastada da escola pública Atheneu.

No passado recente, o historiador sergipano Luiz Antônio Barreto fez uma brilhante e emocionada homenagem a professora e escritora Ofenísia. Reproduzo aqui parte dessa homenagem: “há uma unanimidade crítica tanto sobre a biografia da professora, considerada ‘a Mestra de Todos Nós’, como sobre o seu livro *A Presença feminina em Os Lusíadas*’, pois o livro é uma demonstração de erudição e de talento interpretativo; ampliando, com qualidade, as coleções camonianas em língua portuguesa. No seu livro, a professora se mostra por inteiro, dominando a cátedra, demonstrando o lastro de conhecimentos com o qual enfrentou, anos seguidos, turmas inteiras de jovens. Com seu livro Ofenísia Freire transpõe, de forma inequívoca, os limites do magistério, que estão sempre sujeito a currículos e parâmetros, passando a gozar do reconhecimento como escritora, ensaísta, interpretando um texto do século XVI e tirando dele novas lições, especialmente ligadas a mulher. Mais do que compor e enriquecer a bibliografia de autores sergipanos, o livro de Ofenísia Soares Freire contribui para alargar a crítica em torno da grande obra do vate português”.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB/SE.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a tem a palavra para justificar os dois requerimentos, pelo tempo de cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como anunciado por V. Ex^a, esses dois requerimentos visam a prestar uma homenagem a duas grandes personalidades do Estado de Sergipe: a escritora e professora inesquecível, Ofenísia Soares Freire, e o pintor e artista plástico José Inácio.

A professora e escritora Ofenísia Soares Freire faleceu no dia 24 de julho aos 93 anos de idade.

Trata-se de uma intelectual reconhecida pela sociedade sergipana e uma mestra que marcou o ensino de muitas gerações em Sergipe, tendo marcado também a minha carreira como estudante, pois, no Colégio Atheneu Sergipense, recebi os ensinamentos inesquecíveis e bem fundamentados da Professora Ofenísia Soares Freire.

A escritora e professora Ofenísia ocupava a cadeira número 16 da Academia Sergipana de Letras. A sua grande marca como escritora é a publicação do livro *Presença Feminina em Os Lusíadas*, mas sua atuação nas letras também passa por uma atividade no jornalismo, pois, ainda no tempo da juventude, ela escreveu nos jornais de Estância *A Razão* e a *Voz do Povo*, com o pseudônimo de LP.

Em Aracaju, escreveu na *Gazeta de Sergipe* por muitos anos e assinou a coluna a Arte da Gramática, além de ter publicado inúmeras crônicas.

A professora Ofenísia ensinava as disciplinas de Língua e Literatura Portuguesa, Teoria Literária, Língua e Literatura Brasileira. Ensinou no Colégio Estadual Atheneu Sergipense, no Colégio Tobias Barreto e no Colégio Jackson de Figueiredo, até o seu filho Ivan ter-lhe prestado homenagem dando o seu nome ao colégio e curso de pré-vestibular de propriedade da família Soares Freire.

A professora Ofenísia foi integrante do Conselho Estadual de Educação, ocupou cargo público na Secretária Municipal de Cultura de Aracaju e foi professora-revisora de textos da Universidade Federal de Sergipe.

Foi militante política filiada ao Partido Comunista Brasileiro, o PCB.

Em 1947, emprestou seu nome às chapas de deputado estadual e também de deputado federal. Quando o PCB foi posto na clandestinidade, Ofenísia voltou-se ao magistério, mas isso não impediu que, em 1964, ela fosse novamente atingida pela repressão, quando teve cassado o seu mandato no Conselho Estadual de Educação e foi afastada da escola pública Atheneu.

No passado recente, o historiador sergipano Luiz Antonio Barreto fez uma brilhante e emocionada homenagem à professora e escritora Ofenísia. Reproduzo, aqui, parte desta homenagem:

Há uma unanimidade crítica tanto sobre a biografia da professora, considerada “a Mestra de Todos Nós”, como sobre o seu livro *A Presença feminina em Os Lusíadas*, pois o livro é uma demonstração de erudição e de talento interpretativo, ampliando, com qualidade, as

coleções camonianas em língua portuguesa. No seu livro, a professora se mostra por inteiro, dominando a cátedra, demonstrando o lastro de conhecimentos com o qual enfrentou, anos seguidos, turmas inteiras de jovens. Com o seu livro, Ofenísia Freire transpõe, de forma inequívoca, os limites do magistério, que estão sempre sujeitos a currículos e parâmetros, passando a gozar do reconhecimento como escritora, ensaísta, interpretando um texto do século XVI e tirando dele novas lições, especialmente ligadas à mulher. Mais do que compor e enriquecer a bibliografia de autores sergipanos, o livro de Ofenísia Soares Freire contribui para alargar a crítica em torno da grande obra do vate português.

Sr. Presidente, ao fazer esta homenagem à grande professora Ofenísia Soares Freire, professora de tantas gerações no Estado de Sergipe, não poderia deixar de homenagear também o grande artista plástico sergipano José Inácio, natural de Arauá.

No último dia 1º de agosto faleceu, aos 96 anos, o pintor e artista plástico sergipano José Inácio, considerado um dos maiores pintores do Estado de Sergipe, pois transformava cor em vida, sempre de maneira bastante humorada.

Os artistas sergipanos costumam atribuir duas características ao estilo de José Inácio: a religiosidade demonstrada em suas telas e a presença das bananeiras; ambas marcadas pelo uso das cores primárias, tanto que a religiosidade não se traduzia através do modo convencional, já que, por exemplo, o Cristo por ele pintado era bastante colorido.

José Inácio, nome de batismo, como eu disse, nasceu em Arauá, em 1911. Estudou na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. E contam os amigos que ele abandonou a bolsa de estudos e retornou andando para a capital sergipana; refletindo o seu jeito simples de viver com o intuito de pintar o que gostava, da forma que amava.

Pode-se ler no álbum com as principais obras de José Inácio, que foi produzido pelo Banco do Estado de Sergipe, que ele nunca deixou morrer a criança que existia nele. Sua grande marca era, sem dúvida, o desprendimento das coisas materiais e a bondade.

Ele era uma pessoa que não se submetia a nenhum tipo de regra e um artista que não pode ser enquadrado em nenhuma escola.

De fato, o seu filho Caã, também artista plástico, diz que José Inácio viveu para a arte e da arte. É por isso que o corpo físico de José Inácio faleceu, mas sua arte e cores permanecem vivas na cultura sergipana.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Senador Antonio Carlos Valadares, a Presidência comunica que encaminhará os votos de pesar solicitados e que os requerimentos irão para o Arquivo do Senado Federal.

Tem a palavra o nobre Senador Augusto Botelho, segundo inscrito para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14, combinado com o art. 158, do Regimento Interno.

A seguir, terá a palavra o Senador Valter Pereira, em permuta com o Senador Marcelo Crivella, que acaba de autorizar essa permuta.

Conforme dita o Regimento, o Senador Augusto Botelho dispõe de cinco minutos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Gerson Camata.

Sr. Presidente Gerson Camata, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde a promulgação da Constituição de 1988, foram feitas, nesta Casa, sem sucesso, várias tentativas de aprovar um projeto de lei que permitisse a abertura de terras indígenas à mineração. A política da Funai sempre se opôs ao desenvolvimento socioeconômico dos povos indígenas, ao defender o isolamento dessas populações sob o argumento de preservar a sua cultura, costumes, crenças e tradições e protegê-los da ação do homem do mundo dito civilizado.

A política da Funai, ao interpretar o art. 231 da Constituição Federal de 1988, visa à implantação de novas reservas e à ampliação das já existentes. A instituição chama essas ações de “retomada de terras pertencentes aos índios”, quando, na esmagadora maioria dos casos, trata-se de uma verdadeira invasão de terras públicas e de expulsão de posseiros e de pessoas que vivem há muito tempo em suas terras. Os índios têm direito às suas terras, mas esse direito tem de ser exercido de forma correta.

A Funai usa o art. 231 da Constituição Federal para validar suas ações, mas não o usa até suas últimas conseqüências. Assim, quando se trata da exploração de bens e riquezas contidas nas reservas indígenas, todos os meios são usados para impedir qualquer atividade legítima, lícita, nessas áreas, sem que os maiores interessados, Sr^{as} e Srs. Senadores, que são os índios que nelas vivem, sejam ouvidos. Repito: são os índios os maiores interessados na exploração de bens e riquezas de suas reservas, seus donos legítimos, e devem ter o direito de, conforme a lei e o bom senso, explorar os recursos existentes para o bem-estar de suas comunidades.

Esse posicionamento intransigente e de desejo unilateral adotado até recentemente pela Funai ignora o real anseio das populações indígenas. O órgão

responsável pelo bem-estar das populações indígenas não as orientou nem orienta os índios adequadamente sobre as possibilidades de uso e exploração das riquezas contidas em suas reservas.

Comportamento semelhante ao da Funai foi adotado também, com algumas raras exceções, por organizações não-governamentais, que se auto-intitulam representantes e defensores dos indígenas e condenam essas populações a aceitarem aquilo que nem sempre é o que desejam, é o que aspiram. Felizmente, movimentos contrários a esse pensamento começam a se fortalecer e a se posicionar favoravelmente ao debate e à normatização de políticas que conduzam a utilização das riquezas disponíveis nas terras indígenas.

Algumas organizações, como a Sodiur (Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima) e a Coiam (Confederação das Organizações Indígenas e Povos do Amazonas), agora se opõem a essa política retrógrada da Funai. No período de 2 a 4 de julho do corrente, foi realizado em Manaus um seminário promovido pela Coiam, intitulado “Geodiversidade e Desenvolvimento Sócio-Cultural e Ambiental dos Povos Indígenas”. Nele, os problemas socioculturais, econômicos e ambientais dos povos indígenas foram analisados e debatidos. A finalidade do encontro era traçar diretrizes e estratégias de elaboração de uma nova política indigenista que permita aos povos indígenas o direito de usufruir dos recursos minerais existentes em suas terras, sendo eles os próprios implementadores de atividades e projetos geradores de alternativas que valorizem a preservação de suas terras e o desenvolvimento do patrimônio cultural, econômico e social necessários ao seu bem-estar e de toda a sua futura geração.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Encerro já, Sr. Presidente.

A Constituição de 1988, no art. 231, permite que as terras indígenas sejam exploradas por empresas, mas exige a aprovação de lei que regulamente atividade, definindo claramente a participação das comunidades indígenas no resultado da exploração não só nos aspectos econômicos, mas também nos aspectos ambientais e fiscalizadores. O Governo Federal está preocupado com o crescente descontentamento dos povos indígenas, que reclamam legitimamente mais assistência e recursos para sua sobrevivência.

Respondendo a essa demanda dos indígenas, o Governo Federal, desde 2004, vem estudando e preparando, numa ação conjunta dos Ministérios da Justiça, das Minas e Energia e do Gabinete de Segurança Ins-

tucional da Presidência da República, uma proposta de projeto de lei que abre todas as terras indígenas para a exploração de recursos minerais. Tal projeto será apresentado na primeira reunião da Comissão Nacional da Política Indigenista para discussão e ajustes e, então, encaminhado pelo Ministro das Minas e Energia à Casa Civil para enviá-lo ao Congresso Nacional no segundo semestre deste ano.

Os empresários de mineração, que há muito acompanham a desejam ver equacionadas as normas e diretrizes que tornem viável a convivência pacífica e compartilhada com as comunidades indígenas na atividade de mineração em suas reservas, acreditam que os estudos realizados pelo Governo já chegaram a um bom ponto de amadurecimento, apesar de se queixarem de não terem sido convidados a participar da discussão. Agora, a preocupação é com a questão ambiental. Os marcos regulatórios para exploração, incluindo aí também as empresas estrangeiras interessadas em explorar áreas indígenas, precisam ser estabelecidos com clareza pelas autoridades competentes e acordados entre as partes, empresários e lideranças indígenas.

O Governo sabe que enfrentará fortes resistências ao projeto por parte de alguns povos indígenas, organizações não-governamentais, ambientalistas e outros. Porém, está convencido de que a regulamentação é necessária para que se estabeleçam regras de controle sobre a exploração de terras indígenas. Se nada for feito, a tendência é que o caos se estabeleça, uma vez que a exploração desordenada tem provocado conflitos sangrentos, como foi o caso de Roosevelt, em Rondônia.

A regulamentação permitirá ao Estado, ainda, arrecadar impostos pela exploração de recursos naturais, num momento em que a demanda global por insumos minerais é crescente.

Encerrando, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho certeza de que cada um de nós, representantes dos Estados brasileiros, não se furtará ao estudo e empenho para agilizar a aprovação desse projeto, que, certamente, tornará mais digna a vida desses brasileiros que vivem em reservas indígenas.

Sr. Presidente Senador Gerson Camata, muito obrigado pela sua gentileza com o tempo.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Voltamos à lista dos oradores inscritos.

Por permuta com o Senador Marcelo Crivella, tem a palavra, pelo tempo regimental de dez minutos, o Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, merecem registro dois importantes acontecimentos históricos que têm como âncora a atividade do Direito: o Dia do Advogado e os 180 anos dos primeiros cursos jurídicos do nosso País, o de Olinda e o de São Paulo, criados por determinação do Imperador Dom Pedro I. São eventos comemorados na mesma data, 11 de agosto, no próximo sábado, portanto.

Não se trata de homenagem a uma simples categoria profissional ou a uma atividade de notável longevidade. Acontece, Sr. Presidente, que a advocacia é a ferramenta da liberdade e a guardiã do Direito. Daí a presença marcante na História do Brasil. A bem da verdade, a própria gênese dos cursos de Direito no Brasil já representa uma tomada de posição pela liberdade e pela soberania. Ao fundar os dois primeiros cursos de Direito em nosso País, apenas cinco anos após a Independência, Dom Pedro I enviou uma mensagem muito clara à ex-metrópole: a partir daquele momento, consolidávamo-nos como Nação autodeterminada, soberana e livre, capaz de formar seus próprios jovens e de zelar pelas suas próprias leis e valores.

São Paulo e Olinda foram as cidades estrategicamente escolhidas por Dom Pedro I para sediar as duas principais faculdades de Direito brasileiras. Uma lei imperial de 11 de agosto de 1827 criou, conjuntamente, a Faculdade de Direito de Olinda e a Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, que, mais tarde, passou a ser conhecida como as Arcadas.

Em São Paulo, aquela que se tornaria uma das principais faculdades do País nasceu com o propósito de formar os futuros administradores do Brasil imperial e funcionou. Nada menos do que dez Presidentes da República, entre eles Prudente de Moraes, Affonso Penna, Arthur Bernardes, passaram por seus bancos. Outros alunos ilustres são Rui Barbosa, Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco, Castro Alves, José de Alencar e Monteiro Lobato. Em 1934, a Faculdade de Direito seria finalmente incorporada a então recém-criada Universidade de São Paulo, mais conhecida como USP.

A antiga Faculdade de Direito de Olinda foi transferida, em 1854, para a capital pernambucana e tornou-se a renomada Faculdade de Direito do Recife, ainda hoje uma das principais faculdades do País e responsável pela formação de alguns dos nossos melhores e mais conhecidos juristas: Joaquim Nabuco, Nilo Peçanha, Eptácio Pessoa, Clóvis Bevilacqua, João Pessoa, Assis Chateaubriand, Barbosa Lima Sobrinho e Ariano Suassuna são apenas alguns dos vultos intelectuais brasileiros que passaram pela Faculdade de Direito do Recife.

O caminho de excelência trilhado pelas faculdades de São Paulo e de Pernambuco foi seguido por muitas outras nesses últimos 180 anos. Verdadeiras usinas da cidadania, os cursos de Direito transformaram-se em poderosas trincheiras nas lutas pelos direitos civis, pelas liberdades individuais, pelos valores democráticos e pela justiça social. Não há episódio na evolução das instituições políticas e sociais do Brasil que não tenha contado com a participação preponderante de um jurista, de um advogado, de um juiz de Direito, de um promotor. A luta pela abolição da escravidão teve Joaquim Nabuco. A Proclamação da República contou com o talento e com a determinação de Rui Barbosa. Para vencer o autoritarismo recente, contamos com a coragem do saudoso Dr. Ulysses, como era carinhosamente chamado Ulysses Guimarães. E a valentia de Alencar Furtado, o apostolado de Pedro Simon, de Paulo Brossard e do hoje Senador Jarbas Vasconcelos, as habilidades e o discernimento de Barbosa Lima Sobrinho foram fundamentais.

Não menos importante do que a tribuna do Parlamento e a imprensa que reverberava tanto os acontecimentos, foi a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e das Faculdades de Direito, Sr. Presidente, transformadas em verdadeiros campos de batalha contra a violação dos direitos humanos e pela luta pelas Direitas Já.

Quem respirou a atividade política do regime autoritário de 1964 não pode esquecer a histórica *Carta aos Brasileiros*. Aliás, esse importante documento, inspirado na mais profunda indignação contra as torpezas da ditadura, também fez aniversário nesta semana. Foi no dia 8 de agosto de 1977, portanto há exatos 30 anos, que foi lida a referida *Carta*.

Naquela data, no auge da perseguição política, das prisões sem mandados, da castração do Judiciário, das cassações de mandatos, da censura à imprensa e de muitas outras violações aos direitos humanos, a OAB reuniu os mais proeminentes juristas e os mais audaciosos advogados do País. Do extraordinário senso de responsabilidade com o povo e com a História, o pensamento jurídico brasileiro se levantava, com coragem, para denunciar ao mundo o arbítrio e a prepotência dominantes. E a todos convocava para pôr fim à ditadura.

Nobre Senador Romeu Tuma, V. Ex^a pede um aparte? Honra-me ouvi-lo.

O Sr. Romeu Tuma (DEM – SP) – V. Ex^a está homenageando o 11 de agosto, que marca a instalação dos cursos de Direito, e é o que vamos comemorar depois de amanhã. Quero enaltecer a oratória de V. Ex^a, que é oportuna, presente e objetiva e que tem um grande alcance nestes momentos difíceis que vivemos

aqui. Pelo histórico que V. Ex^a está lendo, principalmente sobre as grandes figuras que passaram por nossas universidades, a de Olinda ou a Faculdade de Direito de São Paulo, dois cursos instaurados praticamente ao mesmo tempo pelo rei, não posso deixar de me associar à homenagem de V. Ex^a e à descrição de tudo aquilo de que, principalmente, os advogados participaram em defesa da cidadania, da tranquilidade e do bem-estar da sociedade. Cumprimento V. Ex^a e, mais uma vez, reconheço suas grandes qualidades jurídicas.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. V. Ex^a enriquece nosso pronunciamento.

Honra-me ouvir o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Valter Pereira, além da admiração àqueles que fazem Direito, permita-me incluir os grandes piauienses que participaram dessa fase difícil. V. Ex^a não podia esquecer que, por duas vezes, nessa dificuldade, presidiu e manteve o Congresso aberto Flávio Marcílio, político do Ceará, mas homem do Piauí, de Picos. Petrônio Portela fez passar a anistia, o que possibilitou a volta de muitos, sem um tiro, sem uma bala, sem truculência, e ganhou o respeito dos militares. Quando fez uma reforma no Judiciário, aprovada pelo Congresso, os tanques, as cavalarias vieram fechar o Congresso. E ele, representando a força moral que deve ter esta instituição, com uma frase, reabriu-a: “Este é o dia mais triste da minha vida”. Os militares foram refletir. Igualando-se a Rui Barbosa, o Piauí, que dá medalha de ouro para ele, dá outra para Evandro Lins e Silva, Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Advogados do meu Brasil, vocês são felizes, não precisam buscar exemplo na história de outros países! Evandro Lins e Silva, homem do Supremo Tribunal Federal, concedeu *habeas corpus* e libertou todos aqueles que foram perseguidos pela revolução. Foi obrigado a sair do STF, mas levou-lhes a liberdade e fez com que a Justiça vivesse aquilo que Montaigne disse: “A Justiça é o pão de que mais a humanidade necessita”. Ali, sim, estava Evandro Lins e Silva. Estou com o livro de Serge Tchakhotine, *Mistificação das Massas pela Propaganda Política*, traduzido por Miguel Arraes. Vi Miguel Arraes, já desenganado, sem esperança, na nossa ilha de Fernando de Noronha, que hoje faz parte de Pernambuco e que era cadeia para os políticos, receber a ordem de Evandro Lins e Silva para que lhe dessem liberdade. Queria que V. Ex^a, neste 11 de agosto, relembresse os grandes advogados piauienses que contribuíram com a liberdade e com o engrandecimento da Justiça neste País.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Aproveitando a oportunidade que V. Ex^a me abre, incluo

nessa lista os grandes vultos jurídicos do meu Estado que também participaram da epopéia que foi o processo de redemocratização do País, ora defendendo presos políticos, ora comparecendo às praças públicas para pugnar pela restauração da democracia. É o caso de Wilson Barbosa Martins, grande jurista, que foi Governador de Estado e Senador da República; é o caso do Senador Vicente Bezerra Neto, do velho Mato Grosso, que não se encontra mais entre nós, os vivos; e é o caso de Plínio Barbosa Martins, nosso ex-colega na Câmara dos Deputados, que fez grandes enfrentamentos em defesa de presos políticos.

Sr. Presidente, continuo a lembrança da *Carta aos Brasileiros*, um documento que representa ou deveria representar para as novas gerações o que *A Oração aos Moços*, da lavra de Rui Barbosa, representou para os advogados da antiguidade. A *Carta* foi um chamado à luta, foi um ato de coragem de pessoas que cansaram de se esconder no anonimato e que mostraram a cara para o enfrentamento. Foi um ato de repúdio ao regime militar, que já se prolongava naquela época por treze anos e que, quatro meses antes, editara mais um ato de arbitrariedade, que foi o chamado Pacote de Abril, que, entre outras medidas de restrição às liberdades civis, criava a execrável figura do senador biônico. A *Carta aos Brasileiros*...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a já ultrapassou seu tempo em cinco minutos, mas tem mais um minuto para, definitivamente, encerrar seu pronunciamento. Muito obrigado.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Considerando que há poucos oradores hoje aqui, Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a tivesse um pouquinho mais de generosidade, até porque hoje estou falando da minha classe, estou falando para os meus colegas, para os advogados de todo o Brasil. Como diz o Senador Mão Santa, o que deve prevalecer é o espírito da lei. Não é isso, Senador?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Montesquieu.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Montesquieu.

Sr. Presidente, a *Carta aos Brasileiros*, lida na histórica Universidade de São Paulo, pelo jurista Goffredo da Silva Telles Júnior, que redigiu grande parte do seu texto, foi subscrita por juristas e por intelectuais da estatura de Fábio Konder Comparato, de Dalmo Dalari, de Tércio Sampaio, de Ferraz Júnior, de Miguel Reale Júnior e de Antonio Cândido.

A despeito das páginas heróicas que contam a história da advocacia e de advogados, bem como da extraordinária produção das escolas jurídicas que influenciaram os mais autênticos ideais da nacionalidade, essas importantes atividades do Direito, como muitas

outras, sofrem suas agruras e desvios. Um deles é a queda na qualidade do ensino jurídico no País, provocada principalmente pela quantidade absurda de cursos surgidos nos últimos anos.

Valho-me aqui de alguns dados e reflexões apresentados pelo advogado Cezar Britto, Presidente Nacional da OAB, em discurso recente. Ele informou que, neste ano, no curto espaço de um mês, o Governo Federal...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Repito: ele informou que, neste ano, no curto espaço de um mês, o Governo Federal autorizou o funcionamento de 20 novos cursos de Direito e recebeu quatro novos pedidos. Entre 1996 e 2004, o aumento do número de cursos jurídicos foi nada menos de que 2.533%. O aumento foi este mesmo, Sr. Presidente: 2.533%. Se não existisse o Exame da Ordem, o Brasil teria hoje – preste bem atenção, Sr. Presidente! – algo em torno de quatro milhões de advogados. É mais do que a soma de todos os advogados do planeta. Aliás, com seus seiscentos mil advogados, o Brasil só perde, nesse quesito, para os Estados Unidos.

Sr. Presidente, antes que V. Ex^a toque novamente a campainha, vou encerrar meu pronunciamento, mas não poderia fazê-lo sem antes dizer a V. Ex^a que, neste instante, estou prestando uma homenagem a todos os advogados do Brasil.

Sobre o Exame da Ordem, assunto palpitante nesta Casa, vou ocupar esta tribuna e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para repelir qualquer manobra no sentido de aboli-lo, porque essa é a garantia de uma boa jurisdição, é a garantia da qualidade a que a sociedade brasileira tem direito.

Ao encerrar minhas palavras, quero dizer que homenageio todos os advogados do meu País, pela passagem desse 11 de agosto, na pessoa do Presidente Nacional da OAB, Cezar Britto. Homenageio todos os advogados de Mato Grosso do Sul, na pessoa do Presidente da OAB na seção de Mato Grosso do Sul, o advogado Fábio Trad Filho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa se solidariza e se congratula com V. Ex^a e com o povo brasileiro pela importância desse evento para a história das Ciências Jurídicas no Brasil.

Voltamos à lista de oradores inscritos para uma comunicação inadiável.

Concedo a palavra, pelo tempo de cinco minutos, a S Ex^a o Senador Mão Santa. Logo a seguir,

por permuta com o Senador Eduardo Suplicy, terá a palavra S. Ex^a o Senador Marcelo Crivella.

Com a palavra, o Senador Mão Santa, por cinco minutos, de acordo com o Regimento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Gerson Camata, que preside esta sessão, Senadoras e Senadores, brasileiros e brasileiras aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Atentai bem! O *site* de Ricardo Noblat – ao menos, aqui, o que mais vejo os Senadores buscarem nos computadores são os *sites* do Noblat e do Cláudio Humberto, os mais disputados – diz, desde o dia 3/8/2007:

Mão Santa (PMDB-PI) disse em discurso no Senado: “Nunca se roubou tanto neste país”. O que você acha?

Concordo.

Discordo.

Não sei.

O resultado: Concordo: 88,82%; Discordo: 11,18%.

Camata, não é só dinheiro que se rouba. Roubam-se direitos adquiridos; rouba-se o que é mais essencial, Crivella: a liberdade. Tuma, *libertas quae sera tamen!* Essa conquista de liberdade.

Então, hoje, na Comissão de Relações Exteriores, discutia-se aquele ato violento e vergonhoso deste Governo a prender dois irmãos nossos que conquistaram, como a humanidade, a liberdade. Eles foram seqüestrados e devolvidos ao seu país contra a sua vontade.

Augusto Botelho, uma das maiores conquistas... Ouvimos há pouco um discurso sobre o Dia do Advogado, mas, sem dúvida nenhuma, a humanidade conquistou uma das maiores vitórias quando conseguiu aprovar no mundo a mais bela página do direito e da liberdade. Eduardo Gomes, enfrentando a ditadura de Vargas, dizia: “O preço da liberdade é a eterna vigilância”. A ONU escreveu a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Sei que o Luiz Inácio não gosta de ler; ele não vai ler. São trinta artigos que o mundo aceita. O Direito é internacional. A justiça tem de ser como o sol: igual para todos. Mas eu apenas citaria o art. 3º, Luiz Inácio: “Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. E o art. 9º: “Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado”.

Ô Luiz Inácio, para vergonha e ironia do destino, Senador Alvaro Dias, qual é o número do PT? Há apenas um Parlamentar do PT aqui, que, aliás, não sei como foi parar lá, porque não tem cara de petista, tem

cabelo branco. É o número 13. Atentai bem, Luiz Inácio: leia só o artigo 13. Vossa Excelência diz que não gosta de ler, mas é um número a que está acostumado.

O que diz a Declaração Universal dos Direitos Humanos, consagrada no mundo todo, nos países que amam a liberdade. Camata, o art. 13, número do PT, diz: “Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego”. O art. 28: “Todo homem tem direito a uma ordem social internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados”.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a dispõe de um minuto para encerrar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não, não. V. Ex^a está muito apressado e equivocado. Ficou convenção que seriam cinco minutos, mais dois, que somam sete. É a tolerância. V. Ex^a já está capando a tolerância. Isso foi acordado, pactuado, no espírito da lei.

Não podemos chegar a um acordo? Pois é.

Sobre o direito ir e vir, apreendemos o homem. Por isso que está no Noblat essa pesquisa sobre corrupção. Pior do que o dinheiro que roubam a cada instante, roubaram as liberdades. E está aí no jornal de hoje que os homens foram apreendidos. E mais ainda: o governo cubano, a que nós fomos subservientes, desrespeitando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, diz que vai determinar-lhes um emprego. A Declaração Universal dos Direitos Humanos fala do direito de ir e vir, do direito de escolha do trabalho. Então, os homens estão castrados. Eles são *boxers*, tinham de trabalhar no que eles querem e sabem.

Alvaro Dias, em 1958, o Brasil foi campeão do mundo de futebol, e Mazzola era o nosso centroavante. Em 1962, ele estava jogando pela Itália. Ninguém reagiu ao direito de liberdade. Ele tirou a cidadania italiana e passou a jogar pela seleção italiana. Foi respeito e uma tradição que nós tivemos. Não mandamos prender o Mazzola, trazê-lo para cá e vestir nele a camisa verde-amarela, não. Esse é um exemplo.

Senador Mário Couto, é uma vergonha e uma nódoa. Retroagimos. É um desrespeito à liberdade da pessoa.

Camata, mais meio minuto.

V. Ex^a sabe que li nos jornais que o MST quer um exército – veja que sou oficial da reserva. Eles são organizados, entram na cadência, têm comando. Eles vão fazer uma manifestação contra o Presidente do Senado. Tudo bem, Mário Couto! Mas, se, de repente, eles resolverem – porque o Presidente da República está com o Presidente do Senado – invadir e tomar o

País? Aí, Camata, vamos ser exilados para o Uruguai – ninguém sabe dizer onde daria isso – e acabam com a “ordem e progresso”, que o PT tirou e substituiu por “desordem e regresso”. E nós? Vamos para o Uruguai. Eles nos mandam buscar, e vamos para onde? Então, atentemos todos nós, a situação é muito grave.

O debate, hoje, entre as nações, é uma conquista do mundo. Sei que o Presidente Luiz Inácio disse que detesta ler. Uma página de livro dá uma canseira, Mário Couto! Foi ele quem disse: “É melhor fazer uma hora de esteira”. Mas pedi ao Luiz Inácio que mandasse providenciar, pela Internet, a Declaração dos Direitos Humanos. São 30 artigos. Basta ler o número 13 para verificar a vergonha da nossa atitude em relação às liberdades e aos direitos, que foram uma conquista da humanidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente Camata.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Voltamos à lista de oradores. Por permuta com o Senador Eduardo Suplicy, tem a palavra o Senador Marcelo Crivella por dez minutos.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, Sr^{as} e Srs. presentes neste plenário, hoje, eu gostaria de abordar um tema que reputo da maior relevância para nosso País.

Há, na economia brasileira, um segmento que, em qualquer conjuntura econômica, apresenta lucros extraordinários. São ganhos tão extraordinários que superam as expectativas e as possibilidades, inclusive dos setores produtivos mais dinâmicos e mais ligados à qualidade de vida, ao progresso econômico do nosso País. Refiro-me aos grandes bancos privados que operam no Brasil; e sempre com grandes lucros, lucros recordes. Os bancos não ganham menos sequer em situações de grande dificuldade para todos – lembremos, aqui, o Proer. Ganham sempre mais e mais, batem recorde de lucratividade todos os anos. Só para se ter uma idéia, os lucros dos dois maiores bancos brasileiros, no primeiro semestre de 2007, foram inimagináveis. Vejamos os números que foram manchete na grande imprensa nos últimos dias – o lucro líquido, em bilhões de reais, corrigido pelo IPCA (inflação): Bradesco, em 2005, R\$2,8 bilhões; em 2006, R\$3,2 bilhões e, agora, em 2007, R\$4,007 bilhões. O Itaú também faz uma escala de R\$2,6 bilhões para R\$3,06 e atinge R\$4 bilhões ao final de junho deste ano.

Os bancos têm lucros excessivos, independentemente da conjuntura econômica do País. Concorrem

para isso juros elevados, cobrados em operações de baixo risco, tarifas de serviços muito altas e pouca concorrência, o que explica o sucesso financeiro e essa imunidade bancária aos efeitos dos ciclos econômicos.

Segundo o relatório de política monetária, divulgado no mês passado pelo Banco Central, a taxa média dos juros bancários foi, no mês de junho, de 37% ao ano. É, de longe, a taxa bancária de juros mais alta do mundo. De longe! Ainda que seja o menor valor da série histórica iniciada em junho de 2000. Essa taxa de juros representa a média das taxas cobradas, em todas as operações, de pessoas físicas e jurídicas.

O cheque especial tem taxa aproximada de 140% ao ano. O financiamento de eletrodomésticos é superior a 55% ao ano. O financiamento de automóveis possui taxa superior a 29% ao ano.

O crédito consignado em folha de pagamento, que possui risco nulo para os bancos, tem uma taxa, absurda, de 32% ao ano, enquanto a inflação é de aproximadamente 3% ao ano no nosso País.

Quando havia inflação, os bancos lucravam muito, porque não remuneravam grande parte dos depósitos que recebiam, mas aplicavam esses depósitos a taxas similares às taxas inflacionárias – na época, altas demais. Com o fim da inflação, os bancos iniciaram um assustador e vigoroso processo de cobrança de tarifa de serviços. No início do Plano Real, em 1994, as receitas com tarifas bancárias representavam 6,5%, em média, do total de receitas do sistema bancário. Em 2006, se considerados apenas os dez maiores bancos brasileiros, o percentual saltou para 20%. Quanto maior o banco, maior a participação das receitas tarifárias no total de suas receitas. Somente das contas de pessoas físicas são cobrados mais de 60 tipos de tarifas.

Segundo estudo mencionado no jornal *Monitor Mercantil*, o Brasil, na América Latina, obteve medalha de prata – somente sendo superado pelo México – como o País que cobra as maiores tarifas bancárias do Continente. Nesse ponto, Sr. Presidente, permita-me parafrasear o jornalista Boechat, da rádio Band News, em seus comentários, quando afirma que as pessoas, hoje, ao entrarem em um banco, pagam para dizer bom-dia ou boa-tarde e pagam também ao se despedirem. Enfim, pagam por tudo.

Segundo o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, no começo do Real, cerca de 40% das despesas com pessoal dos bancos eram cobertas com receita de tarifas.

No ano passado, esse percentual chegou a 115%: pagou-se todo o custo da folha e ainda sobraram bilhões de reais.

Juros e tarifas elevados poderiam estimular os clientes a mudarem de banco. Mas isso não tem sido possível. A concentração é um movimento que tem marcado o sistema bancário desde o fim do processo inflacionário, em 1994. O número de bancos é cada vez menor. Bancos que já são grandes compram bancos de porte médio e se tornam donos de fatias consideráveis do mercado. Os clientes ficam sem alternativas, não há concorrência. Nos últimos sete anos, o número de bancos foi reduzido em quase 20%. Segundo o Banco Central, em 2000, existiam 191 bancos comerciais e múltiplos; hoje, são 156.

Em linhas gerais, esse é o drama do correntista que se endivida na rede bancária, pagando elevadas tarifas e remunerando os bancos com taxas de juros demasiadamente altas. Sem concorrência entre os bancos e sem alternativas para os correntistas e devedores, os bancos ganham sempre, como qualquer oligopólio, mesmo se a conjuntura econômica é desfavorável aos empresários do setor produtivo e aos trabalhadores. É necessário aumentar essa concorrência, é necessário regulamentar o setor. Essas são medidas que devem ser tomadas não para punir os bancos, mas, sim, para beneficiar consumidores do serviço financeiro.

Não concordo que o lucro excessivo dos bancos seja resultante apenas do crescimento do crédito no País. Se isso é verdadeiro, alguma coisa está errada na política de créditos do País, que, em vez de promover o desenvolvimento do setor produtivo, ou até mesmo de estimular o consumo da sociedade, estaria servindo para enriquecer ainda mais bancos privados neste País.

Não estou defendendo, aqui, Sr. Presidente, que os bancos não tenham lucros pelos seus serviços, mas que isso ocorra de acordo com a média mundial.

Acho apenas que não é justo e não é viável, sob o ponto de vista econômico e social, que os bancos se apoderem de tamanha renda em nosso País. Em passado recente (1995 a 2001), quando o sistema bancário brasileiro passou por grave crise, o Governo – na época, do Presidente Fernando Henrique Cardoso – recorreu a recursos públicos para salvar o sistema, injetando cerca de R\$20 bilhões em ajuda aos bancos. Agora seria a hora, Sr. Presidente, de esses bancos, que lucram tanto, devolverem à sociedade aquilo que ela lhes deu num momento difícil.

Sr. Presidente, quero terminar minhas palavras dizendo a V. Ex^a que, no Brasil, tudo caminha para uma concentração imensa.

Segundo números do Banco Central, 30% da renda nacional, hoje, são ligados aos juros e 7% ficam com os grandes bancos, e, por isso, fiz este pronunciamento de protesto, Sr. Presidente. Além disso, 22%

dos 30% da renda nacional – dos R\$2 trilhões – são também juros que vão para famílias brasileiras acionistas do grande capital industrial, do grande capital rural, do grande capital financeiro e da mídia de massa. É impressionante como nosso País, na sua constituição, acumulou um capital extraordinário – e não falo de riqueza, falo de renda – na mão de tão poucos brasileiros. Li um estudo da Unicamp, do Professor Márcio Pochmann, segundo o qual apenas 20 mil famílias, hoje, detêm 80% dos títulos da dívida pública.

Sr. Presidente, às vezes, comemoramos superávit primário e as pessoas leigas pensam: “Ora, todo mundo quer ter superávit.”.

No entanto, a comemoração de superávit primário, Sr. Presidente, no momento em que ainda temos 25% de subemprego e 10% de desemprego aberto, é, na verdade, inócua para quem se preocupa com aqueles que, hoje, dependem de um emprego formal para sobreviver.

É impressionante que 20 mil famílias brasileiras detenham 80% dos títulos da dívida pública.

No começo do Governo do Presidente Lula, a taxa de juros era de 26%. Hoje, ela é de 11%, mas é bom lembrar que a inflação caiu muito e que, portanto, uma taxa de 11% ainda é alta, Sr. Presidente.

Portanto, deixo o alerta de quem é do Estado do Rio de Janeiro e convive com 300 mil delitos por ano. O Rio de Janeiro tem uma violência anômica: são 300 mil delitos – furtos, roubos, seqüestros, estupros e homicídios.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Prorroguei seu tempo por cinco minutos, mas, se isso não for suficiente, V. Ex^a poderá usá-lo indefinidamente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Fica como crédito sem juros, Sr. Presidente, para o próximo orador.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que vivo no Estado do Rio de Janeiro, onde o índice de violência é anômico. Se somarmos furtos, roubos, assaltos a ônibus, ônibus incendiados, roubos de carros, homicídios e lesões corporais dolosas, chegaremos a 300 mil por ano. É claro que para isso ser minorado depende-se de crescimento econômico, de uma atividade econômica maior.

Temos 700 comunidades carentes dominadas pelo narcotráfico. Hoje, para um jovem de 15 a 24 anos – faixa em que, segundo o IBGE, a taxa de desemprego aberta é de 25% –, muitas vezes o tráfico de drogas, a pirataria e a prostituição acabam sendo estratégia de sobrevivência, pois ele não tem perspectiva de vida numa economia formal.

Sr. Presidente, venho aqui em nome do meu Partido. Quero lembrar que o Vice-Presidente José Alencar sempre foi um ícone dessa luta e que, com o vigor de um gladiador, mostrou ao Brasil que a política monetária de taxas muito altas de juros acabava concentrando ainda mais riqueza financeira na mão de poucos brasileiros.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que essa concentração de poder e renda é a raiz de todas as angústias que atormentam o cotidiano dos brasileiros: poluição, racismo, mistificação, desemprego, miséria e riqueza perdulária e conspícua, obtida com os juros altos pagos, sobretudo, pelos brasileiros mais pobres. O rico compra, mas tem desconto porque paga à vista. O brasileiro que vive de salário, mesmo que tenha seu financiamento descontado em folha, com risco praticamente nulo, ainda precisa pagar três vezes mais pelo produto que consome.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a pela generosidade.

Durante o discurso do Sr. Marcelo Crivella, o Sr. Gerson Camata, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta, 4º Secretário, Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente e Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, por cessão do Senador Gerson Camata, ao Senador Romeu Tuma. Em seguida, como orador inscrito, falará o Senador Alvaro Dias, cuja voz o Paraná e o Brasil aguardam, ansiosamente, para ouvir.

Senador Romeu Tuma, o seu comportamento engrandece o Senado da República, por isso V. Ex^a tem o respeito da Casa, mais ainda neste momento, quando V. Ex^a exerce a difícil missão de ser Corregedor.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP) – E é sofrida.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Difícil é, mas Deus coloca os homens no lugar certo, na hora certa.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Então, jamais ousarei cortar o tempo que V. Ex^a vai usar.

O SR. ROMEU TUMA (DEM – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, vou ser rápido. Agradeço a gentileza a V. Ex^a, bem como ao Senador Alvaro Dias e ao Senador Gerson Camata.

Há muitos assuntos sobre os quais discorrer da tribuna, Senador Mário Couto, muitas coisas que nos

afligem e nos angustiam. Dizem que o avião do Presidente Lula recebe mais atenção que os aviões que levam passageiros civis. Tudo isso nos traz uma profunda e amarga preocupação.

O ex-Presidente da Infraero disse que é vício do povo brasileiro não respeitar a ética e a moral. Para ele, é assim, mas não aceito isso, rejeito isso. Tenho a certeza de que V. Ex^a já demonstrou, nesta Casa, que a ética e a moral são princípios religiosos, os quais, sem dúvida alguma, formam os alicerces de sustentação da vida militar – e essa é a origem dele. Por parte de quase todos os militares, na hora da passagem, não houve reação alguma no sentido de fazer com que ele corrigisse a anomalia das palavras que usou, responsabilizando o povo brasileiro por não conseguir manter a ética e a moral, o que é algo terrivelmente ruim para nós. Todas as ocorrências deverão ser explicadas pela Infraero, pela Anac ou seja por quem for, mas nós, aqui, temos ética, dignidade e respeito pelo povo brasileiro.

Pedi autorização ao Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Paulo Lacerda, para solicitar ao Dr. Jaber, Superintendente da Polícia Federal em São Paulo – até há poucos dias, estava no Paraná; é meu amigo pessoal –, um resumo da Operação Farrapos, que me permitiria ler rapidamente, para não tomar o tempo do Senador Alvaro Dias, o qual, provavelmente, terá coisas importantes a relatar. Diz o documento:

Investigação: durou dois anos e meio e foi realizada e executada pela Polícia Federal brasileira.

O inquérito tramita na 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo, especializada em lavagem de dinheiro, contou ainda com o intercâmbio de informações sigilosas entre Brasil, Estados Unidos, Espanha, Uruguai e Argentina.

Eu queria chamar a atenção do Sr. Presidente e das Sr^{as} e dos Srs. Senadores para essa troca de informações permanente entre os adidos policiais com que, hoje, o Brasil conta em vários países – a recíproca é verdadeira –, o que tem facilitado as operações, principalmente, contra o crime organizado, contra a lavagem de dinheiro e contra o tráfico de drogas.

Prossigo a leitura:

Objetivo: desbaratar esquema criminoso em que traficantes colombianos transportavam grande quantidade de entorpecentes para a Europa e os Estados Unidos, cujo lucro retornava ao Brasil, saindo da Espanha e do México e transitando ainda pelo Uruguai. O ciclo da lavagem de dinheiro era completado pela organização, aproveitando-se de investimen-

tos no ramo imobiliário (hotéis e mansões) e industrial e na aquisição de veículos [inclusive, na indústria de proteção aos veículos].

Ontem, a televisão teve a oportunidade de mostrar vários segmentos de propriedade desse indivíduo. A quadrilha estava localizada em seis Estados da Federação: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Contra ela, havia 17 mandados de prisão e 28 ordens de busca e de apreensão. Os mandados cumpridos foram 13, e outros quatro estão na Colômbia. Todos os mandados de busca foram efetuados. Este foi o dinheiro apreendido na casa do elegante traficante: US\$544 mil, €250 mil e R\$55 mil. Também ali foram encontrados seis carros blindados, *jet-skis* e lanchas. Um dos presos foi flagrado com dez armas de grosso calibre (12 e 45).

O principal alvo era o traficante colombiano Juan Carlos Ramirez Abadia, 44 anos de idade, chefe do Cartel de Drogas Vale do Norte, um dos mais procurados do mundo, principalmente pela Agência Antidrogas dos Estados Unidos, o DEA:

Abadia é suspeito de ser o mandante de centenas de homicídios na Colômbia e nos Estados Unidos, entre eles policiais e informantes [ontem, a televisão informava que ele responde por processos referentes a 300 homicídios].

O traficante também é responsável pela criação de sua própria rede distribuidora de drogas em Nova York e se dedicava ao transporte e comércio de heroína. O traficante acumulou uma fortuna estimada em US\$1,8 bilhão, segundo o Departamento de Estado dos Estados Unidos, possuindo cerca de 16 empresas no Brasil.

Nascido em 1963, em Palmira, na Colômbia, Abadia foi o mais jovem líder do cartel de Cali, na década de 90, assumindo cerca de 80% do tráfico de cocaína no país depois que Pablo Escobar foi morto, em Medelin, em 1993.

Pablo Escobar era o grande líder do tráfico de drogas e dominava a região com a assistência social que dava aos moradores plantadores de coca. Esse papel, que às vezes vemos em alguns morros do Rio de Janeiro e de São Paulo, em que o traficante dá assistência social aos mais carentes e faz com que eles sejam simpáticos à sua presença e protegidos contra ações policiais, é um exemplo altamente negativo. O Estado tem de estar presente, tem de responder por suas responsabilidades e não deixá-las nas mãos daqueles que fazem uso dessa prática para o crime.

Abadia está envolvido com o tráfico de droga pelo menos desde 1986. Na década de 90, a organização criminosa liderada por ele foi responsável pela entrada de milhares de quilos de cocaína na Europa e nos Estados Unidos.

O traficante foi preso pelo menos duas vezes na Colômbia. De acordo com a Justiça norte-americana, Ramirez foi indiciado por tráfico de drogas no Colorado, em 1994 e 1996.

Em março de 2004, um júri federal em Washington também indiciou o criminoso por tráfico de drogas e liderança do cartel do Vale do Norte.

A prisão ocorreu no condomínio fechado de luxo Morada dos Lagos, no Município de Aldeia da Serra (SP), por volta das 6:00h de hoje.

Senador Mão Santa, a Aldeia da Serra é um loteamento de alto luxo, as casas têm um valor inestimável. Ele vivia como príncipe, como rei, conforme foi demonstrado ontem pela televisão e pelos jornais internacionais.

Cumprimento o grande feito da Polícia Federal Brasileira. Eu não poderia deixar, como ex-Diretor da Polícia Federal, de cumprimentar o Dr. Paulo por autorizar essas operações, que não estão vinculadas apenas àqueles que desviam dinheiro público, pois sua missão principal é o combate ao tráfico de drogas, efetuando prisões desse jaez, o que traz um pouco mais de tranquilidade internacional, visto que ninguém é inimputável perante a lei, quando a Polícia persegue e busca informações para a prisão dos responsáveis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Romeu Tuma, a Colômbia ganhou o prêmio pelo livro *Cem Anos de Solidão*, do escritor Gabriel García Márquez. Esse daí merece cem anos de prisão. Um prêmio Nobel de Literatura e outro “Prêmio Nobel de Bandidagem”.

Convidamos para usar da tribuna o Senador tucano do Paraná, Senador Alvaro Dias, ansiosamente aguardado pelo seu Estado e pelo Brasil.

Senador Alvaro Dias, recebi milhares de *e-mails* reclamando a ausência de V. Ex^a, enquanto tirou a licença. Eu, no lugar de V. Ex^a, pensaria em ser candidato à Presidência da República.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, V. Ex^a é de generosidade incomum, todos nós conhecemos a sua generosidade. Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, encaminho à Mesa uma proposta de reforma do Poder Legislativo, diante da crise ética que nos assalta, promovendo enorme indignação em todo o País e exigindo de todos nós providências práticas, no sentido de demonstrarmos vontade política, de recuperar a imagem do Congresso Nacional, a instituição parlamentar brasileira essencial no processo democrático.

Hoje, apresento quatro emendas à Constituição e um projeto de lei complementar que têm por objetivo estabelecer a discussão em torno do número de Parlamentares. Quantos devemos ser? Quantos Senadores, quantos Deputados Federais, quantos Deputados Estaduais, quantos Vereadores?

A reforma política está sendo debatida, e creio que é o momento para discutir também uma reforma do Poder Legislativo. E a reforma do Poder Legislativo começa por esta discussão: quantos somos?

Mas como este é um tema polêmico, como trata de cortar na própria carne, e hoje estamos vivendo um tarde de calmaria, vou deixar a discussão para outra oportunidade, Senador Mário Couto. Vou deixar para outra oportunidade, Senador Mão Santa, porque sei que as propostas que apresento reunirão, sem dúvida alguma, Parlamentares com posições contrárias. De antemão, saberei respeitar democraticamente a posição de cada Senador, de cada Parlamentar brasileiro, mas entendo ser necessário discutir o assunto agora, quando o povo brasileiro cobra mais do que nunca do Congresso Nacional.

Vou aproveitar, portanto, a calmaria desta tarde, nestes tempos de turbulência política, para falar sobre o Paraná, para apresentar reivindicações do meu Estado.

Particpei, no dia 30 de julho último, de uma reunião na Federação das Indústrias do Paraná. Lá esteve presente o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Dr. Luciano Coutinho, que visitou a Federação das Indústrias e recebeu uma pauta de reivindicações com investimentos estratégicos para o Estado do Paraná. Tais investimentos são vitais para proporcionar um avanço significativo da competitividade do setor industrial paranaense, garantindo a eficiência e a agilidade necessárias para que os produtos da nossa indústria possam atender ao mercado global.

O encontro na FIEP com o economista Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, foi um marco importante para deflagrar um articulado movimento para alavancar os investimentos estratégicos do Paraná. A referida pauta apresentada pela Federação das Indústrias contempla com lucidez os setores vitais da infra-estrutura do nosso Estado, além de

elencar providências urgentes para adequar as capacidades operacionais aos desafios locais.

Manifesto, é claro, meu apoio irrestrito aos desdobramentos institucionais e articulações que se fizerem necessárias no plano federal e no Senado da República.

Vou destacar, Senador Mão Santa, alguns pontos – certamente, muitos deles coincidem com os pleitos do Estado de V. Ex^a, o Piauí:

- programa de modernização dos eixos logísticos. Investimentos que contemplem eixos logísticos estratégicos, considerando a duplicação de rodovias, melhoria de ferrovias, visando a ganhos de escala, à redução de tempo de deslocamento e de custos do transporte;

- programa de ampliação dos terminais aeroviários. O Paraná necessita de investimentos no modal aeroviário – não é apenas o Paraná: essa é a grande discussão do momento no Brasil –, com a ampliação de aeroportos, para atender plenamente o mercado interno paranaense. Deve-se ressaltar a grande viabilidade desses investimentos, considerando-se que hoje mais de 95% da produção paranaense exportada por via aérea utiliza terminais de outros Estados;

- modernização dos portos. Os portos paranaenses precisam de investimentos em infra-estrutura, visando a ampliar suas capacidades operacionais. Para tanto, são imprescindíveis investimentos na construção do Cais Oeste do Porto de Paranaguá, possibilitando a entrada em operação de novos berços;

- programa de diversificação da matriz elétrica paranaense. Tendo em vista as dificuldades de se concretizarem os grandes projetos de investimento de produção hidroelétrica, é prioritária a diversificação da matriz energética brasileira. Como o Estado do Paraná ainda tem um potencial muito grande de Pequenas Centrais Hidrelétricas e de projetos de geração térmica a partir da biomassa da cana-de-açúcar e de resíduos florestais, necessitamos de uma linha de financiamento específica para o programa;

- programa de eficiência energética da indústria. Como estamos convivendo com a retomada do crescimento econômico, a eficiência energética pode contribuir significativamente para a melhoria da competitividade industrial, pois, por meio de linhas de financiamento, promove-se a modernização do parque industrial

paranaense, concomitantemente com o uso racional da energia no âmbito do Estado;

– parques tecnológicos e desenvolvimento regional. A descentralização da economia paranaense pode ser amplamente impulsionada por investimentos na implantação, ampliação e consolidação dos parques tecnológicos localizados em pontos estratégicos do Paraná, tais como Cascavel, Pato Branco, Foz do Iguaçu, Londrina e Maringá. O parque tecnológico de Curitiba poderá também impulsionar o desenvolvimento econômico da região metropolitana. Tais investimentos são fundamentais para proporcionar um avanço significativo da competitividade do setor industrial paranaense, garantindo a eficiência e a agilidade necessárias para que os produtos da nossa indústria possam atender ao mercado global.

São investimentos fundamentais, sobretudo em infra-estrutura, para assegurar o desenvolvimento econômico do País, impulsionando regiões produtivas, como essa onde vivo e que aqui represento.

Por ocasião dessa reunião na Federação das Indústrias do Paraná, o tema “infra-estrutura” foi destaque. Os empresários paranaenses todos demonstraram enorme preocupação com a possibilidade de eventual apagão logístico a médio prazo, se o Governo brasileiro não priorizar os investimentos em infra-estrutura.

A precariedade da infra-estrutura compromete, de forma irremediável, a competitividade do País. A falta de investimentos em infra-estrutura não está circunscrita à gestão do atual Presidente, mas essa constatação não pode servir de escudo para isentar o atual Governo pelo baixo investimento, pela ausência de planejamento e pelas gerências e gestores públicos claudicantes.

O Governo não pode eximir-se de suas responsabilidades, apontando os erros de administrações anteriores. Em uma recente matéria do jornal *The New York Times* sobre o caos aéreo do Brasil, uma declaração do Presidente da Federação Internacional das Associações de Controladores de Tráfego Aéreo, citado pela reportagem, expressa com realismo o quadro gerencial caótico: “As autoridades brasileiras gastam mais tempo tentando encobrir ou esconder o que está acontecendo do que melhorando o sistema”.

A crise no sistema aeroportuário é a evidência mais cruel de anos seguidos de investimentos em infra-estrutura muito aquém do que é necessário.

Estudo realizado pela Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib) mostra que, entre 2003 e 2006, os recursos efetivamente empregados em expansão e modernização nas áreas

de energia elétrica, petróleo e gás, telecomunicações, saneamento e transportes ficaram sempre entre 50% e 75% do que essas malhas demandam.

A Abdib aponta a necessidade de investimentos da ordem de R\$87 bilhões anualmente, por uma década, de forma ininterrupta.

Esses recursos, R\$87 bilhões, não são suficientes para universalizar serviços no horizonte temporal mencionado, uma década. Esse montante é uma quantia mínima para evitar colapsos, racionamentos e desequilíbrios de diversos tipos provocados por insuficiência na infra-estrutura; para evitar que o Brasil, depois de produzir e vender, não consiga entregar.

Como nos alerta o estudo da Abdib, a universalização – o que significa prover serviços relacionados a transporte, saneamento, telefonia e energia, entre outros, em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades de todos os brasileiros e do setor produtivo – é maior do que os R\$87 bilhões apontados.

Um outro aspecto do estudo técnico da entidade brasileira da infra-estrutura: os recursos são aplicados de forma desproporcional. Enquanto os setores de petróleo e de telecomunicações recebem volumes substanciais de recursos, suficientes para deixarem de ser gargalos ao crescimento, energia elétrica, transporte e saneamento básico chegam a contar com aportes que significam menos da metade do necessário.

As condições necessárias para atrair os investimentos da iniciativa privada estão muito distantes daquelas oferecidas pelo País.

O volume de investimentos capaz de resolver as deficiências de infra-estrutura em nosso País não será assegurado pelo Governo, como atestam os especialistas: são fundamentais os investimentos do setor privado.

O Brasil apresenta um dos piores índices de cumprimento de contrato de obras no mundo. O ambiente regulatório não favorece a atração dos investimentos: as regras nem sempre são respeitadas e são pouco transparentes.

O cenário da infra-estrutura: os portos são ineficientes; as estradas estão destruídas; as ferrovias, em frangalhos; e falta energia para assegurarmos o desenvolvimento desejado.

Os gargalos logísticos impõem perdas consideráveis a todo o setor produtivo. Segundo a Consultoria MB Associados, a taxa de crescimento potencial do País está ancorada no patamar de 4%. Não fossem os problemas de infra-estrutura, poderíamos crescer até 6% ao ano.

Na área de transportes, por exemplo, os investimentos da União já totalizaram quase 2% do PIB em

meados da década de 70. Nos últimos anos, caíram para algo em torno de 0,2% do PIB. Enquanto isso, países emergentes, como o Vietnã, estão investindo por ano 6% do seu PIB em transportes; a China, 4%; e a Índia, 2%. Vejam, Srs. Senadores, a diferença de investimentos.

Aliás, fica difícil para o Governo falar em crescimento econômico de 5% ou de 6% ao ano, com o atual estágio de investimento em infra-estrutura no Brasil. Com os investimentos atuais, é evidente que o País não terá condições de crescer 5%, 6%, 7%, que é o desejo de todo o povo brasileiro. É preciso, portanto, antes de prometer crescimentos superiores, investir em infra-estrutura.

O índice de pavimentação das rodovias brasileiras é muito baixo: 11%. Se compararmos o Brasil com outros países da América do Sul, num *ranking* de malha rodoviária ponderada pela superfície terrestre e população, vamos nos posicionar em um modesto 6º lugar. A malha nacional é proporcionalmente e relativamente menor que a do Uruguai, Paraguai, Argentina, Venezuela e Suriname (segundo recentíssimo estudo da Associação Nacional de Transporte de Carga & Logística – NTC).

Veja, Senador Mão Santa, nós perdemos para o Paraguai, para o Suriname; enfim, é lastimável essa constatação.

As estradas entraram em colapso. O Brasil conquistou o título de campeão mundial de acidentes de trânsito. No ano passado, segundo a Polícia Rodoviária Federal, foram registrados 109.268 acidentes, com 6.611 mortos e 66.061 feridos. As nossas estradas estão matando. Não é só no espaço aéreo que a tragédia ocorre hoje no Brasil. Milhares de pessoas estão morrendo nas rodovias brasileiras em função do péssimo estado de conservação delas.

De acordo com a última pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), 75% das rodovias analisadas estão em estado deficiente, ruim ou péssimo. Como destacam os especialistas, uma boa malha rodoviária vai além de uma pista de qualidade: depende de fiscalização, regulação e controle. Falta tudo isso e muito mais no Brasil. Faltam, sobretudo, os investimentos.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Com prazer, Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Alvaro Dias, quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento e dizer que, infelizmente, o nosso País hoje não tem infra-estrutura. São portos, aeroportos e estradas sem a mínima condição de operação. Citei, outro dia, Senador,

e por isto fiquei muito atento ao pronunciamento de V. Ex^a, que 70% das estradas brasileiras não oferecem a mínima condição. No meu Estado, apenas uma estrada federal tem condição de tráfego. Olhe esta estatística, Senador: apenas uma estrada no Pará tem condições de tráfego, que é a BR-316! E agora que começaram a ajeitá-la. Essa é a única. As outras, nenhuma! Nem falo na Transamazônica, que já apelidaram de “transamargura”. E veja só, Senador: em 2005, foram liberados pelo Governo Federal R\$2 milhões para a recuperação das estradas federais. Para onde foi esse dinheiro? Não recuperaram nada, não fizeram nada. O Tribunal de Contas da União denunciou, e nenhuma providência foi tomada. Nenhuma! O Tribunal de Contas denunciou e nenhuma providência foi tomada, repito. As estradas continuam péssimas, os R\$2 milhões foram embora – gastaram; não fizeram serviço nenhum ou fizeram um mau serviço, porque estão em péssimas condições. Esse é o abandono do Governo Federal. Por isso, quero parabenizar V. Ex^a pelo oportuno pronunciamento que faz à Nação brasileira.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador. Esse é o caos rodoviário. Temos o caos aéreo. Esse é o caos rodoviário. O caso aéreo é o mais visível, está na mídia em função das últimas tragédias. As tragédias que ocorrem nas estradas brasileiras nem sempre ganham a repercussão necessária, mas é um caos. As estradas são produtoras de tragédias diárias.

E se formos olhar, Senador Mão Santa, as filas de certos hospitais do interior do País, vamos constatar também que as pessoas estão morrendo nas filas dos hospitais por falta de recursos públicos. Outro caos, o caos da saúde pública brasileira.

Enfim, de caos em caos, estamos vivendo a tragédia do Brasil.

Para concluir este pronunciamento, Sr. Presidente, e não tomar o tempo dos meus Colegas que ainda desejam se pronunciar, quero afirmar que esse ambiente inóspito é imposto a todos aqueles que se dispõem a produzir no Brasil. Esse é o ambiente.

Ou se fazem as reformas estruturais prometidas e não realizadas pelo atual Governo ou vamos promover o exílio voluntário de muitos empresários brasileiros.

Recordamo-nos de um depoimento pungente de um empresário do Paraná no qual ele afirmava que, após realizar criterioso estudo sobre as reais possibilidades de expansão de seus negócios, se defrontou com a seguinte conclusão: mudar para o Uruguai. Essa foi a conclusão a que chegou esse empresário paranaense. Qual a solução? Mudar para o Uruguai. As condições para produzir, operar e distribuir seus produtos no país vizinho são mais compensadoras.

Os óbices tributários, o custo do financiamento, a logística etc. não estimulam qualquer planejamento de crescimento no Brasil.

Os lucros dos bancos, anunciados nos últimos dias, mostram o que é realmente lucrativo nas atuais condições. Quando se anuncia a venda de um produto em 42 vezes, com juros de 6% ao mês, o comprador, no afã de ter acesso a algo sonhado, desejado, paga duas, três vezes mais para adquirir o bem. Quem produziu submetido ao “aparato” que penaliza o setor produtivo não tem o que comemorar. Mas o banco – a financeira no balcão – seguramente tem motivos de sobra para brindar lucros cada vez mais estratosféricos.

Quando um banco anuncia um lucro líquido de mais de R\$4 bilhões no semestre e este resultado representa mais de 35% do número apurado na primeira metade do ano passado, é hora de ponderar e refletir.

Enquanto isso, exportar pelos portos brasileiros custa o triplo de outros portos de países estrangeiros. O preço da energia, por exemplo, para novos projetos industriais no Brasil é muito superior ao do Peru.

Precisamos urgentemente pensar na remoção das barreiras ao crescimento sustentado que o Brasil e os brasileiros merecem.

Estou concluindo, Sr. Presidente, apenas anunciando que as propostas apresentadas hoje à Mesa do Senado Federal sobre a reforma do Poder Legislativo discutirei na próxima semana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Chamamos para usar da palavra, de acordo com o Regimento, como Líder, o Senador Flávio Arns, que trouxe a documentação do seu Partido assinada pela Senadora Ideli Salvatti, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

Regimentalmente, V. Ex^a tem cinco minutos, mas fique à vontade.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, gostaria de compartilhar com os colegas desta Casa a experiência que vivenciei durante a missão oficial na qual representei o Senado Federal no 21º Jamboree Mundial, realizado em Chelmsford, na Inglaterra. Durante os dez dias, o evento reuniu escoteiros de todas as partes do mundo – mais de 45 mil jovens de 158 países – envolvidos nas comemorações pelo Centenário do Escotismo neste ano.

A edição mundial do Jamboree ocorre a cada quatro anos. Em 2011, o evento será realizado em Rinkaby, na Suécia. Antes, porém, em 2010, teremos no Brasil a Conferência Mundial dos Escoteiros, com

a presença de, aproximadamente, 1.300 participantes, que se reunirão em Curitiba, capital do meu Estado.

A julgar pela expressividade do evento realizado na Inglaterra, tenho certeza de que as próximas edições serão tão ou mais grandiosas.

A mensagem proposta para o 21º Jamboree Mundial, manifesta no lema “Um mundo, uma promessa”, se fez presente em todas as delegações participantes. A união de povos e a integração das mais diferentes raças, religiões, crenças e costumes foram a marca do encontro.

Com um forte apelo pela integração das mais variadas culturas, o Jamboree proporcionou a troca de experiências entre os jovens e, certamente, fez cultivar um espírito de união, independentemente de diferenças étnicas e das eventuais barreiras existentes entre os países de origem dos que lá estavam.

Sobre este aspecto, um fator chamou minha atenção. Nos acampamentos, as delegações estavam misturadas, o que possibilitou o diálogo entre os participantes de diferentes nacionalidades.

Na cerimônia de abertura, a Família Real Britânica foi representada pelo Duque de Kent e pelo Príncipe William. Também estava presente o prefeito de Chelmsford, Councillor David Lee. Em seu discurso, o Presidente do Comitê Mundial do Escotismo, Herman Hui, de Hong Kong, destacou a importância da paz e do diálogo entre os povos.

Foi uma cerimônia emocionante, com o desfile das bandeiras das delegações e com apresentações que mostravam um pouco do universo dos participantes.

Também tive a oportunidade de visitar, na companhia da Direção Nacional dos Escoteiros do Brasil, os *stands* das delegações. O *stand* brasileiro estava integrado aos demais países de língua portuguesa, como Portugal e Angola. Essa foi mais uma forma de aproximação buscada pela organização do evento.

A delegação brasileira foi composta de 740 pessoas de diversas regiões do País. Fui calorosamente acolhido pelos brasileiros, coordenados pelo Sr. Luiz Carlos Debiazio, bem como pelo Presidente da União dos Escoteiros do Brasil, Vereador Paulo Salamuni, de Curitiba; pelo Chefe da Delegação Brasileira, Oscar Arias; e pelo Ministro Conselheiro da Embaixada Brasileira em Londres, Laudemar Aguiar Neto.

Como Presidente da União Parlamentar dos Escoteiros do Brasil...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Pois não, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Quero louvar a iniciativa de V. Ex^a, de fazer esse registro da viagem

que fez, do trabalho histórico que os escoteiros realizam no Brasil e sugerir a V. Ex^a, inclusive, que promova uma sessão especial no Senado Federal em data a ser apazada. Semana passada, tivemos uma movimentação no Piauí também nesse sentido. O Governador Wellington Dias foi lobinho e deu toda cobertura a esse movimento. De forma que acho até que V. Ex^a deve entrar em contato com seu colega, para que se possa fazer, realmente, uma homenagem a essa instituição, que tantos serviços prestou e presta ao País.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Destaco que, dentro das políticas voltadas para a criança e para o adolescente, sem dúvida alguma, a ênfase para a expansão dos grupos escoteiros, no Brasil, é fundamental.

O apelo que faço neste pronunciamento, inclusive, é para que cada Câmara Municipal do Brasil destine, no seu orçamento, R\$2 mil para a criação de um grupo de escoteiros no seu Município, para que o Movimento Escoteiro possa, por meio desse recurso, qualificar seus membros e comprar os materiais. Com isso, haveria uma verba de, aproximadamente, R\$10 milhões, no Brasil, a favor da criança e da juventude.

Só o fato de os escoteiros se reunirem, terem amigos, trocarem informações já é uma das coisas mais valiosas a favor da não-marginalização...

(Interrupção do som.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Permite-me mais cinco minutos, Sr. Presidente?

Da não-marginalização da criança, do jovem, evitando-se a entrada no crime, e a favor dos grandes objetivos do Movimento Escoteiro, que, sem dúvida alguma, constitui-se num movimento de educação não-formal, a favor da educação, da amizade, do entendimento, do diálogo.

Era impressionante ver, na Inglaterra, aquelas 45 mil pessoas acampadas – muçulmanos, católicos, evangélicos, negros, brancos, de todos os países –, construindo aquilo que foi enfatizado em todas as manifestações: a paz.

Trata-se de um movimento pela paz. Nesse sentido, continuando o pronunciamento, afirmo que, como Presidente da União Parlamentar dos Escoteiros do Brasil – essa União Parlamentar existe, e dela podem participar Senadores, Deputados, Vereadores, de forma que todos trabalhem a favor dos ideais do escotismo em nosso País –, coloquei-me à disposição para incentivar e apoiar o Movimento Escoteiro no Brasil e destaquei a importância de desenvolvermos um trabalho integrado com o Parlamento brasileiro.

O escotismo vem sendo praticado ao longo destes 100 anos, um século, como instrumento de educação não-formal que alcança resultados maravilhosos na formação de milhões de crianças, adolescentes e jovens. No Brasil, são cerca de 70 mil escoteiros, organizados em mais de 1.200 grupos.

Contudo, a meta que todos desejamos alcançar no País é que, em breve, esse número ultrapasse a barreira dos 200 mil.

Nós, Senadores e Senadoras, podemos ajudar a falar nos Municípios com os Prefeitos e com os Vereadores, para que haja o apoio necessário à expansão do movimento escoteiro em nosso País. Como disse, é fundamental que façamos um esforço conjunto para apoiar esse movimento que pode contribuir ainda mais para a formação dos nossos jovens. Por isso, peço o apoio dos nobres colegas a esta causa.

Nosso objetivo é que cada Município brasileiro possua, no mínimo, um grupo escoteiro. Por que não cada Município destinar recursos para esta iniciativa? Acreditamos – e os Municípios nos acompanham pelos meios de comunicação da TV Senado – que, se cada Município destinasse cerca de R\$2 mil para apoiar esta prática, nós, brasileiros, alcançaríamos este objetivo com um orçamento anual de R\$11 milhões. Hoje, porém, o Movimento Escoteiro conta com cerca R\$1 milhão, oriundos de contribuições pessoais.

Tendo em vista os benefícios que esta prática traz aos participantes e à sociedade, resalto a importância de nos unirmos a favor deste objetivo. Sem dúvida, a juventude brasileira ganhará mais um estímulo para buscar o seu desenvolvimento pessoal e sua integração com o mundo.

Como Presidente da União Parlamentar dos Escoteiros do Brasil, parabeno o contingente de escoteiros no Brasil por representar nosso País em um evento de nível mundial, apresentando nossos valores, nossa cultura para outros países com a empatia e o carisma característicos de nosso povo.

De minha parte, fico sempre à disposição do Movimento Escoteiro para empenhar os esforços que se fizerem necessários – vários Senadores já assinaram a participação nesta União Parlamentar Escoteira e espero que essa seja também a tônica desta Casa – para divulgar o trabalho escoteiro no Brasil.

Peço que o pronunciamento seja transcrito nos Anais da Casa.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FLÁVIO ARNS.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs

Senadores, gostaria de compartilhar com os nobres colegas desta Casa a experiência que vivenciei durante a Missão Oficial na qual representei o Senado Federal no 21º Jamboree Mundial, realizado em Chelmsford, na Inglaterra. Durante 10 dias, o evento reuniu escoteiros de todas as partes do mundo – mais de 45 mil jovens de 158 países – envolvidos nas comemorações pelo Centenário do Escotismo.

A edição mundial do Jamboree ocorre a cada 4 anos. Em 2011, o evento será realizado em Rinkaby, na Suécia. Antes, porém, em 2010, teremos no Brasil, a Conferência Mundial dos Escoteiros, com a presença de, aproximadamente, 1.300 participantes que se reunirão em Curitiba, capital do meu Estado.

A julgar pela expressividade do evento realizado na Inglaterra, tenho certeza de que as próximas edições serão tão ou mais grandiosas.

A mensagem proposta para o 21º Jamboree Mundial, presente no lema “Um mundo, uma promessa”, se fez presente em todas as delegações presentes. A união de povos e a integração das mais diferentes raças, religiões, crenças e costumes, foram a marca do encontro.

Com um forte apelo pela integração das mais variadas culturas, o Jamboree proporcionou a troca de experiências entre os jovens e, certamente, fez cultivar o espírito de união, independentemente de diferenças étnicas e das eventuais barreiras existentes entre os países de origem dos que lá estavam.

Sobre este aspecto, um fator chamou minha atenção. Nos acampamentos, as delegações estavam misturadas, o que possibilitou o diálogo entre os participantes de diferentes nacionalidades.

Na cerimônia de abertura, a Família Real Britânica foi representada pelo Duque de Kent e pelo Príncipe William. Também estava presente o prefeito de Chelmsford, Councillor David Lee. Em seu discurso, o Presidente do Comitê Mundial do Escotismo, Herman Hui, destacou a importância da paz e do diálogo entre os povos.

Foi uma cerimônia emocionante, com o desfile das bandeiras das delegações e com apresentações que mostravam um pouco do universo dos participantes.

Também tive a oportunidade de visitar, na companhia da Direção Nacional dos Escoteiros do Brasil, os stands das delegações. O stand brasileiro estava integrado aos demais países de língua portuguesa, como Portugal e Angola. Esta foi mais uma forma de aproximação buscada pela organização do evento.

A delegação brasileira foi composta de 740 pessoas de diversas regiões do país. Fui calorosamente acolhido pelos brasileiros, coordenados pelo Sr. Luiz Carlos Debiazio, bem como pelo Presidente da União

dos Escoteiros do Brasil, vereador Paulo Salamuni, de Curitiba, pelo Chefe da Delegação Brasileira, Oscar Arias, e pelo Ministro Conselheiro da Embaixada Brasileira em Londres, Laudemar Aguiar Neto.

Como presidente da União Parlamentar dos Escoteiros do Brasil, coloquei-me à disposição para incentivar e apoiar o Movimento Escoteiro no Brasil e destaquei a importância de desenvolvermos um trabalho integrado com o parlamento brasileiro.

O escotismo vem sendo praticado, ao longo destes cem anos, como instrumento de educação não-formal que alcança resultados maravilhosos na formação de milhões de crianças, adolescentes e jovens. No Brasil, são cerca de 70 mil escoteiros, organizados em mais de 1.200 grupos.

Contudo, a meta que nós todos desejamos alcançar no Brasil é que, em breve, o número de escoteiros ultrapasse a barreira dos 200 mil.

Neste sentido, é fundamental que façamos um esforço conjunto para apoiar este Movimento que pode contribuir ainda mais para a formação de nossos jovens.

Por isso, peço o apoio dos nobres colegas a esta causa. Nosso objetivo é que cada Município brasileiro possua, no mínimo, 1 grupo escoteiro. Por que não cada Município destinar recursos para esta iniciativa? Acreditamos que, se cada município destinasse cerca de R\$2 mil para apoiar esta prática, alcançaríamos este objetivo com um orçamento anual de R\$11 milhões. Hoje, porém, o Movimento Escoteiro conta com cerca de R\$1 milhão oriundos de contribuições pessoais.

Tendo em vista os benefícios que esta prática traz aos participantes e à sociedade, ressalto a importância de nos unirmos a favor deste objetivo. Sem dúvida, a juventude brasileira ganhará mais um estímulo para buscar seu desenvolvimento pessoal e sua integração com o mundo.

Como presidente da União Parlamentar dos Escoteiros do Brasil, parabeno o contingente de escoteiros no Brasil por representar nosso país em um evento de nível mundial, apresentando nossos valores e nossa cultura para outros países com a empatia e o carisma característicos de nosso povo.

De minha parte, fico sempre à disposição do Movimento Escoteiro para empregar os esforços que se fizerem necessários para divulgar o trabalho escoteiro no Brasil.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Flávio Arns, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Na forma do Regimento, Senador Flávio Arns, V. Ex^a será atendido.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

V. Ex^a dispõe de dez minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmo Sr. Presidente Senador Alvaro Dias, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, lembrar que hoje devemos prestar uma homenagem a Herbert de Souza, o Betinho, pois há dez anos ele faleceu. Esse extraordinário brasileiro fundou o Ibase e a Abia, primeira ONG a enfrentar o problema da Aids no Brasil.

A lei que determinou o controle dos bancos de sangue é batizada de “Lei Betinho” em homenagem a seu empenho na luta pelo fim do criminoso mercado de sangue. Betinho, nas palavras de Átila Roque, sofreu como cão danado a morte dos dois irmãos – o Henfil e o Chico Mário, que também sofreram com o HIV. Acho que nunca voltou a sofrer tanto outra vez, mas não se deixou matar de véspera e ainda oferecia, com aquele sorriso bem Fradim, um “pouquinho de Aids” para quem reclamasse de cansaço perto dele.

Betinho, que, na década de 90, mobilizou o Brasil como o principal animador da Campanha Contra a Fome, desafiando mais uma vez o “impossível” e a boa consciência daqueles que achavam que distribuir alimentos era mera caridade, como se compaixão e solidariedade com o próximo não fossem valores revolucionários no mundo em que vivemos. A “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida” acabou tendo enorme repercussão e tem como um de seus principais idealizadores o Betinho.

Lembro-me muito bem de quando fui ao Ibase dialogar com Betinho sobre a proposta de garantia de uma renda para todos os brasileiros e, justamente hoje, Senador Alvaro Dias, gostaria de relatar a viagem que fiz pelos diversos continentes de nosso planeta Terra, inclusive como co-presidente da BIEN – Basic Income Earth Network, a Rede Mundial da Renda Básica, disseminando a idéia de uma renda básica de cidadania.

Nó último mês de abril, quando o Presidente Horst Köhler, da República Federal da Alemanha, visitou o Senado Brasileiro e fui apresentado a ele, imediatamente ele disse, no Salão Negro, que gostaria de me apresentar ao Professor Götz W. Werner, um membro de sua delegação que acabou de publicar um livro, *Einkommen für Alle* (Renda para todos, Kiepenheuer & Witsch, 2007).

O Professor Werner foi até o meu gabinete, onde trocamos nossos livros e idéias a respeito dos méritos de uma renda básica com muito entusiasmo. Descobri que ele chegou à conclusão sobre a racionalidade desse instrumento não só como um professor, mas também como um empresário bem sucedido, pois é o principal acionista de uma rede de drogarias na Alemanha, DM Drogerie Markt, com mais de novecentas lojas em todo o país. A sua rede também possui unidades em oito países ao redor da Alemanha, tais como a Áustria e a Eslovênia. Ele é conhecido como um empresário muito progressista, que proporciona oportunidades especiais de educação aos seus funcionários, como tive a chance de conhecer na minha visita a uma das unidades das suas drogarias em Berlim.

Nos dias 4 e 5 de junho, o Professor Götz Werner convidou-me para participar de duas conferências, em Berlim e em Karlsruhe – ele é professor da Universidade de Karlsruhe e presidente da EHI Retail Institute –, junto com o Professor Muhammad Yunus, Prêmio Nobel da Paz e criador da formidável experiência do Grameen Bank em Bangladesh. Fomos convidados para falar sobre “O Microcrédito e a Renda Básica de Cidadania como instrumentos para erradicar a pobreza absoluta e promover o empreendedorismo e o desenvolvimento”.

Os professores Werner e Muhammad Yunus, entre outros, receberam o 2007 Vision Award numa cerimônia em Berlim diante de mais de mil pessoas. Quando foi chamado ao palco para receber o seu prêmio, o professor Werner teve a gentil atitude de convidar-me para estar com ele, porque queria compartilhar o prêmio comigo. Ele teve vinte minutos para falar sobre a sua proposta de por que todos os oitenta milhões de habitantes da Alemanha deveriam receber uma renda incondicional...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Com certeza permitirei, mas pediria a V. Ex^a, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, que eu possa ter tempo de reportar a minha viagem, aí V. Ex^a terá ainda mais elementos...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Quero apenas me reportar à homenagem justa, merecida, que V. Ex^a faz ao inesquecível Betinho. V. Ex^a merece de todos nós o aplauso e acho até que essa parte da homenagem deveria ser considerada como desta Casa como um todo. Só perguntaria ao Brasil: como estaria o Betinho hoje ao ver um governo que ele acreditava que um dia chegaria ao poder deportar pessoas sem a observância da lei e sem respeito aos direitos humanos? Como estaria o Betinho hoje vendo essa situação?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Certamente o Betinho estaria, com eu e V. Ex^a, defendendo a livre movimentação dos seres humanos por todos os países das Américas. Tenho a certeza de que isso vai se tornar uma realidade maior, mais presente entre nós, quando adotarmos, do Alasca à Patagônia, uma renda básica de cidadania.

Pediria a V. Ex^a que me permitisse continuar o relato, até porque é assunto de nossa Comissão de Relações Exteriores e eu me sinto, sempre que faço uma viagem ao exterior, com a responsabilidade de transmitir aos amigos Senadores o que fiz, o que aconteceu, e é esse o meu propósito. V. Ex^a sabe que o meu tempo corre e ainda estou na primeira página.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não importarei mais V. Ex^a. Estou satisfeito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Ele teve, o Professor Werner, a gentil atitude de convidar-me para com ele compartilhar o prêmio e os vinte minutos que teve para falar por que acredita que todos os oitenta milhões de alemães devem receber uma renda incondicional. Generosamente, dividiu igualmente o seu tempo comigo para que eu também falasse por que os 189 milhões de brasileiros devem receber uma renda básica de cidadania.

No dia seguinte, na Universidade de Karlsruhe, novamente mais de mil pessoas, estudantes e professores, assistiram à conferência na qual o Professor Muhammad Yunus, Götz Werner e eu debatemos o microcrédito e a renda básica. É claro que muitas pessoas vieram para ouvir e aplaudir entusiasmadamente um homem com tanto mérito como o Professor Yunus e sua crença em que o microcrédito pode contribuir efetivamente para a erradicação da pobreza em todos os lugares.

O livro *Einkommen für Alle* (Renda para todos), do Professor Götz W. Werner, é atualmente o segundo livro na lista dos mais vendidos na Alemanha. No dia 21 de junho, ele foi convidado pelo Parlamento da Áustria para falar sobre “Uma Renda para Todos”. Ele tem ido a muitos programas de entrevistas na tevê na Alemanha para defender a renda para todos. Acho importante a Diretoria Executiva da Basic Income Earth Network convidá-lo para participar do nosso XII Congresso Internacional, que se realizará em Dublin, na Irlanda, em junho próximo.

Os eventos na Alemanha foram uma excelente oportunidade para conhecer melhor o Professor Muhammad Yunus, como também para explicar-lhe a relevância da renda básica. Uma vez, fui assistir à sua palestra, quando ele visitou o Brasil no ano de 2000, atendendo ao convite da ex-Primeira-Dama Ruth Cardoso e do BNDES. Como sempre, ele enfatizava sua forte crença na importância de emprestar dinheiro a uma pessoa, confiando na sua responsabilidade de usar

aquele recurso para desenvolver uma atividade que vai produzir o suficiente para ela devolver o empréstimo e viver melhor do que antes, do que simplesmente doar dinheiro a quem quer que seja.

Ele também afirma que devemos confiar nas pessoas mesmo que não tenham qualquer propriedade ou bens colaterais para oferecerem como garantia. De minha parte, tenho tentado mostrar que podemos harmonizar ambos os instrumentos e que a renda básica deve ser sempre considerada não como uma caridade, mas como um direito, também defendido por Thomas Paine e pelos fundadores da BIEN.

De qualquer forma, eu disse ao Professor Yunus que gostaria muito de visitar Bangladesh para conhecer pessoalmente a experiência do *Grameen Bank*. Foi por isso que, de 14 a 17 de julho, fui a Dacca para visitá-lo junto com sua equipe, os diretores e os coordenadores do *Grameen Bank*. No primeiro dia, o Professor Yunus foi ao nosso hotel para nos dar as boas-vindas e para ter mais de uma hora de conversa sobre o microcrédito e o desenvolvimento da renda básica. Contei-lhe sobre a história da BIEN e encorajei-o a ler os livros escritos por Philippe Van Parijs, por Guy Standing e por muitos outros. Também tomei a liberdade de convidá-lo para vir ao nosso XII Congresso Internacional em Dublin. É claro que o convite deve ser confirmado pela diretoria da BIEN. Mas eu gostaria de afirmar-lhes que tenho a certeza de que um diálogo entre nós vai nos enriquecer a todos.

O Professor Yunus tem dito às pessoas como ele acredita que é possível erradicar a pobreza absoluta e que, dentro de um razoável espaço de tempo, seremos capazes de inaugurar o Museu da Pobreza em cada uma de nossas nações para mostrar aos jovens como era a pobreza quando existia. Também Betinho avaliava que era perfeitamente possível erradicar a pobreza absoluta, a fome. Ele me disse que foi convidado para estar em Copenhague, na Dinamarca, em 24 de setembro próximo, para inauguração do primeiro Museu da Pobreza.

Naquela mesma manhã, o Professor Yunus foi até o aeroporto para embarcar para Johannesburgo, onde ele se reuniu ao Grupo de Idosos para comemorar o 89º aniversário de Nelson Mandela. Os diretores do *Grameen Bank* foram muito gentis em nos levar para várias reuniões, inclusive em vilas situadas a uma hora de Dacca, para conhecer os efeitos positivos do microcrédito na mudança das vidas das pessoas. Fomos assistir a uma reunião típica regular de cerca de 70 mulheres que estavam debatendo sobre suas experiências pessoais. Elas nos contaram como o microcrédito tem lhes possibilitado, por exemplo, comprar uma ou mais vacas ou galinhas ou ferramentas de trabalho e, depois, até construir suas novas e simples casas, bem melhores do que as que elas tiveram an-

tes. Conversamos também com um grupo de jovens que fizeram pequenos empréstimos para custear seus estudos e com mulheres que eram pedintes e puderam levantar recursos para devolverem, sem juros, assim que pudessem.

No terceiro dia, os principais diretores e coordenadores do *Grameen Bank*, um grupo de cerca de 30 pessoas, pediram para eu explicar os fundamentos e a história da renda básica. Pude sentir que eles consideraram que há muito a fazer com nossa causa e com nossos objetivos.

De Bangladesh, nos dias 18 a 21 de julho, fui a Seul. A convite deles, fui trocar idéias com os membros da Assembléia Nacional da República da Coreia – o convite foi transmitido pelo Embaixador da Coreia no Brasil. Fui recebido pelo Secretário-Geral do Partido Uri – o partido do governo – e Presidente da Comissão de Orçamento, como também pelo Deputado Won Hye Young, da Associação Parlamentar de Amizade Brasil – Coreia, que me convidou a dar palestras sobre a Renda Básica no Escritório de Orçamento da Assembléia Nacional e no Instituto de Política Econômica, onde grupos de economistas fazem a pesquisa para dar suporte à Assembléia Nacional da Coreia.

Desde a década de 60, quando a Coreia tinha uma renda *per capita* menor do que a do Brasil, aquele país tem apresentado uma taxa de desenvolvimento econômico bastante satisfatória, graças, principalmente, à ênfase dada à educação. A renda *per capita* do país evoluiu de US\$85, em 1962, para cerca de US\$17 mil atualmente, praticamente o dobro da nossa. Mas uma das principais preocupações, similar à nossa no Brasil, é o alto grau de desigualdade e a erradicação da pobreza que ainda prevalece em várias áreas.

Eles me explicaram como a Coreia do Sul adotou, recentemente, o Programa de Segurança de Renda Básica Nacional e a Previdência Social. Desde o ano passado, a Coreia instituiu o Crédito Fiscal por Remuneração – EITC, similar ao que existe nos Estados Unidos. Disse-lhes que esse era um passo importante, uma vez que nós, dos países em desenvolvimento, temos de estar cientes de que as transferências de renda dos países desenvolvidos fazem com que suas economias fiquem mais competitivas em relação às nossas se não adotarmos o mesmo procedimento ou um ainda melhor. Mas também mostrei a eles que, nos Estados Unidos, há uma demonstração inequívoca de que uma melhor solução que o EITC é a renda básica, conforme demonstra a experiência positiva havida nos últimos 25 anos no Alasca.

Fiz duas sugestões aos coreanos, para que eles atinjam objetivos muito importantes: a unificação da Coreia do Sul e da Coreia do Norte e a pacificação da

nação. A primeira, uma vez que os coreanos elogiaram muito os brasileiros que venceram a Copa do Mundo de Futebol pela quinta vez em 2002, na Coreia e no Japão, é que eles poderiam convidar o time da Seleção Brasileira para jogar dois jogos com o time unificado da Coreia do Norte e do Sul: um jogo seria realizado em Seul; o outro, em Pyongyang. A outra sugestão é a de que considerem seriamente a implementação de uma renda básica de cidadania assim que as duas Coreias estiverem unidas, o que contribuirá muito para toda população perceber que há solidariedade por toda a Coreia.

Falei também sobre as duas propostas na minha audiência com o Ministro de Relações Exteriores e Comerciais da Coreia, Song Min Soon. Ele as considerou seriamente. Nessa audiência, ele explicou a importância do suporte do Governo brasileiro para a realização da Expo Mundial de 2012 em Yeosu, cuja tema principal será *The Living Ocean and Coast – A Preservação do Oceano e da Costa*, relacionado com o objetivo para um desenvolvimento sustentável e com a proteção ambiental. Pude perceber como os coreanos estão empenhados para o sucesso desse evento.

De Seul, segui para Maputo em Moçambique, onde realizei viagem extraordinariamente produtiva, inclusive com o apoio de nossa Embaixadora Leda Lúcia Camargo, a quem muito agradeço.

Quero dizer que, ao final, pude ter diálogos longos com o ex-Presidente Joaquim Chissano e com a Sr^a Graça Machel, viúva do Presidente Machel e hoje esposa de Nelson Mandela. Com ambos, pude falar sobre a relevância do projeto, fato que contribuiu para que eles se entusiasmassem e quisessem estudar a proposta da renda básica de cidadania.

Sr. Presidente, eu gostaria que fosse transcrito, na íntegra, este meu relatório sobre a viagem que realizei à Alemanha, ao México, a Bangladesh, à Coreia do Sul. Também gostaria de pedir, Sr. Presidente, que fosse transcrito o artigo que publiquei nesta semana sobre Bangladesh e o microcrédito, denominado “Crédito contra a pobreza”, na revista *ISTOÉ*. E, finalmente, peço que seja registrada, nos *Anais* do Congresso, a carta que hoje me enviou o Embaixador do Brasil em Conacri, Jacques Fernandes Vieira Guilbaud. Falei sobre o assunto da carta na Comissão de Relações Exteriores, mas acredito ser importante também aqui ser registrado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

De: Marcia Anita Sprandel
Enviado em: quinta-feira, 9 de agosto de 2007 14:39
Para: Rosa Wasem
Assunto: Betinho

Betinho

Posted Agosto 9th, 2007 by Atila Roque

Categories: [Sociedade](#), [Política](#)

Hoje fazem 10 anos de morte de Herbert de Souza, o Betinho. Os muito jovens talvez não saibam quem ele foi. Isso porque somos um país de memória fraca, muito fraca. Nossos heróis são esquecidos ou morrem de overdose, como diria Cazusa. Mas convém lembrá-lo, nesse momento em que a política parece ter sido reduzida à maldita arte do possível e a utopia foi deixada para uns poucos malucos.

Repetiram tantas vezes o mantra da não-alternativa que uns e outros, ex-revolucionários, especialmente depois que chegam ao poder, acreditam que nada podem mudar. Deixem tudo como está ou vamos bem devagarinho, ensinam, sem provocar marola para não assustar. O melhor mesmo é fazer como sempre fizeram os donos do poder, vamos até tornar as coisas um pouquinho melhor para eles de modo que não nos acusem de anti-capitalistas ou coisa pior. Betinho era o contrário desse conformismo. Ele dizia que se fosse deixar na mão do destino (ou do mercado) teria morrido muito antes, talvez no quatinho onde foi isolado quando diagnosticado com tuberculose, ainda adolescente. Hemofílico, sobreviveu a dois golpes militares (Brasil e Chile) e amargou mais de 10 anos de exílio. Não se abalou nem quando foi diagnosticado com vírus HIV, juntamente com os dois irmãos, Chico Mário e Henfil, também hemofílicos. Justamente quando ele achava que estava tudo dando certo, anistiado, apaixonado pelo filho pequeno, aprontando mil e umas, vinha aquela notícia que, ao final dos anos 80, soava mais como uma sentença de morte.

Teimoso, ele seguiu em frente e fez do drama pessoal uma causa pública. Já tendo criado o **Ibase**, fundou a **Abia**, a primeira ONG a enfrentar o problema da Aids no Brasil. A lei que determinou o controle dos bancos de sangue é batizada de "Lei Betinho", em homenagem ao seu empenho na luta pelo fim do criminoso mercado de sangue. Sofreu como um cão danado a morte dos dois irmãos e acho que nunca voltou a sofrer tanto outra vez. Mas não se deixou matar de véspera e ainda oferecia, com aquele sorriso bem Fradim, um "pouquinho de Aids" para quem reclamasse de cansaço perto dele.

Na década de 1990, voltou a mobilizar o Brasil como o principal animador da Campanha Contra a Fome, desafiando mais uma vez o "impossível" e a boa consciência de uma esquerda que achava que distribuir alimentos era mera caridade, como se compaixão e solidariedade com o próximo não fossem valores revolucionários no mundo que vivemos. A "Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida", nome oficial do movimento, politizou como nunca o tema da exclusão social e da pobreza, resgatando para o centro do palco o impulso individual e a capacidade de mobilização de cada uma das milhões de pessoas que se organizaram em milhares de comitês pelo país afora. Tudo isso parece ter sido esquecido nesses tempos de Fome Zero.

O silêncio quase total da mídia e do governo neste aniversário de morte nos envergonha. Foi assim há alguns meses, quando completaram os dez anos de morte de Darcy Ribeiro. Esquecemos rápidos os nossos heróis.

Betinho era um artista do impossível e queria a utopia no presente. Entrou de cabeça em quase todas as causas que importaram no seu tempo, cometeu equívocos políticos e até éticos – os quais purgo em praça pública, como no caso da doação de um bicheiro para salvar a Abia do fechamento iminente –, mas sorveu a vida até a última gota, com paixão e sem nunca deixar de acreditar que podemos sim mudar o mundo. O impossível é possível e a única coisa que não tem mesmo solução é a morte.

Istoé – edição nº 1971/ano 30 – 07/08/2007

Crédito contra pobreza

Como funciona o banco que empresta aos pobres, ajuda a tirar um país da miséria e deu a seu fundador o prêmio nobel da paz

Por EDUARDO SUPPLY

DENSIDADE Em Bangladesh, 145 milhões de pessoas ocupam área semelhante ao Paraná. A densidade populacional de Bangladesh é impressionante. Neste país vivem aproximadamente 145 milhões de pessoas para um território de 144 mil quilômetros quadrados. É como se toda a população brasileira habitasse o Estado do Paraná, por

exemplo. Dacca, a capital, tem uma população semelhante à de São Paulo, mas o número de pessoas por quilômetro quadrado é muito superior. O trânsito é caótico. Riquixás, bicicletas, motocicletas, automóveis que não param de buzinar, ônibus lotados, por vezes com passageiros na capota, circulam no meio de pessoas que cruzam as ruas em todas as direções disputando espaço. A pobreza é grande. Ao sair dos hotéis, verdadeiras ilhas de conforto, qualquer pessoa é cercada e seguida nas ruas por pedintes. São homens, mulheres, idosos, muitos aleijados, crianças sem roupa carregando outras no colo. O comércio informal é tão ou mais importante do que o formal. A produtividade é baixa. Muito diferente do que se vê em cidades como Pequim ou Seul, onde impressionam os numerosos guindastes da construção de edifícios, aqui quase ausentes.

YUNUS E SUPLICY: distribuição de renda

Neste ambiente tão problemático há uma pessoa que acredita firmemente no que tem feito para elevar o padrão de vida das pessoas aqui. É o professor Muhammad Yunus, o Prêmio Nobel da Paz em 2006. Tornou-se conhecido por ter criado a mais notável experiência de microcrédito no mundo através do Grameen Bank, ou Banco do Vilarejo. Yunus percebeu que na cidade de Jobra, perto do campus da Universidade de Chittagong, as pessoas batalhavam para sobreviver com pequenas somas de dinheiro. Lá encontrou uma mulher, que como as demais na região, fazia empréstimos de pequenas quantias para a compra de matéria-prima para fazer artesanato. Como o juro pago ao agiota era muito alto, as pessoas eram obrigadas a vender sua produção com margem mínima de lucro. A condição era a de uma escrava. Yunus fez então uma lista de 42 pessoas que eram vítimas desse tipo de procedimento naquela vila. Somados todos os valores individuais, elas precisavam de US\$ 27 no total. **Ele resolveu então emprestar para elas os recursos de seu próprio bolso, com taxas de juros módicas. Ficou impressionado porque todas pagaram seus compromissos em dia.** Procurou gerentes de bancos e banqueiros para convencê-los a emprestar dinheiro para os pobres sem garantia colateral que não fosse a sua própria palavra. Não conseguiu. O professor decidiu ousar e mostrar que tinha razão. Em 1983 organizou o Grameen Bank, que hoje empresta recursos para 7,5 milhões de pessoas pobres de 73 mil vilas em Bangladesh. Oitenta por cento das pessoas pobres no país já receberam empréstimos do Grameen, num total de mais de US\$ 6 bilhões.

MULHERES Responsáveis por 90% dos créditos

O grau de cumprimento dos compromissos é superior a 99%. O resultado é que 58% dos que receberam empréstimos já deixaram para trás a linha de pobreza. Hoje o Grameen empresta recursos tanto para atividades em que as pessoas decidam iniciar um empreendimento, comprando desde uma vaca ou algumas galinhas até equipamentos industriais para a produção de mercadorias, quanto recursos para a construção de casas. Com isso, mais de 640 mil estudantes prosseguiram seus estudos de nível médio ou superior. Até os pedintes receberam empréstimos para que iniciassem atividades de trabalho e deixassem a mendicância.

A experiência de visitar Bangladesh foi fantástica. Passei um dia na vila de Singair, a uma hora da capital. Assisti à reunião de cerca de 70 mulheres que recebem empréstimos há vários anos.

Elas me contaram como o microcrédito elevou o padrão de vida delas. De uma vaca, passaram à criação de várias outras, com a venda de leite e derivados. De algumas roupas artesanais, passaram a reproduzir muitas peças, de melhor qualidade. Seus filhos puderam estudar, construíram suas casas, ainda que de zinco e bastante simples, e assim por diante. As mulheres são responsáveis por mais de 90% dos microcréditos. Elas formam grupos de cinco, que interagem entre si com o objetivo de auxiliar umas às outras para que cada uma cumpra seu compromisso de quitar seu empréstimo. Elegem uma coordenadora-líder, com mandato de um ano que, por sua vez, se reúne com as coordenadoras de inúmeros grupos, como o das 70 que estavam reunidas na vila rural que conheci. Essa sistemática transformou as mulheres das vilas de Bangladesh, elevando sua autoestima e dignidade perante a sociedade, os homens e a si mesmas.

Yunus recebeu-me com entusiasmo por ver que mais alguém do Brasil - aqui já vieram os senadores Maguito Vilela e Cristovam Buarque - vinha conhecer de perto os avanços obtidos pelo Grameen Bank e suas organizações conexas. De minha parte, também vim para lhe falar, bem como à sua equipe, de como será possível harmonizar o microcrédito com a Renda Básica de Cidadania como instrumentos vitais para colocar fim à pobreza e a promover o desenvolvimento.

DACCA A capital de um país ofereceu crédito a 80% dos pobres. Desta forma, um dia a pobreza será passado, e o único lugar em que as pessoas poderão saber o que ela representava será em museus que serão criados, segundo a sua sugestão. O primeiro Museu da Pobreza, me contou, será inaugurado em Copenhague, na Dinamarca, em 24 de setembro próximo, pois naquele país já não existe a pobreza absoluta. Pouco depois de receber o Prêmio Nobel da Paz, o professor Yunus disse que pensava fundar um partido político e tentar se eleger primeiro-ministro de Bangladesh. Mais recentemente, entretanto, avaliou que será melhor continuar com as atividades em torno do Grameen Bank. Pesou muito para a sua decisão o alto grau de corrupção que ainda caracteriza a política em seu país. Em pronunciamentos recentes ele tem estimulado o povo, sobretudo os jovens, a votar conscientemente em quem tenha um comportamento ético exemplar. Mas não será surpresa para mim se em algum momento no futuro as pessoas de Bangladesh o convidarem para liderar transformações ainda mais importantes.

Disseminando a Idéia sobre a Renda Básica

Eduardo Matarazzo Suplicy¹

No último mês de abril, quando o Presidente Horst Köeller, da República Federal da Alemanha, visitou o Senado Brasileiro e fui apresentado a ele, imediatamente ele disse que gostaria de me apresentar ao Professor Götz W. Werner, um membro da sua delegação, que acabou de publicar um livro, *Einkommen für Alle*, (Uma Renda para Todos, Kiepenheuer & Witsch, 2007). Professor Werner foi até o meu gabinete, onde trocamos nossos livros e com bastante entusiasmo falamos sobre os méritos de uma renda básica. Descobri que ele chegou à conclusão sobre a racionalidade da renda básica não só como um professor, mas também como um empresário bem sucedido. Ele é o principal acionista de uma rede de drogarias na Alemanha, *DM Drogerie Markt*, com mais de 900 lojas em todo país. A sua rede também possui unidades em oito países ao redor da Alemanha, tais como a Áustria e a Eslovênia. Ele é conhecido como um empresário muito progressivo, que proporciona oportunidades especiais de educação aos seus funcionários, como tive a chance de conhecer na minha visita a uma das unidades das suas drogarias em Berlim.

Nos dias 4 e 5 de junho, Professor Götz W. Werner convidou-me para participar de duas conferências, em Berlim e em Karlsruhe, onde ele é professor da Universidade de Karlsruhe e presidente da EHI Retail Institute, junto com o professor Muhammad Yunus, detentor do Prêmio Nobel de Paz, e criador da formidável experiência do Grameen Bank em Bangladesh. Fomos convidados para falar sobre "O Microcrédito e a Renda Básica de Cidadania como instrumentos para erradicar a pobreza absoluta e promover o empreendedorismo e desenvolvimento". Os professores W. Werner e Muhammad Yunus, entre outros, receberam o 2007 Vision Award numa cerimônia em Berlim diante de mais de 1.000 pessoas. Quando foi chamado ao palco para receber o seu prêmio, o professor Werner teve a gentil atitude de convidar-me para estar com ele, porque ele queria compartilhar o prêmio comigo. Ele teve vinte minutos para falar sobre a sua proposta de por que todos os 80 milhões de habitantes da Alemanha deveriam receber uma renda incondicional e foi tão generoso para dividir igualmente o seu tempo comigo para eu também poder falar de por que todos os 189 milhões de habitantes do Brasil deveriam receber uma Renda Básica de Cidadania. No dia seguinte, na Universidade de Karlsruhe, novamente mais de 1.000 pessoas assistiram à conferência onde o professor Muhammad Yunus, Götz W. Werner e eu debatemos sobre o microcrédito e a renda básica. É claro que muitas pessoas vieram para ouvir e aplaudir entusiasmadamente um homem com tanto mérito como o professor Yunus e a sua crença sobre como o microcrédito pode contribuir efetivamente para a erradicação da pobreza em todos os lugares.

O livro do professor Götz W. Werner's, *Einkommen für Alle*, - *Uma Renda para Todos* – é atualmente o segundo livro na lista dos mais vendidos na Alemanha, No dia 21 de junho

¹ Co-presidente da BIEN – Basic Income Earth Network, Senador do Brasil e autor de: i) *Renda de cidadania: a saída é pela porta* (Editora Fundação Perseu Abramo and Cortez Editora, 4ª edição, 2006); ii) *Renda básica de cidadania: a resposta dada pelo vento* (L&PM 2ª edição, 2006); e iii) *Citizens Basic Income* (Woodrow Wilson International Center for Scholars, March 2007)

ele foi convidado pelo Parlamento da Áustria para falar sobre "Uma Renda para Todos". Ele tem ido para muitos programas de entrevistas na TV na Alemanha, defendendo a Renda Básica. Acho importante para a Diretoria Executiva da BIEN convidá-lo para participar do nosso XII Congresso Internacional em Dublin.

Os eventos na Alemanha foram uma excelente oportunidade para conhecer melhor o professor Muhammad Yunus, como também para explicar-lhe a relevância da Renda Básica. Uma vez fui assistir à sua palestra, quando ele visitou o Brasil no ano de 2000, atendendo ao convite da ex-primeira dama Ruth Cardoso, esposa do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e do Banco Nacional de Desenvolvimento, BNDES. Como sempre ele enfatizava a sua forte crença sobre a importância de emprestar dinheiro a uma pessoa, confiando na sua responsabilidade de usar aquele recurso para desenvolver uma atividade que vai produzir o suficiente para ele devolver o empréstimo e viver melhor do que antes, do que simplesmente doando dinheiro a quem quer que seja. Ele também afirma que devemos confiar nas pessoas mesmo que elas não tenham qualquer propriedade ou bens colaterais para oferecerem como garantia. De minha parte tenho tentado mostrar que podemos harmonizar ambos os instrumentos e que a renda básica deve ser sempre considerada não como uma caridade, mas como um direito também defendido por Thomas Paine e pelos fundadores da BIEN.

De qualquer forma, eu disse ao professor Yunus de que gostaria muito de visitar o Bangladesh para conhecer pessoalmente a experiência do Grameen Bank. Foi por isso que nos dias 14 a 17 de julho fui a Dacca, com a Mônica Dallari, para visitá-lo junto com a sua equipe, os diretores e os coordenadores do Grameen Bank. No nosso primeiro dia, o professor Yunus foi ao nosso hotel para nos dar as boas-vindas e para ter mais de uma hora de conversa, sobre o microcrédito e o desenvolvimento da renda básica. Conteí-lhe sobre a história da BIEN, e encorajei-o a ler os livros escritos pelo Philippe Van Parijs, Guy Standing e outros que se encontram na bibliografia dos meus livros. Também tomei a liberdade de convidá-lo para vir ao nosso XII Congresso Internacional em Dublin, em junho de 2008. É claro que o convite deve ser confirmado pela Diretoria Executiva da BIEN. Mas eu gostaria de afirmar-lhes da minha certeza de que um diálogo entre a BIEN e o professor Yunus vai enriquecer todos nós.

O professor Yunus tem dito às pessoas como ele acredita que é possível erradicar a pobreza absoluta. Que, dentro de um razoável espaço de tempo, seremos capazes de inaugurar o Museu da Pobreza em cada uma das nossas nações, para mostrar aos jovens como era a pobreza quando existia. Ele me disse que foi convidado para estar em Copenhague, Dinamarca, no dia 24 de setembro de 2007, para a inauguração do primeiro Museu da Pobreza.

Naquela mesma manhã, o professor Yunus foi até o aeroporto para embarcar para Johannesburgo, onde ele se reuniu ao Grupo de Idosos para comemorar o 89º aniversário do Nelson Mandela. Os diretores do Grameen Bank foram tão gentis em nos levar para várias reuniões, incluindo em vilas à uma hora da Dacca, para conhecer os efeitos positivos do microcrédito na mudança das vidas das pessoas. Fomos assistir a uma reunião típica regular de cerca de 70 mulheres que estavam debatendo sobre as suas experiências pessoais. Elas nos contaram de como o microcrédito tem lhes possibilitado, por exemplo, a comprar uma ou mais vacas, ou galinhas, ou ferramentas de trabalho, e depois até de construir as suas novas e simples casas, bem melhores das que elas tiveram antes. Conversávamos também com um grupo jovens que fizeram pequenos empréstimos para custear os seus estudos, e com mulheres que eram pedintes e puderam levantar recursos para devolverem, sem juros, assim que puderem. No terceiro dia, os principais diretores e coordenadores do Grameen Bank, um grupo de cerca de 30 pessoas, pediram para eu explicar os fundamentos e a história da renda básica. Pude sentir que eles consideraram que há muito a fazer com a nossa causa e os nossos objetivos.

Deixe-me voltar um pouco no tempo. Depois da Alemanha, nos dias 6 e 7 de junho fui à cidade do México para participar da Primeira Conferência Internacional sobre a Renda Básica, promovida simultaneamente na Universidad Autónoma de la Ciudad de México, e na

Universidad Nacional Autónoma de México. Tivemos discussões bastante animadoras com a participação dos membros da BIEN David Casassas, da Oxford University, Daniel Raventós, da Universidade de Barcelona, e presidente da Red Renta Básica da Espanha, Maria Julia Bertomeu, da Universidade de La Plata, e da Red Argentina de Ingreso Ciudadano, Ministros Pablo Yanes Rizo, Marti Patres, Secretario de Desarrollo Social del Distrito Federal, e Oscar Conde, Rócio Mejia e Julio Boltvinick. Em nossos debates, foi enfatizada de como é relevante para a nossa compreensão sobre a renda básica no México a experiência do pagamento de uma pensão para todas as pessoas com 65 anos ou mais, os *adultos mayores*, no Distrito Federal de México. Mais e mais, de acordo com as pesquisas realizadas quando aquela iniciativa foi lançada em 2000, e, mais recentemente, as pessoas que antes consideravam a pensão como uma doação concedida pelo governo local, hoje a consideram como um direito.

De Bangladesh, nos dias 18 a 21 de julho, a Mônica e eu fomos a Seoul. A convite deles, fui trocar idéias com os membros da Assembléia Nacional da República de Coréia. Fui recebido pelo Secretário Geral do Partido Uri, o partido do governo, e presidente da Comissão de Orçamento como também pelo Deputado Won Hye Young, da Associação Parlamentar de Amizade Brasil - Coréia, quem me convidou a dar palestras sobre a Renda Básica no Escritório de Orçamento da Assembléia Nacional - National Assembly Budget Office, NABO, e no Instituto de Política Econômica, onde grupos de economistas fazem a pesquisa para dar suporte à Assembléia Nacional da Coréia. Desde a década de 60, quando a Coréia tinha uma renda per capita menor que o Brasil, a Coréia tem apresentado uma taxa de desenvolvimento econômico bastante satisfatória, graças, principalmente, à ênfase dada à educação. A renda per capita do país evoluiu de US\$ 85, em 1962, para cerca de US\$ 17.000 atualmente. Mas uma das principais preocupações, similar à nossa no Brasil, é o alto grau de desigualdade e a erradicação da pobreza que ainda prevalece em várias áreas. Eles me explicaram de como a Coréia do Sul adotou, recentemente, o Programa de Segurança de Renda Básica Nacional e a Previdência Social. Desde o ano passado a Coréia instituiu o Crédito Fiscal por Remuneração - EITC, similar ao que existe nos Estados Unidos. Disse-lhes que este era um passo importante, uma vez que nós, dos países em desenvolvimento, temos que estar cientes de que as transferências de renda dos países desenvolvidos fazem com que as suas economias fiquem mais competitivas em relação às nossas, se não adotarmos o mesmo procedimento ou ainda melhor. Mas também mostrei a eles que nos Estados Unidos há uma demonstração que uma melhor solução que o EITC é a renda básica. A prova é a experiência positiva dos Dividendos do Fundo Permanente de Alasca dos últimos 25 anos que fez com que o Alasca seja o estado mais igualitário entre os 50 estados americanos.

Fiz duas sugestões aos coreanos para que eles atinjam um objetivo muito importante: a unificação da Coréia do Sul e da Coréia do Norte e a pacificação da nação. O primeiro, uma vez que os coreanos elogiaram muito os brasileiros que venceram a Copa do Mundo de Futebol pela 5ª vez em 2002 na Coréia e no Japão, que eles poderiam convidar o time da Seleção Brasileira para jogar 2 jogos com o time unificado da Coréia do Norte e do Sul. Um jogo seria realizado em Seoul e outro em Pyongyang.

Fiz a proposta com base no que vi em Porto Príncipe, em Agosto de 2004, quando o time da Seleção Brasileira jogou contra o time da Seleção Haitiana, alguns meses depois dos dias violentos da guerra civil naquele país. Fiquei muito impressionado com a alegria do povo haitiano recepcionando e aplaudindo os jogadores brasileiros. Logo depois do jogo vi quando o Ronaldo e outros jogadores disseram ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no vestiário, que eles estão dispostos para contribuir para o objetivo de paz em qualquer lugar do mundo.

A outra sugestão é a de eles considerarem seriamente a implementação de uma Renda Básica de Cidadania assim que as duas Coréias forem unidas. Isto contribuirá muito para toda a população perceber que a solidariedade estaria sendo aplicada na Coréia. Falei também sobre as duas propostas na minha audiência com o Ministro de Relações Exteriores e Comerciais da Coréia, Song Min Soon. Ele as considerou seriamente. Nessa audiência, ele também explicou sobre a importância do suporte do governo brasileiro para a realização do

Expo Mundial de 2012 em Yeosu, cuja tema principal será *The Living Ocean and Coast – A Preservação do Oceano e da Costa*, relacionado com o objetivo para um desenvolvimento sustentável e proteção ambiental. Pude perceber de como os coreanos estão empenhados para o sucesso desse evento. A Ministra Vera Campetti, da Embaixada Brasileira me acompanhou nesses eventos.

De Seoul embarcamos para Maputo, à convite da Rede Parlamentar sobre o Banco Mundial, com um grupo de 11 membros das Assembléias Nacionais de vários países, participando de uma Visita Local a Moçambique. De 22 a 26 de julho, fomos visitar locais, províncias e autoridades de Moçambique, e muitos projetos que estão recebendo os recursos do Banco Mundial e dos Agentes Financeiros correspondentes, tais como a Associação Internacional de Desenvolvimento - IDA, para acompanhar o desenvolvimento de diversos programas visando erradicar a pobreza absoluta, melhorar as condições educacionais e de saúde, infra-estrutura e crescimento econômico. O programa incluiu visitas à Beira, a segunda maior cidade, para as obras de melhoria e de expansão do seu porto, para uma grande fábrica de Mozal, que produz alumínio, para Songo na província de Tete, para o projeto hidroelétrico de Cahorra Bassa, para Chimoio, para o Parque de Gorongosa, incluindo um passeio no Game Reserve – Reserva de Conservação de Fauna Bravia de Gorongosa, para Nhamatanda, Dondo, onde vimos o Planejamento Distrital e Projetos de HIV, além do projeto ferroviário, para Bazaruto, para Vilankulos, e, finalmente, de volta a Maputo, onde fomos recepcionados pelo presidente da Assembléia Nacional e por vários membros da Comissão de Assuntos Econômicos. Tivemos reuniões também com membros do Grupo da Sociedade Civil.

Aprendemos de como a Moçambique, depois de cinco séculos de administração portuguesa e, tornando-se independente em 1974, sofreu uma longa guerra civil de 16 anos, que finalmente acabou em 1992. Hoje o país ainda está em transição, apesar de ter feito muito progresso, enfrentando grandes desafios sociais e econômicos, que incluem altas taxas de desemprego, baixa produção agrícola, infra-estrutura e serviços sociais limitados, uma renda per capita de cerca de US\$ 390 por ano em 2007, a predominância de AIDS em tomo de 16.2 % (muito alta em Beira, cerca de 35%) e mortalidade infantil de 101 por 1.000 em 2003-2005.

Em todas as nossas visitas tenho falado às autoridades locais e nacionais sobre a relevância da Renda Básica de Cidadania. Apesar de a Moçambique ainda ser um país pobre, encorajei-os a pensar seriamente sobre a possibilidade de incluir uma renda básica modesta no futuro próximo, levando em consideração que, de qualquer riqueza criada pela sociedade, podemos sempre separar uma parte do resultado para construir um fundo capaz para atingir aquele objetivo.

Nos meus dois últimos dias em Maputo, junto com a embaixadora do Brasil Leda Lúcia Camargo, tive duas reuniões animadoras. Primeiro, uma conversa bastante produtiva, na sua residência, com o ex-presidente Joaquim Chissano, que sucedeu ao presidente Samora Machel. Ele estava muito interessado no conceito da renda básica incondicional e disse que a sua fundação vai organizar encontros sobre o tema. O mesmo aconteceu quando visitei Sra. Graça Machel no seu escritório. Ela era viúva do ex-presidente Samora Machel, e hoje esposa do presidente Nelson Mandela. Ela também disse que gostaria de promover debates sobre renda básica organizados pela Fundação de Desenvolvimento Social que ela preside, convidando os membros da BIEN para esse objetivo.

Finalmente, de 29 de julho a 1º de agosto fui a Caracas a convite do Parlamento Latino Americano. Tivemos dois dias de diálogo intenso, onde cerca de 50 membros das Assembléias Nacionais debateram vários temas, incluindo maneiras para erradicar pobreza absoluta e promover desenvolvimento. Fui convidado para dar uma das principais palestras sobre a Renda Básica de Cidadania, explicando a perspectiva da transição do Programa Bolsa Família para o dia em que mais de 190 milhões de brasileiros terão o direito inalienável de participar da riqueza da nação, através de uma renda modesta, porém suficiente para atender as suas necessidades vitais.

No dia 1º de agosto, tive a oportunidade de dar os meus livros sobre a Renda Básica de Cidadania ao presidente Hugo Chávez, de Venezuela. Durante uma palestra de três horas sobre os seus Programas Habitacionais e outros assuntos políticos no Centro Cívico Militar de Caracas, diante de uma grande audiência, transmitida pela TV Venezuela, ele me perguntou sobre as minhas idéias. O embaixador do Brasil João Carlos de Souza Gomes estava comigo. Disse-lhe que considerava muito importante que as Constituições do Brasil e da Venezuela declararem que tenhamos a integração da América Latina como objetivo. Que, como um senador brasileiro, sou a favor de que a Venezuela integre o Mercosul. Que quando o presidente George W. Bush começou a ação armada no Iraque, discurssei no Senado brasileiro, recomendando-lhe que siga o conselho do Martin Luther King Jr. para sempre confrontar a força física com a força espiritual. Que eu vou analisar seriamente o gasoduto da Venezuela para a América do Sul. Que eu gostaria que ele considerasse a instituição da uma renda básica de cidadania na Venezuela. Ele me respondeu assertivamente, agradecendo a minha visita e dizendo que gostaria de ver o meu livro sobre o tema traduzido para espanhol.

Finalmente, gostaria de lembrar-lhes sobre a minha sugestão de convidar o professor Joseph Stiglitz para estar conosco na XII Conferencia Internacional da BIEN em Dublin.

Prezado Senador Suplicy.txt

Prezado Senador Suplicy,

Estimado Amigo,

Agradeço de coração seu telefonema de ontem. Deus o abençoe.
Desminto frontalmente, categoricamente, as acusações do Correio Braziliense de que eu tenha prejudicado de alguma forma, nem perseguido ou delatado brasileiros asilados e que eram escorraçados, torturados ou mortos pelos militares na época da denominada revolução de 1964.
Tanto é que até hoje - e muito embora os amigos do César Maia queiram a qualquer custo me prejudicar, não surgiu ninguém afirmando que eu o tenha prejudicado de alguma forma!
Fracamente, com tanta vontade de me liquidar, é até estranho e mesmo inverossímil que não tenham conseguido produzir sequer uma pessoa que eu tenha perseguido ou prejudicado!? Levando em conta as circunstâncias, essa "ausência" vem a ser praticamente diploma de idoneidade, correção, decência, dignidade!
Meu Depoimento junto à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em 21 de agosto de 2001, retrata fielmente os acontecimentos que causaram a minha exclusão da Carreira Diplomática, e inclusive as razões que me levaram a ingressar no serviço secreto.
Ao término desta, segue breve relato acerca de meu trabalho na Guiné.
Gratíssimo por sua defesa de meus direitos e de minha honra: sou-lhe eternamente agradecido. Fico ao seu inteiro dispor, inclusive para qualquer outro esclarecimento.
Respeitosas saudações.
Forte abraço
De seu Amigo de sempre

Jacques Fernandes Vieira Guilbaud
Embaixador do Brasil em Conacri

PS Uma palavra, antes do relato de minhas atividades na Guiné.

"Last but not least": alguma culpa tivesse, após 25 anos de exílio, sofrimento, miséria e angustia já teria eu pago com juros! A injustiça que me persegue é por demais monstruosa, e a marca política que a identifica infame, desclassificada e repugnante. "Quê" política é essa?

EMBAIXADA DO BRASIL EM CONACRI - ANO I

Abri a Embaixada dia 15/08/2006, dia católico

festivo que terá atraído as bênçãos dos Céus sobre nossa Missão.

2. As condições locais extremamente "peculiares" tornaram exaustivas as buscas de locais

tanto para a Chancelaria como para a Residência.

3. Não obstante as dificuldades ambientes, foram providencialmente escolhidos excelentes locais

nos melhores bairros da capital guineense. Segundo o governo e os colegas em Conacri, a

Embaixada do Brasil está esplendidamente instalada.

4. Os Contratados Locais, Administrativos e de Apoio, foram selecionados e escolhidos entre

aqueles que melhores referências apresentaram - e confirmam no dia a dia serem dedicados e imbuídos

do sentido das responsabilidades - sobretudo levando em conta as limitações

Página 1

Prezado Senador Suplicy.txt

guineenses.

5. As visitas protocolares, de cortesia e amizade ao Governo e demais autoridades são

dignas de menção pois evidenciaram a afeição, o apreço e mesmo a admiração guineenses pelo

Brasil e pela pessoa e as políticas internacional e social do Presidente Luiz Inácio

Lula da Silva. Sentimentos esses partilhados pela população, que sabe demonstrar em toda

ocasião amizade e simpatia para com nosso país e nossa gente.

6. O atual Governo, implicado em mudar a "boa governança", aprecia a Representação Diplomática

Brasileira, naturalmente consciente da importância de transmitir boa imagem do Brasil,

que serve aqui de paradigma e guia para muitos.

7. Decorrência do clima fraterno existente, são numerosos os pedidos de entrevista da rádio, da televisão e

dos demais veículos de comunicação a que o Embaixador do Brasil deve atender. E o faz com prazer pois se trata

de divulgar retratos do Brasil num meio particularmente gratificante, cercado da calorosa amizade com que é acolhido.

8. Dias após minha chegada, ofereci recepção por ocasião do 7 de Setembro - para homenagear o

Brasil e dizer um "grand bonjour à la Guinée". A ocasião foi muito festejada, pois apreciaram

governo e sociedade local o esforço desenvolvido para organizar a Festa Nacional dias após minha

chegada.

9. Dentre os momentos mais significativos vividos nestes primeiros meses destacaram-se os

seguintes:

a) Visita à cidade de Boké, de onde partiam escravos para o Brasil. Ali depusitei ramo de

flores no rio à beira do cais do local aonde embarcavam, em homenagem àqueles que constituem

hoje a imensa diáspora guineense na Bahia.

Presentes a televisão e o Presidente da Assembléia Nacional, Embaixador Aboubacar

Somparé, cidadão nativo daquela cidade;

b) O irmanamento das cidades de Salvador da

Bahia e de Boké;

c) Homenagem ao Embaixador do Brasil, feito Cidadão Honorário de Boké;

d) Instalação da Pastoral da Criança - pela primeira vez em país que não de língua

portuguesa ou espanhola;

e) Procurando acompanhar o desenvolvimento da estratégia geopolítica iniciada pelo Presidente

da República e pelo Ministro Celso Amorim, fiz por cultivar e estimular junto ao governo

guineense e outras influências locais a vontade de Conacri estreitar os laços com Brasília - inclusive com a visita do Presidente Lula - aqui

admirado e querido -, cuja presença em terras guineenses muito significará para o orgulho

mortificado deste povo, podendo mesmo, qual motor construtivo de esperança, criar base e

forças para seu desenvolvimento;

f) Graças à abertura da Embaixada em meio favorável, por um lado, e, por outro, à vontade

guineense de diversificar seus mercados importadores, as missões de homens de negócio,

em particular importadores, têm sido freqüentes, e o resultado dessas viagens de prospecção são visíveis nos mercados locais;

g) A boa vontade e simpatia, bem como a admiração pelo nosso país devem se evidenciar nos foros internacionais e no apoio dos pedidos do Brasil em favor de nossos candidatos;

h) A permanência constante do Brasil em Conacri durante as crises de janeiro e

Prezado Senador Suplicy.txt

fevereiro 2007- enquanto outras Embaixadas fechavam ou limitavam suas ações-, foi muito apreciada: "assim procede um amigo, não abandona o outro quando a situação está difícil, mas ao contrário, permanece ao seu lado" disseram-me;

i) A empatia existente tenderá a se fortalecer à medida que os laços felizmente consolidados pela presença do Brasil em Conacri se estreitarem e se desenvolverem, conseqüentemente aos interesses mútuos que tantos pontos históricos, étnicos, culturais comuns possuem;

j) Outro aspecto que julgo útil mencionar foi o encaminhamento do assunto relativo ao terreno a ser doado em Conacri para construção de nossa Missão Diplomática - em reciprocidade àquele oferecido à República da Guiné. Proximamente, cerimônia oficial pública poderá ser realizada no local, presentes o Embaixador do Brasil e o Primeiro Ministro da Guiné;

k) Não seria possível deixar de mencionar as negociações presentemente em fase final acerca da venda de aparelho da Embraer por 30 milhões de dólares a companhia guineense, bem assim a próxima vinda a Conacri de missão da Embrapa-Acra para conversações com as autoridades competentes do Ministério da Agricultura sobre as modalidades da ajuda técnica que melhor poderão se adaptar às condições e necessidades da Guiné.

10. Tampouco terminar este resumo sem renovar meus agradecimentos pela oportunidade que me foi concedida de voltar a servir nosso país, desta vez na África e como Embaixador.

11. É com emoção que o faço e profunda gratidão.

Prezado Senador Suplicy.txt

presença do Brasil em Conacri se estreitarem e se desenvolverem, conseqüentemente aos interesses mútuos que tantos pontos históricos, étnicos, culturais comuns possuem;

j) Outro aspecto que julgo útil mencionar foi o encaminhamento do assunto relativo ao terreno a ser doado em Conacri para construção de nossa Missão Diplomática - em reciprocidade àquele oferecido à República da Guiné. Proximamente, cerimônia oficial pública poderá ser realizada no local, presentes o Embaixador do Brasil e o Primeiro Ministro da Guiné;

k) Não seria possível deixar de mencionar as negociações presentemente em fase final acerca da venda de aparelho da Embraer por 30 milhões de dólares a companhia guineense, bem assim a próxima vinda a Conacri de missão da Embrapa-Acra para conversações com as autoridades competentes do Ministério da Agricultura sobre as modalidades da ajuda técnica que melhor poderão se adaptar às condições e necessidades da Guiné.

10. Tampouco terminar este resumo sem renovar meus agradecimentos pela oportunidade que me foi concedida de voltar a servir nosso país, desta vez na África e como Embaixador.

11. É com emoção que o faço e profunda gratidão.

PS2: Permito-me mencionar aqui que neste país de 10 milhões de habitantes, cuja capital Conacri tem 2 milhões o potencial para nossas exportações é muito significativo: Os guineenses querem diversificar suas fontes importadoras, de modo a não continuar a depender da Europa e/ ou EUA. Por outro lado, devotam grande admiração e afeto pelo Brasil e tudo o que é brasileiro: Motivação a mais para comprar brasileiro. Em menos de um ano desde que abri a Embaixada, nossas vendas passaram de o a mais de 1 milhão de dólares. Tudo, absolutamente tudo leva a crer que isto é apenas o princípio de um intercâmbio conseqüente, mesmo porque a Guiné pode perfeitamente se transformar num autentico cartão de visita para os outros países desta sub região africana. A qualidade do produto brasileiro reconhecida em Conacri, o artigo será procurado também nos mercados vizinhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra, como Líder do PR, o Senador Magno Malta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço inscrição como Líder do PSDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Senador Arthur Virgílio fica inscrito como Líder do PSDB.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, peço inscrição como Líder do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito como Líder do PSOL.

O Senador Magno Malta dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela Liderança do PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Arthur Virgílio, meu orador principal, eu disse aqui, no início desta Legislatura, que, se essa coisa de reencarnação é verdade – o que não acredito –, e se é verdade que a eloquência viveu algum dia, ela morreu e deve ter reencarnado em V. Ex^a. Mas, como não acredito em reencarnação, acredito que V. Ex^a seja a própria eloquência.

Ontem, notei algo, Senador Arthur Virgílio: pela primeira vez, eu o vi nervoso, trêmulo na tribuna, na sessão solene de homenagem ao nosso querido Antonio Carlos Magalhães, pelo que ele foi, significou e vai continuar significando para a política brasileira. Mas estava ali sentado, ouvindo o discurso de V. Ex^a.

Sr. Presidente, volto a esta tribuna para registrar à Nação que estou extremamente feliz com a operação realizada pela Polícia Federal – a operação em si merece elogios de todos nós –, que resultou na prisão desse traficante colombiano, em São Paulo. Uma mente diabólica, uma mente que Deus criou, mas a qualquer compromisso com a vida, comprometido com os deleites, até porque morava nababescamente, vivia nababescamente; confortavelmente dormia em cima do sangue de inocentes; dormia nababescamente e bebia das lágrimas de milhões de mães e pais que choram por seus filhos drogados, filhas drogadas, uma sociedade completamente envolvida com aquilo que chamo hoje, Sr. Presidente, de adubo da violência brasileira, que é o uso e o abuso das drogas.

Por isso, essa operação merece os aplausos de todos nós, porque dá fim às atividades desse traficante.

Ressalto a prisão desse grande narcotraficante, Senador João Pedro, que bebeu lágrimas de mães de todas as classes sociais, que tomou no cálice e na dor banhou-se, durante o tempo em que esteve solto, no sangue de milhões de pessoas inocentes, atingidas pela violência daqueles que abusam das drogas e fazem do crime o seu viés mais importante de vida.

Por isso, quero cumprimentar a Polícia Federal e dizer o quanto essa operação me deixou feliz. É pre-

ciso ter cuidado, porque sabemos que de dentro das carceragens e dos muros das penitenciárias é que se opera a violência contra a sociedade brasileira. É preciso ter cuidado para que o dinheiro dele não produza mais corrupção no sistema penitenciário antes de ele deixar este País, e que ele possa, assim como os outros, de dentro de uma cela, continuar comandando os seus negócios, a partir da corrupção do sistema, com o dinheiro que tem guardado.

Espero realmente que ele seja deportado rapidamente para os Estados Unidos, onde tem pena a cumprir, para que o tribunal de onde ele fez jorrar sangue de crianças possa julgá-lo.

Ao falar em deportação, registro minha inconformidade com a atitude do Governo – que eu apóio – em devolver os boxeadores, os pugilistas cubanos. Sou um adepto do boxe, amo o esporte, sou amigo pessoal e irmão de Popó, o que me orgulha muito. Acho que nunca poderíamos ter feito isso.

O Senador Eduardo Suplicy, em um aparte brilhante, como sempre, disse que falou com a sogra de um dos pugilistas, que afirmou que ele estava muito bem. Ela não era doída de falar de outro jeito, ela tinha de falar isso mesmo. Ninguém é doído de contrariar. Por isso, Sr. Presidente, venho à tribuna fazer o meu registro.

Sr. Presidente, registro também um movimento que existe em Minas Gerais, um dos mais bonitos, que fará, assim como todo o Brasil – e é parte de um movimento que existe em meu Estado –, relacionado à luta pela adoção.

Há um grupo de mulheres empreendedoras de Divinópolis, que vem envolvendo o Estado de Minas Gerais inteiro, com a vênua de juizes e de promotores. É a coisa mais bonita! Sr. Presidente, tenho recebido daqueles juizes e promotores da cidade de Divinópolis e dos Municípios vizinhos contribuições para o meu relatório sobre um projeto do Senador Marcelo Crivella para mudar as regras da adoção no Brasil, tão fácil internacionalmente, mas tão difícil quando se refere à adoção de crianças por famílias brasileiras.

Sr. Presidente, estive em Minas Gerais, onde pude participar de dois movimentos – um no sábado e outro no domingo. E quero parabenizá-los pelo que estão fazendo pelo bem-estar da humanidade, pelo bem das pessoas.

No próximo sábado, acontece no Espírito Santo, em Cachoeiro de Itapemirim, na Ilha da Luz, um grande movimento beneficente com figuras significativas da música do Brasil: Apocalipse 16, Fernando Fé, Adriano. Eu estarei lá também. Esperamos 50 mil pessoas. Uma das coisas que mais me deixa feliz é participar de eventos beneficentes. Sei para onde vai o resultado de tudo isso: para crianças desamparadas, vidas desgraçadas, pessoas desafortunadas, pessoas sem família, atingidas de uma forma ou de outra, jogadas ao léu, à própria sorte.

De forma que torço por aquele movimento. Convido todo o sul do Estado do Espírito Santo que está a me assistir, o pessoal de Alegre, Calçado, Guaçuí, Muqui, Marataízes, Itapemirim, Cachoeiro de Itapemirim, nosso pessoal de Ibatiba para baixo, Conceição do Castelo, terra do nosso querido Senador Casagrande, que estejam conosco nesse movimento em Cachoeiro de Itapemirim. Será um evento bonito, beneficente, onde não haverá uma ocorrência policial, porque, graças a Deus, não terá nem bebida, nem maconha, nem cocaína.

Sr. Presidente, voltarei a esta tribuna na próxima semana para felicitar um grupo de medalhistas do Espírito Santo, que muito nos orgulhou durante os Jogos Pan-Americanos, trazendo medalhas para o Brasil e para o povo do Estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador.

Regimentalmente, o Líder tem preferência. Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda há pouco, eu conversava ao telefone com o Senador Aloizio Mercadante, que já está de viagem, e ficou combinado que, na semana que vem, haverá um debate qualificado na CAE sobre o quadro, que começa a ficar preocupante, Senador Tião Viana, da economia internacional.

Pego aqui alguns dados. A Bolsa, às 14h29, registrava uma baixa de 2,63%; mas, ao longo do dia, chegou a cair 3,53%. E o dólar, às 14h30, estava R\$1,914 a compra e R\$1,916 a venda.

É evidente que isso certamente se refletirá numa majoração do Risco Brasil, mas chamo a atenção da Casa para o fato de que, desde a semana passada, percebemos, Senador Tião Viana, as bolsas européias voláteis. Houve a crise no Bear Stearns, que afastou o seu co-presidente, Warren Spector, após as perdas do Banco no mercado de crédito, o que provocou uma certa erosão na confiança dos investidores. O *payroll*, que é o nome técnico que se dá para o número de empregos gerados nos Estados Unidos, foi flébil em julho, e temos notícias ruins relacionadas ao chamado *subprime*, que é o crédito imobiliário fornecido a clientes de risco, que se revelou de risco até porque a inadimplência está gerando uma certa preocupação nos mercados internacionais.

Muito bem, Sr. Presidente! Junte-se a isso o fato de que as ações do setor bancário registraram perdas significativas, semana passada, em Wall Street.

Sr. Presidente, nós temos hoje o registro de que os mercados amanheceram e se mantiveram nervosos. O BNP Paribas suspendeu a movimentação de alguns de seus fundos, o que coloca na ordem do dia o temor de que a crise do *subprime* norte-americano se possa estar espalhando pela Europa. Além do BNP Paribas, há fundadas preo-

cupações em relação aos bancos alemães, que se demonstram bastante expostos neste momento.

E temos um dado. Nós estamos vendo o Brasil sofrer, claro que com menos impacto, até porque a economia está mais robusta depois de algumas reformas essenciais feitas e depois de termos esses 14 anos de estabilidade econômica. Isso é um patrimônio, Senador João Pedro. Isso não é pouco, isso é muito. O Brasil está menos vulnerável, mas ainda assim não é um país que se possa dizer imune a uma eventual piora, se essa piora for significativa e for longa no tempo, dessa crise de volatilidade que nós percebemos já na Europa e que se espalha por aquele continente, reforçando a idéia da volatilidade, que é a crise do *subprime* norte-americano.

Minha posição é bastante conhecida, e o Senador Tião Viana é testemunha dela. Nem sempre contando com a unanimidade na própria oposição e nem sempre contando com o apoio de setores do próprio Governo, eu jamais deixei de apoiar a posição do Banco Central, inclusive em relação ao reforço das reservas brasileiras. Alegava-se que tinha um custo e que, se há um custo, se termina perdendo no jogo da aplicação dos recursos. Tem um custo, sim. Mas eu vejo que esse custo é largamente compensado pela segurança relativa – não é absoluta – que as reservas, consistentes, de mais de US\$150 bilhões, oferecem ao País. Isso é muito importante.

O registro que faço, a título de alerta, é no sentido de que nós percebamos que há alguns sinais no ar de que a fase mais áurea da economia internacional pode já estar passando, essa fase áurea que, a meu ver, poderia ter sido mais bem aproveitada pelo Brasil se o País tivesse logrado realizar mais reformas estruturais. O Brasil realizou muitas reformas estruturais, sobretudo no primeiro ano do Governo Fernando Henrique, e realizou importantes reformas microeconômicas. Eu diria que, na parte macro, muita coisa foi feita no Governo do Presidente Fernando Henrique, sobretudo; na parte micro, alguma coisa de relevante foi feita já no Governo Lula, com a nossa ajuda, com a ajuda significativa das oposições. Falo da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, da Lei de Falência. Mas percebo que o Governo brasileiro não maximizou sua capacidade de aproveitar o que de melhor oferecia a liquidez fantástica dos mercados internacionais. Nunca sobrou tanto dinheiro. Nós vimos países que nem de leve ostentam os bons resultados macroeconômicos do Brasil com taxas de risco aproximadas às taxas do Brasil. É o caso da Venezuela, que se sustenta exclusivamente do petróleo. Vimos outros países. A Argentina, por exemplo. Se olharmos a Argentina de maneira mais objetiva, só mesmo uma liquidez internacional enorme é que pode possibilitar à Argentina estar com taxas de risco baixas.

Portanto, Sr. Presidente, temos de nos preparar para o fato de que são próprias do sistema capitalista de produção as crises cíclicas. São crises que atingem

mais alguns países do que outros, mas atingem a todos. Os momentos de bonança devem ser aproveitados.

O Brasil crescerá este ano não menos do que 4,5%. Não considero um despautério se lograr chegar ao 5%, menos ainda do que a média mundial. É menos que a média mundial porque ainda há a crise infra-estrutural, porque há a incompreensão do Governo em relação às agências reguladoras, porque não criamos, portanto, um ambiente de negócios favorável à plena confiança dos investidores no Brasil. É isso que justifica o Brasil, que, inclusive, tem de ter preocupações com o fornecimento de energia ao longo do tempo – há sinais de crise para 2010, 2011. O Brasil tem que olhar com muita atenção, fazendo reflexão sobre o que poderia ter crescido e não cresceu, já que poderia ter crescido mais e não cresceu.

Sr. Presidente, vejo dados sobre o consumo de aço. O consumo de aço no País há 26 anos não se altera *per capita*, e esse é um dado significativo para medirmos o desenvolvimento de um país. O Brasil teria de crescer 3%, ininterruptamente, durante 39 anos, para atingir o consumo *per capita* de aço da Espanha hoje. Teria de crescer à média de 3%, no mínimo, durante 39 anos seguidos, praticamente quatro décadas, para atingir o patamar de hoje da Espanha.

Portanto, fica o alerta. Os mercados estão nervosos. O melhor dessa fase de bonança internacional pode estar passando. E, se o melhor dessa fase internacional tão virtuosa está passando, temos de fazer algumas indagações. Como será a aterrissagem da economia norte-americana, que tem os dois déficits, o interno e o externo, a manipular, a resolver? Como se desdobrará essa crise, que espero momentânea, de volatilidade dos mercados europeus? Como se desdobrará essa preocupante crise do *subprime* norte-americano? Como se desdobrará tudo isso?

Portanto, como mensagem final, quando meu tempo se esgota, dirijo-me precisamente ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para lhe dizer que ele tem mesmo duas opções. Ele tem a opção de ficar sempre olhando as pesquisas para ver se não cai – e o Governo sempre fica feliz quando há uma pesquisa dizendo que ele não caiu, enfim. Não é candidato a mais nada. Então, por que essa preocupação com as pesquisas? De Gaulle não vivia preocupado com pesquisas. Roosevelt não vivia preocupado com pesquisas. É hora de assumir a figura do estadista e propor...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...ao Congresso um leque de reformas estruturais que possibilite ao Brasil duas coisas: primeiro, ainda no Governo dele, garantir taxas mais robustas de crescimento; e, segundo, ainda no Governo dele, nós...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Senador.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a está falando em pesquisa. Eu queria dizer que o Fujimori, bem ali, tinha essas pesquisas todinhas. Senador Arthur Virgílio, o Fujimori nunca teve menos de 70%. Pode verificar. Mas, se V. Ex^a quer uma pesquisa, está aqui. Deu no Noblat, uma nova enquete: “Em discurso, o Senador Mão Santa (PMDB – PI) disse: ‘Nunca se roubou tanto neste País’. Você concorda com ele? Discorda? Quer pensar melhor?” “Concordo: 88,82%.” O *site* do Noblat é um dos mais acreditados deste País. Pelo menos, vejo aqui os colegas Senadores sempre buscando informações. “Discordo: 11,18%.” Esses dados são de uma pesquisa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, com a contribuição sempre brilhante e oportuna que V. Ex^a presta ao meu discurso.

Sr. Presidente, encerro dizendo que o Presidente Lula tem que elencar um conjunto de reformas estruturais e endereçar ao Congresso. Isso prepara o País para as crises – crises que podem estar a caminho – e prepara o Governo dele para momentos de crescimento econômico mais robusto.

Mais dados, Sr. Presidente, para encerrar. A preocupação se generaliza. O FED, Banco Central norte-americano, anuncia oferta de US\$12 bilhões ao mercado aberto daquele país – basta dizer que a média era de US\$5 bilhões diariamente, passando para US\$12 bilhões – para aliviar as condições de estreitamento da liquidez, seguindo atitude parecida adotada pelo Banco Central Europeu, o BCE.

No início do pregão de hoje, o Standard & Poor's estava em baixa de 1,66%; o Nasdaq, em queda de 1,33%; as bolsas européias, em baixa, algo perto de 2%. O índice VIX, que mede a volatilidade do Standard & Poor's, subiu 17,5% perto das 15h de hoje, subindo, portanto, para 25,76%, levemente abaixo da máxima em 52 semanas, de 26,47%.

No Brasil, o real se desvaloriza hoje em 1,77%, cotado em US\$1.91 – é a última notícia que tenho; e o Risco Brasil em alta de 5,23%, cotado em 181 pontos.

Ou seja, é o alerta que faço. Hoje, participei, com o Senador Aloizio Mercadante, na CBN, de um debate qualificado sobre a CPMF. E disse eu a S. Ex^a que gostaria de repetir isso aqui, sobre essa preocupação que trago à Casa, e pedi a S. Ex^a que retomasse o compromisso que assumira comigo quando de sua posse na Comissão de Assuntos Econômicos. Eu disse ao Senador Aloizio Mercadante que nós tínhamos de tocar aquele dia-a-dia dos projetos, que são importantes para a economia, enfim, os projetos da vida prática, mais de curto prazo, mas que tínhamos que reservar um dia por semana ou duas vezes ao mês – no mínimo isso – para o debate de economia pura e simples, saindo do ramerrame, do mecanismo de “aprova ou não aprova” o projeto tal ou o projeto qual. O Senador Aloísio Mercadante me disse que já ia providenciar

essa mudança, estabelecendo – não sei se um dia por semana, mas pelo menos duas vezes por mês – um espaço na Comissão de Assuntos Econômicos, com ou sem a presença de economistas de fora, até porque há aqui quem maneje com correção o tema econômico, e há pessoas que, sem a formação acadêmica mais sólida, são empresários, têm o pé na vida real e podem contribuir enormemente para o debate. E vejo que a Comissão de Assuntos Econômicos tem que ter esse outro pé, não pode ser apenas a Comissão do “aprova ou não-aprova” projetos. Tem que ser a Comissão que debata os rumos do crescimento econômico, os entraves que o Brasil encontra, as necessidades que temos, o elenco de sugestões que temos a fazer ao Governo para que o Brasil maximize sua possibilidade de crescer.

Mas hoje venho moderadamente pessimista à tribuna, porque percebo que, se não é Cb, há nuvens no cenário econômico internacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador João Pedro e comunico à Casa que, logo em seguida, farei uma comunicação inadiável, de no máximo cinco minutos.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço nesta tarde um registro acerca de uma pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre políticas públicas do Brasil, do México e do Chile. O Instituto faz uma avaliação de uma das políticas mais importantes do Governo do Presidente Lula, o Bolsa Família. Esse programa alcança setores importantes da nossa sociedade: vítimas da exclusão, vítimas de processos históricos, vítimas do desemprego e da falta de solidariedade por que passam milhares de brasileiros, homens, mulheres, jovens e crianças.

Diz o IPEA, fazendo uma comparação entre o programa Oportunidades do México, o programa Chile Solidário e o nosso Bolsa Família, que esta política – e essa pesquisa tem 10 anos, pois trabalhou de 1996 para cá – contribuiu com 21% na queda da desigualdade nessa faixa de brasileiros e brasileiras, de crianças, de jovens que vivem no nosso País. Faz uma referência, inclusive, ao índice internacional para medir a desigualdade social, o Gini, mostrando que, inclusive, o Bolsa Família tem índices comparáveis com as políticas implementadas na Europa do Pós-Guerra, ou seja, com o mesmo crescimento.

Quero dizer que o Bolsa Família é uma política importantíssima do Governo Lula, uma política social, uma política solidária, uma política que inclui, uma política que repara erros seculares, históricos, com parcela do nosso povo.

Destaco aqui a pesquisa feita pelo IPEA, bem como o trabalho, que não é apenas do Governo Federal, mas um trabalho que envolve fundamentalmente as Prefeituras Municipais do nosso País. Penso que na execução, no foco do Bolsa Família, a participação das Prefeituras Municipais ajuda, no sentido de fazer com que o Bolsa Família cumpra um papel estratégico para parcela significativa do povo brasileiro.

O outro registro, Sr. Presidente, diz respeito à postura do nosso Ministro da Justiça, Tarso Genro, em relação aos dois pugilistas que foram repatriados para Cuba, e não deportados.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador João Pedro, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Já concedo o aparte a V. Ex^a, assim que concluir esse registro.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu queria pedir a V. Ex^a apenas...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Os dois atletas não foram, de forma alguma, deportados, até porque são cubanos. Eles foram repatriados. Trata-se da condução, do formalismo, da justeza do Ministro Tarso Genro...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador João Pedro...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – O outro atleta, Raffael Capote, será atendido no que diz respeito ao seu pedido de permanecer no Brasil.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pedi o aparte a V. Ex^a para solicitar-lhe, com a devida permissão do Presidente, Senador Renan Calheiros, um tempo a fim de fazer uma saudação a uma delegação de Parlamentares do Irã, que visita o Brasil e que se encontra aqui. Senador Arthur Virgílio, Senador José Agripino e demais companheiros, na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, faço este registro e desejo à delegação uma estada excelente e proveitosa no Brasil. Que possamos estreitar as relações entre os dois países. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em nome do Senado brasileiro, saúdo a honrosa visita dos Parlamentares iranianos, neste momento em que nos encontramos aqui em plena atividade, para impulsionar o País, levá-lo ao crescimento, desenvolvê-lo, aproximar as regiões do ponto de vista social, diminuir desigualdades. É muito importante a presença dos senhores aqui em nosso Parlamento. É uma honra muito grande.

Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a e ao Senador João Pedro. De antemão, peço um aparte a V. Ex^a, para discutir a questão da deportação dos jovens atletas cubanos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador João Pedro, também eu gostaria de merecer um aparte de V. Ex^a.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Eu gostaria de insistir. Os atletas cubanos não foram deportados. Façamos essa diferenciação, porque isso é importante. Eles foram repatriados; eles são cubanos. Agora, eu gostaria de ponderar ao Senador Mão Santa e ao Senador Heráclito Fortes. Há uma manifestação do Presidente Renan Calheiros e eu me comprometi com o Presidente do Senado a fazer uma intervenção rápida.

Primeiro, quero concluir, registrando o gesto do Ministro Tarso Genro na condução dessa questão. O Ministro está conduzindo e há uma prova cabal, visto que um atleta cubano vai ficar no Brasil porque procedeu de forma correta. Penso que o Ministro Tarso Genro agiu de forma republicana, representando verdadeiramente um Estado como o Estado brasileiro e um País como o Brasil.

A condução do Ministro Tarso Genro foi correta. Eu gostaria de fazer esse debate. Penso que o Ministro Tarso Genro deve prestar todos os esclarecimentos, porque não pode pairar dúvida alguma.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Faço esse registro, acompanhando a imprensa, a mídia brasileira.

Senador Mão Santa, vou ficar devendo o aparte a V. Ex^a, porque assumi um compromisso com o Presidente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu gostaria de que V. Ex^a pagasse logo e não acusasse o Presidente Renan, que é pleno de tolerância e de paciência.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Por favor.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Ontem, S. Ex^a presidiu uma sessão de sete horas. Estamos pedindo um ou dois minutos.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – O Presidente Renan vai fazer um pronunciamento.

Eu estou encerrando...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O Presidente Renan significa paciência e tolerância. Ontem, vi S. Ex^a presidir uma sessão que durou sete horas. Quero apenas dois minutos.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Senador Mão Santa, estou encerrando e prestando a minha so-

lidariedade ao Ministro Tarso Genro na condução dessa questão. Espero que o Ministro Tarso Genro volte a esta Casa ou à Comissão para prestar à sociedade e à imprensa brasileiras todos os esclarecimentos sobre essa questão.

Sr. Presidente. V. Ex^a foi extremamente paciente. Já que fiz um acerto, encerro o meu pronunciamento, para ouvir, inclusive, a manifestação do Presidente do Senado da República.

Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, eu poderia usar da palavra pela ordem e para uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o uso da palavra para uma questão de ordem e pela ordem coincide.

Trata-se de uma questão de ordem. A justificativa do Senador João Pedro não se baseia nos fundamentos da lei. S. Ex^a fugiu ao debate. Esta é a Casa do debate.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, antes do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem e espero que seja breve, Senador Arthur Virgílio, porque há um orador na tribuna do Senado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Com toda a brevidade, Sr. Presidente.

É apenas para registrar que recebi um documento relevante dos Deputados Gustavo Fruet e Vanderlei Macris. Quero fazer o registro e pedir a inserção nos Anais dessa matéria.

Eles sugerem “ao Ministério da Defesa instauração de processo administrativo e disciplinar para apurar a conduta do Diretor-Presidente e demais diretores da Agência Nacional de Aviação Civil, Anac, por gestão temerária perante a crise aérea, bem como o descumprimento das atribuições impostas pela Lei nº 11.182, de 2005”.

Faço o registro e peço a inserção nos Anais, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

De: Dep. Gustavo Fruet [dep.gustavofruet@camara.gov.br]

Enviado em: terça-feira, 7 de agosto de 2007 13:01

Para: Sen. Arthur Virgílio Neto

Prezado Líder,

Encaminho, em anexo, cópia da Indicação que apresentei nesta Casa, para sua apreciação.

Atenciosamente,

Gustavo Fruet

Deputado Federal

INDICAÇÃO Nº 863, DE 2007
(Dos Srs. Gustavo Fruet e Vanderlei Macris)

Sugere ao Ministério da Defesa a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar a conduta do Diretor-Presidente e demais Diretores da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC, por gestão temerária perante a crise aérea, bem como o descumprimento das atribuições impostas pela Lei nº 11.182/2005.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa,

A grave crise que a sociedade brasileira vem vivenciando com relação ao sistema de transporte aéreo é visivelmente decorrente de omissões da agência reguladora do setor, a ANAC, que, nos termos da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tem como atribuição principal regular e fiscalizar os serviços aéreos e cuidar da segurança da aviação civil. No entanto, o que todos os meios de comunicação noticiam e o que os fatos demonstram é que há uma verdadeira apatia da ANAC, omissão e ineficiência quanto ao seu dever institucional de fiscalizar, de acompanhar, de zelar pela segurança da aviação e de propor medidas preventivas.

Como se sabe, as agências reguladoras foram instituídas como órgãos técnicos imparciais, destinados a regular, fiscalizar e supervisionar alguns dos setores mais importantes da economia nacional. Os servidores de tais autarquias especiais – sobretudo os seus Diretores – devem ser qualificados com aptidões técnicas sobranceiras, de molde a exercer com eficiência os deveres inerentes à sua função pública. Assim, têm eles Diretores o dever de implementar soluções ótimas para o setor regulado, pena de incidirem na conduta omissiva de um *non facere quod debeat*. Ou melhor: pena de não serem leais com a instituição onde exercem o respectivo mandato.

Basta uma rápida leitura do artigo 116 da Lei nº 8.112/1990 para se constatar que “exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo” (inciso I) é um *dever estatutário ativo* dos servidores federais. Não é por outro motivo que a Lei nº 8.429/1992 qualifica como *ato de improbidade administrativa* “qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade e *lealdade às instituições*” (artigo 11. g.n.).

Assim, a abertura de Processo Administrativo Disciplinar é uma medida não somente legal, conforme expressa disposição do art. 143, da Lei nº 8.112/1990, mas também moral que a situação exige para que as responsabilidades funcionais sejam efetivamente apuradas e, para isso, nos termos da Lei nº 11.182/2005, que, em seu art. 14, estabelece:

“Art. 14. Os diretores somente perderão o mandato em virtude de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado, ou de pena demissória decorrente de processo administrativo disciplinar.

§ 1º (VETADO)

§ 2º Cabe ao Ministro de Estado da Defesa instaurar o Processo Administrativo Disciplinar, que será conduzido por comissão especial constituída por servidores públicos federais estáveis, competindo ao Presidente da República determinar o afastamento preventivo, quando for o caso, e proferir julgamento.”

Diante do exposto, pede-se a aplicação dos dispositivos constitucionais e regimentais.

Sala da Sessões, em 1º de agosto de 2007.

Deputado Gustavo Fruet

Deputado Vanderlei Macris

O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Exª será atendido, nos termos do Regimento.

Com a palavra o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo novamente este espaço que é nosso, dos Senadores, para prestar contas e informar V. Exªs sobre os desdobramentos da grave denúncia feita por mim desta tribuna na última terça-feira, que envolve, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Líderes partidários, uma tentativa de fraude à lei brasileira na transferência societária da TVA.

Uma denúncia, Sr. Presidente, essa sim, que fere a soberania nacional, agride os interesses brasileiros, estapeia a concorrência, desrespeita o mercado e rasga definitivamente a legislação brasileira.

Quero informar aos meus queridos Senadores e Senadoras, após a remessa ao Ministério Público, que é o fiscal da lei, por nossa Constituição, que enviei, na data de hoje, expedientes complementares a autoridades brasileiras e internacionais sobre o escuso e pantanoso negócio que está sendo tocado pela

Editora Abril, que publica a revista *Veja*, para a venda do controle acionário da TVA para a Telefônica, a Tellesp, de São Paulo.

Enviei, Sr. Presidente, hoje, ofícios à Polícia Federal, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Cade, cujo patriotismo de seus conselheiros não tenho dúvida alguma, que se encarregarão de abortar essa sombria transação ao Ministério das Comunicações, à Comissão de Valores Mobiliários, ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Governo e ao Parlamento espanhol, sede da empresa Telefônica.

A operação pretende, Sr. Presidente, ilegalmente, repassar da Editora Abril para a Telefônica espanhola o controle de 100% de uma operadora de televisão, em São Paulo, com transmissão por microondas, ou MMDS, como é tecnicamente conhecida.

A mesma operação ameaça transferir 86,7% de uma operadora a cabo, a Comercial Cabo, também em São Paulo, e 91,5% de uma operadora no Sul do País, a TVA Sul, em Curitiba, Foz do Iguaçu, Florianópolis e Camboriú. A transferência desses percentuais, como os senhores sabem, para grupos estrangeiros é ilegal, imoral e o método sub-reptício é absolutamente reprovável. Para tentar fraudar a lei, ludibriar o País, a editora, que se arvora em guardiã da lei, que se autoproclama defensora dos interesses brasileiros, que vive a enxovalhar pessoas sem provas, é a mesma

editora que recorre a métodos pouco ortodoxos de formação de um verdadeiro pomar, de um verdadeiro laranjal, tamanha a quantidade de “laranjas” criados se tal proposta for adiante.

Uma transação, Srs. Senadores, ilegítima, que venho combatendo e que, para satisfazer a cobiça de seus protagonistas, estava sorratamente sendo tocada.

Agora começo, e só agora começo, Senador Cristovam Buarque, a entender os motivos das denúncias mal costuradas, apressadas, ilógicas, inconsistentes, inverídicas. Só agora começo a entender, Senador Delcídio Amaral, as edições antecipadas da revista, o desespero em desmoralizar em desfavor da instituição que presido, a gana em me linchar com mentiras, leviandades, perseguições e, repito até ficar rouco, uma campanha persecutória sem provas, sem uma prova sequer.

Eles sabem, Sr. Presidente, o quanto lutarei para impedir que a ganância sem limites lese o interesse nacional. Não me silenciarão. Não temo os seus arremessos, não me acovardo diante deles, não abaixo a cabeça para os seus interesses menores.

Queria comunicar à Casa, aos Líderes partidários que acabo de requerer formalmente todos os votos dos Conselheiros da Anatel que trataram deste assunto. É uma operação de R\$922 milhões, quase R\$1 bilhão, que há de ser impedida em nome do Brasil e em nome do povo brasileiro. E se já houve, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, algum desembolso – e falam que já houve desembolso dessa operação – que encontrem a solução para desfazê-lo.

Espero que as autoridades brasileiras atuem de maneira enérgica, ponham um termo à operação e punam exemplarmente os envolvidos nela.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Líderes partidários, o Brasil não pode continuar sendo visto como campo fértil para o exercício da ambição de empresários antiéticos que tratam as leis do País com desrespeito.

Valho-me da oportunidade para informar também a Casa sobre documento que recebi, e mandei ao Conselho de Ética, da empresa Schincariol, desmentindo categoricamente a mentira publicada pela revista *Veja*, de que eu tenha, Srs. Senadores, interferido na transação de compra de uma unidade sua no Nordeste.

Mais do que desmentir o valor, que foi intencionalmente inflado pela revista para conferir, como os senhores sabem, ares de suspeita, a Schincariol desmonta a falsa imputação da revista de que eu teria atuado em benefício da compradora.

No documento oficial da empresa, Sr. Presidente, a Schincariol diz textualmente:

“A Schincariol está em dia com o Governo: não tem nenhum débito inscrito na Dívida Ativa da União, do Estado ou do Município exigível”.

Esclarece a empresa frisando que, como tantas outras, possui débitos em discussão administrativa inclusive no INSS, cujos débitos são de empreiteiras que prestaram serviços para a companhia Schincariol.

Veja a que ponto chegam os maledicentes. Utilizam, Senador Arthur Virgílio, o covarde anonimato da Internet para disseminar falsas denúncias. Recebi, hoje, a mensagem da Sr^a Thereza Collor negando ser de sua autoria qualquer texto contra mim que circula na rede de computadores.

Para encerrar, eu gostaria de transmitir aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras que estão chegando hoje à Polícia Federal os primeiros lotes de cheques depositados em minha conta bancária, lá no Estado, que comprovam as operações de venda de gado.

Aproveito a oportunidade também para reiterar que os Srs. Senadores podem contar com minha absoluta e integral correção de que os senhores verão que minha defesa está integralmente amparada em provas e que não sou dado, nunca fui dado, a arroubos nem serei algoz de ninguém, absolutamente de ninguém. Prefiro ser vítima a ser autor de injustiças. Se algo me credencia, me credenciou, me fez presidente desta Casa no 1º biênio e, agora, no 2º biênio foi exatamente o diálogo fácil que sempre tive com todos os Srs. Senadores, independentemente de partidos políticos. E vou fazer o que estiver ao meu alcance para que esse diálogo se mantenha alto, para que esta Casa do Congresso Nacional cumpra cada vez mais o seu papel, colaborando com o aperfeiçoamento institucional, com o crescimento da economia do Brasil, com a redução das desigualdades sociais, das desigualdades regionais e fazendo com que esta Casa seja uma instituição respeitada, porque o Brasil se fez no Parlamento e esta obra não está concluída. Para concluí-la, precisamos fazer concessões, precisamos vencer diferenças, precisamos aproximar posições, nós precisamos demonstrar ao Brasil que o Senado Federal é uma Casa madura, sabe o que quer e sabe que rumo deve perseguir.

Muito obrigado a todos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Senador Renan Calheiros, a Presidência determina neste momento à Secretaria-Geral da Mesa que envie as notas taquigráficas do seu pronunciamento à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal e ao Ministério Público Federal.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, o Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria dizer que, diante de tal denúncia, eu, como Presidente da Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia, embora conhecendo os membros da Anatel, embora conhecendo o Presidente da Telefônica, embora conhecendo representantes da Abril, não posso deixar de dizer que, diante do que foi aqui apresentado, na quarta-feira apresentarei à Comissão um requerimento convocando essas pessoas, por quem eu tenho o maior respeito, para que possam começar a prestar esclarecimentos diante dessa denúncia aqui apresentada.

Tenho respeito por todos eles, mas é uma denúncia muita séria. Então, apresentarei requerimento e espero que a Comissão acolha esse requerimento, para que possamos, de alguma maneira, esclarecer ou provar que há alguma coisa errada nesse sentido.

Queria só declarar isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque. V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me falar, Sr. Presidente, enquanto o Senador Cristovam assume a tribuna?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a devida brevidade, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que seja transcrito nos *Anais* do Senado a declaração do Presidente da seção Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil, que esclarece que obteve o depoimento do representante do Ministério Público Federal, órgão independente do Governo, por ocasião do depoimento dos dois pugilistas cubanos, que afirmou que ambos os pugilistas, espontaneamente, resolveram deixar o Brasil.

Peço para que seja transcrito.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Carlos Cesar Marques Frausino

De: Cláudio da Rocha Roquete
Enviado em: quinta-feira, 9 de agosto de 2007 16:21
Para: Tiago Nery
Cc: Carlos Cesar Marques Frausino
Assunto: Os cubanos, segundo a OAB-RJ

Os cubanos, segundo a OAB-RJ

Na seção de cartas de “O Globo”

OAB esclarece

Diante das notícias desencontradas sobre os dois boxeadores cubanos que abandonaram sua delegação durante os Jogos PanAmericanos, esclareço: a) na qualidade de presidente da OAB/RJ, estive na Polícia Federal em Niterói, sexta-feira à noite, para conhecer a situação dos dois atletas e oferecer lhes assistência jurídica, caso a desejassem; b) quando cheguei à PF, os boxeadores não estavam mais lá, mas num hotel, em liberdade vigiada; c) na PF pude conversar não só com o delegado federal responsável pelo caso, como também com o procurador da República Leonardo Luiz de Figueiredo Costa, representante do Ministério Público Federal, órgão independente do governo. O procurador me informou que entrevistara os atletas a sós, sem a presença de agentes policiais, e ofereceu-lhes a possibilidade de ingressar com um habeas corpus para que permanecessem no Brasil, mas ambos lhe informaram que, por livre e espontânea vontade, tinham decidido regressar a Cuba.

WADIH DAMOUS, presidente da seção Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (por e-mail, 8/8), Rio

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a será atendido nos termos do Regimento.

Com a palavra, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Eu sei que, comparado com as discussões do nosso dia-a-dia aqui, pode parecer que eu venho falar de coisa muito menor. Parece incrível, mas é muito menor o que eu venho falar. Eu venho lembrar aqui e trazer para o presente, nesta semana, o aniversário de 62 anos em que se lançaram as duas bombas atômicas durante a II Guerra Mundial. Por incrível que pareça, as coisas pequenas tomam tal vulto que as coisas grandes – verdade que com 62 anos de distância – ficam pequenas. Mas eu não posso deixar de trazer aqui esta lembrança que tem muito a nos ensinar: o fato, Senador Pedro, de o século XX ter trazido uma dimensão nova para a maldade. A maldade foi banalizada. Os perversos de antigamente agiam com nome. No século XX, eram anônimos os que conduziam a política e que administravam os campos de concentração. Havia Hitler, havia Stalin, mas, ali embaixo, havia pessoas normais: burocratas, funcionários, gerentes. Não passava de um simples piloto aquele que apertou o botão e soltou a bomba.

Nós caminhamos e chegamos a uma total banalidade do mal. O mal é cometido, hoje, burocraticamente. É preciso mencionar que lembramos o que se passou naquela época, mas não lembramos os gestos burocráticos da banalidade do mal neste momento, no mundo e no Brasil. Não é muito diferente do que aconteceu naqueles idos, Senador Heráclito, 62 anos atrás, quando um burocrata pilotando um avião apertou um botão e deixou cair uma bomba atômica. Depois, outro, pilotando outro avião, deixou cair a segunda bomba atômica. Não são diferentes dos burocratas que administravam o sistema de gerenciamento, seja dos campos de concentração da União Soviética – chamados Gulag – ou na Alemanha nazista. Não são diferentes do que muitos de nós, hoje, fazemos por omissão diante da maldade com que se administra a coisa pública. Afinal de contas, Senador Arthur Virgílio, seis milhões morreram em campos de concentração; trezentos mil em decorrência das duas bombas atômicas. Mesmo que se diga que é muito diferente a dimensão do mal, hoje somos Senadores, e temos 16 milhões de analfabetos. Não quero comparar o sofrimento e a morte em um campo de concentração com o sofrimento, sem morte, de um analfabeto no Brasil de hoje, em pleno século XXI. Mas a tortura é permanente para aquele que vive no analfabetismo.

E tudo aquilo que fazemos, Senador Crivella, às vezes, quando simplesmente ligamos o carro de manhã, para poluir e fazer o aquecimento global? Não quero comparar a responsabilidade daqueles que apertaram o botão para que caísse a bomba atômica com o nosso gesto de apertar um botão ou pisar no acelerador de um carro, mas é fato que, quando somamos os milhões de pessoas que hoje apertam o acelerador de um carro, lançando dióxido de carbono na atmosfera, estamos provocando desastres talvez maiores do que a banalidade da bomba atômica e do campo de concentração.

Aqui não é hora, não é tempo, não há espaço e talvez eu nem tenha competência para isto, para analisar os aspectos morais implícitos no gesto de administrar campos de concentração e no gesto de burocratas da área econômica que tomam decisões que levam milhões ao desemprego ou que jogam na hora de elaborar o Orçamento, fazendo com que milhares e milhares de pessoas morram na porta de hospital, por falta de um simples remédio que lhes salvaria a vida. Não farei essa comparação porque é uma reflexão muito mais profunda o que significa, de fato, a responsabilidade moral de cada pessoa.

A desigualdade no mundo em que vivemos hoje é fruto da ação de burocratas, funcionários e políticos como nós. Nós somos responsáveis por isso e jogamos a culpa nos que dirigiam os campos de concentração, nos que pilotavam os aviões 62 anos atrás. Talvez esqueçamos a nossa responsabilidade não por pilotar, mas exatamente por não quisermos assumir a pilotagem do avião chamado Brasil.

Quantos estão hoje comemorando comer porque recebem R\$70,00 do Bolsa Família, sabendo que isso não vai tirá-los da pobreza? Isso não vai emancipá-los das necessidades. E nós comemoramos como, certamente, aqueles pilotos comemoraram que estavam vencendo a guerra. Eles comemoravam que estavam salvando vidas dos soldados que não precisavam mais desembarcar no Japão porque a guerra acabava. Para eles, matar 200 mil pessoas foi evitar a morte de 500 mil. E nós assumimos que manter três milhões prisioneiros das necessidades do Bolsa Família é, ética e moralmente, melhor do que não fazê-lo, quando podemos fazer a outra coisa. Não é entre uma e outra. É a outra coisa que significava um programa de emancipação das massas brasileiras. É possível que aqueles pilotos, aqueles burocratas que administravam todas as perseguições ao povo judeu na Alemanha, não tivessem alternativa. Isso é uma discussão longa feita pelos diversos historiadores. Talvez eles nem tivessem alternativa. Nós temos.

Nós temos alternativas para reduzir o quadro de pobreza deste País, Senadora Maria do Carmo Alves. Não estamos fazendo o dever de casa. Estamos sendo coniventes com a banalidade do mal que toma conta do País. Não vou falar do mundo porque não é nossa responsabilidade. Estamos sendo coniventes, sim, com o crime bárbaro que se chama permanência da corrupção, a tolerância diante da corrupção, a aceitação da corrupção. Isso faz parte da banalidade do mal. Aceitar a corrupção é aceitar a banalidade de uma tragédia nacional, a tragédia da desmoralização dos costumes, Senador Marcelo Crivella, a desmoralização da classe política e, a partir daí, a desmoralização da democracia. Estamos sendo coniventes com a banalidade do mal.

Estamos sendo coniventes, quando percebemos a violência urbana, que mata mais no Brasil que nos países em guerra; que já matou 800 mil pessoas nos últimos 20 anos.

Estamos lembrando hoje, nesta semana, 62 anos das duas bombas atômicas. Morreram 300 mil pessoas. No Brasil, 800 mil já morreram por causa de uma violência que poderia ter sido controlada se lá atrás tivéssemos agido de maneira certa. Se hoje estivéssemos fazendo gestos certos. E esses gestos não são apenas mais cadeias, ainda que elas sejam necessárias, Senador José Agripino. São mais escolas, mais empregos, mais respeito, mais exemplos a serem dados por cada um de nós que fazemos a classe política e somos líderes neste País. Estamos sendo coniventes com essa banalidade do mal.

Aproveitei apenas esta semana para lembrar uma banalidade do mal de algumas décadas atrás para trazer à nossa de hoje. Mas não quero concluir ainda. Vou passar a palavra a um Senador que pediu aparte, o Senador Crivella. E, depois, quero dizer que está na hora de nos assombrarmos com a dimensão da tragédia que vivemos.

Senador Crivella.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Cristovam Buarque, apenas para ressaltar o caráter pedagógico e profundamente moral de suas palavras. Pedir até a transcrição nos Anais da Casa, se me for permitido. Há a banalização dessa violência: violência moral, psíquica e física. No Estado do Rio de Janeiro, são 300 mil crimes cometidos todos os anos; são mil por dia. Estamos nos acostumando a passar de carro diante de corpos dilacerados nas favelas, jogados na beira de rios, nas estradas, debaixo de pontes; desova de corpos humanos. Passa a ser simples, banal na capa de um jornal a foto de um carrinho de mão com o corpo de um desses meninos do narcovarejo das drogas de cabeça para baixo. O discurso de V. Ex^a é

extremamente significativo. Eu não gostaria que esse debuxo canhestro que faço aqui tirasse o brilho de seu pronunciamento tão bonito, que faz uma retrospectiva histórica com tamanha acuidade. Quero dizer que V. Ex^a tem toda razão. Mas quero lembrar também que, juntos, quando V. Ex^a era Ministro da Educação, pudemos realizar o programa de alfabetização de adultos com aquele convênio que V. Ex^a assinou. Colocamos 20 mil professores no Nordeste, educando adultos nas áreas mais remotas do semi-árido brasileiro. De alguma forma, colaboramos para que a banalidade fosse menor nos dias de hoje.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Crivella agradeço a V. Ex^a o aparte, especialmente por um detalhe: V. Ex^a é, entre os membros desta Casa, talvez o mais ligado à África. O que hoje fazemos na África, uns por ação, outros por omissão, é pelo menos tão grave quanto o que foi feito nos anos 30 e 40 na União Soviética e na Alemanha. Estamos sendo coniventes com o genocídio, estamos sendo coniventes com a banalidade do genocídio.

Nós pelo menos nos preocupamos – aqueles que tinham idade para isso nos idos da Segunda Guerra Mundial – quando descobrimos o que estava acontecendo nos campos de concentração quando ali chegaram as tropas russas e americanas. Hoje, vemos fatos semelhantes todos os dias pela televisão e nem nos assombramos. Banalizamos. Naquela época, só aconteceu porque era escondido. Se aquilo tivesse acontecido nos campos de concentração de maneira transparente, pela televisão, em cadeia nacional, não duraria muitos dias. Hoje, dura décadas. Pela televisão, assistimos a genocídio cotidiano, porque banalizamos o mal. É para isso que precisamos despertar e é com isso que precisamos nos assombrar.

Este País assustou-se, assombrou-se quando viu um avião espatifar-se, matando 199 pessoas. Nós nos assombramos. De repente, este Governo descobriu que havia um problema no ar. Já se decidiu construir aeroportos, fazer novas pistas, Senador Delcídio Amaral. Já se decidiu colocar um trem de uma cidade a outra, para transportar passageiros.

Por que é que nos assombramos quando 199 pessoas viram vítimas e nos deixam assustados, mas não nos assombramos quando sabemos que 1,5 milhão de crianças não vão entrar na escola e, em vez de nos assombrar, comemoramos, porque há 98% na escola?! Veja a que ponto chegou a banalidade do mal! Comemoramos que só 2% não estão na escola. Se fosse por aí, seria capaz de haver gente comemorando que, nesses 40 ou 50 anos de aviação, tenham morrido apenas mil ou mil e poucos passageiros.

É possível de alguém estar querendo comemorar porque foram só 199; poderia ter sido tantos mais, se todos os aviões tivessem caído naquele dia. É isso que fazemos quando comemoramos o fato de 98% das crianças estarem na escola em vez de chorar por causa dos 2% que estão fora. Comemoramos e fazemos festa porque alguns adultos foram alfabetizados, esquecendo os 16 milhões de analfabetos adultos que existem, quase três vezes mais do que havia em 15 de novembro de 1889, quando proclamamos um regime dito republicano, que até hoje não se republicanizou.

Precisamos assustar o Brasil com a tragédia que estamos construindo. E temo que, em vez disso, estejamos perdidos, discutindo como grandes problemas que são menores diante da tragédia, percebendo o risco que correm alguns aviões, esquecendo que o Brasil é um avião que não consegue decolar porque não está fazendo os investimentos corretos.

Vamos ter, sim, apagão elétrico. O Senador Delcídio entende disso. Talvez não queira falar, mas sabe que vai faltar gás, sobretudo. Falamos sempre do elétrico, mas o sistema de distribuição não é só a fonte, não é Evo Morales; são os tubos por onde passa o gás que vão estar danificados em poucos anos. Vai haver tragédias, inclusive decorrentes de explosões. Para não acontecer isso, vamos ter de fechar os registros, o gás vai chegar, e as indústrias vão fechar.

Precisamos nos assustar, Senador Crivella, e transformar isso aqui numa caixa de ressonância que assombre o povo brasileiro, para que, como aconteceu em virtude da grande tragédia que, lamentavelmente, aconteceu em Congonhas, nos despertemos para o apagão aéreo.

Sr. Presidente, pergunto se ainda posso dar um aparte. (Pausa.)

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Cristovam, permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Heráclito, ouço V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a, mais uma vez, vem a esta tribuna e demonstra a sua capacidade de indignação. Lembrou os campos de concentração, lembrou os métodos cruéis, lembrou a tristeza que nós vivemos com o acidente aéreo, mas eu queria acrescentar um fato, para que seja elencado na nossa capacidade de revolta e de indignação: o tratamento que o Governo brasileiro deu aos dois atletas cubanos, o repatriamento deles, e o silêncio do Governo. Hoje, nós ouvimos o Senador João Pedro, pela primeira vez, tentando justificar, e o Senador Suplicy, que, isoladamente, defende uma tese que podemos aceitar ou não. Mas é injustificável, porque, em um Estado de Direito, um País que sempre foi duro nessa questão se submeta

ao vexame e à pusilanimidade de, em tempo recorde, na calada da noite, no fim de semana, entregar dois jovens cidadãos a um país que os pede com a ânsia de puni-los e de se vingar. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu lhe agradeço. Acho que esse assunto merece um pouquinho mais, Sr. Presidente. Eu creio que, Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a trouxe um assunto correto. Nós não podemos desperdiçar nenhuma das denúncias de fatos que ferem os direitos humanos. E, se alguém chega neste País e pede direito de asilo, tem de receber esse direito, que inclusive está na Constituição. Devemos aprofundar e ver a responsabilidade do Governo brasileiro, se houve ou não, como devemos também ver a responsabilidade daqueles que aliciaram esses atletas, se foram ou não.

Isso tem de ficar esclarecido. O Brasil não pode deixar passar ao mundo esse fato de maneira clandestina, escondida. É preciso esclarecê-lo da maneira correta.

O Sr. Mão Santa (PMDB - PI) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Concedo um aparte ao Senador Mão Santa e, depois, concederei um aparte ao Senador Eduardo Suplicy, se o Presidente permitir.

O Sr. Mão Santa (PMDB - PI) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a falou em assustar. Eu fiquei assustado com o representante do Amazonas, que tão bem o Senador Arthur Virgílio ensinou a abertura do debate. Esta é uma Casa do debate. Ele representava o Ministro da Justiça, com uma tese que envergonhou o nosso País, da liberdade. Eu peço permissão para, em nome da verdade e das conquistas, reler o que considero o maior documento da história da humanidade, que foi feito na Assembléia Geral das Nações Unidas: Declaração Universal dos Direitos do Homem. Não vou lê-la toda, apenas alguns artigos. O art. III diz: “Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. Art. IX: “Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado”. Para ironia do destino, V. Ex^a ainda se lembra do número do PT? Ou já se esqueceu dele por completo?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Não. Eu me lembro. É o número 13.

O Sr. Mão Santa (PMDB - PI) – Pois é, o número 13. O art. XIII da Declaração Universal dos Direitos do Homem, respeitada em todo o mundo, diz o seguinte, Professor Cristovam Buarque:

Art. XIII. Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência (...) Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar”.

Art. XIV. Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

Art. XXIII. Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, às condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

Art. XXVIII. Toda pessoa tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Então, assusta-me o Ministro da Justiça querer tirar esses direitos. Eu aprendi de Montaigne que a justiça é o pão de que mais a humanidade precisa. E foi retirado esse direito, conquistado pela Declaração Universal dos Direitos dos Homens, aqui no nosso Brasil. Isso é uma vergonha, diria o Boris Casoy. Digo eu hoje porque eles não nos podem tirar deste plenário.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Peço um aparte brevemente, Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Eu gostaria de informar aos Srs. Senadores aparteados que temos muitos oradores inscritos e já prolonguei o tempo do Senador Cristovam Buarque pelo menos três vezes.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – O meu tempo, não. Dos que solicitam aparte.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Como V. Ex^a tem a capacidade da síntese, Senador Eduardo Suplicy, vou confiar muito no senhor.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente Magno Malta, até porque V. Ex^a fez uma referência a mim no pronunciamento desta tarde sobre esse tema, quando registrou que eu havia conversado com a sogra de um dos pugilistas. Como o Senador Heráclito Fortes mencionou, eu estava defendendo um ponto de vista; um ponto de vista que acredito seja comum a nós dois, Senador Cristovam Buarque. É o de querermos ver chegar, em breve, o dia em que todos os brasileiros, cubanos, argentinos, chilenos, bolivianos, membros das Américas, possam escolher onde estudar, viver e trabalhar. Portanto, que possam os pugilistas cubanos que vieram aos jogos do PAN terem a liberdade, se assim o desejarem, de permanecer em Cuba ou de vir ao Brasil e, se possível, como são exímios pugilistas... Creio que V. Ex^a sabe que treinei boxe e participei do campeonato de boxe de estreados da Gazeta Esportiva, em 1962, dos 15 aos 21 anos.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – A partir de agora, serei mais cauteloso nos meus debates com o Senador Suplicy. Eu não sabia dessa sua prerrogativa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Acho que o Senador Heráclito Fortes deseja muito que eu vá a Cuba...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Eduardo Suplicy...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Acho que o Senador Magno Malta gostaria muito que eu, ele e o Popó fizéssemos luvas com os dois pugilistas cubanos para sabermos de suas qualidades. E espero que o Presidente Fidel Castro promova essa possibilidade. Assim o Presidente Magno Malta, que também sabe lutar boxe, poderá participar dessas luvas com o nosso amigo Popó e os dois pugilistas cubanos. Mas quero dizer que este é o nosso propósito, Senador Cristovam Buarque: que possam todas as pessoas, tendo direito à boa educação desde crianças e escolhendo ser pugilistas, ter a liberdade de escolher onde disputar seus campeonatos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, 30 segundos para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Dou mais um minuto a V. Ex^a.

Senador Suplicy, vou adiantar o resultado: os dois cubanos não têm chance com Popó; eu e V. Ex^a também não. Eu não tenho chance com os cubanos, nem V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É só luva. V. Ex^a sabe que luva é só para treinar. V. Ex^a já havia combinado que eu, Popó e V. Ex^a um dia faríamos luvas. E vamos fazer. É claro, Popó é extraordinário.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Popó certamente não será bem recebido em Cuba, porque ele pegou o Casamayor, que era o ídolo de Cuba, e derrubou a casa e ganhou o segundo título mundial para o Brasil. Então, certamente, é melhor fazer esse negócio aqui.

Senador Cristovam.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Vamos promover uma luta do Casamayor com o Casagrande e ver o que é que dá.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – A casa do Espírito Santo cai.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, eu espero que V. Ex^a desconte esse tempo e me dê um pouco mais do que os segundos que estão ali marcados, 13, aliás.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Para quem já deu a V. Ex^a uns 25,...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Não, Presidente, não foi tanto.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – ... dou mais uns 3 ou 4.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Foi para o debate. E eu me contive dentro do tempo, até porque costume fazer isso na hora de falar, porque acho que, em discursos longos, ninguém presta atenção – já não prestam nem nos curtos.

Mas, Sr. Presidente, é apenas para concluir, dizendo que eu fiz questão de trazer aqui a lembrança daquela tragédia da humanidade, 62 anos atrás. Trouxe a debate o risco de que estejamos cometendo hoje crimes iguais, ao banalizarmos a maldade; e a sugestão de que precisamos assombrar o Brasil.

E, finalmente, gostaria de dizer que uma coisa que assombra ainda mais é que seria fácil resolver todo o nosso problema educacional. Temos como exemplo aqui hoje, visitando o plenário, o Prefeito de uma pequena cidade de Santa Catarina chamada Calmon, o Prefeito João Batista de Geroni. Nessa cidade, toda criança está na escola, toda criança tem seu uniforme, toda criança tem seus equipamentos, toda criança está estudando, toda criança está aprendendo.

Se ele faz lá, naquele Município tão pequeno, dá para fazermos no Brasil inteiro, mas, para isso, é preciso romper com essa banalidade do mal que nos está viciando.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007

Requeiro nos termos do artigo 218, do Regimento Interno, a inserção em ata do voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, Líder de cartel colombiano.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja encaminhado ao órgão competente.

Justificação

A Polícia Federal ao efetuar, através do seu serviço de inteligência, a prisão de um dos maiores traficantes de drogas do mundo, com um patrimônio

pessoal inestimável prestou um serviço incalculável à sociedade brasileira.

As famílias brasileiras têm vivido e visto nos últimos anos o devastador efeito das drogas alucinógenas na vida de seus filhos e parentes provocando mal muitas vezes irreversível ao usuário.

Os traficantes começam a aliciar menores de idade, até em portas de escolas, para a distribuição de drogas; menores estes que acabam, mais das vezes, nas cadeias ou no cemitério desestruturando a vida e os sonhos de estabilidade e união de toda uma família.

Neste sentido o trabalho da Polícia Federal torna-se imprescindível para desbaratar as quadrilhas de tráfico que minam a sociedade destruindo a vida de milhões de adolescentes, de crianças, dos pais e mães que não sabem como lidar com o assunto ou mesmo se defender do ataque constante desses facínoras.

Enquanto isto traficantes enriquecem deixando a população de usuários e suas famílias entregues a mais profunda pobreza e desesperança, uma vez que para sustentar o vício decorrente do uso das substâncias os jovens assaltam suas próprias casas em busca de dinheiro para comprar a droga.

Falta ainda o Estado se conscientizar e tomar drásticas providências no sentido de bloquear os bens desses indivíduos nefastos para aplicá-los, com seriedade, na criação de estabelecimentos públicos e gratuitos para a recuperação dos usuários de droga.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Magno Malta**, 4º Secretário.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REREQUERIMENTO Nº 883, DE 2007

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para que seja realizada, no dia 11 de outubro de 2007, Sessão Especial em homenagem ao Dia da Criança, que acontece em 12 do mesmo mês, com o objetivo de se discutir e encontrar meios para inclusão social das crianças do nosso País.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – **Cristovam Buarque**, Senador – PDT/DF – **Patrícia Saboya**, Senadora – PSB/CE – **Paulo Paim**, Senador – PT/RS – **Rosalba Ciarlini**, Senadora PFL/RN – **Cícero Lucena**, Senador – PSDB/PB – **Marconi Perillo**, Senador – PSDB/GO.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 884, DE 2007

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre empréstimo contraído pela cooperativa Nova Amafrutas junto ao Banco da Amazônia.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre empréstimo contraído pela cooperativa Nova Amafrutas junto ao Banco da Amazônia:

1. Qual o valor do empréstimo concedido à cooperativa Nova Amafrutas pelo Banco da Amazônia, em 2003?

2. Quem eram os dirigentes da cooperativa na ocasião da concessão do empréstimo?

3. Qual é a situação atual do empréstimo da referida cooperativa com o Banco da Amazônia?

4. A cooperativa Nova Amafrutas está em condições de saldar sua dívida junto ao Banco?

5. Alguma providência está sendo tomada no sentido de responsabilizar os dirigentes que negociaram o empréstimo pela falência da cooperativa?

Justificação

A revista **Veja**, em sua edição de 1º de agosto do corrente, publicou nota em sua seção Radar intitulada “A fruta podre do aloprado”, mostrando que a cooperativa Nova Amafrutas, no Estado do Pará, fechou no ano passado deixando uma dívida com o Banco da Amazônia no montante de R\$30 milhões.

A cooperativa Nova Amafrutas, em 2003, obteve financiamento junto ao Banco da Amazônia e, para tanto, contou com a articulação do Sr. Jorge Lorenzetti que, inclusive, foi escalado pelo Governo Federal para ser dirigente da referida cooperativa, localizada em Benevides, município na região metropolitana de Belém no Estado do Pará.

Assim, Senhor Presidente, as informações que ora requeiro tem por objetivo esclarecer a nota publi-

cada pela revista **Veja** para que se tenha a total transparência na aplicação adequada dos recursos públicos por parte do atual governo.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

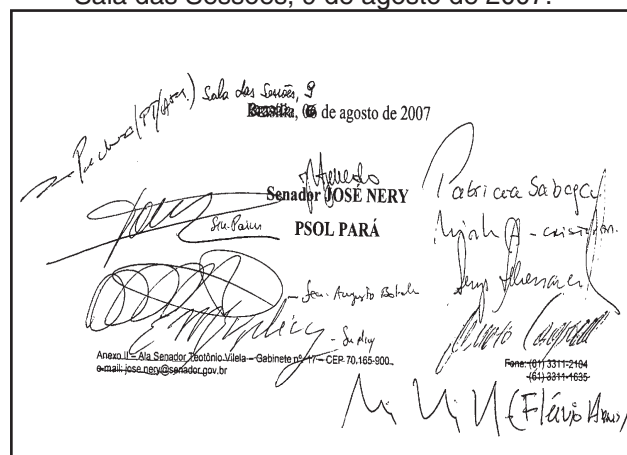
Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 885, DE 2007

Nos termos do Art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Senado realize no dia 8 de outubro do corrente ano Sessão Especial em Homenagem à memória de Ernesto Che Guevara, quando se completarão 40 anos de sua morte.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007.



Justificação

Em 8 de outubro próximo, o assassinato de Ernesto Che Guevara, uma das mais notáveis personalidades do século passado, completará 40 anos. Como sabem todos os membros deste Senado, sua morte ocorreu em 1967, em terras da Bolívia, e foi executada pelas forças armadas daquele país, em colaboração com a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos da América. Tratava-se de cumprir uma missão planejada ao arripio da soberania boliviana, por uma potência intolerante obcecado pela idéia de derrotar a revolução cubana e de impor aos países latino-americanos regimes políticos absolutamente servís aos seus interesses estratégicos. O assassinato como método de enfrentamento aos protagonistas das lutas nacionais e populares, que se desenvolviam nestes países, era comum naquele período da história; extraordinário,

exemplar, era a figura humana tomada como alvo daquele plano de assassinato em particular.

Che Guevara é lembrado no mundo inteiro pelo seu ideal de transformação profunda da realidade dos países que conformavam o “Terceiro Mundo”; pela coragem e generosidade extraordinárias e absoluto desprendimento que sempre demonstrou em seu esforço para organizar a luta contra a exploração e opressão, à luta por sociedades nacionais fundadas na justiça e igualdade sócia; pela sua inabalável convicção socialista. Mesmo tendo nascido no seio de família da classe média e se formado em medicina num país em que os médicos podiam usufruir a prosperidade econômica que seu país, a Argentina, experimentava à época, tomou a decisão irrevogável de conhecer e inserir-se na realidade de outros países; países cujos povos pudessem vislumbrar um futuro socialista. Sempre soube que sua vida estava em risco, mas optou por este risco permanente para dar sentido à missão que tomou para si, que viria torná-lo uma das figuras mais marcantes da história da humanidade.

A admirável história de vida de Che Guevara justifica o eterno pesar por sua morte em condições tão vis. Lembrá-las é um imperativo de afirmação das liberdades democráticas duramente conquistadas pelos povos da América Latina, numa época em que a própria Bolívia, sob o comando de Evo Morales, abandona seu passado de governos servis ao imperialismo e transforma suas forças armadas em instrumentos de defesa da soberania e da democracia sonhadas por Guevara e pelo seu próprio povo. Lembrá-las é um dever deste Senado da República do Brasil, certamente interessado em reafirmar seu reconhecimento aos valores representados por Che Guevara. Razão que justifica esta proposição.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 886, DE 2007

Nos termos do Art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Senado encaminhe votos de louvor à Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, pelo transcurso de seu 30º aniversário, em 8 de agosto do corrente.

Justificação

No dia 8 de agosto de 1977, quando estava em plena vigência a mais longa ditadura militar já instalada no Brasil, foi fundada no Estado do Pará a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH),

uma das mais antigas e atuantes associações civis na luta pela dignidade da condição humana e pela prevalência da justiça social no Brasil. Surgiu por iniciativa de abnegados lutadores e democratas, numa época tormentosa para os movimentos sociais e a cidadania, de castração dos direitos civis e políticos, de violação institucionalizada do direito à liberdade e à vida; urna época na qual eram alvos necessários da repressão militar todos os que ousassem contestar os pilares do regime vigente. O próprio ditador de plantão, general Ernesto Geisel, confessara, prestes a se tornar Presidente da República, que “Esse troço de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser”. No Pará, sob as bênçãos da ditadura e com apoio material das polícias civil e militar, o latifúndio promovia a violência e o assassinato de um número crescente de trabalhadores que lutavam pela terra. Eram tempos tormentosos aqueles, mas a SDDH surgiu exatamente porque foi concebida como instrumento efetivo da luta contra a violação dos direitos humanos, que incluía necessariamente lutar pela superação do regime político que a adotava como fundamento.

Imbuída dessa missão, a SPDDH jamais se furtou de denunciar os casos exemplares de violência e a impunidade no Pará, quaisquer que fossem os executores e mandantes, ignorando os riscos à integridade e à vida a que se expunham os seus próprios membros. Não por acaso, dois de seus ex-presidentes foram assassinados – Paulo Fontelles e Jaime Teixeira. Ainda em seus primórdios publicou o jornal alternativo **Resistência** – resistir é o primeiro passo, alvo de censura e repressão policial sistemáticas. A despeito de ter merecido o prêmio Esso, seus editores foram presos, sua gráfica incendiada e as bancas que vendiam o jornal sofreram atentados terroristas. Mesmo privada de seu mais emblemático órgão de comunicação, continuou a denunciar e a exigir que fossem apurados e punidos os casos de violência policial praticados durante a última década da ditadura, ajudando a desmistificar a suposta invencibilidade do regime e de seus prepostos e beneficiários. A coragem, os riscos que aceitaram correr e o sacrifício dos seus fundadores e primeiros militantes valeram a pena – a SDDH completa 30 anos de existência podendo se orgulhar de sua contribuição à luta que culminou com o advento do Estado de Direito hoje vigente no Brasil e os conseqüentes avanços no campo da defesa e promoção dos direitos humanos no Pará; uma contribuição de valor inestimável.

A importância e a determinação da SDDH não se esgotaram com a redemocratização do País e a garantia constitucional dos direitos humanos para todos

os brasileiros. Ao contrário, nestes mais de 17 anos de vigência de uma constituição democrática, intensificou e diversificou sua ação ao lado dos movimentos sociais no sentido de que tais direitos se efetivem no cotidiano do povo; agora, agregando à denúncia, ações propositivas. A SDDH está viva e fazendo história porque não se omite diante da distância abissal existente entre o direito consagrado na Constituição e a realidade concreta em que vive a maioria da população brasileira e do Pará. A afirmação do estado democrático, com a garantia dos direitos civis e políticos estabelecidos constitucionalmente, esbarra na precariedade do acesso dos pobres à justiça, na falta de transparência e uso indevido do dinheiro público, e nem de longe é acompanhada por uma real garantia dos direitos econômicos, sociais e culturais às grandes majorias populares. Os tímidos investimentos públicos em programas sociais contrastam com os elevados superávits primários produzidos com o objetivo único e exclusivo de pagar juros e encargos da dívida pública; reproduzem-se incessantemente a injustiça, as desigualdades sociais e a violação dos mais elementares direitos humanos.

No Pará, a situação é agravada pelas consequências sócio-ambientais de um modelo de desenvolvimento regional imposto de fora, eminentemente predatório de fora e contrário às reais vocações econômicas de sua população tradicional. A expansão desenfreada da fronteira econômica deixa um rastro de violência incomparável nos limites territoriais brasileiros. O Estado é campeão em conflitos agrários, assassinatos no campo e trabalho escravo; campeão em impunidade que favorece mandantes e executores de tantas violações, inclusive do direito à vida; foi palco do tristemente célebre Massacre de Eldorado dos Carajás e, mais recentemente, do covarde assassinato da saudosa irmã Dorothy Stang, entre milhares de ocorrências criminosas de igual natureza nas últimas décadas. No meio urbano, que não pára de expandir-se, as condições de acesso aos direitos humanos e de cidadania também não são pacíficas; a violência urbana atinge de forma especialmente drástica os jovens pobres situados na faixa de 15 a 19 anos, violência que, como no campo, ocorre muitas vezes por ação ou cumplicidade dos agentes públicos, da polícia e da justiça. A mais completa ausência de estado em numerosas localidades paraenses, onde prevalecem a vontade unilateral de velhas e novas oligarquias ou de seus agentes locais, é a prova cabal de que os postulados e disposições constitucionais são ainda um projeto de futuro incerto.

Por isso, a SDDH é e continuará a ser um valioso patrimônio democrático dos movimentos sociais de nosso estado. Oferece assessoria jurídica e política em diferentes regiões do Pará, em especial na região sudeste, onde é

maior a violência contra trabalhadores rurais, pequenos extrativistas e militantes de direitos humanos. Atua em parceria com as mais representativas associações civis dedicadas às lutas de mulheres, negros, homossexuais e outros segmentos historicamente vulneráveis ao preconceito e à violência, bem como, com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Governo do Estado do Pará, para viabilizar a solução dos casos que lhe são denunciados. Luta pela agilidade das decisões judiciais, considerando a urgência natural dos casos demandados ao Poder Judiciário e o risco de prescrição de penas para crimes contra os direitos humanos. Segue atuando junto ao Ministério Público e ao Tribunal do Júri, como assistente de acusação, para a proteção e reparação dos direitos humanos em casos como o de violência policial. Recentemente, tomou a iniciativa de organizar um movimento contra a criminalização das rádios comunitárias, absurdamente reprimidas pela Anatel e a Polícia Federal, em flagrante atentado contra o direito constitucional de expressão.

Dessa forma, a SDDH, na pessoa de seu atual presidente, advogado Marco Apolo Leão, faz jus aos nossos mais calorosos aplausos na data em que comemora seu 30º aniversário e ao reconhecimento desta Casa pela sua trajetória inatacável na defesa intransigente e incondicional da justiça social e dos direitos humanos; faz jus a proposição que encaminho a seguir:

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **José Nery**, PSOL/Pará.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 887, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministro de Estado das Comunicações, a remessa do inteiro teor dos votos dos membros do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações na decisão que concedeu anuência prévia à operação de reestruturação societária e transferência de controle e de outorgas de empresas do Grupo Abril e da empresa Telecomunicações de São Paulo S.A. – TELES/Telefônica (Processo nº 53500.031770/2006).

Justificação

Em decisão recente, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) deferiu anuência prévia à operação de vulto celebrada entre o Grupo Abril e a Telecomunicações de São Paulo S.A. (TELESP). A transação envolveu a transferência de controle e de outorgas relativas a serviços de televisão por assinatura. Cumpre ainda ressaltar que a Telesp integra o grupo espanhol Telefônica e é concessionária de telefonia fixa no Estado de São Paulo.

A legislação de telecomunicações estabelece restrições a entrada de operadores estrangeiros em determinados serviços de televisão por assinatura, sobretudo TV a Cabo. Ademais, também limita a exploração desse serviço por concessionários de telefonia fixa, caso da Telesp. Diante do porte da transação que, segundo informações veiculadas na própria página da Anatel na Internet, chega a quase R\$1 bilhão, e das controvérsias jurídicas suscitadas, requer-se análise detalhada e transparente do negócio, a fim de que não parem dúvidas sobre sua legalidade.

Conta ainda que a decisão tomada pela Agência não foi unânime, o que só reforça a necessidade de conhecer, em detalhes, as razões levantadas a favor e contra o negócio.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Renan Calheiros**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 888, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, a inserção em ata de voto de aplauso ao empresário Assis Gurgacz, pela passagem, hoje, do oitavo aniversário de fundação da Faculdade Assis Gurgacz, instituição de ensino superior com sede na Avenida das Torres, nº 500, no Município de Cascavel, Estado do Paraná, pelo trabalho realizado em prol da educação naquele Estado.

Justificação

O empresário Assis Gurgacz instituiu, em outubro de 1997, a Fundação que leva o seu nome, uma entidade sem fins lucrativos, que hoje já possui um histórico de atuantes intervenções junto à comunidade na prestação

de serviços sócio-educativos, nos aspectos mais importantes de uma sociedade, tais como as transformações sociais, manifestações do espírito democrático, desenvolvimento de valores éticos e da consciência cidadã. Desde sua criação, a Fundação sempre esteve atuante junto à comunidade em que se insere. Suas ações buscam atender as necessidades locais e regionais, diagnosticadas por especialistas em problemas geopolíticos. O universo social é atendido por programas sócio-educativos, que visam à promoção do ser humano, na perspectiva crítica e emancipada, afastando, portanto, qualquer ação simplesmente assistencialista.

Com este mesmo escopo criou a Faculdade Assis Gurgacz, que é, hoje, uma das instituições de ensino superior que mais cresce no Paraná. Com oito anos de existência, a FAG é referência na região Oeste do Estado pela diversidade de cursos de graduação e pós-graduação e também por sua estrutura moderna e surpreendente. O campus da FAG revela a atenção pela imponência de seus prédios. O projeto da obra prevê um total de 120 mil metros quadrados de área construída.

Além dos grandes blocos de salas de aula, o campus conta com o prédio de laboratórios de Engenharia e Arquitetura; as Clínicas FAG – uma arrojada obra que chama a atenção do visitante já na entrada do campus -; quadras poliesportivas; o campo de futebol; o Centro de Vivência da Terceira Idade e uma reserva ambiental com 17,4 hectares. Ao todo, são 173 salas de aula à disposição dos acadêmicos, além de 84 modernos laboratórios. O prédio da Reitoria é um edifício com cinco mil metros quadrados que conta com um auditório para 780 pessoas. Provisoriamente, o prédio da Reitoria também abriga a biblioteca que, em seguida, terá seu próprio espaço. As próximas obras serão um ginásio esportivo e um ginásio aquático – que completarão a estrutura das quadras cobertas existentes hoje – um teatro e, por último, uma grande área de vivência envolta em um centro comercial. A Faculdade Assis Gurgacz ministra cursos de graduação e de pós-graduação. Os cursos de graduação criam espaços para discussões, conhecimento e desenvolvimento de uma visão crítico-reflexiva acerca da profissão, da sociedade e de um mundo cada vez mais globalizado. Além de promover oportunidades de aplicações práticas da teoria apreendida em sala de aula. A FAG continua investindo na abertura de novos cursos para suprir outras necessidades do mercado de trabalho, ministrando hoje os cursos de Administração, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Biológicas, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharias, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Jornalismo, Nutrição,

Pedagogia, Psicologia, Publicidade e Propaganda e Secretariado Executivo. A Faculdade Assis Gurgacz deverá, nos próximos anos, constituir-se em referência no ensino superior para toda a região Sul do Brasil, através da valorização do seu corpo de colaboradores e reconhecimento da qualidade do ensino ministrado, de tal forma que a sua transformação em universidade se dará como a consequência natural de um processo de desenvolvimento. Esse é o pensamento que norteia o seu corpo administrativo.

Pelo incontestável papel que vem exercendo no desenvolvimento social, educacional, político e econômico do Paraná, o Empresário Assis Gurgacz tornou-se merecedor do mais profundo respeito da comunidade paranaense e brasileira, razão pela qual, com base no artigo 222 do Regimento Interno do Senado, requeiro este voto de aplauso e congratulações.

Sala das Sessões, 9 de agosto 2007. – Senador **Alvaro Dias**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 889, DE 2007

Requeiro, nos termos dos artigos 159 e 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da Sessão Ordinária do dia 11 de setembro de 2007 seja dedicado à memória das vítimas de atentados terroristas ao redor do mundo.

Justificação

A cada ano cresce o número de vítimas de atentados terroristas ao redor do mundo.

Em 19 de agosto de 2003, um caminhão-bomba arremeteu contra o Hotel Canal, quartel-general da Organização das Nações Unidas no Iraque. A explosão, que fez ruir parte do prédio, matou 17 pessoas e feriu mais de 100. Entre os mortos estava o diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello, alto comissário da ONU para Direitos Humanos e representante máximo da organização na reconstrução do Iraque. O único propósito de sua permanência naquele país era o de ajudar o povo iraquiano.

No dia 11 de setembro de 2001, dois aviões derrubaram as torres gêmeas do complexo de **World**

Trade Center, em Nova Iorque. Outro avião se chocou contra o Pentágono e um terceiro, que se dirigia provavelmente para Washington, foi abatido perto de Pittsburg. O mundo ficou estarelecido, uma vez que os atentados nos EUA foram transmitidos pela televisão, ao vivo, e assistidos por pessoas de todos os países. Esses atentados causaram a morte de 2.973 pessoas e o desaparecimento de 24.

A Embaixada Israelense, em Buenos Aires, foi alvo de um ataque, em março de 1992, no qual morreram 29 pessoas e mais de 200 ficaram feridas. Nesse episódio, também foram atingidas uma igreja católica e uma escola.

Era verão em Londres, julho de 2005, Jean Charles de Menezes Mineiro de Gonzaga, saiu de sua casa, num bairro de operários pobres, para trabalhar. Confundido com um homem-bomba, foi morto no metrô com oito tiros à queima-roupa por forças especiais da polícia britânica, treinadas para atuar no reconhecimento de suspeitos de terrorismo. Esse brasileiro de 27 anos, e nada tinha a ver com atentados terroristas, ele só era um trabalhador, um eletricitista, e tornou-se mais uma vítima da guerra contra o terrorismo.

A prática do terrorismo, como vemos atualmente, tem sua origem na não-realização de justiça em vários países. O caminho escolhido pelas nações ricas, pode não ter sido o mais adequado. A pobreza, a fome e a injustiça, são maus conselheiros e indutores do terrorismo. Isso, naturalmente, não explica nem justifica atentados de homens-bomba contra a população civil inocente, seja onde for. O terrorismo é uma praga tão grande quanto a guerra declarada que atinge civis, porque trai a humanidade ao acabar com a vida dos que não são responsáveis pelos atos dos governos dos seus países. Essa Sessão tem a finalidade de homenagear as vítimas e as famílias de todos os atentados que ultrapassa fronteiras e ideologias e culturas. Devemos nos unir para lutar pela paz no mundo.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 890, DE 2007

Requer tramitação conjunta do PLC nº 44/2007 com o PLS nº 473/2003.

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do

Projeto de Lei da Câmara, (PLC) nº 44, de 2007, e do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 473, de 2003, por versarem sobre a mesma matéria (Estágios de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio e outros).

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Osmar Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Sobre a mesa decisão que passo a ler.

É lida a seguinte:

DECISÃO

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de sua competência prevista no inciso VI do art. 98, combinado com o art. 258, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, resolve deferir o Requerimento nº 890, de 2007, de tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, com o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007.

Senado Federal, 9 de agosto de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Em virtude da decisão da Mesa, o **Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003**, perde o caráter terminativo e passa a tramitar em conjunto com o **Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007**.

A Presidência determina que seja procedida a confecção de 2ª autuação do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, a fim de que, juntamente com o Projeto de Lei da Câmara, vá ao exame simultâneo das Comissões de Educação e Assuntos Sociais, uma vez que o último tramita em regime de urgência constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 891, DE 2007

Requeremos a V.Ex^a, nos termos regimentais pertinentes, seja tornado sem efeito o Requerimento nº 565/2007, anteriormente apresentado à Mesa Diretora desta Casa, cujo teor solicita a realização de

Sessão Especial, em 24 de agosto de 2007, com objetivo de homenagear a memória do ex-Presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, pelo transcurso do 53º aniversário de seu falecimento.

Requeremos, outrossim, com base no Art. 199 do RI do Senado Federal e no Ato da Mesa Diretora nº 1/97, seja destinada parte da Sessão Deliberativa do dia 29 de agosto de 2007 – Hora do Expediente – para a realização da referida homenagem.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador, **Sergio Zambiasi**, Líder do PTB em exercício, **João Vicente Claudino** – PTB, **Augusto Botelho**, **Eduardo Azeredo**, **Heráclito Fortes**, **Garibaldi A. Filho**, **Leomar Guintanilha**.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 892, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Oficial Bombeiro do Distrito Federal Major Luiz Henrique Andrade Barbosa ocorrido em trágico acidente de helicóptero no dia de hoje em Ceilândia.

Requeiro, também, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da família do Major Luiz Henrique Andrade Barbosa.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Adelmir Santana** – Senador **Cristovam Buarque**.

REQUERIMENTO Nº 893, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Oficial Bombeiro do Distrito Federal Capitão José Frederico Assunção Magalhães ocorrido em trágico acidente de helicóptero no dia de hoje em Ceilândia.

Requeiro, também, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da família do Capitão José Frederico Assunção Magalhães.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Adelmir Santana** – Senador **Cristovam Buarque**.

REQUERIMENTO Nº 894, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso para o Senhor Rodrigo Alves Gonçalves.

Requeiro ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

O Senhor Rodrigo Alves Gonçalves, engraxate de 22 anos da cidade de Vitória, morador de Cariacica, no Bairro Rio Branco, que com bravura e extremo espírito de solidariedade humana salvou a vida do garoto Matheus Vinicius Oliveira Galetti, de cinco anos, que foi jogado por um andarilho da Ponte Florentino Avidos (Cinco Pontes), que liga Vitória e Vila Velha, na manhã do dia 7 de agosto.

O exemplo, coroado de êxito, de coragem e solidariedade humana demonstradas pelo Senhor Rodrigo, em um brilhante trabalho de salvamento da vida de uma criança, torna-se digno do aplauso da nação e, em especial, desta mais alta Câmara do País.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Magno Malta**.

REQUERIMENTO Nº 895, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Bombeiro do Distrito Federal Sargento Lélío Antônio da Rocha ocorrido em trágico acidente de helicóptero no dia de hoje em Ceilândia.

Requeiro, também, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da família do Sargento Lélío Antônio da Rocha.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Adelmir Santana** – Senador **Cristovam Buarque**.

REQUERIMENTO Nº 896, DE 2007

Requeiro nos termos do artigo 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário que seja consignado, nos anais do Senado, voto de pesar para o ex-Prefeito de Ecoporanga, Senhor Chico Coletor.

Requeiro, ainda, que o voto de pesar seja encaminhado à família do falecido.

Justificação

O ex-Prefeito de Ecoporanga Francisco Roberto Figueiredo Gomes, conhecido como Chico Coletor falecido na noite do último sábado foi eleito vereador em 1983 atuando no Legislativo por dois mandatos onde foi Presidente da Câmara de Vereadores do município.

Teve uma vida pautada pela dedicação incansável à política e ao município sempre preocupado com o bem comum, o crescimento e o desenvolvimento de Ecoporanga.

Sua dedicação é um exemplo de vida que deve merecer a homenagem especial deste Senado Federal, portanto peço ao Presidente do Senado, junto com os meus pares para que este voto de pesar seja inserido e registrado para sempre nos anais da Casa.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Magno Malta**, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 897, DE 2007

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Trabalho, informações sobre aquisições de terra e de empreendimentos agrícolas e agroindustriais vinculados à produção de etanol e de biodiesel por capital estrangeiro nos últimos cinco anos.

Justificação

A história do Brasil marca-se pela repetição de oportunidades perdidas. Perdeu-se a chance de utilizar bem a riqueza do açúcar que fez de Olinda e Recife umas das mais ricas cidades do mundo em seu tempo. O ouro de Minas Gerais foi usado para financiar o consumo em Portugal e o desenvolvimento da revolução industrial na Inglaterra. Perdeu-se a chance do café e deixou-se de usar o desenvolvimento industrial para a construção de uma sociedade estável e eficiente.

Atualmente, vivencia-se a oportunidade do agro-negócio, especialmente com a chance de o Brasil transformar-se em uma importante fonte de bioenergia. E outra vez corre-se o risco de o Brasil perder o trilho caso a oportunidade não seja bem utilizada.

Os acordos em marcha entre os governos brasileiro e estrangeiros, o risco de ocupação irracional de terra para atender o mercado criado pela demanda mundial de combustível e as compras sucessivas de terras e usinas de álcool por empresas do exterior podem levar o País, mais uma vez, a ser usado sem tirar o devido proveito.

Por esta razão, ao tempo em que se necessita estar aberto à oportunidade que surge, a história alerta para o nosso passado e cobra responsabilidade com nosso futuro.

O Senado Federal não pode ficar alheio a esta realidade e, nesse sentido, apresentamos esse requerimento de informações para o qual o apoio de nossos ilustres pares.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Cristovam Buarque** – Senador **Eduardo Azeredo** – Senador **Eduardo Suplicy**.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: RRS Nº 17 - C, DE 2007 - CRE
ASSINAM O REQUERIMENTO NA REUNIÃO DE 9 / 8 / 2007. OS SENHORES(A SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SENADOR HERÁCLITO FORTES	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)	
EDUARDO SUPLYCY (PT)	1 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	2 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
FERNANDO COLLOR (PTB)	3 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	4 - SERYS SLHESARENKO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	5 - FÁTIMA CLEIDE (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	6 - FRANCISCO DORNELLES (PP)
PMDB	
PEDRO SIMON	1 - VALDIR RAUPP
MÃO SANTA	2 - LEOMAR QUINTANILHA
VAGO	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
JARBAS VASCONCELOS	4 - GILVAN BORGES
PAULO DUQUE	5 - GARIBALDI ALVES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES (DEM)	1 - EDISON LOBÃO (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	2 - CÉSAR BORGES (DEM)
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	3 - KÁTIA ABRE (DEM)
ROMEU TUMA (DEM)	4 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
ARTHUR VIRGILIO (PSDB)	5 - FLEXA RIBEIRO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - WILSON MATOS (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	7 - SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1 - JEFFERSON PÉRES

REQUERIMENTO Nº 898, DE 2007

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Justiça, informações sobre aquisições de terra e de empreendimentos agrícolas e agroindustriais vinculados à produção de etanol e de biodiesel por capital estrangeiro nos últimos cinco anos.

Justificação

A história do Brasil marca-se pela repetição de oportunidades perdidas. Perdeu-se a chance de utilizar bem a riqueza do açúcar que fez de Olinda e Recife umas das mais ricas cidades do mundo em seu tempo. O ouro de Minas Gerais foi usado para financiar o consumo em Portugal e o desenvolvimento da revolução industrial na Inglaterra. Perdeu-se a chance do café e

deixou-se de usar o desenvolvimento industrial para a construção de uma sociedade estável e eficiente.

Atualmente, vivencia-se a oportunidade do agro-negócio, especialmente com a chance de o Brasil transformar-se em uma importante fonte de bioenergia. E outra vez corre-se o risco de o Brasil perder o trilhado caso a oportunidade não seja bem utilizada.

Os acordos em marcha entre os governos brasileiro e estrangeiros, o risco de ocupação irracional de terra para atender o mercado criado pela demanda mundial de combustível e as compras sucessivas de terras e usinas de álcool por empresas do exterior

podem levar o País, mais uma vez, a ser usado sem tirar o devido proveito.

Por esta razão, ao tempo em que se necessita estar aberto à oportunidade que surge, a história alerta para o nosso passado e cobra responsabilidade com nosso futuro.

O Senado Federal não pode ficar alheio a esta realidade e, nesse sentido, apresentamos esse requerimento de informações para o qual o apoio de nossos ilustres pares.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Cristovam Buarque** – Senador **Eduardo Azeredo** – Senador **Eduardo Suplicy**.

PROPOSIÇÃO: RGS Nº 17-D, DE 2007 – CRE
ASSINAM O REQUERIMENTO NA REUNIÃO DE 9 / 8 / 2007, OS SENHORES(A)
SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SENADOR HERÁCLITO FORTES	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)	
EDUARDO SUP LICY (PT)	1 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	2 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
FERNANDO COLLOR (PTB)	3 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	4 - SERYS SLHESARENKO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	5 - FÁTIMA CLEIDE (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	6 - FRANCISCO DORNELLES (PP)
PMDB	
PEDRO SIMON	1 - VALDIR RAUPP
MÃO SANTA	2 - LEOMAR QUINTANILHA
VAGO	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
JARBAS VASCONCELOS	4 - GILVAN BORGES
PAULO DUQUE	5 - GARIBALDI ALVES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES (DEM)	1 - EDISON LOBÃO (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	2 - CÉSAR BORGES (DEM)
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	3 - KÁTIA ABRE (DEM)
ROMEU TUMA (DEM)	4 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
ARTHUR VIRGILIO (PSDB)	5 - FLEXA RIBEIRO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - WILSON MATOS (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	7 - SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1 - JEFFERSON PÉRES

REQUERIMENTO Nº 899, DE 2007

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, informações sobre aquisições de terra e de empreendimentos agrícolas e agroindustriais vinculados à produção de etanol e de biodiesel por capital estrangeiro nos últimos cinco anos.

Justificação

A história do Brasil marca-se pela repetição de oportunidades perdidas. Perdeu-se a chance de utilizar bem a riqueza do açúcar que fez de Olinda e Recife umas das mais ricas cidades do mundo em seu tempo. O ouro de Minas Gerais foi usado para financiar o consumo em Portugal e o desenvolvimento da revolução industrial na Inglaterra. Perdeu-se a chance do café e deixou-se de usar o desenvolvimento industrial para a construção de uma sociedade estável e eficiente.

Atualmente, vivencia-se a oportunidade do agrogócio, especialmente com a chance de o Brasil trans-

formar-se em uma importante fonte de bioenergia. E outra vez corre-se o risco de o Brasil perder o trilho caso a oportunidade não seja bem utilizada.

Os acordos em marcha entre os governos brasileiro e estrangeiros, o risco de ocupação irracional de terra para atender o mercado criado pela demanda mundial de combustível e as compras sucessivas de terras e usinas de álcool por empresas do exterior podem levar o País, mais uma vez, a ser usado sem tirar o devido proveito.

Por esta razão, ao tempo em que se necessita estar aberto à oportunidade que surge, a história alerta para o nosso passado e cobra responsabilidade com nosso futuro.

O Senado Federal não pode ficar alheio a esta realidade e, nesse sentido, apresentamos esse requerimento de informações para o qual o apoio de nossos ilustres pares.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Cristovam Buarque** – Senador **Eduardo Azeredo** – Senador **Eduardo Suplicy**.

PROPOSIÇÃO: PQS Nº 17-E, DE 2007 - CRG
 ASSINAM O REQUERIMENTO NA REUNIÃO DE 9 / 8 / 2007, OS SENHORES(A):
 SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SENADOR HERÁCLITO FORTES	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)	
EDUARDO SUP LICY (PT)	1 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	2 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
FERNANDO COLLOR (PTB)	3 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	4 - SERYS SLHESARENKO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	5 - FÁTIMA CLEIDE (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	6 - FRANCISCO DORNELLES (PP)
PMDB	
PEDRO SIMON	1 - VALDIR RAUPP
MÃO SANTA	2 - LEOMAR QUINTANILHA
VAGO	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
JARBAS VASCONCELOS	4 - GILVAN BORGES
PAULO DUQUE	5 - GARIBALDI ALVES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES (DEM)	1 - EDISON LOBÃO (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	2 - CÉSAR BORGES (DEM)
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	3 - KÁTIA ABRE (DEM)
ROMEU TUMA (DEM)	4 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
ARTHUR VIRGILIO (PSDB)	5 - FLEXA RIBEIRO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - WILSON MATOS (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	7 - SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1 - JEFFERSON PÉRES

REQUERIMENTO Nº 900, DE 2007

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, informações sobre aquisições de terra e de empreendimentos agrícolas e agroindustriais vinculados à produção de etanol e de biodiesel por capital estrangeiro nos últimos cinco anos.

Justificação

A história do Brasil marca-se pela repetição de oportunidades perdidas. Perdeu-se a chance de utilizar bem a riqueza do açúcar que fez de Olinda e Recife umas das mais ricas cidades do mundo em seu tempo. O ouro de Minas Gerais foi usado para financiar o consumo em Portugal e o desenvolvimento da revolução industrial na Inglaterra. Perdeu-se a chance do café e deixou-se de usar o desenvolvimento industrial para a construção de uma sociedade estável e eficiente.

Atualmente, vivencia-se a oportunidade do agronegócio, especialmente com a chance de o Brasil trans-

formar-se em uma importante fonte de bioenergia. E outra vez corre-se o risco de o Brasil perder o trilho caso a oportunidade não seja bem utilizada.

Os acordos em marcha entre os governos brasileiro e estrangeiros, o risco de ocupação irracional de terra para atender o mercado criado pela demanda mundial de combustível e as compras sucessivas de terras e usinas de álcool por empresas do exterior podem levar o País, mais uma vez, a ser usado sem tirar o devido proveito.

Por esta razão, ao tempo em que se necessita estar aberto à oportunidade que surge, a história alerta para o nosso passado e cobra responsabilidade com nosso futuro.

O Senado Federal não pode ficar alheio a esta realidade e, nesse sentido, apresentamos esse requerimento de informações para o qual o apoio de nossos ilustres pares.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Cristovam Buarque** – Senador **Eduardo Azeredo** – Senador **Eduardo Suplicy**.

PROPOSIÇÃO: RQS Nº 17-F, DE 2007 – CRE
ASSINAM O REQUERIMENTO NA REUNIÃO DE 9/8/2007, OS SENHORES(A) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SENADOR HERÁCLITO FORTES	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)	
EDUARDO SUP LICY (PT)	1 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	2 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
FERNANDO COLLOR (PTB)	3 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	4 - SERYS SHESSARENKO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	5 - FÁTIMA CLEIDE (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	6 - FRANCISCO DORNELLES (PP)
PMDB	
PEDRO SIMON	1 - VALDIR RAUPP
MÃO SANTA	2 - LEOMAR QUINTANILHA
VAGO	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
JARBAS VASCONCELOS	4 - GILVAN BORGES
PAULO DUQUE	5 - GARIBALDI ALVES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES (DEM)	1 - EDISON LOBÃO (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	2 - CÉSAR BORGES (DEM)
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	3 - KÁTIA ABRE (DEM)
ROMEU TUMA (DEM)	4 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
ARTHUR VIRGILIO (PSDB)	5 - FLEXA RIBEIRO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - WILSON MATOS (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	7 - SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1 - JEFFERSON PÉRES

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 901, DE 2007

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos que a homenagem ao Dia do Comerciante, inicialmente marcada para o dia 23 próximo, seja transferida para a Hora do Expediente da Sessão do dia 30 do corrente mês.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Adelmir Santana** – Senadora **Serys Slhessarenko** – Senador **Augusto Botelho** – Senador **Wellington Salgado** – Senadora **Lúcia Vânia** – Senador **Marcelo Crivela**.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 902, DE 2007

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2007 que, “Modifica a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a adesão de escolas de nível médio, pessoas jurídicas prestadoras de serviços de corretagem de seguros e representação comercial ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Gilvam Borges**.

REQUERIMENTO Nº 903, DE 2007

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 398, de 2007 que, “Altera o art. 141 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o aumento de pena no caso de crime contra a honra praticado pela Internet, e o art. 14 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para estabelecer que a autoridade policial deverá, no momento da comunicação do crime, acessar o sítio indicado e imprimir o material ofensivo, lavrando o respectivo termo, em que certificará a consumação do delito”, seja

ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática por estar no âmbito da sua competência.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Wellington Salgado**.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 75/07-DEM

Brasília, 9 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Antonio Carlos Júnior para ocupar, como suplente, a vaga deste Partido na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder dos Democratas no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – A Presidência designa o Senador Antônio Carlos Júnior para integrar como suplente a Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do expediente lido.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 81/07-DEM

Brasília, 9 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a minha substituição pelo Senador Antonio Carlos Júnior, como suplente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder dos Democratas no Senado Federal.

OF. Nº 82/07-DEM

Brasília, 9 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a minha substituição pelo Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder dos Democratas no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

GABINETE DA LIDERANÇA DO PTB

Of. nº 280/2007

Brasília, 8 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais o Senhor Deputado Alex Canziani (PTB-PR) na qualidade de Titular e em substituição ao Senhor Deputado Jovair Arantes (PTB-GO) para a Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 382, de 25 de julho de 2007, que “Dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da CONFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira; e dá outras providências”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Jovair Arantes**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. Int. GSSM nº 8/2007

Brasília, 7 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, cumpro o dever de informar a V. Exa. que, embora com autorização regimental, em atenção ao meu Requerimento nº 688, de 2007, para representar o Senado Federal no III Simpósio Brasil-Alemanha de Meio Ambiente, ocorrido nos dias 22 a 28 de julho último, imprevisível superveniência de deveres indeclináveis coincidentes com esse período impossibilitou-me de participar da nobre missão, razão pela qual incumbi à chefia do meu Gabinete comunicasse imediatamente a essa Presidência o cancelamento da minha participação, conforme cópia anexa do Of. Int. GSSM 2/07, datado de 3 de julho de 2007. – Senador **Sibá Machado**, PT/AC.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Encerrou-se na última terça-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 38, de 2007**, de autoria do Senador Valter Pereira, que *altera dispositivos da Resolução nº 20, de 1993, instituindo o regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Encerrou-se na última terça-feira o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2007**, tendo como primeiro signatário o Senador Leomar Quintanilha, que *dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Carajás, nos termos do art. 49, inciso XV, da Constituição Federal*;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2006** (nº 2.416/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso I do caput do art. 44, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – cursos sequenciais)*;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2006** (nº 4.801/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a aplicação das regras de origem previstas no Acordo sobre Regras de Origem do GATT 1994 e dá outras providências*.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Esgotou-se na última terça-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2003**, de autoria do Senador Hélio Costa, que *altera o art. 40 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e lhe acrescenta art. 40-A, determinando a aplicação da pena, até o dobro, na hipótese de tráfico ilícito de drogas quando o crime envolver ou visar a atingir criança ou adolescente ou, ainda, for*

- praticado nas dependências ou imediações de estabelecimento de ensino;*
- **Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2003**, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre a incorporação do adicional de insalubridade ou periculosidade no salário do empregado;*
 - **Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2004**, de autoria do Senador Magno Malta, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que *aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o trecho rodoviário compreendido entre as localidades de Pedro Canário (ES) e Nanuque (MG);*
 - **Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2004**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *altera o art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer a obrigatoriedade de uso do equipamento suplementar de retenção (air bag);*
 - **Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2004**, de autoria do Senador José Maranhão, que *altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para fixar a data de vencimento das quotas de imposto de renda das pessoas físicas no oitavo dia útil de cada mês subsequente ao de competência;*
 - **Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2005**, de autoria do Senador Francisco Pereira, que *altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso a textos sagrados;*
 - **Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2005**, de autoria do Senador Paulo Octávio, que *altera a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e delega poderes aos Ministros de Estado do Turismo, das Relações Exteriores e da Justiça para isentar a exigência de visto de entrada do turista, quando o interesse nacional o recomendar, e dá outras providências;*
 - **Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2005**, de autoria do Senador Leonel Pavan, que *dispõe sobre o início do pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal, e dá outras providências;*
 - **Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2006**, de autoria do Senador Flávio Arns, que *dá nova redação ao parágrafo único do art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para alterar a autoridade julgadora do recurso relativo a Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social;*
 - **Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2006**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que *acrescenta dispositivo ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para incluir o exame de detecção do câncer de mama, útero ou próstata, nas hipóteses em que o empregado poderá se afastar do serviço sem prejuízo do salário;*
 - **Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2006**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que *insere parágrafo único no art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre atendimento médico e odontológico aos estudantes do ensino fundamental público;*
 - **Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2007**, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que *dá a denominação de Euclides da Cunha ao trecho acreano da rodovia BR-364 e altera a Lei nº 8.733, de 25 de novembro de 1993, que “dá a denominação de Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira à rodovia BR-364”;*
 - **Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2007**, de autoria do Senador Cícero Lucena, que *altera a redação do § 1º do art. 19-I da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluído pela Lei nº 10.424, de 2002, e dá outras providências (acrescenta ao Sistema Único de Saúde – SUS o fornecimento de medicamentos de uso continuado não sujeitos a controle especial, entre outros necessários ao cuidado integral dos pacientes em seu domicílio);*
 - **Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2007**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Planalto do Araxá (UFPLA), com sede na cidade de Araxá, no Estado de Minas Gerais, e campi avançados da Universidade Federal de Sergipe (UFS), nos Municípios de Estância, Lagarto, Nossa Senhora da Glória e Própria, no Estado de Sergipe;*
 - **Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2007**, de autoria do Senador Expedito Júnior, que *inscreve o nome de Cândido Mariano da Silva Rondon, o Marechal Rondon, no Livro dos Heróis da Pátria; e*
 - **Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2007**, de autoria do Senador Paulo Paim, que *autoriza o Po-*

der Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Gravataí no Estado do Rio Grande do Sul.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, o **Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2003**, rejeitado, vai ao Arquivo; e os demais projetos, aprovados, vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – A Presidência comunica ao Plenário que, com referência ao **Requerimento nº 507, de 2007**, lido na sessão do dia 14 de maio último, que solicita audiência da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2006, retifica o despacho aposto naquela oportunidade, uma vez que o referido requerimento requer o adiamento da discussão, nos termos do art. 279, inciso I, do Regimento Interno.

Nesses termos, o Requerimento nº 507, de 2007, será apreciado quando o referido Projeto constar da Ordem do Dia para discussão, em turno único.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 655, DE 2007

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre o Aviso nº 157, de 2000, do Tribunal de Contas da União, que encaminha Relatório das Atividades do Tribunal relativas ao segundo trimestre de 2000.

I – Relatório

I.1. – Histórico

Veio a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 157 de 2000, do Tribunal de Contas da União, que encaminha Relatório das Atividades do Tribunal relativas ao segundo trimestre de 2000.

O processo chegou ao Senado em 1º de setembro de 2000 e foi encaminhado a esta Comissão no dia 4 daquele mesmo mês.

Em 30 de maio de 2001 foi nomeado relator o Senador Bello Parga, que emitiu parecer aprovado pela Comissão em sessão de 28 de junho de 2001, no qual faz sugestões e opina pela remessa do processo ao arquivo.

I.2. – Análise da Matéria

No seu texto original, nada de inovador no relatório, nem se compõe ele de matéria que demande alguma decisão da parte desta Comissão.

Digno de nota que o TCU, naquela oportunidade, ressaltou a adoção de medidas no intuito de tornar a fiscalização cada vez mais efetiva e eficaz.

Entre as medidas adotadas, destacam-se a racionalização processual, visando a celeridade da tramitação, o incremento na política de desenvolvimento de recursos humanos, a revisão no planejamento estratégico, o estreitamento das relações com o Congresso Nacional.

Em resumo, o Relatório informa que o TCU apreciou 9.779 processos naquele ano, em 193 sessões do Plenário e das Câmaras. As tomadas e prestações de contas e as tomadas de contas especiais corresponderam a 3.858 processos, dos quais 808 foram julgados irregulares, o que gerou a condenação de 845 responsáveis ao pagamento de multa ou ressarcimento de débitos no valor de 36,4 milhões de reais.

Houve ainda, em 66 processos, a condenação de responsáveis por prática de atos irregulares ou não-cumprimento de decisões do Tribunal ao recolhimento de 641,1 mil reais.

Naquele parecer da lavra do Senador Bello Parga, porém, foi decidido requerer ao TCU as seguintes informações adicionais:

a) análise detalhada de cada uma das providências de controle enumeradas no item I.2 daquele Parecer;

b) aplicação de cada uma das medidas de controle enumeradas no item I.2, discriminando-se a data de aplicação, o responsável a quem foi aplicada a multa e os efeitos advindos das providências tomadas relativamente aos resultados dos procedimentos investigatórios em curso, nos últimos cinco anos;

c) as dificuldades e obstáculos eventualmente encontrados pelo TCU na aplicação das medidas enumeradas no item I.2 do Parecer; e

d) sugestões para o aprimoramento da legislação envolvida com as medidas referidas.

O referido item I.2 do Parecer do Senador faz menção à quantia monetária arrecadada pelo TCU referente a multas, considerada irrisória quando comparada com o montante aplicado de multas.

O Senador, naquela oportunidade, chamou a atenção para a variedade de meios que a legislação defere ao Tribunal com vistas à eficácia do cumprimento de suas ações, porém o relatório de atividades tem evidenciado não estarem sendo suficientes ou eficazes os meios disponibilizados pela lei.

Em conseqüência, foi expedido o Ofício nº 870 SF, pelo então Presidente do Senado Federal em exercício, por meio do qual se encaminharam ao TCU as solicitações e recomendações contidas no Parecer.

Em resposta (fls. 108), o TCU encaminhou uma série de anexos em que elenca:

a) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal;

b) declaração de inidoneidade de licitante fraudador, para participar, por até 5 anos, de licitação na Administração Pública Federal;

c) remessa ao Ministério Público de cópia da documentação que evidencie dano ao erário, decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico, ou, ainda, desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, para ajuizamento das ações cíveis e penais cabíveis;

d) sustação de atos administrativos ilegais e respectiva comunicação ao Congresso Nacional;

e) comunicação ao Congresso Nacional sobre contratos irregulares, visando à sua sustação;

f) inclusão, em cadastro encaminhado ao Ministério Público Eleitoral, para efeito de inelegibilidade, dos nomes dos responsáveis ocupantes de cargos ou funções públicas que tiveram contas julgadas irregulares, por decisão irreversível;

g) solicitação à Advocacia Geral da União da adoção das medidas necessárias ao arresto de bens dos responsáveis julgados em débito;

h) afastamento cautelar do responsável no curso da instrução processual; e

i) decretação cautelar de indisponibilidade dos bens dos responsáveis, por até um ano.

Ressalta, por fim, o então Presidente do TCU que naquela oportunidade o TCU não dispunha de informações relativas às medidas adotadas pelo Ministério Público em face dos documentos que o Tribunal encaminhou para o ajuizamento das ações cabíveis.

Em agosto de 2001, o Senador Ney Suassuna apresentou à Mesa Diretora do Senado o Requerimento nº 487/2001, aprovado sob número 39/2001 na CFC (fls. 109-C) por meio do qual pede que seja encaminhada ao Ministério Público Federal a listagem recebida do TCU denominada "remessa ao Ministério Público de cópia da documentação que evidencie dano ao erário, decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico, ou, ainda, desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, para ajuizamento das ações cíveis e penais cabíveis", a fim de que o *Parquet* informe a esta Comissão:

a) se o Ministério Público já ajuizou as respectivas ações constantes de lista;

b) o andamento de cada processo; e

c) os processos que já tiveram sentença definitiva.

O requerimento recebeu parecer favorável da Comissão Diretora (fls. 121 a 124 e 128), tendo sido determinada a revisão na montagem do presente processado e a aprovação de solicitação ao Procurador-Geral da República dos dados acima citados, juntando-se a listagem do Tribunal de Contas.

II – Voto do Relator

Conforme já mencionado em outros pareceres que tramitaram no âmbito desta Comissão, facultase ao TCU apresentar o relatório na forma e com o conteúdo que entender, diante da inexistência de norma sobre a matéria.

A rigor o relatório poderia conter, ainda, um resumo de todas as contas julgadas regulares e irregulares, a listagem dos devedores e responsáveis e daqueles que tiveram seus direitos limitados por decisão daquela Corte.

Não se pode negar, porém, que a forma como tem sido elaborado é plenamente válida e permite o conhecimento de fato das atividades que têm se desenvolvido na Corte de Contas federal.

Verifica-se, no entanto, que especificamente este Relatório de Atividades do TCU foi enriquecido pelos anexos produzidos em razão do contido no parecer oferecido pelo Senador Bello Parga.

Entre eles, a anexo 3 que cuida das irregularidades comunicadas ao Ministério Público Federal, para a promoção das ações cabíveis e que foi objeto do Requerimento nº 487/2001.

A propósito, é de todo recomendável que se verifique junto à Secretaria Geral da Mesa, se foi ou não oficiado o Ministério Público para se pronunciar sobre o oferecimento das ações devidas em face das comunicações produzidas pelo Tribunal.

Assim sendo, somente cabe a essa Comissão conhecer da matéria e remetê-la ao arquivo de forma a que se produza novo aviso à luz da resposta que se receber do Ministério Público ao requerimento já citado.

Sala da Comissão 17 de março de 2004. – Senador **João Ribeiro**, Relator – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AVS Nº 157 DE 2000

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 17/03/04, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	<i>[Signature]</i> (RELATOR "AD HOC")
RELATOR :	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
VAGO	1-ANA JÚLIA CAREPA <i>[Signature]</i>
VAGO	2-DELCÍDIO AMARAL <i>[Signature]</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES	3-GERALDO MESQUITA JUNIOR <i>[Signature]</i>
AELTON FREITAS	
DUCIOMAR COSTA	
PMDB	
NEY SUASSUNA	1-VALMIR AMARAL
LUIZ OTAVIO	2-ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	
JOÃO ALBERTO SOUZA	
PFL	
CÉSAR BORGES	1-JORGE BORNHAUSEN
EFRAIM MORAIS	2-PAULO OCTAVIO
JOÃO RIBEIRO	
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	
PSDB	
ARTHUR VIRGILIO	1-LEONEL PAVAN
ANTERO PAES DE BARROS	
PDT	
OSMAR DIAS <i>[Signature]</i>	1-ALMEIDA LIMA
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI	

PARECER Nº 656, DE 2007

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem (SF) nº 119, de 2007 (nº 515/2007, na origem), de indicação do Doutor Pedro Paulo Teixeira Manus, para compor o Tribunal Superior do Trabalho na vaga reservada a juizes de carreira da magistratura trabalhista.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 8 de agosto de

2007, apreciando o relatório apresentado pelo Senador Aloizio Mercadante, sobre a Mensagem (SF) nº 119, de 2007, opina pela aprovação da indicação do Doutor Pedro Paulo Teixeira Manus para compor o Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do art. 111-A, da Constituição Federal, por votos favoráveis, contrários e abstenções.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2007. – Senador **Marco Maciel**, Presidente – Senador **Aloizio Mercadante**, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA	
PROPOSIÇÃO: <u>MSF Nº 119 DE 2007</u>	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE <u>08/08/2007</u> , OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):	
PRESIDENTE: <i>Marco Maciel</i>	
RELATOR: <i>Aloizio Mercadante</i> Sen. Aloizio Mercadante	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESSARENKO	1.IDELI SALVATTI
SIBÁ MACHADO	2.INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPPLY	3.PATRÍCIA SABOYA GOMES
ALOIZIO MERCADANTE (Relator)	4.MARCELO CRIVELLA
EPITÁCIO CAFETEIRA	5.JOÃO RIBEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI	6.MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	
PSOL	
	7.JOSÉ NERY
PMDB	
PEDRO SIMON	1.ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP	2.WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3.LEOMAR QUINTANILHA
JARBAS VASCONCELOS	4.PAULO DUQUE
VALTER PEREIRA	5.JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6.NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1.ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL (Presidente)	2.JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3.JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4.KÁTIA ABREU
ROMEU TUMA	5.MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6.FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7.JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8.MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9.MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1.OSMAR DIAS

Relator: Senador **Aloizio Mercadante**

Encaminha o Senhor Presidente da República, a esta Casa, a indicação do Doutor Pedro Paulo Teixeira Manus, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (São Paulo – SP), para compor o Tribunal Superior do Trabalho, na qualidade de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista. A mensagem presidencial foi remetida em cumprimento ao art. 52, inciso III, a e ao art. 111-A da Constituição Federal.

Nascido aos 12 de março de 1951 na Capital do Estado de São Paulo, o indicado graduou-se em Direito pela Faculdade Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo no ano de 1973, tendo obtido o grau de Mestre em Direito do Trabalho em 1984, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e de Doutor em 1995, novamente pela PUC de São Paulo.

Aprovado em concurso público, foi servidor do Tribunal Regional do Trabalho entre 1974 e 1980, ano em que ingressou nos quadros da magistratura trabalhista. Foi Juiz Substituto até 1983, quando ocupou a presidência da então 14ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo.

Em 1993, passou a integrar o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Naquela Corte, ocupou a presidência da 5ª Turma desde setembro de 2000 a 2004 e a vice-presidência judicial, daquele ano até 2006. Desde setembro de 2006, exerce a vice-presidência administrativa daquele Tribunal. Em 1997, exerceu a função de Juiz Convocado junto ao Tribunal Superior do Trabalho.

Além de sua atuação na magistratura trabalhista, é necessário destacar o desempenho acadêmico do indicado, professor do curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo desde 1978, Livre Docente desde 2000 e Professor Titular do Departamento de Direito Civil, Processual Civil e do Trabalho daquela instituição, tendo exercido a Chefia do Departamento entre 2001 e 2005.

Além de sua duradoura associação à PUC de São Paulo, o indicado também desempenhou, na qualidade de professor convidado, atividade docente em

muitas outras instituições de ensino, bem como registra participação em inúmeras bancas de mestrado e doutorado na área de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho.

É autor de numerosas publicações e artigos sobre questões trabalhistas, sendo membro titular da Academia Nacional de Direito do Trabalho, da Academia Paulista de Direito e da Academia Paulista de Magistrados.

Finalmente, é relevante destacar que o indicado foi agraciado com a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Comendador, que lhe foi outorgada pelo Tribunal Superior do Trabalho em 1995.

Diante do exposto, consideramos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a presente indicação presidencial, nada mais havendo a acrescentar no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2007. – Senador **Marco Maciel**, Presidente – Senador **Aloizio Mercadante**, Relator.

PARECER Nº 657, DE 2007

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem (SF) nº 120, de 2007 (nº 516/2007, na origem), de indicação do Doutor Fernando Eizo Ono para compor o Tribunal Superior do Trabalho na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 8 de agosto de 2007, apreciando o relatório apresentado pelo Senador Osmar Dias, sobre a Mensagem (SF) nº 120, de 2007, opina pela aprovação da indicação do Doutor Fernando Eizo Ono para compor o Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do art. 111-A, da Constituição Federal, por 20 votos favoráveis, contrários e abstenções.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2007.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIAPROPOSIÇÃO: MSF Nº 120 DE 2007ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 08/08/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	
RELATOR:	<i>Osman Dias</i> Sen. Osman Dias
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESSARENKO <i>Serys</i>	1.IDELI SALVATTI <i>Ideli</i>
SIBÁ MACHADO <i>Siba Machado</i>	2.INÁCIO ARRUDA <i>Inacio</i>
EDUARDO SUPLICY <i>Eduardo Suplicy</i>	3.PATRICIA SABOYA GOMES
ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio Mercadante</i>	4.MARCELO CRIVELLA
EPITÁCIO CAFETEIRA	5.JOÃO RIBEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI	6.MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Alcides</i>	
PSOL	
	7.JOSÉ NERY
PMDB	
PEDRO SIMON	1.ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>	2.WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3.LEOMAR QUINTANILHA
JARBAS VASCONCELOS <i>Jarbas Vasconcelos</i>	4.PAULO DUQUE
VALTER PEREIRA <i>Valter Pereira</i>	5.JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6.NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>Adelmir Santana</i>	1.ELISEU RESENDE <i>Eliseu Resende</i>
MARCO MACIEL (Presidente) <i>Marco Maciel</i>	2.JAYME CAMPOS <i>Jayme Campos</i>
DEMÓSTENES TORRES <i>Demostenes Torres</i>	3.JOSÉ AGRIPINO <i>Jose Agripino</i>
EDISON LOBÃO <i>Edison Lobao</i>	4.KÁTIA ABREU <i>Katia Abreu</i>
ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>	5.MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO <i>Arthur Virgilio</i>	6.FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>	7.JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>Lucia Vania</i>	8.MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>Tasso Jereissati</i>	9.MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1.OSMAR DIAS (Relator)

Relator: Senador **Osmar Dias**

Em cumprimento ao art. 52, inciso III, **a**, e ao art. 111-A, **in fine**, ambos da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República, por meio da mensagem acima ementada, submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor Fernando Eizo Ono, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – PR, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.

O indicado é brasileiro, nascido no dia 10 de novembro de 1948, em Assaí, Paraná. Formou-se em Direito, em 1979, pela Universidade Estadual de Londrina.

Ingressou no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Paraná, por meio de concurso público, tendo sido nomeado para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto em 1980.

Na sua vasta carreira profissional, atuou como Juiz substituto em Florianópolis, Concórdia, União da Vitória, Guarapuava, Ponta Grossa, Cornélio Procópio, Maringá, Apucarana e Londrina.

Promovido, por merecimento, em 21 de novembro de 1985, passou a exercer o cargo de Juiz Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento de Londrina – PR, e, a partir de 1º de outubro de 1986, assumiu a Presidência da Junta de Conciliação e Julgamento de Cornélio Procópio.

Em 19 de abril de 1993, foi convocado para atuar no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

Em 30 de julho de 1993, foi promovido, por merecimento, para o cargo de Juiz do Tribunal do Trabalho da 9ª Região – PR, e, de 12 de dezembro de 1997 a 10 de dezembro de 1999, exerceu a Presidência da 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – PR.

No período de 19 de maio a 1º de julho de 1997, foi convocado para atuar no Tribunal Superior do Trabalho, em substituição ao Ministro Orlando Teixeira Costa e, posteriormente, ao Ministro Gelson de Azevedo (no período de 19-5-97 a 1º-11-99).

Eleito Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – PR, cumpriu mandato de dezembro de 1999 a dezembro de 2001.

Eleito Vice-Presidente desse Tribunal, cumpriu mandato de dezembro de 2001 a dezembro de 2003, quando foi eleito seu Presidente, cumprindo seu mandato até dezembro de 2005.

Vale destacar, ainda, as atuações do Indicado como Professor Auxiliar do Departamento de Direito Público da Universidade Estadual de Londrina – PR, de 16 de março de 1987 a 19 de março de 1991, e como coordenador, na gestão do ano de 2005, no Colégio

de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Atualmente, integra a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – PR.

Diante do exposto, consideramos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a presente indicação presidencial, nada mais havendo a acrescentar no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2007. – Senador **Marco Maciel**, Presidente – Senador **Osmar Dias**, Relator.

PARECER Nº 658, DE 2007

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem (SF) nº 121, de 2007 (nº 517/2007, na origem), de indicação do Doutor Guilherme Augusto Caputo Bastos para compor o Tribunal Superior do Trabalho na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 8 de agosto de 2007, apreciando o relatório apresentado pela Senadora SERYS Shessarenko, sobre a Mensagem (SF) nº 121, de 2007, opina pela aprovação da indicação do Doutor Guilherme Augusto Caputo Bastos para compor o Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do art. 111-A, da Constituição Federal, por 20 votos favoráveis, contrários e abstenções.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2007. – Senador **Marco Maciel**, Presidente – Senadora **Serys Shessarenko**, Relatora.

Relatora: Senadora **Serys Shessarenko**

É submetida à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea **a** e do art. 111-A, ambos da Constituição Federal, a indicação do Senhor Guilherme Augusto Caputo Bastos, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região – MT, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, na vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista.

Trata-se de uma indicação presidencial, feita por meio da Mensagem nº 517, de 2007, acompanhada do **curriculum vitae** do indicado.

O Senhor Guilherme Augusto Caputo Bastos é brasileiro, casado, domiciliado em Cuiabá. Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília e Bacharel em Economia pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília,

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: MSF Nº 121 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 08/08/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Handwritten Signature]</i>	
RELATOR: <i>[Handwritten Signature]</i> Sen. Serys Slhessarenko	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESSARENKO <i>(Relatora)</i>	1. IDELI SALVATTI <i>[Handwritten Signature]</i>
SIBÁ MACHADO <i>Siba Machado</i>	2. INÁCIO ARRUDA <i>[Handwritten Signature]</i>
EDUARDO SUPLYC <i>[Handwritten Signature]</i>	3. PATRÍCIA-SABOYA GOMES
ALOIZIO MERCADANTE <i>[Handwritten Signature]</i>	4. MARCELO CRIVELLA
EPITÁCIO CAFETEIRA	5. JOÃO RIBEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI	6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[Handwritten Signature]</i>	
PSOL	
	7. JOSÉ NERY
PMDB	
PEDRO SIMON	1. ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP <i>[Handwritten Signature]</i>	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ <i>[Handwritten Signature]</i>	3. LEOMAR QUINTANILHA
JARBAS VASCONCELOS <i>[Handwritten Signature]</i>	4. PAULO DUQUE
VALTER PEREIRA <i>[Handwritten Signature]</i>	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>[Handwritten Signature]</i>	1. ELISEU RESENDE <i>[Handwritten Signature]</i>
MARCO MACIEL <i>(Presidente)</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>[Handwritten Signature]</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>[Handwritten Signature]</i>	4. KÁTIA ABREU
ROMEU TUMA <i>[Handwritten Signature]</i>	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO <i>[Handwritten Signature]</i>	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO <i>[Handwritten Signature]</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>[Handwritten Signature]</i>	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>[Handwritten Signature]</i>	9. MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1. OSMAR DIAS <i>[Handwritten Signature]</i>

Consta do **curriculum vitae** dois cursos de pós-graduação: Especialização em Direito do Trabalho, pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília, e Especialização em Direito Material e Processual do Trabalho pela Universidade de Leon, na Espanha.

Com extensa atuação profissional optamos por não aduzi-las por inteiro neste relatório, trataremos apenas das experiências que se fazem mais relevantes para o cargo que ora o indicado poderá ocupar e que traduzam de forma inequívoca sua trajetória profissional. São elas:

- Convocado a atuar no Tribunal Superior do Trabalho desde o segundo semestre de 2000 até o primeiro semestre de 2007, não sendo convocado apenas no ano de 2001.
- Juiz do Tribunal Administrativo eleito pelo Diretório Executivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cargo exercido de 2000 a 2002.
- Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, eleito para o biênio agosto/1995 a agosto/1997 e, posteriormente eleito Presidente para o biênio seguinte agosto/1997 a agosto/1999.
- Nomeado por promoção, pelo critério de merecimento, Desembargador Federal do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, com sede em Cuiabá, em 1992.
- Nomeado Juiz do Trabalho Substituto, após aprovação em Concurso Público, no Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com sede em Brasília, 1989.
- Ingressou por concurso público no cargo de Auxiliar Judiciário do quadro do Tribunal Federal de Recursos, em 1977.

Somando-se a sua extensa experiência profissional, nos é apresentado inúmeras atividades culturais e desportivas que também contribuíram para o aperfeiçoamento profissional e pGsssoal do indicado.

Como fizemos com a carreira profissional aduziremos apenas as atividades mais relevantes.

- Conferencista do “Fórum Internacional de Direitos Humanos e Direito Social” no 15º EMAT – Encontro Anual de Magistrados da 5ª Região em Salvador/BA, ocorrido em 2005.
- Coordenador da I Jornada Jurídica de Tangará da Serra, em 2004.
- Palestrante nas Jornadas “Áreas Econômicas, Regionales, Mundiales y Relaciones

Laborales, celebradas pela Universidad de Leon” em 2003.

- Participante do 1º Fórum Mundial de Juizes, em Porto Alegre, em 2002.
- Palestrante do 15º Congresso Brasileiro de Direito Coletivo e Individual do Trabalho, promovido pela LTR em São Paulo, em 2000.
- Palestrante em Seminários realizados na Universidade de Leon, Espanha, nos anos de 2003; 1997 e 1996, sendo três realizadas neste último.
- Coordenador do 5º, 6º, 7º e 8º Ciclo Internacional de Conferências, em Cuiabá, nos anos de 1999, os dois primeiros, 2000 e 2001 os dois últimos.
- Coordenador do I, II, IV e V Encontro Jurídico de Direito do Trabalho Rural de Mato Grosso, em Tangará da Serra, Barra do Garças e Sinop, respectivamente, sendo o último encontro realizado novamente em Barra do Garças, os dois primeiros realizados em 1995 e os dois últimos em 1996.

Ainda segundo o **curriculum vitae** encaminhado pela Casa Civil da Presidência da República, o indicado recebeu inúmeras comendas pelos serviços prestados à magistratura Brasileira, como reconhecimento de seu empenho e sua determinação pelo desenvolvimento do poder judiciário no Brasil e, especialmente, em Mato Grosso.

Publicou um livro em 2003, intitulado **O Dano Moral no Direito do Trabalho**. Obra que trás uma visão eloqüente para a boa e sadia interpretação dos fenômenos originários das leis brasileiras que regem o trabalho. Referência quase obrigatória para os juristas que trabalham com as questões laborais, podendo ser observada através da presença em inúmeras citações bibliográficas de estudos acadêmicos e artigos publicados sobre o tema.

Além desta obra que tanto contribui para a Doutrina do Direito do Trabalho, é autor de mais de 20 artigos, entre eles gostaria de destacar especialmente dois, intitulados **Trabalho Escravo: Uma Chaga Humana** e **A Estabilidade da Gestante Doméstica**, que demonstram de forma clara a preocupação que o indicado tem em garantir que a justiça esteja ao acesso de todos, principalmente dos que se encontram em situação de desvantagem social.

No que tange as empregadas domésticas o seu entendimento é um avanço que contribui para o bem

estar da mulher gestante ao garantir a equiparação da empregada doméstica às outras trabalhadoras, ao respeitar o princípio constitucional do respeito à dignidade humana, não fazendo distinção entre as trabalhadoras pela natureza de sua função.

O indicado durante sua gestão como presidente do Tribunal Regional do Trabalho implementou em Mato Grosso as primeiras Varas do Trabalho Itinerantes, nos Municípios de Sorriso e Juína, atitude louvada como busca na solução para o problema da efetividade da justiça do Trabalho no Estado, uma vez que as dimensões territoriais de Mato Grosso e a diminuta estrutura do Trabalho estadual geravam uma situação que impedia o acesso de muitos à justiça trabalhista.

Esta é a primeira vez que um magistrado de Mato Grosso é indicado para uma vaga do Tribunal Superior do Trabalho, situação que vem a confirmar o reconhecimento de sua atuação na justiça do trabalho matogrossense, que sempre fora pautada pela proteção dos princípios constitucionais e pela garantia da aplicação das leis de forma isenta e imparcial, respeitando os princípios da ética e moralidade exigidos para sua função.

A formação acadêmica e profissional do Sr. Guilherme Augusto Caputo Bastos obedece aos requisitos necessários para a ocupação do cargo de Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, para o qual foi indicado pelo Presidente da República.

Destarte, cumpridos os trâmites processuais necessários, o nome em questão está em condições de ser apreciado por esta comissão.

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2007. – Senador **Marco Maciel**, Presidente – Senadora **Serys Slhessarenko**, Relatora.

PARECER Nº 659, DE 2007

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 74, de 2007 (nº 263/2007, na origem), que “Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Luiz Antônio Pagot para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT”.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, em votação secreta, realizada em 7 de agosto de 2007, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Jayme Campos, sobre a Mensagem do Senado Federal nº 74, de 2007, opinou pela aprovação da indicação do nome do Senhor Luiz Antônio Pagot, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, por 17 votos Sim, 6 Não e nenhuma Abstenção, totalizando 23 votos.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2007. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente – Senador **Jayme Campos**, Relator.

<i>Mensagem do Senado nº 74, de 2007</i>	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 27/08/2007, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: <i>Senador Marconi Perillo</i>	
RELATOR: <i>Senador Jayme Campos</i>	
Titulares - Bloco de apoio ao Governo (PT / PTB / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)	Suplentes - Bloco de apoio ao Governo (PT / PTB / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)
SERYS SLHESARENKO	1- FLÁVIO ARNS - PT
DELÍCIDIO AMARAL - PT	2- FÁTIMA CLEIDE - PT
ELI SALVATTI - PT	3- ALOIZIO MERCADANTE - PTC
FRANCISCO DORNELLES - PP	4- JOÃO RIBEIRO - PR
INÁCIO ARRUDA - PC do B	5- AUGUSTO BOTELHO - PT
FERNANDO COLLOR - PTB	6- JOÃO CLAUDINO - PTB
EXPEDITO JÚNIOR - PR	7- RENATO CASAGRANDE - PSB
Titulares - PMDB	Suplentes - PMDB
ROMERO JUCÁ	1- GARIBALDI ALVES
VALDIR RAUPP	2- JOSÉ MARANHÃO
LEOMAR QUINTANILHA	3- GILVAM BORGES
(vago)	4- NEUTO DE CONTO
VALTER PEREIRA	5- GERALDO MESQUITA
WELLINGTON SALGADO	6- PEDRO SIMON
Titulares - Bloco da Minoria (DEM / PSDB)	Suplentes - Bloco da Minoria (DEM / PSDB)
ADELMIR SANTANA - DEM	1- DEMÓSTENES TORRES - DEM
ELISEU RESENDE - DEM	2- MARCO MACIEL - DEM
JAYME CAMPOS - DEM	3- JONAS PINHEIRO - DEM
HERÁCLITO FORTES - DEM	4- ROSALBA CIARLINI - DEM
RAIMUNDO COLOMBO - DEM	5- ROMEU TUMA - DEM
JOÃO TENÓRIO - PSDB	6- CÍCERO LUCENA - PSDB
MARCONI PERILLO - PSDB	7- EDUARDO AZEREDO - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB	8- MÁRIO COUTO - PSDB
SÉRGIO GUERRA - PSDB	9- TASSO JEREISSATI - PSDB
Titulares - PDT	Suplentes - PDT
JOÃO DURVAL	1- (vago)

RELATÓRIO

Relator: Senador **Jayme Campos**

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem Presidencial nº 74, de 2007 (nº 263, de 19 de abril de 2007, na origem), submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Luiz Antônio Pagot para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT).

O DNIT, autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, foi criado pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

Em decorrência de modificação introduzida na referida lei pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, as nomeações dos diretores do DNIT, a exemplo dos das agências reguladoras do setor, passaram a depender da aprovação do Senado Federal.

A indicação em apreço obedece, assim, aos termos do art. 52, III, f, da Constituição Federal, que atribui competência privativa a esta Casa legislativa para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares dos cargos enunciados na Lei Maior e de outros “que a lei determinar”.

O Senhor Luiz Antônio Pagot é cidadão brasileiro, nascido em Veranópolis, no Estado do Rio Grande do Sul, em 1953. Graduiu-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná em 1974. É pós-graduado em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

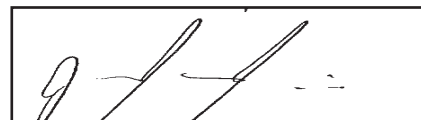
Sua experiência profissional, iniciada como oficial de operação da Marinha do Brasil (QC CA) em 1975, inclui o exercício de funções relevantes tanto na iniciativa privada como na administração pública estadual. Na iniciativa privada, atuou, entre 1982 e 1994, como empresário e consultor do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); e, entre 1994 e 2002, como Diretor-Superintendente da Hermasa Navegação da Amazônia. No Governo do Estado do Mato Grosso, ocupou sucessivamente os cargos de Secretário de Estado de Infra-Estrutura (2003-2005), Secretário-Chefe da Casa Civil (2005-2006) e Secretário de Estado de Educação (2007).

Capacidade técnica e experiência administrativa – atributos manifestos no *curriculum vitae* encaminhado em anexo à Mensagem nº 74, de 2007 – valem ao indicado o credenciamento para o exercício das atividades inerentes ao cargo para o qual foi escolhido pelo Exmo. Sr. Presidente da República. Consideram-se atendidos

os requisitos estabelecidos no art. 88 da Lei nº 10.233, de 2001, segundo o qual o ocupante de cargo de Diretor do DNIT deve ser brasileiro, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências do Departamento, e elevado conceito no campo de suas especialidades.

Isso posto, submetemos à apreciação e ao julgamento desta douta Comissão a indicação do Senhor Luiz Antônio Pagot, constante da referida mensagem presidencial, em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, III, f, combinado com os arts. 85 e 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001.

Sala da Comissão, 4 de julho de 2007.



O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Com relação ao **Parecer nº 655, de 2007**, lido anteriormente, referente ao **Aviso nº 157, de 2000**, a Presidência, em observância à sua conclusão, encaminha a matéria ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – A Presidência recebeu manifestação sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007**, encaminhada pelo Conselho Federal de Psicologia através de ofício datado de 30 de julho de 2007.

O expediente será juntado ao processado da referida matéria, que se encontra incluída na Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – SF – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do inciso III do art. 325 do Regimento Interno, determinou a confecção e remessa de novos autógrafos do **Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2007**, à Câmara dos Deputados, para revisão.

O referido Projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo, e, não havendo interposição do recurso, foi encaminhado à Câmara dos Deputados em 11 de junho último. Entretanto, quando da revisão do texto final e, conseqüentemente, da elaboração dos autógrafos, por lapso manifesto, deixou de constar alteração promovida pelo referido Projeto no art. 115 da Lei de Execução Penal.

É o seguinte o texto final a ser encaminhado à Câmara dos Deputados:

TEXTO FINAL
**APROVADO PELA COMISSÃO DE
 CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

**PROJETO DE LEI DO SENADO
 Nº 175, DE 2007**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para prever a utilização de equipamento de rastreamento eletrônico pelo condenado nos casos em que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 36 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 36.

§ 1º O condenado deverá, fora do estabelecimento, trabalhar, freqüentar curso ou exercer outra atividade autorizada.

..... “ (NR)

Art. 2º Os arts. 66, 115, 122 e 132 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 66.

V –

i) a utilização de equipamento de rastreamento eletrônico pelo condenado, quando julgar necessário;

..... “ (NR)

“Art. 115. O juiz poderá estabelecer condições especiais para concessão de regime aberto, entre as quais o rastreamento eletrônico do condenado, sem prejuízo das seguintes condições gerais e obrigatórias:

..... “ (NR)

“Art. 122.

Parágrafo único. A ausência de vigilância direta não impede a utilização de equipamento de rastreamento eletrônico pelo condenado, quando assim determinar o juiz da execução.” (NR)

“Art. 132.

§ 2º

d) utilizar equipamento de rastreamento eletrônico.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/41, de 2007** (nº 913/2007, na origem), do Procurador-Geral da República, encaminhando cópia de representação formulada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Jornalísticas e de Radiodifusão de Imperatriz/

MA – Sindijori, noticiando possíveis irregularidades na concessão pública para exploração de radiodifusão pela Rádio Curimã/TV Difusora (repetidora do SBT).

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/43, de 2007** (nº 526/2007, na origem), de 20 de julho último, do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, na condição de Secretário Executivo do Conselho de Defesa Nacional, solicitando a manifestação do Presidente do Senado Federal, na condição de membro do referido Conselho, sobre a proposta de concessão da Floresta Nacional de Macauã, situada na faixa de fronteira do Município de Sena Madureira, Estado do Acre.

O expediente vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 446, DE 2007

Altera o art. 77 da Lei de Registros Públicos, a fim de possibilitar o registro do óbito no lugar em que residia o falecido, além do lugar do falecimento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dê-se a seguinte redação ao **caput** do art. 77 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos):

Art. 77. Nenhum sepultamento será feito sem certidão do oficial de registro do lugar do falecimento, ou do lugar em que residia o falecido, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado de médico, se houver no local, ou, em caso contrário, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte.

..... (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Hoje, considera-se competente para o registro de óbitos apenas o ofício do local do falecimento.

No entanto, não há como ignorar os inúmeros transtornos que essa regra acarreta para os responsáveis pela obtenção do registro de óbito – quase sempre, os parentes do falecido –, tendo em vista a ocorrência de casos em que o falecimento se dá fora do local de residência do morto, onde este se encontrava apenas de passagem.

Dessa forma, faz-se necessário o deslocamento da família, muitas vezes carente, ao local do falecimento não raro por mais de uma vez, apenas para

a realização do registro, especialmente nas situações em que o óbito ocorre no período da noite, fora, portanto, do horário de funcionamento dos cartórios, ou, do mesmo modo, nos fins de semana.

Com o intuito de amenizar o desconforto dessas famílias, em decorrência dos sucessivos e dispendiosos deslocamentos, justo em um momento de muita dor e sofrimento, propõe estender a competência para o registro do óbito ao ofício do local em que residia o falecido, mantendo-se, facultativamente, a competência do ofício do lugar do falecimento.

Esclareça-se, por oportuno, que os requisitos necessários para o assento do óbito – e que têm por finalidade garantir ao registro correspondência com os fatos ligados ao óbito – permanecem inalterados na lei e terão como fonte o atestado médico ou, se não houver médico no local, atestado exarado por duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte, como, aliás, já preceitua o **caput** do artigo objeto da modificação ora proposta, combinado com o que dispõe o art. 80 do mesmo diploma legal.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Álvaro Dias**.

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973.

Vide Lei nº 10.150, de 2000

Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
Das Disposições Gerais

CAPÍTULO I
Das Atribuições

.....
.....
.....

CAPÍTULO VIII
Do Casamento em Iminente Risco de Vida

~~Art. 77. Nos casamentos celebrados em iminente risco de vida, com a presença da autoridade competente, as testemunhas comparecerão, dentro em cinco (5) dias, perante a autoridade judicial mais próxima, a fim de que sejam reduzidas a termo as suas declarações.~~

Art. 76. Ocorrendo iminente risco de vida de algum dos contraentes, e não sendo possível a presença da autoridade competente para presidir o ato, o casamento poderá realizar-se na presença de seis testemunhas, que comparecerão, dentro de 5 (cinco) dias, perante a autoridade judiciária mais próxima, a fim de que sejam reduzidas a termo suas declarações. (Renumerado do art. 77, com nova redação pela Lei nº 6.216, de 1975).

§ 1º Não comparecendo as testemunhas, espontaneamente, poderá qualquer interessado requerer a sua intimação.

.....
.....
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, DE 2007

Acrescenta o inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não percebam rendimentos de aposentadoria, reforma ou pensão superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXII:

“Art. 6º

XXII – os valores recebidos a qualquer título, a partir do mês em que o contribuinte completar 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não perceba rendimentos provenientes de aposentadoria, reforma ou pensão superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal.”(NR)

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos 60 (sessenta) dias da publicação desta lei.

Parágrafo único. A isenção de que trata esta Lei só produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto neste artigo.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As sucessivas reformas pelas quais vem passando o sistema previdenciário brasileiro, aí compreendidos os regimes próprios dos servidores públicos e o regime geral, vão gradativamente formatando todos eles segundo um modelo cuja característica básica é o limite máximo de benefício bastante reduzido.

Nesse modelo, cabe ao próprio segurado prover os meios de complementação do benefício mínimo, seja mediante o pagamento de um sistema complementar aberto ou fechado, seja mediante a

formação de poupanças privadas, que irão garantir o mínimo de qualidade de vida na velhice.

Há dois pressupostos importantes a considerar.

Primeiro, que a formação de poupanças para a velhice, que podem materializar-se sob a forma de aplicações financeiras, em valores mobiliários ou em imóveis, resulta de um extraordinário espírito de renúncia e de sacrifício – o que, deve-se ressaltar, não é muito próprio da cultura brasileira e deve ser incentivado. A poupança não é apenas importante para o indivíduo, mas também para o crescimento da economia como um todo.

Segundo, que o avançar da idade, ao mesmo tempo em que retira capacidade laborativa, aumenta a exposição do indivíduo a gastos com a manutenção da vida e da saúde, em razão do acometimento de moléstias degenerativas e crônicas, a exigir tratamentos longos e onerosos que, infelizmente, o aparato público não consegue proporcionar adequadamente.

A legislação do Imposto de Renda reconhece, parcialmente, esse problema, ao conferir uma pequena isenção para o aposentado a partir dos sessenta e cinco anos, e isenção total para os acometidos de certas doenças.

Esse projeto tem o objetivo de complementar a política, proporcionando ao idoso de um modo geral (e não apenas ao aposentado) a desoneração de seus ganhos a partir dos setenta e cinco anos. Pretende-se, com isso, premiar e incentivar a cultura de poupança para a velhice, na mesma medida em que se minoram as agruras normais dessa fase da vida.

Note-se que perpassam o projeto a parcimônia e a preocupação de cunho social. Somente farão jus ao benefício aqueles que percebam, no máximo, uma aposentadoria cujo valor não ultrapasse o limite estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Por um lado, estarão alcançados os que não tenham qualquer provento de aposentadoria. Por outro, estarão de fora os que já estão aquinhoados com rendimentos em faixa superior.

É o que se coloca à deliberação.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Álvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.713, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988

Altera a legislação do Imposto de Renda, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os rendimentos e ganhos de capital percebidos a partir de 1º de janeiro de 1989, por pesso-

as físicas residentes ou domiciliadas no Brasil, serão tributados pelo Imposto de Renda na forma da legislação vigente, com as modificações introduzidas por esta lei.

Art. 2º O Imposto de Renda das Pessoas Físicas será devido, mensalmente, à medida que os rendimentos e ganhos de capital forem percebidos.

Art. 6º Ficam isentos do Imposto de Renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas:

XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma (Redação dada pela Lei nº 11.052, de 2004)

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I
Disposições Preliminares

Seção III
Da Lei Orçamentária Anual

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I – conterá, anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 42;

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a, pelo menos, uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PREÂMBULO

Seção II
Dos Orçamentos

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I – o Plano Plurianual;
- II – as Diretrizes Orçamentárias;
- III – os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão

elaborados em consonância com o Plano Plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§ 5º A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 448, DE 2007

Dispõe sobre auxílio financeiro da União aos Institutos Históricos e Geográficos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica a União autorizada a conceder contribuição de capital a instituições culturais nos Estados e no Distrito Federal, que se destinem à preservação da memória histórica e geográfica regional, geralmente designadas Instituto Histórico e Geográfico, conforme autorização prevista na lei de diretrizes orçamentárias e nos limites das dotações constantes da Lei Orçamentária Anual.

Art. 2º A instituição em causa deverá ter caráter privado, sem fins lucrativos, registrada como associação civil e declarada de utilidade pública.

Art. 3º Para habilitar-se ao recebimento desse auxílio, a entidade deverá, ainda, possuir patrimônio próprio, biblioteca especializada, arquivos documentais acessíveis ao público e atuação efetiva no âmbito da unidade federada que representa.

Art. 4º As instituições destinatárias do auxílio financeiro não poderão remunerar, a qualquer título, seus dirigentes e conselheiros.

Art. 5º O auxílio financeiro concedido pela União será aplicado, exclusivamente, nos equipamentos culturais da instituição.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em 2003 apresentei o Projeto de Lei nº 132, com o objetivo de amparar e estimular, em cada unidade da Federação, uma entidade civil sem fins lucrativos dedicada à pesquisa e à preservação da memória histórica e geográfica regional. Ocorre que, no corrente ano; a Câmara dos Deputados rejeitou a proposição por entender que a mesma não atendia os requisitos legais de adequação financeira e orçamentária.

Dada a suma importância da matéria é que a reapresento novamente com as devidas reparações, inclusive com as ponderações originais, as quais reproduzo na íntegra.

“Tais entidades têm sido, ao longo do tempo, responsáveis por um trabalho silencioso, mas profícuo, que superou inúmeras dificuldades e se antecipou, o mais das vezes, às iniciativas oficiais.

Referimo-nos, em especial, aos Institutos Históricos e Geográficos ou instituições de denominação assemelhada, os quais, quase sem exceção, montaram guarda às tradições das unidades federadas, guardaram documentos históricos, conservaram bibliotecas especializadas, cartas geográficas, coleções etnográficas e antropológicas, entre outros documentos, com um desvelo e uma aplicação que, muitas vezes, causa inveja às mais atuantes instituições universitárias.

Vale lembrar que tais associações civis se anteciparam, no cultivo das ciências humanas, às organizações acadêmicas, o mais das vezes, sem contar com o auxílio do Poder Público e apoiadas, tão somente, no trabalho voluntário de autodidatas. E, mesmo depois que as ciências humanas ganharam oportunidades maiores e alcançaram plena cidadania dentro da estrutura universitária, continuaram, aquelas instituições privadas, desenvolvendo, paralelamente, um trabalho meritório no desenvolvimento da pesquisa e na publicação de revistas e/ou boletins especializados.

A exemplo de sua matriz e modelo, que é o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, habitualmente contemplado por auxílio da União, merecem as organizações existentes nos estados receber subvenções regulares, para que continuem a prestar os bons serviços que sempre prestaram.

Ademais, é importante que se estimule a criação de uma entidade dessa natureza. Atualmente, são 21 as unidades federadas onde elas ocorrem, o que permite dizer que apenas os seis estados criados mais recentemente não os possuem, quais sejam: Mato Grosso do Sul, Tocantins, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima.”

Sala das Sessões, 3 de agosto de 2007. – Senador **Pedro Simon**.

(À Comissão de Educação e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, DE 2007

Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir a participação dos pais em reuniões escolares como condição adicional para o recebimento de benefício do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação – “Bolsa Escola”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a obrigatoriedade de participação dos pais, ou responsável legal, nas reuniões escolares, como requisito adicional para o recebimento de benefício do Programa Bolsa Família e do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação – “Bolsa Escola”, de que trata a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular e comprovada participação dos pais, ou responsável legal, nas reuniões de pais e professores, sem prejuízo de outras previstas em regulamento. (NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

Justificação

Em nosso País, o dever do Estado com a educação é um processo necessariamente compartilhado com a família, por força da Constituição Federal e da legislação educacional.

Nada obstante esse mandamento, os pais vêm transferindo, cada vez mais, a responsabilidade pela educação dos filhos à escola. Trata-se de uma omissão dos pais, com conseqüente prejuízo para a formação de nossas crianças, o futuro do País e a imposição de ônus que a instituição escolar e os professores não podem suportar.

Entre os mais pobres, dada a falta de escolarização dos pais, essa constatação recebe contornos ainda mais extremos. Apesar dos avanços na conscientização da importância da escola graças a programas nos moldes da “bolsa escola”, os pais pobres deixam de ter valores importantes para a formação da personalidade dos filhos.

Com efeito, nossa preocupação aqui está focada nesses segmentos sociais mais carentes, hoje atendidos por vasta, mas ainda insuficiente, gama de ações sociais em âmbito federal.

Os programas de transferência de renda mínima associados à educação constituem oportunidade ímpar de chamar esses pais a compartilhar, com a escola, efetivamente, a educação dos filhos. A participação desses pais nas reuniões de pais e mestres e em outras atividades escolares servirá, entre outros objetivos, à melhoria e incremento da escolaridade das famílias, fator essencial para o bom desempenho acadêmico de crianças e adolescentes. Atento, pois, ao potencial da parceria entre família e escola para a melhoria da qualidade da educação oferecida a nossas crianças e adolescentes menos favorecidos economicamente, apresentamos a presente proposta de alteração da Lei do Bolsa Família.

A exigência de maior comprometimento dos pais com a educação dos filhos, para fins de acesso aos benefícios do programa, a começar pela participação em reuniões escolares, pode ser o ponto de partida para a assimilação da importância da escolarização. Além das freqüências nas aulas pelos alunos, já previsto no art. 3º da Lei nº 10.836/2004 que visa vincular o recebimento do valor da Bolsa Família à participação dos pais nas reuniões e no relacionamento com a escola, especialmente aos professores e dirigentes.

Diante da relevância social da medida e do compromisso histórico desta Casa com a educação em nosso País, contamos com o apoio dos nobres Partes para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, de 9 de agosto de 2007. – Senador **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004

Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades.

Parágrafo único. O Programa de que trata o **caput** tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação – Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde – Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa

Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001.

Art. 2º Constituem benefícios financeiros do Programa, observado o disposto em regulamento:

I – o benefício básico, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza;

II – o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos.

§ 1º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I – família, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros;

II – nutriz, a mãe que esteja amamentando seu filho com até 6 (seis) meses de idade para o qual o leite materno seja o principal alimento;

III – renda familiar mensal, a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos membros da família, excluindo-se os rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda, nos termos do regulamento.

§ 2º O valor do benefício mensal a que se refere o inciso I do **caput** será de R\$50,00 (cinquenta reais) e será concedido a famílias com renda **per capita** de até R\$50,00 (cinquenta reais).

§ 3º O valor do benefício mensal a que se refere o inciso II do **caput** será de R\$15,00 (quinze reais) por beneficiário, até o limite de R\$45,00 (quarenta e cinco reais) por família beneficiada e será concedido a famílias com renda **per capita** de até R\$100,00 (cem reais).

§ 4º A família beneficiária da transferência a que se refere o inciso I do **caput** poderá receber, cumulativamente, o benefício a que se refere o inciso II do **caput**, observado o limite estabelecido no § 3º.

§ 5º A família cuja renda **per capita** mensal seja superior a R\$50,00 (cinquenta reais), até o limite de R\$100,00 (cem reais), receberá exclusivamente o benefício a que se refere o inciso II do **caput**, de acordo com sua composição, até o limite estabelecido no § 3º.

§ 6º Os valores dos benefícios e os valores referenciais para caracterização de situação de pobreza ou extrema pobreza de que tratam os §§ 2º e 3º poderão ser majorados pelo Poder Executivo, em razão da

dinâmica socioeconômica do País e de estudos técnicos sobre o tema, atendido o disposto no parágrafo único do art. 6º.

§ 7º Os atuais beneficiários dos programas a que se refere o parágrafo único do art. 1º, à medida que passarem a receber os benefícios do Programa Bolsa Família, deixarão de receber os benefícios daqueles programas.

§ 8º Considera-se benefício variável de caráter extraordinário a parcela do valor dos benefícios em manutenção das famílias beneficiárias dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, PNAE e Auxílio-Gás que, na data de ingresso dessas famílias no Programa Bolsa Família, exceda o limite máximo fixado neste artigo.

§ 9º O benefício a que se refere o § 8º será mantido até a cessação das condições de elegibilidade de cada um dos beneficiários que lhe deram origem.

§ 10. O Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família poderá excepcionalizar o cumprimento dos critérios de que trata o § 2º, nos casos de calamidade pública ou de situação de emergência reconhecidos pelo Governo Federal, para fins de concessão do benefício básico em caráter temporário, respeitados os limites orçamentários e financeiros.

§ 11. Os benefícios a que se referem os incisos I e II do **caput** serão pagos, mensalmente, por meio de cartão magnético bancário, fornecido pela Caixa Econômica Federal, com a respectiva identificação do responsável mediante o Número de Identificação Social – NIS, de uso do Governo Federal.

§ 12. Os benefícios poderão, também, ser pagos por meio de contas especiais de depósito a vista, nos termos de resoluções adotadas pelo Banco Central do Brasil.

§ 13. No caso de créditos de benefícios disponibilizados indevidamente ou com prescrição do prazo de movimentação definido em regulamento, os créditos reverterão automaticamente ao Programa Bolsa Família.

§ 14. O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento.

Art. 3º A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 450, DE 2007**Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal Cora Coralina no Município de Goiás – GO, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal Cora Coralina (UFCC), com sede e foro no Município de Goiás, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Art. 2º A UFCC terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

Art. 3º Para efeito da atribuição prevista no **caput** do art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado, ainda, a:

I – criar cargos de direção e funções gratificadas necessários à instituição da UFCC;

II – dispor sobre a organização, competências, atribuições, denominação das unidades e cargos, suas especificações, funções, funcionamento e sobre o processo de implantação da UFCC;

III – lotar na UFCC, mediante criação, transferência de cargos ocupados e vagas do Quadro de Pessoal da UFG e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional, aqueles que se fizerem necessários ao funcionamento da entidade.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Todas as vezes que tratamos da democratização do acesso à educação superior em nosso País, três são os pontos básicos em que devemos pensar: a expansão da rede pública, a ampliação do investimento em ciência e tecnologia e a inclusão social.

Desta forma, propomos o desmembramento da Universidade Federal de Goiás e a conseqüente criação de nova universidade pública, localizada na região Noroeste de nosso Estado de Goiás.

Criada como Arraial de Sant'Anna, pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera, em 1726, a atual cidade de Goiás logo seria transformada em Vila Boa de Goyaz. Com a criação da Capitania de Goiás, em 1748, a vila somente foi a capital até a fundação de Goiânia em 1933.

Frise-se que o Município de Goiás é reconhecido como Patrimônio Histórico e Cultural Mundial, desde 2001, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO,

por sua arquitetura barroca peculiar, por suas tradições culturais seculares e pela natureza exuberante que o circunda.

Ressaltamos que a sugestão do nome de Universidade Federal Cora Coralina é homenagem a esta grande figura da literatura goiana e nacional, nascida na cidade e que, enquanto viva, retratou tão perfeitamente o cotidiano da mulher e da cidade de Goiás.

Essa unidade da Universidade Federal de Goiás, que tem prestado relevantes serviços à região do rio Vermelho, poderá como instituição autônoma aumentar a geração de novos conhecimentos científicos e tecnológicos voltados para a realidade local. Além disso, estamos certos de que o desenvolvimento e a qualificação do ensino, em todos os níveis, permite uma evolução da economia local e a melhoria de vida de uma parcela significativa da população da região.

É, portanto, acreditando na necessidade urgente de uma instituição autônoma na região, que já conta com infra-estrutura consolidada para tanto, e amparada na política de interiorização e descentralização do Ministério da Educação, manifesta pela criação de diversas novas instituições em condições semelhantes à da região, que sugerimos a criação da Universidade Federal Cora Coralina (UFCC) e contamos com o apoio dos nobres colegas desta Casa para a sua aprovação, mesmo em que pese a pouca eficácia dos Projetos de Lei Autorizativos, temos a certeza que o parlamento necessita firmar posição ante o Executivo não abrindo mão de prerrogativas constitucionais, expondo ao Executivo as necessidades de suma importância para a população, principalmente com relação à Educação em nosso País.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Marconi Perillo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.195, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2005

Dá nova redação ao § 5º do art 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º.
.....

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá,

preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de novembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA.**

(À Comissão de Educação, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 451, DE 2007

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Anápolis, no Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Anápolis, vinculada ao Ministério da Educação, com sede no Município de Anápolis, no Estado de Goiás.

Parágrafo único. Com o objetivo de exercer a atribuição prevista no **caput**, o Poder Executivo fica autorizado a:

I – criar os cargos de direção e as funções gratificadas necessárias à instituição da escola;

II – dispor sobre a organização, as competências, as atribuições, a denominação das unidades e dos cargos, suas especificações e funções, bem como sobre o processo de implantação e de funcionamento da escola;

III – lotar na escola os servidores que se fizerem necessários ao seu funcionamento, mediante criação, transferência e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Anápolis será uma instituição de educação profissional, destinada à formação e qualificação de profissionais, principalmente de técnicos de nível médio, para atender às necessidades socioeconômicas do Município de Anápolis e dos municípios vizinhos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto tem por fim criar novas oportunidades de acesso à educação profissional, modalidade de ensino de grande importância para o desenvolvimento social e econômico brasileiro e que recebeu

destaque na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). De acordo com os arts. 39 e 40 dessa lei a educação profissional, *integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.*

Com efeito, em torno de 9 milhões de estudantes estão matriculados em escolas de ensino médio regular. No entanto, apenas pouco mais de 700 mil alunos freqüentam escolas de educação profissional de nível técnico. Desse modo, após a conclusão de seus cursos, os demais estudantes secundaristas podem tentar o difícil caminho, aberto a poucos, de obter a profissionalização na educação superior. Para a maioria deles, todavia, resta a luta pela inserção no mercado de trabalho sem qualquer qualificação, o que representa, muitas vezes, o subemprego ou o desemprego.

A edição da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, favoreceu a expansão da rede de escolas de educação profissional do sistema federal de ensino, permitindo que o Governo Federal, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), anunciasse a previsão de criar, em quatro anos, 150 escolas técnicas federais em cidades-pólo.

Esta proposição identifica-se com a linha de expansão da rede federal de escolas técnicas. Ela faz parte de um conjunto de seis iniciativas que apresento para autorizar o Presidente da República a criar novos estabelecimentos de ensino dessa natureza no Estado de Goiás. Os municípios selecionados – Anápolis, Formosa, Itumbiara, Iporá, Luziânia e Uruaçu –, constituem centros de irradiação de desenvolvimento em Goiás e estão geograficamente bem distribuídos em seu território.

Dadas as razões expostas, espero contar com o apoio de meus Pares para a aprovação deste projeto e dos demais a ele relacionados, que visam ampliar as oportunidades de acesso à educação profissional no Estado de Goiás.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Marconi Perillo.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.195, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2005

Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

.....
 § 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

..... (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de novembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Fernando Haddad.**

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 452, DE 2007

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Formosa, no Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Formosa, vinculada ao Ministério da Educação, com sede no Município de Formosa, no Estado de Goiás.

Parágrafo único. Com o objetivo de exercer a atribuição prevista no **caput**, o Poder Executivo fica autorizado a:

I – criar os cargos de direção e as funções gratificadas necessárias à instituição da escola;

II – dispor sobre a organização, as competências, as atribuições, a denominação das unidades e dos cargos, suas especificações e funções, bem como sobre o processo de implantação e de funcionamento da escola;

III – lotar na escola os servidores que se fizerem necessários ao seu funcionamento, mediante criação, transferência e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Formosa será urna instituição de educação profissional, destinada à formação e qualificação de profissionais, principalmente de técnicos de nível médio, para atender às necessidades socioeconômicas do Município de Formosa e dos municípios vizinhos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto tem por fim criar novas oportunidades de acesso à educação profissional, modalidade de ensino de grande importância para o desenvolvimento social e econômico brasileiro e que recebeu destaque na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). De acordo com os arts. 39 e 40 dessa lei, a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Com efeito, em torno de 9 milhões de estudantes estão matriculados em escolas de ensino médio regular. No entanto, apenas pouco mais de 700 mil alunos frequentam escolas de educação profissional de nível técnico. Desse modo, após a conclusão de seus cursos, os demais estudantes secundaristas podem tentar o difícil caminho, aberto a poucos, de obter a profissionalização na educação superior. Para a maioria deles, todavia, resta a luta pela inserção no mercado de trabalho sem qualquer qualificação, o que representa, muitas vezes, o subemprego ou o desemprego.

A edição da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, favoreceu a expansão da rede de escolas de educação profissional do sistema federal de ensino, permitindo que o Governo Federal, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), anunciasse a previsão de criar, em quatro anos, 150 escolas técnicas federais em cidades-pólo.

Esta proposição identifica-se com a linha de expansão da rede federal de escolas técnicas. Ela faz parte de um conjunto de seis iniciativas que apresento para autorizar o Presidente da República a criar novos estabelecimentos de ensino dessa natureza no Estado de Goiás. Os municípios selecionados – Anápolis, Formosa, Itumbiara, Iporá, Luziânia e Uruaçu –, constituem centros de irradiação de desenvolvimento em Goiás e estão geograficamente bem distribuídos em seu território.

Dadas as razões expostas, espero contar com o apoio de meus pares para a aprovação deste projeto e dos demais a ele relacionados, que visam ampliar as oportunidades de acesso à educação profissional no Estado de Goiás.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Marconi Perillo.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.195, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2005

Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de novembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Fernando Haddad.**

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 453, DE 2007

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Itumbiara, no Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Itumbiara, vinculada ao Ministério da Educação, com sede no Município de Itumbiara, no Estado de Goiás.

Parágrafo único. Com o objetivo de exercer a atribuição prevista no **caput**, o Poder Executivo fica autorizado a:

I – criar os cargos de direção e as funções gratificadas necessárias à instituição da escola;

II – dispor sobre a organização, as competências, as atribuições, a denominação das unidades e dos cargos, suas especificações e funções, bem como sobre o processo de implantação e de funcionamento da escola;

III – lotar na escola os servidores que se fizerem necessários ao seu funcionamento, mediante criação,

transferência e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Itumbiara será uma instituição de educação profissional, destinada à formação e qualificação de profissionais, principalmente de técnicos de nível médio, para atender às necessidades socioeconômicas do Município de Itumbiara e dos municípios vizinhos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente Projeto tem por fim criar novas oportunidades de acesso à educação profissional, modalidade de ensino de grande importância para o desenvolvimento social e econômico brasileiro e que recebeu destaque na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). De acordo com os arts. 39 e 40 dessa lei, a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Com efeito, em torno de 9 milhões de estudantes estão matriculados em escolas de ensino médio regular. No entanto, apenas pouco mais de 700 mil alunos freqüentam escolas de educação profissional de nível técnico. Desse modo, após a conclusão de seus cursos, os demais estudantes secundaristas podem tentar o difícil caminho, aberto a poucos, de obter a profissionalização na educação superior. Para a maioria deles, todavia, resta à luta pela inserção no mercado de trabalho sem qualquer qualificação, o que representa, muitas vezes, o subemprego ou o desemprego.

A edição da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, favoreceu a expansão da rede de escolas de educação profissional do sistema federal de ensino, permitindo que o Governo Federal, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), anunciasse a previsão de criar, em quatro anos, 150 escolas técnicas federais em cidades-pólo.

Esta proposição identifica-se com a linha de expansão da rede federal de escolas técnicas. Ela faz parte de um conjunto de seis iniciativas que apresento para autorizar o Presidente da República a criar novos estabelecimentos de ensino dessa natureza no Estado de Goiás. Os municípios selecionados – Anápolis, Formosa, Itumbiara, Iporá, Luziânia e Uruaçu, constituem centros de irradiação de desenvolvimento em Goiás e estão geograficamente bem distribuídos em seu território.

Dadas as razões expostas, espero contar com o apoio de meus pares para a aprovação deste projeto e dos demais a ele relacionados, que visam ampliar as oportunidades de acesso à educação profissional no Estado de Goiás.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Marconi Perillo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.195, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2005

Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º.
.....

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

..... ” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de novembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Fernando Haddad**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 454, DE 2007

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Luziânia, no Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Luziânia, vinculada ao Ministério da Educação, com sede no Município de Luziânia, no Estado de Goiás.

Parágrafo único. Com o objetivo de exercer a atribuição prevista no **caput**, o Poder Executivo fica autorizado a:

I – criar os cargos de direção e as funções gratificadas necessárias à instituição da escola;

II – dispor sobre a organização, as competências, as atribuições, a denominação das unidades e dos cargos, suas especificações e funções, bem como sobre o processo de implantação e de funcionamento da escola;

III – lotar na escola os servidores que se fizerem necessários ao seu funcionamento, mediante criação, transferência e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Luziânia será uma instituição de educação profissional, destinada à formação e qualificação de profissionais, principalmente de técnicos de nível médio, para atender às necessidades socioeconômicas do Município de Luziânia e dos municípios vizinhos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto tem por fim criar novas oportunidades de acesso à educação profissional, modalidade de ensino de grande importância para o desenvolvimento social e econômico brasileiro e que recebeu destaque na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). De acordo com os arts. 39 e 40 dessa lei, a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Com efeito, em torno de 9 milhões de estudantes estão matriculados em escolas de ensino médio regular. No entanto, apenas pouco mais de 700 mil alunos frequentam escolas de educação profissional de nível técnico. Desse modo, após a conclusão de seus cursos, os demais estudantes secundaristas podem tentar o difícil caminho, aberto a poucos, de obter a profissionalização na educação superior. Para a maioria deles, todavia, resta a luta pela inserção no mercado de trabalho sem qualquer qualificação, o que representa, muitas vezes, o subemprego ou o desemprego.

A edição da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, favoreceu a expansão da rede de escolas de educação profissional do sistema federal de ensino, permitindo que o Governo Federal, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), anunciasse a previsão de criar, em quatro anos, 150 escolas técnicas federais em cidades-pólo.

Esta proposição identifica-se com a linha de expansão da rede federal de escolas técnicas. Ela faz parte de um conjunto de seis iniciativas que apresento para autorizar o Presidente da República a criar novos estabelecimentos de ensino dessa natureza no Estado de Goiás. Os municípios selecionados – Anápolis, Formosa, Itumbiara, Iporá, Luziânia e Uruaçu, constituem centros de irradiação de desenvolvimento em Goiás e estão geograficamente bem distribuídos em seu território.

Dadas as razões expostas, espero contar com o apoio de meus pares para a aprovação deste projeto e dos demais a ele relacionados, que visam ampliar as oportunidades de acesso à educação profissional no Estado de Goiás.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Marconi Perillo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.195, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2005

Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de novembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Fernando Haddad**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 455, DE 2007

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Iporá, no Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Iporá, vinculada ao Minis-

tério da Educação, com sede no Município de Iporá, no Estado de Goiás.

Parágrafo único. Com o objetivo de exercer a atribuição prevista no **caput**, o Poder Executivo fica autorizado a:

I – criar os cargos de direção e as funções gratificadas necessárias à instituição da escola;

II – dispor sobre a organização, as competências, as atribuições, a denominação das unidades e dos cargos, suas especificações e funções, bem como sobre o processo de implantação e de funcionamento da escola;

III – lotar na escola os servidores que se fizerem necessários ao seu funcionamento, mediante criação, transferência e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Iporá será uma instituição de educação profissional, destinada à formação e qualificação de profissionais, principalmente de técnicos de nível médio, para atender às necessidades socioeconômicas do Município de Iporá e dos municípios vizinhos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto tem por fim criar novas oportunidades de acesso à educação profissional, modalidade de ensino de grande importância para o desenvolvimento social e econômico brasileiro e que recebeu destaque na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). De acordo com os arts. 39 e 40 dessa lei, a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Com efeito, em torno de 9 milhões de estudantes estão matriculados em escolas de ensino médio regular. No entanto, apenas pouco mais de 700 mil alunos freqüentam escolas de educação profissional de nível técnico. Desse modo, após a conclusão de seus cursos, os demais estudantes secundaristas podem tentar o difícil caminho, aberto a poucos, de obter a profissionalização na educação superior. Para a maioria deles, todavia, resta a luta pela inserção no mercado de trabalho sem qualquer qualificação, o que representa, muitas vezes, o subemprego ou o desemprego.

A edição da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, favoreceu a expansão da rede de escolas de educação profissional do sistema federal de ensino, permitindo que o Governo Federal, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), anunciasse a previsão de criar, em quatro anos, 150 escolas técnicas federais em cidades-pólo.

Esta proposição identifica-se com a linha de expansão da rede federal de escolas técnicas. Ela faz parte de um conjunto de seis iniciativas que apresento para autorizar o Presidente da República a criar novos estabelecimentos de ensino dessa natureza no Estado de Goiás. Os municípios selecionados – Anápolis, Formosa, Itumbiara, Iporá, Luziânia e Uruaçu, constituem centros de irradiação de desenvolvimento em Goiás e estão geograficamente bem distribuídos em seu território.

Dadas as razões expostas, espero contar com o apoio de meus pares para a aprovação deste projeto e dos demais a ele relacionados, que visam ampliar as oportunidades de acesso à educação profissional no Estado de Goiás.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Marconi Perillo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.195, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2005

Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de novembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Fernando Haddad**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 456, DE 2007

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Uruaçu, no Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de Uruaçu, vinculada ao Ministério da Educação, com sede no Município de Uruaçu, no Estado de Goiás.

Parágrafo único. Com o objetivo de exercer a atribuição prevista no **caput**, o Poder Executivo fica autorizado a:

I – criar os cargos de direção e as funções gratificadas necessárias à instituição da escola;

II – dispor sobre a organização, as competências, as atribuições, a denominação das unidades e dos cargos, suas especificações e funções, bem como sobre o processo de implantação e de funcionamento da escola;

III – lotar na escola os servidores que se fizerem necessários ao seu funcionamento, mediante criação, transferência e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Uruaçu será uma instituição de educação profissional, destinada à formação e qualificação de profissionais, principalmente de técnicos de nível médio, para atender às necessidades socioeconômicas do Município de Uruaçu e dos municípios vizinhos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto tem por fim criar novas oportunidades de acesso à educação profissional, modalidade de ensino de grande importância para o desenvolvimento social e econômico brasileiro e que recebeu destaque na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). De acordo com os arts. 39 e 40 dessa lei, a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Com efeito, em torno de 9 milhões de estudantes estão matriculados em escolas de ensino médio regular. No entanto, apenas pouco mais de 700 mil alunos frequentam escolas de educação profissional de nível

técnico. Desse modo, após a conclusão de seus cursos, os demais estudantes secundaristas podem tentar o difícil caminho, aberto a poucos, de obter a profissionalização na educação superior. Para a maioria deles, todavia, resta a luta pela inserção no mercado de trabalho sem qualquer qualificação, o que representa, muitas vezes, o subemprego ou o desemprego.

A edição da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, favoreceu a expansão da rede de escolas de educação profissional do sistema federal de ensino, permitindo que o Governo Federal, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), anunciasse a previsão de criar, em quatro anos, 150 escolas técnicas federais em cidades-pólo.

Esta proposição identifica-se com a linha de expansão da rede federal de escolas técnicas. Ela faz parte de um conjunto de seis iniciativas que apresento para autorizar o Presidente da República a criar novos estabelecimentos de ensino dessa natureza no Estado de Goiás. Os municípios selecionados – Anápolis, Formosa, Itumbiara, Iporá, Luziânia e Uruaçu, constituem centros de irradiação de desenvolvimento em Goiás e estão geograficamente bem distribuídos em seu território.

Dadas as razões expostas, espero contar com o apoio de meus pares para a aprovação deste projeto e dos demais a ele relacionados, que visam ampliar as oportunidades de acesso à educação profissional no Estado de Goiás.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Marconi Perillo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.195, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2005

Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com estados, municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão

responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de novembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Fernando Haddad**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 457, DE 2007

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar Zona de Processamento de Exportação no Município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas.

Parágrafo único. A Zona de Processamento de Exportação de que trata este artigo terá a sua criação, características, objetivos e funcionamento regulados pela legislação pertinente.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A recente modificação da legislação referente à regulação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) trouxe novas perspectivas para tais áreas, cujo regime tributário, cambial e administrativo diferenciado tem como principal objetivo facilitar a industrialização e a venda de produtos destinados ao mercado externo.

A Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que atualizou o Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, impõe condições e prazos mais rígidos para a criação de ZPEs, o que, certamente, contribuirá para que esses importantes instrumentos de desenvolvimento possam ser colocados em prática.

As Zonas de Processamento de Exportação existem em países com os mais diversos graus de desenvolvimento, onde concorrem para a obtenção de superávits na balança comercial e para o dinamismo econômico de áreas antes estagnadas ou dependentes da comercialização de produtos de baixo valor agregado. Elas representam notável êxito na China, Estados Unidos e México.

No Brasil e em especial na Amazônia, tais unidades representam poderosa alavanca para o desenvolvimento regional. No meu Estado, o Amazonas, te-

mos um exemplo assemelhado, embora com enfoque diferenciado, o Pólo Industrial de Manaus.

A atual fase brasileira sugere que novos esforços se juntem ao panorama internacional propício ao desenvolvimento. No caso da Amazônia e do Amazonas, a região conta com riquezas naturais insuperáveis. De fato, a biodiversidade da Amazônia, pela sua potencialidade, passa a representar um desafio para o legislador, que não pode ficar à margem do desejo de empreendedores.

Falta no País organizar e sistematizar esquemas que possam resultar no aproveitamento da biodiversidade da Amazônia sem comprometer o seu futuro como área estratégica.

São freqüentes as notícias que dão conta de ações consideradas contrárias ao País, como a pirataria de que se valem grupos estrangeiros, de olhos nas riquezas naturais da Amazônia.

A minha região, sabe o Senado, é, no mundo, a mais expressiva reserva, com um sem número de espécies vegetais à espera de aproveitamento. Para não citar outras, as áreas de alimentos naturais, essências, cosméticos e de medicamentos têm ali um fantástico celeiro, que infelizmente só o País parece não enxergar.

Pelas razões expostas, na certeza de que a criação de uma ZPE impulsionará o desenvolvimento do Município de Itacoatiara, peço o apoio aos Nobres Pares para a aprovação do projeto de lei que ora apresento. O Senado, assim, estará cumprindo exemplarmente o seu papel de Casa representativa dos estados, especialmente visando a superar as imensas desigualdades regionais que situam a região Norte como a mais pobre do País, a despeito da riqueza da Grande Floresta e de suas reservas hídricas.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.508, DE 20 DE JULHO DE 2007

Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar, nas regiões menos desenvolvidas, Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), sujeitas ao regime jurídico instituído por esta Lei, com a finalidade de reduzir desequilíbrios regionais, bem como fortalecer o balanço

de pagamentos e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País.

Parágrafo único. As ZPE caracterizam-se como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro.

Art. 2º A criação de ZPE far-se-á por decreto, que delimitará sua área, à vista de proposta dos estados ou municípios, em conjunto ou isoladamente.

§ 1º A proposta a que se refere este artigo deverá satisfazer os seguintes requisitos:

I – indicação de localização adequada no que diz respeito a acesso a portos e aeroportos internacionais;

II – comprovação da disponibilidade da área destinada a sediar a ZPE;

III – comprovação de disponibilidade financeira, considerando inclusive a possibilidade de aportes de recursos da iniciativa privada;

IV – comprovação de disponibilidade mínima de infra-estrutura e de serviços capazes de absorver os efeitos de sua implantação;

V – indicação da forma de administração da ZPE;

e VI – atendimento de outras condições que forem estabelecidas em regulamento.

§ 2º A administradora da ZPE deverá atender às instruções dos órgãos competentes do Ministério da Fazenda quanto ao fechamento da área, ao sistema de vigilância e aos dispositivos de segurança.

§ 3º A administradora da ZPE proverá as instalações e os equipamentos necessários ao controle, à vigilância e à administração aduaneira local.

§ 4º O ato de criação de ZPE caducará se no prazo de 12 (doze) meses, contado da sua publicação, a administradora da ZPE não tiver iniciado, efetivamente, as obras de implantação de acordo com o cronograma previsto na proposta de criação.

Art. 3º Fica mantido o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação -CZPE, criado pelo art. 3º do Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, com as competências ali estabelecidas de:

I – analisar as propostas de criação de ZPE;

II – analisar e aprovar os projetos industriais;

III – traçar a orientação superior da política das ZPE; e

IV – aplicar as sanções de que tratam os incisos I, II, IV e V do **caput** do art. 22.

§ 1º Para os efeitos do inciso I do **caput** deste artigo, o CZPE levará em conta, dentre outros, os seguintes aspectos:

I – compatibilidade com os interesses da segurança nacional;

II – observância das normas relativas ao meio ambiente;

III – atendimento às prioridades governamentais para os diversos setores da indústria nacional e da política econômica global; e

IV – prioridade para as propostas de criação de ZPE localizada em área geográfica privilegiada para a exportação.

§ 2º (VETADO)

Art. 4º O início do funcionamento de ZPE dependerá do prévio alfandegamento da respectiva área.

Parágrafo único. O regulamento disporá sobre a situação em que as empresas tenham projetos aprovados para instalar em ZPE antes que tenha ocorrido o alfandegamento da área, devendo, nessa circunstância, prever controles alternativos.

Art. 5º É vedada a instalação em ZPE de empresas cujos projetos evidenciem a simples transferência de plantas industriais já instaladas no País.

Parágrafo único. Não serão autorizadas, em ZPE, a produção, a importação ou exportação de:

I – armas ou explosivos de qualquer natureza, salvo com prévia autorização do Comando do Exército;

II – material radioativo, salvo com prévia autorização da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN; e

III – outros indicados em regulamento.

Art. 6º A solicitação de instalação de empresa em ZPE far-se-á mediante apresentação, ao CZPE, de projeto na forma estabelecida em regulamento.

§ 1º Aprovado o projeto, os interessados deverão constituir, no prazo de 90 (noventa) dias, empresa que tenha:

I – capital social, em montante mínimo fixado no ato da aprovação do projeto, formado com o produto da conversão de moeda estrangeira, com a internação de bens de origem externa ou, ainda, nos casos a que se refere o parágrafo único do art. 17, com máquinas e equipamentos de fabricação nacional; e

II – (VETADO)

§ 2º (VETADO)

§ 3º (VETADO)

§ 4º (VETADO)

§ 5º (VETADO)

§ 6º (VETADO)

Art. 7º (VETADO)

Art. 8º O ato que autorizar a instalação de empresa em ZPE relacionará os produtos a serem fabricados de acordo com a sua classificação na nomenclatura comum do MERCOSUL – NCM e assegurará o tratamento instituído por esta Lei pelo prazo de até 20 (vinte) anos.

§ 1º O tratamento assegurado poderá ser estendido, sucessivamente, por períodos iguais ao originalmente concedido, nos casos em que a empresa tenha atingido os objetivos, respeitados os requisitos e condições estabelecidos na autorização, e a continuação do empreendimento garanta a manutenção de benefícios iguais ou superiores para a economia do País.

§ 2º Deverão ser imediatamente comunicadas ao CZPE as alterações que impliquem fabricação de novos produtos, ou cessação da fabricação de produtos aprovados no projeto, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 5º e no § 1º do art. 12.

§ 3º Entende-se como novo produto aquele que tenha, na NCM, classificação distinta dos anteriormente aprovados no projeto.

§ 4º Deverão ser previamente aprovados pelo CZPE projetos de expansão da planta inicialmente instalada.

Art. 9º A empresa instalada em ZPE não poderá constituir filial, firma em nome individual ou participar de outra localizada fora de ZPE ainda que para usufruir incentivos previstos na legislação tributária.

Art. 10. (VETADO)

Art. 11. (VETADO)

Art. 12. As importações e exportações de empresa autorizada a operar em ZPE estarão sujeitas ao seguinte tratamento administrativo:

I – será dispensada a obtenção de licença ou de autorização de órgãos federais, com exceção dos controles de ordem sanitária, de interesse da segurança nacional e de proteção do meio ambiente, vedadas quaisquer outras restrições à produção, operação, comercialização e importação de bens e serviços que não as impostas por esta Lei; e

II – somente serão admitidas importações de equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, matérias-primas, componentes, peças e acessórios e outros bens, novos ou usados, necessários à instalação industrial ou que integrem o processo produtivo.

§ 1º A dispensa de licenças ou autorizações a que se refere o inciso I não se aplicará a exportações de produtos:

I – destinados a países com os quais o Brasil mantenha convênios de pagamento, as quais se submeterão às disposições e controles estabelecidos na forma da legislação em vigor;

II – sujeitos a regime de cotas aplicáveis às exportações do País, vigentes na data de aprovação do projeto, ou que venha a ser instituído posteriormente; e

III – sujeitos ao Imposto de Exportação.

§ 2º As mercadorias importadas poderão ser, ainda, mantidas em depósito, reexportadas ou destruídas, na forma prescrita na legislação aduaneira.

Art. 13. Serão permitidas compras no mercado interno de bens necessários às atividades da empresa:

I – na hipótese e forma previstas no art. 19, dos bens mencionados no inciso II do art. 12; e

II – de outros bens, desde que acompanhados de documentação fiscal hábil e o pagamento seja realizado em moeda nacional, convertida na forma prevista no inciso II do § 4º do art. 6º.

Parágrafo único. As mercadorias adquiridas no mercado interno poderão ser, ainda, mantidas em depósito, remetidas para o exterior ou destruídas, na forma prescrita na legislação aduaneira.

Art. 14. (VETADO)

Art. 15. O Banco Central do Brasil não assegurará, direta ou indiretamente, cobertura cambial para os compromissos de empresa instalada em ZPE.

Art. 16. (VETADO)

Art. 17. A empresa instalada em ZPE não poderá usufruir de quaisquer incentivos ou benefícios não expressamente previstos nesta Lei.

Parágrafo único. A pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no País, que pretenda realizar investimentos em empresa instalada ou a se instalar em ZPE, deverá satisfazer as condições estabelecidas para investimentos brasileiros no exterior.

Art. 18. A mercadoria produzida em ZPE poderá ser introduzida para consumo, no mercado interno, desde que o valor anual da internação não seja superior a 20% (vinte por cento) do valor da respectiva produção, realizada pela mesma empresa, no ano imediatamente anterior, tendo como referencial a sua classificação na NCM.

§ 1º A venda de mercadoria para o mercado interno estará sujeita ao mesmo tratamento administrativo e cambial das importações, observada a legislação específica quando a internação for realizada em zona franca ou área de livre comércio.

§ 2º A mercadoria produzida em ZPE e introduzida para consumo no mercado interno ficará sujeita ao pagamento de tributos e encargos, conforme discriminado:

I – sobre o valor da internação:

Imposto sobre Produtos Industrializados;

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); e

Contribuição para os Programas de Integração Social – PIS e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP;

II – sobre o valor das matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, importados, que integrarem o produto internado:

a) Imposto de Importação;

b) Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior – COFINS-Importação;

c) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços do Exterior – PIS/PASEP-Importação;

d) Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante; e

e) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e sobre Operações relativas a Valores Mobiliários;

III – sobre o valor das matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, adquiridos no mercado interno, que integrarem o produto internado, encargo cujo percentual será somatório das alíquotas em vigor no momento da internação, para:

a) a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);

b) a Contribuição para os Programas de Integração Social – PIS e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP; e

c) o crédito presumido de que trata a Lei nº 9,363 de 13 de dezembro de 1996 e alterações posteriores, quando couber.

§ 3º Os valores relativos aos produtos internados, que tenham sido fabricados por empresas localizadas em ZPE, não serão computados para os efeitos da limitação de que trata o **caput** deste artigo, quando as compras correspondentes forem efetuadas pela União, estado, Distrito Federal, municípios e suas respectivas autarquias, e tiverem sido realizadas em virtude de concorrência internacional.

§ 4º A energia elétrica produzida por empresa em ZPE, excedente ao seu consumo, poderá ser vendida no mercado interno, observado o mesmo tratamento tributário dado à energia elétrica produzida e distribuída no País, sujeitando-se ao mesmo percentual de internação presente nesta Lei.

§ 5º Será permitida, sob condições previstas em regulamento, a aplicação dos seguintes regimes aduaneiros especiais à mercadoria saída de ZPE:

I – trânsito aduaneiro;

II – admissão temporária; e

III – o previsto no inciso II do art. 78 do Decreto-Lei nº 37 de 18 de novembro de 1966.

Art. 19. (VETADO)

Art. 20. O Poder Executivo estabelecerá em regulamento as normas para a fiscalização, o despacho e o controle aduaneiro de mercadorias em ZPE e a forma como a autoridade aduaneira exercerá o controle e a verificação do embarque e, quando for o caso,

da destinação de mercadoria exportada por empresa instalada em ZPE.

Art. 21. Para efeitos fiscais, cambiais e administrativos, aplicar-se-á aos serviços o seguinte tratamento:

I – (VETADO)

II – os prestados em ZPE, por residente ou domiciliado no exterior, para empresas ali instaladas, serão considerados como prestados no exterior;

III – (VETADO)

IV – (VETADO)

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

Art. 22. Sem prejuízo das sanções de natureza fiscal, cambial, administrativa e penal constantes da legislação em vigor, o descumprimento das disposições previstas nesta Lei sujeitará a empresa instalada em ZPE às seguintes penalidades, tendo em vista a gravidade da infração e observado o disposto em regulamento:

I – advertência;

II – multa equivalente ao valor de R\$1.000,00 (mil reais) a R\$10.000,00 (dez mil reais);

III – perdimento de bens;

IV – interdição do estabelecimento industrial; e

V – cassação da autorização para funcionar em ZPE.

Art. 23. Considerar-se-á dano ao Erário, para efeito de aplicação da pena de perdimento, na forma da legislação específica:

I – a introdução no mercado interno de mercadoria procedente de ZPE, que tenha sido importada, adquirida no mercado interno ou produzida em ZPE, fora dos casos autorizados nesta Lei;

II – a introdução em ZPE de mercadoria estrangeira não permitida; e

III – a introdução em ZPE de mercadoria nacional não submetida aos procedimentos regulares de exportação de que trata o art. 19, ou sem observância das disposições contidas no inciso II do art. 13.

Parágrafo único. A pena de perdimento de bens será aplicada pelo órgão fazendário competente.

Art. 24. O descumprimento total ou parcial do compromisso de exportação ou de retorno da mercadoria à ZPE assumido pela beneficiária dos regimes aduaneiros especiais de que tratam os incisos II e III do § 5º do art. 18, sujeitará a infratora às seguintes penalidades, aplicáveis isolada ou cumulativamente:

I – multa de 100% (cem por cento) do valor da mercadoria procedente da ZPE; e

II – proibição de usufruir os referidos regimes.

Art. 25. O ato de criação de ZPE já autorizada até 13 de outubro de 1994 caducará se no prazo de

12 (doze) meses, contado da publicação desta Lei, a administradora da ZPE não tiver iniciado, efetivamente, as obras de implantação.

Art. 26. (VETADO)

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28. Revogam-se o Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, as Leis nºs 8.396, de 2 de janeiro de 1992, e 8.924, de 29 de julho de 1994 o inciso II do § 2º do art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e o inciso XVI do **caput** do art. 88 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Brasília, 20 de julho de 2007; 186º da Independência e 119º da Independência da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Tarso Genro – Celso Luiz Nunes Amorim – Guido Mantega – Miguel Jorge – Paulo Bernardo Silva – José Antônio Dias Toffoli.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 23-7-2007

(À Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, DE 2007

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Tabatinga, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar Zona de Processamento de Exportação no Município de Tabatinga, no Estado do Amazonas.

Parágrafo único. A Zona de Processamento de Exportação de que trata este artigo terá a sua criação, características, objetivos e funcionamento regulados pela legislação pertinente.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Áreas de livre comércio, as Zonas de Processamento de Exportação destinam-se à instalação de empresas voltadas à produção de bens a serem comercializados com o exterior. São criadas em regiões menos desenvolvidas com vistas a reduzir os desequilíbrios regionais, fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País.

Em outros países, especialmente a China, Estados Unidos e México, esses enclaves têm revelado bastante êxito. Segundo estudo da International Labour Organization (ILO), de 2002, existem 3 mil distritos do tipo ZPE em funcionamento no mundo, que geram empregos para mais de 37 milhões de pessoas em 116

países. Só na China, trabalham nas “zonas econômicas especiais” mais de 30 milhões de pessoas. Tais zonas constituem o principal fator responsável pelo crescimento médio anual da economia chinesa acima de 10%, nos últimos 15 anos.

Representante do Amazonas no Senado da República e por conhecer em profundidade a economia da região, estou seguro de que a criação de uma ZPE no Município de Tabatinga é, no momento, empreendimento que poderá estimular o desenvolvimento do Município e, conseqüentemente, do Estado, com o aproveitamento das potencialidades locais e a integração da região amazônica ao contexto nacional. Há, ali, muita coisa a aproveitar, oriunda da natureza. Por isso, a instalação de novas empresas, atraídas pelo regime aduaneiro e cambial especial, acarretará a geração de empregos e renda, indispensáveis para garantir a melhoria das condições de vida da população local.

A região Norte como um todo é a mais pobre do País, a despeito da fantástica potencialidade da área, especialmente sua rica biodiversidade. Só no setor de cosméticos, de alimentação à base de produtos naturais e de medicamentos, o Amazonas é insuperável, não apenas no Brasil como no mundo todo.

Assim, é dever do legislador buscar alternativas viáveis, que não comprometam a fantástica Floresta Amazônica. É esse o objetivo da ZPE que ora proponho ao Senado da República. Como Casa representativa dos Estados, sei que posso contar com o apoio de meus pares, uma vez que nosso dever é congregar esforços para superar as desigualdades regionais.

Convém destacar que a proposta é oportuna, tendo em vista que, após onze anos de discussão no Congresso Nacional, foi aprovada a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que promove alterações no regime tributário, cambial e administrativo das ZPE, com o intuito de viabilizar a implantação desse modelo no Brasil. Entre as modificações do marco legal, destaca-se a autorização para que as empresas instaladas nas ZPE possam vender 20% da produção no mercado interno, embora essas vendas passem a ser tratadas como importação, sujeitas à incidência integral de todos os impostos cobrados normalmente sobre as importações. A nova legislação deverá possibilitar a implantação das ZPE no Brasil e viabilizar a atração dos investimentos para essas áreas de livre comércio.

Considerando os impactos favoráveis em termos de geração de emprego e renda no Amazonas e a necessidade de reduzir os desequilíbrios econômicos e sociais entre as unidades da Federação, peço apoio aos nobres pares para aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.508, DE 20 DE JULHO DE 2007

Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar, nas regiões menos desenvolvidas, Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), sujeitas ao regime jurídico instituído por esta Lei, com a finalidade de reduzir desequilíbrios regionais, bem como fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País.

Parágrafo único. As ZPE caracterizam-se como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro.

Art. 2º A criação de ZPE se fará por decreto, que delimitará sua área, à vista de proposta dos estados ou municípios, em conjunto ou isoladamente.

§ 1º A proposta a que se refere este artigo deverá satisfazer os seguintes requisitos:

I – indicação de localização adequada no que diz respeito a acesso a portos e aeroportos internacionais;

II – comprovação da disponibilidade da área destinada a sediar a ZPE;

III – comprovação de disponibilidade financeira, considerando inclusive a possibilidade de aportes de recursos da iniciativa privada;

IV – comprovação de disponibilidade mínima de infra-estrutura e de serviços capazes de absorver os efeitos de sua implantação;

V – indicação da forma de administração da ZPE;

VI – atendimento de outras condições que forem estabelecidas em regulamento.

§ 2º A administradora da ZPE deverá atender às instruções dos órgãos competentes do Ministério da Fazenda quanto ao fechamento da área, ao sistema de vigilância e aos dispositivos de segurança.

§ 3º A administradora da ZPE proverá as instalações e os equipamentos necessários ao controle, à vigilância e à administração aduaneira local.

§ 4º O ato de criação de ZPE caducará se, no prazo de 12 (doze) meses, contado da sua publicação, a administradora da ZPE não tiver iniciado, efeti-

vamente, as obras de implantação, de acordo com o cronograma previsto na proposta de criação.

Art. 3º Fica mantido o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação – CZPE, criado pelo art. 3º do Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988, com as competências ali estabelecidas de:

I – analisar as propostas de criação de ZPE;

II – analisar e aprovar os projetos industriais;

III – traçar a orientação superior da política das ZPEs; e

IV – aplicar as sanções de que tratam os incisos I, II, IV e V do **caput** do art. 22.

§ 1º Para os efeitos do inciso I do **caput** deste artigo, o CZPE levará em conta, dentre outros, os seguintes aspectos:

I – compatibilidade com os interesses da segurança nacional;

II – observância das normas relativas ao meio ambiente;

III – atendimento às prioridades governamentais para os diversos setores da indústria nacional e da política econômica global; e

IV – prioridade para as propostas de criação de ZPE localizada em área geográfica privilegiada para a exportação.

§ 2º (VETADO)

Art. 4º O início do funcionamento de ZPE dependerá do prévio alfandegamento da respectiva área.

Parágrafo único. O regulamento disporá sobre a situação em que as empresas tenham projetos aprovados para instalar em ZPE antes que tenha ocorrido o alfandegamento da área, devendo, nessa circunstância, prever controles alternativos.

Art. 5º É vedada a instalação em ZPE de empresas cujos projetos evidenciem a simples transferência de plantas industriais já instaladas no País.

Parágrafo único. Não serão autorizadas, em ZPE, a produção, a importação ou exportação de:

I – armas ou explosivos de qualquer natureza, salvo com prévia autorização do Comando do Exército;

II – material radioativo, salvo com prévia autorização da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN; e

III – outros indicados em regulamento.

Art. 6º A solicitação de instalação de empresa em ZPE se fará mediante apresentação, ao CZPE, de projeto na forma estabelecida em regulamento.

§ 1º Aprovado o projeto, os interessados deverão constituir, no prazo de 90 (noventa) dias, empresa que tenha:

I – capital social, em montante mínimo fixado no ato da aprovação do projeto, formado com o produto da conversão de moeda estrangeira, com a internação

de bens de origem externa ou, ainda, nos casos a que se refere o parágrafo único do art. 17, com máquinas e equipamentos de fabricação nacional; e

II – (VETADO)

§ 2º (VETADO)

§ 3º (VETADO)

§ 4º (VETADO)

§ 5º (VETADO)

§ 6º (VETADO)

Art. 7º (VETADO)

Art. 8º O ato que autorizar a instalação de empresa em ZPE relacionará os produtos a serem fabricados de acordo com a sua classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, e assegurará o tratamento instituído por esta Lei pelo prazo de até 20 (vinte) anos.

§ 1º O tratamento assegurado poderá ser estendido, sucessivamente, por períodos iguais ao originalmente concedido, nos casos em que a empresa tenha atingido os objetivos, respeitados os requisitos e condições estabelecidos na autorização, e a continuação do empreendimento garanta a manutenção de benefícios iguais ou superiores para a economia do País.

§ 2º Deverão ser imediatamente comunicadas ao CZPE as alterações que impliquem a fabricação de novos produtos, ou a cessação da fabricação de produtos aprovados no projeto, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 5º e no § 1º do art. 12.

§ 3º Entende-se como novo produto aquele que tenha, na NCM, classificação distinta dos anteriormente aprovados no projeto.

§ 4º Deverão ser previamente aprovados pelo CZPE projetos de expansão da planta inicialmente instalada.

Art. 9º A empresa instalada em ZPE não poderá constituir filial, firma em nome individual ou participar de outra localizada fora de ZPE, ainda que para usufruir incentivos previstos na legislação tributária.

Art. 10. (VETADO)

Art. 11. (VETADO)

Art. 12. As importações e exportações de empresa autorizada a operar em ZPE estarão sujeitas ao seguinte tratamento administrativo:

I – será dispensada a obtenção de licença ou de autorização de órgãos federais, com exceção dos controles de ordem sanitária, de interesse da segurança nacional e de proteção do meio ambiente, vedadas quaisquer outras restrições à produção, operação, comercialização e importação de bens e serviços que não as impostas por esta Lei; e

II – somente serão admitidas importações de equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, matérias-primas, componentes, peças e acessórios e

outros bens, novos ou usados, necessários à instalação industrial ou que integrem o processo produtivo.

§ 1º A dispensa de licenças ou autorizações a que se refere o inciso I não se aplicará a exportações de produtos:

I – destinados a países com os quais o Brasil mantenha convênios de pagamento, as quais se submeterão às disposições e controles estabelecidos na forma da legislação em vigor;

II – sujeitos a regime de cotas aplicáveis às exportações do País, vigentes na data de aprovação do projeto, ou que venha a ser instituído posteriormente; e

III – sujeitos ao Imposto de Exportação.

§ 2º As mercadorias importadas poderão ser, ainda, mantidas em depósito, reexportadas ou destruídas, na forma prescrita na legislação aduaneira.

Art. 13. Serão permitidas compras no mercado interno de bens necessários às atividades da empresa:

I – na hipótese e forma previstas no art. 19, dos bens mencionados no inciso II do art. 12; e

II – de outros bens, desde que acompanhados de documentação fiscal hábil e o pagamento seja realizado em moeda nacional, convertida na forma prevista no inciso II do § 4º do art. 6º.

Parágrafo único. As mercadorias adquiridas no mercado interno poderão ser ainda, mantidas em depósito, remetidas para o exterior ou destruídas, na forma prescrita na legislação aduaneira.

Art. 14. (VETADO)

Art. 15. O Banco Central do Brasil não assegurará, direta ou indiretamente, cobertura cambial para os compromissos de empresa instalada em ZPE.

Art. 16. (VETADO)

Art. 17. A empresa instalada em ZPE não poderá usufruir de quaisquer incentivos ou benefícios não expressamente previstos nesta Lei.

Parágrafo único. A pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no País, que pretenda realizar investimentos em empresa instalada ou a se instalar em ZPE, deverá satisfazer as condições estabelecidas para investimentos brasileiros no exterior.

Art. 18. A mercadoria produzida em ZPE poderá ser introduzida para consumo, no mercado interno, desde que o valor anual da internação não seja superior a 20% (vinte por cento) do valor da respectiva produção, realizada pela mesma empresa, no ano imediatamente anterior, tendo como referencial a sua classificação na NCM.

§ 1º A venda de mercadoria para o mercado interno estará sujeita ao mesmo tratamento administrativo e cambial das importações, observada a legislação

específica quando a internação for realizada em zona franca ou área de livre comércio.

§ 2º A mercadoria produzida em ZPE e introduzida para consumo no mercado interno ficará sujeita ao pagamento de tributos e encargos, conforme discriminado:

I – sobre o valor da internação:

a) Imposto sobre Produtos Industrializados;

b) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); e

c) Contribuição para os Programas de Integração Social – PIS e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pasep;

II – sobre o valor das matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, importados, que integrem o produto internado:

a) Imposto de Importação;

b) Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior – Cofins-Importação;

c) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços do Exterior – PIS/Pasep-Importação;

d) Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante; e

e) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e sobre Operações relativas a Valores Mobiliários;

III – sobre o valor das matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, adquiridos no mercado interno, que integrem o produto internado, encargo cujo percentual será somatório das alíquotas em vigor no momento da internação, para:

a) a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins);

b) a Contribuição para os Programas de Integração Social – PIS e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pasep; e

c) o crédito presumido de que trata a Lei nº 9.363 de 13 de dezembro de 1996 e alterações posteriores, quando couber.

§ 3º Os valores relativos aos produtos internados, que tenham sido fabricados por empresas localizadas em ZPE, não serão computados para os efeitos da limitação de que trata o **caput** deste artigo, quando as compras correspondentes forem efetuadas pela União, Estado, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias, e tiverem sido realizadas em virtude de concorrência internacional.

§ 4º A energia elétrica produzida por empresa em ZPE, excedente ao seu consumo, poderá ser vendida

no mercado interno, observado o mesmo tratamento tributário dado à energia elétrica produzida e distribuída no País, sujeitando-se ao mesmo percentual de internação presente nesta Lei.

§ 5º Será permitida, sob condições previstas em regulamento, a aplicação dos seguintes regimes aduaneiros especiais à mercadoria saída de ZPE:

I – trânsito aduaneiro;

II – admissão temporária; e

III – o previsto no inciso II do art. 78 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966.

Art. 19. (VETADO)

Art. 20. O Poder Executivo estabelecerá em regulamento as normas para a fiscalização, o despacho e o controle aduaneiro de mercadorias em ZPE e a forma como a autoridade aduaneira exercerá o controle e a verificação do embarque e, quando for o caso, da destinação de mercadoria exportada por empresa instalada em ZPE.

Art. 21. Para efeitos fiscais, cambiais e administrativos, aplicar-se-á aos serviços o seguinte tratamento:

I – (VETADO)

II – os prestados em ZPE, por residente ou domiciliado no exterior, para empresas ali instaladas, serão considerados como prestados no exterior;

III – (VETADO)

IV – (VETADO)

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

Art. 22. Sem prejuízo das sanções de natureza fiscal, cambial, administrativa e penal constantes da legislação em vigor, o descumprimento das disposições previstas nesta Lei sujeitará a empresa instalada em ZPE às seguintes penalidades, tendo em vista a gravidade da infração e observado o disposto em regulamento:

I – advertência;

II – multa equivalente ao valor de R\$1.000,00 (mil reais) a R\$10.000,00 (dez mil reais);

III – perdimento de bens;

IV – interdição do estabelecimento industrial; e

V – cassação da autorização para funcionar em ZPE.

Art. 23. Considerar-se-á dano ao Erário, para efeito de aplicação da pena de perdimento, na forma da legislação específica:

I – a introdução no mercado interno de mercadoria procedente de ZPE, que tenha sido importada, adquirida no mercado interno ou produzida em ZPE, fora dos casos autorizados nesta Lei;

II – a introdução em ZPE de mercadoria estrangeira não permitida; e

III – a introdução em ZPE de mercadoria nacional não submetida aos procedimentos regulares de exportação de que trata o art. 19, ou sem observância das disposições contidas no inciso II do art. 13.

Parágrafo único. A pena de perdimento de bens será aplicada pelo órgão fazendário competente.

Art. 24. O descumprimento total ou parcial do compromisso de exportação ou de retorno da mercadoria à ZPE assumido pela beneficiária dos regimes aduaneiros especiais de que tratam os incisos II e III do § 5º do art. 18, sujeitará a infratora às seguintes penalidades, aplicáveis isolada ou cumulativamente:

I – multa de 100% (cem por cento) do valor da mercadoria procedente da ZPE; e

II – proibição de usufruir os referidos regimes.

Art. 25. O ato de criação de ZPE já autorizada até 13 de outubro de 1994 caducará se no prazo de 12 (doze) meses, contado da publicação desta Lei, a administradora da ZPE não tiver iniciado, efetivamente, as obras de implantação.

Art. 26. (VETADO)

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28. Revogam-se o Decreto-Lei nº 2.452, de 29 de julho de 1988; as Leis nos 8.396, de 2 de janeiro de 1992 e 8.924, de 29 de julho de 1994; o inciso II do § 2º do art. 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e o inciso XVI do caput do art. 88 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Brasília, 20 de julho de 2007; 186º da Independência e 119º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Tarso Genro – Celso Luiz Nunes Amorim – Guido Mantega – Miguel Jorge – Paulo Bernardo Silva – José Antônio Dias Toffoli.**

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23-7-2007

(À Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 459, 2007

Autoriza a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Distrito Federal – CEFET/DF.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizada a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica no Distrito Federal – CEFET/DF, bem como os cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Parágrafo único. A inscrição do ato constitutivo do CEFET/DF, do qual será parte integrante o seu estatuto, no cartório do registro civil competente lhe conferirá personalidade jurídica.

Art. 2º O CEFET/DF tem por finalidade o oferecimento de educação tecnológica e por objetivos:

I – ministrar educação superior:

a) de graduação e pós-graduação **lato sensu** e **stricto sensu**, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;

b) de licenciatura com vistas à formação de professores especializados para as disciplinas específicas do ensino técnico e tecnológico;

II – ministrar cursos técnicos, em nível de 2º grau, visando à formação de técnicos, instrutores e auxiliares de nível médio;

III – ministrar cursos de educação continuada visando à atualização e ao aperfeiçoamento de profissionais na área tecnológica;

IV – realizar pesquisas aplicadas na área tecnológica, estimulando atividades criadoras e estendendo seus benefícios à comunidade mediante cursos e serviços.

Art. 3º O patrimônio do CEFET/DF será constituído pelos bens e direitos que ela venha a adquirir, incluindo aqueles que lhe venham ser doados pela União, estados, municípios e por outras entidades públicas e particulares.

Parágrafo único. Só será admitida a doação ao CEFET/DF de bens livres e desembaraçados de quaisquer ônus.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o CEFET/DF bens móveis e imóveis necessários ao seu funcionamento integrantes do patrimônio da União.

Art. 5º Os recursos financeiros do CEFET/DF serão provenientes de:

I – dotação consignada no Orçamento da União;

II – auxílios e subvenções que lhe venham a ser concedidos por quaisquer entidades públicas ou particulares;

III – remuneração por serviços prestados a entidades públicas ou particulares;

IV – convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais ou internacionais;

V – outras receitas eventuais.

Parágrafo único. A implantação do CEFET/DF fica sujeita à existência de dotação específica no orçamento da União.

Art. 6º A administração superior do CEFET/DF será exercida pelo reitor e pelo conselho universitário, no âmbito de suas respectivas competências, a serem definidas no estatuto e o regimento geral.

Art. 7º Até sua implantação definitiva, o CEFET/DF poderá contar com a colaboração de pessoal docente e técnico-administrativo, mediante cessão dos governos federal, municipais e estaduais, independentemente da limitação contida no inciso I do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 8º O CEFET/DF encaminhará ao Ministério da Educação a proposta de estatuto para aprovação pelas instâncias competentes, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contado da data de provimento dos cargos de vice-reitor **pro tempore**.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Não era sem tempo que o Distrito Federal necessitaria de uma instituição capaz de suprir as carências de profissionais de alto gabarito formados por um centro de excelência como os CEFET de outras Unidades da Federação.

A própria legislação, como a Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, que modificou o art. 3º, da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, já restaria suficiente em nosso propósito no que diz em seu dispositivo o seguinte:

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com estados, municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

O Distrito Federal, por suas características assume posição ímpar na oferta de cursos de alto gabarito e reconhecimento pelos CEFET, e é, indubitavelmente, a Unidade da Federação que mais resente de carência de mão-de-obra especializada em várias profissões, em relação à respectiva população.

Esse fato traduz um sentido de profunda decepção do povo brasileiro, embora desejoso de priorizar a educação, a profissão, a cultura e a ciência, porém acaba se constituindo num grave desequilíbrio no oferecimento de vagas no ensino profissionalizante.

O CEFET/DF terá a missão de ministrar o ensino profissional em seus níveis básico, técnico e tecnológico de qualidade; desenvolver a pesquisa aplicada à produção de equipamentos técnicos e tecnológicos, repassar tecnologia e prestar serviços à comunidade, aos setores públicos e aos produtivos, a fim de res-

ponder positivamente às demandas contextualizadas e conceber soluções para os desafios educacionais emergentes, mediante a formação profissional integral de sua clientela.

Para atender às demandas do Distrito Federal e de outras regiões do país, o CEFET/DF deverá oferecer cursos profissionais básico, técnico (concomitante com 2º grau ou pós-médio) e tecnológico (3º grau), além de propiciar cursos de formação de docentes para áreas técnica e tecnológica, de acordo com a premência da comunidade e dos setores públicos e produtivos.

O projeto pedagógico do CEFET/DF deve voltar-se para o ensino, a pesquisa e a extensão, que contemplam conhecimentos de caráter geral e profissionalizante. No âmbito geral, vista à formação do cidadão, buscando seu desenvolvimento integral, por meio de uma sólida formação propedêutica, que inclui aspectos científicos, políticos, artísticos e desportivos.

No campo profissionalizante, se propõe a contribuir para o crescimento do Distrito Federal e do Entorno, na chamada região geoeconômica de Brasília, colocando no mercado de trabalho, técnicos, tecnólogos, engenheiros específicos e docentes com uma consistente formação técnica nas áreas industriais, de prestação de serviços e formação de professores, utilizando-se para isto, dos recursos da informática e de equipamentos de alta tecnologia.

Traduzindo-se que a criação do Cefet/DF é uma das iniciativas que renovam a confiança do País em si mesmo e têm o poder de mobilizar as novas gerações para a invenção do futuro.

O Distrito Federal e seu entorno representou, desde os anos 1960, a vontade de superação do subdesenvolvimento, o serviço público, o comércio, a pesquisa, a inovação tecnológica, a industrialização, a energia do empreendimento e as expectativas de progresso e mobilidade social. Mais recentemente, tomou-se parte da história brasileira de afirmação das liberdades e da cidadania, expressão do moderno movimento das lideranças comunitárias e das lutas pela democracia. A reforma universitária começa como deve ser: com investimento público em educação e ciência, inovação institucional e confiança no Brasil.

De suas características estratégicas decorrem algumas inovações e avanços institucionais, tais como:

- laboratórios integrados às empresas; programas de formação, pesquisa e extensão decorrentes da parceria entre empresas e universidades;

- observatórios da sociedade e da economia com o propósito de gerar conhecimento, sobretudo nas regiões do entorno de Brasília e na própria Capital da República;

- associação com a administração pública para a formação de pessoal em gestão e políticas públicas;

- associação com a educação básica para a formação inicial e continuada de profissionais e o desenvolvimento de tecnologias educacionais, projetando um novo padrão de integração entre a universidade e a educação básica;

- graduação em regime semipresencial com redução da carga de trabalho em sala de aula presencial, apoio diferenciado ao estudante e valorização dos docentes;

- flexibilidade curricular: instituição de um ciclo básico, ampliação das oportunidades de formação profissional e de acesso à pós-graduação;

- universidade com autonomia de gestão, financeira e patrimonial, gerida com a participação de seus profissionais, alunos e da sociedade civil.

A estrutura organizacional proposta, tanto administrativa como acadêmica, é extremamente simplificada, o que propiciará que o Cefet/DF torne-se ágil, eficiente e de baixo custo operacional. Deverão ser criados os cargos necessários para compor o quadro de pessoal, de acordo com a necessidade.

A repercussão financeira anual quando da plena implantação do Cefet/DF, referente a pessoal e custeio, pode ser considerado plenamente atendido, uma vez que a despesa deverá estar prevista nos valores da lei orçamentária. No entanto, esse aumento de despesa mostra-se compatível com o aumento de receita decorrente do crescimento real da economia nacional previsto, conforme demonstra a série histórica relativa à ampliação da base de arrecadação nos últimos anos.

Acreditamos, nobres parlamentares, que a criação do Cefet/DF trará grandes benefícios para a região do entorno de Brasília e, particularmente, do Distrito Federal, pois ampliará a oferta de ensino profissionalizante de excelência à população e, ao mesmo tempo, gerará conhecimentos científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento, à prosperidade e ao bem-estar da população brasiliense, do entorno e de todo o Brasil.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Gim Argello**.

Legislação Citada

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

PUBLICAÇÃO CONSOLIDADA DA LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, DETERMINADA PELO ART. 13 DA LEI Nº 9.527, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Título I

Capítulo Único

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais.

Capítulo V

Dos Afastamentos

Seção I

Do Afastamento para Servir a Outro Órgão ou Entidade

~~Art. 93. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses:~~

- ~~I - para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;~~
~~II - em casos previstos em leis específicas.~~

~~§ 1º Na hipótese do inciso I deste artigo, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade cessionária.~~

~~§ 2º A cessão far-se-á mediante portaria publicada no Diário Oficial da União.~~

~~§ 3º Mediante autorização expressa do Presidente da República, o servidor do Poder Executivo poderá ter exercício em outro órgão da Administração Federal direta que não tenha quadro próprio de pessoal, para fim determinado e a prazo certo.~~

Art. 93. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses: (Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17.12.91) (Regulamento) (Vide Decreto nº 4.493, de 3.12.2002) (Regulamento)

I - para exercício de cargo em comissão ou função de confiança; (Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17.12.91)

II - em casos previstos em leis específicas. (Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17.12.91)

§ 1º Na hipótese do inciso I, sendo a cessão para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade cessionária, mantido o ônus para o cedente nos demais casos. (Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17.12.91)

~~§ 2º Na hipótese de o servidor cedido à empresa pública ou sociedade de economia mista, nos termos das respectivas normas, optar pela remuneração do cargo efetivo, a entidade cessionária efetuará o reembolso das despesas realizadas pelo órgão ou entidade de origem. (Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17.12.91) (Vide Medida Provisória nº 301 de 2006)~~

§ 2º Na hipótese de o servidor cedido a empresa pública ou sociedade de economia mista, nos termos das respectivas normas, optar pela remuneração do cargo efetivo ou pela remuneração do cargo efetivo acrescida de percentual da retribuição do cargo em comissão, a entidade cessionária efetuará o reembolso das despesas realizadas pelo órgão ou entidade de origem. (Redação dada pela Lei nº 11.355, de 2006)

§ 3º A cessão far-se-á mediante Portaria publicada no Diário Oficial da União. (Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17.12.91)

§ 4º Mediante autorização expressa do Presidente da República, o servidor do Poder Executivo poderá ter exercício em outro órgão da Administração Federal direta que não tenha quadro próprio de pessoal, para fim determinado e a prazo certo. (Incluído pela Lei nº 8.270, de 17.12.91)

~~§ 5º Aplicam-se à União, em se tratando de empregado ou servidor por ela requisitado, as regras previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo, conforme dispuser o regulamento, exceto quando se tratar de empresas públicas ou sociedades de economia mista que recebam recursos financeiros do Tesouro Nacional para o custeio total ou parcial da sua folha de pagamento de pessoal. (Incluído pela Lei nº 9.627, de 10.12.97)~~

§ 5º Aplica-se à União, em se tratando de empregado ou servidor por ela requisitado, as disposições dos §§ 1º e 2º deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 10.470, de 25.6.2002)

§ 6º As cessões de empregados de empresa pública ou de sociedade de economia mista, que receba recursos de Tesouro Nacional para o custeio total ou parcial da sua folha de pagamento de pessoal, independem das disposições contidas nos incisos I e II e §§ 1º e 2º deste artigo, ficando o exercício do empregado cedido condicionado a autorização específica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, exceto nos casos de ocupação de cargo em comissão ou função gratificada. (Incluído pela Lei nº 10.470, de 25.6.2002)

§ 7º O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com a finalidade de promover a composição da força de trabalho dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, poderá determinar a lotação ou o exercício de empregado ou servidor, independentemente da observância do constante no inciso I e nos §§ 1º e 2º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 10.470, de 25.6.2002) (Vide Decreto nº 5.375, de 2005)

Seção II

Do Afastamento para Exercício de Mandato Eletivo

Art. 94. Ao servidor investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

LEI Nº 11.195, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2005.

Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

.....

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de novembro de 2005; 184ª da Independência e 117ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

LEI Nº 8.948, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1994.

Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

~~Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, integrado pelas instituições de educação tecnológica, vinculadas ou subordinadas ao Ministério da Educação e do Desporto e sistemas congêneros dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. (Revogado pela Lei 9.649, de 1998)~~

~~§ 1º A participação da rede particular no Sistema Nacional de Educação Tecnológica poderá ocorrer, ouvidos os respectivos órgãos superiores deliberativos.~~

~~§ 2º A instituição de Sistema Nacional de Educação Tecnológica tem como finalidade permitir melhor articulação da educação tecnológica, em seus vários níveis, entre suas diversas instituições, entre estas e as demais incluídas na Política Nacional de Educação, visando o aprimoramento do ensino, da extensão, da pesquisa tecnológica, além de sua integração os diversos setores da sociedade e do setor produtivo.~~

~~§ 3º A coordenação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica caberá ao Ministério da Educação e do Desporto, que estabelecerá os procedimentos para a sua implantação, operacionalização e funcionamento, respeitadas as características da educação formal e não formal e a autonomia dos sistemas de ensino.~~

~~Art. 2º Fica instituído o Conselho Nacional de Educação Tecnológica, órgão consultivo, ao âmbito do Ministério da Educação e do Desporto, com a finalidade de assessorar o Ministério da Educação e do Desporto no cumprimento das políticas e diretrizes da educação tecnológica, conforme sejam formuladas pelo órgão normativo maior da educação, constituído de representantes das instituições previstas nos termos do art. 1º e seu § 1º. (Revogado pela Lei 9.649, de 1998)~~

Art. 3º As atuais Escolas Técnicas Federais, criadas pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 e pela Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1983, ficam transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica, nos termos da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, alterada pela Lei nº 8.711, de 28 de setembro de 1993, e do Decreto nº 87.310, de 21 de junho de 1982.

§ 1º A implantação dos Centros Federais de Educação Tecnológica de que trata este artigo será efetivada gradativamente, mediante decreto específico para cada centro, obedecendo a critérios a serem estabelecidos pelo Ministério da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação Tecnológica.

§ 2º A complementação do quadro de cargos e funções, quando necessária, decorrentes da transformação de Escola Técnica Federal em Centro Federal de Educação Tecnológica, será efetivada mediante lei específica.

§ 3º Os critérios para a transformação a que se refere o *caput* levarão em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro.

§ 4º As Escolas Agrotécnicas, integrantes do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, poderão ser transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica após processo de avaliação de desempenho a ser desenvolvido sob a coordenação do Ministério da Educação e do Desporto. (Incluído pela Lei nº 9.649, de 1998)

~~§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. (Incluído pela Lei nº 9.649, de 1998)~~

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. (Redação dada pela Lei nº 11.195, de 2005)

§ 6º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 9.649, de 1998)

§ 7º É a União autorizada a realizar investimentos em obras e equipamentos, mediante repasses financeiros para a execução de projetos a serem realizados em consonância ao disposto no parágrafo anterior, obrigando-se o beneficiário a prestar contas dos valores recebidos e, caso seja modificada a finalidade para a qual se destinarem tais recursos, deles ressarcirá a União, em sua integralidade, com os acréscimos legais, sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis. (Incluído pela Lei nº 9.649, de 1998)

§ 8º O Poder Executivo regulamentará a aplicação do disposto no § 5º nos casos das escolas técnicas e agrotécnicas federais que não tenham sido implantadas até 17 de março de 1997. (Incluído pela Lei nº 9.649, de 1998)

Art. 4º Os Centros Federais de Educação Tecnológica terão estrutura organizacional e funcional estabelecidas em estatuto e regimento próprios, aprovados nos termos da legislação em vigor, ficando sua supervisão a cargo do Ministério da Educação e do Desporto.

Art. 5º O art. 3º da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A administração superior de cada centro terá como órgão executivo a diretoria-geral, e como órgão deliberativo e consultivo o conselho diretor, sendo este composto de dez membros e respectivos suplentes, todos nomeados pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto, sendo um representante do Ministério da Educação e do Desporto um representante de cada uma das Federações da Indústria, do Comércio e da Agricultura, do respectivo Estado, cinco representantes da Instituição, incluindo um representante discente, e um representante dos ex-alunos, todos indicados na forma regimental, vedada a nomeação de servidores da Instituição com representantes das Federações e do Ministério da Educação e do Desporto".

Art. 6º Ficam transferidos para cada Centro Federal de Educação Tecnológica que for implantado o acervo patrimonial, o quadro de pessoal docente e técnico-administrativo e os recursos orçamentários e financeiros da respectiva Escola Técnica Federal objeto da transformação.

Art. 7º O Diretor-Geral de cada Escola Técnica Federal exercerá as funções de Diretor-Geral do respectivo Centro Federal de Educação Tecnológica implantado por decreto nos termos do § 1º do art. 3º desta lei, até a aprovação do estatuto e do regimento e o provimento dos cargos de direção.

Art. 8º Quando o mandato de Diretor-Geral da Escola Técnica Federal extinguir-se, sem que tenha sido expedido o decreto de implantação do respectivo centro, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto designará diretor para a escola na forma da legislação vigente.

~~Art. 9º O Poder Executivo adotará as providências necessárias à execução desta lei mediante decreto de regulamentação, a ser baixado no prazo de sessenta dias, que estabelecerá, entre outros dispositivos, a composição e funcionamento do Conselho Nacional de Educação Tecnológica. (Revogado pela Lei 9.649, de 1998)~~

Art. 10. As despesas com a execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias do Ministério da Educação e do Desporto.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1994; 173º da Independência e 106º da República.

ITAMAR FRANCO
Antonio José Barbosa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 460, DE 2007

Altera o art. 114 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a configuração interna das aeronaves utilizadas nos serviços de transporte aéreo público de passageiros.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 114 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 114.

§ 2º O regulamento estabelecerá requisitos de configuração interna exigidos para a certificação das aeronaves utilizadas no transporte aéreo de passageiros, assegurado espaçamento livre mínimo, entre duas fileiras consecutivas de poltronas, de 78,7 centímetros, para vôos domésticos, e 83,8 centímetros, para vôos internacionais.

§ 3º Poderão ser convalidados os certificados estrangeiros de aeronavegabilidade que atendam aos requisitos previstos no regulamento de que tratam os §§ 1º e 2º e às condições aceitas internacionalmente.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor depois de decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Justificação

A morte de uma jovem britânica de 28 anos ao fim de um vôo entre a Austrália e o Reino Unido, em 2000, deflagrou alerta sobre a “síndrome da classe econômica”. Trata-se de complicação circulatória que vitima passageiros de avião, em decorrência da exigüidade de espaço entre as poltronas, problema que se revela ainda mais grave no compartimento destinado à classe econômica.

Desde então, a situação vem se agravando sensivelmente, graças à tendência, observada mundialmente, de aumento do número de assentos oferecidos em cada aeronave, o que resulta em redução do espaço disponível por passageiro. A insuficiência de espaço tem efeitos nocivos para o bem-estar dos usuários do transporte aéreo. Prejudica a adequada movimentação dos membros inferiores dos passageiros, o que pode levar a manifestações de ordem vascular. A compressão e a imobilização favorecem a formação de coágulos

e, por conseguinte, pessoas propensas a problemas circulatórios podem apresentar quadro de trombose durante vôos de longa distância.

Em diversos países, passageiros que se consideram vítimas da “síndrome da classe econômica”, assim como parentes de vítimas fatais, vêm recorrendo a ações judiciais contra empresas aéreas, por não terem sido devidamente alertados sobre os riscos dos vôos de longa distância. Argumentam que as empresas ficaram anos sem tomar qualquer medida preventiva para melhorar as condições dos passageiros e diminuir os riscos de um acidente vascular. É importante destacar que, uma vez reconhecida, formalmente, a existência de relação direta entre os vôos de longa distância e a ocorrência de trombose, as ações judiciais abrem caminho para indenizações milionárias.

Algumas empresas aéreas, visando evitar a ocorrência de trombose entre os passageiros, têm procurado adverti-los sobre os riscos da imobilidade, da ingestão de bebidas alcoólicas ou soníferos, além de orientá-los quanto à necessidade de realizar exercícios específicos, sentados, durante a viagem.

Acreditamos, no entanto, que, para resguardar a saúde e o conforto dos passageiros, faz-se imperiosa a adoção de providências mais definitivas. Nesse sentido, propomos que a configuração interna das aeronaves seja redefinida, estabelecendo-se distância mínima entre as poltronas de modo a permitir a movimentação, ainda que limitada, dos membros inferiores dos passageiros durante a viagem.

Com esse propósito, o Senador Hélio Costa apresentou o Projeto de Lei do Senado nº 510, de 2003, que “dispõe sobre a configuração interna das aeronaves utilizadas na aviação comercial de passageiros”. Não tendo sido apreciada, a matéria foi arquivada ao final da legislatura, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 97, de 2002, do Presidente do Senado Federal.

A presente iniciativa resgata a essência da proposição de autoria do Senador Hélio Costa, promovidas as necessárias adequações à realidade atual.

No aspecto formal, incorpora sugestões oferecidas em minuta de relatório elaborada pela Senadora Fátima Cleide, que fora designada relatora da matéria na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado.

Em vista do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação da medida.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Tiã Viana**, PT/AC.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.565, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986

**Código Brasileiro de Aeronáutica.
(Substitui o Código Brasileiro do Ar)**TÍTULO IV
Das AeronavesCAPÍTULO II
Da Nacionalidade, Matrícula
e AeronavegabilidadeSeção II
Do Certificado de Aeronavegabilidade

Art. 114. Nenhuma aeronave poderá ser autorizada para o vôo sem a prévia expedição do correspondente certificado de aeronavegabilidade que só será válido durante o prazo estipulado e enquanto observadas as condições obrigatórias nele mencionadas (arts. 20 e 68, § 2º).

§ 1º São estabelecidos em regulamento os requisitos, condições e provas necessários à obtenção ou renovação do certificado, assim como o prazo de vigência e casos de suspensão ou cassação.

§ 2º Poderão ser invalidados os certificados estrangeiros de aeronavegabilidade que atendam aos requisitos previstos no regulamento de que trata o parágrafo anterior, e às condições aceitas internacionalmente.

(À Comissão de Constituição Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, DE 2007**Altera a Lei de Execução Penal para
dispor sobre a assistência educacional devida aos presos.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 17, 20, 39 e 81 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal – passam a vigorar com as seguintes modificações:

“Art. 17. A assistência educacional é dever do Estado, que disponibilizará aos presos, incluindo os provisórios, tão logo ingressem no estabelecimento penal, cursos de instrução escolar ou de formação profissional.” (NR)

“Art. 20.
Parágrafo único. A não-celebração de convênio nos termos do **caput** não exige o estabelecimento penal de oferecer a assistência educacional por iniciativa própria.” (NR)

“Art. 39.

.....
XI – frequência regular às aulas dos cursos oferecidos na forma da Seção V do Capítulo II do Título II desta Lei.

.....” (NR)

“Art. 81.

.....
V – monitorar a assistência educacional devida aos presos na forma da Seção V do Capítulo II do Título II desta Lei, relatando ao Juiz da Execução e ao Ministério Público a regularidade e condições gerais da oferta.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Como se sabe, a assistência educacional devida aos presos é um dever do Estado e um direito do preso, como prevê a Lei de Execução Penal (art. 10 c/c arts. 11, IV, e 41, VII). Falta, porém, um dispositivo legal que estenda, de forma inequívoca, referido direito aos presos provisórios, determinando, ainda, que a assistência educacional seja prestada tão logo os presos ingressem no estabelecimento penal, sem procrastinações ou demoras injustificáveis.

O acesso ao estudo é um dos elementos mais importantes para a ressocialização dos presos – objetivo perseguido pela Lei de Execução Penal (art. 1º) e pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos (art. 5º, item 6, do Pacto de San José da Costa Rica). Cabe ao Estado oferecer as condições para que o preso possa estudar e desenvolver suas potencialidades, reforçando ou fazendo nascer o desejo de uma plena integração social. Se o estabelecimento penal não firmar convênios com entidades de ensino, nem por isso estará isento de prestar assistência educacional por iniciativa própria, como prevê o PLS.

Uma vez oferecido o curso educacional ou profissionalizante, o preso deve obter a frequência mínima necessária à aprovação. Assim, o PLS pretende inserir expressamente entre os deveres do preso a frequência regular às aulas, tal como em relação ao trabalho prisional, que é um dever e um direito do preso em igual simetria.

Finalmente, institui-se entre as atribuições do Conselho da Comunidade a fiscalização da prestação da assistência educacional. A medida se justifica não apenas pelo aspecto da fiscalização, mas porque o envolvimento da Comunidade nas atividades educacionais oferecidas ao preso poderá desencadear outras formas de interação social.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Demóstenes Torres**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

Institui a Lei de Execução Penal.**Da Assistência Educacional**

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 39. Constituem deveres do condenado:

I – comportamento disciplinado e cumprimento fiel da sentença;

II – obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se;

III – urbanidade e respeito no trato com os demais condenados;

IV – conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina;

V – execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas;

VI – submissão à sanção disciplinar imposta;

VII – indenização à vítima ou aos seus sucessores;

VIII – indenização ao Estado, quando possível, das despesas realizadas com a sua manutenção, mediante desconto proporcional da remuneração do trabalho;

IX – higiene pessoal e asseio da cela ou alojamento;

X – conservação dos objetos de uso pessoal.

Parágrafo único. Aplica-se ao preso provisório, no que couber, o disposto neste artigo.

Art. 81. Incumbe ao Conselho da Comunidade:

I – visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca;

II – entrevistar presos;

III – apresentar relatórios mensais ao Juiz da execução e ao Conselho Penitenciário;

IV – diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento.

(Às Comissões de Educação e de Constituição Justiça e Cidadania, cabendo a última – decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 462, DE 2007

Altera o art. 126 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir os veículos sinistrados, com laudo de perda total e integralmente indenizados por companhia seguradora, entre aqueles sujeitos a baixa obrigatória de registro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 126 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 126. É obrigatória a baixa do registro de veículo irrecuperável, ou definitivamente desmontado, ou sinistrado com laudo de perda total e integralmente indenizado por companhia seguradora, vedada, em qualquer caso, a remontagem do veículo sobre o mesmo chassi e o aproveitamento do registro anterior.

§ 1º A obrigação de que trata o **caput** é do proprietário do veículo, ou da companhia seguradora que houver efetuado a indenização, ou do adquirente do veículo destinado à desmontagem, quando estes sucederem ao proprietário.

§ 2º A baixa deverá ser requerida pelo responsável no prazo e na forma estabelecidos pelo Contran.

§ 3º A baixa de veículo, efetuada nas condições previstas neste artigo, é irreversível e irrevogável, e impede definitivamente o veículo de voltar à circulação. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) determina a baixa obrigatória do registro para veículos irrecuperáveis ou definitivamente desmontados. A presente proposição inclui expressamente, entre os veículos sujeitos a essa exigência, aqueles que, sinistrados com laudo de perda total, tenham sido integralmente indenizados por companhia seguradora.

De acordo com o projeto, e a exemplo dos demais casos previstos no art. 126 do CTB, os veículos mencionados não poderão ser remontados sobre o mesmo chassi, nem manter o registro anterior. Em hipótese alguma, será permitido que voltem a circular. Com a medida, vislumbro combater uma série de fraudes e distorções diretamente associadas ao pouco controle exercido sobre a destinação final dos veículos sinistrados.

É fácil constatar que, muitas vezes, a perda total admitida pela seguradora, e indenizada como tal,

reflete mais o interesse do proprietário do veículo, ou a conveniência da própria seguradora, do que a real condição do veículo, artificialmente dado como irrecuperável. Nessas circunstâncias mais especificamente no momento em que a seguradora, ou quem vier a sucedê-la, assume a propriedade do veículo pelo qual foi paga indenização total, costuma ter início o processo de “ressurgimento” irregular do veículo sinistrado.

Duas condutas vêm sendo sistematicamente exercidas nesse contexto, ambas inaceitáveis.

Na primeira delas, é o próprio veículo, com o mesmo chassi e o registro original, que retoma às ruas e estradas do País. Isso, possivelmente, depois de o veículo sinistrado cumprir as seguintes etapas típicas do processo: i) ser comercializado pela própria seguradora, interessada em reaver parte do valor pago a título de indenização; ii) passar por ampla reforma, não se sabe exatamente em que condições, o que coloca sob suspeita a confiabilidade do veículo, notadamente do ponto de vista da segurança; e iii) por fim, ser novamente vendido, sem que nada desse histórico chegue ao conhecimento do novo proprietário – este, muito provavelmente, o único a sair prejudicado no negócio.

Já na segunda situação – sem dúvida, a mais grave –, é a disponibilidade da documentação e da parte do chassi contendo a gravação do código do veículo sinistrado, além do próprio registro, inadvertidamente mantido ativo nos cadastros oficiais, que acaba alimentando a indústria do roubo de veículos e prestando um lamentável desserviço à população. É o que ocorre quando um veículo roubado ou furtado, sem condições de circular com o chassi, o código e a documentação originais, é legitimado mediante simples apropriação daqueles elementos-chave oriundos de outro veículo, que, embora irrecuperável, continua a existir no mundo legal.

Daí a importância da baixa do registro no segmento dos sinistrados, de modo a impedir a falsa regularização do produto do roubo ou do furto. Certo da oportunidade da iniciativa e, movido pela intenção de contribuir para o combate ao roubo e furto de veículos no País, espero contar com o apoio necessário à aprovação do projeto de lei que apresento.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Demóstenes Torres**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

.....
 Art. 126. O proprietário de veículo irrecuperável, ou definitivamente desmontado, deverá requerer a baixa do registro, no prazo e forma estabelecidos pelo Con-

tran, sendo vedada a remontagem do veículo sobre o mesmo chassi, de forma a manter o registro anterior.

Parágrafo único. A obrigação de que trata este artigo é da companhia seguradora ou do adquirente do veículo destinado à desmontagem, quando estes sucederem ao proprietário.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 463, DE 2007

Extingue a obrigatoriedade do registro das admissões e dispensas de empregados regidos pela legislação celetista e determina a disponibilização ao público de todas as informações contidas na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogado o art. 1º da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001.

Art. 2º A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 32-A:

“Art. 32-A. Todas as informações coletadas por meio da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) serão disponibilizadas ao público, inclusive por meio de rede pública de transmissão de dados.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá disponibilizar microdados da GFIP para instituições de pesquisa e órgãos públicos de controle externo.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Estamos propondo a extinção do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), criado pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 4.923, de 1965.

Como se sabe, esse cadastro mensal, serve como base para a elaboração de estudos, pesquisas, projetos e programas ligados ao mercado de trabalho. É utilizado, ainda, pelo Programa de Seguro-Desemprego, para conferir os dados referentes aos vínculos trabalhistas, além de outros programas sociais.

Não bastasse o fornecimento dessas informações, as empresas estão também obrigadas a preencher a Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), que é o documento a ser entregue, também mensalmente, por todos os empregadores, sejam pessoas físicas ou jurídicas, e que

atende a duas finalidades: permitir o recolhimento do FGTS dos empregados celetistas e trazer informações à Previdência Social.

Os registros coletados pelas informações prestadas, tanto na GFIP, quanto no CAGED, são incorporados ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), que é um banco de dados que reúne informações a respeito das atividades trabalhistas dos brasileiros.

Não há dúvida que essas informações são importantes para a Administração Pública, mas muitas delas são repetitivas, gerando um gasto desnecessário para o Governo e um custo adicional para as empresas. Em 2006 o Governo Federal gastou pouco mais de R\$17 milhões com a gestão do CAGED.

A extinção do CAGED não deverá trazer qualquer prejuízo ao Ministério do Trabalho e Emprego, que poderá utilizar, como, aliás, já vem fazendo, os dados coletados pela GFIP, além, é claro, do CNIS, para a boa gestão do Programa de Seguro-Desemprego e para verificar os dados referentes aos vínculos trabalhistas.

No tocante aos estudos e pesquisas realizados com os dados do CAGED, a GFIP pode fornecer informações mais ricas e mais confiáveis. Além da GFIP ter um nível de subnotificação muito menor que o CAGED, ela traz dados do estoque de empregados, enquanto o CAGED traz apenas informações da movimentação, ou seja demissões e contratações. Com a GFIP temos melhor condição de apurar a massa salarial, a quantidade de empregos gerados, a duração do emprego e o perfil das empresas e dos trabalhadores no mercado de trabalho formal.

Atualmente, o Ministério da Previdência Social não disponibiliza dados da GFIP para utilização por pesquisadores e órgãos públicos responsáveis pelo controle externo. Este Projeto de Lei determina que o Poder Executivo disponibilize microdados da GFIP para esses fins, tal qual o IBGE faz em relação a suas principais pesquisas, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Os microdados permitem que os pesquisadores tenham acesso ao universo dos dados sem ter conhecimento dos nomes das empresas e trabalhadores.

Certos de que a medida constitui um importante instrumento de desburocratização e de desoneração para as empresas, estamos confiantes de que a matéria contará com o valioso apoio dos membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Garibaldi Alves Filho**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEIS Nº 4.923, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1965

Institui o Cadastro Permanente das Admissões e Dispensas de Empregados,

Estabelece Medidas Contra o Desemprego e de Assistência aos Desempregados, e dá outras Providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, em caráter permanente, no Ministério do Trabalho e Previdência Social, o registro das admissões e dispensas de empregados nas empresas abrangidas pelo sistema da Consolidação das Leis do Trabalho. (Vide Medida Provisória nº 2.164-41, de 24-8-2001).

Parágrafo único. As empresas que dispensarem ou admitirem empregados ficam obrigadas a fazer a respectiva comunicação às Delegacias Regionais do Trabalho, mensalmente, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, em relação nominal por estabelecimento, da qual constará também a indicação da Carteira Profissional ou, para os que ainda não a possuem, nos termos da Lei, os dados indispensáveis a sua identificação pessoal.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.164-41,
DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 5.889, de 8 de junho de 1973, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 3º O art. 1º da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º

§ 1º As empresas que dispensarem ou admitirem empregados ficam obrigadas a fazer a respectiva comunicação às Delegacias Regionais do Trabalho, mensalmente, até o dia sete do mês subsequente ou como estabelecido em regulamento, em relação nominal por estabelecimento, da qual constará também a indicação da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou, para os que ainda não a possuem, nos termos da lei, os dados indispensáveis à sua identificação pessoal.

§ 2º O cumprimento do prazo fixado no § 1º será exigido a partir de 1º de janeiro de 2001.” (NR)

(À Comissão de Assuntos Gerais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, DE 2007

Altera a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, para definir critérios objetivos à indicação de diretores de agências reguladoras, bem como disciplinar o período de vacância que anteceder à nomeação de novo Conselheiro ou Diretor.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, passa a vigorar acrescido de § 2º com a seguinte redação, renomeando-se o parágrafo único como § 1º:

“Art. 5º

§ 1º

§ 2º Além dos requisitos indicados no **caput** deste artigo e na lei específica de cada agência reguladora, deverá o conselheiro ou diretor de agência, inclusive o Presidente, Diretor-Geral ou Diretor-Presidente:

I – possuir, no mínimo, dez anos de experiência profissional no setor objeto de regulação pela agência reguladora para a qual foi indicado, exercidos no setor público ou privado; e

II – possuir formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado, observado, para aferição de compatibilidade, o nível acadêmico médio dos profissionais do setor que gozem de notório saber.” (NR)

Art. 2º O art. 10º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. O regulamento de cada Agência disciplinará a substituição dos Conselheiros e Diretores em seus impedimentos ou afastamentos regulamentares.

§ 1º Se o Presidente da República não indicar novo Conselheiro ou Diretor até a data em que ocorrer a vacância, ficará automaticamente prorrogado, sem prazo determinado, o mandato do Conselheiro ou Diretor atual, o qual se encerrará na data de posse do novo Conselheiro ou Diretor, observado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 2º Na hipótese do § 1º, se a vacância decorrer de morte ou renúncia, as deliberações da agência reguladora serão tomadas por maioria simples de votos; se houver empate, será

reconhecido ao Presidente, Diretor-Presidente ou Diretor-Geral o voto de qualidade.

§ 3º Na hipótese do § 1º, se a vacância advier de decurso de prazo do mandato, tal fato será imediatamente comunicado pela Agência Reguladora ao Senado Federal, o qual deverá, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, aprovar o diretor ou conselheiro em exercício, como condição necessária à prorrogação de seu mandato.

§ 4º A aprovação a que se refere o § 3º deverá ser realizada pelo Senado Federal em até 90 (noventa) dias após a comunicação feita pela Agência Reguladora.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As agências reguladoras constituem um novo tipo de ente estatal criado no Brasil em meados da década de 1990. A presença das agências tornou-se indispensável para a concessão, a agentes privados, do direito de atuar na prestação de serviços públicos, tais como energia elétrica, telefonia, transportes em suas diversas modalidades etc.

Passados cerca de dez anos, as regras de funcionamento das agências reguladoras, entidades típicas de Estado, precisam ser aperfeiçoadas, tanto para preservar sua autonomia e independência, imprescindíveis ao seu bom funcionamento, quanto para suprir lacunas e corrigir problemas evidenciados ao longo dessa primeira década de experiência.

Se a atividade reguladora das agências é inerente à execução das políticas públicas a elas confiadas, nada mais adequado que elas, como órgãos de Estado, não se tornem inoperantes por desídia do Presidente da República em indicar, a tempo, o nome de diretor para ocupar cargo vago.

A fim de extirpar danos advindos desse fato pernicioso, estatui o Projeto que, sempre que o Presidente da República não exercer sua competência para indicar conselheiro ou diretor de agência reguladora até a data em que ocorrer a vacância do cargo, ficará automaticamente prorrogado o mandato do Conselheiro ou Diretor atual, o qual se encerrará na data de posse do novo Conselheiro ou Diretor.

Nesse caso, entretanto, deverá a agência reguladora comunicar, imediatamente, o Senado Federal do ocorrido. E a prorrogação dependerá de aprovação do diretor ou conselheiro em exercício, a ser realizada pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, em até 90 (noventa) dias após a comunicação feita pela agência reguladora.

E, se a vacância decorrer de morte ou renúncia, as deliberações da agência reguladora serão tomadas por maioria simples de votos, dentre os demais membros, reconhecido ao Presidente, Diretor-Presidente ou Diretor-Geral o voto de qualidade.

Trata-se de garantia de que o processo de indicação, sabatina e nomeação dos dirigentes dessas entidades seja feito com a antecedência necessária. A medida tem o evidente objetivo de evitar vacância nos cargos de direção e a conseqüente paralisia das agências.

Da mesma forma, é necessário fixar um currículo mínimo a ser detido pelo candidato ao cargo de diretor ou conselheiro de agência reguladora, a fim de que pessoas não qualificadas para a função jamais possam ocupar tal posição de responsabilidade.

Pelo Projeto, deve o candidato possuir, no mínimo, dez anos de experiência profissional no setor objeto de regulação pela agência reguladora para a qual foi indicado, exercidos no setor público ou privado. Deve, ainda, possuir formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado, observado, para aferição de compatibilidade, o nível acadêmico médio dos profissionais do setor que gozem de notório saber.

Por todo o exposto, peço aos meus nobres pares seu imprescindível apoio à aprovação do Projeto de Lei em exame, na certeza de, com essa iniciativa, contribuir para o desenvolvimento econômico e social do País.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Delcídio Amaral**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.986, DE 18 DE JULHO DE 2000

Dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras, e dá outras providências.

.....
 Art. 5º O Presidente ou o Diretor-Geral ou o Diretor-Presidente (CD I) e os demais membros do Conselho Diretor ou da Diretoria (CD II) serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados, devendo ser escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O Presidente ou o Diretor-Geral ou o Diretor-Presidente será nomeado pelo Presidente da República dentre os integrantes do Conselho Diretor ou da Diretoria, respectivamente, e investido na função pelo prazo fixado no ato de nomeação.

Art. 10. O regulamento de cada Agência disciplinará a substituição dos Conselheiros e Diretores em seus impedimentos ou afastamentos regulamentares ou ainda no período de vacância que anteceder a nomeação de novo Conselheiro ou Diretor.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Altera a Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993, para determinar novo número máximo de deputados federais.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º Os arts. 1º e 2º da Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Proporcional à população dos estados e do Distrito Federal, o número de deputados federais não ultrapassará quatrocentos e cinco representantes, fornecida a atualização estatística demográfica das unidades da Federação, no ano anterior, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Parágrafo único. Feitos os cálculos da representação dos estados e do Distrito Federal, o Tribunal Superior Eleitoral fornecerá aos Tribunais Regionais Eleitorais e aos partidos políticos o número de vagas a serem disputadas, observados também os seguintes critérios:

I – determina-se o quociente de representação dividindo-se a população nacional pelo limite de representantes determinado neste artigo;

II – determina-se o número de representantes de cada bancada estadual e do Distrito Federal pela divisão da população estadual pelo quociente de representação, atribuindo-se, quando for o caso, os limites previstos no art. 45, 1º, da Constituição Federal;

III – as vagas eventualmente não preenchidas pelos critérios mencionados nos incisos I e II deste parágrafo serão distribuídas mediante observância das seguintes regras:

a) dividir-se-á a população estadual pelo número de representantes obtidos na forma do inciso II deste parágrafo, acrescido de um, cabendo uma vaga à unidade federativa que obtiver o maior quociente nessa divisão;

b) repetir-se-á a operação sucessivamente, até que todas as vagas sejam distribuídas.”

“Art. 2º Nenhum dos estados-membros da Federação terá menos de quatro deputados federais. (NR)”

Art. 2º O limite máximo de quatrocentos e cinco representantes a que se refere o **caput** deste artigo será observado no quarto pleito a ocorrer após a vigência desta Lei, decrescendo-se o atual limite de quinhentos e treze deputados, à razão de vinte e sete unidades por pleito.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O Projeto de Lei Complementar que ora submetemos à consideração dos ilustres colegas pretende modificar a Lei Complementar nº 78, de 1993, que “Disciplina a fixação do número de Deputados, nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal”.

As alterações que estamos propondo têm os seguintes objetivos básicos:

- Redução do total de deputados federais, dos atuais 513 para 405, em 4 pleitos sucessivos, à razão de 27 parlamentares por eleição.
- Aplicação da proporcionalidade populacional, respeitando o limite máximo atual de 70 deputados, reduzindo o limite mínimo de 8 para 4 deputados, por unidade da Federação, e distribuindo as sobras, mediante critérios similares aos contidos nos arts. 107 a 109 do Código Eleitoral.

Com a presente proposta estaremos, a um só tempo, diminuindo o grave problema de desequilíbrio no que diz respeito à representação das bancadas dos estados na Câmara dos Deputados e também contribuindo para o esforço de redução do tamanho do Estado brasileiro e conseqüente diminuição dos gastos públicos.

No que diz respeito ao desequilíbrio na representação, é notório tal problema. Como é sabido, independentemente da sua população, cada Estado tem, pelo menos, oito Deputados. É o que preceitua a norma atual do § 1º do art. 45 da Constituição Federal.

A esse respeito, lembramos aqui o Estado de menor população, Roraima, que tem cerca de 403.000 habitantes (estimativa para 2006 do IBGE), ou seja, cerca de 0,21% do total da população brasileira (186.770.562 habitantes, na estimativa do IBGE para 2006), e oito Deputados, cada Deputado representando, pois, cerca de 50.000 habitantes.

No outro extremo está o Estado de São Paulo, com mais de 41.000.000 de habitantes, ou seja, cerca de 21,5% da população total do País, e setenta Deputados, cada mandatário representando em torno de

586.000 habitantes. Isso em decorrência do “teto” de setenta Deputados, também estabelecido no § 1º do art. 45 da Lei Maior.

Ressalte-se que a redução de 21% no quantitativo de Deputados Federais não causará impacto negativo na qualidade e quantidade do trabalho legislativo na Câmara dos Deputados, uma vez que o número de sessões plenárias e reuniões de comissões, realizadas numa sessão legislativa ordinária, pode ser tranqüilamente cumprido mediante, por exemplo, a inclusão de pautas de trabalho nas segundas e sextas-feiras, em que normalmente não se realizam quaisquer atividades deliberativas, o que representa uma possibilidade de acréscimo na oferta de tempo para o trabalho parlamentar.

É importante ressaltar que a redução ora proposta não será efetivada de forma abrupta, mas escalonada. Para isso estamos apresentando norma transitória, dispondo que o limite máximo de quatrocentos e cinco representantes será observado no quarto pleito a ocorrer após a vigência desta Lei, decrescendo-se o atual limite de quinhentos e treze Deputados, à razão de vinte e sete unidades por pleito (§ 2º que se acrescenta ao art. 1º da Lei Complementar nº 78, de 1993).

Desse modo, o número total de parlamentares será reduzido de 513 para 405 parlamentares, num horizonte de quatro legislaturas, o que significará uma expressiva economia média anual de recursos.

Cumprindo, ainda, registrar que as alterações que ora propomos dependem da aprovação de Proposta de Emenda à Constituição alterando o § 1º do art. 45, que também estamos apresentando, e que reduz o limite mínimo de deputados federais por estado dos atuais oito para quatro.

Com a adoção da proposta que ora submetemos à apreciação dos ilustres colegas Congressistas teríamos, ainda, os seguintes efeitos:

- Os casos de sobre-representação mais intensa, que são as representações dos Estados de Roraima, do Amapá, Acre, Tocantins e Rondônia, seriam minimizados;
- Os casos de sobre-representação mais tênue seriam eliminados.
- Os casos de sub-representação mais tênue também seriam eliminados e a intensa sub-representação do Estado de São Paulo, seria minimizada, passando sua representação a ser de 80% do que deveria ser.

Em face da relevância da matéria que é objeto do presente Projeto de Lei Complementar, solicitamos o necessário apoio dos nossos ilustres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Álvaro Dias**.

LEI COMPLEMENTAR Nº 78, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1993

Disciplina a fixação do número de Deputados, nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Proporcional à população dos Estados e do Distrito Federal, o número de deputados federais não ultrapassará quinhentos e treze representantes, fornecida, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ano anterior às eleições, a atualização estatística demográfica das unidades da Federação.

Parágrafo único. Feitos os cálculos da representação dos Estados e do Distrito Federal, o Tribunal Superior Eleitoral fornecerá aos Tribunais Regionais Eleitorais e aos partidos políticos o número de vagas a serem disputadas.

Art. 2º Nenhum dos Estados membros da Federação terá menos de oito deputados federais.

LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965.

Institui o Código Eleitoral.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que sanciono a seguinte Lei, aprovada pelo Congresso Nacional, nos termos do art. 4º, caput, do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964.

PARTE PRIMEIRA**INTRODUÇÃO**

Art. 107 - Determina-se para cada Partido ou coligação o quociente partidário, dividindo-se pelo quociente eleitoral o número de votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas, desprezada a fração. (Redação dada pela Lei nº 7.454, de 30.12.1985)

~~Art. 108. - Estarão eleitos tantos candidatos registrados por um partido quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.~~

Art. 108 - Estarão eleitos tantos candidatos registrados por um Partido ou coligação quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido. (Redação dada pela Lei nº 7.454, de 30.12.1985)

~~Art. 109. - Os lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários serão distribuídos mediante a observação das seguintes regras:
I - dividir-se-á o número de votos válidos atribuídos a cada partido pelo número de lugares por ele obtido, mais um, cabendo ao partido que apresentar a maior média um dos lugares a preencher;~~

~~II - repetir-se-á a operação para a distribuição de cada um dos lugares.~~
~~§ 1º - O preenchimento dos lugares com que cada partido fôr contemplado far-se-á segundo a ordem de votação nominal dos seus candidatos.~~

~~§ 2º - Só poderão concorrer à distribuição dos lugares os partidos que tiverem obtido quociente~~

Art. 109 - Os lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários serão distribuídos mediante observância das seguintes regras: (Redação dada pela Lei nº 7.454, de 30.12.1985)

I - dividir-se-á o número de votos válidos atribuídos a cada Partido ou coligação de Partidos pelo número de lugares por ele obtido, mais um, cabendo ao Partido ou coligação que apresentar a maior média um dos lugares a preencher; (Redação dada pela Lei nº 7.454, de 30.12.1985)

II - repetir-se-á a operação para a distribuição de cada um dos lugares. (Redação dada pela Lei nº 7.454, de 30.12.1985)

§ 1º - O preenchimento dos lugares com que cada Partido ou coligação for contemplado far-se-á segundo a ordem de votação recebida pelos seus candidatos. (Redação dada pela Lei nº 7.454, de 30.12.1985)

§ 2º - Só poderão concorrer à distribuição dos lugares os Partidos e coligações que tiverem obtido quociente eleitoral. (Redação dada pela Lei nº 7.454, de 30.12.1985)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projetos de resolução que pas-
so a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 43, DE 2007

Altera o Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre o processo de apresentação, de tramitação e de aprovação dos projetos de lei de consolidação.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Esta Resolução trata do processo de apresentação, de tramitação e de aprovação dos projetos de lei de consolidação no Senado Federal, nos termos do que dispõe o inciso I do art. 14 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Art. 2º A Seção II do Capítulo I do Título VIII do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigor acrescida da seguinte Subseção I:

TÍTULO VIII Das Proposições

CAPÍTULO I Das Espécies

Seção II Dos Projetos

.....
.....

Subseção I

Dos Projetos de Lei de Consolidação

Art. 213-A. É facultado a qualquer Senador ou comissão oferecer projeto de lei de consolidação, atendidos os princípios de que tratam os arts. 13, 14 e 15 da Lei Complementar nº 95, de 1998, vedada a alteração no mérito das normas que serviram de base para a consolidação.

Art. 213-B. O projeto recebido será lido, numerado, publicado e distribuído à Comissão que guardar maior pertinência quanto à matéria, que se pronunciará sobre o atendimento ao princípio de preservação do conteúdo original das normas consolidadas.

§ 1º Qualquer Senador ou comissão poderá, no prazo de trinta dias após a publicação do projeto de lei de consolidação, oferecer à comissão encarregada de seu exame:

I – sugestões de redação, vedadas alterações que envolvam o mérito da matéria original;

II – sugestões de incorporação de normas que não foram objeto de consolidação;

III – sugestões de retirada de normas que foram objeto de consolidação.

§ 2º As sugestões que envolverem alteração no mérito da proposição que serviu de base à formulação do projeto de lei de consolidação serão dadas como rejeitadas.

§ 3º À tramitação e à aprovação do projeto de lei de consolidação aplicam-se as disposições referentes à tramitação dos projetos de lei, nos termos do que preceitua o Regimento Interno do Senado Federal, ressalvados os procedimentos exclusivos aplicáveis à subespécie, constantes deste Regimento.

Art. 213-C. Aprovado o projeto de lei de consolidação na Comissão, será ele encaminhado ao Plenário.

§ 1º Poderão ser oferecidas, em plenário, emendas destinadas à correção de redação que afronte o mérito da matéria, que serão submetidas à deliberação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

§ 2º As emendas de correção de erro de redação julgadas improcedentes pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania serão dadas como rejeitadas.

Art. 213-D. Após a entrada em vigor da lei de consolidação, deverão fazer-lhe expressa remissão todos os projetos vinculados à matéria.

Art. 213-E. Aplicam-se os mesmos procedimentos previstos nos arts. 213-B, 213-C, 213-D e 213-E aos projetos de lei de consolidação originários da Câmara dos Deputados em revisão no Senado Federal e às emendas da Câmara dos Deputados a projeto de lei de consolidação originário do Senado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este projeto de resolução objetiva inserir no texto do Regimento Interno do Senado Federal os mecanismos indispensáveis ao cumprimento do que estabelece o inciso I do art. 14 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Referido dispositivo possibilitou não apenas ao Poder Executivo, como ocorria na redação original, mas também ao Poder Legislativo, formular “projeto de lei de consolidação de normas que tratem da mesma matéria ou de assuntos a ela vinculados, com a indicação precisa dos diplomas legais expressa ou implicitamente revogados”.

Trata ele, pois, de conferir à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal a competência de iniciar o processo de consolidação da legislação federal, por iniciativa de quaisquer de seus membros ou comissões, nos termos do que dispuser o Regimento Interno de cada Casa.

Tal é a intenção desta proposta: facultar aos senadores e às comissões do Senado Federal proceder ao inventário da legislação em vigor acerca de determinada matéria ou de assuntos a ela vinculados e consolidá-los num único texto, em procedimento simplificado, com o objetivo de conferir celeridade a sua tramitação.

O resultado desse esforço é o de não apenas facilitar a operação do Direito, mas, principalmente, ensejar que modificações na legislação existente acerca de determinado assunto se centrem num único diploma legal, evitando-se, dessa forma, dispersões e conflitos entre dispositivos de normas esparsas.

Procurou-se, na formulação desta proposição, equiparar a tramitação dos referidos projetos à dos demais. No entanto, buscou-se precaver a norma decorrente de inserções, de modificações ou de supressões que afrontassem a legislação que serviu de base à consolidação.

Nesse particular, vedou, tanto na formulação do projeto, quanto na apresentação de sugestões, inovações textuais que atingissem o mérito da norma original.

Por outro lado, abriu ao Plenário a faculdade de aperfeiçoar a proposição, por meio do oferecimento de emendas destinadas apenas a corrigir eventuais desvios, que poderão ser acatadas mediante parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A presente iniciativa abre uma possibilidade ímpar ao Senado Federal de contribuir de forma eficiente e eficaz para a simplificação no número de diplomas legais que regem o Direito pátrio, em benefício de toda a sociedade.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Tião Viana**.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 44, DE 2007

Insere parágrafos no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal para prever as informações a serem colhidas pelas comissões, sobre os indicados para exercer os cargos de que trata o art. 52, III e IV, da Constituição.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos, renomeando-se o atual parágrafo único para § 3º:

“Art. 383.

§ 1º As informações obtidas na forma dos incisos I a IV do **caput** destinam-se a fornecer elementos de convicção aos membros da comissão sobre:

I – a observância, pelo candidato, dos requisitos constitucionais e legais específicos para o exercício do cargo;

II – a compatibilidade entre as atribuições e responsabilidades do cargo a ser provido e a experiência profissional e acadêmica do candidato, bem como sua capacidade técnica;

III – a idoneidade moral do candidato e a inexistência de impedimentos de ordem ética ao exercício do cargo para o qual foi indicado;

IV – a qualidade da atuação anterior do indicado no cargo, quando se tratar de recondução.

§ 2º A votação na comissão somente terá início quando, encerrada a arguição, as

informações prestadas forem consideradas, pela maioria de seus membros, suficientes ao esclarecimento do colegiado sobre a matéria constante do § 1º deste artigo.” (NR)

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A competência do Senado Federal de cancelar as indicações promovidas pelo Presidente da República para diversos cargos de relevo nos Poderes Executivo e Judiciário encontra-se disciplinada no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Tal dispositivo prevê uma série de procedimentos a serem observados pelas comissões incumbidas de proceder à arguição dos indicados, em cumprimento ao art. 52, III e IV, da Constituição.

Apesar da minuciosa descrição das etapas por que deve passar o exame das indicações, o RISF não prevê quaisquer critérios norteadores da aferição, por parte da comissão arguidora, da capacidade do candidato para o exercício do cargo. Isso permite que o processo em tela adquira um caráter puramente formal e burocrático, bem ao contrário do que foi o desiderato do Constituinte de 1988, quando houve por bem submeter à apreciação do Senado Federal a escolha de determinadas autoridades realizada pelo Chefe do Poder Executivo.

Ora, não há sentido em atribuir a esta Casa tal **munus**, senão para possibilitar o efetivo controle das indicações, de modo a se evitar a nomeação de pessoas que não preencham os requisitos de capacidade técnica e idoneidade moral necessários ao exercício de elevadas funções no Estado brasileiro.

Com o objetivo de fazer valer a vontade do Constituinte, estamos apresentando o presente projeto de resolução do Senado, que modifica a redação do art. 383 do RISF, para prever objetivamente a matéria a ser examinada pelas comissões, seja na arguição do indicado, seja na realização das investigações e requisições de que trata o inciso IV do mesmo artigo.

Assim, a comissão incumbida de ofertar parecer à indicação deverá colher dados que permitam a seus membros formar juízo acerca: (i) da observância, pelo candidato, dos requisitos constitucionais e legais específicos para o exercício do cargo; (ii) da compatibilidade entre as atribuições e responsabilidades do cargo a ser provido e a experiência profissional e acadêmica do candidato, bem como sua capacidade técnica; (iii) da idoneidade moral do candidato e da existência ou não de impedimentos de ordem ética ao exercício do cargo para o qual ele é indicado; (iv) da qualidade da atuação anterior do indicado no cargo, quando se tratar de recondução.

Outrossim, o projeto prevê que a votação na comissão somente tenha início quando, consultados os seus membros, a maioria se manifestar no sentido de que as informações colhidas são suficientes ao esclarecimento das questões enunciadas no parágrafo anterior. Isso tem por finalidade evitar que a votação se dê de forma açodada, sem a necessária reflexão pelo colegiado.

Ante o exposto, por considerarmos que a mudança regimental aprimora a forma de exercício dessa importante competência cometida pela Lei Maior ao Senado Federal, rogamos o apoio de nossos pares, para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Delcídio Amaral**.

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Art. 383. Na apreciação do Senado sobre escolha de autoridades, observar-se-ão as seguintes normas:

I – a mensagem, que deverá ser acompanhada de amplos esclarecimentos sobre o candidato e de seu **curriculum vitae**, será lida em plenário e encaminhada à comissão competente;

II – a comissão convocará o candidato para, em prazo estipulado, não inferior a três dias, ouvi-lo, em arguição pública, sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado (CF/88, art. 52, III);

III – a arguição de candidato a chefe de missão diplomática de caráter permanente será feita em reunião secreta (CF/88, art. 52, IV);

IV – além da arguição do candidato e do disposto no art. 93, a comissão poderá realizar investigações e requisitar, da autoridade competente, informações complementares;

V – o relatório deverá conter dados sobre o candidato, passando a constituir parecer com o resultado da votação, aprovando ou rejeitando o nome indicado;

VI – a reunião será pública, sendo a votação procedida por escrutínio secreto, vedadas declaração ou justificação de voto, exceto com referência ao aspecto legal;

VII – o parecer será apreciado pelo Plenário em sessão pública, sendo a votação procedida por escrutínio secreto;

VIII – a manifestação do Senado será comunicada ao Presidente da República, consignando-se o resultado da votação.

Parágrafo único. A manifestação do Senado e das comissões sobre escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente será procedida em sessão e reunião secretas (CF/88 art. 52, IV).

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas aos **Projetos de Resolução nºs 43 e 44, de 2007**, que acabam de ser lidos, nos termos do art. 235, II, “a”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas as seguintes:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 65, DE 2007**

Altera o art. 14 da Constituição Federal para impor a necessidade de licença ao Chefe de Poder Executivo que pretenda a reeleição.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 14

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente, devendo para isso licenciarem-se do exercício dos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

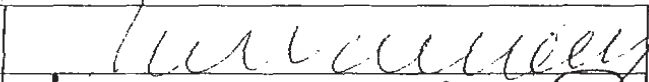
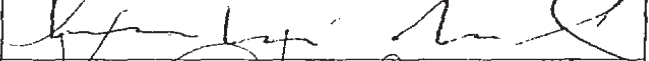
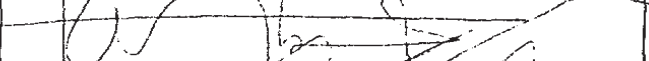
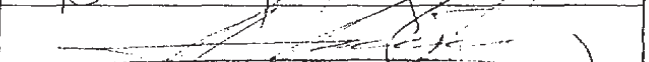
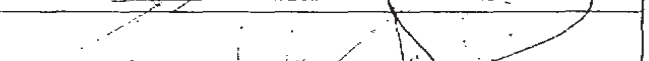
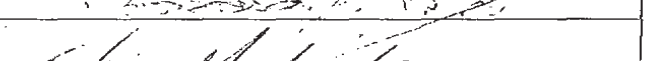
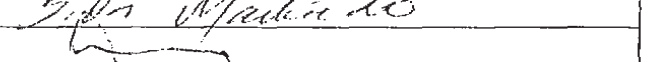
A adoção, em sede constitucional, da possibilidade de reeleição para os cargos de Chefe dos Poderes Executivos representou a possibilidade de o Presidente da República, Governadores e Prefeitos submeterem a qualidade do seu primeiro mandato a referendo popular, buscando, nas urnas, uma recondução que os permita dar prosseguimento às respectivas gestões.

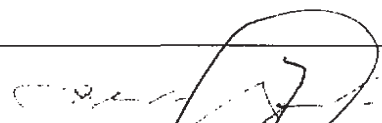
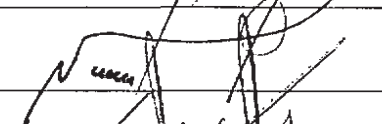


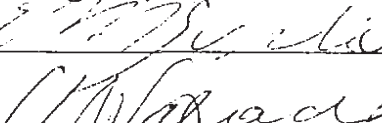
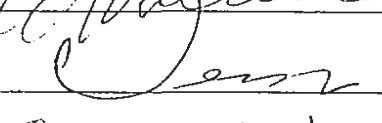
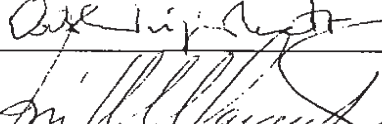
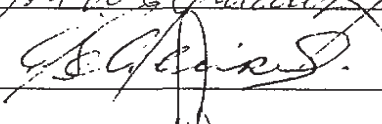

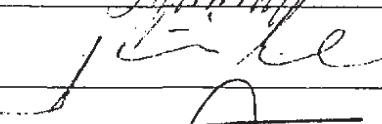

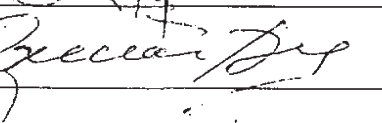
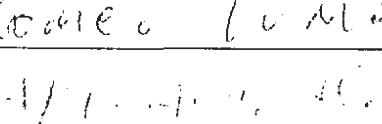


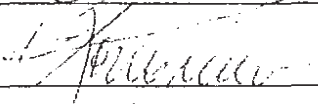
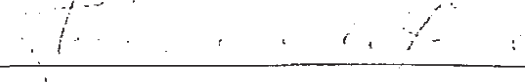
Na concepção do sistema, contudo, não foi prevista a necessidade de afastamento desses Chefes de Executivo. Como está positivado hoje o sistema brasileiro, Presidente, Governadores e Prefeitos vão às urnas disputar a reeleição exercendo na mesma época as suas atribuições executivas, numa distorção perigosa da realidade no processo eleitoral.

Entendemos que a licença do Chefe do Poder Executivo, seis meses antes do pleito, é condição essencial para manter a legitimidade dos resultados eleitorais. Sem esse afastamento formalizado a disputa nas urnas com outros postulantes fica forçosamente desequilibrada em benefício do detentor atual do poder, com distorção sobre a quantidade e qualidade de exposição pública e acesso à população. Esse efeito não se coaduna com o princípio democrático e pode prestar-se a quebras de efetividade na apuração da vontade real do eleitorado.

A presente proposição busca a recuperação da rigidez do sistema eleitoral, impondo uma nivelção de candidatos, e permite que os postulantes às Chefias dos Poderes Executivos disputem o pleito sem a possibilidade de o distorcer a partir da confusão entre o candidato e o atual detentor do poder.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007.

Senador JARBAS VASCONCELOS	
MARCE MACIEL	
KATIA REGINA	
Abelardo Santos	
Freda Cabral	
Silvia Machado	
Marcelo Amorim	

EDUARDO AZEVEDO	
Nezto de Conto	
JOSE AGRIPINO	
Janil Campos	
DEMOSTENES TORRES	
W. Inácio	
ACIVALDARES	
MARCONI PERILLO	
Arthur Virgilio	
Jose Maranhão	
Vaier Pereira	
SERYG SLHESARENKO	
VALDIR NAUPP	
INSUÍO ARRUDA	
João Tenório	
George Jesus	
OSMAR DIAS	
	
	

Muô Acante	FA [assinatura]
Henricito	[assinatura]
Augusto Polillo	[assinatura]
Sergio Silva	[assinatura]

Legislação Citada

CAPÍTULO IV DOS DIREITOS POLÍTICOS

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I - plebiscito;
- II - referendo;
- III - iniciativa popular.

§ 1º - O alistamento eleitoral e o voto são:

- I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;
- II - facultativos para:
 - a) os analfabetos;
 - b) os maiores de setenta anos;
 - c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º - Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º - São condições de elegibilidade, na forma da lei:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o pleno exercício dos direitos políticos;
- III - o alistamento eleitoral;
- IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V - a filiação partidária;
- VI - a idade mínima de:
 - a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
 - b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
 - c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
 - d) dezoito anos para Vereador.

§ 4º - São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

~~§ 5º São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.~~

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

§ 6º - Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

§ 7º - São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 8º - O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

~~§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência de poder econômico ou o abuso de exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.~~

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 1994)

§ 10 - O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

§ 11 - A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II - incapacidade civil absoluta;

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;

V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

~~Art. 16 A lei que alterar o processo eleitoral só entrará em vigor um ano após sua promulgação.~~

Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 4, de 1993)

(À Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2007

Dá nova redação ao § 3º do art. 17 da
Constituição Federal, de modo a disciplinar o
acesso aos recursos do fundo partidário.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 3º do art. 17 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17

§ 3º Os partidos políticos têm direito aos recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, desde que elejam pelo menos um representante para a Câmara dos Deputados. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A pluralidade de partidos é fundamental para o funcionamento da democracia representativa, mas não pode ser alvo de abusos como os que vêm sendo observados nas eleições brasileiras, em que se organizam partidos, algumas vezes, para servir de legenda de aluguel e para receber recursos do fundo partidário.

A proposta em tela estabelece a representatividade do partido político, expressa pela eleição de pelo menos um Deputado Federal, como critério para o recebimento

do fundo partidário e para o acesso gratuito ao tempo de exposição nas emissoras de rádio e televisão.

Não é nosso objetivo, com a medida, impedir a livre criação de partidos políticos no País, mas impor critérios para o funcionamento partidário, em especial no tocante ao repasse de verbas públicas. Busca-se, ademais, o equilíbrio entre o princípio da pluralidade partidária e a necessidade de se evitar a proliferação de partidos sem base social, sem programas.

Não se pode mais aceitar que o simples registro da agremiação partidária junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) lhe faculte o acesso a esses recursos, sem que antes tenha logrado eleger um representante para a Câmara dos Deputados. O sufrágio popular configura, nesse sentido, importante critério para aferir a representatividade das novas agremiações, a ser cotizada nas eleições para a Câmara dos Deputados.

Esperamos contar com o apoio dos nossos nobres pares para a aprovação desta importante proposta.

Sala das Sessões, de 9 de agosto de 2007. – Senador João Durval.

[Handwritten signature]

L. Quintanilha

[Handwritten signature]

José Sarney

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

LEOMAR QUINTANILHA

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Vagner Pereira

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Eliseu Resende

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO V

Dos Partidos Políticos

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

I – caráter nacional;

II – proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;

III – prestação de contas à Justiça Eleitoral;

IV – funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias.

§ 2º Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

§ 3º Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

§ 4º É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 67, DE 2007**

Modifica a §§ 1º e 2º do art. 46 da Constituição Federal para reduzir o número de Senadores de três para dois, por Estado e pelo Distrito Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os §§ 1º e 2º do art. 46 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 46.

§ 1º Cada Estado e o Distrito Federal elegerão dois Senadores, com mandato de oito anos.

§ 2º A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, pela metade, alternadamente. (NR)”

Art. 2º Ficam garantidos os mandatos dos atuais Senadores e respectivos suplentes.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

Justificação

A Proposta de Emenda à Constituição que ora justificamos tem a finalidade de reduzir de três para dois o número de Senadores em cada Estado e no Distrito Federal.

Com efeito, o Senado Federal não deve ficar de fora do esforço de redução dos quantitativos de parlamentares que compõem o Poder Legislativo no Brasil, para os fins de redução do aparato estatal e dos gastos públicos. Assim, embora mantendo a representação igualitária dos Estados, como pré-requisito para prover o equilíbrio nas decisões de interesse da Federação, concluímos que é adequada a sua redução em um terço.

Desse modo, ainda que, por definição, não haja problema de desequilíbrio de representatividade no Senado, o quantitativo atual de três Senadores por Estado ou Distrito Federal deve ser reduzido para dois, com o retomo, portanto, ao art. 89 da Constituição de 1934, quando foi diminuído o número de Senadores de cada unidade federal na amara Alta.



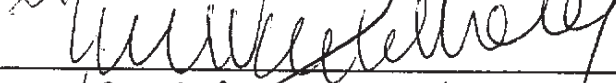




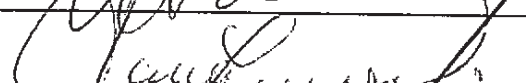



Cumpramos ponderar que com a diminuição em um terço de seus membros o Senado Federal não perderá em nada representatividade, uma vez que, por definição, o número de Senadores por Estado e pelo Distrito Federal é paritário. Apenas passará dos atuais três para dois.

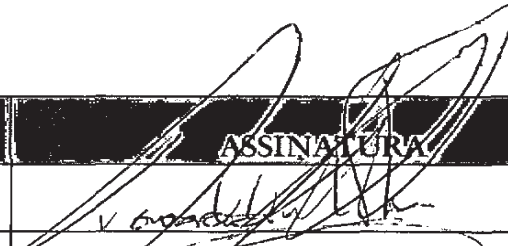





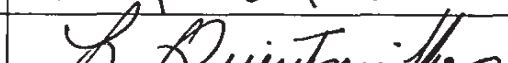

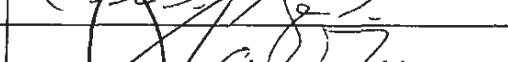


Por outro lado, os trabalhos da Gamara Alta ganharão em agilidade e presteza legislativa, cabendo também registrar a redução de custos para o erário, com a redução de um terço do número total de Senadores, em decorrência da redução das estruturas legislativas e administrativas da Casa.

Ademais, procuramos inserir regra transitória no art. 2º para garantir que nenhum Senador no exercício de sua atribuição tenha o seu mandato reduzido em razão da aprovação da presente Proposta de Emenda à Constituição.

Em face da relevância da matéria, solicitamos o apoio dos nos colegas Congressistas para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Alvaro Dias**.

SENADOR	ASSINATURA
GARIBOLDI ALVES	
Aécio NEVES	
FABAS VASCONCELOS	
Mário ANTUNES	F. A. Moraes Antunes
Ivan COELHO	I. Coelho
OSMAR DÍAS	
Lélio BRAGA	L. Braga
Cícero LUCENA	
Cristina	
CRISTINA	Cristina
MÁRIO MACIEL	
Sérgio ROSA	S. Rosa
	A. C. VALADARES
ANTÔNIO CARLOS F. V. DE	TASSO FERRETTI
MÁRIA DO CARMO	
ARMÊNIO LIMA	
ARTHUR VIRGÍLIO	

SENADOR	ASSINATURA
FLAVIO ZIBINI	
DENOSTEVES TORRES	
MARCELO PEREIRA	
ROMEU TUMA	
BERNARDO MESSQUITA	
FLÁVIO ARNS	
LEOMAR QUINTANILHA	
EDUARDO AZEVEDO	
PAULO RUAQUE	
CRIVENA	
JOÃO TEÓFILO	

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PREÂMBULO

Art. 46. São sujeitos à correção monetária desde o vencimento, até seu efetivo pagamento, sem interrupção ou suspensão, os créditos junto a entidades submetidas aos regimes de intervenção ou liquidação extrajudicial, mesmo quando esses regimes sejam convertidos em falência.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se também:

I – às operações realizadas posteriormente à decretação dos regimes referidos no **caput** deste artigo;

II – às operações de empréstimo, financiamento, refinanciamento, assistência financeira de liquidez,

cessão ou sub-rogação de créditos ou cédulas hipotecárias, efetivação de garantia de depósitos do público ou de compra de obrigações passivas, inclusive as realizadas com recursos de fundos que tenham essas destinações;

III – aos créditos anteriores à promulgação da Constituição;

IV – aos créditos das entidades da administração pública anteriores à promulgação da Constituição, não liquidados até 1 de janeiro de 1988.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 68, DE 2007

Modifica o caput do art 27 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação nas Assembléias Legislativas, e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O **caput** do art. 27 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27. O mimem de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o mimem de quinze, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de cinco. (NR)”

Art. 2º Os limites de cinco Deputados Federais e quinze Deputados Estaduais, a que se refere o **caput** do art. 27 da Constituição Federal, serão observados no quarto pleito a ocorrer após a promulgação desta Emenda, decrescendo-se os atuais limites de doze Deputados Federais e trinta e seis Deputados Estaduais, para os limites de oito Deputados Federais e vinte e quatro Deputados Estaduais, no próximo pleito e, para os três pleitos subseqüentes, à razão de uma e três unidades, respectivamente, por pleito.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o inciso I do art. 235 da Constituição Federal.

Justificação

A presente proposição pretende alterar a Constituição Federal para modificar o cálculo do número de Deputados das Assembléias Legislativas, com vistas a reduzir os respectivos quantitativos para que haja harmonia com a redução do quantitativo de Deputados federais, que também estamos propondo mediante outra proposta de emenda à Constituição.

Com efeito, o cálculo do número de Deputados Estaduais por Estado e pelo Distrito Federal (pela remissão ao art. 32, § 3º da CF) está previsto no art. 27, **caput**, da Lei Maior, correspondendo ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

Dessa forma, o Estado com oito a doze Deputados Federais tem bancada três vezes maior na respectiva Assembléia Legislativa. A partir daí, para cada Deputado Federal a mais, haverá também um Deputado Estadual a mais.

A disciplina acima descrita apresenta característica de proporcionalidade em seu segmento inferior e de linearidade em seu segmento superior, pretendendo uma vinculação entre as representações na Câmara dos Deputados e na Assembléia Legislativa, que im-

peça o superdimensionamento das Assembléias, no caso dos Estados com grandes bancadas federais, o que nos parece adequado.

Em função desses fatores de cálculo, podemos observar que, se forem alterados os critérios de cálculo das bancadas de Deputados Federais, também serão alterados, por vinculação, os quantitativos de Deputados nas Assembléias Legislativas.

Em função dos objetivos de redução dos gastos públicos e diminuição do Estado e de garantia de uma representatividade adequada para as Casas legislativas estaduais, é lícito se pensar na manutenção dos critérios estabelecidos na Carta Magna, alterando-se o ponto de inflexão da disciplina, ora fixada em 12 Deputados Federais, para 8, 7, 6 e 5, em quatro pleitos sucessivos, a partir de 2010, mediante alteração do art. 27.

Quanto aos Deputados da Câmara Legislativa do Distrito Federal, as mesmas regras aplicadas aos Deputados Estaduais é a eles aplicada, por força da remissão contida no art. 32, § 3º, da Constituição Federal.

A presente Proposta de Emenda à Constituição pretende ser efetiva em relação à redução dos gastos públicos dos legislativos estaduais, sem prejuízo da representatividade que devem possuir aquelas Casas.


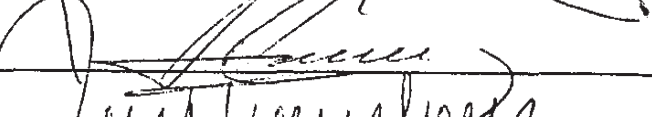
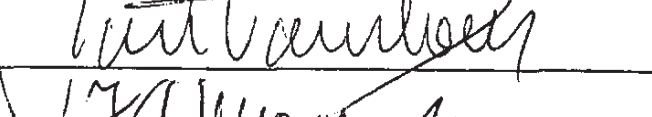
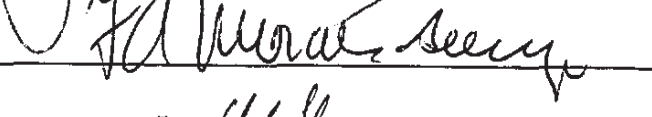
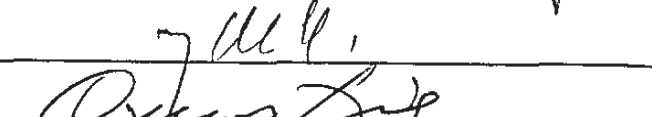
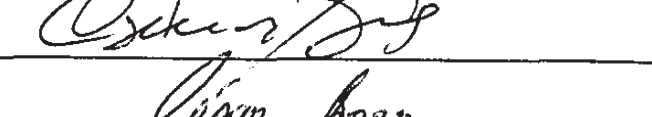

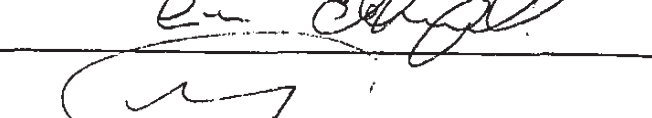
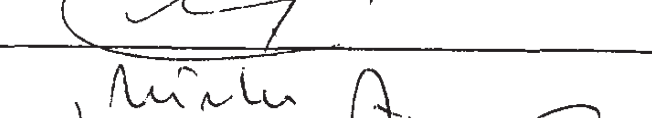


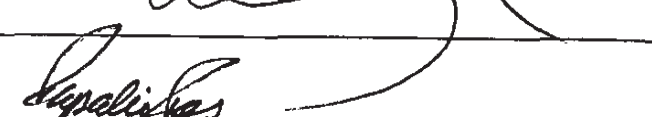
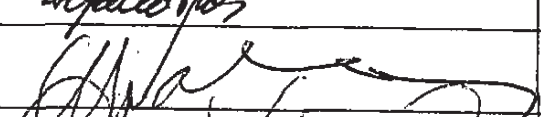
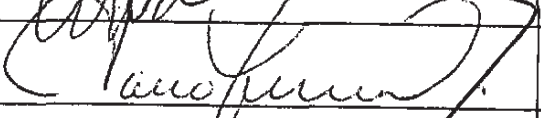
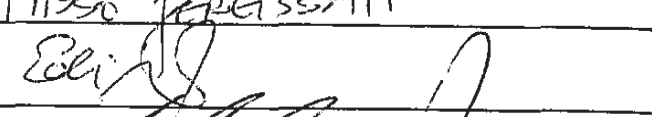
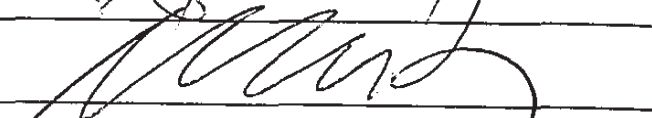
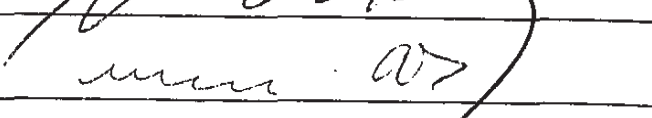
A redução de 37% no quantitativo de Deputados Estaduais e Distritais também não deve causar, a nosso juízo, especial impacto negativo na qualidade e quantidade do trabalho legislativo nas Assembléias Legislativas e na Câmara Distrital, pois o número de sessões plenárias e reuniões de comissões, realizadas numa sessão legislativa ordinária, pode ser tranqüilamente cumprido mediante, por exemplo, a inclusão de pautas de trabalho nas segundas e sextas-feiras, em que normalmente não se realizam quaisquer atividades deliberativas, o que representa uma possibilidade de acréscimo na oferta de tempo para o trabalho parlamentar.




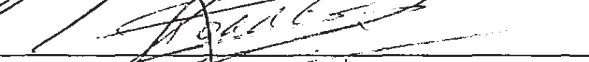
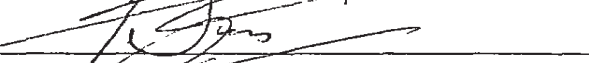

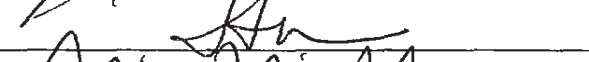


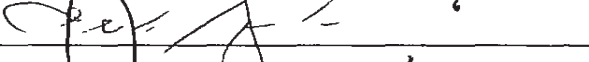

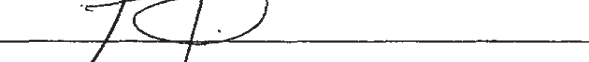

Adicionalmente, os novos quantitativos de Deputados Estaduais e Distritais não trariam perda de representatividade, já que, em suas Casas legislativas, não haveria distorções a menor que impedissem a representação, de caráter micro-regional, que tradicionalmente reflete a composição das mesmas.

Ademais, a redução ora proposta, num horizonte de quatro legislaturas, resultaria numa expressiva economia anual de recursos.

Em face da relevância da presente proposta solicitamos o apoio dos nobres colegas para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Alvaro Dias**.

SENADOR	ASSINATURA
GARIBALDI ALVES	
ADEMIR SANTANA	
FABRAS VASCONCELOS	
Mário Aurélio	
OSMAR DIAS	
Léon Borges	
CICERO LUCENA	
Cristóvão	
CRISTOVAN	
MARLO MACIEL	
HERACLITO FORTES	
Heráclito Fortes	
	A.C. VALADARES
	TASSO FRAGOSO
EDISON LOBATO	
ANTONIO CARLOS JUNIOR	
MARIA DO CARMO	

SENADOR	ASSINATURA
ALMADA LIMA	
ARTHUR VIRGÍLIO	
ALEX RIBEIRO	
DEMÓSTENES TORRES	
MARCOS PEREIRA	
RONALDO TOMA	
EGERANDO MESSQUITA	
FLAVIO ARS	
LEONAR DUENTAVILHA	
EDUARDO AZEREDO	
MARCELO CAVALECA	
PAULO DUBQUE	
JOÃO TENÓRIO	

PREÂMBULO

.....

Art. 27. O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

§ 1º - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.

~~§ 2º - A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembléia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os Deputados Federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, 1992)~~

~~§ 2º - A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembléia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os Deputados Federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, 1992)~~

§ 2º O subsídio dos Deputados Estaduais será fixado por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º - Compete às Assembléias Legislativas dispor sobre seu regimento interno, polícia e serviços administrativos de sua secretaria, e prover os respectivos cargos.

§ 4º - A lei disporá sobre a iniciativa popular no processo legislativo estadual.

.....

CAPÍTULO V
DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
Seção I
DO DISTRITO FEDERAL

Art. 32. O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º - Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.

§ 2º - A eleição do Governador e do Vice-Governador, observadas as regras do art. 77, e dos Deputados Distritais coincidirá com a dos Governadores e Deputados Estaduais, para mandato de igual duração.

§ 3º - Aos Deputados Distritais e à Câmara Legislativa aplica-se o disposto no art. 27.

§ 4º - Lei federal disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar.

.....
.....
.....

Subseção II
Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º - A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º - A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

(À Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 69, DE 2007

Modifica o § 1º do art. 45 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação na Câmara dos Deputados.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 1º do art. 45 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 45.
.....

§ 1º O número total de Deputados, bem como a representação por estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de quatro ou mais de setenta Deputados.

..... (NR)”

Art. 2º O limite mínimo de quatro deputados a que se refere o § 1º do art. 45 da Constituição Federal será observado no quarto pleito a ocorrer após a vigência desta Emenda, decrescendo-se o atual limite de oito deputados, à razão de uma unidade por pleito.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o § 2º do art. 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Justificação

A presente Proposta de Emenda à Constituição tem o objetivo de, a um só tempo, diminuir o grave problema de desequilíbrio no que diz respeito à representação das bancadas dos Estados na Câmara dos Deputados e também contribuir para o esforço de redução do tamanho do Estado brasileiro e conseqüente diminuição dos gastos públicos.

No que diz respeito ao desequilíbrio na representação é notório tal problema. Como é sabido, independentemente da sua população, cada estado tem, pelo menos, oito deputados. É o que preceitua a norma atual do § 1º do art. 45 da Constituição Federal.

A esse respeito, lembramos aqui o Estado de menor população, Roraima, que tem cerca de 403.000 habitantes (estimativa para 2006 do IBGE), ou seja, cerca de 0,21% do total da população brasileira (186.770.562 habitantes na estimativa do

IBGE para 2006), e oito deputados, cada deputado representando, pois, cerca de 50.000 habitantes.

No outro extremo está o Estado de São Paulo, com mais de 41.000.000 de habitantes, ou seja, cerca de 21,5% da população total do País, e setenta deputados, cada mandatário representando em torno de 586.000 habitantes. Isso em decorrência do “teto” de setenta deputados, também estabelecido no § 1º do art. 45 da Lei Maior.

Sem dúvida, uma grande disparidade. Em nossa opinião, o constituinte não atuou com equidade ao fixar um ‘piso’ de oito deputados por estado **vis-à-vis** um ‘teto’ de setenta, pois tal balizamento implica desequilíbrio sesquipedal.

Importante salientar que a sobre-representação não é exclusiva do Estado de Roraima, atingindo também, de forma intensa, as representações dos Estados do Amapá, Acre, Tocantins e Rondônia, cujas bancadas atingem mais do que o dobro da proporcionalidade populacional.

Ante essa situação, parece-nos evidente que apenas reduzir o número total de deputados, via mudança da lei complementar (prevista também no § 1º do art. 45 da Lei Maior) que fixa o seu **quantum** agravaria a disparidade, pois os estados hoje sobre-representados o seriam mais ainda, os estados representados hoje adequadamente passariam a ser sub-representados e os sub-representados assim permaneceriam.

Portanto, muito embora possa ser reduzido o número total de deputados federais sem necessidade de emenda à Constituição, entendemos que iniciativa que vise tal redução deve vir acompanhada da redução do número mínimo de deputados federais por unidade da Federação, o que, por seu turno, requer mudança constitucional.

Assim, para, a um só tempo, diminuir o número total de deputados e diminuir a desigualdade das representações é que estamos apresentando esta Proposta de Emenda à Constituição, alterando o § 1º do art. 45 para reduzir o número mínimo de deputados por unidade da Federação, mantendo o número máximo.

É importante ressaltar que a redução ora proposta não será efetivada de forma abrupta, mas escalonada. Para isso estamos apresentando no art. 2º da PEC norma transitória dispondo que o limite mínimo de quatro deputados será observado no quarto pleito a ocorrer após a promulgação da Emenda, decrescendo-se o atual limite de oito deputados, à razão de uma unidade por pleito.

Por outro lado, por incompatível com a nossa proposta de redução, estamos propondo a revogação do normativo contido no § 2º do art. 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que estabeleceu a irredutibilidade da representação dos estados e do Distrito Federal na Câmara dos Deputados por ocasião da promulgação da Constituição de 1988.



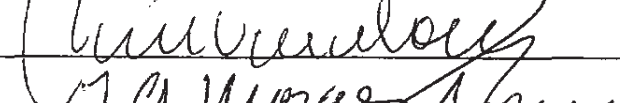
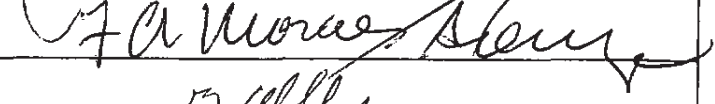
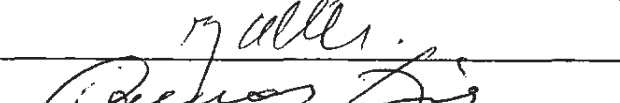


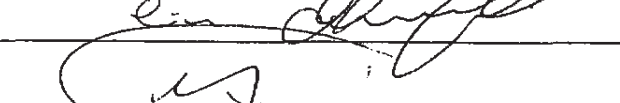
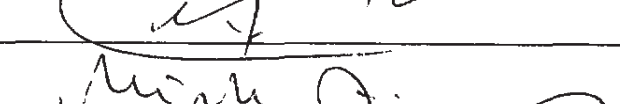

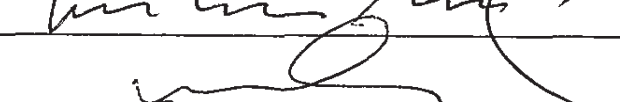
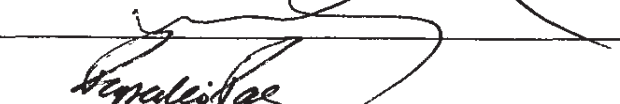
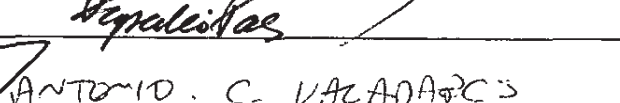
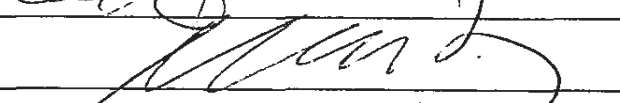
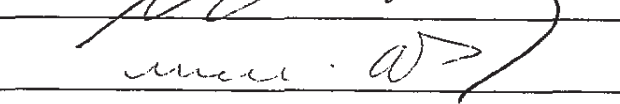

Cumpra, ainda, registrar que as alterações que propomos para a Câmara dos Deputados só se completarão com a aprovação de projeto de lei complementar alterando a Lei Complementar nº 78, de 1993, que também estaremos apresentando, e que reduz o total de deputados federais dos atuais quinhentos e treze para quatrocentos e cinco.


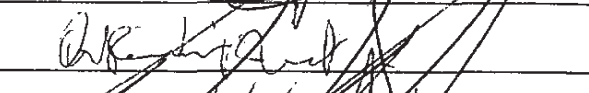
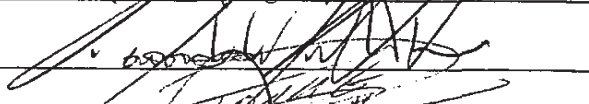

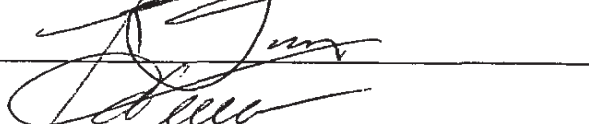

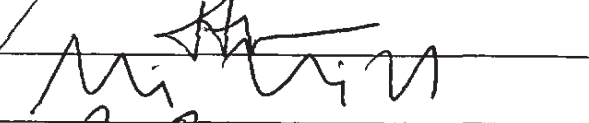
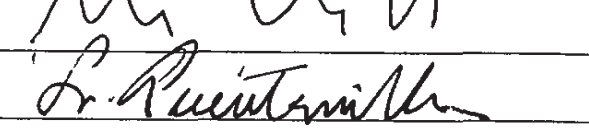
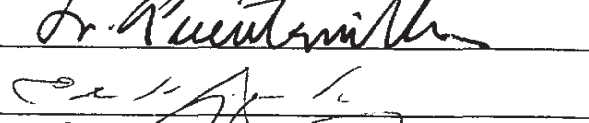
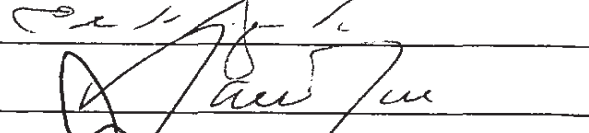
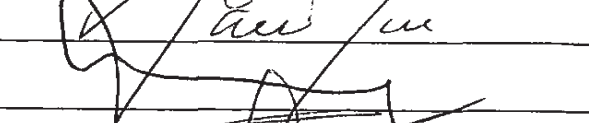

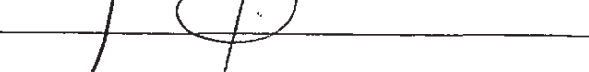
Tal decréscimo na quantidade total de parlamentares, além de contribuir para a homogeneidade da re-

presentatividade, vai ao encontro do objetivo global de redução de gastos públicos e do tamanho do estado.

Em face do exposto, e tendo em vista a relevância da matéria aqui tratada, solicitamos o apoio dos colegas congressistas para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Avaro Dias**.

SENADOR	ASSINATURA
GARIBARDI ALVES	
ADOLMIR SANTANA	
FABRIS VASCONCELOS	
Mário Amato	
Mário Pente	
OSMAR DIAS	
Léon Borys	
CICEPO LUCENA	
CAMILA	
CRISTINA	
MARCO MACIEL	
HERACLITO FORTES	
República	
ANTONIO C. VAZADARCS	ANTONIO C. VAZADARCS
TASSO JAGRESSATI	TASSO JAGRESSATI
Edison Lobato	
ARVIDO CARLOS JUNIOR	
MACHA DO CALMO	

SENADOR	ASSINATURA
ANGELA LIMA	
ARTHUR VIRGILIO	
FLEX RIBEIRO	
DENOSFRÉS TORRES	
MARCONI PERILLO	
RANGEL JUNIOR	
GERARDO MESQUITA	
FLAVIO ARAÚJO	
LEONAR DIONAVILHA	
EDUARDO AZEVEDO	
PAULO DUQUE	
MARCELO CRIVELA	
JOÃO TENÓRIO	

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PREÂMBULO

Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

§ 1º O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que

nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

§ 2º Cada Território elegerá quatro Deputados.

LEI COMPLEMENTAR Nº 78, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1993

Disciplina a fixação do número de Deputados, nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Proporcional à população dos Estados e do Distrito Federal, o número de deputados federais não ultrapassará quinhentos e treze representantes,

fornecida, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ano anterior às eleições, a atualização estatística demográfica das unidades da Federação.

Parágrafo único. Feitos os cálculos da representação dos Estados e do Distrito Federal, o Tribunal Superior Eleitoral fornecerá aos Tribunais Regionais Eleitorais e aos partidos políticos o número de vagas a serem disputadas.

Art. 2º Nenhum dos Estados membros da Federação terá menos de oito deputados federais.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 70, DE 2007

Acrescenta parágrafo único ao art. 29 da Constituição Federal, atribuindo competência ao Tribunal Superior Eleitoral para fixar o número de vereadores dos municípios.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 29 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 29.
.....

Parágrafo único. Compete ao Tribunal Superior Eleitoral fixar o número de vereadores de cada município, no ano anterior às eleições, observados os limites do inciso IV deste artigo. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente Proposta de Emenda à Constituição pretende atribuir ao Tribunal Superior Eleitoral competência para fixar o número de vereadores de cada município, no ano anterior às eleições, observados os limites do inciso IV do art. 29 da Lei Maior, a saber:

“Art. 29.
.....

IV – número de vereadores proporcional à população do município, observados os seguintes limites:

a) mínimo de nove e máximo de vinte e um nos municípios de até um milhão de habitantes;

b) mínimo de trinta e três e máximo de quarenta e um nos municípios de mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes;

c) mínimo de quarenta e dois e máximo de cinquenta e cinco nos municípios de mais de cinco milhões de habitantes;”

Como sabemos, até 2004 a quantificação específica da representação em cada Câmara de Vereadores era efetuada pelos próprios municípios. Entretanto, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 197.917, o Supremo Tribunal Federal entendeu que a fixação do número de vereadores pelos próprios municípios interessados estava levando a uma afronta ao princípio da isonomia, com municípios menos populosos por vezes fixando **quantum** de vereadores até superior ao de Municípios mais populosos.

Assim, após a supracitada decisão do Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral procedeu a novo cálculo do número de cadeiras de vereadores em cada município brasileiro, por meio das Resoluções nº 21.702, de 2-4-04 e nº 21.803, de 8-6-04, o que levou a uma grande diminuição do número de vereadores, de 60.229 para 51.748, ou seja, cerca de 13%, havendo inclusive municípios que tiveram reduzida a composição de sua Câmara em um terço do total.

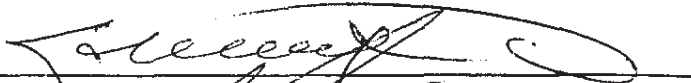
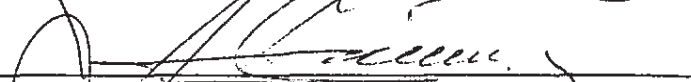


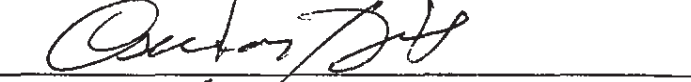





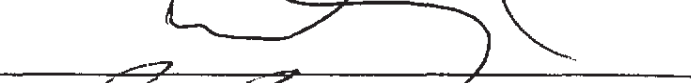
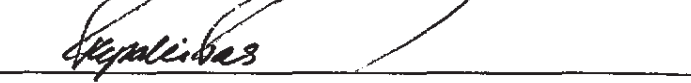

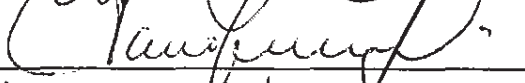
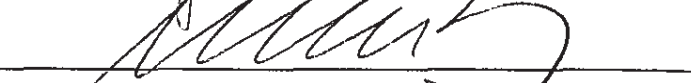
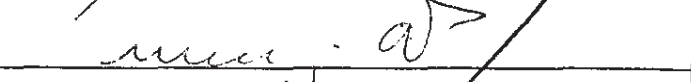

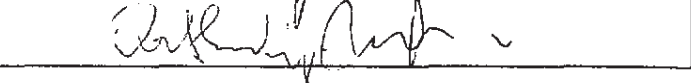
Cumprindo ainda registrar que os novos quantitativos de vereadores não significaram uma perda de representatividade, já que, à exceção das distorções mais graves, observadas nos quantitativos de algumas Câmaras de Vereadores, os ajustes necessários foram de pequena monta e, por isso, não terão impacto significativo na amplitude da representação local.

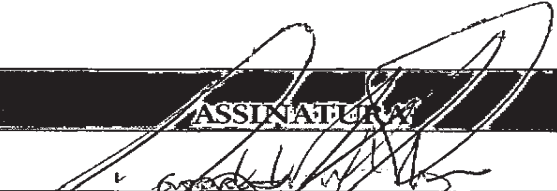










Em razão desse novo entendimento que a Justiça Eleitoral passou a ter, estamos propondo incluir dispositivo na Constituição, determinando que o número de vereadores de cada município será estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral. Ou seja, o que foi feito em 2004 por construção interpretativa da Constituição ficaria positivado e perenizado no texto constitucional.

Cabe, ainda, consignar a expressiva redução de gastos que a diminuição do **quantum** de vereadores proporciona.

Em face do exposto, solicitamos o apoio dos colegas Congressistas para a aprovação da presente Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões, 9 de agosto de 2007. – Senador **Alvaro Dias**.

SENADOR	ASSINATURA
GARIBALDI ALVES	
ADEMIR SANTANA	
JARBAS VASCONCELOS	
Mário Amato	
Lygia Costa	Lygia Costa
OSMAR DIAS	
Leon Borges	
ACCIO LUCENA	
Camata	
CRISTINA	
MARCO MACIEL	
GRACIO FORTES	
Napalio	
	A. C. VALAJARES
	TASSO FERREISSATI
ANDRÉS CARLOS ANTONIO	
MÁRIA DO CARMO	
ALMEIDA LIMA	
ARTHUR VIRGÍNIO	

SENADOR	ASSINATURA
FLAVIO ZEBIN	
DEMOSTEVES TORRES	
MARCOS PEREIRA	
ROMEO TUMA	
GERALDO MESQUITA	
FLAVIO ARAÚJO	
LEONAR QUINTANILHA	
EDUARDO AZEVEDO	
PAULO DUARTE	
MARCELO CALVEIRA	
JOÃO TEÓFILO	

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

PREÂMBULO

.....

**CAPÍTULO IV
 Dos Municípios**

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

I - eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

~~II - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito até noventa dias antes do término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de municípios com mais de duzentos mil eleitores;~~

II - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

III - posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição;

IV - número de Vereadores proporcional à população do Município, observados os seguintes limites:

- a) mínimo de nove e máximo de vinte e um nos Municípios de até um milhão de habitantes;

b) mínimo de trinta e três e máximo de quarenta e um nos Municípios de mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes;

c) mínimo de quarenta e dois e máximo de cinqüenta e cinco nos Municípios de mais de cinco milhões de habitantes;

~~V — remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores fixada pela Câmara Municipal em cada legislatura, para a subseqüente, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2.º, I;~~

~~VI — a remuneração dos Vereadores corresponderá a, no máximo, setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os Deputados Estaduais, ressalvado o que dispõe o art. 37, XI; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)~~

V - subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda constitucional nº 19, de 1998)

~~VI — subsídio dos Vereadores fixado por lei de iniciativa da Câmara Municipal, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Estaduais, observado o que dispõem os arts. 30, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda constitucional nº 19, de 1998)~~

VI - o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subseqüente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

a) em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

b) em Municípios de dez mil e um a cinqüenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

c) em Municípios de cinqüenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

d) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a cinqüenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

e) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a sessenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

f) em Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

VII - o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

VIII - inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município; (Renumerado do inciso VI, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

IX - proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e na Constituição do respectivo Estado para os membros da Assembléia Legislativa; (Renumerado do inciso VII, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

X - julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça; (Renumerado do inciso VIII, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

XI - organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal; (Renumerado do inciso IX, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

XII - cooperação das associações representativas no planejamento municipal; (Renumerado do inciso X, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

XIII - iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado; (Renumerado do inciso XI, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

XIV - perda do mandato do Prefeito, nos termos do art. 28, parágrafo único. (Renumerado do inciso XII, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 71, DE 2007

Atribui à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal competência para convocar diretores de agências reguladoras para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, atribui ao Senado Federal competência para avaliar o desempenho das agências reguladoras e de seus dirigentes e impede o contingenciamento de repasse de recursos orçamentários às agências reguladoras.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 50, caput, 52 e 168 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado, quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República e diretores de agências reguladoras, para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada.”

..... (NR)

“Art. 52.

.....

XVI – avaliar anualmente, na forma de seu regimento interno, o desempenho das agências reguladoras e de seus dirigentes.”(NR)

“Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Agências Reguladoras, serão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.”(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As agências reguladoras constituem um novo tipo de ente estatal criado no Brasil em meados da década de 1990. A presença das agências tornou-se indispensável para a concessão, a agentes privados, do direito de atuar na prestação de serviços públicos, tais como energia elétrica, telefonia, transportes em suas diversas modalidades etc.

Passados cerca de dez anos, as regras de funcionamento das agências reguladoras, entidades típicas de Estado, precisam ser aperfeiçoadas, tanto para preservar sua autonomia e independência, imprescindíveis ao seu bom funcionamento, quanto para suprir lacunas e corrigir problemas evidenciados ao longo dessa primeira década de experiência.

É preciso assegurar à Câmara e ao Senado, e a qualquer de suas Comissões, a possibilidade de convocar dirigentes das agências para prestar informações

sobre os assuntos de sua atribuição, o que se inclui nesta Proposta de Emenda.

Da mesma forma, se a atividade reguladora das agências é inerente à execução das políticas públicas a elas confiadas, nada mais adequado que elas, como órgãos de Estado, sejam submetidas à avaliação de desempenho pelo Senado Federal.

Com base em relatório elaborado por meio de comissão temática pertinente, e de acordo com normas traçadas em regimento interno, caberá ao Senado Federal avaliar o desempenho das agências reguladoras e de seus dirigentes e, ao final, propor as recomendações e medidas cabíveis.

De outro lado, é necessário coibir a perniciosa prática orçamentária caracterizada pelo contingenciamento de repasse de verbas destinadas às agências reguladoras. Nos termos dessa Proposta de Emenda, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias devem ser repassados, impreterivelmente, até o dia 20 de cada mês, na forma de duodécimos.

Por todo o exposto, peço aos meus nobres pares seu imprescindível apoio à aprovação da presente Proposta de Emenda à Constituição, na certeza de, com essa iniciativa, estar contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País.

Sala de Sessões, de 9 de agosto de 2007.

Senador **DELCÍDIO AMARAL**

- HERÁCLITO FORTES

Augusto Botelho

- MARCONE PERILLO

ORDEM DO DIA

Tendo em vista a leitura das medidas provisórias e pelo fato de ser esta a primeira sessão em que elas figuram na Ordem do Dia, nos termos do acordo de Lideranças anteriormente firmado, está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 369, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2007, *que acresce e altera dispositivos das Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.893, de 13 de julho de 2004, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 11.457, de 16 de março de 2007, e 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para criar a Secretaria Especial de Portos, e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 369, de 2007).

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 23, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 372, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2007, *que dispõe sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos depósitos a vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006; altera as Leis nºs 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e 11.322, de 13 de julho de 2006; e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 372, de 2007).

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 24, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007, que *dis-*

põe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007).

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que *aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007*.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

6

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como

conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).*

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 13, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.*

Pareceres sob nºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: Relator: Senador Luiz Otávio (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2007**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.*

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Re-

lador: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas n°s 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
N° 50, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob n° 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda n° 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
N° 58, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

Parecer sob n° 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda n° 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 105, de 2005 (n° 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei n° 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar

a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.

Parecer favorável, sob n° 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 132, de 2005 (n° 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob n°s 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento n° 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 83, de 2006 (n° 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso.*

Pareceres favoráveis, sob n°s 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora ad hoc: Senadora Maria do Carmo Alves.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 108, de 2006 (n° 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.*

Parecer favorável, sob n° 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

18

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 33, DE 2007
(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara n° 33, de 2007 (n° 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista

de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que específica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.*

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, *que acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.*

20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 204, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Arthur Virgílio.

21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 502, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº

1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 503, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 504, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro

de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

25

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 6, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 477, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Augusto Botelho.

26

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 25, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.

Parecer favorável, sob nº 345, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, celebrada em 30 de agosto de 1961*.

Parecer favorável, sob nº 385, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD*.

Parecer favorável, sob nº 277, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002.

Parecer favorável, sob nº 346, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº

1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

32

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

33

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

34

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo

da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

35

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 33, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Com a palavra V. Ex^a, pela ordem!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Estava em dúvida sobre o dia em que se iria anunciar aqui...O PSDB e o DEM estariam, de qualquer maneira, em obstrução se, porventura, já houvesse a maturidade regimental para se votar a matéria. Mas não é necessário isso hoje. A Ordem do Dia está encerrada.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Mas V. Ex^a depois vai-se pronunciar, não é? Uma sessão não se pode encerrar sem o pronunciamento de V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, porque preciso ouvi-lo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sobre a Ordem do Dia, pergunto se a obstrução de iniciativa do PSDB e do DEM envolve também a não-apreciação de requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Eduardo Suplicy, não há obstrução e a Ordem do Dia está encerrada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E os requerimentos entregues à Mesa não foram apreciados e lidos? Não é na hora da Ordem do Dia que eles são apreciados e lidos?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Qual é o requerimento de V. Ex^a?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Apresentei um requerimento para que, no dia 11 de setembro, se faça o Expediente normal, antes da Ordem do Dia, dedicado às vítimas do terrorismo em todo o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Foi dada a leitura. Para satisfação e felicidade de V. Ex^a, foi dada a leitura.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Mas e a decisão sobre se...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Não, foi dada a leitura. Primeiramente, foi dada a leitura, que é o que a Mesa tem que fazer.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – A Mesa é que decide ou é o Plenário que decide?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O Plenário decidiria, mas o Plenário não se manifestou contrariamente. Então, está aprovado.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Qual é o procedimento? Quando se apresenta o requerimento, ele é lido? Ele é aprovado em que momento?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Suplicy, já respondo a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sim.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não houve nenhuma contestação, Senador. Está ok. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Senador Suplicy, o Regimento permite só duas sessões de homenagem por mês e, sendo assim, já havendo duas aprovadas para o mês de setembro e três ainda por serem aprovadas, a de V. Ex^a certamente é a quarta e está na fila.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – É uma informação relevante, porque, nos mais diversos Congressos e Parlamentos do mundo, far-se-á, no dia 11 de setembro, dia em que mais de 3 mil pessoas faleceram em Nova York por um ato de terrorismo, uma manifestação para que não haja mais atos de terrorismo pelo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – V. Ex^a, estando devidamente inscrito, fará o pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Senador Adelmir Santana.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um comunicado à Casa. Acabo de receber um telefonema do Comandante-em-chefe do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros, Comandante Hernani. Ocorreu um acidente há pouco, aqui em Brasília, no setor P, com uma aeronave do Corpo de Bombeiros que ia resgatar uma pessoa e explodiu. Faleceram o Major Luiz Henrique, o Capitão José Frederico Assunção Magalhães e o Sargento Lélío Antônio da Rocha.

Faço isso com muito pesar e quero encaminhar à Casa um requerimento de pesar, em seguida. Faço-o também em homenagem aos bombeiros da nossa Capital, de quem recentemente recebi uma homenagem importante, uma condecoração de Oficial Dom Pedro II.

Externo os meus sentimentos a todos familiares, aos membros daquela Corporação, ao Governo do Distrito Federal, que já decretou luto oficial por três dias e suspendeu o Governo Itinerante que faria à Ceilândia amanhã. A cidade está lamentando esse ocorrido, com tristeza, em se tratando de uma corporação extremamente querida por todos nós.

Estou encaminhando um requerimento de voto de pesar aos familiares.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Consternada, a Mesa abraça a cidade e a família enlutada neste momento de dor do povo de Brasília por mais um acidente aéreo.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas me solidarizar com o pedido feito pelo Senador Adelmir Santana e dizer que quero subscrever com ele a manifestação de pesar que fez aqui no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PR – ES) – Acho que todos os Senadores presentes devem subscrever o requerimento, pois houve um acidente e há uma família enlutada. Todos nós sofremos juntos neste momento.

Enfim, concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral. O Pantanal espera para ouvi-lo.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero também me solidarizar e me somar às orações a essas famílias, ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e ao Governo do Distrito Federal por esse triste acontecimento.

Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar que ouvi atentamente o discurso do Senador Cristovam Buarque, quando ele falou da banalização do mal, e me lembrei de Hannah Arendt. Sugiro, Senador Cristovam, um livro excepcional que fala um pouco sobre isso, chamado *Pobre Nação*, do Robert Fisk, um jornalista do *Independent* que viveu no Oriente Médio durante muito tempo e que, por suas experiências, mais do que nunca, ratifica essas afirmações e a pertinência dos comentários de V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a já antiga discussão sobre as agências reguladoras em nosso País foi reaberta recentemente em razão do terrível acidente de Congonhas. E, lamentavelmente, muito do que se disse a respeito dessas instituições não foi nada razoável, sobretudo em virtude da natural emoção que cercou a discussão, o que é perfeitamente compreensível no contexto da tragédia que se abateu sobre o País.

Mas, se houve críticas indevidas às agências, alguns problemas pertinentes também foram levantados. Assim, é preciso, com serenidade, analisar a questão, desprezar e combater os argumentos equivocados e atuar para corrigir as falhas existentes no quadro institucional em que se inserem as agências reguladoras.

Sr. Presidente, citando esse acidente de Congonhas, eu não poderia deixar de registrar os tristes fatos acontecidos na semana passada, quando foi quebrado o sigilo das degravações das caixas-pretas do Airbus 320 da TAM. As seqüências disso, no meu ponto de vista, são extremamente nefastas e maléficas para o País.

De início, Sr. Presidente, falando em agências reguladoras, desejo reiterar uma posição clara – já conhecida da maioria das Sr^{as} e dos Srs. Senadores – em favor das agências reguladoras. Penso que elas são instituições imprescindíveis às sociedades que pretendem conceder a prestação de serviços públicos a agentes privados e estatais, como é o caso do Brasil.

Também desejo reafirmar a defesa da indispensável autonomia e independência desses órgãos, para que eles possam exercer, com equilíbrio, o seu difícil e necessário papel, que exige equidistância entre os interesses governamentais, os de usuários ou consumidores e os dos prestadores de serviços. Uma agência reguladora, Sr. Presidente, sem autonomia e independência será fatalmente capturada pelos interesses de um ou mais desses agentes e deixará de atender o interesse público, o que é uma resultante da combinação dos interesses de todos eles.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Com muita satisfação, meu caro Senador Adelmir Santana.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Delcídio, eu gostaria de me congratular com V. Ex^a. Também defendo essa tese de que as agências têm que ser cada vez mais valorizadas e encorpadas na função exatamente que o senhor coloca. Entretanto, é bom que aproveitemos também essa oportunidade para dizer que essas agências não se arvorem desse poder e não comecem também a legislar matérias que não são da sua competência. O que se tem visto é que, às vezes, as agências exageram, começam a legislar matérias que seriam de competência do Congresso e complicam, ao invés de facilitar o processo de vigilância entre os consumidores e o Estado brasileiro. Então, congratulo-me com V. Ex^a por esta matéria que traz ao Plenário. Realmente, temos de buscar a valorização, o encorpamento dessas agências, mas sempre ressaltando que não cabe a elas legislar sobre matérias que não são da sua competência. Elas devem limitar-se aos princípios que as criaram e que regulam a sua criação. Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador. São pertinentes os comentários de V. Ex^a.

Sobre essas preocupações manifestadas, eu vou apresentar neste discurso as minhas sugestões, as minhas propostas, exatamente para que nós afastemos essas preocupações que, com muita competência, V. Ex^a enumerou.

Sr. Presidente, a autonomia e a independência das agências reguladoras dependem, sobretudo, entre outros dispositivos, da independência orçamentária, Senador Mão Santa, e financeira das agências e mandatos dos seus dirigentes. Não se pode, portanto, sob pena de aniquilar essas instituições, cortar os seus recursos ou pretender que seus diretores sejam demissíveis, exceto nos casos previstos em lei.

Vários governos federais têm contingenciado os recursos próprios das agências reguladoras para fazer superávit primário.

De acordo com o sítio Contas Abertas, dos R\$7,1 bilhões previstos no Orçamento de 2007 para as agências reguladoras, 75%, ou seja, R\$5,3 bilhões estão contingenciados pelo Governo Federal. Em 2005 e 2006, o contingenciamento foi semelhante, atingindo 73% do total previsto.

Mas não é de hoje que isso vem acontecendo, como eu disse. Isso já vem de muitos anos. Apenas para exemplificar, citarei o caso da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), segundo dados publicados pelo *Valor Econômico* de 14 de fevereiro passado. Segundo apurou o jornal, desde 2001 o uso dos recursos próprios da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) vem sendo restringido pelo Governo.

Naquele ano, o contingenciamento foi de apenas 1%. Em 2002, o percentual elevou-se já para 36%; saltou para 57% em 2003; para 61% no ano seguinte; e caiu para 54% em 2005. O contingenciamento chegou ao ápice no ano passado, tendo atingido 62% do total da arrecadação da taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica, cobrada na conta de energia elétrica de todos nós para custear o trabalho regulatório da agência.

A Aneel, que tem uma receita prevista, para 2007, de R\$332 milhões oriundos dessa taxa, teve um orçamento aprovado pelo Congresso de R\$106 milhões, dos quais, após o contingenciamento, a agência vai receber apenas R\$60 milhões, Senador Crivella. O orçamento ideal para 2007, segundo o seu Diretor-Geral, Dr. Jerson Kelman, seria de R\$181 milhões.

Já a Agência Nacional de Petróleo (ANP) vai arrecadar mais de R\$3 bilhões, mas teve só R\$300 milhões aprovados no Orçamento deste ano. Desse montante, apenas R\$160 milhões escaparão do contingenciamento, e assim por diante, o mesmo acontecendo com a Anatel e com outras agências reguladoras do País.

Não é por outra razão que estou apresentando proposta de emenda à Constituição, tornando obrigatório o repasse integral às agências reguladoras dos recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias, inclusive créditos suplementares e especiais, impreterivelmente, até o dia 30 de cada mês, na forma de duodécimos. É minha esperança ajudar a criar, com isso, uma solução para evitar o estrangulamento financeiro das agências reguladoras.

Outra questão que entrou em pauta com o terrível acidente de Congonhas foi a idéia de que os dirigentes das agências reguladoras devam ser demissíveis *ad nutum*, como se fossem ocupantes de simples cargos de confiança da Administração Direta. Houve mesmo quem sugerisse, equivocadamente, que há uma inferioridade dos mandatos eleitorais que recebemos da população em relação aos mandatos desses dirigentes, dado o fato de que eles não podem ser ejetados das funções que ocupam sem prévio e devido processo administrativo.

Não se trata, a meu ver, de demitir, mas de admitir as pessoas certas, talhadas para a função e com ela comprometidas, o que começa na indicação dos nomes pelo Presidente da República e termina na sabatina e na aprovação ou não dessas indicações por esta Casa. Nesse sentido, também para contribuir com o aprimoramento da legislação vigente, estou apresentando à consideração de V. Ex^{as} proposições sobre essa matéria.

Trata-se, de início, de criar requisitos mínimos a serem observados nas indicações do Presidente da República para os cargos de direção das agências. Para isso, estou propondo que, além do que é exigido hoje, os indicados aos cargos de direção das agências

tenham, no mínimo, dez anos de experiência profissional no setor, a exemplo do que ocorre nas nomeações para os tribunais regionais federais. Eles devem ter, também, formação acadêmica compatível com o cargo, em nível comparável ao da média dos profissionais de notório saber daquela área de conhecimento.

Sr. Presidente, a aprovação dos indicados não deve ser uma mera formalidade, conduzida ao sabor de conveniências político-partidárias de momento. Assim, estou oferecendo à consideração da Casa proposta de alteração do Regimento Interno do Senado no sentido de que, na apreciação das indicações de autoridades, seja obrigatória a verificação dos requisitos constitucionais e legais; da compatibilidade entre as atribuições e as responsabilidades do cargo e a experiência acadêmica, profissional e a capacidade técnica do candidato; bem como a idoneidade moral e a inexistência de impedimento de ordem ética ao exercício do cargo. Pela proposta, nos casos de recondução, a qualidade da atuação anterior do candidato também deverá ser examinada.

A votação do nome do indicado, segundo o projeto de resolução que estou apresentando, somente poderá ter início quando, encerrada a arguição, as informações prestadas forem consideradas, pela maioria dos Membros da Comissão, suficientes – aí, sim – para uma decisão amadurecida e bem fundamentada. Com isso, portanto, estamos mudando a sistemática de votação de nomes indicados para as diretorias de agências.

Por último, no sentido de dar ao Senado e à Câmara dos Deputados melhores condições de acompanhar e fiscalizar a atuação das agências reguladoras, também estou oferecendo ao exame das duas Casas proposta de emenda à Constituição para que os diretores das agências possam ser convocados a prestar pessoalmente esclarecimentos sobre qualquer assunto relativo ao funcionamento desses órgãos. É que, hoje, Sr. Presidente, os diretores das agências são somente convidados a comparecer às Comissões das duas Casas. Embora, costumeiramente, atendam os convites recebidos do Poder Legislativo, eles podem deixar de fazê-lo pela regra em vigor.

Além disso, também na forma de PEC, estou sugerindo que o Senado avalie, anualmente, o desempenho das agências e de seus dirigentes. Se as agências reguladoras são órgãos de Estado e o Senado aprova os nomes de seus dirigentes, também cabe a esta Casa o exame da gestão das agências e de seus diretores.

Penso que, assim, se esta Casa cumprir adequadamente as suas obrigações constitucionais de sabatinar os indicados aos cargos de direção das agências e de fiscalizar o fiel cumprimento de suas atribuições

legais, estaremos dando um passo importante na direção do bom funcionamento desses organismos, tão relevantes à correta prestação dos serviços públicos concedidos.

Finalmente, há outro aspecto que precisa ser abordado. Trata-se da vacância dos cargos de direção das agências por falta de indicação de nomes por parte do Presidente da República. A revista *Veja* publicou, em sua edição de 28 de fevereiro passado, interessante levantamento feito pela Abdid (Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base).

Segundo a Associação, no ano passado, pelo menos uma das seis agências reguladoras existentes no País ficou 98 dias sem diretor. Em 2005 foram 58 dias, em 2002 foram dez, e em 1999 as agências ficaram sem diretor por dois dias. No ano passado, chegou-se ao ponto de o Conselho Diretor da Anatel ficar sem poder deliberar, por falta de *quorum*, em função da não-indicação de novos conselheiros.

Para buscar contornar esse problema, que por vezes prejudica, e muito, o funcionamento das agências reguladoras, estou apresentando projeto de lei no sentido de prorrogar automaticamente o mandato de diretor ou de conselheiro, caso o Presidente da República não indique substituto para o exame do Senado, até 15 dias antes de vacância do cargo.

Nesse caso, Sr. Presidente, o fato será comunicado pela agência reguladora ao Senado Federal, que deverá aprovar ou não a prorrogação do mandato, após sabatina do diretor ou conselheiro, cujo mandato for prorrogado num prazo de até 90 dias após a data de encerramento do mandato original. O mandato prorrogado se encerrará na data de posse do novo conselheiro ou diretor que for nomeado para o cargo.

Senador Marcelo Crivella, é um orgulho muito grande ouvi-lo.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Delcídio Amaral, o pronunciamento de V. Ex^a vem ao encontro de uma necessidade que toda sociedade brasileira sente nesses momentos em que nossas agências se encontram – eu diria – no epicentro da crise que culminou com o acidente do vôo da TAM. V. Ex^a aborda um assunto importantíssimo. Eu pediria ao Presidente que nos desse um pouquinho mais de tempo, porque o assunto é relevante.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a necessita de quantos minutos? Dois?

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – É o tempo, Presidente, regimental. Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a deve estar lembrado que, na década de 90, enfrentamos o problema de hiperinflação porque emitíamos muito dinheiro para pagar a dívida externa. Depois, não pudemos mais emitir dinheiro. A hiperinfla-

ção foi imensa e começamos a emitir títulos da dívida pública. Naquela ocasião, as empresas, quer dizer, o sistema de desenvolvimento econômico do Brasil era calcado em suas grandes empresas estatais, as quais não tinham como reinvestir em suas atividades porque o dinheiro era usado para pagar a dívida externa, e ficaram completamente fragilizadas. Esse foi o principal argumento que usamos, as razões para privatizar, por exemplo, nosso sistema elétrico, fracioná-lo e privatizá-lo. Hoje, estamos sofrendo a mesma coisa com as agências. V. Ex^a faz um pronunciamento brilhante, faz uma análise, eu diria, muito acurada dos problemas e apresenta soluções inteligentes. Eu só pediria a V. Ex^a, com a sua experiência toda de grande engenheiro e administrador público que foi e é, que pudesse nos salvar da promiscuidade de agências com o mercado, para que pudéssemos, então, votar o projeto de V. Ex^a e dar ao povo brasileiro total segurança para que elas funcionem como a lei prevê e com os recursos necessários. Muito obrigado, Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Crivella, pelas palavras. Esse projeto, inclusive, tem como preocupação maior exatamente essa relação promíscua que pode, eventualmente, vir a ocorrer em agências, principalmente com os agentes do mercado. Isso é absolutamente fundamental e, mesmo que isso não aconteça na maioria das agências, ou seja, uma exceção, temos de criar as barreiras necessárias.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me desse mais dois minutos, eu concluiria o meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Delcídio, o apelo de V. Ex^a é atendido pela Mesa pela importância do tema. Por isso, não lhe darei somente dois minutos, mas quatro.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente, mais uma vez, pela postura de V. Ex^a, sempre muito cordial e respeitoso em sua atuação de Parlamentar, como Senador do nosso querido Estado do Amapá.

Por último, mas não menos importante, segundo o projeto que estou apresentando, em caso de morte ou renúncia de diretor ou conselheiro, as deliberações da agência serão tomadas por maioria simples de votos; e, se houver empate, será reconhecido ao presidente, diretor-presidente ou diretor-geral o voto de qualidade. Espero que, com isso, não se privem mais as agências de seu pleno funcionamento por falta de *quorum* nas reuniões de diretoria.

Eis aí, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, algumas contribuições que submeto ao elevado juízo de V. Ex^{as}, com o melhor intuito de aprimorar o funcionamento das agências reguladoras. Reitero que essas

instituições são, a meu ver, imprescindíveis para gerir setores complexos da economia, nos quais o Estado decide permitir a atuação da iniciativa privada. Como o Estado não pode fazer tudo, essa atuação é indispensável, assim como o é a das agências reguladoras.

Penso que devemos ter serenidade para avaliar o momento. Não devemos, por um evento trágico ou pelo mau funcionamento...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – ...episódico de uma ou outra agência reguladora, condenar a instituição como se ela fosse um mal em si mesma. Agindo assim, estaremos interpretando de forma apaixonada e equivocada um tipo de organização do Estado que é uma conquista das democracias modernas, imprescindível ao funcionamento das complexas economias contemporâneas. Em vez disso, devemos agir com calma, aprender com as falhas e trabalhar para corrigi-las. Só assim estaremos contribuindo verdadeiramente para o desenvolvimento do Brasil.

Meu caro Senador Mão Santa, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Delcídio Amaral, é muito oportuno V. Ex^a, que tem essa visão e já foi Ministro de um setor de muita importância, que é o de energia, mostrar a gravidade da situação, que já vimos. Já há pressão do atual Ministro da Defesa, estereotipado por uma truculência ímpar, ameaçando e querendo os cargos para si. Os cargos foram indicados e aprovados. Eles deveriam ser analisados anteriormente. Mais: o Ministro impressionou o Luiz Inácio. Parece que é tão truculento que cita... Aquele discurso de posse não é nada dele. Aquilo foi um discurso feito – nós que estudamos sabemos – por um Ministro da Era Vitoriana da Inglaterra, Disraeli. Então, ele tirou essas palavras e as soltou para impressionar o Luiz Inácio, que não gosta de estudar e ficou impressionado. Aquelas palavras são do Ministro Disraeli, que dizia “não se queixe, não se desculpe, não se explique”, para dar essa truculência, que ameaça os cargos devidamente legalizados, que foram aprovados pelo Congresso Nacional. Então, o que V. Ex^a tem de fazer é adentrar nisso, para que tenhamos mais responsabilidade na indicação para qualquer agência reguladora, que veio salvaguardar o funcionamento desta Pátria.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sem dúvida alguma, Senador Mão Santa. Esta é a preocupação: estreitar mais os critérios, exatamente para que sejam indicadas pessoas absolutamente qualificadas para essas agências.

Meu caro Senador Garibaldi Alves Filho, meu companheiro.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Meu caro Senador Delcídio Amaral...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Garibaldi Alves, o tempo do orador já extinguiu há alguns minutos. Apelo a V. Ex^a para que o aparte seja breve. De quantos minutos V. Ex^a precisa?

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Três minutos? Vou conceder quatro minutos a V. Ex^a.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Delcídio Amaral, na verdade estamos em uma linha de frente com relação a esse problema. Estamos assumindo uma responsabilidade de enfrentá-lo. Estamos ouvindo cada um daqueles que querem nos dar uma contribuição e já levamos para a Subcomissão do Marco Regulatório especialistas de várias áreas, constatando que é preciso fazer muito mais, ou seja, é preciso aperfeiçoar, corrigir e apresentar, nesta Casa, um projeto que reflita as preocupações deste momento. Porque já se ouve falar que as agências não devem ter autonomia. Confesso a V. Ex^a que não sou um grande conhecedor do assunto, pois estou começando, graças ao convite de V. Ex^a, a conhecer a matéria agora. No entanto, não posso entender uma agência reguladora sem autonomia. Seria um contra-senso, seria negar a própria proposta das agências reguladoras em todo o mundo. Existem dirigentes que precisam ser substituídos, mas há de se perceber que não é possível, por conta da atuação desastrosa de dois os três titulares, comprometer todo o conceito de agência reguladora existente no mundo inteiro. Não sei se V. Ex^a pensa assim, mas eu queria dizer do nosso empenho em fazer com que essas agências possam realmente melhorar a sua *performance*. Agradeço a V. Ex^a, Senador Delcídio Amaral. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho. Também comungo das mesmas idéias com relação à autonomia das agências.

Sr. Presidente, para encerrar, eu gostaria de dizer que venho trabalhando com o Senador Garibaldi Alves Filho.

Já ouvimos vários setores de infra-estrutura do País discutir os marcos regulatórios de rodovias, de ferrovias, de energia, de petróleo, de gás, de biocombustíveis, e vamos apresentar esse trabalho na Comissão de Assuntos Econômicos. Eu não tenho dúvida nenhuma, infelizmente, tragicamente, o assunto infraestrutura hoje é o assunto prioritário nos debates do País, pois ele veio à tona em função do triste acidente ocorrido no Aeroporto de Congonhas.

Mas o maior desafio do Brasil, nos próximos anos, inegavelmente, Sr. Presidente, é o setor de infra-estrutura. Nós teremos que dar atenção especial aos setores de infra-estrutura, porque nós temos empresários competentes, produtores competentes, um povo competente e eficiente, mas estamos perdendo no frete, estamos perdendo competitividade nos nossos custos de logística. E esse é o grande desafio para que o Brasil cresça, para que o Brasil elimine as incertezas jurídicas e incentive quem quer investir nele, sejam entes estatais sejam agentes privados.

Portanto, Sr. Presidente, quero agradecer muito a oportunidade, pedir que registre este discurso nos Anais do Senado, e agradecer mais uma vez a paciência de V. Ex^a por me tolerar durante tanto tempo aqui na tribuna.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a já antiga discussão sobre as agências reguladoras em nosso País foi reaberta recentemente em razão do terrível acidente de Congonhas. E, lamentavelmente, muito do que se disse a respeito dessas instituições não foi nada razoável, sobretudo em virtude da emoção que cercou a discussão, o que é perfeitamente compreensível no contexto da tragédia que se abateu sobre o País.

Mas se houve críticas indevidas às agências, alguns problemas pertinentes também foram levantados. Assim, é preciso, com serenidade, analisar a questão, desprezar e combater os argumentos equivocados e atuar para corrigir as falhas existentes no quadro institucional em que se inserem as agências reguladoras.

De início, desejo reiterar uma posição clara – já conhecida da maioria das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores – em favor das agências reguladoras. Penso que elas são instituições imprescindíveis às sociedades que pretendem conceder a prestação de serviços públicos a agentes privados, como é o caso do Brasil.

Também desejo reafirmar a defesa da indispensável autonomia e independência desses órgãos, para que eles possam exercer, com equilíbrio, o seu difícil e necessário papel, que exige equidistância entre os interesses governamentais, os de usuários ou consumidores e os dos prestadores de serviços. Uma agência reguladora sem autonomia e independência será fatalmente capturada pelos interesses de um ou mais desses agentes e deixará de atender o interesse público, que é uma resultante da combinação dos interesses de todos eles.

A autonomia e a independência das agências reguladoras dependem, sobretudo, entre outros dispositivos, da independência orçamentária e financeira das agências e dos mandatos dos seus dirigentes. Não se pode, portanto, sob pena de aniquilar essas instituições, cortar os seus recursos ou pretender que seus diretores sejam demissíveis, exceto nos casos previstos em lei.

O Governo Federal tem contingenciado os recursos próprios das agências reguladoras para fazer superávit primário. De acordo com o sítio *Contas Abertas*, dos R\$7,1 bilhões previstos no Orçamento de 2007 para as agências reguladoras, 75%, ou seja, R\$5,3 bilhões estão contingenciados pelo Governo Federal. Em 2005 e 2006, o contingenciamento foi semelhante, atingindo 73% do total previsto.

Mas não é de hoje que isso vem ocorrendo. Apenas para exemplificar, citarei o caso da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), segundo dados publicados pelo *Valor Econômico* de 14 de fevereiro passado. Segundo apurou o jornal, desde 2001 o uso dos recursos próprios Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) vem sendo restringido pelo Governo.

Naquele ano, o contingenciamento foi de apenas 1%. Em 2002 o percentual elevou-se já para 36%; saltou para 57% em 2003; para 61% no ano seguinte; e caiu para 54% em 2005. O contingenciamento chegou ao ápice no ano passado, tendo atingido 62% do total da arrecadação da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica, cobrada na conta de energia elétrica de todos nós para custear o trabalho regulatório da Agência.

A Aneel, que tem uma receita prevista, para 2007, de R\$332 milhões, oriundos dessa Taxa, teve um Orçamento aprovado pelo Congresso de R\$106 milhões, dos quais, após o contingenciamento, a Agência irá receber apenas R\$60 milhões. O orçamento ideal para 2007, segundo o seu Diretor-Geral, Dr. Jerson Kelman, seria de R\$181 milhões.

Já a ANP irá arrecadar mais de R\$3 bilhões, mas teve só R\$300 milhões aprovados no Orçamento deste ano. Desse montante, apenas R\$160 milhões escaparão do contingenciamento. E, assim por diante, o mesmo acontecendo com a Anatel e com as outras agências reguladoras do País.

Não é por outra razão que estou apresentando Proposta de Emenda à Constituição, tornando obrigatório o repasse integral às agências reguladoras dos recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias, inclusive créditos suplementares e especiais, impreterivelmente, até o dia 20 de cada mês, na forma de duodécimos. É minha esperança ajudar a criar, com isso, uma solução para evitar o estrangulamento financeiro das agências reguladoras.

Outra questão que entrou em pauta com o terrível acidente de Congonhas foi a idéia de que os dirigentes das agências reguladoras devam ser demissíveis *ad nutum*, como se fossem ocupantes de simples cargos de confiança da Administração Direta. Houve mesmo quem sugerisse equivocadamente que há uma inferioridade dos mandatos eleitorais que recebemos da população em relação aos mandatos desses dirigentes, dado o fato de que não podem ser ejetados das funções que ocupam sem prévio e devido processo administrativo.

Não se trata, a meu ver, de demitir, mas de admitir as pessoas certas, talhadas para a função e com ela comprometidas, o que começa na indicação dos nomes pelo Presidente da República e termina na sabatina e na aprovação ou não dessas indicações por esta Casa. Nesse sentido, também para contribuir com o aprimoramento da legislação vigente, estou apresentando à consideração de V. Ex^{as} proposições sobre essa matéria.

Trata-se, de início, de criar requisitos mínimos a serem observados nas indicações do Presidente da República para os cargos de direção das agências. Para isso, estou propondo que, além do que é exigido hoje, os indicados aos cargos de direção das agências tenham, no mínimo, dez anos de experiência profissional no setor, a exemplo do que ocorre nas nomeações para os Tribunais Regionais Federais. Eles devem ter, também, formação acadêmica compatível com o cargo, em nível comparável ao da média dos profissionais de notório saber daquela área de conhecimento.

A aprovação dos indicados não deve ser uma mera formalidade, conduzida ao sabor de conveniências político-partidárias de momento. Assim, estou oferecendo à consideração da Casa proposta de alteração do Regimento Interno do Senado no sentido de que, na apreciação das indicações de autoridades, seja obrigatória a verificação dos requisitos constitucionais e legais; da compatibilidade entre as atribuições e as responsabilidades do cargo e a experiência acadêmica, profissional e a capacidade técnica do candidato; bem como a idoneidade moral e a inexistência de impedimento de ordem ética ao exercício do cargo. Pela proposta, nos casos de recondução, a qualidade da atuação anterior do candidato também deverá ser examinada.

A votação do nome do indicado, segundo o Projeto de Resolução que estou apresentando, somente poderá ter início quando, encerrada a arguição, as informações prestadas forem consideradas, pela maioria dos membros da Comissão, suficientes para uma decisão amadurecida e bem fundamentada.

Por último, no sentido de dar ao Senado e à Câmara dos Deputados melhores condições de acompanhar e fiscalizar a atuação das agências reguladoras, também estou oferecendo ao exame das duas Casas Proposta

de Emenda à Constituição para que os diretores das agências possam ser convocados a prestar pessoalmente esclarecimentos sobre qualquer assunto relativo ao funcionamento desses órgãos. É que hoje os diretores das agências são somente convidados a comparecer às Comissões das duas Casas. Embora costumeiramente atendam os convites recebidos do Poder Legislativo, eles podem deixar de fazê-lo pela regra em vigor.

Além disso, também na forma de Proposta de Emenda à Constituição, estou sugerindo que o Senado avalie, anualmente, o desempenho das agências e de seus dirigentes. Se as agências reguladoras são órgãos de Estado e o Senado aprova os nomes de seus dirigentes, também cabe a esta Casa o exame da gestão das agências e de seus diretores.

Penso que, assim, se esta Casa cumprir adequadamente as suas obrigações constitucionais de sabatinar os indicados aos cargos de direção das agências e de fiscalizar o fiel cumprimento de suas atribuições legais, estaremos dando um passo importante na direção do bom funcionamento desses organismos, tão relevantes à correta prestação dos serviços públicos concedidos.

Finalmente, há outro aspecto que precisa ser abordado. Trata-se da vacância dos cargos de direção das agências por falta de indicação de nomes por parte do Presidente da República. A revista *Veja* publicou, em sua edição de 28 de fevereiro passado, interessante levantamento feito pela ABDIB, a Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base.

Segundo a Associação, no ano passado, pelo menos uma das seis agências reguladoras existentes no País ficou 98 dias sem diretor. Em 2005 foram 58 dias, em 2002 foram dez e em 1999 as agências ficaram sem diretor por dois dias. No ano passado, chegou-se ao ponto de o Conselho Diretor da Anatel ficar sem poder deliberar por falta de indicação de novos Conselheiros.

Para buscar contornar esse problema, que por vezes prejudica, e muito, o funcionamento das agências reguladoras, estou apresentando Projeto de Lei no sentido de prorrogar automaticamente o mandato de Diretor ou de Conselheiro, caso o Presidente da República não indique substituto para o exame do Senado até 15 dias antes da vacância do cargo.

Nesse caso, o fato será comunicado pela agência reguladora ao Senado Federal, que deverá aprovar ou não a prorrogação do mandato, após sabatina do Diretor ou Conselheiro cujo mandato for prorrogado, num prazo de até noventa dias após a data de encerramento do mandato original. O mandato prorrogado se encerrará na data de posse do novo Conselheiro ou Diretor que for nomeado para o cargo.

Por último, mas não menos importante, segundo o Projeto que estou apresentando, em caso de morte ou

renúncia de Diretor ou Conselheiro, as deliberações da agência serão tomadas por maioria simples de votos, reconhecido ao Presidente, Diretor-Presidente ou Diretor-Geral o voto de qualidade. Espero que, com isso, não se prive mais as agências de seu pleno funcionamento por falta de *quorum* nas reuniões de Diretoria.

Eis aí, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, algumas contribuições que submeto ao elevado juízo de V. Ex^{as}, com o melhor intuito de aprimorar o funcionamento das agências reguladoras. Reitero que essas instituições são, a meu ver, imprescindíveis para gerir setores complexos da economia, nos quais o Estado decide permitir a atuação da iniciativa privada. Como o Estado não pode fazer tudo, essa atuação é indispensável, assim como o é a das agências reguladoras.

Penso que devemos ter serenidade para avaliar o momento. Não devemos, por um evento trágico ou pelo mau funcionamento episódico de uma ou outra agência reguladora, condenar a instituição como se ela fosse um mal em si mesmo. Agindo assim, estaremos interpretando de forma apaixonada e equivocada um tipo de organização do Estado que é uma conquista das democracias modernas, imprescindível ao funcionamento das complexas economias contemporâneas. Em vez disso, devemos agir com calma, aprender com as falhas e trabalhar para corrigi-las. Só assim estaremos contribuindo verdadeiramente para o desenvolvimento do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Delcício Amaral, o Sr. Magno Malta, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A Mesa, dentro dos procedimentos regimentais, fará o registro nos Anais, na íntegra, do pronunciamento de V. Ex^a.

Convido a assumir a tribuna o Senador Heráclito Fortes.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

Em seguida, falará a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje fiz uma constatação curiosa, Senador Mão Santa. Depois daquele famoso episódio dos aloprados, quando estávamos no auge de uma disputa eleitoral, foi a segunda vez que recebi a maior quantidade de *e-mails* por um único fato.

Sobre os aloprados era uma quantidade enorme; em relação à CPI das ONGs, foi outra quantidade

enorme; e agora pela posição que tomei com relação ao episódio envolvendo os dois atletas cubanos. Às vezes me causa espécie a anestesia que toma conta de algumas mentes, cujo passado era todo voltado para a defesa dos direitos humanos e que agora, por patrulhamento ou seja lá o que for, engajam-se num processo inconcebível de tentar justificar um dos atos mais nojentos praticados neste País depois da redemocratização.

Meu caro Presidente, repatriação é um fato muitas vezes até corriqueiro. O estranho foi a forma, foi a ação na calada da noite, foi a falta de providências pelo menos para proteger a imagem do Brasil perante o mundo.

Os rapazes foram detidos em uma batida, imagine, em uma batida normal, em uma praia em Umuarama. Quantos brasileiros andam por aí sem lenço e sem documento – como dizia Caetano –, marginais, traficantes, anônimos, homens de bem, e não são molestados. Pois bem, a patrulha chegou e pegou os rapazes na praia, e esses rapazes, segundo insinuações oficiais, estavam doidos para voltar para Cuba.

Ora, se houvesse essa ansiedade toda, eles estariam procurando ou o consulado do seu País, ou as autoridades brasileiras. Mas não: eles estavam em uma praia. A partir daí, com a ação de autoridades da Ilha, começaram, é claro, a dar declarações de que estavam com saudades, de que gostariam de voltar.

E aí, Sr. Presidente, é preciso que a gente descubra exatamente...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Com o maior prazer. V. Ex^a é o Sobral Pinto ao contrário. Com maior prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, primeiramente quero informar a V. Ex^a, diante da missão que me pediu para cumprir juntamente com os Senadores Marcelo Crivella e Jarbas Vasconcelos, que há pouco telefonei para o Embaixador Manoel Pio Corrêa, que, muito gentilmente, disse-me ser difícil para ele deslocar-se até Brasília, pois, com mais de oitenta anos, locomove-se em cadeira de rodas, mas que nos receberia. Disse a ele que, possivelmente no sábado, juntamente com o Senador Marcelo Crivella – e conversarei com o Senador Jarbas Vasconcelos –, dialogaríamos com ele sobre todo o episódio, do qual possivelmente ele se recorda, da criação do serviço reservado. Porém, ele de pronto já adiantou que não conhece o Embaixador Jacques Guilbaud. Pelo menos, essa era a primeira impressão dele quando conversamos. Com respeito ao episódio dos pugilistas, quero transmitir a V. Ex^a que, se pos-

sível ainda hoje, vou conversar com o Ministro Tarso Genro, por telefone, informá-lo de que foi transformado em convite o requerimento do Senador Arthur Virgílio convidando-o a comparecer à Comissão no horário normal da reunião, conforme V. Ex^a sugere – veremos se ele pode – já na quinta-feira próxima.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Esperamos que possamos contribuir num sentido pleno para o objetivo que sei que é de todos nós, e que possamos logo, nas Américas, ter a liberdade de circulação dos seres humanos, inclusive daqueles que defendem seus Países em esportes como o pugilismo, como estavam, no Rio de Janeiro, nos Jogos do Pan, os dois pugilistas cubanos. Procurarei esclarecer esse episódio, nem que seja necessário, eventualmente, que a Comissão de Relações Exteriores designe-me com um ou mais Senadores para com eles dialogar em Cuba, até porque o Presidente Fidel Castro mencionou que eles estão em liberdade em Cuba, com seus familiares e, segundo ele próprio disse, poderão, se desejarem, conversar com a imprensa. Vou pedir licença, não poderei prosseguir porque tenho um compromisso marcado neste instante e estou me arriscando a perder o vôo, graças à necessidade de mais uma vez apartear-lo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Eduardo Suplicy, confie no caos aéreo e fique mais um pouco.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é incompreensível a atitude do Senador Eduardo Suplicy em defender um ato ditatorial. Um homem que ao longo da vida pregou liberdade...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E continuarei pregando!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – ...mas, é incompreensível vê-lo defender um ato injustificável e ditatorial por parte do Governo, que ele tanto defende e que não lhe dá a menor bola.

Senador Eduardo Suplicy, se V. Ex^a acha que por esse caminho subirá no conceito dos seus companheiros, fique absolutamente convencido de que está errado. A sua história é outra. E volto a dizer: não tenho nenhum reparo a fazer ao Sr. Fidel Castro. Ele agiu como age há 50 anos, pediu de volta cidadãos que lhe estavam provocando desgaste político, porque é uma prova cabal ao mundo de que não é uma maravilha viver entre os comuns naquela ilha. Atletas de renome mundial. Ele agiu como deveria agir. O crime foi a pusilanidade das autoridades e do Governo.

Senador Marcelo Crivella, cadê a participação de um representante da Igreja Católica, à qual o PT recorreu, a

vida inteira, quando se falavam nos direitos humanos? Pelo menos para garantir e proteger o conceito do Governo.

O próprio Ministério da Justiça tem um órgão específico para tratar do caso dos irregulares no Brasil. E não é o caso, porque os dois atletas estavam regularmente no País, tinham visto para ficar suficientemente tranquilos pelo menos durante mais 30 dias; os passaportes estavam retidos – os Países totalitários agem dessa maneira, não lhes dá liberdade de andar com o seu passaporte –, mas uma simples notificação já lhes dava direito a segunda via.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Heráclito, V. Ex^a me permite um pequeno aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu lhe concederei o aparte, mas só queria fazer uma consulta ao meu querido Presidente. O tempo de que disponho é de 20 minutos ou 10 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – São 20 minutos. Mas sabendo que V. Ex^a é um orador eloqüente, eu sempre fico com a oportunidade de prorrogá-lo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não tem problema, eu não usarei o tempo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a quer mais 10 minutos?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu quero apenas uma folga. Coloque, mas não usarei!

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Eu colocarei mais 20 minutos para V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Marcelo Crivella tem o aparte.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – V. Ex^a leva 10 a vista e 20 a crédito! Taxa de juros baixa, sai no lucro. Mas o que eu queria dizer a V. Ex^a é que também me chama muito a atenção esse caso da extradição. Há vários atletas cubanos jogando em diversas modalidades pelo mundo afora.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Crivella, não diga extradição. O Ministro se pegou agora nesta filigrana: é repatriamento.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Pois é! Os americanos chamam isso de *expedited removal*, uma expedição rápida, uma remoção expedita, rápida. Mas esse é o primeiro ponto. Por que esses dois boxeadores aguçaram, eu diria, a percepção política desse líder pelo qual não nutro nenhuma admiração – acho-o truculento? É um regime ditatorial que freqüentemente se extravasa no ódio, na perseguição e no sangue. Mas por que o caso desses dois boxeadores? Eu, Sr. Senador Heráclito Fortes, não consigo ainda formar um juízo do procedimento do Governo. Quero crer – quero crer –, faço votos e estou ansioso para ouvir

nossas autoridades, que o Governo tenha atendido ao pedido desses boxeadores. Agora, entendo também que para esses boxeadores pedirem para voltar para uma ilha como aquela, para um regime como aquele, eles deveriam, seguramente, estar sendo compelidos a isso. Provavelmente um parente preso, ameaças... Mas, infelizmente, quando o sujeito quer ir embora, não cabe ao Governo brasileiro fazer a investigação, senão lhe conceder o direito de ir, porque é o direito que ele tem. Visitei brasileiros que vivem na diáspora. Lá na Itália havia o contrário: muitos homossexuais estavam presos. Fui visitá-los na prisão. E o que acontecia? O Governo italiano queria deportá-los, mas eles não podiam ser deportados sem passaporte. E, para ter passaporte, eles precisavam ir ao Consulado e requerer um passaporte. O Governo brasileiro não podia dar um passaporte imposto; e eles se negavam. Diziam: "Nós não queremos passaporte. Sem passaporte não podemos ser deportados. E, pelos Direitos Humanos, não podemos ficar presos aqui para o resto da vida". Assim, conseguiam a liberdade. Então, é um caso cujos detalhes, cujos meandros eu realmente gostaria de saber. Quero crer que vamos encontrar a solução final para esse mistério inesperado, imprevisto – os jogos foram tão bonitos! –, quando for dado cumprimento ao requerimento do Senador Arthur Virgílio, na próxima quinta-feira, com a presença do Sr. Ministro. Muito obrigado, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Quero agradecer à providência divina por ter trazido a este plenário o Senador José Sarney. V. Ex^a não poderia ter chegado em melhor hora neste plenário do que agora, quando abordo a questão dos atletas cubanos. Foi V. Ex^a, exatamente, que repôs uma injustiça histórica que o Brasil tinha com Cuba ao romper relações diplomáticas. Lembro-me muito bem das rusgas e das caras feias de alguns setores da caserna. V. Ex^a, em nome da democracia, em nome do restabelecimento das liberdades, reatou a nossas relações, nomeando o Embaixador Zappa para ser o primeiro dessa nova fase. Fez mais. V. Ex^a, ao criar o Mercosul, inspirou-se mais na preservação democrática do continente do que em qualquer vantagem econômica. Naquela época, a América estava se livrando dos Governos ditatoriais, uns mais fortes, outros mais fracos. V. Ex^a, ao lado de Alfonsín, sabia que esse mecanismo, com instrumento de exigência da manutenção da ordem democrática, era fundamental para que a paz voltasse a reinar, como hoje ocorre na América Latina.

Os Países que têm medo de participar do Mercosul de maneira clara são aqueles que não têm a ordem democrática transparentes e têm dificuldade de enfrentar fóruns de debates, como o é o Mercosul. Por isso,

Senador José Sarney, é inadmissível e inaceitável que setores do Governo brasileiro tenham entregado os dois atletas na calada da noite, em um fim de semana.

Não adiantam as versões de que eles estavam doidos para voltar. A História está aí para conferir. Um dos episódios mais tristes – repito, e acho que a comparação é pertinente – é o caso de Olga Benário. Alegou-se, em determinado momento, que ela pedia para voltar para a Alemanha, porque queria ter o filho – no caso, a filha – na sua terra. E a História está aí para contar. Sob pressão, sob tortura psicológica ou de qualquer natureza, as pessoas dizem o que não desejam. O Governo brasileiro carregará para sempre a responsabilidade, se alguma coisa acontecer a esses jovens atletas.

O único reparo que faço ao Sr. Fidel Castro foi o desrespeito com que ele tratou brasileiros no artigo publicado hoje, chamando de prostitutas as brasileiras que, eventualmente, estavam na companhia dos atletas. As informações são as mais variadas: que eram atletas que estavam também participando do Pan-Americano ou que eram pessoas de Umuarama. São inoportunas, preconceituosas e inaceitáveis afirmativas precipitadas dessa natureza. E o que me enoja é o silêncio dos antigos defensores das liberdades, o silêncio conivente do Governo, do Presidente Lula. É inaceitável!

Senador José Sarney, por que não colocaram esses atletas diante da imprensa? Por que não os levaram para fazer exame de corpo de delito para preservar o nome do Brasil? Hoje, Fidel Castro diz que eles envergonharam Cuba, que fugiram do ringue como um soldado foge da guerra e que agora estavam numa casa de visita, algo que é preciso saber exatamente o que é. Mas, independentemente disso, o Governo brasileiro deveria ter sido muito claro, formando processo e mostrando ao Brasil, inclusive, em que condições eles voltaram para Cuba, se havia ou não um brasileiro, um cubano, particular ou não. As dúvidas são as mais distintas possíveis.

O ex-Senador Paulo Brossard, Ministro de V. Ex^a, contou-me ontem, à noite, alguns episódios vividos no Governo de V. Ex^a e as pressões sofridas em casos semelhantes, pressões internacionais, inclusive de Nações poderosas, e a intransigência do Governo em preservar a sua autonomia, a sua liberdade.

Agora, começa a se questionar sobre outros que estão em situação parecida. Hoje, chamaram-me a atenção – nem me lembrava mais do fato – para o caso de um atleta colombiano, que fez carreira no futebol do Brasil, chamado Rincón, que se encontra preso. O pedido de expatriação foi formalizado há vários meses, e o Ministério da Justiça continua silencioso.

Por que agir assim? Esses rapazes não tiveram a oportunidade de dizer, de maneira clara, o que desejavam, o que queriam. As versões posteriores são pelo menos esquisitas e suspeitas. Hoje me lembrou muito bem o Senador Romeu Tuma.

Presidente Sarney, com o maior prazer, escuto V. Ex^a.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a me chamou à colação, portanto, tenho o dever de corresponder a essa solicitação, principalmente porque parte de um homem por quem tenho tanto apreço, como é V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes. Concordo com V. Ex^a em todas as suas afirmativas sobre a democracia e sobre a condenação dos regimes autoritários. Sou solidário com V. Ex^a, com a sua veemência na defesa dos princípios maiores dos direitos humanos. Considero que esse episódio realmente ainda não foi perfeitamente explicado e que, dentro dele, ainda existem muitas e muitas indagações. Espero que o Governo brasileiro possa dar as explicações necessárias não somente a V. Ex^a, mas a todo o País. Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Sarney, foi preso ontem, em São Paulo, um traficante colombiano contra quem já existia um pedido de expatriação para os Estados Unidos, de remessa para os Estados Unidos, onde contra ele correm vários processos na Justiça. Como o Governo brasileiro vai se comportar? Vai agir com a mesma rapidez, com a mesma celeridade?

É duro, meu caro Presidente, é duro ver um Partido que pregou liberdade e, o que é mais grave, pediu insistentemente a abertura dos arquivos da ditadura. Quando os arquivos começam a ser abertos, nós presenciemos o que acabamos de ver: o Senador Suplicy em defesa de um diplomata acusado nos arquivos que eles queriam abrir de práticas pouco recomendáveis no chamado período de chumbo.

É preciso saber o que essa gente quer. Se quer transparência ou se quer essa transparência pela metade, se os fatos têm que ser fracionados.

Sr. Presidente, quero me fixar no caso desses atletas. Volto a repetir, estamos vivendo novamente o episódio de Olga Benário, com uma diferença: na época, ela ainda teve o direito de ter advogado, embora se saiba que, àquela época, a Justiça tinha atuação limitada pela circunstância. Àquela época, vigorava uma ditadura de Direita que entregou a uma ditadura de Direita uma cidadã. Agora, é um Governo de Esquerda que entrega a um Governo de Esquerda, de maneira pouco clara, dois atletas.

Essa mancha, esse açodamento vai fazer com que o Governo pague caro por isso. O Presidente vai

voltar e dizer que não sabia de nada. Mas, Sr. Presidente, nunca mais os falsos defensores dos direitos humanos, da liberdade individual do cidadão, poderão erguer a voz de maneira firme e altaneira, tendo em vista esse episódio, ou seja, render-se a um simples pito de um homem que encantou gerações, mas nem por isso tinha o Brasil o direito de acocorar-se diante de um capricho sem cumprir a tramitação legal, que sempre foi uma tradição neste País, em regime de liberdade democrática.

Portanto, Sr. Presidente, venho chamando a atenção para este episódio, porque de maneira triste vejo que vem repercutindo de maneira bem mais intensa fora do Brasil do que aqui dentro.

E, aí, meu caro Mão Santa, veja como é a história: são dois jovens atletas que podem ter cometido uma irresponsabilidade juvenil, que podem ter sido aliciados pelo tal empresário alemão. O que competia ao Governo brasileiro? Prender o empresário. Não estava lá? O Fidel não disse que eram duas prostitutas? Foram ouvidas? Não. É uma questão de arrumação que, um dia – e espero que não demore muito –, possa ser esclarecido. Enquanto isso, o Brasil está moralmente nocauteado pela pusilanimidade de dirigentes que se acocoraram e que se agacharam nesse episódio vergonhoso. Esse nocaute moral dos dois pugilistas vai doer ainda durante muitos anos na consciência dos seus responsáveis. Afinal, Senador Sarney, é preciso saber quem foi o Filinto Muller nesse episódio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A Senadora Lúcia Vânia era a última inscrita e entregou seu pronunciamento.

Não havendo mais oradores inscritos, iremos votar alguns requerimentos e encerrar esta sessão.

Em votação o **Requerimento nº 891, de 2007**, lido no Expediente.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica prejudicado o **Requerimento nº 565, de 2007**.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Passa-se à apreciação do **Requerimento nº 885, de 2007**, lido no expediente da presente sessão, que solicita a realização, no próximo dia 8 de outubro, de sessão especial destinada a homenagear a memória de Ernesto Che Guevara.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, peça a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Para encaminhar, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que devemos aprovar esse requerimento, mas lembro a alguns oradores aqui que eles não terão a mínima condição de defender, nas suas orações, liberdade democrática, diante da atitude tomada pelo Governo Brasileiro. O Che Guevara foi vítima de uma ação semelhante, foi vítima da covardia, foi vítima da pusilanimidade de governos fracos, que o entregaram às feras, nas celas da ditadura boliviana. Espero que esse ato – e quero, de antemão, inscrever-me para falar, Sr. Presidente – seja solene, para que recordemos esses episódios.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, concedo a palavra a V. Ex^a, para encaminhar o requerimento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Olha, eu estou solidário com a luta do Senador Heráclito Fortes. É realmente vergonhoso o que se passou no nosso País.

Realmente, a liberdade é a grande ambição. Eu considero e já disse que o maior documento de direito é a Declaração Universal dos Direitos do Homem, consagrada pela ONU. Não sei como Cuba ainda está presente na ONU, porque a liberdade, o direito de ir e vir, o direito de se estabelecer...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, quanto ao requerimento, V. Ex^a é a favor ou contra?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sou solidário ao voto do Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Peço a palavra para uma questão de ordem. Sr. Presidente, quero registrar...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Heráclito Fortes, antes que V. Ex^a se manifeste, consulto as Sr^{as} e os Srs. Líderes, as Sr^{as} e os Srs. Senadores se são a favor da aprovação do requerimento. (Pausa.)

Não havendo ninguém contrário à aprovação, está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um registro de uma matéria que acaba de me ser entregue: “Avião com 15 Deputados faz pouso forçado em Guarulhos”.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Isso já não é novidade, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois é, mas essa é.

“Tripulação ficou assustada ao ser informada (...)”

Um avião da Gol, um Boeing 737/700, voo 1205, “saiu de Brasília às 14 horas com destino a São Paulo, com 15 Deputados a bordo. Um defeito no trem de pouso fez o piloto desviar o pouso de Congonhas para Guarulhos”.

Sr. Presidente, isso vem mostrar que precisamos nos acautelar com o momento que estamos vivendo. Há uma coisa inusitada, o prefixo do avião: PT – GOV, abreviatura de governo. É simbólico, é triste, mas quero fazer esse registro.

Quero dizer que não é o fim do mundo. Incidentes envolvendo trem de pouso são comuns no mundo inteiro, mas a população brasileira está tão assustada, está tão apavorada com o que vem acontecendo nos últimos tempos que um fato desses gera pânico e passa a ser manchete dos jornais no País.

Quero me solidarizar com os Parlamentares que passaram esse susto – inclusive o ex-Presidente da Câmara, Aldo Rebelo era um dos passageiros – e felicitá-los por nada ter acontecido nem a eles nem a nenhum dos passageiros – o voo estava lotado – e dizer que precisamos continuar perseguindo melhores dias para a aviação no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – O registro de V. Ex^a já está nos Anais desta Casa.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio e Paulo Paim e a Sr^a Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o §2^o, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, chega a ser emocionante o esforço a que se vêm dedicando as populações interioranas do meu Estado, visando ao desenvolvimento de municípios potencialmente pujantes e, naturalmente, também do Amazonas.

Mantenho permanente contato essas parcelas, honrado por representar o meu Estado no Senado da República. E porque nelas vejo exemplos de trabalho.

São populações dedicadas. Constato com alegria, muitas iniciativas extremamente válidas, que nascem ali e sempre voltadas para um forte anseio de desenvolvimento.

Inclui-se nesse caso a 1^a Conferência dos Movimentos Sociais de Itacoatiara e Região. O assunto principal desse encontro, que se realiza amanhã, será o exame do impacto de uma sonhada Zona de Processamento de Exportação em Itacoatiara.

Era meu desejo participar dessa reunião, atendendo ao convite do Coordenador-Geral do Fórum Permanente de Desenvolvimento Econômico de Itacoatiara e Médio Amazonas, Dr. Ademair Vieira Marques, e do Secretário

do Encontro, Dr. Frank Queiroz Chaves. Não poderei viajar, infelizmente, dada a intensa atividade aqui no Senado.

Entre elas, a iniciativa que estou formalizando perante a Mesa do Senado, na forma de Projeto de Lei que cria a Zona de Processamento de Exportação de Itacoatiara.

Para concluir por essa via, estudei detidamente a economia do meu Estado como um todo e, tendo em vista a aprovação e sanção da lei que trata das ZPEs, entendi que, no meu Estado, neste exato momento, é oportuna também, além da criação de uma delas em Itacoatiara, outra em Tabatinga.

Creio que, ao lado do Pólo Industrial de Manaus, essas duas ZPEs são iniciativas inadiáveis. As populações das áreas situadas nas cercanias dos dois municípios são merecedoras da atenção que a elas dedico, aliás, a parte mais significativa de minha atuação no Senado da República.

Ambas as regiões – Itacoatiara e Tabatinga – têm tudo para receber novos investimentos. A notável biodiversidade da Floresta Amazônica presta-se a empreendimentos nas áreas de química, cosmética, de alimentos naturais, sem dúvida a pesca e farmacêutica, ao lado de tantas outras.

É, pois, justificado o zelo com que as populações do interior do meu Estado encaminham seus anseios, como brado correto – o mais legítimo – pelo desenvolvimento local.

Essas reivindicações são mais do que apropriadas à área amazônica. A começar pelo aproveitamento sustentável da biodiversidade da Grande Floresta.

São seres humanos, moradores da Amazônia, portanto as parcelas que merecem de imediato a atenção prioritária do Governo. E, se assim for, e tenho certeza de que assim será, estaremos dando resposta correta a uma realidade brasileira: de um lado, uma alavanca para estimular investimentos. De outro, a substituição por ações do que, em geral, tem prevalecido no País, ou seja, a exaltação da potencialidade da Amazônia. Exaltação apenas com palavras.

Os Projetos que ora proponho ao Senado são ações reais e planejadas. A pronta resposta para este momento brasileiro. O momento em que, olhando para o amanhã do Brasil, visualizamos a Amazônia como região estratégica por excelência.

Encerro, com expectativa de acolhimento de ambas as proposições, ao tempo em que cumprimento das populações do meu Estado pelos estudos que realizam e que sustentam o planejamento econômico.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para dizer que a Assembléia Legislativa da Bahia está de parabéns! O Governador da Bahia, não! A Assembléia, sensível aos problemas de portadores de deficiências, aprovou projeto de lei que concede amparo aos autistas. O Governador da Bahia, Jaques Wagner, do PT, insensível aos problemas de portadores de deficiências, opôs veto ao Projeto. A Assembléia insistiu e promulgou a Lei.

Alegou o Governador Jaques que não há recursos para atender ao que prevê a Lei: transporte especial para os autistas e capacitação de médicos para tratamento da síndrome.

Pode até ser. Mas isso não justifica o veto. O governador petista sabe que milhões são gastos inutilmente com propaganda governamental. E, ademais, dinheiro se consegue nem que seja para o próximo exercício, com dotações no orçamento.

Faço esse registro para que a Nação saiba que muito do que o Governo do PT fala é mero palavreado. Na hora de mostrar que está disposta a olhar pelos brasileiros carentes, necessitando de tratamento médico, os petistas dão adeus, colocam a viola no saco e não estão nem aí.

No caso da Bahia, a Assembléia Legislativa está bem para lá da cantoria petista. Parabéns!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por último, começo este breve discurso com a leitura de um trecho de artigo publicado em *O Globo*, edição desta terça-feira:

(...) A visão de restos de samaúmas (as “mães das florestas”), castanheiras e um mar de outras árvores foi avassaladora: parecia Auschwitz, parecia Krajcberg (artista plástico criador de quadros em branco iluminado) – fauna e flora arrasadas, carbonizadas, nesse forno a céu aberto”.

Essas palavras são de Christiane Torloni, atriz da minissérie da Globo *Amazônia, de Galvez a Chico Mendes*. São palavras em que ela transmite a impressão de horror ao ver a destruição na Floresta Amazônica, com a constatação de que tantas árvores que víamos em pé e que nossos filhos não veriam (e não verão).

A visão de Christiane estende-se é, diz ela, ao sentimento de um coração brasileiro que anda batendo tão baixinho – e explica por quê: de medo da violência, da corrupção, dos impostos, da aviação e do des-governo (que até parece que se calou para sempre... Coração este que só lembra que é brasileiro quando chega a Copa ou o Pan...

No retrato da destruição da Floresta Amazônica que a atriz pinta com palavras emocionadas, há essa outra menção:

“(...) nossa indignação não se traduziu em um “gesto obscuro” (lembrando o assessor Marco Aurélio Garcia, do Governo Lula, no top-top) e sim, em uma carta, que lembra outra, infelizmente tão esquecida e vilipendiada como nossa floresta: é a nossa Carta Magna, nossa Constituição. Lá se pode ler no § 4º do art.225 que a Floresta Amazônica é patrimônio nacional...(“))

Para não esquecer que a Floresta Amazônica precisa da proteção de todos, ela, Juca de Oliveira e Victor Fasano, abriram uma página na Internet. Os três, hoje, multiplicaram e já somam mais de meio milhão de indignados (o endereço da página na Web é: www.amazoniaparasempre.com.br

Aplaudo Christiane Torloni pela iniciativa de recrutar "amigos da Amazônia". E por isso seu artigo de hoje em *O Globo* vai para os Anais do Senado, como parte integrante desse pronunciamento.

Encerro, lembrando que as posições de compositores, músicos, poetas e atores são de forte aconchego e de indispensável valia, pelo quê de amor que suas obras encerram. Foi assim quando os brasileiros se levantaram contra o período autoritário de 1964. Já agora, as vozes voltam a se manifestar, com o mesmo

amor pela Pátria e, no caso específico de Christiane, pela Grande Floresta Amazônia, que pede proteção.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**CARTA ABERTA DE ARTISTAS BRASILEIROS SOBRE A DEVASTAÇÃO DA
AMAZÔNIA**

Acabamos de comemorar o menor desmatamento da Floresta Amazônica dos últimos três anos: 17 mil quilômetros quadrados. É quase a metade da Holanda. Da área total já desmatamos 16%, o equivalente a duas vezes a Alemanha e três Estados de São Paulo. Não há motivo para comemorações. A Amazônia não é o pulmão do mundo, mas presta serviços ambientais importantíssimos ao Brasil e ao Planeta. Essa vastidão verde que se estende por mais de cinco milhões de quilômetros quadrados é um lençol térmico engendrado pela natureza para que os raios solares não atinjam o solo, propiciando a vida da mais exuberante floresta da terra e auxiliando na regulação da temperatura do Planeta.

Depois de tombada na sua pujança, estuprada por madeireiros sem escrúpulos, ateiaram fogo às suas vestes de esmeralda abrindo passagem aos forasteiros que a humilham ao semear capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias. Apesar do extraordinário esforço de implantarmos unidades de conservação como alternativas de desenvolvimento sustentável, a devastação continua. Mesmo depois do sangue de Chico Mendes ter selado o pacto de harmonia homem/natureza, entre seringueiros e indígenas, mesmo depois da aliança dos povos da floresta "pelo direito de manter nossas florestas em pé, porque delas dependemos para viver", mesmo depois de inúmeras sagas cheias de heroísmo, morte e paixão pela Amazônia, a devastação continua.

Como no passado, enxergamos a Floresta como um obstáculo ao progresso, como área a ser vencida e conquistada. Um imenso estoque de terras a se tornarem pastos pouco produtivos, campos de soja e espécies vegetais para combustíveis alternativos ou então uma fonte inesgotável de madeira, peixe, ouro, minerais e energia elétrica. Continuamos um povo irresponsável. O desmatamento e o incêndio são o símbolo da nossa incapacidade de compreender a delicadeza e a instabilidade do ecossistema amazônico e como tratá-lo.

Um país que tem 165.000 km² de área desflorestada, abandonada ou semi-abandonada, pode dobrar a sua produção de grãos sem a necessidade de derrubar uma única árvore. É urgente que nos tornemos responsáveis pelo gerenciamento do que resta dos nossos valiosos recursos naturais.

Portanto, a nosso ver, como único procedimento cabível para desacelerar os efeitos quase irreversíveis da devastação, segundo o que determina o § 4º, do Artigo 225 da Constituição Federal, onde se lê:

"A Floresta Amazônica é patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que **asseguem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais**"

Assim, deve-se implementar em níveis Federal, Estadual e Municipal **A
INTERRUPÇÃO IMEDIATA DO DESMATAMENTO DA FLORESTA
AMAZÔNICA. JÁ!**

É hora de enxergarmos nossas árvores como monumentos de nossa cultura e história.

SOMOS UM POVO DA FLORESTA!

Ideologia, também quero uma

CHRISTIANE TORLONI

Em junho do ano passado tive a oportunidade de ser entrevistada por nossa querida Ana Maria Braga. Que ao longo dos anos tem feito de seu programa uma verdadeira e democrática tribuna, onde pessoas, como eu, podem abrir seu coração e desabafar.

Havia sido assaltada, mais uma vez, no Rio de Janeiro (cidade que amo e que escolhi para viver e trabalhar) e estava muito, muito indignada com o abandono que assola não só nosso estado, como nosso país.

Na ocasião o "tal" desabafo começou a passar na internet, como aquelas "correntes do bem", que tentam contagiar as pessoas para que elas não percam a fé.

Recebi muitos e-mails e entre eles um que me tocou particularmente. Seu título era: "Por que choras, Torloni?"

Nele, seu autor literalmente me dava um "puxão de orelha", lembrando-me quem eu era e que, para alguém que tinha trabalhado e lutado tanto pelas "Diretas, Já", eu estava muito "lamurienta" e que, se eu queria tanto "salvar o mundo", por que não "arregaçava as mangas" outra vez e voltava ao trabalho???

Fiquei chocada!

Achei que "aquilo" — a entrevista — já fosse alguma coisa...

Enfim, em seguida comecei a gravar a minissérie "Amazônia" — de Galvez a Chico Mendes" e lá, sim, vi algo que realmente me chocou, sacudiu e despertou: as queimadas da nossa, e única, Floresta Amazônica brasileira.

A visão de restos de samaiúmas ("as mães da floresta"), castanheiras e um mar de outras árvores foi avassaladora — parecia Auschwitz, parecia Krajbberg — fauna e flora arrasadas, carbonizadas, nesse forno a céu aberto.

Logo encontrei meus pares nesta empreitada (a minissérie), que, como eu, também estavam indignados, chocados e naquele momento insones.

O que fazer?

Era horrível constatar que tantas árvores que ainda víamos em pé nossos filhos não veriam (e não verão).

E que ironia pensar que nós, em nossa inescrupulosa ambição e ignorância, esquecemos que o nosso país tem o nome de uma linda árvore: Brasil!

Como apagar as chamas da floresta e reacender as chamas patrióticas em nosso peito?

Dai nasceu a nossa carta/apelo/manifesto: do nosso coração — coração despedaçado diante da floresta desflorestada.

Desse coração brasileiro que an-

da batendo tão baixinho — de medo da violência, da corrupção, dos impostos, da aviação e do desgoverno — que até parece que se calou para sempre... Coração este, que, aparentemente, só lembra que é brasileiro e que precisa lutar quando chega a Copa ou o Pan...

Enfim, a nossa indignação não se traduziu em um "gesto obscuro" e sim em uma carta, que lembra outra, infelizmente tão esquecida e vilipendiada como nossa floresta: nossa Carta Magna, nossa Constituição. Lá se pode ler no Parágrafo 4º do Artigo 225 que "a Floresta Amazônica brasileira é patrimônio nacional e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso de recursos naturais".

E em nome de nossa floresta e de nossa Carta nos unimos: Juca de Oliveira, autor apaixonado do manifesto, Victor Fasano, querido e emocionado parceiro, e eu. No dia 2 de janeiro éramos só nós 3. E hoje, já em agosto, somos mais de meio milhão de indignados (veja em www.amazoniaparasempre.com.br).

Pessoas que também acreditam que uma idéia pode se transformar em uma bandeira e esta ser o espe-

lho desta que nos representa e protege, que é a Bandeira Nacional.

Em um Brasil de "mensalões", "dos-sis", "Gols" e "TAMs" sem resposta e sem respeito, sem a presença vigorosa e imediata do chefe da nação e de sua "primeira-dama" nos explicando, resolvendo e consolando, só mesmo a boa e atualíssima poesia do Cazuzu para nos convocar a "mostrar a nossa cara", pintada ou não, e, quem sabe, nos inspirar e encorajar a usar um outro artigo, da Constituição, tão bom quanto o citado anteriormente, que é o da Desobediência Civil — onde, como cidadãos, poderemos nos apoiar para fechar essa "torneira", que, aberta, nos custa mais de 11 milhões por minuto e bilhões por ano para pagar salários, benefícios e regalias a parlamentares que não têm nem idéias, nem ideologias e muito menos patriotismo para nos representar e defender.

P.S. 1: Agradeço ao autor do e-mail. Foi uma silenciosa e eficaz tsunami.

P.S. 2: Caro sr. presidente da República, vaias são um gesto — não obscuro — de indignação. Palavra que rima muito bem com demissão, exoneração e até cassação.

CHRISTIANE TORLONI é atriz.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, eu gostaria de fazer o registro aqui nesta casa, que na próxima sexta-feira (10) toma posse na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), no Estado do Rio Grande do Sul, o ex-deputado Heron de Oliveira. A solenidade terá a presença do ministro do Trabalho, Carlos Lupi.

O pedetista Heron de Oliveira será o 29º presidente da DRT/RS. Digno representante do trabalho e legítima liderança surgida no estado ele terá a árdua missão de comandar junto com sua equipe uma das mais importantes delegacias regionais do trabalho do país.

Em sua vida estudantil, ocupou cargos de direção em entidades como a União-Rio-pardense de Estudantes e a União Gaúcha de Estudantes. Como profissional de comunicação, trabalhou em diversas cidades, o que lhe permitiu conhecer com profundidade as dificuldades da população.

Por duas vezes o povo gaúcho o elegeu deputado estadual. Foi líder do PDT na Assembléia Legislativa. Foi subchefe da Casa Civil. Por 16 anos foi coordenador regional do PDT no vale do Taquari. Presidiu a Executiva Municipal do PDT em Lajeado. Antes de assumir no Legislativo foi presidente da Companhia Estadual de Desenvolvimento Industrial e Comercial.

Heron de Oliveira nasceu em Rio Pardo. Atualmente está radicado em Lajeado. Casado com Mara Sebold de Oliveira, é pai de Pietro.

Desejo ao amigo Heron de Oliveira total sucesso nesta nova empreitada.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, o último relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, a FAO, sobre a insegurança alimentar no mundo, traz dados preocupantes em termos globais.

Principalmente se confrontados com o compromisso estabelecido na Cúpula Mundial sobre a Alimentação, celebrado em Roma em 1996.

Naquela oportunidade, chefes de Estado e de Governo de 180 países incluíram entre as Metas de Desenvolvimento do Milênio a redução pela metade do número de pessoas subnutridas no mundo, no mais tardar até 2015.

Segundo o documento, decorridos mais de dez anos desde a Cúpula de Roma, ou seja, mais de metade do prazo fixado para o cumprimento da meta, o número de pessoas que passam fome permaneceu praticamente o mesmo.

De modo que se mantêm atuais aqueles números que, em sua frieza, não conseguem expressar a verdadeira dimensão dessa tragédia. Números, por exemplo, como o de crianças mortas no mundo, a cada ano, pela fome e pela desnutrição: cinco milhões.

Entretanto, para nós, brasileiros, as informações levantadas pela FAO, tornam o assunto um pouco mais suportável.

E, com certeza, a atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa é de fundamental importância para garantir que o Brasil possa alimentar seus milhões de brasileiros.

Criada em 26 de abril de 1973, durante esses mais de 34 anos a Embrapa tem sido uma empresa de fundamental importância para nosso País.

Com 38 Centros de Pesquisa, 3 Serviços e 11 Unidades Centrais, está consolidada como uma das grandes instituições de pesquisa do mundo.

Essa grandiosidade pode ser observada, por exemplo, na dimensão de seus recursos humanos e de seus investimentos.

Trabalham na Embrapa 8.600 empregados efetivos e 4.500 terceirizados. Dos empregados efetivos, 2.200 são pesquisadores: 45% com mestrado, e 53% com mestrado e doutorado.

Mas esses números de nada adiantariam, se deles não resultassem avanços científicos e tecnológicos significativos.

Esses números não diriam muita coisa se a eles não correspondessem benefícios econômicos e sociais para a população brasileira.

E é exatamente aqui, na avaliação dos avanços científicos e tecnológicos, na mensuração dos benefícios econômicos e sociais, que nos damos conta de quão relevante tem sido o papel da Embrapa.

Na extensa lista de suas realizações, a empresa tem, por exemplo, a transformação do Cerrado numa das maiores fronteiras agrícolas do mundo. Uma região que era pouco valorizada, uma região de cujo solo se falava com menosprezo, atualmente é responsável por 40% da produção brasileira de grãos e abriga, também, 40% de nosso rebanho bovino.

Outro feito da Embrapa foi a adaptação da soja a nossas condições climáticas.

Cultivada, inicialmente, apenas no sul do País, para aproveitar o clima temperado, a soja foi sendo adaptada às demais regiões, num processo que coloca o Brasil, hoje, como o segundo maior produtor mundial.

Mas esses, é claro, são apenas alguns exemplos.

Na verdade, o aperfeiçoamento generalizado das espécies, tanto de animais como de plantas,

tem sido uma conquista permanente da Embrapa, ao longo dos anos e das décadas.

Inúmeros exemplos poderiam ser dados do trabalho excelente da Embrapa que se traduzem em incontáveis benefícios ao país.

Benefícios que se traduzem, também, em avanços econômicos e sociais, isto é, em melhores condições de vida para nossa população.

Portanto, se os relatórios da FAO têm apontado o Brasil como um dos países em condições de cumprir as Metas de Desenvolvimento do Milênio referentes à segurança alimentar, boa parte do mérito se deve à Embrapa.

Com essa pequena síntese do grande trabalho da Embrapa, Senhor Presidente, creio que estamos mostrando a sua importância para o desenvolvimento de nosso país.

Temos um desafio enorme pela frente. Até 2015, se o Brasil quiser cumprir a meta estabelecida na Cúpula de Roma, ainda terá de diminuir em 5 milhões o número de pessoas com problemas de nutrição.

Nessa empreitada, o governo poderá contar com instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, seu excelente corpo técnico que há anos realiza um trabalho merecedor de todos os elogios.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 47 minutos.)

Ata da 123ª Sessão Não Deliberativa, em 10 de agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa, Cristovam Buarque e Sibá Machado

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos de lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI Nº 25, DE 2007-CN

MENSAGEM Nº 104, DE 2007-CN

(Nº 553/2007, na origem)

**Abre ao Orçamento Fiscal da União,
em favor do Ministério do Desenvolvimento
Agrário, crédito suplementar no valor de R\$**

**200.000.000,00, para reforço de dotações
constantes da Lei Orçamentária vigente.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor de Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), para atender à programação constante do anexo desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de excesso de arrecadação de recursos ordinários.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília

ORGAO : 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO
UNIDADE : 49101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

ANEXO			CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0351		AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF							100.000.000
		ATIVIDADES							
21 606	0351 4260	FOMENTO A ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL PARA AGRICULTORES FAMILIARES							100.000.000
21 606	0351 4260 0001	FOMENTO A ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL PARA AGRICULTORES FAMILIARES - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	50.000.000
			F	4	2	90	0	100	50.000.000
0352		ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR							100.000.000
		ATIVIDADES							
21 691	0352 2B81	AQUISICAO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR							90.000.000
21 691	0352 2B81 0001	AQUISICAO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - NACIONAL	F	5	2	90	0	100	90.000.000
21 122	0352 2B83	OPERACIONALIZACAO DA AQUISICAO, DA ARMAZENAGEM E DA REVENDA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - PAA							10.000.000
21 122	0352 2B83 0001	OPERACIONALIZACAO DA AQUISICAO, DA ARMAZENAGEM E DA REVENDA DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - PAA - NACIONAL	F	3	2	90	0	100	10.000.000
		TOTAL - FISCAL							200.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							200.000.000

MENSAGEM Nº 553

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 200.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 30 de julho de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM nº 161/2007/MP

Brasília, 12 de julho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

2. Uma parcela do crédito, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), permitirá atender as despesas de custeio e investimento necessárias à ampliação da prestação de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares, transmitindo-lhes os conhecimentos necessários para a elaboração de projetos consistentes, financeira e ambientalmente, a fim de possibilitar o acesso às linhas de crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF previstas no Plano Safra 2007/2008.

3. É oportuno ressaltar que o atraso na aprovação desses recursos inviabilizará a celebração de parcerias

com diversas entidades responsáveis pela prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, e conseqüentemente prejudicará os agricultores familiares na elaboração de projetos adequados à obtenção de linhas de crédito.

4. Em decorrência, esses agricultores familiares poderão ser induzidos à obtenção de financiamentos para projetos economicamente inviáveis, ocasionando inadimplência, pressões por renegociações de dívidas agrícolas, além do êxodo rural dos que não cumprirem seus compromissos.

5. É importante destacar que esse volume adicional de recursos, principalmente a parcela concernente a investimento, promoverá um ganho de escala em relação ao número de agricultores familiares atendidos, haja vista a redução dos custos médios em função da otimização dos gastos em assistência técnica e extensão rural.

6. A outra parcela, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), viabilizará a aquisição de produtos da agricultura familiar, compreendendo ações de comercialização vinculadas à formação de estoques estratégicos ou destinadas à revenda nos centros consumidores, com vistas a promover geração de renda e emprego nesses segmentos economicamente e socialmente desfavorecidos, além de atender gastos com a operacionalização da aquisição, a armazenagem e a revenda dos produtos adquiridos.

7. Esclareço, a propósito do que dispõe o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 – LDO-2007, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se trata de suplementação de despesas primárias à

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADANDO DE ATIVIDADE
 (Art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Fonte 00 - Recursos Ordinários		R\$ 1,00		
NATUREZA	2007		EXCESSO / FRUSTRAÇÃO O (C) = (B) - (A)	
	LEI (A)	Reestimativa (B)		
1110000				
0	Impostos	96.952.986.205	91.533.730.013	-5.419.256.192
1210000				
0	Contribuições Sociais	38.658.078.339	37.831.260.568	-826.817.771
1220000				
0	Contribuições Econômicas	2.415.792.527	2.459.105.434	43.312.907
1310000				
0	Receitas Imobiliárias	256.218.448	223.103.380	-33.115.068
1390000				
0	Outras Receitas Patrimoniais	19.457.496	30.264.600	10.807.104
1730000				
0	Transferências de Instituições Privadas	0	0	0
1740000				
0	Transferências do Exterior	35	615.572	615.537
1750000				
0	Transferências de Pessoas	30.680	66.158	35.478
1910000				
0	Multas e Juros de Mora	2.326.932.663	2.519.017.273	192.084.610
1920000				
0	Indenizações e Restituições	57.755.314	406.844.386	349.089.072
1930000				
0	Receita da Dívida Ativa	265.366.276	321.549.482	56.183.206
1990000				
0	Receitas Diversas	730.147.627	1.785.444.529	1.055.296.902
2210000				
0	Alienação de Bens Móveis	894.717	5.160.994	4.266.277
2460000				
0	Transferências de Outras Instituições Públicas	0	148.794	148.794
2590000				
0	Outras Receitas	1.537.586	1.243.509	-294.077
Total		141.685.197.913	137.117.554.692	-4.567.643.221
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (D)			0	
Créditos Extraordinários abertos (E)			1.310.030.131	
Créditos Suplementares e Especiais (F)			570.048.524	
- Abertos			675.000	
- Em tramitação (1)			569.373.524	
Outras modificações orçamentárias efetivadas (G)			-6.546.803.331	
Saldo (H) = (C-D-E-F-G)			99.081.455	

(1) Inclui o valor do presente crédito em 11.07.2007.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.451, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007.

LEI Nº 10.559, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2002.

Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

LEI Nº 11.354, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006.

Conversão da MPv nº 300, de 2006

Autoriza o Poder Executivo, na forma e condições estipuladas, a pagar valores devidos aos anistiados políticos de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e dá outras providências.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....
Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º *Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.* (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

LEI Nº 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Mensagem de veto

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar da Proposta Orçamentária de 2007, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no caput deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2007.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida; ou

III - precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III deste artigo quando decorrentes de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no caput deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º (VETADO)

§ 7º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 8º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 7º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 9º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 10. O texto da Lei Orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 11. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2007, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 12. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2006, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2007 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III - valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2006 por fonte de recursos.

§ 13. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 14. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 15. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta Lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 16. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 7 (sete) dias úteis do término dos prazos previstos no caput deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 17. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do caput deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

~~§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.~~

§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União. (Redação dada pela Lei nº 11.477, de 2007).

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Mensagem de veto

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no caput, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na

comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

DECRETO Nº 6.046, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007.

Texto compilado

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2007 e dá outras providências.

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007, observados os valores disponibilizados no Anexo I deste Decreto.

§ 1º Não se aplica o disposto no **caput** às dotações orçamentárias relativas:

I - aos grupos de despesa:

- a) “1 - Pessoal e Encargos Sociais”;
- b) “2 - Juros e Encargos da Dívida”; e
- c) “6 - Amortização da Dívida”;

II - às despesas financeiras, relacionadas no Anexo VI deste Decreto;

III - aos recursos de doações e de convênios; e

IV - às despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, não constantes do Anexo VII deste Decreto.

~~§ 2º As programações do Projeto Piloto de Investimentos Públicos - PPI somente poderão ser empenhadas após manifestação dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda.~~

§ 2º As programações do Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI, inclusive as decorrentes de créditos adicionais, somente poderão ser empenhadas após manifestação dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda. (Redação dada pelo Decreto nº 6.173, de 2007)

§ 3º Aplica-se às programações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, instituído pelo Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, o disposto no § 2º deste artigo.

§ 4º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos valores disponibilizados de acordo com este artigo.

(À Comissão Mista de Planos Orçamentos
Públicos e Fiscalização)

PROJETO DE LEI Nº 26, DE 2007-CN
MENSAGEM Nº 105, DE 2007-CN
(Nº 554/2007, na origem)

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 93.067.091,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007), em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 93.067.091,00 (noventa e três milhões, sessenta e sete mil e noventa e um reais), para atender à programação constante do anexo desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de excesso de arrecadação de recursos ordinários.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
UNIDADE : 33201 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ANEXO

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P D	R M O D	I O D	U D	F T E	VALOR
0083		PREVIDENCIA SOCIAL BASICA							48.553.400
		ATIVIDADES							
09 271	0083 2593	FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA PREVIDENCIA SOCIAL							48.553.400
09 271	0083 2593 0001	FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA PREVIDENCIA SOCIAL - NACIONAL							48.553.400
			S	3	2	90	0	100	48.553.400
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									48.553.400
TOTAL - GERAL									48.553.400

ORÇAO : 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
 UNIDADE : 55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0068		ERRADICACAO DO TRABALHO INFANTIL							12.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
08 243	0068 09JB	CONCESSAO DE BOLSA A CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO							12.000.000
08 243	0068 09JB 0001	CONCESSAO DE BOLSA A CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO - NACIONAL	S	3	2	40	0	100	12.000.000
1384		PROTECAO SOCIAL BASICA							32.513.691
		ATIVIDADES							
08 244	1384 2A60	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS							24.601.299
08 244	1384 2A60 0001	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NACIONAL							5.906.752
08 244	1384 2A60 0011	FAMILIA REFERENCIADA (UNIDADE) 380 SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DE RONDONIA	S	3	2	40	0	100	5.906.752
08 244	1384 2A60 0014	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DE RORAIMA	S	3	2	40	0	100	173.742
08 244	1384 2A60 0015	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO PARA	S	3	2	40	0	100	56.948
08 244	1384 2A60 0017	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO TOCANTINS	S	3	2	40	0	100	1.267.824
08 244	1384 2A60 0021	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO MARANHAO	S	3	2	40	0	100	1.267.824
08 244	1384 2A60 0022	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO PIAUI	S	3	2	40	0	100	457.227
08 244	1384 2A60 0023	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO CEARA	S	3	2	40	0	100	457.227
08 244	1384 2A60 0024	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	2	40	0	100	1.333.471
08 244	1384 2A60 0025	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DA PARAIBA	S	3	2	40	0	100	1.333.471
08 244	1384 2A60 0026	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	3	2	40	0	100	1.242.724
08 244	1384 2A60 0028	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DE SERGIPE	S	3	2	40	0	100	1.242.724
08 244	1384 2A60 0029	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DA BAHIA	S	3	2	40	0	100	1.051.579
08 244	1384 2A60 0031	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	S	3	2	40	0	100	1.051.579
08 244	1384 2A60 0032	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	S	3	2	40	0	100	961.738
08 244	1384 2A60 0033	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	2	40	0	100	961.738
08 244	1384 2A60 0035	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DE SAO PAULO	S	3	2	40	0	100	1.224.361
08 244	1384 2A60 0041	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO PARANA	S	3	2	40	0	100	1.516.992
08 244	1384 2A60 0042	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	S	3	2	40	0	100	1.516.992
08 244	1384 2A60 0043	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	2	40	0	100	326.078
08 244	1384 2A60 0051	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO	S	3	2	40	0	100	808.876
08 244	1384 2A60 0052	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DE GOIAS	S	3	2	40	0	100	808.876
08 244	1384 2A60 0054	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	S	3	2	40	0	100	1.956.073
			S	3	2	40	0	100	1.956.073
			S	3	2	40	0	100	367.911
			S	3	2	40	0	100	367.911
			S	3	2	40	0	100	400.164
			S	3	2	40	0	100	2.716.851
			S	3	2	40	0	100	2.716.851
			S	3	2	40	0	100	850.220
			S	3	2	40	0	100	850.220
			S	3	2	40	0	100	305.397
			S	3	2	40	0	100	305.397
			S	3	2	40	0	100	807.880
			S	3	2	40	0	100	807.880
			S	3	2	40	0	100	268.997
			S	3	2	40	0	100	268.997
			S	3	2	40	0	100	339.226
			S	3	2	40	0	100	339.226
			S	3	2	40	0	100	260.268
			S	3	2	40	0	100	260.268

MENSAGEM Nº 554

EM nº 162/2007-MP

Brasília, 17 de julho de 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 93.067.091,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 30 de julho de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar projeto de lei que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007) crédito suplementar no valor global de R\$ 93.067.091,00 (noventa e três milhões, sessenta e sete mil e noventa e um reais), em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme demonstrado a seguir:

Órgão/Unidade	R\$ 1,00	
	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério da Previdência Social	48.553.400	0
Instituto Nacional do Seguro Social	48.553.400	0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	44.513.691	0
Fundo Nacional de Assistência Social	44.513.691	0
Excesso de Arrecadação de Recursos Ordinários	0	93.067.091
Total	93.067.091	93.067.091

2. O crédito ao Ministério da Previdência Social possibilitará a ampliação da Central de Teleatendimento da Previdência Social, passando de 878 para 1.478 posições de atendimento, permitindo a requisição de benefícios e a marcação de perícias médicas por telefone, com o objetivo de diminuir as filas de atendimento nos postos do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Permitirá, ainda, a continuidade do pagamento das despesas com o funcionamento das unidades descentralizadas do INSS.

3. No que tange ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a suplementação garantirá a continuidade da concessão de bolsas a crianças e adolescentes em situação de trabalho, no âmbito do programa Erradicação do Trabalho Infantil, bem como do financiamento dos serviços de proteção social básica às famílias e específicos de proteção social básica.

4. O presente crédito será viabilizado mediante projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, com recursos provenientes de excesso de arrecadação de recursos ordinários, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320,

de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

5. Ressalte-se, a propósito do que determina o art. 63, § 14, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 – LDO-2007, que a abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que se refere a suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias, e que o art. 1º, § 4º, do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

6. Em atendimento ao disposto no art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 2006, LDO-2007, demonstra-se, em quadro anexo, o excesso de arrecadação de recursos ordinários utilizado parcialmente no presente crédito.

7. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que visa a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva**.

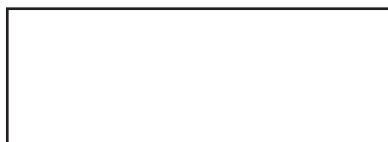
DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 63, § 11, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006)

Fonte 00 - Recursos Ordinários

R\$ 1,00

NATUREZA	2007		EXCESSO / FRUSTRAÇÃO (C) = (B) - (A)
	LEI (A)	REESTIMATIVA (B)	
11100000 Impostos	96.952.986.205	91.533.730.013	-5.419.256.192
12100000 Contribuições Sociais	38.658.078.339	37.831.260.568	-826.817.771
12200000 Contribuições Econômicas	2.415.792.527	2.459.105.434	43.312.907
13100000 Receitas Imobiliárias	256.218.448	223.103.380	-33.115.068
13900000 Outras Receitas Patrimoniais	19.457.496	30.264.600	10.807.104
17300000 Transferências de Instituições Privadas	0	0	0
17400000 Transferências do Exterior	35	615.572	615.537
17500000 Transferências de Pessoas	30.680	66.158	35.478
19100000 Multas e Juros de Mora	2.326.932.663	2.519.017.273	192.084.610
19200000 Indenizações e Restituições	57.755.314	406.844.386	349.089.072
19300000 Receita da Dívida Ativa	265.366.276	321.549.482	56.183.206
19900000 Receitas Diversas	730.147.627	1.785.444.529	1.055.296.902
22100000 Alienação de Bens Móveis	894.717	5.160.994	4.266.277
24600000 Transferências de Outras Instituições Públicas	0	148.794	148.794
25900000 Outras Reccitas	1.537.586	1.243.509	-294.077
Total	141.685.197.913	137.117.554.692	-4.567.643.221
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (D)			0
Créditos Extraordinários abertos (E)			1.310.030.131
Créditos Suplementares e Especiais (F)			570.048.524
- Abertos			675.000
- Em tramitação (1)			569.373.524
Outras modificações orçamentárias efetivadas (G)			-6.546.803.331
Saldo (H) = (C-D-E-F-G)			99.081.455

(1) Inclui o valor do presente crédito em 12.07.2007



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.451, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007.

LEI Nº 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar da Proposta Orçamentária de 2007, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no caput deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2007.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida; ou

III - precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III deste artigo quando decorrentes de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no caput deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º (VETADO)

§ 7º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 8º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 7º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 9º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 10. O texto da Lei Orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 11. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2007, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 12. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2006, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2007 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III - valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2006 por fonte de recursos.

§ 13. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 14. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 15. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta Lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 16. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 7 (sete) dias úteis do término dos prazos previstos no caput deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 17. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do caput deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

~~§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.~~

§ 18. Excetuam-se do disposto no § 17 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos adicionais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União. (Redação dada pela Lei nº 11.477, de 2007).

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

.....

DECRETO Nº 6.046, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007.

Texto compilado

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2007 e dá outras providências.

.....

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007, observados os valores disponibilizados no Anexo I deste Decreto.

§ 1º Não se aplica o disposto no **caput** às dotações orçamentárias relativas:

I - aos grupos de despesa:

a) “1 - Pessoal e Encargos Sociais”;

b) “2 - Juros e Encargos da Dívida”; e

c) “6 - Amortização da Dívida”;

II - às despesas financeiras, relacionadas no Anexo VI deste Decreto;

III - aos recursos de doações e de convênios; e

IV - às despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, não constantes do Anexo VII deste Decreto.

~~§ 2º As programações do Projeto Piloto de Investimentos Públicos - PPI somente poderão ser empenhadas após manifestação dos Ministérios de Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda.~~

§ 2º As programações do Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI, inclusive as decorrentes de créditos adicionais, somente poderão ser empenhadas após manifestação dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda. (Redação dada pelo Decreto nº 6.173, de 2007)

§ 3º Aplica-se às programações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, instituído pelo Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, o disposto no § 2º deste artigo.

§ 4º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de despesa “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos valores disponibilizados de acordo com este artigo.

(A Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os projetos lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006 – CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação dos Projetos:

Leitura: 10-8-2007

até 15-8 publicação e distribuição de avulsos;

até 23-8 prazo final para apresentação de emendas;

até 28-8 publicação e distribuição de avulsos das emendas; e

até 12-9 encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência recebeu a **Mensagem nº 126, de 2007** (nº 551/2007, na origem), de 30 de julho último, pela qual o Presidente da República, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América, destinada ao financiamento do “Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Segunda Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP)”, inserido na Linha de Crédito Condicional concedida pelo BID ao BNDES, no valor equivalente a até três bilhões de dólares dos Estados Unidos da América.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 127, DE 2007

(Nº 573/07, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Alcides Gastão Rostand Prates, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas.

Os méritos do Senhor Alcides Gastão Rostand Prates que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de agosto de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 205 MRE DP/DSESGEX/AFEPA/G – APES

Brasília, 31 de julho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Alcides Gastão Rostand Prates, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Senhor Alcides Gastão Rostand Prates que, juntamente com a mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES

CPF.: 6244580087

RG: 6549– MRE

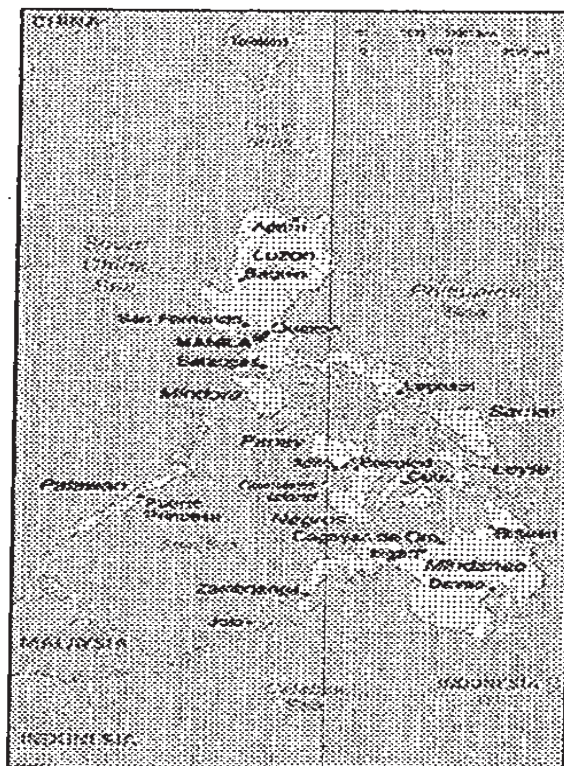
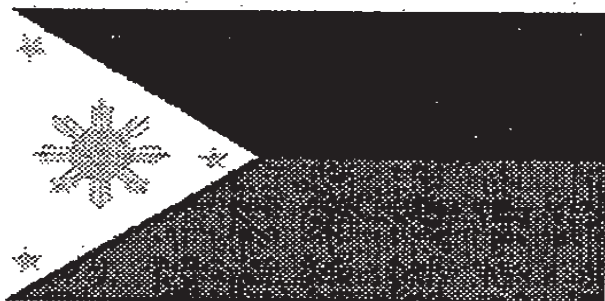
08/08/1947	Filho de Mário Conceição Prates e Almia Rostand Prates, nasce em 8 de agosto, em São Gabriel/RS
26/12/1974	Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS
04/04/1976	CPCD, IRBR
17/10/1977	Terceiro Secretário em 17 de outubro
18/10/1977	Divisão da Europa-I, assistente
03/09/1979	Consulado-Geral em Hong Kong, Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunto
12/12/1979	Segundo Secretário em 12 de dezembro
15/09/1981	CAD, IRBr
25/04/1982	Embaixada em Roma, Segundo Secretário
01/06/1983	XVIII Sessão do Grupo Intergovernamental da FAO sobre Fibras Duras, Arusha, Tanzânia, Chefe de delegação
10/10/1985	Medalha Mérito Santos-Dumont, Brasil
30/01/1986	Divisão do Oriente Próximo-I, assessor
18/02/1986	Ordem "Al Merito della Repubblica Italiana", Itália, Cavaleiro
11/12/1986	Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, assessor e Chefe, substituto
29/10/1987	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
17/12/1987	Primeiro Secretário em 17 de dezembro
01/01/1989	Normas de Conduta para Cientistas na Antártida Destinadas à Proteção do Meio Ambiente e à Garantia da Continuidade de Projetos Científicos Antárticos, in Ciências Atmosféricas e Espaciais na Antártica (diversos autores), INPE, São José dos Campos/SP
10/05/1989	Departamento Cultural, assessor
09/05/1990	Departamento Econômico, Coordenador Executivo, substituto
12/10/1990	Delegação Permanente em Genebra, Primeiro Secretário e Conselheiro
15/12/1993	Conselheiro em 15 de dezembro

23/02/1994	Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, assessor
29/03/1994	Divisão do Mercado Comum do Sul, Chefe
01/07/1994	Divisão da Ásia e Oceania-I, Chefe
28/11/1995	CAE, IRBr, OMC Para Quê ? (Crônica de uma Negociação e Comentários sobre seus Resultados)
01/07/1996	O Brasil e a Coordenação entre os Países de Porte Continental numa Perspectiva Atual, Revista Brasileira de Política Internacional, IBRI, Ano 39, nr. 2
02/01/1997	Embaixada em Moscou, Conselheiro
01/01/1998	Comentários sobre o Acordo Constitutivo da OMC, in Guerra Comercial ou Integração Mundial pelo Comércio (diversos autores), LTr Editora, São Paulo
09/08/1999	Divisão de Política Comercial, Chefe
01/09/1999	VI Reunião do Grupo de Acesso a Mercados da ALCA, Miami, Chefe de delegação (até 2001)
15/09/1999	Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados da ALCA, Coordenador (1999/2001)
17/09/1999	Grupo de Negociação sobre Subsídios, "Anti-Dumping" e Medidas Compensatórias da ALCA, Coordenador, (1999/2001)
18/09/1999	Grupo de Negociação sobre Compras Governamentais da ALCA, Coordenador (1999/2001)
19/09/1999	Grupo de Negociação sobre Política da Concorrência da ALCA, Coordenador (1999/2001)
20/09/1999	Grupo de Negociação sobre Solução de Controvérsias da ALCA, Coordenador (1999/2001)
22/09/1999	Grupo de Negociação sobre Propriedade intelectual da ALCA, Coordenador (1999/2001)
23/09/1999	Comitê Conjunto de Peritos do Governo e do Setor Privado sobre Comércio Eletrônico da ALCA, Coordenador (1999/2001)
24/09/1999	CAD, IRBr, Professor
15/12/1999	Ministro de Segunda Classe em 15 de dezembro
01/06/2000	Consultas Brasil/Estados Unidos na OMC sobre a Lei de Propriedade Industrial Brasileira (Patentes), no contencioso "Brasil-Medidas que afetam a proteção patentária", Genebra, Chefe de delegação
18/09/2000	XXXIX CAD, IRBr, professor
01/04/2001	Consultas Brasil/Estados Unidos na OMC sobre a Lei de Patentes dos Estados Unidos no contencioso "Estados Unidos-Código de patentes dos EUA", Genebra, Chefe de delegação
01/06/2001	Reunião do Conselho do "International Textiles and Clothing Bureau (ITCB)", Rio de Janeiro, Presidente e Chefe de delegação
09/03/2002	Embaixada em Hanói, Embaixador
01/04/2002	Reunião do Conselho do "International Textiles and Clothing Bureau (ITCB)", Hanói, Chefe de delegação
17/09/2003	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil
29/06/2007	Ministro de Primeira Classe


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

FILIPINAS



Ministério das Relações Exteriores
Departamento da Ásia e Oceania
Divisão da Ásia e Oceania II

Brasília, Julho de 2007

DADOS BÁSICOS*– República das Filipinas

CAPITAL:	Manila
ÁREA:	300 mil km ² (pouco menor que o estado do Maranhão)
POPULAÇÃO (2006):	89,5 milhões
PRINCIPAIS IDIOMAS:	Filipino e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica (80%), Muçulmana (5%), Evangélica (2%)
SISTEMA POLÍTICO:	República Presidencialista
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Gloria Macapagal-Arroyo
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Alberto Romulo
PIB (2006):	US\$ 116,9 bilhões
PIB PER CAPITA (2006):	US\$ 5.000 (PPP)
EXPORTAÇÕES (2006):	US\$ 46 bilhões
PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO:	Produtos eletrônicos e semicondutores
PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES:	EUA, Japão, China, Holanda
IMPORTAÇÕES (2006):	US\$ 53 bilhões
PRINCIPAIS PRODUTOS DE IMPORTAÇÃO:	Produtos eletrônicos, combustíveis fósseis e equipamento de transporte
PRINCIPAIS PAÍSES DE ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES:	EUA, Japão, Cingapura e Taiwan
UNIDADE MONETÁRIA:	Peso filipino
EMBAIXADORA DAS FILIPINAS NO BRASIL:	Teresita V. G. Barsana

* Dados econômicos obtidos do Current Report, The Economist Intelligence Unit, July 2007

SUMÁRIO EXECUTIVO

As Ilhas Filipinas foram colonizadas pela Espanha a partir do Século XVI. Em 1898, após a guerra entre os EUA e a Espanha, foram cedidas aos norte-americanos. Durante parte da Segunda Guerra Mundial, ficaram sob ocupação japonesa. Entre 1944 e 1945, filipinos e norte-americanos lutaram juntos para recuperar o controle do país. Em 4 de julho de 1946, os filipinos alcançaram sua independência.

Em 1965, Ferdinando Marcos foi eleito Presidente, tendo assumido poderes ditatoriais em 1972. Sua longa permanência no poder (21 anos) findou em 1986, quando grandes mobilizações populares ("people power"), aliadas à oposição que lhe fizeram a Igreja Católica e altos mandos militares, levaram-no ao exílio e instalaram Corazón Aquino na presidência.

A gestão de Corazón Aquino foi marcada por tentativas de estabilizar a política e desenvolver a economia. Em 1992, o ex-General Fidel Ramos, que participou ativamente da deposição de Ferdinando Marcos, foi eleito para substituir a Presidente Aquino. Sua administração foi marcada por grande estabilidade e progresso nas reformas políticas e econômicas. Naquele mesmo ano, os EUA fecharam a importante base naval de Subic Bay.

Em 2001, o Presidente Joseph Estrada, eleito em 1998, foi impedido por corrupção, tendo sido substituído pela Vice-Presidente Gloria Macapagal-Arroyo. Tida como uma economista competente e considerada parte da elite política do país (seu pai foi Presidente da República no início dos anos 60), Glória Macapagal-Arroyo foi eleita, em maio de 2004, para um mandato de seis anos. Seu Governo tem enfrentado dificuldades, devido a acusações de fraude nas eleições e corrupção. Para fazer face a duas tentativas de impedimento, apresentou proposta de instalação do parlamentarismo, a qual não se consumou.

A sociedade filipina encontra-se marcada tanto por sua herança espanhola, que se revela na disseminação da fé católica por mais de 80 por cento da população e de uma Igreja dotada de alto grau de influência política, como pela influência norte-americana.

As Filipinas integram o G-20 e o Grupo de Cairns. O país é também membro fundador da ASEAN.

No plano bilateral, as relações são cordiais, mas carecem, ainda, de maior densidade. Há poucas visitas de altas autoridades, e mesmo em nível técnico. O comércio bilateral, embora relativamente modesto (US\$ 615 milhões em 2006), tem aumentado ano a ano. Atualmente, há

dois acordos bilaterais vigentes entre o Brasil e as Filipinas, sobre isenção de vistos de turismo e sobre prevenção de bitributação. Além destes, estão negociação cinco acordos, sobre comércio; cooperação científica e tecnológica; cooperação cultural; cooperação penal; e extradição. Foi assinado, por ocasião da 61ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 2006, Memorando de Entendimento sobre a Criação de um Mecanismo de Consulta Política entre os dois países.

POLÍTICA INTERNA

As Filipinas são uma república presidencialista, com sistema legislativo bicameral. O Senado é composto por 24 assentos, sendo a metade eleita a cada três anos, por voto popular, para um mandato de seis anos. A Casa dos Representantes é formada por 212 membros, em representação dos distritos, eleitos por voto popular para mandato de três anos. O país está dividido em 79 províncias.

Ultimamente, o Governo da Presidente Gloria Macapagal-Arroyo tem enfrentado sérias dificuldades políticas. Arroyo foi reeleita para um mandato de seis anos, em junho de 2004, após derrotar seu principal rival, a ex-astro de cinema Fernando Poe Junior. Entretanto, um ano depois seus índices de popularidade caíram, em meio a alegações da oposição de que as eleições de 2004 teriam sido fraudadas. A oposição também tem acusado seu esposo e outros membros de sua família de corrupção. Duas tentativas de demovê-la do cargo por meios constitucionais (impedimento) falharam.

Arroyo tem enfrentado o desafio de cumprir suas promessas de campanha, no sentido de criar empregos e melhorar o nível de vida da população. As reformas sociais e econômicas introduzidas durante seu primeiro mandato pouco impacto tiveram na diminuição da pobreza e da dívida do país. Ela advoga a necessidade de uma reforma constitucional, baseada na proposta de mudar o sistema de governo do país, do presidencialismo para o parlamentarismo.

O Governo da Presidente Macapagal-Arroyo tem adotado uma linha dura em defesa da lei e da ordem e mantém estreita aliança com os EUA, em sua política de “guerra ao terrorismo”.

Gloria Arroyo provém da elite política das Filipinas. Economista de formação, seu pai foi Presidente da República no começo dos anos 60. Ascendeu da Vice-Presidência para a

Presidência em 2001, após os protestos populares que derrubaram seu predecessor, Joseph Estrada. Em 2003, derrotou uma tentativa de golpe por militares sublevados.

As Filipinas sofrem há décadas com as guerrilhas islâmicas no Sul do país. Grupos como o Abu Sayaf – classificado como terrorista pelas autoridades norte-americanas – têm mantido atividade freqüente, principalmente na ilha de Mindanau. O país apresenta também a taxa de natalidade mais alta na Ásia.

POLÍTICA EXTERNA

Os Estados Unidos sempre desempenharam papel central, tanto na política como na economia das Filipinas, desde a independência do país. Nos anos 80, por exemplo, os norte-americanos influenciaram na queda do ditador Ferdinando Marcos e na consolidação da administração de sua sucessora, Corazón Aquino.

Gloria Macapagal-Arroyo tem buscado intensificar a aliança com os EUA, com base na adoção de uma postura comum no combate ao terrorismo (as forças armadas filipinas enfrentam há anos a insurgência de rebeldes muçulmanos no sul do país). As Filipinas enviaram um contingente militar para o Iraque, que foi retirado em julho de 2004, depois de seqüestro de cidadão filipino por insurgentes islâmicos naquele país.

A ascensão do Presidente Fidel Ramos, em 1992, implicou certa inflexão na política externa do país, que passou a voltar-se também à Europa e aos vizinhos asiáticos. O Japão tem adquirido importância crescente na agenda internacional filipina, em razão de ser o maior provedor de fundos de ajuda, além de ter superado os Estados Unidos como principal fonte dos fluxos de investimentos privados diretos.

Ante o robustecimento do poder norte-americano, as Filipinas têm aproveitado as vantagens da particularidade de suas relações históricas com os EUA, a fim de obterem cooperação para enfrentar alguns de seus mais sérios problemas internos (questão muçulmana e violência no sul, a guerrilha comunista no norte, o atraso econômico e social em diversas áreas). Na visão norte-americana em relação às Filipinas, predominam interesses estratégicos.

É muito valorizada no país a iniciativa, lançada pelas Filipinas nas Nações Unidas, intitulada "diálogo entre credos", concebida como meio de aploinar divergências de origem religiosa.

Com relação à reforma das Nações Unidas, as Filipinas sustentam que deve ser buscado o consenso e levadas em conta as posições dos membros do Conselho de Segurança. Até o presente, as Filipinas defendem apenas a inclusão do Japão em um Conselho de Segurança ampliado, apesar de, segundo a Embaixada em Manila, já terem sido feitos acenos para a participação indonésia, como representante do mundo muçulmano.

As Filipinas são membros fundadores da ASEAN, cuja presidência ocupou em agosto de 2005. Em janeiro de 2007, teve lugar, em Cebu, a 12ª Reunião de Cúpula da ASEAN e o segundo "East Asian Summit".

Apesar das relações modestas com a América Latina, as Filipinas sediaram, em 2004, a II Reunião Ministerial do FOCALAL.

A participação na Associação das Nações do Sudeste Asiático ("Association of Southeast Asian Nations" – ASEAN) ocupa espaço crescente na agenda diplomática das Filipinas, que buscam valer-se da força do mecanismo para compensar seu reduzido peso político e econômico. Interessa às Filipinas, por exemplo, buscar o endosso dos países da ASEAN para iniciar negociações com a China, sobre contendas territoriais em torno das pequenas Ilhas Spratleys e o Mischief Reef.

No âmbito da ASEAN, o AFTA (ASEAN Free Trade Agreement) é tecnicamente o único Acordo de Livre Comércio (ALC) já firmado pelos seus membros. A vigência do AFTA trouxe um forte incremento do comércio intra-regional, transformando a ASEAN no quinto parceiro comercial das Filipinas, após os EUA, Japão, União Européia e China.

Os demais instrumentos assinados pela ASEAN com terceiros países são ou acordos-quadro para nortear futuras negociações (Framework Agreements), ou acordos comerciais para setores específicos. Encontram-se atualmente em negociação acordos comerciais da ASEAN com Japão, China, Coreia, Austrália, Nova Zelândia e Índia, e recentemente, em Brunei, foi formalizado o início das negociações com a União Européia. Com os EUA, foi firmado um acordo-quadro, ou "arranjo", denominado "Trade and Investment Arrangement" genérico (os norte-americanos resistiram em incorporar o termo "agreement" no documento), após o qual os países deverão negociar acordos específicos. Existem, também, conversações muito preliminares com a Rússia e o Paquistão.

A China é o país com que a ASEAN vem sendo mais prolífica na assinatura de acordos. Tem sido preferência dos países do grupo que essas negociações ocorram por estágios, em vez

de um "single undertaking". As Filipinas foram inicialmente mais reticentes em aderir a essas negociações, e hoje detêm um tratamento especial, junto com a Indonésia, que lhe assegura dois anos a mais no programa de desgravamento. Por outro lado, a abertura do mercado chinês para investimentos imobiliários pode ser de grande interesse para capitais filipinos.

As Filipinas não têm priorizado, na sua política externa, a negociação de acordos de livre comércio bilaterais. Não se identifica no Governo filipino tendência para engajar o país numa negociação bilateral comercial mais ampla, seja por este não se considerar um "major player" no comércio internacional, e não possuir estrutura adequada para negociações de grande porte, seja porque suas principais exportações (componentes eletrônicos, especialmente LCDs) já gozam de tarifas reduzidas nos mercados da ASEAN. Oficialmente, o Governo filipino considera que a negociação de ALCs deve realizar-se com países considerados estratégicos e ir além dos compromissos já acordados na OMC, preferindo-se a opção multilateral para aproveitar a força regional da ASEAN nas negociações do gênero.

O único acordo de livre comércio bilateral firmado pelas Filipinas foi com o Japão, em 2006. Mesmo assim, o instrumento não entrou em vigor, por não ter sido ainda ratificado pelo Senado filipino.

Com os EUA, tem havido ao longo dos últimos anos tênues contatos, sobre a possibilidade de iniciarem-se conversações para a negociação de um ALC com aquele país. Entretanto, os EUA vêm condicionando o início do diálogo formal a modificações profundas da legislação filipina, para adaptá-la a requisitos legais norte-americanos.

ECONOMIA

O PIB atingiu US\$ 116,9 bilhões em 2006. As Filipinas foram um dos países menos afetados pela crise financeira asiática de 1998. Contribuíram, para tanto, as remessas estrangeiras anuais de US\$ 6-7 bilhões, recebidas de filipinos que vivem no exterior.

O principal setor da economia é o de serviços (54,2%). Segue-se o setor industrial (31,6%), composto principalmente por indústrias de equipamentos eletrônicos, maquinaria e transportes, vestuário, produtos de coco e químicos. Por fim, vem o setor agrícola (14,2%), em que se destacam arroz, coco, cana-de-açúcar, frutas, carnes suína e bovina, ovos e peixes. (Dados de 2007).

As Filipinas são a quinta maior economia da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e desfrutam de tratamento especial diferenciado, no programa de desgravação tarifária intrabloco.

RELAÇÕES BRASIL-FILIPINAS

Estabelecidas na década de 60, as relações do Brasil com as Filipinas são cordiais, mas pouco densas.

O comércio bilateral é modesto (US\$ 615 milhões em 2006), apesar de vir crescendo ano a ano.

Registram-se poucas iniciativas, nos últimos anos, de visitas de altas autoridades entre os dois países.

Em setembro de 2006, o Ministro da Agricultura das Filipinas participou de Reunião do G-20 no Rio de Janeiro, no que foi a primeira viagem de alta autoridade filipina ao Brasil.

Em 2005, teve lugar em Manila Reunião da União Internacional de Parlamentares, ocasião em que um grupo de Deputados e Senadores brasileiros esteve na capital filipina por aproximadamente uma semana.

Nos primeiros meses de 2003, autoridade militar naval filipina atendeu a convite para assistir a uma exposição no Brasil, e em agosto de 2003, o Vice-Ministro de Reforma Agrária visitou o Brasil, a fim de examinar possibilidades, que se revelam promissoras, de cooperação no assunto, com o apoio da FAO.

Em março de 2001, Enviada Especial da Presidente das Filipinas e Subsecretária para Relações Econômicas Internacionais da Chancelaria – que participou da Primeira Reunião do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), em Santiago, celebrada logo a seguir – visitou Brasília, ocasião em que tratou de alguns assuntos, como coordenação em foros multilaterais; cooperação em informática; etanol; esportes etc. Em agosto de 2007, o Chanceler das Filipinas deverá participar da III Reunião Ministerial do FOCALAL, em Brasília.

Há dois acordos bilaterais vigentes entre o Brasil e as Filipinas, sobre isenção de vistos de turismo e sobre prevenção de bitributação. Estão em negociação cinco acordos, que versam sobre comércio; cooperação científica e tecnológica; cooperação cultural;

cooperação penal; e extradição. Foi assinado, em 2006, Memorando de Entendimento sobre a Criação de um Mecanismo de Consulta.

COMÉRCIO BILATERAL

Foi a seguinte a evolução do intercâmbio bilateral desde 1990 (em US\$ FOB):

ANO	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio
1990	146.248.172	5.246.454	141.001.718	151.494.626
1991	135.822.270	4.878.936	130.943.334	140.701.206
1992	182.403.395	8.726.423	173.676.972	191.129.818
1993	204.917.548	8.356.031	196.561.517	213.273.579
1994	217.309.656	13.986.993	203.322.663	231.296.649
1995	275.128.734	31.219.225	243.909.509	306.347.959
1996	322.131.870	25.992.705	296.139.165	348.124.575
1997	214.244.748	42.569.449	171.675.299	256.814.197
1998	98.291.874	62.487.222	35.804.652	160.779.096
1999	82.680.133	70.164.760	12.515.373	152.844.893
2000	101.575.922	125.095.845	-23.519.923	226.671.767
2001	83.159.369	120.651.404	-37.492.035	203.810.773
2002	126.659.933	186.221.535	-59.561.602	312.881.468
2003	117.427.379	241.462.084	-124.034.705	358.889.463
2004	243.216.631	209.002.476	34.214.155	452.219.107.
2005	244.174.607	282.531.283	-38.356.676	526.705.890
2006	272.584.288	343.065.237	-70.480.949	615.454.525
2006*	134.074.251	193.681.675	-59.607.424	327.755.926
2007*	172.111.298	147.180.302	24.930.996	319.291.600

* Dados referentes ao período janeiro-junho.

Como se pode observar, o comércio bilateral vem apresentando tendência de crescimento desde 2001, tendo alcançado em 2006 volume mais de 300% maior do que naquele ano.

Os principais produtos a comporem a pauta de exportações brasileiras para as Filipinas em 2006 foram minério de ferro (cerca de 36 %), carne bovina congelada (aproximadamente 15%), e fumo (quase 9%). As importações brasileiras oriundas das Filipinas, por sua vez, compuseram-se principalmente (85%) de equipamentos eletrônicos para computação, tv, celulares e microcontroladores.

CRONOLOGIA - PRINCIPAIS FATOS

- 1542 - Expedição espanhola se apossa das ilhas.
- 1898 - Derrota da Frota espanhola na Baía de Manila. Início do protetorado dos EUA.
- 1899 - Início da insurgência contra as forças de ocupação dos EUA.
- 1901 - O líder dos insurgentes, Emilio Aguinaldo, é capturado.
- 1902 - Governo civil norte-americano substitui Governo militar.
- 1907 - Uma Assembléia filipina começa a funcionar.
- 1935 - Plebiscito cria Comunidade das Filipinas. Manuel Quezon é o 1º Presidente.
- 1941 - O Japão ataca e invade as Filipinas.
- 1944 - Forças dos EUA retomam as ilhas.
- 1951 - Acordo de Paz assinado com o Japão.
- 1965 - Ferdinando Marcos torna-se Presidente.
- 1969 - Marcos é reeleito em meio a acusações de fraude.
- 1972 - Marcos declara lei marcial.
- 1973 - Nova Constituição confere a Marcos poderes absolutos.
- 1977 - Líder oposicionista Benigno Aquino é condenado à morte.
- 1980 - Aquino recebe permissão para viajar aos EUA para tratamento médico.
- 1981 - Fim da lei marcial. Marcos vence as eleições presidenciais.
- 1983 - Ao retornar às Filipinas, Aquino é assassinado.
- 1986 - Protestos populares põem fim à ditadura Marcos. Corazón Aquino torna-se Presidente.
- 1989 - Aviões dos EUA ajudam o Governo filipino a derrotar tentativa de golpe (dezembro).
- 1990 - Oficiais militares são condenados pelo assassinato de Benigno Aquino.
- 1992 - Fidel Ramos vence as eleições presidenciais. EUA fecha a Base Naval de Subic Bay.
- 1996 - Acordo de Paz entre o Governo e a Frente Moro de Libertação Nacional.
- 1998 - Joseph Estrada eleito Presidente
- 2001 - Estrada cai, após protestos populares. Gloria Arroyo, toma posse na presidência (jan.).
- 2002 - Atentados à bomba em Manila e outras localidades, atribuídos a militantes islâmico(out.).
- 2003 - Rebelião militar em Manila (fevereiro).
- 2004 - Gloria Arroyo vence as eleições presidenciais (junho).
- 2006 - tentativa de "impeachment" contra a Presidente Arroyo (agosto).
- 2007 - Eleições parlamentares e locais (maio).

Aviso nº 766 – C. Civil.

Em 3 de agosto de 2007

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Alcides Gastão Rostand Prates, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 128, DE 2007

(Nº 574/07, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

Os méritos do Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 13 de agosto de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 206 MRE – DP/DSE/SGEX/AFEPA/G – APES

Brasília, 31 de julho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto que, juntamente com a mensagem ora submetida a apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO

CPF.: 5710219134

ID.: 4665 - MRE

28/09/1945	Filho de Silvio Leão e Alair de Andrade Leão, nasce em 28 de setembro, em Santos/SP
28/06/1967	Relações Internacionais pelo "Institut d'Etudes Politiques" (Sciences-Po), Universidade de Paris
15/12/1971	CPCD - IRBr
11/01/1972	Terceiro Secretário em 11 de janeiro
20/05/1972	Prêmio Rio Branco, Medalha de Ouro, CPCD

10/11/1972	Divisão de Produtos de Base, assistente
22/01/1976	Segundo Secretário, por merecimento, em 22 de janeiro
01/09/1976	Embaixada em Londres, Segundo Secretário
10/10/1978	Reunião da Aliança dos Produtores de Cacau , Yamoussoukro, Côte d'Ivoire, Chefe da Delegação
21/06/1979	Primeiro Secretário, por merecimento, em 21 de junho
15/09/1979	Embaixada em Tóquio, Primeiro Secretário
15/03/1983	Secretaria-Geral, Coordenador de Assuntos Econômicos e Comerciais
22/06/1983	Conselheiro, por merecimento, em 22 de junho
05/04/1984	Ordem do Tesouro Sagrado, Japão
29/03/1985	Divisão de Produtos de Base, Chefe
15/04/1985	Assembleia da Aliança dos Produtores de Cacau, São Tomé e Príncipe, Chefe de Delegação
06/06/1985	I Sessão do Conselho da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), Genebra, Chefe de Delegação
15/01/1986	Reunião de Altos Funcionários de Países Exportadores de Produtos Agrícolas, Tailândia, Chefe de Delegação
15/06/1986	XIV Sessão da Comunidade Internacional da Pimenta, Salvador, Bahia, Chefe de

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral da América do Sul
Departamento da América do Sul
Divisão da América Meridional II

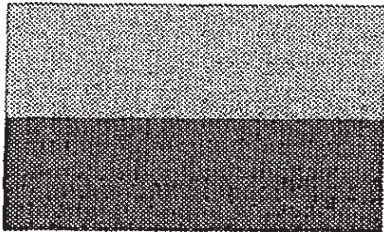
COLÔMBIA

Brasília, 13 de julho de 2007

MAÇO DE APOIO

ÍNDICE	
BANDEIRA E MAPA	04
DADOS BÁSICOS	05
PERFIS BIOGRÁFICOS	06
GABINETE MINISTERIAL	08
POLÍTICA INTERNA	09
POLÍTICA DE SEGURANÇA DEMOCRÁTICA	09
NEGOCIAÇÕES COM AS FARC	10
PROCESSO DE PAZ COM OS PARAMILITARES	11
NEGOCIAÇÕES COM O ELN	11
ECONOMIA	12
POLÍTICA EXTERNA	13
RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS	14
TLC Colômbia-EUA	15
RELAÇÕES NO ÂMBITO DA CAN	15
RELAÇÕES COM A VENEZUELA	16
RELAÇÕES COM O EQUADOR	17
COLÔMBIA-ONU	18
COLÔMBIA-OEA	18
RELAÇÕES COM O BRASIL	19
COOPERAÇÃO NA ÁREA DE DEFESA E SEGURANÇA	20
Venda de aviões Supertucano	20
CASO “MEDINA”	21
TEMAS MULTILATERAIS	22
Conselho de Segurança das Nações Unidas	22
União de Nações Sul-americanas	22
OTCA	22
COOPERAÇÃO TÉCNICA	23
COOPERAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL	24
COMISSÃO DE VIZINHANÇA	25
TV DIGITAL	25
RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS	26
INVESTIMENTOS	27
PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS	29

BANDEIRA E MAPA



DADOS BÁSICOS

CAPITAL:	Santa Fé de Bogotá
ÁREA:	1.038.700 km ²
POPULAÇÃO:	46,3 milhões de habitantes (2006)
IDIOMA:	Espanhol
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	90% católicos romanos
SISTEMA POLÍTICO:	República Presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Álvaro Uribe Vélez
CHANCELER:	Fernando Araújo
PIB (200):	US\$ 136 bilhões
PIB PER CAPITA (2005):	US\$ 2.937
UNIDADE MONETÁRIA:	Peso colombiano (CoP)
EMBAIXADOR DA COLÔMBIA NO BRASIL:	Embaixador Mario Galofre Cano
EMBAIXADOR DO BRASIL NA COLÔMBIA:	Embaixador Júlio César Gomes dos Santos

PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente Álvaro Uribe Vélez

- Nasceu em Medellín, Departamento de Antioquia, em 4 de julho de 1952.
- Estudou Direito e Ciências Políticas na Universidade de Antioquia (1977).
- Frequentou cursos de especialização nas Universidades de Harvard (1993) e Oxford (1998).
- Na administração de Julio Cesar Turbay (1978-82) esteve à frente da Direção de Aeronáutica Civil.
- No Governo Belisario Betancur (1982-86), foi nomeado Prefeito de Medellín (1982).
- Foi Senador nos períodos de 1986 a 1990 e de 1990 a 1994, e Governador de Antioquia de 1995 a 1997.
- Foi eleito pela primeira vez em 2002 e reeleito em 28 de maio passado, em primeiro turno, com 62% dos votos válidos.

Chanceler Fernando Araújo

- Nascido em Cartagena, Fernando Araújo tem 51 anos.
- Formou-se em Engenharia Civil na Universidade Javeriana de Bogotá.
- Foi Ministro do Desenvolvimento no Governo Andrés Pastrana.
- Foi Gerente-Geral das Empresas Públicas de Cartagena.
- Lecionou na Universidade Jorge Tadeo Lozano e na Universidade de Cartagena.
- Foi integrante das juntas diretoras do jornal “El Universal” e do hotel Las Americas Beach Resort.
- Separado, é pai de três filhos.
- Foi mantido refém pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) de 4 de dezembro de 2000 até 31 de dezembro de 2006.

GABINETE MINISTERIAL

Ministério do Interior e Justiça: Carlos Holguín Sardi

Ministério das Relaciones Exteriores: Fernando Araújo Perdomo

Ministério da Fazenda: Alberto Carrasquilla

Ministério da Defesa Nacional: Juan Manuel Santos

Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural: Andrés Felipe Arias Leyva

Ministério da Proteção Social: Diego Palacio Betancourt

Ministério das Minas e Energia: Hernán Martínez

Ministério do Comércio, Indústria e Turismo: Luis Guillermo Plata

Ministério da Educação Nacional: Cecilia María Vélez White

Ministério de Ambiente, Moradia e Desenvolvimento Territorial: Juan Lozano

Ministério das Comunicações: María Del Rosario Guerra De La Espriella

Ministério do Transporte: Andrés Uriel Gallego Henao

Ministério da Cultura: Elvira Cuervo De Jaramillo

POLÍTICA INTERNA

O Presidente Álvaro Uribe, reeleito em primeiro turno nas eleições de 28 de maio de 2006, com 62% dos votos válidos, enfrenta atualmente uma crise política que tem trazido problemas para sua base no Congresso: o chamado escândalo da “parapolítica”. Desde o início deste ano, mais de vinte parlamentares do bloco “uribista” foram presos por ligações com grupos paramilitares e as investigações a esse respeito já custaram ao Presidente uma de suas colaboradoras próximas: a Chanceler María Consuelo Araújo, que entregou o cargo em fevereiro passado, depois que a Justiça determinou a detenção de seu irmão, o Senador Álvaro Araújo, acusado de formação de quadrilha e seqüestro.

Embora o mandatário mantenha índices de popularidade superiores a 60% entre os colombianos, a crise tem atrasado a votação de medidas de interesse do Governo no Legislativo, além de prejudicar a imagem do Presidente Uribe nos Estados Unidos, aumentando a resistência de congressistas norte-americanos com relação a instrumentos bilaterais que resultariam em benefícios financeiros para a Colômbia.

Apesar da crise, o bloco “uribista” ainda é a maior força no Legislativo nacional. No entanto, compõe-se de diferentes grupos de interesse, o que resulta em significativa heterogeneidade.

Neste segundo mandato, o Presidente Uribe vem lidando com desafios importantes, tais como a pressão política dos setores a serem potencialmente prejudicados pelo TLC com os Estados Unidos, os dilemas do processo de pós-desmobilização dos paramilitares e a dificuldade de vencer militarmente as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) ou de estabelecer negociações com o grupo.

O narcotráfico é também questão central na política colombiana. Conforme diferentes estimativas, o cultivo ilícito de coca ocupa atualmente área entre 79 mil hectares e 157 mil hectares. Qualquer que seja o caso, a extensão da área cultivada é indício da grande ramificação do tráfico de drogas e atividades conexas, bem como de suas implicações financeiras, por diferentes setores da sociedade colombiana, incluindo os diferentes grupos armados.

POLÍTICA DE SEGURANÇA DEMOCRÁTICA

O estabelecimento da Política de Segurança Democrática foi um dos pilares da eleição do Presidente Uribe para seu primeiro mandato, em agosto de 2002. Seu objetivo tem sido consolidar a presença do Estado em todas as regiões do país, combatendo a predominância dos grupos armados ilegais – guerrilheiros, sobretudo as FARC, ou paramilitares – em diversos municípios.

A estratégia de intensificar a ação militar contra os grupos guerrilheiros rebeldes atuantes no país, notadamente contra as FARC e o ELN, tem-se refletido positivamente na opinião pública.

No marco dessa política, teve início em 2004 o Plano Patriota, que previa combate à guerrilha em seus redutos na selva, principalmente mediante a concentração de tropas no Sul do país, na tentativa de expulsar as FARC de área considerada estratégica para o tráfico de armas.

Com o Plano Patriota e a Política de Segurança Democrática, as autoridades chegaram a retomar o controle de várias regiões anteriormente em poder das FARC. Não há indícios, porém, de que os combates tenham enfraquecido significativamente a organização.

Em 1º de dezembro passado, foi lançado o Plano Vitória, em substituição ao Plano Patriota. A nova estratégia de combate às FARC pelos próximos quatro anos conta com missão militar de 14.300 homens, 3.000 a menos que a anterior, mas com maior apoio aéreo – em que serão empregados Supertucanos brasileiros – e fluvial.

NEGOCIAÇÕES COM AS FARC

Embora insista em favorecer a opção militar, o que lhe vem garantindo altos índices de popularidade, o Presidente Uribe vem sofrendo pressões de diferentes organizações da sociedade civil colombiana, bem como de outros Governos, sobretudo de países europeus, para negociar um chamado acordo humanitário com as FARC, a fim de que os reféns em poder do grupo sejam libertados.

Como resultado de decisão unilateral, o Governo colombiano anunciou, no último dia 25 de maio, a libertação de 163 guerrilheiros que cumpriam penas em diferentes prisões do país. Entre eles estava Rodrigo Granda, conhecido como o “chanceler das FARC” e capturado em controversa operação na Venezuela, em 2005. A decisão foi tomada após conversa do Presidente Uribe com o Presidente francês Nicolas Sarkozy.

Logo após o anúncio da libertação dos guerrilheiros, França, Suíça e Espanha divulgaram comunicado conjunto por meio do qual saúdam a decisão do Presidente Uribe e instam as FARC a chegar a um entendimento com o Governo. A União Européia divulgou documento no mesmo sentido. O Governo colombiano procurou apoio também na Organização dos Estados Americanos e no G-7. O Brasil afirmou estar “decidido a apoiar todos os esforços que sejam envidados para assegurar uma paz estável e duradoura e fortalecer a democracia na Colômbia”.

Até o momento, os líderes das FARC têm afirmado não reconhecerem como membros, e sim como desertores, os presos libertados pelo Governo, uma vez que estes aceitaram as pré-condições exigidas pelo Governo (promessa de não mais delinquir nem colaborar com a guerrilha e o comprometimento com a verdade). Com base nesse argumento, o grupo divulgou comunicado mantendo como exigência para negociar a libertação dos reféns a desmilitarização de dois municípios de Florida e Pradera, no Oeste da Colômbia. O Presidente Uribe vem afirmando que não haverá desmilitarização.

Enquanto a situação dos reféns não se resolve, as FARC comunicaram, em julho de 2006, a morte de 11 dos 12 deputados de Cali que estavam em seu poder desde 2002. Segundo o grupo, os deputados morreram durante tentativa do Governo de resgatá-los por meio de ação militar. Por seu turno, o Governo acusa as FARC de terem executado os prisioneiros. A pedido do Governo colombiano, o Conselho Permanente da OEA se dispôs a criar uma comissão internacional com o intuito de realizar investigação forense para determinar a responsabilidade sobre o episódio.

PROCESSO DE PAZ COM OS PARAMILITARES

No marco do processo de paz com os paramilitares, o Governo deu por concluída, no início de 2006, a desmobilização das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), anunciando que cerca de 30 mil combatentes tinham deposto as armas. Relatórios recentes da OEA, contudo, sublinham que o programa de reinserção dos desmobilizados está em crise, principalmente devido às escassas possibilidades de emprego para os ex-combatentes, o que poderá levá-los a se engajar em atividades ilícitas, incluindo o tráfico de drogas. Suspeita-se, ademais, que narcotraficantes, vislumbrando usufruir das vantagens dadas aos desmobilizados, tenham se apresentado como paramilitares.

No ano passado, o Presidente Uribe anunciou que os paramilitares deviam se submeter à Justiça caso desejassem manter suspensas as autorizações de extradição contra vários deles, solicitadas pelos EUA. O Presidente determinou ainda a captura de todos os chefes paramilitares e, a partir da confissão de alguns deles, confirmou a morte de Carlos Castaño, chefe das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) e negociador da organização nos diálogos de paz.

NEGOCIAÇÕES COM O ELN

Em setembro de 2005, o Presidente Uribe acenou com a possibilidade de retomar as negociações com o grupo guerrilheiro Exército de Libertação Nacional (ELN). O Governo determinou o relaxamento da prisão de “Francisco Galán”, porta-voz do grupo e preso há 12 anos, a fim de que este estabelecesse contato com outros membros do ELN “em local neutro”. Até então, com o término oficial, em abril, do

trabalho de facilitação dos diálogos de paz desempenhado pelo Governo do México, estavam paralisados os entendimentos entre as partes.

Em 1º de dezembro de 2005, os negociadores Luis Carlos Restrepo e “Francisco Galán” submeteram às partes um projeto de “pré-acordo” que estabelecia um encontro entre o Comando Central do grupo guerrilheiro e o Governo colombiano em Cuba. O encontro foi realizado em janeiro seguinte, dando início à chamada “fase exploratória” dos diálogos, ainda sem consequências práticas. Recentemente, contudo, anunciou-se que o ELN e o Governo estariam prestes a anunciar um acordo de cessar-fogo temporário.

ECONOMIA

A Colômbia apresenta tradicionalmente situação econômica estável. O país não sofreu a crise da dívida externa que, na década de 1980, afetou grande parte da região. Tampouco testemunhou episódios de hiperinflação e maxi-desvalorização competitiva da moeda. Em tempos recentes, o único período de recessão foi observado no final da década de 1990.

Parte do êxito da condução da política econômica – particularmente da monetária – pode ser atribuída a três fatores: 1) o fluxo de dólares da economia ilegal; 2) os recursos crescentes das remessas de colombianos no exterior (a Colômbia é atualmente o segundo país da região no volume desses recursos, que somam mais do que as exportações de café); e 3) os abundantes recursos naturais, sobretudo ouro, carvão, esmeraldas e petróleo.

Embora alguns indicadores macroeconômicos sinalizem a existência de economia pujante, aproximadamente 60% da população da Colômbia encontra-se abaixo da linha de pobreza. Trata-se de dado polêmico, que gerou discussões metodológicas após sua divulgação pelo Departamento Nacional de Estatística – entidade considerada fiável pelos principais organismos financeiros multilaterais. Da população total, cerca de 25% se encontram em nível considerado como de indigência. O nível de desemprego está tradicionalmente acima dos 10%, atingindo quase 20% no campo. Confrontados com os números macroeconômicos, esses índices apontam para grande concentração de riqueza, particularmente nas áreas rurais.

Historicamente, a Colômbia apresenta tendência ao crescimento. No entanto, a demanda tende a estagnar-se por conta dos altos níveis de pobreza. Para completar, sublinhe-se que os limites da ortodoxia econômica nunca permitiram que o país contasse com política industrial efetiva, com estímulos à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico. A pauta de exportação colombiana ainda é excessivamente concentrada em produtos com baixo valor agregado. Embora o

primeiro produto exportado seja petróleo, o país importa maciçamente gasolina, por não contar com refinarias com dimensão suficiente. Em seguida, vêm “commodities”, sobretudo café e flores.

Entre os principais objetivos do Governo Uribe no setor econômico em seu segundo mandato estão os de conseguir que entre em vigor o Tratado de Livre Comércio (TLC) assinado com os Estados Unidos; de evitar que o crescimento dos gastos militares – pilar da atuação do Governo – aumente sobremaneira o déficit governamental; e de minimizar os possíveis efeitos negativos sobre o comércio bilateral da entrada da Venezuela no MERCOSUL e da eventual erosão das preferências tarifárias colombianas (note-se que a Venezuela é o segundo parceiro comercial da Colômbia).

No tocante à taxa de câmbio, o peso colombiano valorizou-se em 16% frente ao dólar nos últimos doze meses. O fato tem causado inquietação por parte dos exportadores, que vêm pressionando o Banco Central colombiano a continuar intervindo na economia, a fim de evitar uma valorização ainda maior da moeda local. Devido às intervenções realizadas pelo Banco Central nos primeiros meses de 2007, as reservas internacionais colombianas alcançaram a cifra histórica de 20 bilhões de dólares.

No que se refere ao setor petrolífero, o Governo já anunciou a intenção de vender cerca de 20% da estatal Ecopetrol. Segundo o Ministério de Minas e Energia colombiano, a medida possibilitaria grandes investimentos no setor hidrocarbonetos e na modernização da estrutura petrolífera colombiana. O assunto está em debate no Congresso Nacional.

POLÍTICA EXTERNA

Assim como a política nacional, a política exterior colombiana se define sobretudo em função do conflito interno. O Presidente Uribe tem envidado esforços no sentido de envolver a comunidade internacional no combate aos grupos armados e em eventuais negociações de paz, tendo por premissas o fim do terrorismo e a cessação das hostilidades.

Exemplo dessa política colombiana pôde ser constatado no já mencionado episódio envolvendo a decisão do Governo de libertar 163 guerrilheiros das FARC que se encontravam presos em diferentes partes do país, como forma de pressionar o grupo a entregar 58 reféns em seu poder. Ao anunciar a medida, o Presidente Álvaro Uribe deixou claro que a inclusão de Rodrigo Granda, considerado o “chanceler das FARC”, entre os beneficiados atendia a pedido do Presidente da França, Nicolas Sarkozy. Nos dias que se seguiram ao anúncio, as autoridades colombianas empenharam-se também em obter comunicados de apoio por parte de

diferentes países europeus, da União Européia, da Organização dos Estados Americanos, da ONU e do Brasil.

No plano regional, os principais temas da atual política externa da Colômbia incluem a recuperação das boas relações com a Venezuela e a inserção colombiana na América do Sul frente à aliança estratégica com os EUA.

Em fevereiro passado, Fernando Araújo assumiu o cargo de Ministro das Relações Exteriores, em substituição a María Consuelo Araújo, que se afastou depois da prisão de seu irmão, o Senador Álvaro Araújo, acusado de envolvimento com os paramilitares. Cabe observar que o novo Chanceler não tem parentesco algum com sua antecessora.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS

A Colômbia pode ser classificada como o principal aliado dos Estados Unidos na América do Sul. Nos últimos anos, o país tem estado cada vez mais alinhado com os objetivos de Washington. A aproximação com os EUA intensificou-se sobretudo a partir da implementação do Plano Colômbia, lançado em 1999. Com os recursos obtidos desde então, o país andino passou a ocupar a terceira posição na lista de países-recipientes de ajuda militar norte-americana, sendo superado apenas por Israel e Egito. Inicialmente concebido como programa de assistência econômica e militar dos Estados Unidos para o combate a cultivos ilícitos e ao narcotráfico, o plano vem servindo também à luta contra grupos guerrilheiros, sobretudo as FARC.

Apesar das boas relações com o Governo Bush, o Presidente Álvaro Uribe vem experimentando, nos últimos meses, dificuldades para obter apoio em assuntos referentes à Colômbia no Congresso norte-americano, de maioria democrata. Entre os tópicos do relacionamento bilateral em discussão pelos congressistas dos Estados Unidos estão a aprovação do Tratado de Livre Comércio assinado pelos mandatários dos dois países em 2006, bem como a continuidade da política de assistência financeira e militar dos EUA ao Governo colombiano.

No plano multilateral, a Colômbia tem demonstrado tendência a se alinhar com os interesses norte-americanos em diferentes foros. Tanto a hesitação do Governo Uribe em integrar o G-20 quanto o apoio isolado da Colômbia, entre os países da região, ao ataque ao Iraque pelas forças lideradas pelos EUA são exemplos dessa tendência. Outro tema relevante do escopo político-diplomático multilateral, a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, também ilustra certa afinidade entre as posições norte-americana e colombiana a respeito de questões de especial transcendência para o sistema internacional. A esse respeito, embora oficialmente o Governo Uribe seja favorável a mudanças estruturais naquele órgão da ONU, na prática o Governo colombiano alinha-se com a posição dos EUA.

- **TLC Colômbia-EUA**

A despeito do apoio do Executivo norte-americano, o Governo colombiano vem enfrentando dificuldades para ver aprovado pelo Congresso dos Estados Unidos o Tratado de Livre Comércio assinado em 2006. A maioria democrata vem defendendo modificações no texto, sobretudo para incluir cláusulas de proteção trabalhista, social e ambiental, visando à manutenção de empregos em certos setores da economia dos EUA que poderiam ser afetados pelo acordo. Nas mais recentes visitas que fez a Washington, o Presidente Uribe procurou, em fins de 2006 e nos primeiros meses de 2007, convencer a bancada democrata a aprovar o TLC e se disse disposto, inclusive, a aceitar modificações no acordo.

O TLC já foi aprovado, na primeira quinzena de junho, pelo Congresso colombiano. Para vencer resistências internas, o Executivo da Colômbia encaminhou ao Legislativo projetos para compensar as prováveis perdas de alguns setores da economia colombiana. Ainda assim, congressistas do Pólo Democrático se retiraram no momento da votação, alegando que o texto examinado não será o mesmo que irá à votação nos EUA, onde deverá sofrer modificações por meio de emendas.

O Governo colombiano vem se empenhando em conseguir que o TLC entre em vigor antes do fim dos benefícios outorgados pela ATPDEA, que concede preferências tarifárias a produtos andinos no mercado norte-americano. A ATPDEA, que já havia sido prorrogada por seis meses no fim do ano passado, foi estendida mais uma vez, até fevereiro de 2008.

RELAÇÕES NO ÂMBITO DA CAN

O anúncio da retirada da Venezuela da Comunidade Andina de Nações (CAN), em 22 abril de 2006, representou um duro golpe nos ideais de integração do bloco. A decisão venezuelana implica um enfraquecimento e esvaziamento do organismo, já que Venezuela e Colômbia constituíam os mais importantes pilares do grupo. Também em termos comerciais, podem ser grandes as perdas, principalmente para a Colômbia.

Por sua vez, as novas condições de acesso a mercado negociadas nos TLCs com os Estados Unidos deverão afetar os benefícios recíprocos dos países-membros da CAN nos mercados do bloco. Essa situação gerará desvio de comércio, no contexto da competição com os produtos norte-americanos, e provavelmente ocasionará novas disputas comerciais em setores que, parcial ou totalmente, perderão mercado para as exportações dos EUA – sobretudo no setor primário.

A Colômbia firmou ainda um TLC com o Chile, em 27 de novembro passado. O acordo deve resultar em novo impulso para o comércio bilateral, que passou de US\$ 430 milhões em 2001 para US\$ 690 em 2005.

RELAÇÕES COM A VENEZUELA

De maneira geral, existe na Colômbia um consenso quanto à importância das relações com a Venezuela. Os laços econômico-comerciais, apesar dos sobressaltos conjunturais, são estreitos e apresentam potencial de crescimento. Não obstante, podem ser grandes as perdas com a saída da Venezuela da CAN, sobretudo para o setor exportador colombiano.

A Venezuela é o segundo parceiro comercial da Colômbia, atrás apenas dos Estados Unidos. Em 2005, o fluxo comercial entre os dois países totalizou cerca de US\$ 3,2 bilhões, com um superávit de US\$ 935 milhões para a Colômbia. Ressalte-se que a Venezuela, ao contrário dos EUA, vem comprando da Colômbia produtos de maior valor agregado, como maquinaria e produtos automotores.

Do ponto de vista jurídico, o desligamento total de um país da CAN levaria cinco anos, período no qual as preferências intra-CAN devem ser mantidas. Desta forma, no curto prazo, as trocas bilaterais não devem ser afetadas de modo significativo. Todavia, a evolução do intercâmbio dependerá da disposição de negociar novo acordo que mantenha, ou se possível melhore, as condições atuais.

Em fevereiro passado, a então Chanceler Maria Consuelo Araújo encontrou-se com o Chanceler venezuelano, Nicolas Maduro. Na ocasião, fixou-se cronograma de trabalho conjunto para os dois países, que inclui um acordo de livre comércio e um acordo para evitar a dupla tributação. Ambos instrumentos permitirão que os fluxos comerciais bilaterais não sejam prejudicados pela saída da Venezuela da CAN. Os entendimentos nesse sentido seguiram adiante no encontro, em junho passado, entre o Chanceler colombiano Fernando Araújo e sua contraparte venezuelana, em Bogotá.

Em fins de novembro de 2005, os Presidentes Uribe e Chávez encontraram-se na cidade de Puntofijo, na Venezuela e deram início a nova etapa no processo de adensamento das relações bilaterais. Durante a reunião, avançou-se nos entendimentos com vistas à construção de dois gasodutos: entre Paraguaná, na Venezuela, e La Guarija, na Colômbia, com 230 km de extensão e ao custo de US\$ 330 milhões; e entre Maracaibo, em território venezuelano, e Ballenas, no lado colombiano, com extensão de 205 km e ao custo aproximado de US\$ 200 milhões.

As obras para a construção do gasoduto Maracaibo-Ballenas, financiadas pela petrolífera venezuelana PDVSA, foram inauguradas no dia 8 de julho de

2006 pelos Presidentes Uribe e Chávez, na cidade de Maracaibo. Espera-se a conclusão do projeto até agosto do ano corrente.

Os projetos energéticos bilaterais também foram tratados na reunião entre os Chanceleres dos dois países, no último dia 06 de junho. Fizeram parte da agenda o problema do contrabando de combustíveis na área de fronteira, o contrato de fornecimento de gás na operação do gasoduto binacional Ballenas-Maracaibo, a cooperação entre ECOPETROL e PDVSA e além da instituição de um grupo de trabalho sobre interconexão elétrica.

RELAÇÕES COM O EQUADOR

As relações com o Equador são caracterizadas pela fricção causada pela ação dos grupos armados ilegais na região limítrofe entre os dois países, considerada a mais permeável das fronteiras colombianas.

Os problemas têm sido agravados pelas divergências dos dois países no que se refere à estratégia de combate às drogas na região de fronteira. Nos últimos meses, a decisão colombiana de retomar as fumigações com glifosato, para combater as plantações de coca naquela área, e a oposição do Equador a essa medida provocaram nova deterioração das relações bilaterais.

Apesar de acordo informal entre os Presidentes Uribe e Rafael Correa, a Colômbia retomou, sem aviso prévio, as aspersões com glifosato na fronteira com o Equador. De todo modo, no dia 9 de fevereiro passado, a Chancelaria colombiana comunicou ao Equador a suspensão das operações e anunciou que a erradicação dos cultivos prosseguiria manualmente.

O Equador alega que o glifosato, empregado nas aspersões, pode representar risco ambiental e de saúde para as populações de ambos os lados da fronteira. Ademais, as fumigações aumentam o fluxo de migrantes colombianos para o território equatoriano.

O tema voltou a fazer parte da pauta de negociações entre os Governos, durante a visita do Chanceler Fernando Araújo a Quito, em maio passado. O Chanceler Araújo informou à Ministra Maria Espinoza que, mesmo o Governo colombiano estando convencido de que as aspersões não prejudicam o Equador, a erradicação do cultivo na área de fronteira entre os dois países voltou a ser realizada manualmente. Acrescentou que, caso seja constatado que as aspersões prejudicaram o país vizinho, o Governo colombiano estaria disposto a pagar as indenizações pertinentes.

COLÔMBIA-ONU

Foi acordada, entre o Presidente Álvaro Uribe e o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, no dia 6 de fevereiro passado, a prorrogação do convênio que garante a permanência do Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos na Colômbia, chefiado por Juan Pablo Corlallozzi.

Foi estendida, também, por mais dois anos, a administração de recursos aportados pela UNESCO à Comissão Nacional de Cooperação com aquele organismo das Nações Unidas. A Comissão é presidida pela Chancelaria e é integrada pelos Ministérios da Cultura, da Educação, de Comunicações, de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Territorial, pela Agência Presidencial para a Ação Social e a Cooperação Internacional e pelo Instituto Colombiano para o Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia.

Em junho de 2006, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) ressaltou em seu informe que a Colômbia ocupa, juntamente com o Iraque, a posição de recordista em quantidade de deslocados internos, que somariam, conforme estimativa, de 2 milhões a 2,5 milhões de pessoas.

COLÔMBIA-OEA

O Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, José Miguel Insulza, apresentou, em fevereiro passado, ao Conselho Permanente da OEA, relatório da Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP/OEA), que, no segundo semestre de 2006, foi estendida por mais três anos. O relatório registrou progresso nas áreas de pós-desmobilização, atendimento às comunidades e acompanhamento da chamada Lei de Justiça e Paz, mas afirma que ainda são necessários reforços nos programas de reinserção dos desmobilizados, para evitar que estes voltem a se armar, como vem ocorrendo em algumas regiões. O documento, contudo, destaca o esforço do Governo para conter tal fenômeno.

Em fins de 2005 o Secretário-Geral da OEA apresentou, em carta dirigida aos integrantes da Organização, sugestões de aportes para fortalecer a MAPP. O Brasil indicou funcionário diplomático para contribuir com a Missão.

Destaca-se, ainda, a participação da OEA nas ações de desminagem, por meio da Missão de Assistência da Organização dos Estados Americanos ao Plano Nacional de Desminagem. A Colômbia é, atualmente, um dos países que mais sofre com os efeitos nocivos decorrentes do uso indiscriminado de minas antipessoais no mundo.

RELAÇÕES COM O BRASIL

No Governo do Presidente Lula, tem-se verificado considerável estreitamento das relações bilaterais com a Colômbia. Vem-se mantendo um importante diálogo, notadamente nas áreas de defesa, comércio e investimentos. Não obstante, o Governo Uribe demonstra reticência diante de temas de importância para o Brasil no plano multilateral. A Colômbia mostra-se refratária, por exemplo, com relação um dos grandes interesses da política externa brasileira: a reforma do Conselho de Segurança da ONU. Embora reconheça a histórica aspiração do Brasil a um assento permanente em um Conselho de Segurança reformado, o Presidente Álvaro Uribe não expressou, até o momento, apoio formal à aspiração brasileira nem ao projeto de resolução do G-4.

No que se refere ao conflito na Colômbia, o Brasil já ofereceu território neutro para realização de encontro entre as FARC e o Governo colombiano, com os bons ofícios da ONU. A oferta continua válida, mas até o momento não houve resposta positiva das duas partes.

Os Presidentes Lula e Uribe encontraram-se diversas vezes. O mandatário colombiano visitou o Brasil em 7 de março de 2003, ocasião em que o Presidente Lula reiterou a condenação brasileira aos atos terroristas praticados na Colômbia e sublinhou o empenho do Governo brasileiro em dar cumprimento às resoluções emanadas do Conselho de Segurança das Nações Unidas e do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos, as quais contaram com apoio brasileiro. Em junho do mesmo ano, o Presidente Lula participou em Medellín, como convidado especial, da XIV Reunião do Conselho Presidencial Andino. O convite colombiano constituiu gesto de especial consideração e amizade para com o Brasil, tendo sido essa a primeira vez em que um Chefe de Estado de país não andino tomou parte naquele foro.

Novo encontro bilateral realizou-se em setembro de 2003, em Cartagena. Durante a Cúpula de Monterrey, em janeiro de 2004, os Presidentes do Brasil e da Colômbia também mantiveram breve encontro. Voltaram a se reunir em 21 e 22 de junho, em São Paulo, por ocasião da Macro-Rodada de Negócios bilateral, que contou com expressivo número de empresários dos dois países. Mais uma vez, realizaram encontro bilateral durante a XVIII Reunião de Cúpula do Grupo do Rio, em 5 de novembro de 2004. Em janeiro de 2005, o Presidente Lula visitou a cidade fronteiriça de Leticia. Em 29 de março, reuniu-se com os presidentes da Venezuela, da Espanha e da Colômbia, em Ciudad Guayana, Venezuela.

Em julho de 2005, o Ministro Celso Amorim esteve em Bogotá, em visita acertada após o adiamento de uma viagem que o Presidente Lula faria ao país. O

encontro entre os dois mandatários previsto para então acabou ocorrendo em 14 de dezembro de 2005, quando o Presidente Lula visitou Bogotá.

Em 25 de abril de 2006, o Presidente Uribe encontrou-se em Brasília com o Presidente Lula, para tratar do TLC Colômbia-EUA e das perspectivas do relacionamento bilateral Colômbia-Venezuela, bem como da disposição do Governo venezuelano de retirar o país da Comunidade Andina. Em setembro do mesmo ano, a então Chanceler colombiana, María Consuelo Araújo, visitou o Brasil e reuniu-se com o Ministro Celso Amorim. Novo encontro entre os dois ocorreu por ocasião da XXXII Cúpula do Mercosul, realizada no Rio de Janeiro, nos dias 18 e 19 de janeiro passado.

COOPERAÇÃO NA ÁREA DE DEFESA E SEGURANÇA

Desde 2003, intensificaram-se os diálogos de cooperação entre o Brasil e a Colômbia na área de defesa. O Ministro da Defesa encontrou-se oficialmente com seu homólogo colombiano em três oportunidades: em Bogotá, em junho de 2003, ocasião na qual foi firmado o “Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa da República da Colômbia sobre Cooperação em Matéria de Defesa”; em Letícia, acompanhado do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, em fevereiro de 2004, quando os dois se reuniram com seus equivalentes colombianos e peruanos para assinar o “Memorando de Entendimento Tripartite de Combate às Atividades Ilícitas nos Rios de Fronteira Comuns”; e em Tabatinga, em janeiro de 2005, ocasião em que trataram dos reforços dos mecanismos de cooperação entre as Forças Armadas dos dois países.

Além disso, foi constituído por troca de Notas, em 3 de julho de 2003, o Grupo de Trabalho Bilateral para a Repressão da Criminalidade e do Terrorismo, integrado pelos Ministérios das Relações Exteriores, da Defesa e da Justiça dos dois países e cuja primeira reunião teve lugar em Bogotá, em 24 de julho de 2003, à margem da visita oficial do Chanceler Celso Amorim. Naquela oportunidade, foi firmada Ata de Compromissos que, a partir de então, reforçou as ações conjuntas no combate à criminalidade e ao terrorismo.

Durante visita do Presidente Lula a Bogotá, em dezembro de 2005, o Ministro da Justiça do Brasil e o Ministro da Defesa Nacional da Colômbia assinaram também um Memorando de Entendimento sobre Cooperação Policial, com vistas ao combate à criminalidade transnacional e a modalidades delituosas que incluem desde o narcotráfico e a exploração sexual infantil até o crime cibernético.

• Venda de aviões Supertucano

O Ministério da Defesa da Colômbia firmou contrato com a Embraer, no dia 8 de dezembro de 2005, para a compra de 25 aviões Supertucano, ao custo de

US\$ 234 milhões. Até o fim de 2006, foram entregues cinco aeronaves; até o fim de 2007, mais 10; e as outras 10 restantes, em 2008.

O contrato de venda dos aviões inclui uma cláusula “offset”, que prevê investimentos da Embraer no campo aeronáutico colombiano. Em diversas ocasiões, inclusive durante encontros entre o Ministro Celso Amorim e a ex-Chanceler María Consuelo Araújo, e entre o Vice-Ministro Camilo Reyes e o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, o Governo colombiano insistiu na necessidade de que a Embraer apresente projeto de investimento antes que se completem dois anos da assinatura do contrato.

CASO “MEDINA”

No início de julho de 2006, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) decidiu em favor da concessão de refúgio a Francisco Antonio Cadena Collazos, conhecido como “Cura Camilo”, “Pacho” ou “Oliverio Medina”, detido em agosto do ano passado, em São Paulo, pela Polícia Federal, em virtude de pedido de extradição do Governo colombiano tramitado através da Interpol.

Residindo há cerca de 10 anos no Brasil, casado com uma brasileira, “Olivério Medina” é citado na imprensa da Colômbia como “embaixador das FARC no Brasil”. É acusado de homicídio com fins políticos. O mandado de prisão preventiva foi expedido em 18 de agosto de 2005 pelo Supremo Tribunal Federal, encarregado de analisar o pedido de extradição apresentado pela Colômbia. Entretanto, a decisão do CONARE, em resposta a solicitação apresentada pelo advogado do acusado, impede a extradição.

O Comitê considerou que o pedido de refúgio de “Olivério Medina” reveste-se de características humanitárias, estando, portanto, de acordo com o objetivo da Lei 9.474, de 22 de julho de 1997, voltada essencialmente ao princípio da proteção à vida. Nesse sentido, levou-se em consideração o fato de que o número de refugiados colombianos no Brasil (cerca de 350), alguns dos quais tiveram o benefício outorgado por solicitação do próprio Governo da Colômbia, justifica a decisão do CONARE.

Cabe destacar que a concessão de refúgio não representa ato inamistoso em relação ao país de origem do refugiado. Ademais, “Olivério Medina” assumiu, formalmente, compromisso de não exercer, em território brasileiro, atividades que criem dificuldades, seja para o Brasil, seja para o Governo da Colômbia.

Segundo a lei, a perda da condição de refugiado só poderia ocorrer: a) se o asilado renunciar ao refúgio; b) caso se prove a falsidade dos fundamentos invocados para o reconhecimento da condição de refugiado ou a existência de fatos que, se

fossem sabidos quando do reconhecimento, teriam ensejado decisão negativa; c) por exercício de atividade contrária à segurança nacional ou à ordem pública; d) devido à saída do território nacional sem prévia autorização do Governo brasileiro.

TEMAS MULTILATERAIS

• Conselho de Segurança das Nações Unidas

No contexto bilateral, a aspiração do Brasil a assento como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU foi tratada no comunicado conjunto emitido por ocasião de encontro entre o Presidente Lula da Silva e o Presidente Uribe, em 18 de setembro de 2003. No comunicado, “os Presidentes expressaram a necessidade de fortalecer o multilateralismo e reformar as Nações Unidas, inclusive o Conselho de Segurança, a fim de torná-lo mais representativo e democrático, com países em desenvolvimento, inclusive da América do Sul. Nesse sentido, os dois Presidentes reconheceram a histórica aspiração do Brasil, ao mesmo tempo em que indicaram a importância de que a Colômbia tenha voz presente no Conselho”. O assunto foi tratado novamente, nos mesmos termos, no comunicado conjunto divulgado por ocasião da visita do Presidente colombiano a São Paulo, em 21 e 22 de junho de 2004.

Por ocasião da visita do Presidente Lula à cidade de Leticia, no dia 19 de janeiro de 2005, os dois mandatários “convieram na importância do fortalecimento do multilateralismo e na necessidade urgente de proceder à reforma da Organização das Nações Unidas, em particular do Conselho de Segurança, com o objetivo precípua de dotá-lo de maior representatividade, legitimidade e eficácia”. Com relação ao Conselho de Segurança, também “sublinharam ser necessária reforma ampla”. Ademais, “reiteraram o reconhecimento da histórica aspiração do Brasil em ocupar assento permanente num Conselho de Segurança reformado, ao mesmo tempo que indicaram a importância de a Colômbia ter voz presente no Conselho, questões que devem ser consideradas de maneira construtiva”.

Associada aos países do grupo “Uniting for Consensus”, a Colômbia copatrocinou projeto de resolução para reforma do Conselho de Segurança que favorece somente a ampliação de assentos não permanentes. Apenas se o projeto do G-4 fosse aprovado, a Colômbia apoiaria o pleito do Brasil.

• União de Nações Sul-americanas

A Colômbia tem demonstrado interesse crescente em envolver-se no processo de integração sul-americano e sediará a Cúpula Sul-americana, que será realizada em Cartagena, em janeiro de 2008. Na ocasião, deverá ser assinado o Acordo Constitutivo da União Sul-americana de Nações (UNASUL).

A Colômbia também foi sede, em 2006, da Reunião de Ministros da Defesa da então Comunidade Sul-americana (CASA), antecessora da UNASUL. Na ocasião, intercambiaram-se experiências na área de defesa, com o objetivo de identificar áreas de cooperação e a possibilidade de se iniciar o desenho de uma identidade em matéria de defesa para a Comunidade, respeitando-se as particularidades de cada país da região.

- **OTCA**

Na VIII Reunião de Chanceleres dos Países Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, em Manaus, em setembro de 2004, os Ministros das Relações Exteriores decidiram convocar cinco reuniões ministeriais setoriais sobre os seguintes temas: Defesa e Segurança Integral da Amazônia; Desenvolvimento Social, Infra-estrutura e Integração Física; Comércio e Integração; Ciência e Tecnologia; e Biodiversidade e Propriedade Intelectual.

Em 2005, dois dos cinco encontros foram realizados: a Reunião de Altas Autoridades de Propriedade Industrial e Intelectual, em 30 de junho e 1º de julho, no Rio de Janeiro, e a Reunião de Ministros de Ciência e Tecnologia, em 26 de agosto, em Lima. Ao fim da IX Reunião de Chanceleres, em Iquitos, no dia 25 de novembro, os Ministros renovaram o mandato da Secretaria Permanente da OTCA para promover os encontros setoriais ainda pendentes.

A reunião sobre Defesa e Segurança Integral da Amazônia, à qual compareceu o Ministro da Defesa, Waldir Pires, foi realizada na Colômbia em julho de 2006 e tratou, entre outros pontos, do tráfico de drogas, armas, munições, explosivos, do controle do espaço aéreo e fluvial amazônico; dos sistemas de vigilância da Amazônia (SIVAM/SIPAM); e do tráfico de espécies animais e vegetais.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

A cooperação técnica concedida pelo Brasil à Colômbia é fundamental para o estreitamento dos laços bilaterais, à semelhança do que ocorre com outros países de níveis similares de desenvolvimento econômico. Ressaltam-se, sobretudo, os programas agrícolas de fixação do homem no campo em atividades da economia lícita.

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Colômbia tem como marco jurídico o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, assinado em Bogotá, em 13 de dezembro de 1972. No âmbito desse Acordo, foi realizada, também em Bogotá, a V Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica e Científica, nos dias 3 a 5 de Outubro de 2006. Na ocasião da Reunião do Grupo de Trabalho, foram apresentados e avaliados projetos em cinco setores:

agropecuário, minas e energia, ciência e tecnologia (propriedade intelectual), meio ambiente e saúde. Foram assinados os seguintes projetos:

- “Capacitação Integral de Técnicos Colombianos no Cultivo da Seringueira”, cuja primeira parte já foi executada em novembro de 2006 (a segunda parte do projeto esta sendo negociada).
- “Planos de Energização Rural Vinculados ao Desenvolvimento Local”, cuja primeira fase foi executada em março de 2007 (a segunda parte está prevista para meados do mesmo ano).
- “Cooperação Técnica para a formulação do Programa Distrital de Reciclagem” (como parte do qual uma primeira missão de técnicos colombianos já visitou o Brasil; a continuidade do programa se dará no mês de outubro de 2007).

Em maio passado, foi realizada, também em Bogotá, reunião de avaliação e seguimento ao Programa de Cooperação. O encontro teve por objetivo o monitoramento dos projetos de cooperação técnica em execução e o detalhamento de novas demandas no âmbito do programa bilateral de cooperação. Foram assinados, na ocasião, dois outros projetos:

- “Fortalecimento Institucional das Assessorias Internacionais dos Ministérios da Saúde do Brasil e da Colômbia”.
- “Intercâmbio de Experiências e Conhecimentos sobre Gestão dos Incêndios Florestais”.

Outros projetos apresentados na V Reunião sobre Cooperação Técnica e Científica foram discutidos e avaliados na reunião de maio de 2007, e se encontram em negociação.

O Brasil expressou sua intenção de dar continuidade ao projeto de “Cooperação Técnica em HIV/AIDS”, já executado. Nesse sentido, foi enviada uma remessa de anti-retrovirais à cidade de Cali. O projeto de “Cooperação Técnica no tema de enfermidades transmitidas por vetores, especialmente a leishmaniose”, apresentado na V Reunião, encontra-se em fase de elaboração.

Cabe ressaltar que os custos da implementação dos novos projetos já minutados pela ABC serão compartilhados pelos dois países, procedimento inédito na cooperação sul-sul até agora prestada pelo Brasil.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL

O Governo brasileiro oferece anualmente a estudantes colombianos, no marco do Acordo de Intercâmbio Cultural, bolsas de graduação e pós-graduação nas universidades conveniadas aos Programas PEC G e PEC PG. Paralelamente,

os estudantes têm conseguido vagas, com ou sem bolsas, em cursos de graduação e pós-graduação, por meio de contatos diretos com universidades no Brasil. Como resultado, anualmente, mais de 200 estudantes universitários partem para o Brasil para realizar seus estudos.

Em março de 2004 foi realizada em Bogotá a III Comissão Mista Educativo-Cultural, que delineou diversos projetos e iniciativas nesses campos, para implementação ao longo de 2004 e 2005.

Uma dessas iniciativas é a promoção do ensino de português e espanhol na região fronteiriça (Letícia e Tabatinga). Graças à ação simultânea do Instituto de Cultura Brasil-Colômbia, ligado à Embaixada do Brasil em Bogotá, e do Ministério da Educação da Colômbia, firmou-se, durante a visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores a Bogotá, em 2005, Memorando de Entendimento sobre o assunto. Nos dias 10 e 11 de março passado, ocorreu a III Reunião do Grupo de Trabalho Binacional Colômbia-Brasil previsto no Memorando.

Uma nova frente começou a ser explorada no início de julho, quando a Ministra da Cultura da Colômbia visitou o Brasil e se encontrou com o Vice-Presidente José Alencar e com o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, e demonstrou interesse na realização de um intercâmbio cultural entre os dois países e em projetos socio-culturais brasileiros realizados nas favelas. Os representantes brasileiros manifestaram interesse nos Programas de Bibliotecas, na Lei de Cinema e no Sistema de Informação Cultural colombianos.

COMISSÃO DE VIZINHANÇA

A IX Reunião da Comissão de Vizinhança Brasil-Colômbia ocorreu em Bogotá, em outubro de 2006. Na ocasião, discutiram-se assuntos fronteiriços, econômicos e comerciais, e de meio ambiente. Estabeleceram-se compromissos como a realização de reuniões técnicas e medidas para levar adiante a integração comercial das cidades de Tabatinga e Letícia.

A próxima Reunião da Comissão de Vizinhança deverá realizar-se no Rio de Janeiro, em outubro de 2007.

TV DIGITAL

A Embaixada do Brasil em Bogotá está em contato com a Embaixada do Japão, para tratar de uma possível estratégia conjunta de divulgação do sistema nipo-brasileiro de TV digital na Colômbia. No encontro foi mencionada a necessidade de coordenar o apoio da Universidade Mackenzie e das Empresas NEC e Toshiba a fim de levar à Colômbia os equipamentos técnicos apropriados

a demonstrações adequadas. Espera-se, que com a chegada do novo Embaixador japonês na Colômbia, a publicidade do ISDB-T ganhe novo impulso.

RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS

A assinatura, em dezembro de 2003, do Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica No. 59 (conhecido como CAN-Mercosul), vem proporcionando aumentos consideráveis no volume do comércio bilateral. Entretanto, as oportunidades criadas foram pouco exploradas até o momento, sobretudo por parte da Colômbia.

A corrente de comércio com o Brasil em 2004 foi 39,4% maior que a de 2003, acima dos 24,2% verificados globalmente mas aquém dos 40,7% observados na região. Em consequência disso, o peso do Brasil como mercado das exportações colombianas passou de 0,7% para 0,8%; como mercado das importações, passou de 5,5% para 5,8%. O peso na corrente de comércio total passou de 3,2% para 3,3%. O déficit comercial com o Brasil foi 22,2% superior ao de 2003. Por sua vez, as exportações brasileiras para a Colômbia alcançaram a marca de US\$ 1,405 bilhão em 2005, com crescimento de 35,4%, enquanto as exportações colombianas para o Brasil ficaram em US\$ 137,7 milhões, o que representa uma queda de 3,8% em relação a 2004.

Em 2006, o intercâmbio comercial total entre Brasil e Colômbia alcançou o equivalente a US\$ 2,3 bilhões, contra US\$ 1,5 bilhão em 2005. As exportações brasileiras corresponderam a US\$ 2,1 bilhões (crescimento de 51,5%, com relação ao ano anterior); e as exportações colombianas, a US\$ 247,9 milhões (crescimento de 80 %). De janeiro a junho de 2007, o intercâmbio total já somou US\$ 1,28 bilhão. As exportações brasileiras corresponderam a US\$ 1,117 bilhão, e as exportações colombianas, a US\$ 164 milhões.

Tendo em vista o grande desequilíbrio comercial, foi bem recebida a iniciativa de, no âmbito do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), realizar, ao longo de 2006, missões de importadores e investidores potenciais brasileiros à Colômbia. O cruzamento da oferta exportadora colombiana e a pauta importadora indica que o setor com maior potencial para aumento das exportações colombianas é o petroquímico. Realizou-se também, em outubro do ano passado, em Bogotá, o Seminário “Como Exportar para o Brasil”.

Os principais produtos exportados pela Colômbia para o Brasil são: combustíveis, óleos e ceras minerais, plásticos e suas obras, e alumínio e suas obras. Do lado brasileiro, os principais produtos exportados são: máquinas, aparelhos e materiais elétricos, ferro fundido, ferro e aço, caldeira, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos.

INVESTIMENTOS

No campo dos investimentos, destaca-se a presença da Petrobrás na Colômbia desde 1986. A partir de 1998, com a aquisição de uma empresa inglesa de porte médio, seus ativos foram aumentados em razão da boa produção em campos petrolíferos no vale central do Departamento de Tolima, no centro do país. A empresa atualmente extrai 45.000 barris/dia de seus campos e seus investimentos na Colômbia são de US\$ 400 milhões. Em 2005 foi assinado entendimento entre a Petrobrás, a multinacional EXXON e a estatal colombiana Ecopetrol, para a exploração de petróleo e gás em plataformas “offshore” no Caribe colombiano. Trata-se do maior contrato de exploração da história do país.

Desde 2004, a Petrobrás está investindo também no mercado de vendas “downstream”, uma vez que fatores como a redução de impostos, maior estabilidade das regras jurídicas e melhora na situação de segurança interna favorecem a venda de produtos de maior valor agregado no mercado colombiano. Em agosto de 2005, a empresa iniciou campanha publicitária que marcou sua entrada no segmento de distribuição.

Em outubro de 2006, a Petrobras inaugurou suas primeiras estações de serviço na Colômbia. Na ocasião, os Presidentes da Petrobrás e da Ecopetrol assinaram dois memorandos de entendimento, relativos ao desenvolvimento conjunto de negócios nas áreas de biocombustíveis e à distribuição de produtos derivados do petróleo. A empresa brasileira informou que a deverá investir cerca de US\$ 200 milhões na Colômbia ao longo deste ano. No momento a Petrobrás está desenvolvendo estudos para decidir a localização estratégica de sua planta para produção de biodiesel no país.

Também em 2006, o Consórcio Tibú, formado pela Petrobras Colômbia e pela Petrobras Energia Internacional, assinou convênio com a Ecopetrol, para projeto de desenvolvimento adicional do Campo Tibú, localizado no departamento colombiano de Norte Santander. A expectativa é de que a produção possa ser elevada a cerca de 15.000 barris diários. O projeto contempla uma fase inicial de dois anos, nos quais cada parte investirá cerca de 40 milhões de dólares em atividades destinadas a avaliar o real potencial do campo.

Outro investimento brasileiro no setor de petróleo colombiano foi realizado pela “Meta Petroleum”, de propriedade do empresário brasileiro Germán Efromovich (Grupo Sinergy/Marítima Engenharia) em sociedade com o grupo americano “Elliot”. O campo explorado pela empresa, localizado no Departamento de Meta, produz 5.000 barris/dia. Os investimentos, até o momento, foram estimados em US\$ 60 milhões. Há projeto de expansão da produção.

Em outra operação de grande visibilidade, o Grupo Synergy concluiu as negociações, em dezembro de 2004, para a aquisição da empresa colombiana de aviação AVIANCA, uma das mais tradicionais do continente e para a qual tem projeto de aumento da frota.

A compra de 60% da siderúrgica colombiana Diaco pela empresa Gerdau significou um dos maiores investimentos brasileiros na Colômbia, inaugurando a participação num setor de potencial considerável. A transação é estimada em US\$ 220 milhões. Recentemente, a Gerdau comprou também os ativos da Companhia Siderúrgica de La Sabana (CONSISA), em um investimento de cerca de US\$ 55 milhões.

Também na área de siderurgia, destaca-se ainda a aquisição, nos primeiros meses de 2007, da siderúrgica Acerías Paz del Río pelo Grupo Votorantim.

Na área de infra-estrutura, foi realizado, no dia 15 de fevereiro passado, o desvio das águas do Rio Porce para a construção da Hidrelétrica Porce III. O consórcio responsável pelas obras é liderado pela empresa brasileira Camargo Correa. O custo do projeto, que deve ser concluído em 2010, é de US\$ 900 milhões. A nova hidrelétrica será a quarta maior do país em produção de energia.

As demais empresas brasileiras presentes na Colômbia são: Varig; Construtora Norberto Odebrecht; as empresas de carrocerias para ônibus articulado “Marcopolo” e “Busscar”; e os escritórios de importação da Azaléia Calçados, Tramontina Produtos Metalúrgicos e WEG Motores Elétricos.

No que se refere a investimentos colombianos no Brasil, o exemplo mais significativo é o do grupo Carvajal, empresa sediada em Cali, que possui investimentos da ordem de US\$ 300 milhões na sua filial em Curitiba. A empresa pretende realizar novos investimentos no Brasil.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
COLÔMBIA**

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	República da Colômbia
Superfície	1.038.700 Km ²
Localização	América do Sul
Capital	Bogotá
Principais cidades	Bogotá, Cali, Medellín, Barranquilla
Idioma oficial	Espanhol
PIB (2006: Estimativa ETU)	US\$ 136 bilhões
PIB "per capita" (2006)	US\$ 2.937
Moeda	Peso Colombiano

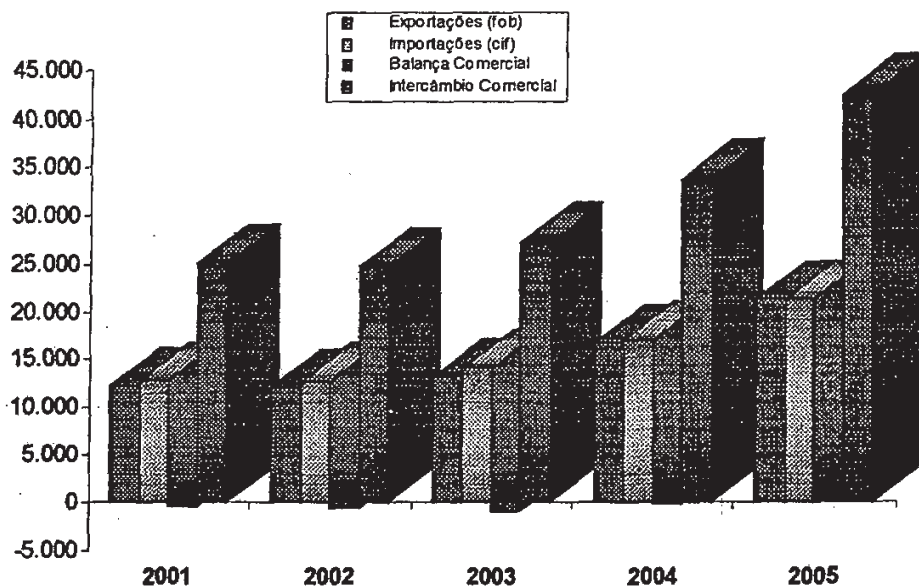
INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

	2002	2003	2004	2005	2006 ⁽¹⁾
População (em milhões de habitantes)	43,5	44,2	44,9	45,6	46,3
Densidade demográfica (hab/Km²)	41,9	42,6	43,2	43,9	44,6
PIB Nominal (US\$ bilhões)	81,2	79,4	97,5	122,6	136,0
Crescimento real do PIB (%)	1,9	3,9	4,9	5,2	6,8
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	6,3	7,1	5,9	5,0	4,3
Reservas internacionais, exclusive ouro (US\$ bilhões)	10,7	10,8	13,4	14,8	15,3
Dívida Externa Total (US\$ bilhões) ⁽²⁾	33,2	37,0	37,7	34,8	38,5
Câmbio (Ps / US\$)	2.504,7	2.877,5	2.628,4	2.321,1	2.358,6

. BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)			
	2004	2005	2006
A. Balança comercial (líquido - fob)	1.346	1.595	322
Exportações	17.224	21.729	25.181
Importações	15.878	20.134	24.859
B. Serviços (líquido)	-1.679	-2.101	-2.109
Receita	2.255	2.666	3.373
Despesa	3.934	4.767	5.482
C. Renda (líquido)	-4.332	-5.561	-5.858
Receita	671	1.076	1.522
Despesa	5.003	6.637	7.380
D. Transferências unilaterais (líquido)	3.726	4.089	4.736
E. Transações correntes (A+B+C+D)	-939	-1.978	-2.909
F. Conta de capitais (líquido)	0	0	0
G. Conta financeira (líquido)	3.168	3.382	2.686
Investimentos diretos (líquido)	2.975	5.755	5.197
Portfolio (líquido)	-429	-1.640	-2.430
Outros	622	-733	-80
H. Erros e Omissões	240	321	254
L. Saldo (E+F+G+H)	2.469	1.725	31

. COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações (fob)	12.307	12.099	13.129	16.788	21.190	24.562
Importações (cif)	12.820	12.695	14.155	17.033	21.202	25.713
Balança Comercial	-513	-596	-1.027	-244	-12	-1.151
Intercâmbio Comercial	25.127	24.794	27.284	33.821	42.393	50.275

COMÉRCIO EXTERIOR DA COLÔMBIA 2001-2005



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%
		no total		no total		no total		no total
EXPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	6.143	46,8%	7.056	42,0%	8.852	41,8%	8.933	36,4%
Venezuela	696	5,3%	1.627	9,7%	2.098	9,9%	2.589	10,5%
Equador	780	5,9%	1.015	6,0%	1.324	6,3%	1.554	6,3%
Peru	396	3,0%	548	3,3%	710	3,4%	833	3,4%
México	360	2,7%	526	3,1%	611	2,9%	717	2,9%
Países baixos	302	2,3%	386	2,3%	440	2,1%	690	2,8%
República Dominicana	343	2,6%	437	2,6%	583	2,8%	684	2,8%
Espanha	197	1,5%	214	1,3%	349	1,6%	614	2,5%
Itália	287	2,2%	364	2,2%	439	2,1%	561	2,3%
Bélgica	228	1,7%	290	1,7%	368	1,7%	545	2,2%
Canadá	177	1,3%	156	0,9%	298	1,4%	535	2,2%
Reino Unido	185	1,4%	275	1,6%	320	1,5%	514	2,1%
Israel			104	0,6%	198	0,9%	430	1,8%
Alemanha	265	2,0%	265	1,6%	339	1,6%	428	1,7%
Chile	189	1,4%	255	1,5%	296	1,4%	331	1,3%
<i>Brasil</i>	<i>93</i>	<i>0,7%</i>	<i>141</i>	<i>0,8%</i>	<i>141</i>	<i>0,7%</i>	<i>166</i>	<i>0,7%</i>
SUBTOTAL	10.842	82,6%	13.820	82,3%	17.498	82,6%	9.954	81,9%
DEMAIS PAÍSES	2.287	17,4%	2.969	17,7%	3.692	17,4%	1.978	18,1%
TOTAL GERAL	13.129	100,0%	16.788	100,0%	21.190	100,0%	11.932	100,0%
					%			

. DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - cif)	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%
		no total		no total		no total		no total
IMPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	4.261	30,1%	5.113	30,0%	6.033	28,5%	7.379	28,3%
México	748	5,3%	1.044	6,1%	1.757	8,3%	2.061	8,0%
China	686	4,8%	1.055	6,2%	1.617	7,6%	1.646	6,4%
<i>Brasil</i>	<i>768</i>	<i>5,4%</i>	<i>973</i>	<i>5,7%</i>	<i>1.383</i>	<i>6,5%</i>	<i>1.623</i>	<i>6,3%</i>
Venezuela	728	5,1%	1.082	6,4%	1.219	5,7%	1.533	6,0%
Japão	645	4,6%	649	3,8%	705	3,3%	1.080	4,2%
Alemanha	624	4,4%	677	4,0%	774	3,6%	1.002	3,9%
República da Coreia	337	2,4%	452	2,7%	594	2,8%	697	2,7%
Equador	410	2,9%	412	2,4%	529	2,5%	621	2,4%
Chile	300	2,1%	359	2,1%	377	1,8%	541	2,1%
França	395	2,8%	306	1,8%	386	1,8%	501	1,9%
Argentina	257	1,8%	322	1,9%	412	1,9%	483	1,9%
Canadá	357	2,5%	386	2,3%	389	1,8%	477	2,0%
Espanha			259	1,5%	0	0,0%	439	1,7%
Itália	293	2,1%	321	1,9%	332	1,6%	196	1,7%
Peru	193	1,4%	261	1,5%	350	1,7%	411	1,6%
Países Baixos			127	0,7%	168	0,8%	362	1,4%
Índia	113	0,8%	180	1,1%	248	1,2%	137	1,1%
Reino Unido			199	1,2%	190	0,9%	271	1,1%
Bolívia	198	1,4%	170	1,0%	192	0,9%	225	0,9%
SUBTOTAL	11.883	84,0%	14.345	84,2%	18.120	85,5%	22.074	85,8%
DEMAIS PAÍSES	2.272	16,0%	2.688	15,8%	3.082	14,5%	3.640	14,2%
TOTAL GERAL	14.155	100,0%	17.033	100,0%	21.202	100%	25.713	100,0%

. COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2005 ⁽¹⁾	Part % no total
EXPORTAÇÕES (fob)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	8.316	39,2%
Café, chá, mate e especiarias	1.498	7,1%
Plantas vivas e produtos de floricultura	910	4,3%
Plásticos e suas obras	904	4,3%
Ferro fundido, ferro e aço	888	4,2%
Pérolas, pedras preciosas e moedas	750	3,5%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	675	3,2%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	572	2,7%
Frutas, cascas de cítricos e de melões	545	2,6%
Açúcares e produtos de confeitaria	456	2,2%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	361	1,7%
Vestuário e seus acessórios, de malha	325	1,5%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	288	1,4%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	277	1,3%
Produtos farmacêuticos	260	1,2%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	254	1,2%
Preparações alimentícias diversas	235	1,1%
Produtos diversos das indústrias químicas	222	1,0%
Animais vivos	182	0,9%
Subtotal	17.917	84,6%
Demais Produtos	3.273	15,4%
Total Geral	21.190	100,0%

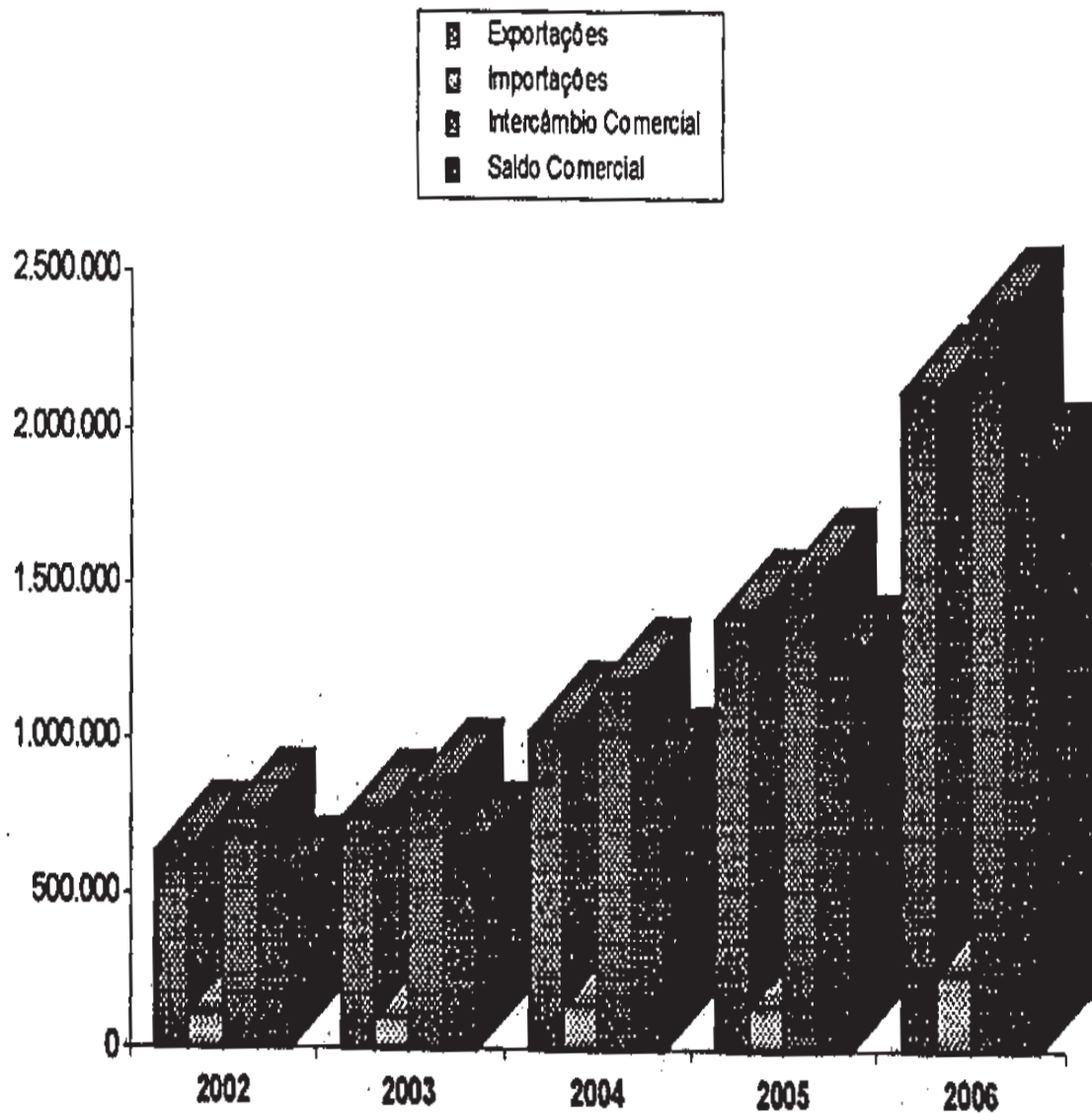
. COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2005⁽¹⁾	Part % no total
IMPORTAÇÕES (cif)		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	2.917	13,8%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2.827	13,3%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	1.972	9,3%
Produtos químicos orgânicos	1.521	7,2%
Plásticos e suas obras	957	4,5%
Ferro fundido, ferro e aço	933	4,4%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos espaciais	709	3,3%
Cereais	626	3,0%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia	572	2,7%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	551	2,6%
Produtos farmacêuticos	546	2,6%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	442	2,1%
Borracha e suas obras	434	2,0%
Produtos diversos das indústrias químicas	407	1,9%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	355	1,7%
Adubos ou fertilizantes	350	1,7%
Algodão	276	1,3%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	237	1,1%
Produtos químicos inorgânicos	222	1,0%
Alumínio e suas obras	217	1,0%
Óleos essências e resinóides	210	1,0%
Subtotal	17.281	81,5%
Demais Produtos	3.923	18,5%
Total Geral	21.204	100,0%

. INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - COLÔMBIA⁽¹⁾ (US\$ mil)	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações	636.617	748.728	1.038.007	1.405.625	2.139.883
Variação em relação ao ano anterior	5,0%	17,6%	38,6%	35,4%	51,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a América do Sul	8,5%	7,4%	6,6%	6,6%	8,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	1,1%	1,0%	1,1%	1,2%	1,6%
Importações	108.346	98.518	143.260	137.748	247.903
Variação em relação ao ano anterior	-42,6%	-9,1%	45,4%	-3,8%	80,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras da América do Sul	1,4%	1,3%	1,5%	1,3%	1,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%
Intercâmbio Comercial	744.963	847.246	1.181.267	1.543.373	2.387.786
Variação em relação ao ano anterior	-6,3%	13,7%	39,4%	30,7%	54,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a América do Sul	4,9%	4,8%	4,7%	4,8%	5,7%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,7%	0,7%	0,7%	0,8%	1,0%
Saldo Comercial	528.271	650.210	894.747	1.267.877	1.891.980

. INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - COLÔMBIA⁽¹⁾ (US\$ mil)	2006 (jan-jun)	2007 (jan-jun)
Exportações	907.842	1.117.549
Variação em relação ao ano anterior	34,4%	23,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a América do Sul	7,7%	7,9%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	1,5%	1,5%
Importações	103.341	164.184
Variação em relação ao ano anterior	44,3%	58,9%
Part. (%) no total das importações brasileiras da América do Sul	1,6%	2,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,2%	0,3%
Intercâmbio Comercial	1.011.183	1.281.733
Variação em relação ao ano anterior	35,4%	26,8%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a América do Sul	5,5%	5,7%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	1,0%	1,0%
Saldo Comercial	804.501	953.365

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-COLÔMBIA

2002 - 2006



COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - COLÔMBIA (US\$ mil - fob)	2 0 0 4	% no total	2 0 0 5	% no total	2 0 0 6	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos e principais produtos)						
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	44.631	4,3%	217.156	15,4%	361.006	16,9%
Terminais portáteis de telefonia celular	10.778	1,0%	165.997	11,8%	267.698	12,5%
Transformador de dielétrico líquido, (>10000kVA)	221	0,0%	348	0,0%	19.586	0,9%
Fios de cobre p/bobinar, isolados p/uso eletr.	1.436	0,1%	2.130	0,2%	4.807	0,2%
Ferro fundido, ferro e aço	134.356	12,9%	202.712	14,4%	343.278	16,0%
Outros laminados, a quente, l>=6cm e<3mm	49.578	4,8%	74.504	5,3%	69.092	3,2%
Laminados de ferro/aço, a quente, l>=60cm	5.802	0,6%	11.299	0,8%	49.417	2,3%
Laminados de outras ligas de aços, quente	17.036	1,6%	26.324	1,9%	34.608	1,6%
Prod. semimanuf., n/ligados, carbono>=0,25%	35	0,0%	12.922	0,9%	29.469	1,4%
Outs.laminados, l>=6cm, a quente	652	0,1%	6.681	0,5%	21.264	1,0%
Caldeiras, máquinas e aparelhos mecânicos	135.557	13,0%	204.442	14,5%	249.517	11,7%
Outros motores de explosão, p/ veículos automóveis, sup. a cilindrada 1000cm3	11.988	1,1%	19.356	1,4%	29.630	1,4%
Motocompressor hermético	12.106	1,2%	17.891	1,3%	24.181	1,1%
Unidades de processamento digital para microprocessadores	9.210	0,9%	17.992	1,3%	13.482	0,6%
Máquinas e aparelhos p/fabr.de papel ou cartão	1.620	0,2%	5.912	0,4%	9.391	0,4%
Outs.escavadoras com capacidade carga >=19m3	0	0,0%	10.724	0,8%	8.850	0,4%
Outros niveladores	3.330	0,3%	4.486	0,3%	6.547	0,3%
Veículos, automóveis, tratores, ciclos	183.382	17,6%	195.240	13,8%	218.389	10,2%
Chassis c/ motor p/ veículos p/ pessoas >=10	36.145	3,5%	40.469	2,9%	57.890	2,7%
Automóveis c/motor explosão, 1500cm3	23.474	2,2%	18.217	1,3%	31.697	1,5%
Automóveis c/motor explosão, 1000cm3	28.080	2,7%	37.880	2,7%	21.327	1,0%
Outras partes e acessórios p/ tratores e automóveis	14.190	1,4%	18.007	1,3%	19.519	0,9%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos espaciais	18.041	1,7%	18.088	1,3%	96.910	4,5%
Alumínio e suas obras	22.344	2,1%	24.224	1,7%	80.680	3,8%
Borracha e suas obras	45.673	4,4%	54.447	3,9%	70.076	3,3%
Plásticos e suas obras	23.801	2,3%	36.726	2,6%	69.117	3,2%
Açúcares e produtos de confeitaria	4.712	0,5%	9.991	0,7%	47.079	2,2%
Produtos farmacêuticos	29.991	2,9%	37.587	2,7%	46.349	2,2%
Preparações alimentícias diversas	38.022	3,6%	39.696	2,8%	45.920	2,1%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	19.744	1,9%	34.289	2,4%	43.588	2,0%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	26.986	2,6%	32.462	2,3%	43.352	2,0%
Produtos químicos orgânicos	19.850	1,9%	22.437	1,6%	38.194	1,8%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	31.734	3,0%	4.080	0,3%	32.118	1,5%
Produtos diversos das indústrias químicas	22.459	2,2%	19.503	1,4%	27.069	1,3%
Vidro e suas obras	13.375	1,3%	21.875	1,5%	25.769	1,2%
Instrumentos e aparelhos de óptica e fotografia	14.305	1,4%	19.334	1,4%	20.305	0,9%
Filamentos sintéticos ou artificiais	19.033	1,8%	23.577	1,7%	19.443	0,9%
Algodão	29.908	2,9%	15.960	1,1%	18.579	0,9%
Subtotal	877.904	84,1%	1.233.826	87,4%	1.896.738	88,6%
Demais Produtos	165.631	15,9%	178.368	12,6%	243.145	11,4%
TOTAL GERAL	1.043.535	100,0%	1.412.194	100,0%	2.139.883	100,0%

Elaborado pelo MRÉ/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - COLÔMBIA (US\$ mil - fob)	2004	%	2005	%	2006	%
		no total		no total		no total

IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Combustíveis, óleos e ceras minerais	45.943	32,1%	32.655	23,7%	79.539	32,1%
Querosenes de aviação	0	0,0%	0	0,0%	34.582	13,9%
Coques de hulha, de linhita ou de turfa	12.061	8,4%	5.085	3,7%	17.976	7,3%
Hulha betuminosa, não aglomerada	5.338	3,7%	8.380	6,1%	11.672	4,7%
Outras hulhas, mesmo em pó, mas não aglomeradas	9.104	6,4%	19.155	13,9%	9.994	4,0%
Óleos brutos de petróleo	19.439	13,6%	0	0,0%	5.243	2,1%
Misturas betuminosas à base de asfalto, de betumes, etc.	1	0,0%	35	0,0%	38	0,0%
Breu obtido de alcatrões minerais	0	0,0%	0	0,0%	35	0,0%
Plásticos e suas obras	33.597	23,5%	32.677	23,7%	37.803	15,2%
Copolímeros de propileno, em formas primárias	12.558	8,8%	18.051	13,1%	19.920	8,0%
Polipropileno sem carga, em forma primária	1.587	1,1%	2.627	1,9%	6.073	2,4%
Policloreto de vinila	4.886	3,4%	4.739	3,4%	4.720	1,9%
Alumínio e suas obras	454	0,3%	5.524	4,0%	21.256	8,6%
Desperdícios e resíduos, de alumínio	358	0,2%	5.500	4,0%	19.441	7,8%
Borracha e suas obras	9.954	6,9%	12.819	9,3%	18.656	7,5%
Pneus novos para automóveis de passageiros	5.222	3,6%	7.057	5,1%	12.241	4,9%
Outros pneus novos para ônibus ou caminhões	4.212	2,9%	5.393	3,9%	6.048	2,4%
Produtos químicos orgânicos	8.432	5,9%	11.693	8,5%	14.667	5,9%
6-Hexanolactama (epsilon-caprolactama)	5.881	4,1%	7.608	5,5%	12.282	5,0%
Produtos químicos inorgânicos	8.134	5,7%	8.702	6,3%	13.170	5,3%
Outros negros de carbono	7.757	5,4%	8.330	6,0%	12.286	5,0%
Pastas, ("ouates"), feltros e falsos tecidos	1.042	0,7%	1.812	1,3%	11.758	4,7%
Instrumentos e aparelhos de óptica e fotografia	2.914	2,0%	3.066	2,2%	6.429	2,6%
Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	2.434	1,7%	3.720	2,7%	5.621	2,3%
Ferro fundido, ferro e aço	418	0,3%	280	0,2%	4.785	1,9%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, etc.	2.956	2,1%	1.993	1,4%	4.081	1,6%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	4.502	3,1%	206	0,1%	3.726	1,5%
Subtotal	120.780	84,3%	115.147	83,6%	221.491	89,3%
Demais Produtos	22.490	15,7%	22.601	16,4%	26.412	10,7%
TOTAL GERAL	143.270	100,0%	137.748	100,0%	247.903	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006.

Aviso nº 767 – C. Civil.

Em 3 de agosto de 2007

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 129, DE 2007

(Nº 575/07, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor João de Mendonça Lima Neto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações

Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Socialista do Vietnã.

Os méritos do Embaixador João de Mendonça Lima Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de agosto de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 207 MRE DP/DSE/SGEX/AFEPA/G – APES

Brasília, 31 de julho de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor João de Mendonça Lima Neto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Socialista do Vietnã.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Senhor João de Mendonça Lima Neto que, juntamente com a mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO

CPF.: 42506557768

RG.: 7486 – MRE

03/10/1952	Filho de Alcides Brandão de Mendonça Lima e Angela de Mendonça Lima, nasce em 03 de outubro em Roma/Itália (Brasileiro nato de acordo com o artigo 129, alínea II, 1a. parte da Constituição de 18 de setembro de 1946)
01/01/1976	Filosofia e Economia pela "Sophia University International College", Tóquio
04/01/1977	Terceiro Secretário em 01 de dezembro
09/01/1977	Divisão da América Meridional-II, assistente
04/01/1980	Embaixada em Paris, Terceiro e Segundo Secretário
05/01/1980	Segundo Secretário, por antigüidade, em 26 de novembro
25/01/1980	Ordem "El Sol de Perú", Cavaleiro
20/01/1983	Embaixada em Assunção, Segundo Secretário
26/01/1984	Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro
06/01/1987	Primeiro Secretário, merecimento, 30 de junho
11/01/1987	Divisão da América Meridional-I, assistente
12/01/1988	Ministério da Fazenda, Secretaria de Assuntos Internacionais, assessor
13/01/1990	Secretaria de Imprensa, assessor
14/01/1991	Divisão de Assuntos Previdenciários e Sociais, assessor
15/01/1991	Centro de Processamento de Dados do Departamento de Comunicação e Documentação, Chefe, substituto
07/01/1993	Conselheiro, por merecimento, em 02 de julho
22/01/1993	Embaixada em Tóquio, Conselheiro
02/01/1997	Curso de Diplomacia Pública
23/01/1998	Embaixada em Londres, Conselheiro
03/01/2000	CAE - IRBr, Promoção do Brasil como Destino Turístico
08/01/2001	Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 20 de dezembro
17/01/2001	Fórum da Indústria de Turismo, Coordenador Nacional

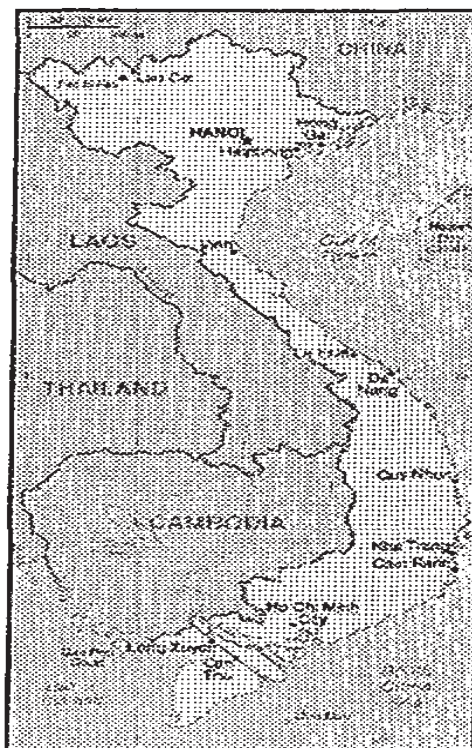
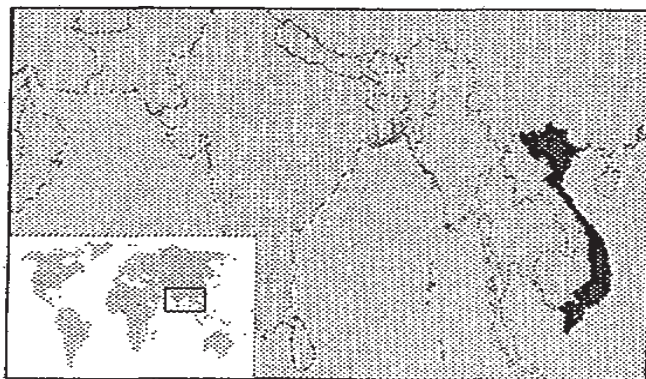
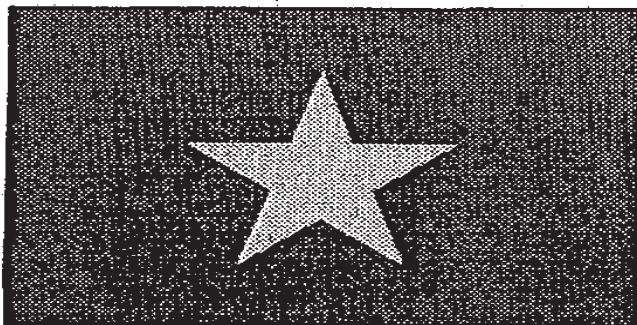
- 03/01/2002 Promoção do Brasil como Destino Turístico, Ed. IRBr, Fundação Alexandre de Gusmão
- 16/01/2003 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Assessoria Internacional, Chefe
- 24/01/2003 Consulado-Geral em Xangai, Cônsul-Geral
- 08/08/2004 Programas de Geração de Emprego na China em Mundo Afora - Programas de Geração de Emprego, Publicação da Coordenação de Divulgação (DC) do MRE, Ideal Gráfica e Editora
- 10/01/2005 Programa de Combate à Violência Urbana em Mundo Afora - Programas de Combate à Violência Urbana, Publicação da Coordenação de Divulgação (DC) do MRE, Gráfica Vera Cruz Ltda.



DENIS FONTES DE SOUZA PINTO

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

VIETNÃ



Ministério das Relações Exteriores
Departamento da Ásia e Oceania
Divisão da Ásia e Oceania II

Brasília, Julho de 2007

DADOS BASICOS* – República Socialista do Vietnã

CAPITAL:	Hanói
ÁREA:	331,6 mil km ² (pouco menor que o estado do Maranhão)
POPULAÇÃO (2006):	84,9 milhões
PRINCIPAIS IDIOMAS:	Vietnamita (oficial), inglês, francês, chinês, khmer
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cerca de 80% da população não têm religião; Budismo, Catolicismo, Hoa Hao, Cao Dai
SISTEMA POLÍTICO:	República Socialista Parlamentarista, com partido único
SECRETÁRIO-GERAL DO PARTIDO	Nong Duc Mahn
PRÉSIDENTE DA REPÚBLICA:	Nguyen Minh Triet
PRIMEIRO-MINISTRO:	Nguyen Tan Dung
CHANCELER:	Pham Gia Khiem
PIB (2006):	US\$ 61,5 bilhões (nominal)
PIB PER CAPITA (2006):	US\$ 720 (nominal); US\$ 3.100 (PPP)
EXPORTAÇÕES (2006):	US\$ 39,9 bilhões
PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO:	Petróleo cru, têxteis, calçados, produtos de pesca
PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES:	EUA, Japão, China, Austrália, Cingapura, Alemanha, Reino Unido
IMPORTAÇÕES (2006):	US\$ 40,5 bilhões
PRINCIPAIS PRODUTOS DE IMPORTAÇÃO:	Maquinário, partes e equipamentos, petróleo refinado, material para a indústria têxtil, aço
PRINCIPAIS PAÍSES DE ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES:	China, Cingapura, Coreia do Sul, Japão, Tailândia, Malásia, Hong Kong
UNIDADE MONETÁRIA:	Dongue
EMBAIXADOR DO VIETNÃ NO BRASIL:	Nguyen Thac Dinh

* Fonte: Current Report, The Economist Intelligence Unit, July 2007

SUMÁRIO EXECUTIVO

A história milenar do Vietnã é marcada por lutas constantes para afirmar a identidade nacional e a autonomia, sobretudo em face da China. De 179 AC a 938 DC, o país esteve sob dominação chinesa e, de 1858 a 1954, todo o território atual esteve primeiro sob assédio e depois sob domínio francês.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os japoneses ocuparam o Vietnã. Em 2 de setembro de 1945, o líder da resistência contra a ocupação nipônica, Ho Chi Minh, proclamou a independência do país em Hanói. Em dezembro de 1946, no entanto, acirrou-se o conflito armado com os colonizadores franceses, que só se concluiria em 1954, com a derrota total da França na Batalha de Dien Bien Phu.

A guerra contra os norte-americanos, iniciada nos anos sessenta, terminou em 1975, com a tomada de Saigon pelo Norte comunista e a unificação do país, que, no ano seguinte, passou a chamar-se República Socialista do Vietnã (até o fim da guerra, o nome oficial do Vietnã do Norte era República Democrática do Vietnã e o Vietnã do Sul denominava-se República do Vietnã).

Desde 1975, o Vietnã busca consolidar um Estado socialista sob o controle de um partido único, o Partido Comunista do Vietnã. A invasão do Camboja por forças vietnamitas, no final de 1978, e novos conflitos com a China, na fronteira Norte, contribuíram para agravar a situação sócio-econômica do país e isolá-lo ainda mais no cenário internacional.

Em 1986, as conclusões do Sexto Congresso do Partido Comunista deram início, no entanto, a um processo de renovação ("*Doi Moi*"), com vistas à adoção de uma economia de mercado. O processo de abertura econômica foi marcado pela promulgação de uma nova Constituição, em 1992, cujo texto prevê garantias à iniciativa privada e aos investimentos externos, sem, no entanto, deixar de mencionar a orientação socialista do Estado vietnamita. Essa política de abertura foi reforçada a partir do colapso da antiga União Soviética.

Desde a definição da nova orientação, o Vietnã tem surpreendido pela velocidade e pelo alcance das mudanças, que já provocaram sensíveis alterações no cotidiano de sua população, reflexo do crescimento econômico elevado: média de aproximadamente 8% na década de 90; 6% em 2000; 6,8% em 2001; 7% em 2002; 7,3% em 2003; 7,7% em 2004; 8,4% em 2005; e 8,2% em 2006.

Nos últimos anos, o Vietnã adotou várias iniciativas diplomáticas, com vistas a reforçar sua inserção internacional. Dentre elas, ressaltam a entrada na Associação das

Nações do Sudeste Asiático (“Association of Southeast Asian Nations” – ASEAN) e a normalização das relações diplomáticas com os Estados Unidos, eventos ocorridos em 1995, bem como a adesão à Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (“Asia-Pacific Economic Cooperation” – APEC), em 1998, que marcaram o fim do isolamento internacional do Vietnã e o início de uma nova era na sua história.

Em razão do processo de abertura econômica iniciado em 1986, o Vietnã apresenta um dos maiores índices de crescimento econômico na Ásia (8,4% em 2005; 8,2% em 2006; 7,9% em 2007 e previsão de 7,8% em 2008) e recebe expressivos fluxos de investimentos estrangeiros. Prevê-se que a adesão do país à Organização Mundial do Comércio (OMC), concluída em 2007, fortaleça os fundamentos de sua economia.

O Vietnã tem-se também mostrado exitoso na aplicação de políticas de inclusão social e manifestou apoio à candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Brasil, por sua vez, comprometeu-se a apoiar a candidatura vietnamita a um assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no biênio 2008-2009.

O comércio bilateral em 2006 foi de US\$ 204 milhões (exportações brasileiras de US\$ 128,9 milhões e importações de US\$ 75,5 milhões). Apesar do aumento significativo em relação a 2005 (87%), trata-se ainda de volume de comércio bilateral muito aquém de seu potencial.

O Vietnã tem também demonstrado interesse em estreitar a cooperação bilateral nas áreas de etanol; ciência e tecnologia; e esportes (há instrumentos bilaterais em diferentes estágios de negociação nesses três campos).

Em maio de 2007, o Secretário-Geral do Partido Comunista do Vietnã, Nong Duc Manh, a mais alta autoridade do sistema político vietnamita, visitou o Brasil, como parte de périplo pela América Latina, acompanhado de vasta delegação ministerial, tendo-se encontrado com o Presidente Lula. Durante a visita do Secretário-Geral do Partido Comunista, foi firmado Memorando na área de Saúde e Ciências Biomédicas.

POLÍTICA INTERNA

A organização do Estado vietnamita está definida na Constituição de 1992 e suas Emendas. São elementos principais o Partido Comunista; o Poder Executivo; a Assembléia Nacional (unicameral); o Judiciário; e as administrações locais e provinciais.

O Art. 4 da Constituição afirma que o Partido “é a vanguarda da classe trabalhadora, o fiel representante dos direitos e interesses da classe trabalhadora, do povo que labuta, e de toda a nação, agindo sob a doutrina marxista-leninista e o Pensamento de Ho Chi Minh”. É “a força que lidera o Estado e a sociedade”.

O Vietnã tem regime de partido único.

O dirigente mais influente do Partido Comunista é o Secretário-Geral. Dele partem as recomendações para as indicações do Presidente da República e do Primeiro-Ministro.

O atual Secretário-Geral do Partido Comunista do Vietnã, Nong Duc Manh, foi escolhido pelo IX Congresso (era antes Presidente da Assembléia Nacional) e confirmado pelo X Congresso, em 2006.

O Partido, com cerca de 3,1 milhões de membros à época do X Congresso, é liderado por um Comitê Central de 160 membros e mais 21 alternos. O Comitê Central é, por sua vez, liderado por um Bureau Político, atualmente de 14 membros. Conta também com uma Secretaria de 8 membros e uma Comissão de Controle de 14 membros.

O Congresso Nacional do Partido reúne-se a cada cinco anos. O X Congresso realizou-se de 18 a 25 de abril de 2006 com a participação de 1.176 delegados, ocasião em que houve extensa renovação na cúpula do Estado e do próprio Partido, mais ampla do que a ocorrida no Congresso anterior.

Ademais do Secretário-Geral do Partido, as principais autoridades do país são o Presidente da República, o Primeiro-Ministro e o Presidente da Assembléia Nacional, todos membros do Bureau Político do Partido.

O Presidente da República comanda as Forças Armadas e tem a prerrogativa de propor à Assembléia Nacional a eleição ou destituição do Primeiro-Ministro e do Presidente da Suprema Corte.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Vietnã tem como uma de suas prioridades a inserção do país no Sudeste asiático. Além da China, Japão, as duas Coreias e os países da ASEAN, têm particular importância as relações com o Laos e o Camboja, países limítrofes. No plano extra-regional, ressaltam as relações com os EUA e a União Européia.

O processo de abertura para a economia de mercado, “*Doi Moi*” (“Renovação”), iniciado em 1986, ampliou as possibilidades da projeção internacional vietnamita. Desde o começo da década de 90, o Vietnã evoluiu de uma posição de isolamento internacional – resultante da atitude negativa dos EUA após a guerra e da crise com a China devido à invasão do Camboja em 1978 – para uma de abertura de frentes de cooperação. Em 1991, o VII Congresso do Partido Comunista adotou expressamente uma política externa de “portas abertas”. A partir de então, o Vietnã iniciou ofensiva diplomática que conduziu à normalização das relações com seus vizinhos (com a China em 1991 e com a França em 1993). O país aderiu ao FMI em 1993. Em 1995, ingressou na ASEAN; estabeleceu relações diplomáticas com os EUA; e formalizou pedido de acesso à OMC, ademais de firmar acordo-quadro com a UE. Após a visita do Presidente dos EUA Bill Clinton (2000), o Vietnã firmou com os EUA um Acordo Comercial (2001).

Em 2004, realizou-se em Hanói a V Cúpula da ASEM, seguida da cúpula da APEC (2006). Em janeiro de 2007, foi formalizada a acesso do Vietnã à OMC.

Em junho de 2007, o Presidente Nguyen Mihn Triet tornou-se o primeiro Chefe de Estado vietnamita a visitar os EUA, desde o fim da Guerra do Vietnã.

No início de 2007, o Vietnã mantinha relações diplomáticas formais com 171 países, dos quais 63 com Embaixadas residentes em Hanói e 58 não-residentes, num total de 121), além de Delegação junto à União Européia e de 16 Escritórios de organizações intergovernamentais.

ECONOMIA

O VI Congresso do Partido Comunista, em 1986, formalizou a adoção da política de amplas reformas, "*Doi Moi*" ("Renovação"), voltada para a transição de uma economia estritamente planejada para a economia de mercado, com "orientação socialista".

As reformas incluíram a reformulação do sistema agrícola, a liberalização dos preços, o corte de subsídios estatais, a promoção do setor privado, a abertura comercial e a abertura aos investimentos externos. Essa política recebeu amplo apoio internacional e tem mostrado resultados muito positivos. Historicamente ameaçado pela fome, o país tornou-se, por exemplo, um dos maiores exportadores mundiais de arroz. A inflação foi dramaticamente reduzida. A economia vietnamita passou a apresentar altos índices de crescimento.

O ingresso na ASEAN e o estabelecimento de relações diplomáticas com os EUA, ambos em 1995, marcaram de modo claro uma nova fase na história econômica do país.

Entre as principais características atuais da economia vietnamita figuram: a existência de aproximadamente 250 mil empresas registradas, das quais, mais de 90% são pequenas e médias e cerca de 2 mil de capital 100% estatal; a participação das exportações em 60% do PIB; e taxa de investimento da ordem de 39% em relação ao PIB.

A economia do Vietnã manteve, em 2006, o ciclo de crescimento acelerado. O PIB cresceu 8,2 %, totalizando cerca de US\$ 60 bilhões, e a renda per capita atingiu o valor de aproximadamente US\$ 720 (valores nominais). Pelo critério de "Purchasing Power Parity" ou "PPP", o PIB poderia ser estimado em US\$ 258,6 bilhões e o PIB per capita em US\$ 3.100 em 2006. As exportações somaram US\$ 39,6 bilhões, com crescimento de 22,2% em relação ao ano anterior. O intercâmbio comercial atingiu seu mais alto patamar, com US\$ 84 bilhões. A inflação, que era preocupante um ano antes, voltou a patamares aceitáveis, 6,6%, abaixo do índice de crescimento do PIB. A população na faixa de pobreza foi reduzida em 3%.

São citados como principais fatos de 2006, na esfera econômica, a aprovação do plano quinquenal para 2006-2010; a acessão à OMC, concluída em 2007; a manutenção do forte processo de atração de investimentos; a solidez da expansão das exportações; o notável avanço nas operações das duas bolsas de valores existentes no país; a entrada em vigor das novas leis sobre investimentos e funcionamento das empresas estrangeiras;

o combate a casos notórios de corrupção; as altas perdas decorrentes de desastres naturais como tufões, epidemias e pragas agrícolas; e greves por melhores salários e condições de trabalho em empresas de capital estrangeiro, que movimentaram mais de 150 mil grevistas.

O Vietnã goza, atualmente, da reputação de ser um dos países mais estáveis e seguros na região Ásia-Pacífico. O Governo vietnamita tem consciência da importância dessa percepção e procura contribuir para uma melhor divulgação dessa imagem no plano externo.

Parte das dificuldades de adaptação à economia internacional deriva das contradições entre uma economia que quer pautar-se pelas regras do mercado e um sistema político centralizador. Nisso, o Vietnã parece buscar encontrar soluções no modelo chinês.

RELAÇÕES BRASIL-VIETNÃ

Brasil e Vietnã estabeleceram relações diplomáticas em 1989. A Embaixada do Brasil em Hanói foi aberta em 1994, e a do Vietnã em Brasília em 2000.

As relações políticas bilaterais são cordiais, sem contenciosos, mas ainda aquém do seu potencial. O Vietnã manifestou apoio à candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e o Brasil apoiará a candidatura vietnamita a um assento não-permanente, no biênio 2008-2009. Houve até o momento três reuniões do Mecanismo de Consulta Política, criado em 1995 (1998, 2003 e 2004).

O Brasil tem elevado déficit de visitas de alto nível com o Vietnã. Já visitaram o Brasil o Secretário-Geral do Partido Comunista, Nong Duc Mahn (2007); o ex-Presidente da Assembléia Nacional, Nguyen Van An (2006); os ex-Presidentes Tran Duc Luong (2004) e Le Duc Anh (1995); os então Ministros da Cultura e Informação (2000) e da Defesa Nacional (2003); e o Vice-Premier, depois Primeiro-Ministro, Phan Van Khai (1998).

A visita mais significativa pelo lado brasileiro foi a do Deputado Federal Aldo Rebelo, então líder do Governo na Câmara (2003), na condição de Presidente do Grupo Parlamentar.

São os seguintes os instrumentos bilaterais atualmente em negociação entre o Brasil e o Vietnã:

INSTRUMENTOS BILATERAIS EM NEGOCIAÇÃO

Instrumento	Status atual	“Follow-up”
Protocolo sobre Cooperação Técnica para a Produção de Etanol	O lado brasileiro apresentou proposta de texto em 2005. A Parte vietnamita entrou em contato direto com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para obter maiores informações sobre o texto.	Aguarda-se reação do lado vietnamita.
Acordo-Quadro em Cooperação Técnica	O lado brasileiro apresentou proposta de texto em 2005.	Aguarda-se reação do lado vietnamita
Acordo de Cooperação Esportiva	O lado brasileiro apresentou proposta de texto em 2005.	Aguarda-se reação do lado vietnamita

Brasil e Vietnã já firmaram os seguintes instrumentos: Memorando de Entendimento Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum (1995); Acordo de Cooperação Cultural (2003); Acordo Relativo ao Tratamento Recíproco de Nação Mais favorecida (2004); Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos (2004); e Memorando de Entendimento em Saúde e Ciências Biomédicas (2007). Este último, celebrado por ocasião da visita do Secretário-Geral do Partido Comunista ao País, contempla, dentre outros pontos, a cooperação na área de HIV/AIDS.

A visita do Secretário-Geral do Partido Comunista do Vietnã ao Brasil, em maio de 2007, ofereceu a oportunidade para reafirmar-se a importância que os dois Governos atribuem ao aprimoramento de suas relações bilaterais.

O Vietnã compartilha com o Brasil a importância atribuída a políticas que buscam, por um lado, conciliar a ampliação e aprimoramento de sua inserção no sistema internacional, e, por outro, promover a melhoria das condições de inclusão social de suas populações.

No plano político, o Vietnã manifestou apoio à candidatura brasileira a um assento permanente no CSNU, enquanto o Brasil anunciou apoio à candidatura vietnamita a um assento não-permanente do CSNU, no biênio 2008-2009. Existem condições muito favoráveis para o estreitamento dos contatos e consultas em organismos internacionais.

O Brasil prestou firme apoio ao processo de acessão do Vietnã à OMC, concluído em fins de 2006, e avalia positivamente os esforços envidados pelo país na transição para uma economia de mercado

Em abril de 1998, foi criado, no âmbito da Câmara dos Deputados, o Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Vietnã. A IX Legislatura da Assembléia Nacional do Vietnã, iniciada em 2002, estabeleceu a seção vietnamita do Grupo.

Os dois países mostram afinidade e votam, em geral, de forma coincidente em organismos multilaterais, com apoio recíproco em votações para cargos. A Chancelaria vietnamita aprecia o que considera atitude equilibrada do Brasil no tema dos direitos humanos. O Brasil recebeu o apoio vietnamita à sua eleição ao ECOSOC, em 2004.

O Brasil esteve entre os primeiros países a concluir (novembro de 2004) as negociações bilaterais relativas ao processo de acessão do Vietnã à OMC.

A intensificação do relacionamento com o Vietnã pode também ser vista como parte do Diálogo Sul-Sul e do processo de aproximação entre o Brasil e os países do Sudeste Asiático e da ASEAN, nossa última fronteira de projeção diplomática.

COMÉRCIO BILATERAL

As exportações do Brasil para o Vietnã passaram de US\$ 61,6 milhões em 2005 para US\$ 128,9 milhões em 2006 (um aumento de 109,3%). As importações pelo Brasil de produtos vietnamitas também aumentaram, de US\$ 47,7 milhões em 2005 para US\$ 75,5 milhões (aumento de 58,2%). O aumento do intercâmbio foi de 87%, passando de US\$ 109,35 milhões em 2005 para US\$ 204,51 milhões em 2006.

Foi a seguinte a evolução do intercâmbio bilateral desde 1990 (US\$ FOB):

ANO	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de Comércio
1990	2.981.013	0	2.981.013	2.981.013
1991	2.337.050	48.154.076	-45.817.026	50.491.126
1992	2.082.655	10.914.697	-8.832.042	12.997.352
1993	4.264.422	17.264.831	-13.000.409	21.529.253
1994	1.826.615	51.978.116	-50.151.501	53.804.731
1995	7.571.521	20.740.202	-13.168.681	28.311.723
1996	10.502.813	36.484.037	-25.981.224	46.986.850
1997	14.271.621	29.572.796	-15.301.175	43.844.417
1998	20.031.726	24.716.387	-4.684.661	44.748.113
1999	13.122.134	24.233.110	-11.110.976	37.355.244
2000	7.052.912	19.197.500	-12.144.588	26.250.412
2001	11.459.213	17.757.432	-6.298.219	29.216.645
2002	27.616.796	15.291.647	12.325.149	42.908.443
2003	25.013.947	22.103.573	2.910.374	47.117.520
2004	37.952.549	31.906.986	6.045.563	69.859.535
2005	61.608.392	47.751.521	13.856.871	109.359.913
2006	128.959.850	75.552.524	53.407.326	204.512.374
2006*	50.187.612	33.016.302	17.172.310	83.303.914
2007*	81.105.915	43.416.153	37.689.762	124.522.068

* Dados referentes ao período janeiro-junho.

As principais exportações brasileiras são madeira e couros, a que, a partir de 2003, agregaram-se veículos para transporte de 10 ou mais pessoas (ônibus). Outros itens de expressão são: algodão, máquinas e aparelhos mecânicos, fumo, aço, sucos, alimentos e produtos químicos. O Brasil importa do Vietnã arroz, motores, calçados, borracha, pneus de bicicleta, carvão, bolsas de couro e roupas, entre outros.

No início de 2006 foi aberto escritório comercial do Vietnã em São Paulo.

CRONOLOGIA – PRINCIPAIS FATOS

- 179 a. C. a 938 d. C – Domínio chinês sobre a maior parte do atual Vietnã.
- 1858 – Início da dominação colonial francesa sobre a Indochina.
- 1930 – Fundação do Partido Comunista da Indochina (PCI)
- 1941 – Invasão japonesa.
- 1945 – Proclamação da Independência da República Democrática do Vietnã (2/09).
- 1946 – Início da guerra de independência contra os franceses.
- 1954 – Batalha de Dien Bien Phu. Derrota francesa.
 - Acordos de Genebra; divisão do Vietnã em Norte e Sul.
- 1963 – Guerrilhas comunistas no Sul derrotam unidades do Exército sul-vietnamita.
 - Queda e assassinato do Presidente sul-vietnamita, Ngo Dinh Diem. (1º/11).
- 1964 – Incidente de Tonquim. Bombardeios dos EUA no Vietnã do Norte.
- 1965 – 200.000 soldados dos EUA chegam ao Vietnã do Sul.
- 1968 – Ofensiva militar comunista no Sul (Ofensiva do Tet) (janeiro-fevereiro).
- 1969 – Morte de Ho Chi Minh.
 - Início da redução de tropas norte-americanas no Vietnã (“vietnamização”).
- 1970 – Início das conversações de paz entre EUA e Vietnã do Norte, em Paris.
- 1973 – Acordo de cessar-fogo em Paris. Retirada das tropas dos EUA (janeiro).
- 1975 – Queda de Saigon. Tropas norte-vietnamitas ocupam o Sul (abril).
- 1976 – Proclamação da República Socialista do Vietnã.
- 1979 – Tropas do Vietnã invadem o Camboja e derrubam o regime do Khmer Vermelho.
 - Conflito na fronteira entre China e Vietnã.
- 1986 – Início da política de abertura econômica, conhecida como “doi moi” (renovação).
- 1992 – Nova Constituição permite algumas liberdades econômicas.
- 1994 – Fim do embargo econômico de 30 anos dos EUA ao Vietnã.
- 1995 – Restabelecimento de relações diplomáticas entre o Vietnã e os EUA.
 - Ingresso do Vietnã na ASEAN.
- 2000 – Visita do ex-Presidente dos EUA Bill Clinton ao Vietnã.
- 2005 – Visita do ex-Primeiro-Ministro Phan Van Khai aos EUA (junho).
- 2006 – X Congresso do Partido Comunista do Vietnã. Novos Presidente e Primeiro-Ministro.
- 2007 – Entrada do Vietnã na OMC (janeiro).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- 1989 – Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Vietnã (8/05).
- 1993 – Visita ao Brasil do ex-Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Le Mai (out.).
- 1994 – Visita da primeira missão empresarial brasileira ao Vietnã (abril).
- Visita do então Vice-Premier Phan Van Khai ao Brasil (junho).
 - Instalação da Embaixada do Brasil em Hanói (setembro).
- 1995 – Assunção do primeiro Embaixador do Brasil em Hanói, Ítalo Zappa (janeiro).
- Apresentação de credenciais do Embaixador Ítalo Zappa (fevereiro).
 - Visita ao Brasil do ex-Presidente do Vietnã, Le Duc Anh (9 a 12/10).
 - Memorando de Entendimento relativo a Consultas bilaterais (out.).
- 1997 – O 2º Embaixador do Brasil, Christiano Whitaker, apresenta credenciais (30/01).
- Abertura do Consulado-Geral do Vietnã em São Paulo.
- 1998 – Primeira Reunião de Consultas Brasil-Vietnã (26/05).
- 2000 – Abertura da Embaixada residente do Vietnã em Brasília (1º/10).
- 2002 – Atual Embaixador do Brasil apresenta credenciais (21/05).
- “Agrément” ao 1º Embaixador do Vietnã residente em Brasília (24/06).
 - O Embaixador Nguyen Van Huynh apresenta credenciais (setembro).
- 2003 – Visita de missão político-empresarial brasileira ao Vietnã (20 a 24/10).
- Segunda Reunião de Consultas Brasil-Vietnã (24/10).
 - Assinatura de Acordo de Cooperação Cultural Brasil-Vietnã (24/10).
 - Visita do Ministro da Defesa do Vietnã, Pham Van Tra, ao Brasil (13-15/11).
- 2004 – Visita do Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Rel. Ext. do Vietnã ao Brasil (jan.).
- Visita ao Brasil do então Presidente do Vietnã, Tran Duc Luong (15 a 18/11).
 - Realização em São Paulo do 1º “Fórum Empresarial Brasil-Vietnã” (16/11).
- 2005 – Delegação do Vietnã no V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (jan.).
- Visita ao Brasil de delegação parlamentar do Vietnã (março).
 - Visita de delegação do Partido Comunista do Vietnã ao Brasil (15 a 20/04).
 - Visita de delegação do Ministério das Finanças do Vietnã ao Brasil (abril).
 - Visita de delegação da Assembléia Nacional do Vietnã ao Brasil (dezembro).
- 2006 – Visita ao Brasil do ex-Presidente da Assembléia Nacional do Vietnã (março).
- 2007 – Visita ao Brasil do Secretário-Geral do Comitê Central do Partido Comunista, Nong Duc Manh (27 a 30/5); assinatura de Memorando de Entendimento na área de Saúde e Ciências Médicas.

Aviso nº 768 – C. Civil.

Em 3 de agosto de 2007

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor João de Mendonça Lima Neto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Socialista do Vietnã.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relação Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sexta-feira, 10 de agosto de 2007, 9h5min. Há oradores inscritos.

Convoco para usar da tribuna o Senador do PMDB do Estado do Amapá, Dr. Gilvam Borges.

V. Ex^a, regimentalmente, não sendo uma sessão deliberativa, poderá usar da tribuna por até vinte minutos, mas jamais ousarei cortar a palavra de V. Ex^a em respeito ao Amapá e à democracia.

Apenas peço permissão para relembrar, Professor Cristovam Buarque, que este é um dos melhores Senados em 183 anos da nossa República, tanto é que no passado não havia reunião às sextas-feiras. Estamos aqui para debater os principais problemas desta Nação, os reclamamos do povo brasileiro.

Com a palavra o Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, saias rodadas invadiram o palco do Teatro das Bacabeiras, em Macapá. O batuque do marabaixo, maior tradição folclórica local, foi o ritmo que anunciou a chegada do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) ao Amapá, segundo estado da Região Norte a receber a visita da Caravana da Educação.

Aliás, da Bahia, em 9 de maio, até o Amapá, no dia 7 de agosto, a Caravana da Educação do Presidente Lula passou por dez estados.

Macapá recebeu o ministro da Educação, Fernando Haddad, que lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) na última terça-feira, 7 de agosto.

Com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 3,1 (abaixo da média nacional, que é de

3,8), o Amapá é uma das prioridades do PDE. Mesmo com taxa de analfabetismo de 12,10%, menor que a taxa nacional (13,63%), a alfabetização de jovens com mais de 15 anos e adultos é prioridade do Estado.

Desde 1970, o Amapá não recebia a visita de um Ministro da Educação. Para nós, foi um dia de festa. O Ministério da Educação está estabelecendo uma relação direta com os Municípios; por isso esse pacto trará grandes avanços.

O Amapá foi o décimo Estado a aderir ao Plano de Metas “Todos pela Educação”. O lançamento do PDE, no Estado, foi para o Ministro o começo de um trabalho. “Eu não vim aqui lançar um plano e, sim, começar uma parceria para garantir educação de qualidade às crianças do Amapá”, disse o Ministro Fernando Haddad

No lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) no Amapá, o Ministro da Educação foi enfático ao afirmar que o PDE é um pacto entre os entes federados, não entre governos.

Entendo, conforme advogou o Ministro, que é fundamental a colaboração entre União, Estados e Municípios para que as ações previstas no PDE se concretizem. E, assim como ele, eu também defendo a importância da continuidade das ações. Não podemos ter as iniciativas suspensas a cada dois ou quatro anos com a troca no Ministério ou nas secretarias estaduais e municipais. Daí a importância dos planos municipais e estaduais de educação.

O PDE marca uma mudança, Sr. Presidente, na postura do Ministério da Educação, que passa a ir aos Municípios, especialmente àqueles que mais necessitam de auxílio técnico e financeiro, em vez de ficar esperando em Brasília pelos dirigentes municipais. E é verdade. Muitos prefeitos de pequenos Municípios, por falta de condições para elaboração de projetos, deixam de receber recursos.

Entre as medidas do PDE, Haddad salientou a criação do piso nacional para o magistério, projeto que tramita na Câmara dos Deputados, e a importância da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que será responsável pela formação e atualização dos profissionais da Educação.

No caso específico do Amapá, duas iniciativas importantes estão em andamento: a criação de duas unidades de escolas técnicas – uma em Macapá e outra em Laranjal do Jarí – e a criação do curso de Medicina na Universidade Federal do Amapá. A primeira medida aguarda a votação do projeto de lei em tramitação nesta Casa. Quanto à criação da faculdade de Medicina, o MEC aguarda a manifestação do Conselho Nacional de Saúde. E o Ministro reiterou que a posição do Ministério é totalmente favorável à criação do primeiro curso de Medicina do Estado. Ali-

ás, o Amapá é o único Estado da Federação que não possui curso de Medicina.

Na visita do Ministro da Educação ao meu Estado, fiz uma exposição de motivos e solicitei – por ter sido solicitado também pelo Magnífico Reitor da nossa Universidade Federal do Amapá, José Carlos Tavares Carvalho, que, quero salientar, vem realizando um belo e probo trabalho em prol daquela Universidade – a liberação de R\$2 milhões para garantir o pagamento com gastos previstos no Plano Anual de Trabalho da Universidade Federal do Amapá (Unifap). É que esses recursos, que fazem parte do programa “Amazônia Legal”, no qual se inclui a Universidade Federal do Amapá, deveriam ter sido liberados ainda no primeiro trimestre deste ano. Além disso, pedi ao Ministro Fernando Haddad especial carinho na liberação dos recursos orçamentários das emendas parlamentares individuais e de bancada do Estado, referentes aos exercícios de 2006 e 2007. São mais de R\$9 milhões que a Unifap e outras instituições de ensino do Estado têm a receber do Ministério da Educação.

Para minha tranqüilidade, o Ministro me garantiu que o Amapá vai ser prioridade do MEC até o final do Governo Lula. E com relação à Unifap, todos os esforços serão concentrados para que as emendas individuais e de bancada tenham os recursos liberados.

As emendas parlamentares individuais e da bancada federal estão assim destinadas: apoio a entidades de ensino superior não-federais (R\$150 mil); modernização e recuperação da infra-estrutura física da Unifap (R\$374,553 mil, sendo que desse valor já foram liberados R\$144,398 mil); funcionamento de cursos de pós-graduação da Unifap (R\$64,656 mil, sendo que desse total já foram liberados R\$28,019 mil); e modernização e recuperação da infra-estrutura física da Unifap e de hospitais de ensino superior no Amapá (R\$8,9 milhões, sendo que desse valor foram liberados somente R\$9,092 mil, devendo ser liberada até o final do mandato do Presidente Lula a quantia de R\$8,892.008 milhões).

O Ministro viu a realidade do Estado, conheceu a Universidade Federal do Amapá e ficou muito sensibilizado com o diagnóstico apresentado pelo Reitor da Unifap, José Carlos. Nós, parlamentares, inclusive eu, que sou o coordenador da bancada federal junto à Comissão de Orçamento, sabemos que esse dinheiro não pode ser liberado todo de uma vez, mas temos a garantia alvissareira de que até o final do mandato do Presidente Lula, a Unifap vai receber esse dinheiro e poderá se nivelar, em termos de infra-estrutura e de corpo docente, às demais universidades federais do País.

Ontem, quinta-feira, para reforçar o pleito e fechar o trabalho de articulação, fui recebido em audiência

pela Secretária de Ensino Superior do Ministério da Educação, Dr^a Iguatemy Maria Lucena Martins, que me disse que a determinação do Ministro é de liberar o que já está garantido no programa e que não pode haver atraso na liberação dos R\$2 milhões. Assim, com certeza, ainda este mês poderemos ter essa notícia importante, pois os pagamentos se referem aos gastos previstos no Plano Anual de Trabalho.

Então, respiro aliviado e, da tribuna desta Casa, agradeço ao Ministro Fernando Haddad, porque juntos estivemos no Amapá e lá tivemos a oportunidade de, juntamente com o Governador Waldez Góes, o Presidente da Assembléia Legislativa, Jorge Amanajás, com a presença da Bancada Federal, Deputados Estaduais, autoridades do Estado, recepcionar o Ministro, para receber o anúncio oficial do PDE.

Portanto, Sr. Ministro Haddad, não poderia deixar de vir a esta tribuna para agradecer a V. Ex^a, que pôde verificar, *in loco*, nossas necessidades. Assim, em Brasília, já estamos agindo, no sentido de confirmar os acertos e os entendimentos políticos na liberação de recursos e as providências tomadas nos lançamentos dos programas na área de educação.

Não tenho medo de dizer que Fernando Haddad, sem dúvida, é um expoente, é uma estrela que se destaca nos Ministérios da Esplanada, em Brasília. Tem sido muito eficiente, atuante, mobilizador, sensível, conciliando a política com a técnica. Com os dois caminhando juntos, sem sombra de dúvida, o progresso chegará.

Sr. Presidente, anunciaremos agora recursos nas contas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Temos uma equipe que acompanha todos os projetos, juntamente com a representação do Governo do Estado, para que os recursos federais cheguem ao Amapá.

Atenção, Prefeitura do Município de Porto Grande: Ordem Bancária nº 2007OB923025; conta nº 100668; agência nº 3990; valor liberado: R\$291.500,00. Objeto: aquisição de equipamentos e material permanente.

Prefeitura Municipal de Santana: Ordem Bancária nº 2007OB908352; Banco do Brasil, agência nº 3346; conta nº 219479; valor liberado: R\$79.055,00. Objeto: coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos.

Prefeitura Municipal de Santana: Ordem Bancária nº 2007OB202539; Caixa Econômica Federal; agência nº 0658; conta nº 66470693; dinheiro na conta: R\$39.000,00. Objeto: implantação ou melhoria de obras de infra-estrutura urbana.

Prefeitura Municipal de Macapá: Ordem Bancária nº 2007OB908632; Banco do Brasil; agência nº 261; conta nº 696110; valor liberado: R\$371.750,03. Objeto: sistema de abastecimento de água.

Sr. Presidente, meus nobres colegas, é com alegria que o Amapá trabalha para que esses recursos possam chegar aos Municípios do Estado.

Prefeitura Municipal de Macapá: Ordem Bancária nº 2007OB908161; Banco do Brasil; agência nº 0261; conta nº 607029; valor: R\$141.877,96. Dinheiro já na conta. Objeto: sistema de abastecimento de água.

Governo do Estado do Amapá: Ordem Bancária nº 2007OB900778; Banco do Brasil; agência nº 3575; conta nº 58289; valor liberado: R\$350.964,00. Objeto: valor destinado à orientação profissional, habilitação e qualificação dos trabalhadores.

Já estamos para concluir, Sr. Presidente.

Governo do Estado do Amapá: Ordem Bancária nº 2007OB852044; Banco do Brasil; Agência nº 3575; Conta nº 273880; valor liberado: R\$1.197.274,70. Objeto: referente ao Programa de Reforma da Educação Profissional. Dinheiro na conta.

Prefeitura Municipal de Laranjal do Jarí: Ordem Bancária nº 2007OB902391; emitente: Ministério das Cidades; Caixa Econômica Federal; agência nº 0658; conta nº 60000830; valor liberado: R\$2 milhões. Objeto: adequação de vias na área do rio Jarí.

Prefeitura Municipal de Laranjal do Jarí, novamente: Ordem Bancária nº 2007OB902704; Caixa Econômica Federal; Agência nº 0658; Conta nº 66470871; valor liberado: R\$27.690,00 – é pouco, mas tudo ajuda. Objeto: apoio à implantação dos instrumentos previstos no Estatuto das Cidades e a elaboração de planos diretores.

Prefeitura Municipal de Cutias: Ordem Bancária nº 2007OB923175; Banco do Brasil; Agência nº 3575; Conta nº 54151; valor liberado: R\$112 mil. Objeto: pagamento convênio nº 4005/2004 – apoio à manutenção de unidade de saúde.

Prefeitura Municipal de Porto Grande: Ordem Bancária nº 2007OB904277; Banco do Brasil; agência nº 3990; conta nº 106534; valor liberado: R\$192.060,00. Objeto: pagamento convênio CV 143/2006, referente à aquisição de uma caçamba toco basculante. Dinheiro na conta.

Sr. Presidente, nobres colegas, nem só de discurso vive o Parlamentar. Pela atribuição que tenho, de alocar recursos no Orçamento da União, há uma obrigação de disposição, de acompanhamento, liberação e audiências junto aos Ministros para que esse recurso possa chegar ao Amapá.

Sr. Presidente, embora meu tempo esteja encerrando, concedo um aparte ao eminente Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Acabei de prorrogar o tempo de V. Ex^a por cinco minutos provisoriamente. É como a CPMF, posso prorrogar.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Gilvam Borges, quero fazer alguns elogios e uma proposta. Em primeiro lugar, elogio V. Ex^a não só por vir falar do assunto educação, por fazer um elogio merecido ao Ministro da Educação, mas também por seu gesto de se preocupar em falar ao povo do Amapá o número da conta e o valor enviado ao Estado. Felicito-o por isso. Em segundo lugar, elogio o Ministro, porque realmente essa idéia da caravana da educação é algo muito positivo. Fico satisfeito com que V. Ex^a tenha trazido isso aqui, com referências positivas a respeito disso. Em terceiro lugar, vamos fazer uma reflexão entre nós. Lembro-me de que V. Ex^a citou agências do Banco do Brasil e da Caixa Econômica. Podemos ficar certos de que essas agências, não importa em que Estado ou cidade estejam, contam com pessoal preparado, bem remunerado e, ao mesmo tempo, eficiente. Lamentavelmente, as escolas não são tão iguais no Brasil inteiro. Senador Mão Santa, agência do Banco do Brasil é igual em qualquer lugar do País. Às agências da Caixa Econômica, pode-se ir, e o dinheiro vai ser pago direitinho, vai chegar na hora, porque elas são iguais em todo o lugar do Brasil. As escolas não o são. O que é que a gente precisa fazer para, de fato, no Brasil, a escola ser boa em qualquer lugar? A criança não é culpada pela cidade onde nasce nem pelo pai e mãe que tem. A criança nasce sem escolher a renda dos pais, sem escolher a cidade onde nasce. Por que ela é punida se os pais não têm dinheiro ou se as cidades são pobres e pequenas? A criança que nascer no Brasil tem de ter a mesma chance, não importa se nasceu no Amapá ou no Rio Grande do Sul, não importa se o pai é um homem rico ou um homem pobre. Todas têm de ter a mesma chance. Elas não serão iguais no futuro. Essas crianças não serão iguais, pois umas têm mais talento; outras, menos; umas têm mais persistência; outras, menos, mas o direito à mesma chance tem de ser igual. E só há uma maneira de fazer isso: federalizar a educação pública no Brasil. Enquanto a educação de base for municipal, toda ela nos ombros do pobre do Prefeito, ela não vai melhorar. Aqui mesmo, V. Ex^a está mostrando: essas escolas vão melhorar, porque o Governo Federal está levando algum dinheiro para lá. Mas o Governo Federal ainda não paga o salário do professor. Então, não será possível a nenhum Prefeito do Amapá pagar um bom salário ao professor. Não vou discutir se poderia pagar mais do que paga hoje. Não estou aqui dizendo que os professores que fazem greve estão errados, mas nunca o salário será suficientemente bom enquanto o pobre do Prefeito tiver de pagá-lo. Quando falo em federalizar, Presidente Mão Santa e Senador Gilvam, a quem agradeço o aparte, não estou dizendo que se deve centralizar a

gerência, não! A gerência tem de continuar com os Prefeitos. Vou até mais longe, radicalizo: uma escola que pertence aos pais e aos mestres pode ser considerada pública se tiver o mesmo padrão nacional, se receber recursos federais do Governo. Parabenizo o Ministro por dar ao Amapá tais recursos, mas são conta-gotas, são gotinhas, não fazem a revolução. Precisamos fazer a federalização da qualidade e da responsabilidade. Por exemplo, professor tem de passar num concurso federal e de ter um salário federal, como os funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, por onde vai chegar esse dinheiro. Temos de fazer com que o dinheiro seja federal e com que a qualidade seja federal. A responsabilidade gerencial continua sendo do Prefeito, sem dúvida alguma. Vou até mais longe. Considero que, hoje, podemos chamar menos de 100 escolas de federais no Brasil, e quatorze delas pertencem ao Ministério da Educação, porque são as escolas experimentais das universidades. E, onde existe esse tipo de escola, ela é muito boa. Outra escola é o Colégio Pedro II, e, tirando as escolas técnicas, são cerca de 54 escolas, Senador Mão Santa, que considero federais, que são as da Fundação Bradesco. São escolas privadas, mas o aluno estuda gratuitamente, dispõe de todo o horário preciso para estudar, dispõe de todos os equipamentos. Nessas escolas, os professores são motivados, ganham salários bons. Ou seja, essas escolas são gerenciadas de maneira privada pela Fundação Bradesco, mas acho que são federais. São cerca de 54 escolas – existiam nesse número, mas, hoje, deve haver mais – de Norte ao Sul. Mas, onde se for, neste Brasil, uma escola do Bradesco tem a mesma qualidade. É federal e, portanto, é pública, porque é gratuita. Se é gratuita, é pública. E os alunos são escolhidos não por serem amigos do dono ou do diretor. É pública, sim! Então, gostaria de parabenizá-lo pelo discurso, de parabenizar o Ministro pelo que está fazendo, de parabenizar o Estado do Amapá, de parabenizar V. Ex^a pela maneira como está prestando seu serviço, porque esse também é serviço de Senador. Portanto, parabenizo-o! Costumo dizer que eu, sobretudo, porque sou Senador do Distrito Federal, sou meio Senador e meio Vereador, pois tenho de cuidar das coisas do Distrito Federal, de tentar ajudar a comunidade a chegar ao Governo do Governador José Roberto Arruda. Então, V. Ex^a está sendo, como eu também gosto de ser, Senador e Vereador. O Vereador foi bom, mas, como Senador, vamos lutar pela federalização da Educação, para que, daqui para frente, em alguns anos – não será de repente, não será o Ministro Fernando Haddad que vai conseguir fazer isso sozinho, pois este é um longo processo –, a escola seja igual para o rico e para o pobre, seja no Amapá, seja

no Rio Grande do Sul. Parabéns! E vamos lutar para mudar a educação de todos neste País!

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Concederei um aparte a V. Ex^a e, em seguida, ao Senador José Nery.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Gilvam Borges, nessa mesma linha exposta pelo Senador Cristovam Buarque, que citou as escolas da Fundação Bradesco, queria acrescentar que há uma instituição que possui algumas escolas, várias escolas no País, que seguem essa mesma direção, têm uma contextualização nacional. São escolas que obedecem a uma sistemática traçada nacionalmente, cujos professores também têm o mesmo treinamento, a mesma remuneração. E quase sempre os equipamentos físicos também seguem na mesma linha, na mesma direção, com a mesma qualidade. Refiro-me às escolas do Sesc, que também oferecem a alfabetização de jovens e de adultos, a pré-escola e as primeiras séries do curso inicial. O Sesc mantém escolas em todo o País, em mais de dois mil Municípios brasileiros, seguindo exatamente essa mesma idéia apresentada pelo Senador Cristovam com relação à Fundação Bradesco. Naturalmente, não é totalmente gratuito, há a cobrança de taxas, mas também há a gratuidade integral por meio de bolsas. Essas instituições têm mais de 60 anos no País, e, para a manutenção dos equipamentos e da qualidade do ensino, cobra-se uma taxa simbólica, até para valorizar o processo de educação e a família. Aqui, em Brasília – somos o Presidente do Sesc local –, há uma escola em Taguatinga que hoje é uma escola-modelo, com mais de dois mil alunos, com laboratórios de última geração. Quando chega o período de matrícula, é uma verdadeira guerra, porque o número de vagas existentes não é suficiente para atender à demanda, o que demonstra o apreço que temos pelos alunos, a qualidade do ensino dedicado a eles e a procura, como eu disse, muito maior que a oferta. Essa é uma demonstração inequívoca de que a escola é de boa qualidade e de que a população deseja, naturalmente, colocar seus filhos naquela escola. Infelizmente, nossa capacidade nessa escola a que faço referência é da ordem de 2,2 mil alunos. A escola está totalmente lotada, pois não há deserção, ninguém dela sai. Quer dizer, não há como se colocar um aluno, por exemplo, na série subsequente, porque é uma escadinha, eles vêm subindo desde a pré-escola até a 8^a série e, depois, até o curso de 2^o grau. Quero parabenizar V. Ex^a e seguir nessa linha do Senador Cristovam. A escola, tal qual as instituições financeiras, como foi dito aqui, Banco do Brasil, Caixa Econômica, deveria ter real-

mente o mesmo padrão, tanto físico, como de salários e de conteúdo programático.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a o aparte e concedo o aparte ao Senador Nery. Em seguida, concederei um aparte ao Senador Wellington Salgado.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Gilvam, primeiramente, quero destacar, no seu pronunciamento, essa informação importante para os Municípios amapaenses e para todas as comunidades do Amapá. V. Ex^a detalhou essa informação sobre o repasse de recursos federais, na área de educação e em outras áreas, para cada Município e para cada comunidade do seu Estado, o Amapá, vizinho do meu Estado do Pará. É importante, cada vez mais, tornar públicas essas informações referentes a repasse de recursos, porque isso ajuda, fundamentalmente, que as comunidades, os Municípios, os conselhos municipais, especialmente na área da educação, os conselhos do Fundeb, que são compostos pelos governos...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Prometo ser rápido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Além do tempo regimental, Senador Gilvam Borges, V. Ex^a vai ganhar mais 15 minutos, em homenagem ao nosso Partido – 15 é o número do PMDB.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Muito obrigado, mas já encerrarei, depois de ouvir o aparte.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Gilvam Borges, como eu estava dizendo, é fundamental o processo de reestruturação dos conselhos municipais do Fundeb, que têm papel fundamental no controle social sobre a aplicação dos recursos públicos. Os conselhos são constituídos pela representação dos governos locais, das prefeituras e das suas secretarias e pelo representante das entidades populares, comunitárias, associativas presentes nos Municípios. A informação que V. Ex^a ajuda a divulgar, por meio de um pronunciamento como esse, serve para que cada comunidade saiba dos recursos que são colocados à disposição de obras e de serviços na área de educação, na área de infra-estrutura, na área de urbanismo. Isso ajuda a que cada comunidade, por meio dos Conselhos de cada área, de posse dessas informações – muitas vezes, as pessoas não acessam os órgãos do Governo, que disponibilizam também essas informações pela Internet, pela comunicação própria de cada Ministério, de cada órgão público –, especialmente na área da educação, exerça mais facilmente a fiscalização, o acompanhamento e a boa aplicação dos recursos. Portanto, se queremos, cada vez mais, a democratização

na aplicação dos recursos, o zelo pela boa aplicação dos recursos, é preciso tornar pública a informação, por exemplo, sobre construção ou reforma de determinada escola em determinado Município. É fundamental esse conhecimento por parte da comunidade, porque, assim, a comunidade vai exercer o controle social por meio dos conselhos, o que vai possibilitar o acompanhamento e a boa aplicação dos recursos. Quero parabenizar V. Ex^a por esse esforço e pelo interesse de divulgar os repasses dos recursos federais, para que as prefeituras, os conselhos e as comunidades beneficiadas por esses recursos possam, efetivamente, exercer o controle social e, assim, garantir a boa aplicação dos recursos. Parabeno V. Ex^a e espero que todas as comunidades beneficiadas por esses recursos no seu Estado, no querido Estado do Amapá, façam esse controle para boa aplicação dos recursos públicos. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Eu é que lhe agradeço o aparte.

Ouço o aparte do Senador Wellington Salgado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Gilvam Borges, vim cedo hoje para o plenário escutar V. Ex^a falar, porque, sempre que V. Ex^a fala, trata-se de algo importante relacionado ao seu Estado. V. Ex^a está sempre brigando pelo seu Estado. O que vejo no Governo é que estamos num momento maravilhoso, num momento em que o Ministro pode tomar decisões fortes. Por que digo isso? É um Ministro jovem, um Ministro que está com prestígio, um Ministro que tem viajado o País, tem corrido todo o País, tem procurado *in loco* ver a situação de cada região. No entanto, o Ministério e o Governo precisam tomar a atitude de investir na educação básica. Ninguém constrói casa fazendo primeiro a laje, Senador. Primeiro, faz-se a fundação, os pilares e as vigas, e, posteriormente, a laje. O problema é que, historicamente, o Brasil só vem investindo no ensino superior, vem sempre fazendo primeiro a laje. Então, o que acontece? O Brasil não consegue subsidiar toda essa estrutura e acaba sucateando-a, porque o difícil não é montar uma instituição universitária, mas, sim, mantê-la, manter os equipamentos, a estrutura física da universidade. Isso é muito caro. Então, o que faz o Governo? Instala o equipamento. Contudo, não há manutenção. Na verdade, o investimento é menor do que a depreciação. Assim, vai corroendo, vai sumindo. Espero que, nos três anos e meio que restam ao Governo Lula, o Ministro Fernando Haddad, que – tenho certeza – vai ficar até o final, tome uma decisão forte e invista no ensino básico, porque, como bem disse o Senador Cristovam Buarque, mediante um ensino de qualidade em qualquer região do País, a fundação será

forte, e aí a laje será colocada com maior tranqüilidade, pois não vai ceder, não vai rachar, não vai apresentar problema algum. Então, espero, Senador Gilvam, que esse Governo faça...

(Interrupção do som.)

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, por conceder-me um tempo a mais. Espero que o Governo tome essa atitude. É muito oportuno o discurso de V. Ex^a hoje, demonstrando que está acompanhando tudo no seu Estado e que está presente, procurando ver e questionar as atitudes do Governo. Parabéns pelo tema que aborda em seu discurso!

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Permita-me mais um rápido aparte, Senador?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Pois não.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Quero apenas lembrar que, para a parcela rica deste País, a educação já é federal hoje no Brasil. Quando observamos os colégios das redes particulares, como o Objetivo, o Pitágoras, o COC, vemos que são colégios iguais, não importa aonde formos, da mesma maneira que o McDonald's é igual em qualquer lugar a que formos. Não defendo essa padronização única, igualitária; defendo a padronização da qualidade, mas com liberdade pedagógica. Hoje, as redes de colégios para os ricos são federais, mas pagas. Temos de fazer com que as escolas sejam federais na qualidade e gratuitas. É isso que é possível. Mas isso não é novo, não! Há muitos anos, havia a rede – ainda existe – dos Colégios Marista, uma rede com a mesma qualidade, não importava a cidade; não importa até hoje, porque ela ainda existe. Existia a rede dos Colégios Nóbrega, e era a mesma qualidade. Por que conseguimos federalizar tudo aquilo que é de interesse da minoria privilegiada e discordamos, julgamos impossível, centralizador, quando se fala em federalizar a qualidade da escola da população pobre? Esse era o gancho que eu queria para complementar o que eu já havia dito, aproveitando seu discurso, que volto a parabenizar.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a S. Ex^a o aparte e incorporá-lo ao meu pronunciamento, porque só o substanciam e o fortalecem as considerações do Senador Cristovam Buarque, um grande mestre, um homem comprometido com a educação. O mesmo faço em relação aos apartes do Senador Adelmir Santana, do Senador Wellington Salgado e do nosso querido Senador Nery. Agradeço-lhes os apartes.

Realmente, esse é um tema apaixonante. Com a educação fortalecida, este País tomará uma nova face e fará uma grande frente de desenvolvimento. Acredito nessa revolução pela educação.

Agradeço-lhe, querido Presidente, Senador Mão Santa, a paciência e digo a todo o Brasil que o Amapá se sentiu muito honrado e muito animado com a presença do Ministro Fernando Haddad nessa última terça-feira no Estado do Amapá.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Gilvam Borges, V. Ex^a, o seu pronunciamento... Por isso é que surgiram estas reuniões. Este Senado, Senador João Durval, é um dos melhores da história, desses 183 anos. Nunca dantes, sexta-feira esta Casa abria. Isso surgiu da idéia de um grupo minoritário, do Líder Efraim Moraes. Para iniciar a reunião, estavam sempre Antero Paes de Barros, Arthur Virgílio e Mão Santa. Regimentalmente, Senador Cristovam Buarque, preside o que tem maior idade. Eu, como tenho alguns meses acima deles, então presidia.

Mas eu quero dizer da importância desse debate, Senador Gilvam, que V. Ex^a e o Senador Cristovam trouxeram, sobre a educação. Presenciei um debate que V. Ex^a promoveu ontem, professor Cristovam Buarque, na Comissão de Educação, e trouxe um prefetinho. Qual era a cidade?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – O prefeito de Calmon, em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O prefeito de Calmon, Santa Catarina, como um dos exemplos de educadores. Mas quero dizer a V. Ex^a que V. Ex^a está totalmente certo. Quero dizer-lhe que também fui prefetinho, após o nascer da nova Constituição, que foi outorgada em 5 de outubro de 1988. Assumi em 1989 e paguei os professores com o que o Governo Federal mandava. Então, essa idéia de V. Ex^a já existiu. É bom V. Ex^a rever a Constituição anterior e as ações do Ministério da Educação anteriores à atual Constituição, pois era federalizado. Os professores municipais recebiam. Recebi um bolão, lembro-me, sendo prefetinho de Parnaíba, e repassei-o aos professores. Eles tinham uma dotação. Essa idéia de V. Ex^a já houve, daí o fato elementar de que, em certos casos, pioramos.

Estamos aqui porque foi fácil ser Prefeito naquela época, João Durval. V. Ex^a enriquece este Senado, pois foi Prefeito de Feira de Santana e Governador. Naquela época, obedecia-se à Constituição.

Então, no Orçamento, Adelmir Santana, V. Ex^a que entende de dinheiro – entende e tem –, o bolo dos impostos era dividido, de acordo com a Constitui-

ção, em 52% para o Governo Federal – seriam para o Luiz Inácio, hoje –, 22,5% para os Governadores dos Estados, 21,5% para os Prefeitos, e 2% para os Fundos Constitucionais. Hoje, o Governo Federal garfou: Governadores e Prefeitos recebem 60%.

Então, Senador Cristovam Buarque, que revive Darcy Ribeiro, João Calmon e Pedro Calmon nesta cidade, busque os dados para voltarmos àquelas obrigações. O Governo Federal repassava os recursos. Então, era federalizado. E eu quero dizer que pioraram.

Quando havia meninos na rua, a Adalgisa fazia creche. Era fácil, pois existia a LBA. Não havia meninos nas ruas, porque fazíamos creches facilmente.

Esses debates são necessários, e que V. Ex^a busque o exemplo que estou citando.

O próximo Senador inscrito seria o professor Cristovam Buarque, mas S. Ex^a, gentilmente, cedeu a palavra ao Líder do PSOL, Senador José Nery.

Quero dizer que esta Casa, Senador João Durval, nunca funcionou como agora. Nós somos o melhor Senado da história da República. Estamos aqui.

Zezinho, que ali está – olhai aquela figura, a pureza do povo do Brasil –, durante a sessão que houve aqui, recentemente, com sete horas de duração, em homenagem ao companheiro Antonio Carlos Magalhães, fui um dos últimos oradores a falar, quando já haviam dito tudo. Aí, virei-me e perguntei: “Zezinho, o que vou dizer?”. O Zezinho parou e falou: “Diga que ele era um guerreiro”. E eu fiz o discurso orientado por ele. Mas o Zezinho foi além e disse: “Estou aqui há 20 anos e nunca vi uma sessão como esta”. E me falou mais: “Eu gostava dele”.

Foram sete horas. Isso, para o povo brasileiro, significou uma homenagem a um companheiro que lutou. Sete horas correspondem à duração de quase cinco jogos de futebol ou de basquete, Senador Wellington Salgado.

Então, esta Casa está como hoje.

Concedo a palavra a este extraordinário Líder que substitui, não sei como, uma das mulheres mais valorosas deste País: Heloísa Helena. No início, ela era do PT. Essas sessões foram criadas pelo Líder da Minoria, Senador Efraim Morais, e eu, rebelde, vamos dizer, do PMDB autêntico, estava aqui. Mas Heloísa Helena passou, depois, a integrá-las e a engrandecê-las e, hoje, é essa figura representativa. Sem dúvida nenhuma, a mulher de maior liderança neste País. É difícil substituir Heloísa Helena.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, agradeço as referências elogiosas que o Senador Mão Santa faz à Presidente nacional do PSOL, a ex-Senadora He-

loísa Helena, que, com muita honradez, durante oito anos, representou o Estado de Alagoas e os mais legítimos interesses do povo brasileiro no Senado Federal. Hoje, ela lidera a organização, pelo País afora, de um instrumento político fundamental neste momento da história brasileira, com seu esforço deliberado e permanente para construir o Partido Socialismo e Liberdade. Ela, hoje, além de lecionar na Universidade Federal de Alagoas, percorre o País construindo e levando a mensagem do PSOL aos trabalhadores, aos excluídos e a todo o povo brasileiro que quer construir novos instrumentos para alimentar a luta política por transformação no Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero homenagear, no dia de hoje, os 30 anos de criação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.

Fundada no dia 8 de agosto de 1977, a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos é uma das mais antigas e atuantes associações civis na luta pela dignidade da condição humana e pela prevalência da justiça social no Brasil. Surgiu por iniciativa de abnegados lutadores e democratas, numa época tormentosa para os movimentos sociais e a cidadania, de castração dos direitos civis e políticos, de violação institucionalizada do direito à liberdade e à vida; uma época na qual eram alvos necessários da repressão militar todos os que ousassem contestar os pilares do regime vigente. O próprio ditador de plantão à época, General Ernesto Geisel, confessara, prestes a se tornar Presidente da República: “Esse troço de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser”. No Pará, sob as bênçãos da ditadura e com apoio material das polícias civil e militar, o latifúndio promovia a violência e o assassinato de um número crescente de trabalhadores que lutavam pela terra. Eram tempos tormentosos aqueles, mas a SDDH surgiu exatamente porque foi concebida como instrumento efetivo da luta contra a violação dos direitos humanos, que incluía, necessariamente, lutar pela superação do regime político que a adotava como fundamento.

Imbuída dessa missão, a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos jamais se furtou de denunciar os casos exemplares de violência e a impunidade no Pará, quaisquer que fossem os executores e mandantes, ignorando os riscos à integridade e à vida a que se expunham os seus próprios membros. Não por acaso, Sr. Presidente, dois de seus ex-presidentes foram barbaramente assassinados: Paulo Fontelles e Jaime Teixeira. Ainda em seus primórdios, publicou o jornal alternativo *Resistência – resistir é o primeiro passo*, alvo de censura e repressão policial sistemáticas. A despeito de ter merecido o prêmio Esso, seus editores foram presos, sua gráfica incendiada e as bancas

que vendiam o jornal sofreram atentados terroristas. Mesmo privada de seu mais emblemático órgão de comunicação, continuou a denunciar e a exigir que fossem apurados e punidos os casos de violência policial praticados durante a última década da ditadura, ajudando a desmistificar a suposta invencibilidade do regime e de seus prepostos e beneficiários. A coragem, os riscos que aceitaram correr e o sacrifício de seus fundadores e primeiros militantes valeram a pena – a SDDH completa 30 anos de existência podendo se orgulhar de sua contribuição à luta que culminou com o advento do Estado de Direito hoje vigente no Brasil e os conseqüentes avanços no campo da defesa e promoção dos direitos humanos no Pará; sem dúvida, uma contribuição de valor inestimável.

No Pará, a situação é sempre muito grave, especialmente hoje, pelas conseqüências do desmando, do desastre da violação dos direitos ligados à questão sócio-ambiental, de um modelo de desenvolvimento regional imposto de fora, eminentemente predatório e contrário às reais vocações econômicas de sua população tradicional. A expansão desenfreada da fronteira econômica deixa um rastro de violência incomparável nos limites territoriais brasileiros. O Estado é campeão em conflitos agrários, assassinatos no campo e trabalho escravo; campeão em impunidade que favorece mandantes e executores de tantas violações, inclusive do direito à vida; foi palco do tristemente célebre massacre de Eldorado dos Carajás e, mais recentemente, do covarde assassinato da saudosa irmã Dorothy Stang, entre milhares de ocorrências criminosas de igual natureza nas últimas décadas.

No meio urbano, que não pára de expandir-se, as condições de acesso aos direitos humanos e à cidadania também não são pacíficas. A violência urbana atinge, de forma especialmente drástica, os jovens pobres, situados na faixa de 15 a 19 anos, violência que, como no campo, ocorre muitas vezes por ação ou cumplicidade dos agentes públicos, da Polícia e da Justiça. A mais completa ausência do Estado em numerosas localidades paraenses, onde prevalece a vontade unilateral de velhas e novas oligarquias ou de seus agentes locais, é a prova cabal de que postulados e disposições constitucionais são ainda um projeto de futuro.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, homenageio todos aqueles que coordenaram, presidiram e comandaram a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, homenageio todos os seus membros, lutadores e construtores do sonho de um Brasil mais justo. Mas, além da lembrança, gostaria de homenagear a memória do ex-Deputado Paulo Fontelles e do educador popular Jaime Teixeira. E faço uma referência es-

pecial à professora Iza Cunha, falecida em 2002, que foi Presidente da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos e, sem dúvida, uma das mais destacadas lideranças na luta pela redemocratização do País, pelo fim da ditadura militar e pelo fortalecimento dos movimentos sociais na cidade e no campo.

Lembrando de Iza Cunha, de Jaime Teixeira e do ex-Deputado Paulo Fontelles, homenageio e louvo a ação e o trabalho de todos aqueles e aquelas que, durante o período da mais longa ditadura militar vivenciada neste País, foram capazes de ousar, de desafiar o poder naquele período e ajudar a construir o sonho, fortalecendo os movimentos sociais e suas bandeiras de luta.

Dessa forma, a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, hoje presidida pelo advogado Marco Apolo Leão, faz jus aos nossos mais calorosos aplausos no momento em que comemora seu 30º aniversário e ao reconhecimento desta Casa pela sua trajetória inatacável na defesa intransigente e incondicional da justiça social e dos direitos humanos.

Assim sendo, encaminho à Mesa uma proposição no sentido de que esta Casa se congratule pelo 30º aniversário da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, igualmente preocupado com a luta pelos direitos humanos, que continua tão atual como sempre foi, dou conhecimento ao Plenário da importante audiência pública realizada ontem, no âmbito da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, da Comissão de Direitos Humanos do Senado, quando tivemos a oportunidade de receber a visita e contar com a participação do Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Carlos Roberto Lupi; da Coordenadora Nacional do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo, da Organização Internacional do Trabalho, Sr^a Patrícia Audi; do representante da Subprocuradoria-Geral do Trabalho e Coordenador Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, Dr. Luis Antônio Camargo de Melo; do Juiz do Trabalho Dr. Cláudio José Montesso; do Sr. Leonardo Sakamoto, repórter e coordenador da ONG Repórter Brasil; do Frei Xavier Plassat, membro da Comissão Pastoral da Terra; e da Dr^a Rosa, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Essa audiência pública ensejou a discussão e a avaliação do cumprimento do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo pelas autoridades federais responsáveis, com a participação dos Estados e, especialmente, das entidades da sociedade civil.

Ao final, definimos como fundamental para a continuidade dessa luta em favor da erradicação do trabalho escravo a mobilização nacional pela aprova-

ção do Projeto de Emenda à Constituição nº 438, de 2001, a chamada PEC da expropriação, a PEC contra o trabalho escravo, já aprovada em dois turnos no Senado Federal e, em primeiro turno, na Câmara dos Deputados, e que, infelizmente, aguarda, desde 2004, a votação em segundo turno. Motivo pelo qual faço um apelo especial à Câmara dos Deputados no sentido de oferecer ao País uma importante contribuição com a aprovação dessa PEC.

V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, e os Senadores João Durval, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, Serys Slhessarenko e Geraldo Mesquita Júnior, que participaram, ontem, da audiência pública no âmbito da Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, todos nós temos consciência da importância dessa mobilização para o Brasil, para seus filhos, que há 120 anos viram declarado o fim formal da escravidão, mas hoje têm de conviver, de acordo com os casos estimados pelo Ministério do Trabalho, com entre 25 mil a 40 mil brasileiros que anualmente são levados à condição análoga à de escravo, além daqueles, que são milhares, que sobrevivem em condições de trabalho absolutamente degradantes. Ontem, definimos a necessidade de uma mobilização nacional pela aprovação da PEC nº 438 na Câmara dos Deputados.

Também tratamos, Sr. Presidente, da necessidade de fortalecimento de um pacto federativo para o combate ao trabalho escravo, que inclui Estados, Municípios e entidades da sociedade civil, e a luta por mais recursos orçamentários a fim de fortalecer as ações de fiscalização por meio do Ministério do Trabalho, especialmente do grupo móvel de fiscalização do Ministério, como forma fundamental de garantir que esse exemplar grupo possa continuar exercendo suas tarefas, sua missão nos mais variados recantos do País, atendendo a todas as denúncias sobre trabalho escravo, fiscalizando e combatendo-o. Portanto, lutar por recursos no Orçamento da União para fortalecer ações de combate ao trabalho escravo se impõe como uma tarefa do Congresso Nacional quando da votação do Orçamento de 2008.

Também, Sr. Presidente, a Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo fará visita a vários Estados brasileiros, dentro dessa tarefa de fortalecer as ações por um pacto federativo que inclua a participação de Estados e Municípios.

Para encerrar, queria associar-me a todas as Sr^{as} e Srs. Senadores que, desde ontem, nesta tribuna, manifestaram-se para assinalar o Dia do Advogado e o Dia do Estudante, que ocorrem amanhã, dia 11 de agosto. Mas, especialmente, desejo associar-me às homenagens pela implantação, há 180 anos, dos cursos jurídicos no Brasil; e, nesse sentido, homena-

gear a todos os advogados e advogadas brasileiros e brasileiras que têm sido exemplo de combate pela democracia, pela liberdade, pelos direitos humanos em nosso País. A melhor homenagem que podemos prestar é reconhecer o trabalho que realizam nos mais diversos recantos deste País, especialmente nas localidades mais distantes, nos Municípios mais isolados, onde é necessária, por exemplo, a garantia da Justiça às comunidades mais pobres, com a implantação e a ampliação dos serviços jurídicos prestados pelas Defensorias Públicas. São advogados do povo pagos pelo Estado para atender os mais pobres.

Homenageio a Ordem dos Advogados do Brasil pelo exemplo de luta em favor do Estado Democrático de Direito, da democracia. Homenageio, especialmente no meu Estado do Pará, a Defensoria Pública, que recentemente empossou 100 novos Defensores Públicos para atenderem as comunidades mais pobres do nosso Estado.

Em nome desses que trabalham diretamente com os mais necessitados, com os mais excluídos, faço minha homenagem aos advogados, aos estudantes de Direito e ao povo brasileiro, que efetivamente luta por justiça, combate o trabalho escravo, quer que os direitos humanos sejam respeitados e também se associa, Sr. Presidente, na luta contra a corrupção em nosso País, essa chaga, esse câncer, que infelizmente faz com que a milhares e milhares de brasileiros sejam negadas as políticas públicas essenciais que efetivamente promovam o desenvolvimento social e humanitário.

Ontem, V. Ex^a, e há pouco também, mencionava a existência no Brasil – hoje, principalmente – da corrupção, dos desvios e mau uso do dinheiro público. V. Ex^a disse – e com certeza concordamos com isto – que esse câncer precisa ser extirpado da vida nacional, com um maior controle da sociedade. Ao serem perguntados, num *site* muito respeitado, do jornalista Ricardo Noblat, sobre se a corrupção continuava grave no Brasil, se o desvio de recursos públicos infelizmente era uma marca nacional indesejável, muitos disseram que sim. E V. Ex^a, Senador Mão Santa, tão bravamente tem dito aqui que denunciar a corrupção é preciso e que devemos transformar nossas intenções, nossas falas num combate muito mais acelerado e decidido em prol da justiça social, na qual o combate à corrupção se inscreve como uma tarefa fundamental.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradecemos o exato cumprimento do tempo – aliás, ainda faltam dois minutos. Então, aproveito para cumprimentá-lo e para esclarecer que se trata do *site* de Noblat, jornalista muito acreditado. Talvez seu *site*

seja um dos mais acreditados no País. Em um dos meus pronunciamentos, disse que nunca a corrupção, na história do Brasil, fora tão intensa. Ele pegou essa frase e fez uma enquete, para saber se ela era verdadeira. Mais de 80% dos brasileiros, depois de 10 dias, aprovaram a frase.

A homenagem, a justiça que V. Ex^a faz agora este Senado faz a cada dia, a cada instante, pois colocou como patrono da Casa o baiano Rui Barbosa, que deixou dito que só há um caminho para a salvação: a lei e a justiça.

Mas o Piauí não podia estar atrás. Só um jurista se igualou a Rui Barbosa: Evandro Lins e Silva. Felizes dos advogados do Brasil, que não precisam buscar exemplos em outros países, em outra história. Aqui, Rui Barbosa e Evandro Lins e Silva. Ministro algumas vezes, chegou a Presidente do Supremo Tribunal Federal; no regime ditatorial, foi Evandro Lins e Silva que libertou todos os presos políticos, fazendo com que a coroa da justiça, como Aristóteles disse, estivesse acima da coroa dos santos e brilhasse mais do que o rei.

Eu vi – dou o testemunho – Miguel Arraes desencantado, quando disse que, preso, traduzira o livro *A Mistificação das Massas pela Propaganda Política*, de autoria de Serge Tchakhotine, escrito em francês, e que não tinha mais ilusões de como viver. Preso no Corpo de Bombeiros, humilhado e transportado para a ilha de Fernando de Noronha, quando recebeu o *habeas corpus* da coragem e bravura do jurista piauiense, único que se iguala a Rui Barbosa. São duas medalhas de ouro da Justiça deste País: Rui Barbosa e Evandro Lins e Silva. Então, a nossa homenagem. A cada instante, fazemos das suas palavras as nossas, em homenagem à Justiça.

Quis Deus, neste instante em que estou na Presidência desta Casa, que adentrasse um dos homens mais importantes do País, o Senador piauiense João Lobo. Quem foi rei não deixa de ser majestade. Digo que João Lobo é tão importante, que usei sua inteligência para trabalhar no meu Governo. Ele foi Presidente da companhia energética, do departamento de trânsito e líder, sendo um dos homens que fez Alberto Silva ser grandioso. É tão forte, que também foi aproveitado pelo ex-Senador e Governador Hugo Napoleão, para governar o Estado do Piauí. Ele consegue, pela inteligência, ser unanimidade. Ele, que adentra o plenário, é testemunha: nunca vira esta Casa aberta às sextas-feiras. Então, esta é uma das melhores composições do Senado da história da República.

João Lobo, aqui estou cumprindo o meu dever. Aprendi com V. Ex^a, pois Deus me deu o privilégio de sermos juntos Deputados Estaduais. Era um governo revolucionário, éramos 24. Está na minha mente: não

sei quem era o pior, mas o melhor todos nós, vinte e quatro Deputados, sabemos que era V. Ex^a.

Quero dizer e ensinar por intermédio de João Lobo por que estamos aqui de vigília, às sextas-feiras. Sexta-feira! Por quê? Porque vi João Lobo. Wellington Salgado, atentai bem, aprendi com ele, quando Deputado Estadual. Ele discursava em 1980. É iluminado, mas não se lembra; fomos Deputados Estaduais em 1979, 1980, 1981 e 1982. Cristovam Buarque, professor, aprenda, como aprendi com João Lobo! Ele dizia, lá na nossa Assembléia velha, que há dois Brasis, o do Sul e o do Norte, e que, dentro do Nordeste, há dois Nordestes. Quanto à diferença entre o maior e o menor salário, no Sul, em relação ao Norte e ao Nordeste, o salário é duas vezes maior. O Nordeste forte, naquela época, era a Bahia e Pernambuco; o resto, pobre, ganhava a metade.

Então, uma desgraça esta diferença de riqueza: quatro vezes maior. Atentai bem, Cristovam! Ó Luiz Inácio, aprenda, aprenda: estamos aqui para sermos os pais da Pátria, temos a ensinar. No dia em que vir que não terei essa condição, desistirei: apareçam os outros. Foi assim que Moisés, para não fugir da luta, ouviu a voz de Deus: “Busque os mais velhos e os mais sábios; eles o ajudarão a carregar o fardo do povo. Aí nasceu a idéia do Senado.

Mas João Lobo dizia que a diferença era de quatro vezes. Que lástima Luiz Inácio, o IBGE, que é do Governo diz hoje não é quatro vezes não. O maior salário é o dessa ilha da ilusão, da ilha da fantasia, capital da corrupção do Brasil. E o menor é o Maranhão, Presidente Sarney. No Maranhão, prezado Senador João Lobo, V. Ex^a sabe qual a diferença? Oito vírgula seis é a diferença entre a renda *per capita* de Brasília e a do Maranhão. Graças a Deus, o Piauí não está na lanterna porque nós tiramos, trabalhando. Mas é 8,6, João Durval, o Nordeste. Aumentou, Luiz Inácio. Luiz Inácio, Vossa Excelência estudou no Senai, era uma boa escola. Tinha a aritmética do Trajano, quando João Lobo advertia sobre a gravidade.

A maior obra de Antonio Carlos Magalhães foi a lei de combate à pobreza – sejamos justos. E João Lobo, já em 1979, 1980, advertia. João Lobo, não escutaram o seu brado. Hoje é 8,6!

Presidente Sarney, como apoiar este Governo?

Brasília é a maior renda *per capita*. As cidades do Maranhão são mais pobres. Oito vírgula seis, portanto, aumentou, João Lobo. V. Ex^a bradou, como São João, em deserto, mas estamos aqui continuando pelo seu brado.

E a mais vergonhosa: por que este Senado está nessa situação? José Nery, aprenda, estamos aqui nos por quês. Este Senado é muito melhor.

Em Roma, Calígula, Wellington Salgado, botou um cavalo para ser Senador. Cristovam, como era o nome do cavalo do Calígula, aquele que ele botou para ser Senador? Incitatus, para ser contra. Aqui não tem. Tem dificuldades? Tem. Cristo, que só tinha doze apóstolos, teve dificuldades para dirigir a sua bancada. Rolou dinheiro, rolou traição, rolou enforcamento. Nós temos dificuldades, mas nós sairemos delas.

Mas a maior, Senador João Lobo, é a Sudene, onde estivemos juntos, buscando a eletrificação do Piauí. V. Ex^a me ensinava e dizia: “você tem que ser ousado, cada vez mais.” E nós conseguimos, vamos dizer, você sendo meu técnico, que o cerrado do Piauí fosse eletrificado.

Ó José Nery, sabe qual que a maior vergonha desta Casa?

Senador João Lobo, que vergonha! É o Luiz Inácio. Miterrand, ao morrer, escreveu em seu último livro, Cristovam Buarque: “a mensagem que eu deixo é fortalecer os contrapoderes.”

Cristovam Buarque, tem muito a ver com V. Ex^a a Sudene. Eu ouvi João Lobo dizer e dissertar: Juscelino fez o tripé – a indústria no Sul, Brasília, e a Sudene no Nordeste. Eu sou aprendiz de João Lobo. Nós nos debruçamos sobre a Sudene.

Antonio Carlos Magalhães morreu lutando; Tasso Jereissati, todos nós. Aí ele vetou o oxigênio da Sudene. Vetou o oxigênio, e esta Casa não derruba o veto.

Luiz Inácio, isso faz parte do jogo político. Fui Prefeitinho, João Lobo, e os Vereadores derrubaram meu veto. Fui Governador do Estado. com seu apoio, e os Deputados derrubaram meu veto. Não me senti diminuído, não. Pelo contrário, engrandeci-me, curvando-me ao regime democrático, ao jogo democrático. Esta Casa não tem coragem de fazê-lo.

Renan, seja firme! O País quer sua firmeza, V. Ex^a trazendo na terça-feira o veto da Sudene para nós, João Durval, nós que somos do Nordeste, V. Ex^a, Cristovam Buarque, que é lá da sede de Recife, discutirmos o veto da Presidência.

Senador João Lobo, é uma vergonha! Há mais de 500 vetos que não vêm a esta Casa para serem discutidos. É isto que queremos do Presidente, Wellington Salgado, essa firmeza; que ele possa morrer como Napoleão Bonaparte, o qual, nos seus últimos dias, preso à reflexão, dizia: “Eu não fui bom. Eu não fui mal. Eu não fui tirano. Eu fui firme”. E essa é a firmeza que esta Casa...

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Presidente, peço um aparte ao Senador José Nery, porque sei que S. Ex^a tem que tomar um avião, tanto que cedi a ele o meu lugar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Nery já terminou. Vou chamar V. Ex^a para a oratória.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, solicito dois minutos para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agora é a vez de o Senador Cristovam Buarque se pronunciar.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Certo, mas o Senador me cedeu todo o tempo; tenho certeza de que não se oporá.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu queria os aplausos para o Senador João Lobo, que enriquece esta Casa com sua presença.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Quero dizer que não estou com pressa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a é o próximo orador inscrito.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me inscreva, porque só agora pude me inscrever no livro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a tem prioridade, V. Ex^a nasceu no Piauí.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Piauí é um Estado que tem cinco oradores, V. Ex^a é o quarto, e o Senador Adelmir Santana é agora cidadão piauiense por lei municipal e estadual. Então, V. Ex^a tem essa prioridade. O Piauí sempre estará em primeiro lugar.

Com a palavra o Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, mesmo tendo há pouco encerrado o meu pronunciamento, eu queria, na verdade, registrar um momento de luta dos trabalhadores da construção civil no Estado do Pará, que realizam uma campanha salarial unificada, reunindo todos os sindicatos da categoria nos diversos municípios e regiões do Estado do Pará, uma campanha unificada pela melhoria das condições de trabalho e por melhoria salarial, Senador Cristovam.

Neste momento, os trabalhadores do complexo Albrás/Alunorte, no Município de Barcarena, um complexo de empresas pertencentes à Companhia Vale do Rio Doce, realizam uma grande manifestação nas ruas de Vila dos Cabanas e do complexo industrial de Barcarena. Dentro do seu processo de mobilização, decretaram a paralisação dos trabalhos, para terem condições de negociar um acordo coletivo de traba-

lho que seja mais adequado aos seus direitos, à sua sobrevivência e à sua dignidade.

Portanto, no momento em que os trabalhadores da construção civil de Barcarena, que têm um dos sindicatos mais combativos da história do sindicalismo operário no Estado do Pará nas últimas décadas, Senador Sibá, o movimento sindical que ajudamos a fortalecer, na qualidade de educador popular, de fortalecimento daquela organização, desde o início da construção daquele complexo industrial na década de 80, e que ano após ano desenvolve as suas ações procurando organizar a categoria, garantir conquistas, tanto é que aqueles sindicatos e aqueles trabalhadores têm o maior salário do Estado do Pará por conta justamente das reivindicações que têm feito.

Ao fazer o registro da paralisação, da manifestação dos trabalhadores da construção civil, em mais de 7 mil trabalhadores que estão em mobilização neste momento, para garantir a celebração de um acordo coletivo de trabalho melhor e adequado às condições salariais e às condições de trabalho, apelo ao dirigente do sindicato patronal pela garantia e manutenção das negociações para que, em curto espaço de tempo, possamos ter solucionada esta lide trabalhista.

Portanto, ao me solidarizar com a paralisação, com as manifestações e a com mobilização dos trabalhadores da construção civil no Pará, que realizam pela primeira vez uma campanha salarial unificada, ao mesmo tempo em que manifestamos a nossa solidariedade aos trabalhadores em luta, torcemos para que as negociações cheguem a bom termo, e os dois lados, especialmente os trabalhadores que têm salários achatados e muitas vezes condições de trabalhos inadequados, consigam, com isso, um bom acordo e que, ao final das contas, sejam garantidas condições mínimas de dignidade aos trabalhadores da construção civil no Estado do Pará.

Se o Presidente me permitir, quero conceder um aparte ao Senador Cristovam Buarque, que me cedeu o tempo, porque sei que será, de fato, um aparte.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Nery, primeiro, quero manifestar todo meu apoio à sua luta e, segundo, cumprimentá-lo pela abertura de seu discurso, graças até a uma provocação do Mão Santa, por sua referência à ex-Senadora Heloísa Helena. Durante toda a solenidade que tivemos aqui quarta-feira, relembro o Senador Antonio Carlos Magalhães, lembrei-me dela. Antonio Carlos, por mais que tenha discordado dele, sobretudo na minha juventude, tinha uma marca, e ele vai fazer falta aqui sim, vamos sentir sua ausência. Heloísa Helena também deixou esse vazio. Existem dois tipos de Senadores entre nós: a maioria de nós, os mortais, os comuns, são os

políticos, mas há alguns que são os líderes. O ACM foi um líder, e a ex-Senadora Heloísa é uma líder e faz falta aqui, sentimos a ausência dela neste momento – basta fecharmos os olhos e pensar como seria o debate nessas últimas semanas aqui. O PSOL está bem representado por V. Ex^a, mas como seria se ela estivesse aqui? Fico feliz que V. Ex^a tenha lembrado a nossa querida ex-Senadora Heloísa Helena.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque. Fizemos aqui uma saudação à Senadora Heloísa Helena – lembrada pelo Presidente – justamente porque reconhecemos a liderança importante de Heloísa neste momento em que o País precisa firmar novas alternativas e, principalmente, construir alternativas políticas sob o ponto de vista partidário.

O PSOL se inscreve como uma das perspectivas da luta pelo socialismo no Brasil sem querer sozinho ser dono ou proprietário do compromisso de construir a alternativa que realmente ajude o nosso povo vencer as desigualdades e as injustiças. Neste momento a nossa líder maior, Senadora Heloísa Helena, percorre o País levando a mensagem do PSOL, levando a mensagem de defesa dos direitos dos excluídos e tentando construir, com o povo brasileiro, uma perspectiva socialista e democrática para o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador-Professor Cristovam Buarque.

V. Ex^a é professor, e professor é mais do que Senador: é a única categoria que se chama mestre, igual a Cristo. Não se chama o Luiz Inácio de mestre, não se chamam os banqueiros nem os fazendeiros de mestre.

Professor, mestre Cristovam Buarque, V. Ex^a regimentalmente teria 20 minutos, mas jamais ousaria cortar a palavra do saber. Sócrates disse que só há um grande bem no mundo, João Durval, o saber, e que só há um grande mal, a ignorância, e eu digo: a ignorância audaciosa.

O Senado é representado pelo saber na voz de V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa, mas tem uma coisa maior, tem uma categoria superior à de professor: é a categoria de amigo, e V. Ex^a fica suspeito pelo que está dizendo a meu respeito por causa da amizade que construímos aqui. Muito obrigado.

Sr. Presidente Mão Santa, Senador Sibá, Senador Wellington, Senadores, eu hoje vou quebrar o Regimento porque na sexta-feira acho que se pode

fazer isso. Talvez nem se trate de quebrar o Regimento, mas vou inovar: não vou falar para as Sr^{as} e Srs. Senadores, vou falar para o povo brasileiro, vou falar para quem está lá fora, eu vou falar para aqueles que, lá fora, estão nos assistindo pela televisão e pela rádio. Eu vou falar para esses dois Brasis que, hoje, estão fazendo política neste País: um Brasil cansado e um Brasil acomodado.

Surgiu, Senador Durval, finalmente, um movimento dos que se dizem cansados, aos quais eu dou os parabéns, porque basta da paralisia política em que vivemos hoje neste País e das conturbações que não são políticas, são conturbações de críticas e autocríticas, de denúncias e defesas – isso não é política –, nas quais o assunto central é a corrupção. Às vezes eu me pergunto se isto aqui é o Senado ou uma casa de fofocas – fofocas até com coisas concretas, verdadeiras, que devem ser tratadas e punidas, mas que não podem ser o centro da nossa discussão.

Lá fora nós vemos que um grupo de pessoas saiu às ruas e está saindo também da paralisia e da letargia, quer sair do silêncio que os intelectuais brasileiros optaram por fazer. Intelectual silencioso é intelectual morto, não tem como você ser silencioso e ser intelectual. Você pode ser mudo, mas escrever e, então, não está em silêncio; o silêncio não combina com o intelectual. No Brasil, os intelectuais parecem ter optado, alguns, pela perplexidade – então não são intelectuais, porque não encontram rumo, não pensam, não entendem as coisas – e, outros, pelo silêncio, pelo acomodamento.

Vocês – falo aqui para o Brasil que está se manifestando liderado pela OAB – estão protestando e, com isso, estão trazendo uma nova situação para a política brasileira. Diz o manifesto da OAB:

Cansei de gente que só quer levar vantagem, do governo paralelo dos traficantes, de pagar tantos impostos para nada, de tanta impunidade, de tanta burocracia, do caos aéreo, de CPIs que não dão em nada, de ver crianças nas ruas e não nas escolas, de presidiários falando ao celular, de empresários corruptores, de ter medo de parar no sinal, de bala perdida, de tanta corrupção, de achar tudo isso normal, de não fazer nada.

Eu falo para esses, mas eu quero falar também para aqueles que estão acomodados. Quero lembrar que esses cansaços aqui, Senador João Durval, são cansaços da parcela rica da população, não é o cansaço do povo lá embaixo. Diante do único item referente ao povo, “cansei de ver crianças nas ruas e não nas escolas”, sinto-me no direito de perguntar se esse

cansaço é o da solidariedade ou o do medo, se é solidariedade com as crianças na rua ou se é o incômodo das crianças nos sinais de trânsito.

Será que é um cansaço pelo fato de, no Brasil, a gente ter ainda 1,5 milhão fora da escola e, dos quarenta milhões de hoje, saber que apenas dez milhões vão terminar o Segundo Grau e que, desses dez milhões, não mais de cinco milhões farão um Segundo Grau de competência? Eu tenho direito à dúvida e o povo brasileiro tem direito à dúvida. Será que o cansaço não é, sobretudo, do caos aéreo, dos impostos elevados, dos traficantes soltos? Tudo isso é um cansaço correto, mas um cansaço insuficiente, um cansaço que nada muda na história do Brasil, embora mude na política de hoje. Por isso, comecei parabenizando.

Mudar a política não basta se não mudarmos a história, se não mudarmos e construirmos um novo futuro. Por isso, ao mesmo tempo em que parabenizo vocês que cansaram, esse lado do Brasil cansado, quero dizer de minha preocupação, porque vocês protestam basicamente por aquilo que diz respeito aos interesses de vocês. É como se fosse uma manifestação sindical dos usuários do aeroporto, é como se fosse uma manifestação de indignação diante da corrupção na política, mas nenhuma indignação com as prioridades da política. É indignação porque alguns roubam o dinheiro que iria para obra pública, mas não vejo indignação com a obra pública que não serve aos interesses, às necessidades do povo brasileiro. É um cansaço pequeno, Senador João Durval!

Desculpem dizer isso. Eu os parabenizo, porque prefiro esse cansaço da indignação que vai para a rua do que o acomodamento do qual vou falar, mas não basta esse cansaço parcial, sindical, da parcela que tem direito a privilégios.

Eu não vi aqui, por exemplo, ao lado do cansaço com o caos aéreo, o cansaço com o caos do transporte público brasileiro, Senador Sibá. Não vi ninguém protestando pelo fato de que milhões ficam parados numa parada de ônibus, sem saber a hora em que o ônibus virá. Eu vi o protesto correto, justo, felizmente chegando agora, do cansaço dos que esperam nas boas poltronas dos aeroportos – e sei como é ruim esperar quando se tem uma missão a cumprir, quando se tem que chegar a um compromisso e o avião não sai na hora. Mas quem fica na parada de ônibus, em pé, também tem compromisso, também tem que chegar na hora ao trabalho, também tem que ir à escola, também tem que visitar doentes nos hospitais; não apenas os que vão de avião é que visitarão os parentes nos hospitais, mas os que estão na parada de ônibus também.

Sei que há pessoas que perdem a homenagem final pela morte de um parente porque o avião não saiu no dia, na hora, mas há pessoas que perdem também a oportunidade de prestar a homenagem no cemitério, porque o ônibus em que ele ia da sua casa para o cemitério não passou.

Quero, portanto, dizer que certamente vocês são contra o descaso com o qual têm sido tratados os aeroportos, mas não se mostram cansados com a maneira como são tratadas as escolas, que são os aeroportos do futuro. O Brasil pode até sobreviver com aeroporto que não funciona, mas não sobrevive, não voa se não tivermos escolas boas, gratuitas e de qualidade para todas as crianças brasileiras.

Não vejo no cansaço que uma parte da população brasileira, hoje, demonstra esta preocupação: o cansaço com a deseducação.

Não vejo cansaço com a concentração de renda, com o baixo salário dos professores da rede pública, nem com as intermináveis greves que eles fazem. Não vejo cansaço com as filas nos hospitais públicos. Aqui não está esse cansaço e, se aqui estivesse, não vejo nas manifestações essa preocupação.

Eu cansei também da vergonha da corrupção de que este documento fala, mas me cansei ainda mais da corrupção nas prioridades e ainda mais dos que hoje estão cansados dos políticos corruptos nos quais votaram, mas que, na próxima eleição, vão votar outra vez nos mesmos corruptos, Senador Sibá. Porque as pessoas que hoje dizem que se cansaram de corruptos na política, se olharmos bem, na história política desses eleitores está o voto nos corruptos. E eu tenho o direito de sentir-me cansado de achar que, na próxima eleição, eles vão votar nos mesmos corruptos, porque eles preferem um corrupto amigo do que uma pessoa honesta que eles não conhecem. Isso nos cansa também, da mesma maneira que cansam os aeroportos parados e o caos aéreo.

Eu também – e todos sabemos – protesto contra os corruptos, mas cansei de ver os cansados que não se cansam de seus privilégios. Há um cansaço, neste documento, contra a alta carga de impostos; e está corretíssimo esse cansaço, pois nenhum país sobrevive com 40% da renda nacional indo para os cofres públicos. Mas cansei ainda mais de saber que esses 40% não estão servindo inteiramente à população brasileira para mudar a educação, o transporte urbano, melhorar a água e esgoto, os hospitais. Se formos olhar, esses 40% estão indo mais para aqueles que estão cansados do que para aqueles que estão acomodados.

Cansei de ver os cansados que não se cansam dos seus privilégios e que estão dispostos a pagar aos corruptos para que roubem desde que defendam

os seus privilégios, porque hoje, ao invés de votar no político honesto que ameaça privilégios, essa minoria cansada prefere votar no corrupto que garante os privilégios. É muito triste dizer isso, mas é a realidade da minha fala – lá para fora; não aqui para dentro.

O Brasil, finalmente, levantou a bandeira do cansado, mas ela ainda é insuficiente, e insuficiente como foi a bandeira da Independência da República, da abolição dos escravos. Foi a elite que trouxe a independência, mas para beneficiar ela própria. Foi a elite que fez a República, mas para beneficiar ela própria. Foram as pessoas que defendiam a República, Senador João Durval, que escreveram na bandeira um lema sabendo que 65% da população era analfabeta na época. Veja que desprezo dos cansados com o Império. Cansaram-se do Império, gritaram “Viva a República” e fizeram a bandeira cujo lema escrito apenas 35% eram capazes de ler. Ou seja, que cansados são esses? Cansados porque não tinham acesso ao Império, não tinham acesso à Corte. Eles queriam apenas entrar na Corte, não queriam libertar o povo.

Esse cansaço parcial é a continuação dos cansaços parciais de antes, dos cansados que fizeram a independência sem olhar para o povo, dos cansados que aboliram a escravidão, mas não deram escola aos filhos dos escravos, não deram casas no lugar da senzala, não deram emprego no lugar do trabalho condenado a que estavam sujeitos os escravos, não deram salário no lugar da comida que os escravos recebiam sem salário.

Esse cansaço é insuficiente!

Devo dizer, com toda franqueza, que cansei também de publicitários que agora organizam as campanhas dos cansados, mas já devem estar fechando contratos com corruptos que serão candidatos na próxima eleição. Eu queria ver as empresas publicitárias envolvidas na campanha do cansaço assinarem um documento em que se comprometem a não fazer campanha para nenhum candidato sobre o qual pesem suspeitas de corrupção. Quero vê-los assinarem esse documento. Mas eles vão dizer: “Temos de sobreviver”. É isso o que dizem os corruptos também. Os corruptos não votam pelo prazer de ter dinheiro no bolso. Eles votam porque precisam sobreviver com muito dinheiro, roubando. Quem cansou de político corrupto, mas vai fazer publicidade para candidato corrupto, está enganando o povo, como enganamos, algumas vezes, prometendo ao povo e não cumprindo.

De qualquer maneira, mesmo assim, mesmo com o meu cansaço com os cansados, fico contente que eles estejam lutando porque seus interesses foram feridos: interesses de passageiros de avião, de contribuintes obrigados a pagar tão altos impostos – contribuintes

com direito de ir e vir –, cidadãos incomodados com o trânsito atrapalhado, com as crianças que pedem esmolas nas ruas. Eles têm direito de protestar contra tudo isso. Eu os parabeno, mas não posso deixar de dizer que eles estão sendo pouco patriotas. Eles estão defendendo seus interesses, agindo como sindicalistas, que têm de defender a categoria, e não pensando na Nação inteira.

Mesmo assim, parabeno-os por irem às ruas fazer um minuto de silêncio no dia 14 de agosto. Também vou guardar o silêncio. Não sou contra a manifestação deles. Mas peço que, por favor – falo para eles e não para o Senado –, lembrem-se do resto. Que sintam o cansaço não apenas das horas de espera no aeroporto, mas também de 500 anos de uma história maldita de abandono do povo, que também espera nas filas de hospitais, que espera nas filas de emprego, que espera fora da escola, que espera na parada de ônibus, que espera por todas as partes um futuro que não têm.

Não é só avião que está atrasando no Brasil, mas o futuro. Ainda se sabe a hora em que o avião vai passar, mas o futuro não nos diz quando chegará. Volto a comparar: não é só em aeroporto que esperamos, mas também em paradas de ônibus, sem poltrona, sem cobertura, debaixo de água da chuva, do sol do verão. Não há assalto dentro dos aeroportos, mas há assaltos nas paradas de ônibus, onde não há anúncio luminoso dizendo do atraso ou da hora em que o transporte vai sair. Precisamos cansar mais do que o Movimento Cansei.

Não me cansei somente dos que cansaram e nada querem mudar. Cansei-me também dos que deveriam ter se cansado, mas continuam aceitando o Brasil como ele é.

Agora quero falar para os outros, não para aquela parcela cansada que se mobiliza e finalmente traz uma dimensão nova para a política brasileira indo às ruas e fazendo silêncio no dia 14 de agosto. Quero falar àqueles que estão acomodados.

Quero falar, Sr. Presidente, para aqueles que estão cansados na rua e não só nos aeroportos.

Quero falar para essa parcela que parece não se cansar de viver sem saber ler, por exemplo. Dezesesseis milhões de brasileiros adultos não sabem ler e não parecem cansados com isso. Quero falar para você que está assistindo à minha fala e não é capaz de ler o que certamente está escrito embaixo da tela da televisão, porque, enquanto falo, aparece meu nome, o endereço eletrônico e, às vezes, outras notícias. Há dezesseis milhões de brasileiros adultos que, se estiverem me assistindo, vão ouvir e não vão ler o que está embaixo da tela.

E vocês não se cansam disso? Os que estão esperando avião cansaram-se, nas poltronas, nos restaurantes, às vezes com contas pagas, Senador Wellington, pela própria companhia aérea. E estou radicalmente contra esse caos aéreo. Sou vítima dele. No entanto, sou vítima também do caos que não falamos e que não aparece.

Eu quero falar para vocês que...

O Sr. Sibá Machado(Bloco/PT – AC) – Senador Cristovam Buarque, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Em um minutinho, Senador Sibá.

Quero falar para você que, por ser analfabeto, não saber ler, toma um remédio acreditando que é uma aspirina, porque alguém disse, mas você não sabe se é uma aspirina ou se é um veneno. Você que toma um ônibus, confiando em alguém que leu a placa do destino, sem saber se está correto. Você que fica perdido, quando não encontra alguém por perto para ler o nome da rua. E o nome da rua está ali escrito, e você não consegue ler. E você não se cansa disso?

Quero falar para você que não se cansou ainda de não ser capaz de ler o nome do seu filho, de escrever o nome do seu irmão. Digo isso lembrando de uma mulher, em Belo Horizonte, que, quando aprendeu a ler, perguntei-lhe qual foi o seu maior prazer e ela disse-me: “Foi escrever o nome do meu neto”. Você não se cansou ainda de não ser capaz de ler o nome do seu filho e de escrever o nome de seu neto?

Quero que você se canse e exija, que você faça o que os que estão com o avião atrasado estão fazendo. Quero que você vá à Prefeitura. Vá lá! Fale com seu pastor, com o padre, com seu patrão, grite, dizendo que você quer aprender a ler, e exija um curso. Não espere que o curso venha. Brigue, vá para a rua, junte-se a outros como você, não vá sozinho. Diga que quer o curso e que quer ganhar um salário para aprender a ler, porque no Brasil quem terminou a universidade, como eu, ganha uma bolsa para continuar estudando, fazer um doutorado, mas quem nunca entrou na escola não tem um real de ajuda para aprender a ler.

E falo com a autoridade de quem foi Governador e teve um programa que pagava aos analfabetos para que aprendessem a ler, como pagamos bolsa para fazer doutorado nos Estados Unidos e na Europa. Aqui, quando fui Governador, pagávamos R\$100,00 – naquela época eram US\$100 – no dia em que a pessoa fosse capaz de escrever sua carta, ou seja, comprávamos sua primeira carta. E tenho comigo muitas delas, guardadas, Senador Adelmir. V. Ex^a se lembra disso.

Quero que vocês se cansem também. Quero que vocês se cansem de não saber ler e lutem para aprender, para com isso ter um salário melhor depois. Mas

não só os que não sabem ler. Quero falar para outros que deveriam estar cansados.

Gostaria de falar para as mães que fazem parte do Bolsa-Escola. Claro que elas têm de agradecer por receber esse dinheiro, mas que não se satisfaçam com isso, por favor. É muito pouco! Vejam que os outros que estão ganhando muito, muito, cansaram-se e vão fazer um minuto de silêncio, vão fazer passeatas. Vocês, mães que ganham o Bolsa-Família, estão acomodadas. Não fiquem acomodadas! Fiquem cansadas, mas cansadas no sentido da propaganda dos que estão cansados do caos aéreo, o cansaço da revolta, o cansaço da mobilização.

Quero que vocês despertem para exigir aquilo que têm direito. Vocês não estão cansadas de ver seus filhos sem escola, enquanto os filhos dos ricos, daqueles que estão cansados e protestam, têm boas escolas? Vocês não estão cansadas de saber que os filhos dos ricos terão futuro e que os filhos de vocês não terão futuro, por causa da escola? Vocês não cansaram de achar que é um direito dos ricos terem boa escola e a condenação dos pobres terem escola ruim? Será que isso não cansa vocês?

Não estou falando aqui para os Senadores, porque todos temos boas escolas. Estou falando para você que não se cansa de ser abandonada.

Quero falar para vocês que assistem ao meu discurso calados, em vez de cansados, às mães e aos pais que aceitam a escola como ela é. Vocês estão sendo enganados! Vocês não comprariam uma televisão numa loja que se parecesse com uma escola, mas deixam os filhos de vocês lá. Vocês não comprariam comida numa venda, num armazém, num supermercado que se parecesse com a escola onde deixam seus filhos.

E vocês não se indignam, não vão para a frente da prefeitura, não cercam o carro do prefeito? E, quando os professores faltam, vocês não reclamam? E quando o salário do professor é baixo, vocês não vão para as ruas junto com os professores pedir dinheiro para os professores, desde que não parem de dar aula aos filhos de vocês? Vocês tinham de ter duas indignações, dois cansaços: com o Governo que não paga o salário e com o professor que não dá aula.

E, com isso, estão condenando os filhos de vocês.

Os outros cansaram. Estão brigando para que os filhos deles não fiquem nos aeroportos esperando por avião atrasado. E sabem o que eles já conseguiram? Um novo aeroporto em São Paulo. E vão conseguir um trenzinho para levá-los da cidade até o aeroporto, que eu vou usar. E vocês não se cansam de ver seus filhos indo a pé para a escola.

Cansem, por favor! Cansem, mas reclamem. Vocês têm direito! Como eu disse que os analfabetos deveriam ir para a prefeitura exigir curso e um salário para aprender a ler, vocês têm o direito de ir para a prefeitura e reclamar que as escolas não estão funcionando. E se o prefeito disser que não tem dinheiro, ajude-o a pedir dinheiro ao governador. E se o governador não tiver dinheiro, ajude-o a pedir dinheiro ao Governo Federal. E se o Governo Federal disser que não tem dinheiro, pergunte o que estão fazendo com os R\$60 bilhões do superávit. Pergunte por que nós, Senadores, tivemos aumento, e falta dinheiro para pagar melhores salários aos professores. Por favor, está na hora de que todo mundo se canse, não só aqueles que estão sentados nas poltronas dos aeroportos!

Estou cansado da falta de cansaço de uma parte da população brasileira, até porque não é aqui dentro que vamos conseguir melhorar as coisas. Ou o povo cansa, vai para rua, reclama e briga, ou não pensem que daqui, sozinhos, vamos conseguir mudar as coisas.

Mas, até para descansar desse cansaço, passo a palavra a dois Senadores que pediram um aparte, embora tenha dito que não iria falar para S. Ex^{as}. Mas os apartes de S. Ex^{as} são bem recebidos. Gostaria que V. Ex^{as} falassem não só para mim, nem para os outros Senadores. Falem pensando naqueles que estão nos assistindo, os cansados nas poltronas dos aeroportos e os acomodados em pé nas paradas de ônibus, os acomodados em pé nas filas procurando emprego, os acomodados com as escolas ruins dos seus filhos, os acomodados com as filas dos hospitais, os acomodados sem ter dinheiro para comprar o remédio. É pensando neles que passo a palavra ao Senador Sibá e depois ao Senador Adelmir.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Cristovam, pedi o aparte porque, em primeiro lugar, pretendia abordar esse tema da educação, por conta da matéria publicada no *Jornal do Senado*, que diz que V. Ex^a teria feito uma abordagem, numa audiência da Comissão de Educação, se não me engano, sobre esse tema. Como a essência do pronunciamento de V. Ex^a já havia me chamado à atenção, aproveito para fazer as duas coisas neste aparte e não mais no meu pronunciamento. Sobre a educação em si, nos últimos quatro anos da minha vida, desde que cheguei ao Senado, tenho me dedicado ao máximo a acompanhar o debate sobre as universidades e a ajudar, como posso, a universidade pública do meu Estado. Ouvi, nos debates da reforma das universidades – não sei se a proposta é atribuída a V. Ex^a, desculpe-me a ignorância –, que o Ministério da Educação, juntamente com os Estados e os Municípios, deveria cuidar exclusivamente dos ensinamentos infantil, fundamental e médio, ga-

rantindo que todas as crianças e os jovens do Brasil concluíssem o ensino médio, e que toda a gama do ensino superior fosse transportada, ou para um ministério exclusivo, ou para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Confesso que no primeiro momento ouvi e não sei se entendi direito, mas, hoje, começo a me deixar, digamos assim, ganhar pela idéia. Tenho andado bastante pelo Brasil, na ânsia de dar uma contribuição significativa à nossa universidade pública, e acabei de me convencer de que não adianta ter uma excelente universidade se tivermos um público que sai do ensino médio sem condições de poder fazer um excelente curso superior e ter uma boa carreira científica *a posteriori*. Portanto, nesse ponto, faço uma pergunta a V. Ex^a, se estou entendendo corretamente e se essa frase é atribuída a V. Ex^a. Quanto à questão da crítica – não sei se podemos chamar assim –, vi o documento parece que assinado até mesmo pela OAB, do Movimento Cansei. Digo a V. Ex^a que fui um ativista de movimentos populares e um cuidado meio que empírico que tive, não tinha nenhuma consciência muito científica, mas era muito da minha natureza, é que temos de ter um objetivo mais claro para fazer as coisas. Se eu não tiver um objetivo mais claro, posso até ter organizado um excelente movimento popular por um período e depois ele morrer de inanição, sem ter um resultado mais prático, mais entendido pelo público que dele participa. Portanto, digo a V. Ex^a que acho que, na abordagem geral, está corretíssimo, porque podemos deixar de elencar as prioridades dos investimentos – os investimentos de cada prefeitura, os investimentos de cada Estado e os investimentos da esfera nacional, e como isso chega na ponta final e com a qualidade que deve chegar. Portanto, valeu muito a pena ter escutado no dia de hoje essas preocupações de V. Ex^a. Penso que o Movimento Cansei tem o direito cívico de fazê-lo, mas acredito que realmente está pecando pela forma como está fazendo. Por exemplo, não tem rosto, não tem endereço. Fica tão impessoal que as pessoas podem perguntar: “Vamos sair de casa para fazer o quê? O que nós vamos fazer?” Vou encerrar o aparte a V. Ex^a referindo-me ao direito ao ócio e o direito ao trabalho. Os dois têm de ter regras. O direito ao ócio seria, no meu entendimento, o descompromisso com os prazos. É quando a pessoa não precisa estar amarrada ao despertador para acordar de manhã cedo. Não precisa estar amarrada ao tempo de voltar à cama para dormir. Ou seja, quando a pessoa tem certo descompromisso com os prazos. O direito ao trabalho seria o oposto: a pessoa tem de ter o compromisso com o relógio, com os prazos, com o tempo. Porém, tanto um quanto outro, se forem obrigatórios, estão errados. Imagine uma pessoa desem-

pregada. Ela está, digamos assim, numa situação de ócio, obrigada. Portanto, isso está errado, como estão errados também aqueles que fazem do trabalho uma escravidão e não têm mais tempo para as outras coisas. Com relação a esses dois cenários, faço aqui a reflexão de que isso não pode acontecer. Portanto, o direito, no meu entendimento, da pessoa está brilhantemente listado neste pronunciamento de V. Ex^a. Só me resta parabenizá-lo, pois acho que V. Ex^a acertou no ponto no entendimento. V. Ex^a chama a todos, não apenas ao público a que se referiu no início do discurso, mas a todos nós que estamos aqui neste momento e também o povo ouvindo-o atentamente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço, Senador Sibá Machado, o aparte e confirmo que essa é uma posição muito antiga minha, que não é uma criação minha. Na maior parte dos países onde deu certo a educação, havia um Ministério da Educação de Base e um Ministério do Ensino Superior. Mas, como aqui já há muitos Ministérios, melhor juntar Ensino Superior e Ciência e Tecnologia, ou fechamos três, cinco ou dez Ministérios e criamos um Ministério só para o ensino superior. Sabe por quê? Tem a ver com este discurso. É que os universitários cansam e vão para as ruas, brigam e levam tudo. As crianças e seus pais pobres não vão para as ruas e não conseguem nada. O pobre do Prefeito não tem como promover uma boa educação no Brasil. Por isso, tem de haver pelo menos um Ministro que cuide deles, que tente federalizar a educação de base. Enquanto não fizermos isso, não vai haver dinheiro federal para analfabetos, porque os universitários lutam por dinheiro para a universidade e ganham.

Informo ao senhor que essa idéia eu levei ao Presidente Lula em dezembro de 2002, antes de Sua Excelência assumir. Quando o Presidente me convidou para ser Ministro da Educação, eu disse que queria mesmo era ser Ministro da Educação de Base e poder fazer a revolução de que este Brasil precisa. Veja uma coisa importante: a universidade precisa melhorar, mas a educação de base precisa de uma revolução. É diferente. A diferença das nossas universidades para as dos países ricos é essa, mas a diferença da nossa educação de base para a dos países desenvolvidos é essa. Nisso se consiste a revolução.

Além disso, como o senhor mesmo disse, não tem como haver uma boa universidade em um país que joga fora 82% dos seus cérebros, porque não terminaram o ensino médio com qualidade. E nós não vamos querer que ingresse na universidade quem não concluiu o ensino médio. Estamos jogando fora cérebros. É como se estivéssemos fechando, tapando 82% dos poços de petróleo que encontrássemos, porque não

há energia mais forte do que a energia intelectual, até porque o petróleo vai acabar, vai precisar da energia intelectual para inventar um substitutivo do petróleo. Para tirar combustível de pedra vai precisar de muita ciência. Não estamos fazendo isso.

Imaginem se, no futebol, só deixássemos 18% jogarem bola no Brasil?! É o que fazemos com a Ciência e a Tecnologia, não deixamos 100% jogarem.

Então, por isso, tem de haver um Ministério da Educação de Base, para trazer o problema da educação de base para o centro das decisões nacionais e não só ficar na periferia dos limites dos recursos municipais. Por isso, defendo, sim, esse Ministério da Educação de Base como instrumento da emancipação do povo brasileiro por meio da educação de base com a influência e com a decisão do Governo Federal.

Concedo um aparte ao Senador Adelmir Santana.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Cristovam, pedi esse aparte a V. Ex^a para dizer que, em dado momento do seu pronunciamento, cheguei a me emocionar, com o seu grito no sentido da mobilização para que as pessoas mais simples comecem a reclamar e a dizer que estão cansadas com a falta de oportunidades. Na verdade, o País tem uma dívida social imensa na área da educação, dívida social que se estende a outros setores. Não é possível que tenhamos essas deficiências que V. Ex^a enumerou, de pessoas que não capazes sequer de ler uma legenda, dissecar uma notícia, entender uma notícia veiculada pela televisão, de não compreender as coisas mais simples, como um endereço, um local a que se dirige.

Então é uma dívida que todos nós temos que ter a compreensão de que é imensa e que temos de nos associar a este cansaço a que V. Ex^a se refere aqui. O senhor estendeu este cansaço a outros setores da administração pública. Eu dizia, na semana passada, que temos aí um preceito constitucional no que diz respeito à saúde, direito de todos, dever do Estado. No entanto, o senhor fez referência aos planos de saúde, àqueles que podem e que têm planos de saúde, outros que ficam na fila às vezes por sessenta dias para uma consulta, como se a doença esperasse. E quando da consulta, Sr. Senador, muitas vezes não se faz este atendimento integral, porque são prescritos às vezes alguns produtos que ele não tem como adquirir. É preciso que se repense isso, com poucos recursos a dar o atendimento inicial a esta população. Eu dizia, na semana passada, que talvez com R\$1,9 bilhão ou R\$ 2 bilhões dos vários recursos que estão destinados à saúde poderia ser feito um atendimento integral do primeiro momento. Para isso é preciso que os pequenos Municípios sejam dotados de equipamentos

essenciais e que não haja essa migração constante de pessoas procurando os grandes centros pelo atendimento médico e, muitas vezes, voltando novamente à fila da consulta, porque não teve esse atendimento integral, pois não recebeu os produtos que foram prescritos pelo médico. É importante, portanto, que este grito se estenda a todas as ações que o Estado tenha obrigação de fazer com essa população. Associe-me a V. Ex^a nesse grito, com entusiasmo, com emoção. Há poucos dias, estive no interior do Estado do Piauí e verifiquei o quanto essa população é sofrida, o quanto essa população não tem consciência dos seus direitos que são constitucionais e que, muitas vezes, são relegados por falta de alguém que faça o grito, como o que V. Ex^a desperta, neste instante, em todos nós. Quero, portanto, associar-me ao discurso de V. Ex^a, não apenas na área da educação, mas também na área da saúde, dos transportes, que são obrigações do Estado brasileiro, que tem uma carga tributária extremamente excessiva daqueles que são formalizados para bancar esses serviços. Portanto, Sr. Senador, todos nós temos de estar irmanados nesses princípios de lutar por essa população que não tem, como os outros, a consciência de que gritando, dizendo que cansou, tem a oportunidade de ser atendido pelo Estado brasileiro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Senador Adelmir. Fico feliz de ter tocado no seu coração, mesmo querendo falar para o povo lá fora, não apenas aqui para dentro.

De fato, não é só educação, mas nada virá se o povo não se manifestar. Voltando ao que o Senador Sibá falou, para mostrar como é importante essa mobilização, a idéia do ProUni nasceu em 2003, com o nome de Programa de Apoio ao Estudante. O projeto de lei foi entregue na Casa Civil. Sabem por que não saiu daquela maneira? Porque lá estava escrito que o aluno que recebesse dinheiro do ProUni teria que, durante um semestre de sua carreira, ser alfabetizador de adultos. Mas os analfabetos não se mobilizaram. Claro, nem sabiam! A UNE se mobilizou, os universitários se mobilizaram e, junto ao Governo Federal, conseguiram tirar esse compromisso da alfabetização daqueles que recebem dinheiro para estudar na universidade. E ficaram só com os recursos. Além disso, a proposta era pagar e não fazer todo esse jogo com dinheiro que seria de impostos. Isso ocorreu porque os analfabetos não se cansaram ainda do analfabetismo e os universitários cansaram de serem chamados para serem alfabetizadores. Cansaram, foram para a rua – não a rua, fisicamente, mas a rua do ponto de vista dos corredores do Planalto, dos corredores do Ministério da Educação – e transformaram um projeto que vinculava a universidade à alfabetização em um

projeto só para os universitários, porque o Ministério é um só e ficou do lado dos que se mobilizam, não do lado dos outros. Se tivéssemos dois ministérios, eles teriam brigado, e o projeto teria saído como deveria.

Senhoras e senhores, lá de fora, que estão me ouvindo, retomo o meu discurso, do ponto em que parei – e não vou demorar muito, Senador Mão Santa.

Eu falava – e vi que o Senador Wellington até balançou a cabeça quando eu disse isso – que o povo brasileiro não compraria uma televisão em uma loja que se parecesse com a escola, mas deixa suas crianças lá. E o pior, Senador Mão Santa, é que as deixam lá – refiro-me a você, ouvinte, telespectador – satisfeitos com essa escola, porque vocês não tiveram nenhuma, aí, acham que ela está boa.

Em pesquisa feita com os pais de alunos da escola pública, os pais deram nota média oito! Nem as escolas dos ricos merecem nota oito no Brasil, porque lá não se estudam os clássicos, lá não se aprende a ler como se deveria, e os pobres deram nota oito.

Ontem, aqui na Comissão de Educação, o Dr. Jorge Werthein, que foi da Unesco, disse que havia falado, há pouco, com uma senhora pobre, uma trabalhadora doméstica – que talvez esteja me ouvindo –, e ela disse que a escola do filho dela é ótima, só que os professores não estavam indo dar aula há uma semana. Como é que uma escola é boa sem professor, povo que está me ouvindo?

Cansem dessa idéia que o Brasil rico vendeu para vocês de que escola é restaurante mirim! Cansem dessa idéia de que menino vai para a escola apenas para comer. Cansem, por favor! Porque, comendo, eles ficam vivos, mas só comendo eles não têm futuro. O futuro vem da comida do espírito. Para ir para o céu, é a comida que vem do pastor, do padre, do rabino, mas, para ter futuro nesta terra, é a comida que vem para a cabeça, para o cérebro, para a inteligência. Cansem de ver seus filhos sem hospital, de ver seus filhos sem remédio, de ver seus pais morrendo num corredor de hospital. Cansem, por favor, disso! Não deixem que, no Brasil, cansem apenas os que estão como eu, sentados nas confortáveis poltronas dos aeroportos. Cansem também. Isso não é só para o futuro dos seus filhos, é para o futuro do Brasil também, porque, se as crianças deste País não tiverem futuro, não haverá futuro para o Brasil. E, se só as crianças dos ricos tiverem futuro, o Brasil não vai ter futuro, porque o Brasil é feito de muito mais gente do que os filhos dos ricos.

Peço que, por favor, vocês também vão às ruas. Não deixem só os outros irem às ruas. Exijam para os seus filhos uma escola tão boa quanto às dos ricos. Vocês têm direito a isso. Vá ao Prefeito, ao Presidente, ao Governador, porque eles têm a obrigação de dar

isso à população. E, se eles não derem – vou dizer aqui, Senador Wellington, algo muito radical –, se o Prefeito não der, se o Governador não der, pegue seu filho e o leve para uma escola de rico paga, e diga que quer deixar o seu filho lá. E vamos ver o que vai acontecer. Exija. Por que há escola para rico e escola para pobre?

Um país pode sobreviver com roupa de rico e roupa de pobre; restaurante de rico e restaurante de pobre; um país pode sobreviver com aeroporto e parada de ônibus; mas um país não pode sobreviver com escola de rico e escola de pobre. Não é um país; é um território onde mora uma porção de gente dividindo. Então briguem, manifestem-se, conversem com seus amigos, parentes, conhecidos, colegas! Não deixem de falar nas necessidades de vocês. Não vou dizer que parem de tomar sua cervejinha, mas não fiquem só nisso para apagar o cansaço, porque este País está virando, nos finais de semana, um país de alcoolismo, Senador! E não é porque as pessoas querem beber, mas porque as pessoas querem esquecer o cansaço e continuar acomodadas. Os ricos, que tomam uísque, estão indo à rua brigar por aeroportos bons, por uma redução da carga fiscal, por uma eficiência maior desse Governo, e os outros estão bebendo sua cerveja, sua cachaça, suas bebidas todas, divertindo-se até, e não se mobilizando. Não estou dizendo que parem de fazer essas coisas que gostam, mas que não façam só isso.

Espero que vocês aprendam a cobrar como os ricos cansados estão aprendendo. Eles, já na primeira passeata, estão conseguindo aeroporto e trem para transportá-los. Falo com vocês que me estão ouvindo aí, sem conseguir ler o que está escrito embaixo – porque, como falei, 16 milhões não lêem o que está escrito embaixo, e, se estiver passando naquela velocidade que passa no cinema, que passa na televisão, até quem aprendeu a ler não consegue, porque quem não lê muito lê devagar.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que também estou cansado. Mas estou cansado, sobretudo, desse desencontro entre um Brasil cansado que se mobiliza e um Brasil acomodado, paralisado. E a minha mensagem final é para tentar casar esses dois Brasis. Não vim aqui fazer luta de classes entre os cansados ricos e os acomodados pobres. Vim pedir que eles se juntem. Juntem-se naquilo que salvaria os dois, o Brasil rico e o Brasil pobre, e construiria um único Brasil: uma escola igual para todos.

Vim aqui pedir para que os que cansaram e que estão se mobilizando pela OAB lutem para que a escola do pobre seja igual à escola do rico, e que essa luta, ao trazer vantagem não só para os ricos, ao trazer vantagem também para os pobres, que essa luta ajude

a tirar do cansaço um país inteiro que se acostumou a dizer e a se orgulhar de dizer que dorme em berço esplêndido. Por melhor que seja o berço, não vale a pena ficar morto nele. Por melhor que seja o berço e a cama, só vale a pena na hora em que a gente precise recuperar as forças para sair à luta e manifestar-se, lutando para mudar o Brasil. E o caminho da mudança é a escola do rico igual à do pobre.

Aqui fica o meu desafio para superar esse meu cansaço e fazer com que o meu cansaço seja a minha manifestação. Vou, no dia 14, fazer um minuto de silêncio. Sei que é o cansaço da parcela rica, mas vou fazer o meu minuto de silêncio no dia 14 de agosto, conforme essa mobilização. E vou fazê-lo pensando mesmo mais nas paradas de ônibus, que não tenho usado, do que nos aeroportos, onde tenho sofrido. Vou fazê-lo pensando mais em como o dinheiro é mal aplicado neste País do que no tamanho da carga fiscal, que é alta. Vou fazer o meu minuto de silêncio pensando mais na corrupção das prioridades para onde vai o dinheiro do que mesmo na corrupção dos políticos que põem dinheiro no seu bolso. E vou fazer o meu silêncio como fazemos pelos mortos, pensando em um País que dorme em berço esplêndido, que não morreu ainda, mas que, adormecido, não vai chegar no futuro. Vou fazer um minuto de silêncio pensando na possibilidade de unir os dois “Brasis” nas escolas, que são as encruzilhadas das classes quando a escola é igual para todos e é, ao mesmo tempo, o aeroporto do futuro para o Brasil.

Era isso o que eu tinha a dizer, Senador Mão Santa, agradecendo a sua paciência e a dos que me fizeram apartes e me ouviram, mesmo sabendo que o que estou falando, hoje, não é para aqui dentro, é lá para fora, querendo despertar o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a foi saudado como mestre e gastou 45 minutos. Pedagógica, didática e universalmente, esse é o tempo de uma aula. Então, quero dizer – e falo pela Pátria – que não me cansei de ouvi-lo. O Brasil não se cansou; o Brasil aprendeu. No Brasil, nasceu, hoje, essa esperança de se educar e de prosperar.

Concedo a palavra ao Senador João Durval, da Bahia, do PDT de Leonel Brizola. João Durval traz a experiência de extraordinário profissional da saúde, de extraordinário Prefeito da sua cidade natal, de extraordinário Governador de Estado e, em pouco tempo, de extraordinário Senador da República, enriquecendo esta Casa tanto quanto os baianos que por aqui passaram, cuja grandeza é simbolizada por Rui Barbosa.

V. Ex^a terá o tempo que considerar conveniente, em respeito a V. Ex^a, a Rui Barbosa e à Bahia.

O SR. JOÃO DURVAL (PDT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em belo artigo publicado recentemente no *Jornal do Brasil*, Mauro Santayana, sem favor algum uma das mais lúcidas, cultas e inteligentes figuras do jornalismo brasileiro, chamou a atenção de seus leitores para a grave crise de valores que assola o mundo contemporâneo. Essa crise, por sua amplitude e verticalidade, atinge em cheio as instituições políticas. É impossível não concordar com o grande articulista, sobretudo quando nosso País atravessa, como bem o sabemos, momentos difíceis.

Em verdade, as transformações operadas na sociedade contemporânea não apenas são demasiado profundas. O que mais assusta nelas é a celeridade com que ocorrem. A rapidez é tamanha, que, ante a impossibilidade de imediata substituição dos antigos parâmetros por outros que pudessem refletir as novas circunstâncias que passaram a nortear a vida social, estabelece-se o pior dos mundos, qual seja o do vazio em termos de princípios éticos e morais.

A relativização de tudo, acompanhada de atroz individualismo, talvez seja a face mais perversa e perigosa da sociedade atual. A perda de antigas e tradicionais referências, sem a correspondente substituição por novos paradigmas, leva ao impasse em que hoje vivemos. Verdades destruídas e valores soterrados pela avalanche de inovações promovem o vácuo, dificultam ou até mesmo impedem o estabelecimento de direções a serem seguidas e retiram dos seres humanos a própria dimensão de sua historicidade.

Na política, que é a área em que atuamos diretamente, na qual nos envolvemos cotidianamente, os efeitos dessa crise generalizada são percebidos de forma imediata. Esse fenômeno, aliás, é universal e, em certa medida, nivela países pobres e ricos, sociedades institucionalmente mais ou menos avançadas. Em outras palavras, a crise política também se globalizou, acompanhando o processo de mundialização da economia.

O caso do Brasil, Sr. Presidente, interessa-nos mais de perto. Além da razão óbvia de sermos brasileiros e de atuarmos politicamente no País, há outro aspecto que evidencia uma extraordinária singularidade. É provável que não haja outro exemplo mais marcante, no mundo contemporâneo, de uma nação que, como o Brasil, tenha-se transformado tão rápida e vigorosamente em apenas seis ou sete décadas. Aquele Brasil arcaico e rural, que existiu ao longo dos três séculos de colonização e que pouco se alterou depois da Independência, há muito, deixou de existir. A partir da Revolução de 1930 e, muito especialmente, após o fim da Segunda Guerra Mundial, que coincidiu

com a derrocada do Estado Novo de Vargas, nosso País conheceu acentuado processo de modernização econômica, na esteira do qual emergiu uma sociedade majoritariamente urbana.

Para que se tenha idéia da magnitude dessa experiência de urbanização da sociedade brasileira, lembremo-nos de dois fatos interligados: se, em 1950, o censo do IBGE assinalava a existência de cerca de 70% da população vivendo nas zonas rurais, em 2000, o quadro mais que se inverteu, com o espantoso índice de 82% de população urbana. Essa fantástica mudança fisionômica da sociedade brasileira fez-se acompanhar, como seria inevitável, por sensíveis alterações nas instituições e, sobretudo, na maneira pela qual se faz política. São milhões e milhões de brasileiros que ganham visibilidade. São milhões e milhões de brasileiros que passam a apresentar suas demandas em termos de emprego, de moradia, de educação, de saúde, de lazer, de transporte, enfim, de acesso a tudo aquilo que, de alguma forma, corresponde ao que denominamos de cidadania.

Penso residir nesse ponto o nó górdio da questão, a verdadeira matriz nuclear de nossos atuais problemas. Avançamos, sim, em vários aspectos, mas o fizemos em ritmo inferior ao necessário. Colecionamos conquistas, sim, mas de forma morosa, nem sempre no compasso das exigências sociais. Reconheço que vencer mazelas estruturais que nos acompanham há séculos é tarefa dura, difícil e complexa. Todavia, nada justifica que, em pleno século XXI, ainda haja déficits tão acentuados, particularmente em termos sociais.

Como bem lembrou Santayana, hoje, nossa democracia é melhor e mais abrangente do que a do passado. Vencemos a barreira da “falsa legitimidade” dos representantes eleitos pelos currais eleitorais, por voto de cabresto e por decisão monocrática das elites locais, regionais e nacionais. No entanto, acompanhando a tendência que se verifica pelo mundo afora, ainda não fomos capazes de colocar nossas instituições plenamente a serviço da coletividade, de fazer da representação política o instrumento efetivo da presença popular – não apenas de segmentos organizados da sociedade – na condução do Estado.

Justamente por isso, correto está Mauro Santayana, quando afirma, em relação ao Brasil, que, em especial devido ao regime militar, “o eleitor não é representado no Parlamento, mas nele estão presentes os delegados de imensos interesses corporativos”. O raciocínio pode e deve ser estendido aos demais Poderes do Estado. Eis a razão pela qual devemos abraçar a grandiosa causa verdadeiramente ética que se coloca diante de todos nós: transformar a política em sua essência, incluindo métodos e procedimentos.

E é neste sentido, Sr. Presidente, de dar efetividade e praticidade aos valores teóricos dispostos neste pronunciamento, que apresentei o Projeto de Resolução nº 40, de 2007, com a finalidade de estabelecer critérios meritórios para a ocupação de vagas de titularidade ou de suplência no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa e de, principalmente, transferir para o Plenário do Senado decisões relevantes que dizem respeito ao afastamento de Senadores integrantes da Mesa Diretora dos cargos que ocupam, o que proporcionará a retomada por parte desta Casa Legislativa de conceitos primordiais para seu bom funcionamento, os quais têm sido duramente atingidos nos últimos tempos.

O discurso fácil sobre ética na política, muito mais propício a atender interesses inconfessados e necessidades imediatas de palanques eleitorais, está longe de suprir nossas carências e, não raro, produz equívocos monumentais. O que a Nação espera de nós, ainda que silenciosamente, é a vigorosa ação no sentido de impedir que o conceito de ética seja banalizado. A ética política de que necessitamos é o caminho que nos conduz à reorganização do Estado, orientando-o para servir ao conjunto da sociedade, para a defesa dos mais legítimos interesses nacionais e para o fortalecimento integral e pleno da autêntica cidadania. Ao fazê-lo, estaremos cumprindo o mandamento filosófico que nos ensinou a grande pensadora Hannah Arendt, segundo o qual a política só se justifica quando se traduz em ato de amor à humanidade. Esse é meu compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador João Durval, apenas quero adverti-lo de que o Senador Cristovam Buarque gostaria de participar. V. Ex^a está muito concentrado.

O SR. JOÃO DURVAL (PDT – BA) – Peço-lhe só um minutinho.

Esse é o ideal que conduz minha ação de homem público.

Muito obrigado.

Tem o aparte o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador João Durval, que é meu correligionário no PDT, fez questão de pedir a palavra no final, até para não atrapalhar toda a lógica de seu discurso, extremamente oportuno. A preocupação de V. Ex^a é absolutamente correta: não podemos julgar ética de maneira política e, às vezes, corremos esse risco, dependendo de como seja organizado o Conselho de Ética. Alguns até começam a dizer que o Conselho de Ética deveria ser realizado fora do próprio Senado, não por nós, Senadores. Aproveito também, Sr. Presidente, para dizer que, em meu discurso, informei que o minuto de silêncio daquela

campanha seria no dia 14. Na verdade, a campanha nacional é realizada no dia 17. Eu é que vou propor que nós, do Senado, façamos um minuto de silêncio, não só por aquelas causas, mas também pelas outras, no dia 14, que é uma terça-feira, já que o dia 17 será uma sexta-feira, e ficaria difícil fazer um minuto de silêncio às 13 horas, junto com o resto do povo brasileiro. Talvez, durante o discurso, eu não tenha explicado isso bem, mas o problema não foi apenas o erro na escolha da data, foi um erro na apresentação. No dia 17, vou fazer um minuto de silêncio com todo mundo, mas, no dia 14, vou fazer minuto de silêncio aqui, mas por um cansaço muito maior, muito mais amplo.

O SR. JOÃO DURVAL (PDT – BA) – Agradeço-lhe o aparte e incorporo suas palavras ao meu discurso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cumprimos o Senador João Durval, que termina dizendo que a ética é muito discutida, muito estudada. Max Weber diz que há duas éticas: a ética velha e a ética de resultados. Mas V. Ex^a supera Max Weber quando diz que tem a ver com amor, amor que é Deus, amor que é verdade. E este Senado é grandioso. Se tivéssemos participado dos Jogos Pan-Americanos do amor, V. Ex^a e sua encantadora esposa leda ganhariam a medalha de ouro, simbolizando o amor que constrói a família brasileira.

Convidamos para usar da palavra o Senador Adelmir Santana, líder empresarial que representa o Distrito Federal e é também um dos Senadores do Piauí. Recentemente, recebeu o título de cidadão de Uruçuí, empreendedora cidade do Piauí.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para, mais uma vez, me reportar à sessão gloriosa da última terça-feira, quando aqui tivemos a oportunidade, por unanimidade, de votar o Projeto de Lei nº 43, que faz algumas alterações na lei geral da Micro e Pequena Empresa, a Lei nº 123.

E faço isso, Sr. Presidente, porque, ao ler os jornais, percebe-se que algumas críticas ainda são feitas ao Supersimples, críticas que são procedentes, mas que, naturalmente, podem e devem ser corrigidos os pontos ali apontados.

É sabido que o Supersimples modifica sobremaneira o que existia no passado. Existia o Simples Federal, a que alguns Estados brasileiros aderiram, criando o Simples Estadual, com variados posicionamentos. Mas, agora, com a aprovação da lei geral, na verdade, dispensa-se a adesão, porque nela estão incluídos oito tributos, dos quais apenas seis pertencem à União, pois há um tributo estadual e um tributo

municipal. E, diria eu, tributos da maior importância: o mais significativo no caso dos Estados, o ICMS; e dos Municípios, o ISS.

Entretanto, todos nós sabemos que o ICMS é um imposto de crédito e débito, é um imposto que cria a verdadeira guerra fiscal entre os Estados brasileiros. Uma das críticas ao Supersimples é que, com relação ao ICMS, ao invés de facilitar a vida das pequenas empresas, cria dificuldades a essas, e elas se referem exatamente quando essas micro e pequenas empresas fazem seus faturamentos para as empresas atacadistas, para as grandes empresas varejistas e para as empresas industriais. Por que isso? Exatamente porque elas não podem conceder, ou porque estão isentas ou porque pagam uma taxa extremamente baixa, uma alíquota extremamente pequena. Está embutido o ICMS nessa contribuição de oito tributos em um único imposto.

Ora, Sr. Presidente, se de fato queremos fazer valer o princípio constitucional de defesa da micro e pequena empresa, é importante que cada Estado brasileiro, que tem seus regimes especiais e a capacidade de legislar sobre o ICMS, crie mecanismos para que as pequenas e microempresas não sejam prejudicadas no processo de faturamento para a indústria, para grandes atacadistas ou para grandes empresas varejistas.

O jornal **O Estado de S. Paulo**, de ontem, ainda dizia que agora começam as pressões dos grandes atacadistas, das grandes indústrias e dos grandes empresários do comércio em relação às pequenas empresas, no sentido de que essas lhes concedam descontos equivalentes ao que seria o crédito de ICMS, que não poderão creditar a si mesmas.

Faço um apelo aos Governos estaduais e ao Confaz para que busquem uma solução, que é simples. É uma solução que pode ser buscada com decretos estaduais ou com um entendimento entre os Secretários de Fazenda dos diversos Estados, objetivando encontrar uma fórmula que não dê prejuízo aos que adquirem das micro e pequenas empresas. Mas que não forcem essas pequenas e microempresas a concederem um desconto nos preços das suas mercadorias; que se encontre um formato, por meio de um imposto presumido, para que, quando um grande atacadista, uma grande indústria ou um grande comércio varejista adquira dessas pequenas empresas, tenha o crédito do ICMS, para fazer exatamente essa equidade, como se tivesse adquirido de empresas que assim o concedem.

É importante que se busquem essas soluções, porque, do contrário, toda essa luta poderá ser perdida. Ela não pode significar prejuízos para as micro e pequenas empresas. Os Estados têm de buscar a adequação

do ICMS; têm de buscar uma legislação própria, que faça com que as micro e pequenas empresas sejam fornecedoras das indústrias e dos atacadistas locais e dos grandes varejistas locais e interestaduais.

Todos nós sabemos que cada Estado tem uma legislação própria do ICMS. A lei geral cria um mecanismo de simplificação. É impossível o emaranhado de legislação, a burocracia do Estado brasileiro. É impossível estar atento a todos esses regimes de recolhimento do ICMS. São vinte e sete legislações diferentes, são vinte e sete ou mais alíquotas diferentes, que variam de produto para produto. A lei geral diminui sensivelmente essa burocracia quando cria, num único mecanismo, o recolhimento de seis tributos federais, o ICMS e o ISS.

Não vamos criar complicações, quando, na verdade, o que se busca nesta Casa, o que se buscou com a lei geral e com o Projeto de Lei Complementar nº 43 é simplificar a vida dos pequenos e microempresários.

Tenho afirmado que, se o motivo de alguns empreendedores ficarem na informalidade era exatamente a questão burocrática ou a forte carga tributária incidente, daqui para frente, isso não se justifica mais. Daqui para frente, em vez de haver empresários na informalidade, passarão a existir, efetivamente, empresários na ilegalidade.

Quanto à reforma tributária, que se discute há mais de dez anos no Congresso e que não havia sido feita, com a lei geral, efetivamente a fizemos, porque ela atende a mais de 96% das empresas brasileiras.

É importante que não desperdicemos essa oportunidade. É importante que os Estados busquem regimes especiais para contemplar, para favorecer as aquisições das grandes indústrias, dos grandes atacadistas e dos grandes varejistas junto às pequenas e microempresas.

A lei, inclusive, cria mecanismos de facilitação e de privilégios para que os poderes constituídos, para que o Poder Executivo Municipal, os Municípios, os Estados e a União façam aquisições, de forma diferenciada, até R\$ 80 mil, dessas pequenas e microempresas.

Então, aliado a isso, temos de buscar mecanismos que possam evitar que a falta do crédito do ICM não seja um complicador para a aquisição dessas pequenas e microempresas

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Adelmir Santana, é muito bom, às sextas-feiras, tratar de assuntos dessa natureza, porque há mais tempo para proceder a uma abordagem com mais tranqüilidade, para mencionar quaisquer pontos, o que é im-

possível às terças, quartas e, às vezes, quintas-feiras. Às sextas-feiras, podem-se fazer apartes de forma mais sossegada. Primeiro, quero parabenizá-lo pela relatoria desse projeto. Quero lembrar um nome da Câmara também; há vários, mas um deles é o de José Pimentel, que, antes de entrarmos em recesso, esteve aqui, insistiu e trabalhou muito para que pudéssemos aprovar, o mais rápido possível, essa lei. Meu aparte é para dizer que os anos 50, 60 e, principalmente, 70 levaram o povo brasileiro a pensar que o sinônimo de desenvolvimento e de geração de emprego estava na grande empresa, porque, com a industrialização do Brasil, as indústrias de base sendo instaladas, precisávamos criar empresas do porte da Companhia Vale do Rio Doce, Petrobras, Companhia Siderúrgica Nacional e assim por diante. Depois, veio o setor automobilístico, com a Ford, com a Volkswagen, e assim por diante. Então, a imagem do povo mais pobre era a de que a grande empresa era sinônimo da geração de emprego e do desenvolvimento. Sempre nos esquecemos do fato de que quem sempre segurou a onda da geração de emprego, da distribuição de renda, da prestação de serviços mais rápidos, mais próximos das pessoas mais simples foram as pequenas e microempresas, dado a que só tive acesso após 1993, quando na Amazônia fizemos um movimento mais ligado ao campo, é claro, chamado Grito da Terra Brasil. A partir desse movimento, pedimos a assessoria do Sebrae, que começou a nos passar essas informações. Recentemente, Mâncio Lima Cordeiro, ex-Presidente do Banco da Amazônia e atual Secretário de Fazenda do Estado do Acre, acrescentou mais um quadro comparativo importante para isso: o de que, se for perguntado às pessoas sobre se são a favor da reforma tributária, todas vão dizer que sim; se forem perguntadas sobre se são a favor da guerra fiscal, todas vão dizer que não. Na hora de sair a reforma tributária, porém, é uma verdadeira guerra de nervos, porque ela não sai a contento e no prazo que se quer. Segundo, quando da guerra fiscal, não conseguimos coibi-la. Portanto, a partir da pequena e da microempresa, acho que esse projeto do Supersimples vem, no meu entendimento, resolver estes dois pontos: de um lado, caminha uma reforma tributária; e, de outro lado, coíbe o problema da guerra fiscal. E aí faço mais uma comparação com os dados do IBGE de 2003, que dizem que há mais de dois mil Municípios no Brasil que respondem por apenas 1% do nosso PIB. Ou seja, quase 50% dos Municípios brasileiros estão em situação de miséria. Portanto, é impensável que grandes empresas se instalem em todos os Municípios brasileiros; mas é pensável, sim, que haja em cada um deles, por menores que sejam, a presença da pequena e da microempresa. V. Ex^a traz

uma matéria – e vou copiar a preocupação do Senador Cristovam Buarque: o Brasil precisa ouvi-lo hoje – de altíssimo interesse nacional, sobre a regularização de um padrão de produção e de geração de emprego e, no meu entendimento, sobre o equilíbrio do mercado interno. Portanto, Senador Adelmir Santana, cito ainda Mâncio Lima Cordeiro, que dá uma outra explicação sobre a diferença entre R\$ 1,00 transferido e R\$ 1,00 produzido, arrecadado no lugar. Os Prefeitos da maioria desses dois mil Municípios têm a grande esperança no Orçamento Geral da União, com as emendas parlamentares, e, por isso, fazem fila em Brasília, pedindo a ajuda das Bancadas. E ele faz essa comparação porque R\$ 1,00 transferido de Brasília para esses Municípios vai seco, vai sem mais nada no seu entorno. Se for minimamente bem aplicado, menos mal. E se não for? Quando esse R\$ 1,00 é arrecadado, ele explica que esse real não está solto no seu entorno, tem todo um esforço local para ser produzido. Portanto, R\$ 1,00 produzido no lugar é pouco mais de um, e, com certeza, enseja o verdadeiro desenvolvimento. Encerro o aparte a V. Ex^a dizendo que o Supersimples é exatamente – agora, na minha compreensão – isto: resolve o problema da reforma tributária para esse setor, resolve o problema da guerra fiscal e, agora, resolve o problema a que se refere Mâncio Lima Cordeiro, que é o de que estaremos substituindo gradativamente a guerra da busca pelos reais de Brasília pelos reais produzidos nesses Municípios mais desassistidos. Por isso, digo, mais uma vez: parabéns a V. Ex^a pela relatoria do projeto!

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Quero agradecer o aparte de V. Ex^a e fazer justiça, porque, efetivamente, o Deputado José Pimentel, que é o Presidente da Frente Parlamentar de Defesa da Micro e Pequena Empresa, teve um papel importantíssimo nessa luta em defesa da micro e pequena empresa. E não somente ele, também o Deputado Haully e o Deputado Melles, entre outros, que merecem todo os nossos elogios e a nossa consideração.

Mas, na verdade, Senador, eu diria que essa lei – tenho afirmado isto – pode significar uma revolução na economia brasileira. E V. Ex^a disse muito bem, muitos Municípios brasileiros não cobram ISS, não cobram nem mesmo o IPTU, e vão se surpreender, porque, ao cobrarem em uma única guia o ICMS, o ISS e os tributos federais, o sistema de arrecadação vai fazer o processo de rateio entre os entes federados. Daí estarmos afirmando que essa lei é uma reforma tributária que não foi feita; é uma lei que faz uma reforma que significa atingir a mais de 96% das empresas. E ela tem no seu bojo alguma coisa muito mais importante, que é exatamente essa questão de privilegiar as aqui-

sições dos governos municipais, estaduais e federal até 80 mil. Muitas vezes, um pequeno Município lá do interior do Piauí, por exemplo, faz as suas aquisições de uma empresa da capital, quando poderia fazê-lo de uma pequena empresa do próprio Município. Mas, para que essa empresa faça essa venda, necessariamente ela tem que estar formalizada e tem que estar em dia com o fisco, tanto municipal quanto estadual e federal. E a lei ficou atenta a isso, estabeleceu um prazo de 120 meses para a quitação dessas dívidas. Então, todos nós poderemos ficar surpreendidos.

Era esperado em um determinado momento, eu diria, a adesão ao Supersimples de aproximadamente 1,5 milhão de novas empresas. Qual é a surpresa? Hoje, segundo a Receita Federal – dados de ontem –, mais de 3 milhões de empresas já fizeram a adesão ao Supersimples. Naturalmente que aí estão 1,7 milhão de empresas que já participavam do Simples Federal e que, automaticamente, foram transferidas para o Supersimples. Isso significa, Srs. Senadores, mais de 1,6 milhão de empresas que já fizeram a adesão. Então, é uma revolução que vamos fazer na economia brasileira.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me permite ainda um aparte?

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Presidente (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Sibá, V. Ex^a está inscrito para falar.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, será apenas um rápido aparte. V. Ex^a também fala muitas palavras sábias em alguns momentos e eu gostaria de aproveitar a oportunidade, não pela sapiência de V. Ex^a, somente para lembrar que, na medida em que a empresa adere ao Supersimples, inevitavelmente ela terá que fazer contratações também formais de trabalhadores.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Claro, não há dúvida.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Portanto, vamos dar o seguinte número: se 1 milhão de empresas já aderiram ao Supersimples....

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Três milhões, Sr. Senador.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Três milhões. Então, se cada uma delas tiver um empregado com carteira assinada, inevitavelmente teremos aí 3 milhões de pessoas com carteira assinada. Quero ainda complementar, dizendo a V. Ex^a que sou Relator de um outro projeto nessa mesma direção, o Projeto da Redesim, que é exatamente para acabar mais um elo de burocracia entre aqueles 150 a 170 dias que uma empresa precisa para se registrar no Brasil; e a outra

ponta, que é a verdadeira via-crúcis, a via do calvário, que é uma empresa que vai à falência poder obter a extinção do seu registro, o que leva até dez anos. Esse, então, é um novo projeto que, no meu entendimento, vem agora complementar o de V. Ex^a e apontar, nesses próximos cinco anos, na direção de um Brasil completamente diferenciado, a partir dos pequenos. Portanto, mais uma vez, parabéns!

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Eu só queria reafirmar: mais de 3 milhões de empresas, das quais 1,6 milhão de empresas já participavam do Simples Federal, e mais de 1,3 milhão de novas empresas que se incorporam ou fazem adesão ao Supersimples desde o último dia 2 de julho.

Gostaria de conceder um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Adelmir Santana, antes de V. Ex^a, o Senador João Durval citou uma frase da filósofa Hannah Arendt, dizendo que a política só se justifica como um ato de amor por toda a humanidade. Gosto dessa frase; gostei, aliás, não conhecia! Mas fiquei pensando aqui: onde é que se faz amor na política? É no Orçamento. Tudo o que a gente faz na política tem um objetivo: elaborar um Orçamento que case amor. Duas coisas: eficiência e justiça. É isso, Senador Sibá, é o casamento da eficiência e da justiça no uso dos recursos públicos que faz com que a política se justifique e traga efeitos. E aí fico satisfeito com o seu discurso, porque o Supersimples, sem dúvida, é um grande salto do ponto de vista da eficiência, e também um passinho na justiça no que se refere aos trabalhadores informais e aos micro e pequenos empresários. Agora, continuamos falhando no outro lado desse casamento, que é o lado de onde se gastar o dinheiro. A gente avançou muito no lado da eficiência, e o Supersimples é um salto nessa idéia, mas a gente não está avançando no lado da justiça. Na hora de elaborar o Orçamento, os grupos de pressão organizados, as corporações terminam levando todas as vantagens. Tanto as dos banqueiros como as dos trabalhadores, mas a massa, o povo fica de fora. Pior ainda, na hora de dizer onde vai gastar, o imediato ganha para o futuro. Se V. Ex^a olhar o Orçamento brasileiro, Senador Sibá, verá que é todo pensando no presente, quase nada no futuro. Daí os apagões do Brasil. Senador Sibá, vai ter apagão na energia elétrica. Vai ter um mais certo ainda: vai ter apagão no gás no Brasil, vai faltar gás. Todos os que procuro e que entendem disso me dizem isso. E não é porque vai faltar gás, é porque os condutos do gás, os gasodutos estão velhos, estão ineficientes. Corremos o risco não só de ter de fechá-los, mas de termos explosões. São as pessoas do ramo que estão me dizendo isso quando procuro

entender o que acontece na energia. O nosso Orçamento começa a ser eficiente do ponto de vista técnico, mas injusto do ponto de vista do amor, como disse o Senador João Durval. A gente não está fazendo amor com o povo no sentido de saber gastar bem o dinheiro e reduzir até a carga, porque sai do povo também. Estamos prisioneiros das corporações e do imediatismo. Gastamos dinheiro para atender quem tem força de fazer lobby, seja trabalhador organizado, seja empresário, e estamos pensando somente no hoje, não no futuro. Então, fico satisfeito com o seu discurso, que traz corretamente a idéia do avanço na eficiência, mas precisamos trabalhar – e aí não é questão sua nem do seu discurso – para que, além de eficiente, nossos Orçamentos sejam justos.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Repito, Sr. Presidente: isso vai significar, efetivamente, uma revolução.

Pois não, Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, sei que não é correto isso, mas justifica. Quero aqui prestar uma homenagem a uma figura que tentou fazer isso, uma figura que teve um passado mais distante com o qual eu tive profunda discordância: o Senador ACM. Duas idéias suas têm a ver com eficiência e justiça: uma foi o orçamento impositivo e a outra foi a criação de um fundo para a erradicação da pobreza. O fundo para a erradicação da pobreza é um gesto de amor, e o orçamento impositivo é um gesto de eficiência republicano. Eu tinha me esquecido de falar isso. À parte do orçamento impositivo – devo a lembrança ao Senador Chiquinho Escórcio, que está aqui ao meu lado –, pensei nesse fundo para a erradicação da pobreza. Esse é, talvez, o maior marco do Senador Antonio Carlos Magalhães, e eu aproveitei o seu discurso para prestar essa homenagem adicional a ele.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – E eu aproveitei o seu aparte para me associar também a essa homenagem. Realmente, trata-se de pensar a política com amor quando se fazem projetos dessa natureza: um, beneficiando a população mais pobre; e outro, criando mecanismos de acompanhamento e de controle sobre o Estado brasileiro.

Mas eu falava, Senador Cristovam, Sr. Presidente, sobre a lei geral, e V. Ex^a citou a questão da carga tributária. Por que ela é excessiva? Por que é extremamente alta? Porque, naturalmente, os tributos têm a finalidade de manter o Estado brasileiro em seus vários segmentos, municipal, estadual e federal. Hoje, é pequena a massa daqueles que pagam os tributos verdadeiramente. Na medida em que se simplifica, na medida em que se incorporam novos contribuintes,

tem-se, no futuro, a possibilidade de redução de carga tributária para os que hoje pagam.

Eu queria aqui também, Sr. Presidente, aproveitar para fazer justiça com um comentário a respeito do Governo do Distrito Federal. No primeiro momento, apesar de a lei geral estabelecer três parâmetros de adesão, fixando os valores de faturamento de R\$1,2 milhão, R\$1,8 milhão e o limite máximo de R\$2,4 milhões, o governo local, o governo de José Roberto Arruda, imediatamente fez a opção pelo valor máximo e elevou o valor do ICMS para efeito de adesão ao Super-simples, valor do faturamento, para R\$2,4 milhões. O governo merece, de nossa parte, todo o aplauso, a confiança e a certeza de que age corretamente. Também se antecipou: antes mesmo do término do prazo, alterou a legislação local para permitir que as dívidas aqui sejam corrigidas não pela taxa Selic, como preceitua a lei geral, mas fixou a negociação a ser corrigida pelo INPC, cujo índice de correção é bem inferior ao da taxa Selic.

Também com relação ao ISS e ao ICMS para empresas com faturamento até R\$120 mil, o Governo do Distrito Federal fixou um valor fixo, independentemente de se faturarem R\$100 mil, R\$60 mil ou R\$120 mil, um valor extremamente baixo, o que significa a possibilidade de incorporação de empresas que hoje não pagam absolutamente nada.

É preciso que a gente conteste, porque muitos têm afirmado que a lei geral, em vez de benefícios, traz até mesmo malefícios. O Projeto de Lei nº 43, naquilo que havia de acréscimo de carga tributária, corrigiu essas distorções. Refiro-me às tabelas que enquadravam as empresas de comércio, serviço e indústria. Essas tabelas foram totalmente modificadas, objetivando, naturalmente, colocá-las em condição de pagar impostos menores do que os que pagavam no passado. É claro que existem pequenas distorções. Refiro-me às empresas lotéricas, às creches e também às pré-escolas, que estavam classificadas no Simples Federal como empresas de comércio, quando, na verdade, são empresas de serviços. Este agrupamento – lotéricas, creches e pré-escolas – certamente terá um acréscimo pequeno, mas porque as empresas estavam classificadas erradamente como empresas de comércio.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que aquela votação memorável da última terça-feira nos deixou orgulhosos. Todos os Senadores presentes naquele momento votaram pela aprovação do projeto, não houve nenhum voto em separado, nenhuma abstenção e nenhum voto “não” em relação ao projeto em votação.

Portanto, quero agradecer à Casa, parabenizar os micro e pequenos empresários do País e me associar

aqui à luta dos Sebraes estaduais, das confederações, da Frente Empresarial e do Sebrae nacional, que tão bem soube conduzir esse projeto, desde quando era um anteprojeto até chegar aqui ao Congresso e se transformar em lei.

Parabéns a todos!

Vamos esperar que os governos estaduais façam as adequações, por meio do Confaz, para que não haja discriminação alguma às micro e às pequenas empresas deste País.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos cumprimentá-lo pelo pronunciamento e pela Relatoria de êxito, Senador Adelmir Santana. Padre Antônio Vieira disse que um bem nunca vem só. No debate dessa lei, ficou clara a necessidade de a expansão desse bem chegar aos que fazem saúde, aos consultórios médicos, aos enfermeiros. Que, enfim, incluam os que são sacrificados com a exorbitante carga de impostos no Brasil!

Convidamos para usar da palavra o Senador Sibá Machado, que é oriundo do Piauí e que representa o Acre.

V. Ex^a, regimentalmente, dispõe de vinte minutos, mas, tendo nascido no Piauí, tem assegurada sua voz enquanto eu estiver na Presidência.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, meu Presidente, Senador Mão Santa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não tive oportunidade de participar, no dia 3, da solenidade de assinatura da liberação de recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), firmada pelo Governo Federal, o Presidente Lula, os Governadores e os Prefeitos de cidades com população acima de cem mil habitantes.

Sr. Presidente, apesar dos conflitos naturais do debate político no Congresso Nacional, das justas reivindicações que a sociedade brasileira faz em relação à administração pública, à classe política em geral e a muitos outros eventos que muitas vezes passam despercebidos do conhecimento nacional, digo, com toda segurança, que voltei a acreditar fortemente que nosso País segue agora um caminho que, inevitavelmente, nos próximos dez anos ou vinte anos, mesmo com as dificuldades no mercado internacional e no tocante ao crescimento da economia internacional, levar-nos-á a dar conta do recado, a fazer com que nosso País figure entre os países significativos no que diz respeito à economia e à política internacional.

Houve muitos acertos no Governo Lula, e soubemos manter outros que vieram de governos anteriores.

Fiz aqui um pronunciamento, em agosto do ano passado, sobre o que compreendi da República bra-

sileira e sobre os passos dados até agora para que nosso País, com seu tamanho territorial, possa ter um papel diferente do que teve no passado, quando era subserviente, dependente de tudo e de todos, dependente de países da Europa e, principalmente, dos Estados Unidos. E fiz uma ponderação – e a ouvi, inclusive, do Senador Cristovam Buarque, que está aqui presente – sobre o equilíbrio que nosso País deveria ter, com democracia firme, com equilíbrio fiscal e com desenvolvimento.

Desde o momento em que ouvi o Senador Cristovam Buarque falar sobre esse assunto – e não ainda na tribuna do Senado, mas numa aula inaugural de mestrado da UnB; estava eu lá, curiosamente, assistindo à aula; em seguida, S. Ex^a o abordou aqui mesmo na tribuna –, de lá pra cá, interessei-me muito por essa questão. Penso que essa é a grande “sacada”, é a grande, digamos assim, necessidade política que perpassa qualquer natureza ideológica entre nós. E aí consiste a firmeza de Nação.

Mais tarde, lendo alguns documentos, como um documento produzido pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos do Governo, um documento produzido pela CIA, que fez uma pesquisa no mundo inteiro sobre tendências do mundo para o ano de 2020 – pude ouvir a abordagem sobre o assunto de alguns generais do Exército e também de estudiosos da causa –, pude imaginar que, no Brasil, estamos seguindo esse caminho. Bem ou mal, talvez ainda longe do ideal, estamos dando os primeiros passos.

Lembrando do discurso de V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, quero dizer que o Movimento Canséi tem razão quando reivindica maior celeridade na superação de dificuldades que o País enfrenta. Mas também gostaria de lembrar os acertos existentes.

Quero chamar a atenção do País para a distribuição de renda. São muitos os investimentos nessa área, embora não estejam sendo vistos como uma consolidação disso. Por exemplo, o cooperativismo do Brasil está sendo instado a ter um papel na área produtiva, principalmente. Quanto à questão da participação no conhecimento, V. Ex^a nos lembrou do ProUni, com a criação de novas universidades e de novos Centros Federais de Formação Tecnológica, os Cefets. Há também a questão de uma política de salário mínimo de longo prazo, para que as pessoas possam saber, no médio e no longo prazo, qual é sua perspectiva de renda. Há também a readequação da tabela do Imposto de Renda. Enfim, trata-se de uma gama de investimentos na área da distribuição de renda. Há ainda a desoneração fiscal de material para a construção civil voltada para a habitação de pessoas de baixa renda e, agora, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Sobre o PAC, Sr. Presidente, quero dizer que, no dia 3 próximo passado, houve a assinatura dos projetos, com representantes do Governo do Estado de Alagoas, do Amazonas, do Espírito Santo, do Maranhão, de Goiás, do Tocantins, de Santa Catarina, do Pará, de Rondônia, de Roraima, do Amapá, do Acre e do Distrito Federal. Esses Estados – vi os números – receberão cerca de R\$7 bilhões para investimento em saneamento e em habitação.

Ainda há pouco, fazíamos o debate sobre a participação dos pequenos Municípios. Os dados do IBGE de 2003 me deixaram espantados: há 5.561 Municípios no Brasil, e apenas 70 desses Municípios, Sr. Presidente, produzem metade de todas as riquezas do nosso País, ficando o restante com a outra metade; desse restante, pouco mais de dois mil Municípios se somam para produzir 1% do nosso Produto Interno Bruto (PIB).

Outra comparação que também quero fazer – e o faria em aparte ao Senador Cristovam Buarque e ao Senador Adelmir Santana – é relativa ao dado apresentado por Mâncio Lima Cordeiro, ex-Presidente do Banco da Amazônia, sobre a questão de transferências e de arrecadação, sobre a diferença disso. No Brasil, há muitos Municípios que não se tornaram sinônimos de desenvolvimento, porque o dinheiro cai como se houvesse ali um funil, uma bica, aparando esses recursos, transferindo-os para pagamento do chamado “meio” e não do “fim”. Assim, muitas dessas populações que lutaram para ver seus Municípios emancipados hoje sofrem, porque boa parte do dinheiro é destinada para o pagamento do custo do salário de um prefeito, de um vice-prefeito, de um vereador, de secretários, assim por diante, não chegando aonde deveria chegar. Portanto, ficamos com este dado: dois mil Municípios se somam para produzir 1% do PIB nacional.

Assim, essa regra da pequena e microempresa – muito bem abordada aqui pelo Senador Adelmir Santana – e os investimentos do PAC fazem com que, no nosso entendimento, esses Municípios tenham a obrigação de fazer um planejamento de aproveitamento desses investimentos, para, assim, passarem a ter geração própria.

E volto a falar sobre os dados de Mâncio Lima Cordeiro: R\$1,00 transferido de Brasília para esses Municípios chegará solto, sem maiores compromissos, mas há toda uma logística, um esforço local para que esse R\$1,00 arrecadado seja produzido. Portanto, inevitavelmente, não é apenas R\$1,00, mas, sim, R\$1,00 mais algo.

Quero comparar os investimentos de R\$7 bilhões para esses Estados, para esses Municípios, com o que vi no meu Estado. No Estado do Acre, Sr. Presidente,

quando assumimos o Governo em 1999, na pessoa de Jorge Viana, as transferências da União em relação às arrecadações eram da ordem de nove para um. Então, para cada R\$10,00 circulantes no Estado do Acre, R\$9,00 eram de transferências do Governo Federal, sendo apenas R\$1,00 produzido no Estado. Nos dois mandatos de Jorge Viana, chegamos a uma relação de sete para três. Ou seja, para cada R\$10,00 circulantes no Estado, R\$7,00 são transferências da União; e R\$3,00 já são produzidos em nosso Estado. Já podemos ver, então, o que significa isso, a dinâmica produzida em nosso Estado.

É claro que, para esses dois mil Municípios e para a maioria desses Estados, fazer investimentos na infraestrutura de base é muito difícil, pois é dinheiro que não temos. Portanto, temos de agradecer ao Governo Federal, ao Presidente Lula, pelos investimentos.

A Prefeitura de Rio Branco – é a única cidade dentro dos critérios atuais, com mais de 100 mil habitantes – recebe cerca R\$300 milhões, ou melhor, R\$302 milhões, para ser mais preciso. Esses recursos vão atender, de imediato, Sr. Presidente, cerca de 80 mil pessoas. E isso não é algo estanque, pois está em obediência também a um plano local de desenvolvimento.

Nesse sentido, gostaria de citar o que ouvimos do Governador atual, Binho Marques, que nos apresentou seu plano de trabalho 2007/2010, dizendo que o Estado do Acre quer chegar ao final de 2010 tendo investido R\$2,5 bilhões, para que possamos atingir, em primeiro lugar, um crescimento próximo da média nacional ou quem sabe até acima da média nacional – esse é um desafio do nosso governo. Em segundo lugar, queremos fazer do nosso Estado um dos melhores lugares para se morar na Amazônia brasileira. Por último, queremos que nossa população tenha as condições que a população de qualquer Estado deseja.

Em relação a esses R\$2,5 bilhões, fiz as seguintes perguntas ao Governador: em quantos por cento isso vai impactar no crescimento firme da economia do nosso Estado? Quanto será levado como transferência de renda para nossa população e como melhoria da qualidade de vida? Na próxima reunião, segundo o Governador, essas perguntas serão respondidas.

Sr. Presidente, quero ainda lembrar que o Presidente Lula, além dos R\$302 milhões comprometidos com o Prefeito da capital do Estado do Acre, nosso Prefeito Raimundo Angelim Vasconcelos, tem também um entendimento com o Governo do Estado de investimentos para a BR-364, que liga a cidade de Cruzeiro do Sul a Rio Branco e Rio Branco ao centro-sul brasileiro, da ordem de R\$600 milhões.

Outra coisa importante desse convênio é que o Presidente Lula reduz a obrigatoriedade da contrapartida dos Municípios mais pobres do Brasil para terem acesso a recursos do PAC.

Com esse tipo de investimento, Sr. Presidente, inevitavelmente, daqui a dez anos no máximo, teremos um Brasil com o crescimento econômico e a qualidade de vida que todos desejamos.

Outro tema que quero abordar é o turismo. Ontem, tivemos duas reuniões com a Ministra do Turismo, Marta Suplicy. A primeira delas foi na Comissão do Desenvolvimento Regional, e a segunda foi uma reunião exclusiva com a Bancada do Estado do Acre.

A Ministra nos apresentou o plano de trabalho do Ministério em relação ao Brasil, com os seguintes números: promover a realização de 217 milhões de viagens dentro do mercado interno nacional; criar 1,7 milhão de novos empregos e ocupações; criar e estruturar 65 destinos turísticos com o padrão de qualidade internacional; gerar US\$7,7 bilhões em divisa.

E como fica esse programa no Estado do Acre? Fizemos um bom debate sobre o turismo, que, por si só, é uma questão temática. Uma pessoa viaja para outros lugares, ou pelas belezas naturais, ou pelas festas promovidas, ou pela grande divulgação cultural da comunidade local. Fizemos uma comparação do Acre com outros Estados da Amazônia.

Temos uma linda floresta, mas ela está também em nove Estados do Brasil, todos os Estados da Amazônia, e também em países vizinhos – Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela. Portanto, se um turista vai até Machu Picchu, no Peru, e quer ver um pouco da Amazônia, ele não entra no Brasil. Ele fica na Bolívia ou no Peru e pode conhecer esse lindo bioma, único no mundo, sem precisar chegar a qualquer Estado brasileiro e, é claro, ao Estado do Acre.

Não temos grandes rios, lindos rios, como têm o Amazonas e o Pará. De certa forma, os Estados da região têm rios muito mais bonitos, com lindos balneários, do que o Acre.

E como podemos promover o turismo em nosso Estado? Estou imaginando, Sr. Presidente, que, no nosso caso, será com a realização de eventos. Realizar eventos e conhecer o Brasil como um todo.

Digo isso porque a formação do Estado se deu a partir de um conflito entre aqueles que exploravam a borracha natural e adentram, subiram os rios até chegar à Bolívia. O conflito tornou-se uma guerra em 1902. E o Governo brasileiro acabou negociando com a Bolívia que o território então em conflito faria parte do Brasil e não mais daquele país.

De lá para cá, o Acre, sempre considerado como fim do mundo, tinha como seu produto econômico prin-

cipal a borracha, que chegou a ser o segundo produto da balança de exportação nacional. Quando esse produto entrou em falência, ficamos num mato sem cachorro. Enquanto a borracha era o grande produto nacional, principalmente da região, nós, do Acre, olhávamos para o mundo a partir do norte.

Isso porque os rios do Acre deságuam no rio Amazonas e seguem até Belém, na foz com o Atlântico, onde nossa direção natural, nosso azimute, era olhar o norte do mundo. Com a abertura da BR – 364, que liga o Acre a Rondônia, Mato Grosso e ao centro-sul brasileiro, passamos a olhar para o mundo em direção ao leste. E, agora, com a abertura da BR – 317, que liga o Acre ao Peru – e até 2010 teremos acesso ao Pacífico através do Peru –, estamos olhando para o mundo a partir do oeste. Ademais, éramos considerados o quintal do Brasil, o último lugar aonde alguém poderia pensar em ir. E, a partir da BR – 317, ligação que está sendo feita com o Peru, poderemos ser a porta de entrada do Brasil. Então, queremos, sim, investimentos.

Volto a fazer essa comparação. Os investimentos em saneamento básico em Rio Branco são motivo para parabenizar, mais uma vez, o Prefeito Raimundo Angelim, que tem sido motivo de orgulho de todos nós. Aliás, a safra de prefeitos atuais no Estado é digna de elogios. Estamos muito bem impressionados. Os prefeitos estão dando conta do recado e são muito bem avaliados pela população. No ano passado, fizemos até uma pesquisa, e todos os nossos prefeitos estão com avaliação entre ótimo e bom acima de 50%, alguns passando de 60%.

Então, com os investimentos do Prefeito Raimundo Agelim em Rio Branco, a cidade vira agora cartão-postal. Qual não foi nossa alegria ao ver, na vinheta do Programa do Jô Soares, pontos da cidade de Rio Branco!

Segundo, a industrialização do nosso Estado. Com os investimos dos oito anos de Governo Jorge Viana e os investimentos previstos agora pelo Governador Binho Marques, até 2010 haveremos de industrializar minimamente o nosso Estado. É grande o número de empresários que têm ido para lá para instalar novos negócios, principalmente a partir da indústria.

Com o turismo, temos um grande desafio. Fazendo a comparação do real arrecadado com o real transferido, quando fazemos os investimentos em saneamento básico numa cidade, muitas vezes o prefeito local, a classe política local, a comunidade local analisa apenas do ponto de vista da qualidade de vida das famílias. Se fizermos um investimento em turismo, vamos ter tudo isto ao mesmo tempo: qualidade de vida, embelezamento do lugar e, no meu entendimento, arrecadações

novas, porque o turismo, em situações como a nossa, é a porta de entrada desses investimentos.

Portanto, quero apostar na tese da Ministra Marta Suplicy e começar a estudar esse assunto profundamente. Quero entrar de cabeça. Pretendo contribuir para que tenhamos os investimentos previstos para que o Acre entre em uma dessas rotas turísticas nacionais, investimentos da ordem de R\$41 bilhões a R\$42 bilhões.

Sr. Presidente, discutimos com o Presidente da CBF, Dr. Ricardo Teixeira, a possibilidade de a Amazônia, na Copa do Mundo de 2014, ser sede de algumas das chaves dos jogos. Pensando na Amazônia, já assumimos o desafio de preparar o Acre para disputar com os outros Estados a realização de etapas dos jogos.

Se tivermos essa graça – e vou pedir a V. Ex^a e a todos que possamos levar uma das festas mais simbólicas do Brasil, o futebol, para o Estado do Acre –, teremos uma contribuição da sociedade brasileira inimaginável.

Sr. Presidente, teremos, de início, investimentos locais de R\$350 milhões. Isso em rede de restaurantes, de hotéis, melhoria da condição das paisagens das cidades. Pretendemos, quem sabe, abrir uma rota turística a respeito da história de Chico Mendes, fazer uma coisa bacana no Estado com a possibilidade da realização de jogos da Copa do Mundo. Portanto, aí são abertas essas portas.

Um outro evento que precisamos fazer é a realização de encontros. Tem mais de 70 anos que a geografia no Brasil foi criada, e os geógrafos brasileiros fizeram, nos anos 70, um encontro, que foi em Belém, na Amazônia. E, há dois anos, conseguimos convencer os geógrafos brasileiros e de países vizinhos a se encontrarem pela segunda vez na Amazônia, no caso, em Rio Branco. Mas aí percebemos as dificuldades dos nossos espaços físicos: um centro de convenções no Estado, nosso próximo desafio; uma rodoviária que tenha padrão internacional, para que as pessoas possam visitar a Bolívia e o Peru, ou, quem sabe, para que os turistas que visitam o Peru e a Bolívia cheguem ao nosso Estado.

Portanto, estamos jogando todas as energias para fazer do Acre um dos melhores lugares para se morar na Amazônia brasileira.

Mas vou conceder um aparte ao Senador Cristovam Buarque, com o maior prazer.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, vou pedir desculpas ao povo do Acre por não falar do seu discurso geral, mas da abertura em que V. Ex^a citou um comentário meu de que temos de combinar democracia, estabilidade e crescimento. E lembro-me

de que, nesse momento, eu dizia que o Presidente Lula tem sido um bom Presidente, na medida em que consegue combinar essas três coisas. Tenho afirmado, em muitos lugares, que, quando comparo o Presidente Lula com os Presidentes brasileiros anteriores, digo que ele é um bom Presidente. O que lamento é quando o comparo com o que eu esperava dele. Não vou dizer que seja por culpa dele, não vamos analisar o porquê, mas, de fato, juntar democracia, estabilidade e crescimento, ainda que não alto – é baixo o crescimento – vemos que ele está conseguindo. Falta dizer que o Brasil é diferente a partir deste momento. Por exemplo, nunca comparamos Mandela com os Presidentes anteriores. Nunca ouvi ninguém dizer que Mandela foi um bom Presidente da África do Sul. Não, ele foi o novo Presidente de um novo ciclo. Nesses três anos que ainda faltam, quem sabe a gente não consegue que o Presidente Lula, ademais de ser um dos melhores Presidentes que o Brasil já teve – digo isso em todos os lugares –, ele seja um Presidente diferente também, um Presidente do novo, de um novo ciclo. Ele o é num aspecto, não há dúvida, o do ponto de vista da cultura política. Ele representa isso pelo fato de ter provado que um homem do povo, pobre, sem a instrução formal é capaz de, não apenas de chegar à Presidência, mas de comportar-se bem, como tem se comportado, pois não é um mau Presidente. Essa cultura, de fato, depois dele, vai ser diferente, mas, no resto, faltou. Ainda espero que consigamos, até porque o meu Partido, hoje, é do Bloco de apoio, e estou aí para tentar empurrá-lo nesse sentido de ser não apenas um bom Presidente nesses três aspectos, mas ser também o Presidente da mudança, do novo, de um novo ciclo, porque a história do Brasil está precisando.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Neste ponto, coloco-me também na mesma situação, porque todos nós queremos o que há de melhor e as ousadias ao máximo possível. Não queremos, em nenhum momento, ficarmos apenas conformados com as conquistas já obtidas, mas temos de sempre e incessantemente lutar por melhores e maiores conquistas ao longo da nossa experiência política.

Então, neste caso, não nos limitarmos também em alguns momentos com o prazo de mandato que temos pela frente. Este foi um dos assuntos que nós tratamos nesses dias, que nós possamos também ousar sempre, porque o Brasil vai ser sempre muito maior do que o tamanho dos partidos, dos líderes partidários e principalmente dos planos de trabalho pensado apenas em cada um de nós.

Neste ponto, V. Ex^a tem inteira razão.

Sr. Presidente, faço este pronunciamento de hoje porque considero que há um círculo virtuoso, no plano

nacional e também no plano local. Não é à-toa que dizemos isso a todo instante lá no nosso Estado do Acre.

Criamos uma aliança política no nosso Estado, em 1990, que nos chamamos de Frente Popular do Acre, que começou com quatro partidos e hoje tem onze partidos que participam desta aliança. Muito mais do que governar, estamos querendo criar uma escola de pensar. Precisamos chegar a este ponto de uma escola de pensar e fico muito grato de ver hoje que, dos vinte e dois Prefeitos, com uma ou outra exceção, mas a grande maioria sabe que a grande preocupação é como aplicar bem os recursos públicos, fazer melhor em menor tempo, com o menor custo, todos estão preocupados em industrializar os seus Municípios. Então nós criamos uma onda, um modo de pensar, um estilo de pensar, um estilo de governar que, no meu entendimento, é muito importante para o nosso Estado e quem sabe até pode servir de experiência para outros locais.

Na nossa Bancada Federal, quando nós estamos aqui em Brasília, debatendo o Orçamento, nós temos como critério número 1 o seguinte: a Bancada assina embaixo o acordo que se faz entre Governo de Estado, Prefeituras e demais instituições públicas. Todos os anos, abrimos as nossas reuniões a todos os interessados que queiram fazer sugestões sobre emendas parlamentares ou emendas de Bancada ao Orçamento da União.

Então é com todo este espírito que eu acho que nós estamos no caminho certo. Estamos no caminho certo, cientes do cumprimento das nossas obrigações e com esses investimentos prometidos aqui – R\$302 milhões do Plano de Aceleração do Crescimento para a cidade de Rio Branco; de R\$600 milhões previstos para a conclusão do asfaltamento da BR-364, ligando a cidade de Rio Branco à cidade de Cruzeiro do Sul; os investimentos que já foram feitos na ligação entre o Acre e Peru na saída rodoviária para o Pacífico; os investimentos que estão sendo feitos na área da educação em nosso Estado, na área de saúde, na área do setor produtivo e na infra-estrutura – vou concluir da seguinte maneira: é claro que a energia vai ser o ponto nevrálgico, tanto para o País como para qualquer Estado.

Lembro aqui o caso da Argentina, que deu o calote ao dizer que iria suspender o pagamento da sua dívida externa e aplicar o excedente desses recursos financeiros na sua economia. Ao fazê-lo, de um lado, a população gostou muito, os investimentos no país aceleraram a sua indústria, aceleraram a sua economia, mas o país não estava preparado, naquele instante, para o volume de energia gerada e viveu aquela crise.

Portanto, nesse caso, acredito que ainda não tenhamos alternativa única para o problema da energia. Então desafio sempre os colegas do meu Estado do Acre. O Acre não tem, a natureza não nos deu, um rio com capacidade de geração de energia, como o caso do Rio Madeira, em Rondônia; do Rio Tocantins, no Estado do Pará e no Estado do Tocantins; do Rio Xingu, também no Estado do Pará. Também não nos deu a condição de produzir energia a partir de fontes mais naturais. Só nos resta, então, partir para nossas próprias alternativas.

O desafio que fazemos ao Governo Federal é que possa incentivar, na geração de energia, todos os Estados brasileiros a serem geradores de energia a partir de alguma de suas fontes. No caso do Estado do Acre, queremos produzir um pouco de etanol, um pouco de biodiesel, um pouco de energia elétrica a partir de resíduos sólidos, e ainda há o debate, puxado pelo Senador Tião Viana, de que possamos fazer uma prospecção da possibilidade da existência de gás natural na fronteira do Acre com a Bolívia e com o Peru, nas proximidades do Rio Acre.

Se pudermos ter também a existência de gás naquela região do nosso Estado, estaremos aí, quem sabe, também podendo até exportar energia elétrica.

Então, ficam aqui os meus agradecimentos ao trabalho do Prefeito de Rio Branco, Raimundo Angelim; ao trabalho do Governador Binho Marques; e, principalmente, à compreensão do Presidente Lula, ao tempo em que parabeno-o pelo seu Governo, pelos investimentos que tem feito no nosso País. Por tudo isso, o meu patriotismo se renova. A minha condição de pensar e me alegrar com o nosso Brasil vai muito além daquelas mais de 150 medalhas adquiridas nos jogos do Pan, vai muito além da conquista de cinco Campeonatos Mundiais de Futebol, vai muito além da admiração pelo carnaval brasileiro.

Seremos, inevitavelmente, nesse caminho, Sr. Presidente, um dos promissores países, conforme listado no relatório da CIA, que haverão de chegar em 2025 como um dos países mais ricos, mais equilibrados, mais fortes na sua democracia e com uma cadeira cativa nos órgãos de decisão no campo internacional.

Volto a dizer que não queremos a guerra imperialista, queremos, acima de tudo, um País solidário com aqueles que merecem a nossa atenção. Não vamos fazer com ninguém aquilo que foi feito conosco durante tantos anos.

Com essas palavras, encerro o meu pronunciamento e agradeço muito pelo tempo a mim concedido, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Siba Machado, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – A Mesa agradece ao Senador Sibá pelo pronunciamento e concede a palavra ao Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, confesso que não sou um Senador muito de tribuna. Gosto mais dos bastidores, gosto das Comissões, gosto dos acordos políticos para beneficiar Minas, para beneficiar o Triângulo Mineiro, e poucas vezes subi à tribuna, mas, devido ao momento em que estamos vivendo, Senador Cristovam, eu preferi fazê-lo hoje.

Ontem, tivemos uma denúncia muito grave do Presidente desta Casa com relação à operação entre a Telefônica e a Abril, e eu, sendo Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, não poderia, de maneira alguma, deixar passar em branco, porque, quando se é indicado pelo Partido e eleito na Comissão, assume-se uma série de responsabilidades.

Quero, especialmente, dizer aos telespectadores da TV Senado como funciona a questão das outorgas de rádio, de televisão, de renovação, para que não haja dúvida. Tenho visto noticiários, algumas vezes escritos, outras vezes televisivos, entrevistas para rádio, que, muitas vezes, passam informações erradas para os nossos telespectadores, para o nosso eleitor, para os brasileiros que estão presentes. Na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, especificamente com relação às renovações de outorga ou à concessão de outorgas de rádio e televisão, o processo chega a essa instância depois de passar pelo Ministério e pela Câmara com os pareceres favoráveis, porque, se houver algum parecer contrário, ela não chega ao Senado Federal. Chegando à Comissão, a qual eu presido, distribuem-se os projetos.

Qual é a praxe na Comissão? Nós procuramos distribuir os projetos para os Senadores dos respectivos Estados, porque, evidentemente, tais Senadores têm uma relação melhor com essas empresas ou pessoas que estão tentando aquela outorga. E assim é distribuído. Os projetos referentes a Brasília, se o Senador Cristovam fosse membro, iriam para o Senador Cristovam. E assim vai.

Depois, o que acontece? É checada toda a documentação, e esse Senador faz um relatório e encami-

nha-o novamente para a Comissão. Aí, nós pautamos esse parecer. Muito bem. Se, em três reuniões, o relator daquele processo que estava na pauta não aparecer, nós nomeamos naquele momento um relator *ad hoc*, para não atrasar a tramitação desse processo.

O que quero dizer é o seguinte: primeiro, eu como Presidente, escolho os Senadores que vão relatar, então, isso é uma responsabilidade minha como Presidente; a segunda responsabilidade minha como Presidente vem no momento em que, em três reuniões – não por falta, mas por estar presente em outras Comissões –, ele não pode relatar, então, eu escolho, presidindo, um relator *ad hoc* que possa relatar e aquele processo possa tramitar. Então, em algumas rádios, está sendo discutida a denúncia em relação à Abril, e há um Senador que eu escolhi *ad hoc* para relatar aquele processo. E assim vai caminhando.

Ontem, com essa denúncia feita pelo nosso Presidente, Senador Renan Calheiros, do meu Partido, eu – que estava presente, sentado no meu local, representando a cadeira do Estado de Minas –, como Presidente da Comissão, diante de uma denúncia tão grave, tenho de fazer um requerimento e convocar tanto o Presidente da Telefônica, Valente, meu conhecido, quanto o representante da Abril e também os membros da Anatel para que possam esclarecer não só aos membros da Comissão, como também à sociedade em geral o que aconteceu naquela concessão.

Senador Cristovam Buarque, o grande segredo da vida é ser justo, dormir o sono dos justos. Eu procuro, durante minha passagem no Senado, ser justo. Sou justo com o Presidente Renan quando se começa uma série de reportagens dizendo que S. Ex^a não tem recursos para pagar uma pensão e, ao final da última reportagem, diz-se que o Presidente Renan é milionário – afirmação totalmente contrária à primeira denúncia. Sou justo com o Presidente Renan quando alguns acreditam que se possa ir à Receita Federal tirar dívidas de alguma empresa. Não acredito que aqui haja algum Senador com tal capacidade, seja o Presidente ou até o Presidente Lula. Na Receita Federal, se houver um direito, só se consegue isso via recurso administrativo ou recurso judicial. Não há aqui nenhum Senador com peito para tirar dívida, nem o Presidente Lula, nem o Ministro da Fazenda. A Receita funciona assim.

Por outro lado, Senador Cristovam Buarque, Senador Mão Santa, para ser justo, eu tenho que botar o meu coração e dizer que torço para que essa operação da Telefônica com a Abril seja limpa e lícita. Torço por isso.

Torço por quê, Senador Cristovam? Porque tenho, na Abril, uma empresa – independente de quem seja o Presidente hoje – que reflete a história do Brasil.

Tive o exemplo claro do que aconteceu com a Bloch Editores, no Rio de Janeiro. Dá tristeza, Senador Cristovam, de repente, verem-se fotos de toda a história da criação de Brasília feitas pelo Bloch, estocadas num galpão, esperando para ir a leilão. São fotos históricas. Eu vi isso, Senador Cristovam. Ninguém me contou.

Dá dor, Senador Cristovam, ver à venda, em Uberlândia, o jornal *O Triângulo*, que tem toda a história de 100 anos do Triângulo Mineiro, do número 1 até o último jornal, contando tudo, como foi construído o Triângulo Mineiro, Uberlândia, Uberaba, Araguari e as demais cidades. Eu o comprei porque aquela história ia ser jogada fora e encaminhei-o à universidade para ser digitalizado.

Dá tristeza, Senador Cristovam...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite participar?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Claro. Deixe-me apenas terminar o raciocínio, Senador Mão Santa.

O jornal *Lavoura e Comércio*, de Uberaba, também faliu. Todo o acervo histórico está hoje na mão de um grande advogado, que vai esperar o leilão. Para quem vai isso? Será que vai ser leiloado? Será que vai ser jogado fora?

Assim, Senador Cristovam, o conteúdo nacional me causa preocupação. Temos de cuidar não só do futuro, mas também do passado, porque é nele que vamos aprender para não cometermos erros e para que haja futuro.

O que acontece, senhores telespectadores da TV Senado? É uma situação muito difícil. Ser justo é difícil. Para ser justo, é preciso ser justo com o Presidente que faz uma denúncia e torcer para ser justo com uma editora. Foi feita uma denúncia com a qual concordo, mas, ao mesmo tempo, é importante para o Brasil e para a história que essa seja uma operação lícita, limpa. E é preciso também ser justo com uma empresa como a Telefônica, que tem um grande brasileiro presidindo.

Srs. Senadores, ouvintes, telespectadores da TV Senado, quero dizer que o bonde da história tem vaga até para o traidor, mas não para covarde. Aprendi, neste Senado, que, se você acredita naquilo que seu avô, seu pai, sua mãe, seus amigos ensinaram e formou uma personalidade, você tem de defender até o fim aquilo em que acredita, a sua história.

Nisto acredito: que o Presidente Renan não tem tido oportunidade de se defender nos veículos de co-

municação. Só divulgam o fato que vende – sei como funciona isso. Creio também que a Anatel tenha dado a autorização, que porventura será provado que foi honesta – se não for, será desfeita a operação. Torço para que isso não aconteça, mas, como Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, eu não deixarei passar em branco.

Proporei um requerimento, na próxima reunião, pedindo a convocação de pessoas que conheço, por quem tenho respeito, para que venham a esta Casa prestar esclarecimento. Torço para que a operação seja bem feita. Torço para que o Presidente Renan prove toda a sua inocência neste caso. Até o momento, senhores telespectadores, não vi provas. Existe história, como se um cigano estivesse lendo a mão, mas prova contundente não existe.

Quero dizer o seguinte: aqui, há pessoas que acreditam que este momento é o momento de aparecer na mídia, na televisão, nos jornais com foto bonita. Eu não vi, nunca, um grande político ter sucesso na sua história por traição ou por julgar inocente. Sempre digo, aqui: não tenho nada a ver com Alagoas; não tenho nada a ver com o eleitor de Alagoas. Eu defendo o seguinte: qualquer um deve ser condenado com provas.

Quanto à Abril, como eu já disse, exageraram os seus editores, mas, ao mesmo tempo, torço para que a editora esteja correta nessa operação, a fim de que possa proteger o conteúdo histórico que tem. Da mesma maneira, a própria Globo passou por dificuldades em função da reviravolta da tecnologia e de planos. E, aí, vão-se solucionando os problemas.

O Governo precisa ter sensibilidade para salvar empresas nacionais. Não podemos perder a sensibilidade na legislação. A legislação foi feita para proteger o País, proteger o conteúdo nacional, proteger o povo brasileiro, proteger o usuário. É assim que deve ser feito. É assim que, muitas vezes, o Supremo faz. Ele toma a decisão e vai esperando o tempo passar para, depois, ver qual é o caminho. Por isso eu acredito sempre na Justiça.

Senador Sibá Machado, que preside a sessão neste momento, quero dormir o sono dos justos: justo por um lado, justo pelo outro. A minha formação é para que haja justiça tanto para um lado, quanto para o outro. Tenho convicção plena de que o Senador Renan Calheiros é um bom Presidente para o País, neste momento.

Há grandes Senadores e alguns mereciam até ser Presidente neste momento, mas existem aqueles que não deveriam sê-lo agora, não por pertencerem a partidos de Oposição, mas porque isso não seria bom para o Brasil.

Nossa obrigação, como Senadores, é trabalhar. Trabalhar toda manhã e toda tarde e, quando chegamos aqui, deveremos votar. Devemos trabalhar, Senador Sibá Machado, independentemente de Partido e ideologia. Devemos ver o que é bom para o Brasil.

Discordo de algumas atitudes tomadas pelo meu Partido na Câmara dos Deputados, procurando acertar a tramitação de algumas leis, porém, o jogo político leva a isso. Quem tem a maioria é quem negocia e conduz o sistema. Compete ao Presidente Lula ter capacidade para articular.

Então, Senador Sibá Machado, vou cumprir a minha função de Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para a qual fui indicado pelo meu Partido e para a qual fui eleito pelos demais membros.

Existe um verbo chamado prevaricar. O que significa prevaricar? “Faltar ao cumprimento do dever por interesse ou má-fé”, segundo o dicionário Houaiss. Segundo o Aurélio: “faltar ao dever; faltar, por interesse ou por má-fé, aos deveres do seu cargo, do seu ministério”. Segundo o Código Penal: “retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal”.

Eu, como Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, não prevarico. Tudo será relatado e decidido por aquela Comissão, cabendo todos os recursos, inclusive ao plenário. Tenho certeza de que toda essa situação será esclarecida e que o País continuará trabalhando. Não existe esse negócio de que se faz acordo e não se vota. Não me sinto constrangido, de maneira alguma, pelo fato de o Senador Renan Calheiros exercer a Presidência, porque meu problema é com Minas. Quero votar, quero levar recursos para lá, quero aprovar o FCO para o Triângulo Mineiro, porque dinheiro não sabe nadar, não atravessa rio. Todas as empresas do Triângulo atravessam o rio e vão para Goiás, um grande Estado, pelo qual tenho o maior carinho. Talvez eu tenha até mais amigos políticos em Goiás do que em Minas, mas o dinheiro não sabe nadar. Essa é uma grande luta que tenho. Já aprovamos, entraram com recurso corretamente, dentro do plano regimental, Senadores de outros Estados do Centro-Oeste, para que não haja uma maior distribuição desses recursos, mas, ao mesmo tempo, por Minas eu não vou abrir mão.

Ouçó, atentamente, o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Wellington Salgado, V. Ex^a representa bem o Estado de Minas Gerais – não sou contra nem a favor, muito pelo contrário – e a coragem de Tiradentes. V. Ex^a fez uma indagação e dois argumentos: justiça e coragem. Eu

estava lendo um livro em espanhol, a respeito da história do mundo, que adquiri no Chile. Impressiona-me muito um líder da Índia, chamado Asoka. Eu gosto de estudá-lo. Ele foi um rei que viveu antes de Cristo. Ele foi muito guerreiro. Depois, com o despertar do budismo, ele se convenceu de que essa é uma religião que leva à paz. Naquele tempo, havia os conselheiros e ele perguntou a um deles se era melhor ser um homem justo ou de coragem. O conselheiro de Asoka, que deixou grandes ensinamentos para os administradores do mundo, depois de uma reflexão, disse-lhe: “Seja justo, porque para ser justo é preciso ter coragem”. V. Ex^a faz essa reflexão. Penso que todos nós devemos ser justos. No caso do Renan, esta Casa está sendo sábia. A ignorância é audaciosa. Aliás, Cristo disse: “Não julgueis para não serdes julgados”. Esse é um sinal amarelo para a reflexão. Tenho medo de julgamentos rápidos. O julgamento de Sócrates foi rápido, apressado, e deu no que deu. Ainda hoje, toda a sabedoria da Humanidade chora a apologia do julgamento de Sócrates, não é verdade? O de Cristo foi mais rápido ainda, porque às 3 horas da tarde estava terminado. Os homens falharam, Anás e Caifás, e Pedro mentiu. Foi ligeiro e ainda hoje choramos. Esta Casa está agindo com sobriedade e sabedoria. O Senador Sibá Machado é o nosso homem justo e de coragem, essa é a verdade. A Casa saberá buscar sua decisão depois dessa sabedoria. Estão presentes os Senadores Cristovam, que é professor, e Sibá, que é mais heróico do que eu, porque vem de uma família do Piauí, de corajosos vaqueiros – em União, predominam os vaqueiros –, e é um homem justo, que lutou e está aí. Eu trago, para cá, a minha formação profissional e não vou mudar. Sou médico-cirurgião há 40 anos. Às vezes, dá certo. Juscelino foi médico-cirurgião e nós estamos aqui. Os gestos de um cirurgião, ô Cristovam, podem ser lentos, mas são definitivos. O cirurgião procura ser justo e ter coragem. Já amputei mamas de belas mulheres, mas não fiquei muito constrangido, porque estava salvando a beleza da vida e elas tinham outro seio. Já amputei milhares de pernas, atentai bem, Sibá, para salvar um todo. Fiquei constrangido e sofri com o mais triste – Deus me livre de haver mais casos –, que é a amputação de pênis. Eu passava por uma cidade de Parnaíba, de população pequena, e me encontrava com aquele que foi operado. Ele não podia estar satisfeito, mas era o jeito.

Estamos neste emaranhado. Penso que temos que nos curvar a Cristo, que disse: “Não julgueis para não serdes julgados”. Mas ele falava da verdade. Temos que buscar a verdade. É isso que todos nós estamos buscando. E V. Ex^a deu uma grande contribuição quando falou – e buscou no dicionário – que não se

pode prevaricar. Não podemos. A nossa responsabilidade é muito grande, imensamente grande. Isto aqui não tem sentido se não tivermos vergonha, se não formos justos e não tivermos coragem. Isto aqui começou filosoficamente. Como cirurgião, médico, busco a origem das coisas. Então, eu procurei saber. O maior líder da História do mundo, ungido por Deus, Moisés, foi escolhido para libertar o povo de Deus. Ele, com coragem, porque quando recebeu sua missão não quis saber se tinha faraó, se o faraó tinha exército, se tinha mar vermelho, se tinha... Foram 40 anos, e teve hora em que ele ficou indeciso, quebrou as leis feitas por Deus – estamos aqui para imitar a Deus, fazer leis boas e justas. Quebrou porque o povo dispersava, havia orgias, bezerros de ouro, e quis desistir. Ele ouviu a voz de Deus: “Busque os mais velhos e os mais sábios, e eles lhe ajudarão a carregar o povo de Deus”. Foi nesse instante que ele passou a liderança para Josué. Não foi para a terra prometida, e foi aí que nasceu essa idéia dos mais velhos, dos mais sábios, dos mais virtuosos, que foi melhorando, na Itália, na França,... E aqui foi melhorada por nós. Tem que ser melhorada, e estamos melhorando. Eu ouvi o Presidente José Sarney dizer que esta Casa nunca faltou ao País, e não vai faltar. Eu ouvi Petrônio Portella, o símbolo do Piauí, que morreu aos 54 anos, e talvez tivesse sido Presidente... Tancredo sonhava ser o vice dele, unir-se a ele e ganhar no Colégio Eleitoral. Deus me permitiu estar ao lado dele quando veio a ordem para fechar este Congresso. Ele só disse uma frase. Eu aprendi que a autoridade era moral. Ele disse só uma frase, eu estava do lado. Orgulhe-se, Sibá, do piauiense Petrônio. Ele só disse uma frase. Toda a imprensa, todos as televisões: É o dia mais triste da minha vida. Autoridade eu vi que é moral. Sibá: fecha, não fecha. Eu, para sair, tinha que passar por canhões, cavalaria. Estava confuso. Eu, por acaso estava... Essa frase só. Todos os militares ouviram e mandaram reabrir o Congresso. Era uma reforma do Poder Judiciário que tinha sido aprovada aqui. Então, eu vi que a autoridade é moral. Essa é a nossa formação. Eu estou aqui e vejo a grandeza deste Senado. Está aí o Sibá. Luiz Inácio é o Presidente da República, que foi aqui analisado, enaltecido por uns. Mas está ali o Sibá – descendente de corajosos vaqueiros do Piauí, andou o mundo –, na Presidência do Senado. E esteve outro dia na Presidência da Comissão. E eu, como irmão, porque tenho esse impulso de gregário, aproximei-me dele e disse que era muito difícil sua missão. Mas está aí. Então, é isso que estamos vivendo. Nós não vamos faltar. Esta Casa vai ser fortalecida, porque estamos conscientes de que somos o último recurso da vida democrática conquistada na história do mundo. Nós somos esse

recurso. V. Ex^a pode dizer o que quiser, representando o clamor do povo. E eu vou já dizer: se fraquejarmos... É democracia a de Cuba? É democracia, hoje, a da Venezuela, onde o Congresso foi fechado, diminuído? É democracia a do Equador, a da Bolívia, a da Nicarágua? Então, nós somos essa resistência, e podemos nos sentir orgulhosos. Sou orgulhoso de ser Senador, de estar aqui, de pertencer a esta Casa. Que temos problemas, temos. Não vou dizer que não temos. Ora, se na bancada de Cristo, que só tinha 12 integrantes, houve confusão, rolou dinheiro, traição, enforcamento, imagine a nossa, que é maior. Mas nós, em respeito a essa história, vamos dar um final feliz para o Brasil. É o nosso dever. Então, não tem razão de ser. E V. Ex^a está contribuindo com isso, com sua reflexão. Que sejamos, sobretudo, justos.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Permite V. Ex^a um aparte. Senador Wellington Salgado de Oliveira?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Pois não. Com muita honra, Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, quero felicitá-lo. Pelo correto que é, vamos esperar todas as análises, todo o julgamento, para tomar uma decisão sobre qualquer um de nós. Segundo, estou de acordo com V. Ex^a: não é fácil substituir o Senador Renan Calheiros na Presidência. Votei em S. Ex^a. Teríamos, de qualquer maneira, de substituí-lo daqui a um ano e meio. De fato, S. Ex^a representa uma certa unanimidade. Mas gostaria de me referir a algo que não entendi ainda quando ontem ouvi o discurso do Senador Renan Calheiros. Quando é que esse assunto chegou ao conhecimento de todos nós? O meu através dele. Quando é que esse conhecimento apareceu? Porque se o Presidente Renan Calheiros já sabia disso há algum tempo, fica esquisito dizer por que traz agora. Seria, inclusive, uma forma de prevaricação ter segurado isso. Pergunto a V. Ex^a, que está mais bem informado pela Comissão – aliás, eu o parabeno também por sua posição e por levar o assunto à Comissão; é sua obrigação, e tem meu apoio –: quando essas negociações ocorreram, quando se tomou conhecimento delas e por que o fato surgiu ontem, e não antes, se dele já havia conhecimento?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Cristovam Buarque, como membro da Comissão de Comunicação, venho acompanhando todo o desenrolar não apenas da operação Telefônica/Abril, como também da operação da Telemar com a Way TV e da operação em que a Telefônica comprou o sistema DTH, que é de televisão por satélite.

Senador Cristovam Buarque, aí vai uma reclamação. Assim como fui ao encontro da Telebrasil, em Salvador, fui ao encontro da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA, em São Paulo. Fui com meus próprios recursos, pois o Senador ou a própria empresa não podem bancar essa despesa. Fui porque é a única maneira de aprendermos o que acontece hoje em tecnologia. Como Presidente da Comissão, além de prestigiar o evento, também aprendo muito.

Há algum tempo, não vou explicitar as datas, mas vou começar pelo caso da Telemar com a Way TV, quando foi negada a compra pela Telemar da TV a cabo de Belo Horizonte e de outras regiões. Naquela época, chamamos na Comissão a Anatel, que tinha apenas 3 membros, estávamos ainda por nomear os outros 2, e questionei. Senador Cristovam Buarque, eu sempre questiono. No evento, eu digo o que penso, por que não foi feito, porque é bom. O que aconteceu? Há algum tempo, alguns produtores de conteúdo entenderam que poderiam ser grandes entregadores de conteúdo. Entraram em uma aventura de TV a cabo e fizeram grandes despesas. Achavam que poderiam ter uma quantidade grande de assinantes que daria para pagar as despesas dessa TV a cabo. Mas isso não aconteceu, o que levou grandes empresas de produtoras de conteúdo brasileiras a enfrentarem dificuldades financeiras.

Muito bem. A Telefônica vem negociando com a Abril, e sujeitou à Anatel essa aprovação. Na primeira vez, foi negada. Posteriormente, entrou com um recurso, que foi discutido. Essa operação foi aprovada, porém com algumas obrigações a serem corrigidas no contrato. Talvez por isso o Presidente Renan tenha aguardado o desenrolar dessa operação. Não é prevaricação: ele estava aguardando o desenrolar inteiro. Há pouco tempo, deu-se a aprovação. O Cade já deu um parecer favorável e também a Anatel, por três votos a dois; a questão foi decidida num voto de Minerva do Presidente.

Digo a V. Ex^a o que é ser justo. Para ser justo, tem-se de desagradar à telefônica... À telefônica, não, à Abril. Discordo de como estão sendo conduzidas as matérias contra o Presidente Renan. Discordo, porque vem uma questão paroquial de Alagoas, é mandada a matéria para a revista, que a publica; a matéria é tornada pública, um Partido a pega e entra com uma representação contra o Presidente Renan. E a Revista, então, publica que esse Partido entrou com uma representação contra o Presidente Renan. É uma receita de bolo o que está acontecendo, por isso discordo. Porém, desagrado ao Presidente Renan, porque estou torcendo pela Abril e para que a telefônica tenha um contrato limpo, para que seja uma boa operação

para nós, brasileiros, e para uma grande produtora de conteúdo nacional e de história do Brasil, história de várias revistas.

Então, para ser justo, não se agrada a ninguém – a verdade é essa –, simplesmente a você mesmo. É o sono tranqüilo, o andar sem ter de olhar para trás, Senador Cristovam, o andar na rua. Tenho certeza de que V. Ex^a tem esse andar, porque anda muito, está sempre rodando pelo Brasil inteiro, pregando a questão da educação no País. Aquele que deve anda olhando para trás a toda hora, assustado. Eu, não, procuro andar tranqüilo, sentir-me bem, ver a documentação. Acredito nesta Casa. Como bem colocou o Senador Mão Santa, procuro sempre consultar os mais velhos nesta Casa, sempre! Eu tinha no Senador ACM uma pessoa com quem sempre conversava. Enquanto ele colocava a mão na minha perna, eu podia falar; na hora em que a tirava, era hora de ir embora. Tive orgulho de ganhar aquele beijinho dele, que até estranhei. Mas aqui conversei com o Senador Pedro Simon – temos pontos contrários em função da nossa geração, mas procuro sempre escutá-lo –, com os Senadores Paulo Paim, José Sarney, José Agripino, Arthur Virgílio, com V. Ex^a, Senador Mão Santa, porque os grandes conselhos, nobre Senador...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permitte falar... O meu é o Presidente Sarney; sei também o dele e vou passar a V. Ex^a, para ajudar. O Presidente Sarney é aquela figura simpática, está acima de nós, tem uma história. Quando Sibá Machado começa a bater os pés, está na hora de darmos o pé.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu vou tornar público, para relaxar o ambiente nesta sexta-feira. Há uma história que, se um dia eu escrever um livro sobre o Senado, com certeza relatarei num capítulo. Na eleição que aconteceu no PMDB – um Partido bonito, que não tem dono: ninguém manda fazer, é tudo no voto; todo mundo acha que é tudo briga, mas não é: tudo é no voto, não há dono –, houve a indicação do Senador Michel Temer. O Ministro Jobim concorria, e eu não sabia à época se o Ministro Hélio Costa continuaria – meu mandato termina na hora em que o Ministro Hélio Costa voltar. Eu sentei-me ao lado do Presidente Sarney, onde V. Ex^a está, e comecei a falar, achando-me esperto demais. Eu disse: “Presidente Sarney, vem aí a eleição para Presidente do PMDB”. Ele olhou para mim e perguntou: “Em quem V. Ex^a vai votar?” Eu, que também já aprendi alguma coisa na Casa, falei: “Em quem V. Ex^a indicar.” E perguntei imediatamente: “E quem V. Ex^a vai indicar?” Eu queria saber se era o Jobim, se era o Michel, se o Hélio ia continuar. Ele olhou bem para mim e disse: “Nós vamos votar juntos”.

Uma aula de política maravilhosa, de alguém que tem uma experiência histórica!

Voltando ao assunto, Senador Sibá Machado, meu Presidente eterno, porque fomos até uma grande dupla lá no Conselho de Ética. Nós tivemos a sensibilidade de saber que o Conselho de Ética não estava preparado para votar naquele momento, e essa foi a grande sensibilidade política que tivemos. V. Ex^as vêm que até hoje não houve uma solução. Foi criada uma trinca para decidir algo, porque é difícil julgar o Presidente do Senado diante do que está acontecendo – o partido da informação, o partido da imprensa totalmente contra. Essa é uma situação difícilíssima. Talvez, neste momento, estejamos amadurecendo, para saber qual é o caminho. É aquela velha história no mundo: quem representa o povo é a imprensa ou o político? Esta é a grande briga histórica no mundo: quem representa o povo?

Outro dia, um jornalista de Minas me falou: “Senador, o político tem que acompanhar o povo, mesmo que esteja errado?” É uma situação difícil, Senador Mão Santa; tem-se de meditar.

Então, isto é o que vai acontecer no momento desta Casa votar. A sabedoria acontece, não tem jeito. Nesta Casa, já vi momentos difíceis, mas, na hora de votar, ela vota certo. Também não estou aqui, para ficar, ou não, fazendo defesa do Presidente Renan Calheiros. Simplesmente, relato o que vejo e o que sinto.

Então, por último, quero colocar para os quase três milhões de telespectadores da TV Senado que temos de ter muito cuidado. Representar um Estado é uma coisa muito séria, assim como julgar precipitadamente, tanto contra quanto a favor. Sou um voto em 81; isso é uma coisa pequena, mas tenho de votar como Minas quer.

Outro dia, conversava com o Senador Azeredo, que falava: “Mas essa é uma situação difícil, porque Minas não fica nem numa ponta, nem em outra: sempre vai pelo meio.” É aquela história do mineiro: “Você brigou com o Mão Santa?”; “Não, não briguei, mas também não faço as pazes!”. Essa história é de Minas!

Então, espero ter deixado bem claro como funciona a questão da Comissão.

Outra explicação que também queria dar como Presidente da Comissão, em relação às aprovações das renovações ou outorgas de televisões e rádios na nossa Comissão, é que é praxe mandar para o Senado, para que o Presidente assine e torne público o que está acontecendo. Mas o Presidente não faz outorga de coisa nenhuma! O Presidente do Senado, seja ele quem for, o Presidente Renan ou o Presidente em exercício, simplesmente assina, para que saia no Diário Oficial

e se torne público; para que o povo brasileiro saiba o que está acontecendo nesta Casa.

O Presidente Renan não outorga nada. O processo de outorga começa lá no Ministério, depois vem a documentação e a licitação. Em seguida, o processo vai à Câmara, passa por uma fiscalização, vem para o Senado, que também o aprova e publica. Ele ainda volta para o Ministério, a fim de que o Ministro e o Presidente o assinem.

Quer dizer, a democracia funciona muito bem, Senador Mão Santa. Não há como fazer nada escondido neste País, ainda mais hoje, com a televisão. Falo da tribuna do Senado, e isso aparece no Brasil inteiro, Senador Mão Santa.

Então, espero ter esclarecido para os telespectadores da TV Senado como funciona a concessão. Ninguém tem poder sobre isso. A matéria é apresentada, discutida; procura-se escolher como Relator um Senador do Estado ao qual está sendo dada a outorga. Por quê? Porque ninguém conhece melhor o Estado do que o Senador que o representa. Aí se vai para a votação – já houve pedido de vista na nossa Comissão.

Então, telespectadores, queria dizer que acho que, no momento em que peço esse requerimento, estou cumprindo a função para a qual fui eleito não só por Minas, como também pelo meu Partido e pelos membros da Comissão de Comunicação. E me dá um prazer muito grande ser Presidente dessa Comissão. Encontramos muitas dificuldades, mas também temos benesses.

Era o que gostaria de esclarecer. Espero ter colocado a minha posição de justiça, já que não consigo agradar aos dois lados. Mas o que se há de fazer? Pelo menos sei que hoje vou dormir tranqüilo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Wellington Salgado, o Sr. Cristovam Buarque, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Passamos a palavra ao Senador Mão Santa. V. Ex^a terá o tempo que resta da sessão.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Sibá Machado, que preside esta sessão de sexta-feira, 10 de agosto, Senadoras e Senadores presentes na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação deste Senado, Professor Wellington Salgado, o Sibá traduz o Senado. Quando aqui adentrei, olhei para ele e lembrei-me do que é esta Casa.

Um dia, vínhamos eu e o Senador Tasso Jereissati pelo túnel, depois de uma daquelas reuniões demoradas da CAE, que acontecem pela manhã – a Comissão de Assuntos Econômicos é muito importante, pois nela são discutidos os recursos do País, a riqueza do País, a divisão de riqueza –, em direção a este plenário, pois já era 14h e a sessão já havia começado. Vínhamos no começo do túnel. Eu e Tasso Jereissati temos uma intimidade muito grande. Ele governou o Ceará três vezes, eu fui Prefeito uma e governei o Piauí duas; quer dizer, somos mais executivos – ele, empresário, eu, médico-cirurgião, fui Secretário de Saúde de município. Mas a nossa vida é mais executiva. Eu ainda fui Deputado, o Tasso, não. Mas vínhamos, e ele perguntou: “Mão Santa, o que você está achando disso?”. Aí eu, com esse meu jeito de falar, Sibá, disse-lhe: “Olha, rapaz, eu estou fazendo de conta que estamos fazendo uma pós-graduação, um mestrado. Isso aqui parece uma escola, uma universidade. Acabamos de ter uma aula na CAE, já está a sirene buzinando, e os companheiros são todos colegas como de aula; temos até o diretor”, era o Sarney o Presidente à época.

Então, Sibá, foi aqui que V. Ex^a entrou. V. Ex^a está aí sentado na Presidência. Eu conheço a sua vida, a sua cidade, a sua origem, a sua luta no sul do País. Pelas bênçãos de Deus e pela escolha do povo V. Ex^a está aqui. Mas V. Ex^a evoluiu muito. Por isso aquele conceito que eu dei, de ser uma universidade, porque quatro anos e meio é o tempo de um curso superior. Passei ali, Senador Wellington, e vi o Sibá lendo Descartes. Eu li o que está grifado e adorei. Passei ali antes de subir e assim vi. Descartes diz: “Se penso, logo existo”. Então, quero dizer o que eu penso daqui.

Quero aqui só a satisfação do cumprimento da minha missão. Acho que isso é o mais importante. Já tive muitas missões; tenho 64 anos. Sibá, o mais importante é termos a satisfação do cumprimento da missão.

Então, longe de pensarem que eu tenho ódio! Não tenho. Meu nome é Francisco: “onde houver ódio que eu leve o amor”. Mas a minha missão é ser Oposição. O povo nos colocou – votei no Luiz Inácio na primeira vez – na Oposição e eu entendo, Sibá, que a democracia vem antes, muito antes. Os índios tinham governo, na forma deles, os caciques; os homens da caverna escolhiam o mais poderoso; dizem que até os animais têm o leão como chefe. É o que dizem.

A Oposição veio depois, é o aperfeiçoamento da democracia. Eu a acho grandiosa. Rui Barbosa não foi grandioso? Pois ele passou aqui 31 anos. A maioria desses anos foi na Oposição. Nenhuma oposição foi mais bonita do que a de Joaquim Nabuco. Ficou sozinho falando em prol da liberdade dos escravos. Teve de sair

do País, porque era jornalista. E todos os poderosos tinham escravos. Ele era advogado. Os ricos não iam convocá-lo porque ele estava ameaçando tirar os escravos, que eram fruto de riqueza dos poderosos. Teve de ir embora. Acho que essa é a nossa missão.

Entenda, Wellington Salgado, eu vi o Sibá e hoje aprendi. Tenho a noção exata de município, porque eu fui prefeitinho. Deus me permitiu criar 78 cidades, transformar povoados em cidades. Melhora muito, Sibá! Essa é uma maneira de chamarmos as pessoas para participarem com responsabilidade. V. Ex^a também participou desta experiência de povoados serem transformados em cidades. As pessoas são chamadas a participar com responsabilidade. Não é apenas o que se vê: ruas pavimentadas, praças para as pessoas namorarem, mercado para comercializar, escola para educar, hospital para promover a saúde, cadeias para botar ordem. “O essencial é invisível aos olhos”. “Quem vê bem vê com o coração”, Antoine de Saint Exupéry. É dar às pessoas a chance de se transformarem em líderes, vereadores, vice-prefeitos e prefeitos.

Sibá, eu vi – posso dizer, como Juca Pirama, “meninos, eu vi” – prefeitos das cidades-filhas, dos povoados, transformarem-se em prefeitos de cidade maior. A encantadora mulher Janaína era da cidade-filhote, que criei, e é, vamos dizer, da capital Luzilândia. Em Campo Maior, cidade que garantiu a unidade do País, Jatobá era pequenininho, o prefeito saiu dela e foi para a maior. É o aparecimento de nova liderança, de nova oportunidade.

E V. Ex^a analisou. Foi muito enriquecedor o pronunciamento de V. Ex^a. Esse aspecto melhorou. Digo porque fiz nascer.

E ainda digo mais: ô Wellington Salgado, não podemos fazer como Jobim, roubar as coisas. Aquela frase do Jobim não é dele, mas de um primeiro-ministro britânico. Foi ele que disse aquela frase: “Não se queixe, não se explique”. Está entendendo? Não foi dele. Também vou dizer que o plano de aumentar as cidades não foi meu. Não vou cair nessa, como fez Jobim com a frase de Israel para engrandecer-se diante do Lula. Ó Luiz Inácio, não é dele. É de Israel, que, na era vitoriana, disse aquela frase.

Senador Sibá, não fiz esse projeto de aumentar a cidade. Quem o fez foi um dos melhores Governadores do Piauí, que foi um dos melhores Senadores: Freitas Neto. Ele criou 30 cidades. Pegou o Governo com 115 e me entregou com 145. Eu era prefeitinho. Vi duas surgirem da minha Parnaíba, como Bom Princípio do Piauí. Eu vi que era bom e continuei. Foi Freitas Neto quem deslanchou. Peguei o projeto andando e criei mais do que ele.

V. Ex^a analisou todas as realidades do País, disseceu-as. Na verdade, houve essa melhora. Como diz Shakespeare, “não há bem, nem mal; o que vale é a interpretação”. Então, interpreto pelo lado do ser humano: a liberdade que eles tiveram.

Com justiça, V. Ex^a empregou o sangue que lá circula, o oxigênio. Foi uma contribuição para eu mesmo mensurar.

Não posso, como V. Ex^a, considerar bom o Governo de Luiz Inácio. Mas estou aberto. Ele pode transformar-se. Como o Professor Cristovam Buarque disse, em tempo, Juscelino transformou, com otimismo e modernização. E Getúlio?

Por que ele incorre nisso, Sibá? V. Ex^a é verdadeiro. Eu não sei onde ele anda. Talvez não seja bom viajar muito. Getúlio viajou muito pouco em 19 anos; os outros vinham aprender com Getúlio: Franklin Delano Roosevelt veio duas vezes. Então, ele pode transformar-se, e eu quero que V. Ex^a seja seu mensageiro, porque ele não está no Brasil.

Esse negócio de imposto... Ninguém gosta de imposto. Eu não gosto, sou franco, mas é preciso que ele exista. Eu fui prefeitinho e cobrei imposto, não nego isso. Fui Governador e precisava de recursos.

Isso é confuso. Até em Roma, quando Cristo andava por lá, os “cabras” perguntaram: “É justo pagar a César?” Cristo, sabido, mais do que nós, olhou e perguntou: “O que tem aí nessa moeda, nessa cara? É de César? Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”. Até ele! Quer dizer, criticar imposto é assim meio...

Brasileiras e brasileiros, vocês sabem que este País tem 76 impostos? Fiz um discurso em que li um por um, levou um tempo. Ainda bem que estava na presidência um Presidente tolerante como V. Ex^a, porque, se fosse o Camata, eu tinha parado no vigésimo. Parece que o Camata quer ir embora, sempre dá cinco minutos. Li 76, um por um. São 76 impostos que as brasileiras e os brasileiros que trabalham pagam.

Agora, Wellington Salgado, está na hora de mudarmos, de o Luiz Inácio mudar. Ninguém nem sabe o que é pago. Nos Estados Unidos não é assim.

Você vai a um supermercado, compra e, ao pagar o preço, fica sabendo qual é a parte do Governo. A cada instante se conscientiza aquele que paga imposto. Aqui são 76 impostos, Sibá. Eu acho que devia haver essa mudança. O povo não sabe o que está pagando. E surgiu um que, se o Presidente Luiz Inácio quisesse ficar para a história, tinha que rever.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador Mão Santa, permita-me interromper o pronunciamento de V. Ex^a. É apenas para prorrogar a sessão por mais quinze minutos para que V. Ex^a

possa concluir o brilhante pronunciamento da tarde de hoje e, se me permitir, para que, ao final, eu faça um comentário sobre as palavras de V. Ex^a a respeito de minha pessoa e do livro cuja leitura já estou quase concluindo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu vou comprar um livro daquele, do Descartes.

Senador Sibá Machado, Ulysses beijou a Constituição e disse: “Desobedecê-la é rasgar a bandeira”. Lá está escrito que o dinheiro seria dividido – o bolão, Wellington Salgado – da seguinte maneira: 52% para o Luiz Inácio; 22,5% para os governadores dos Estados; 21,5% para os prefeitos e 2% para os fundos constitucionais.

Aí. foram criando artifícios, enganando o povo. Botaram nome de taxa, de não-sei-quê, para não dividir. Os prefeitos e governadores foram empobrecendo, e hoje Luiz Inácio ganha mais de 60%.

Driblaram os constituintes, não foi? Já vinham driblando, mas o Luiz Inácio deu uma de Garrincha, driblou mais do que os outros, de tal maneira que os prefeitos e governadores estão em dificuldades e o Governo Federal, com muito dinheiro.

Tanto isso é verdade, que estou aqui. Eu não sou bom não, é porque fui prefeitinho logo após a promulgação da Constituição, e isso era obedecido. Daí o mito de extraordinário prefeito. Agora está mais difícil. Foi como prefeitinho que dei esse salto.

Esta aqui, por exemplo, não se disse que era imposto para não entrar nessa divisão que a Constituição determina: a CPMF. Aliás, a sua criação está ligada ao melhor homem deste Brasil. Digo o melhor, porque sou médico e sua atuação me encanta: Adib Jatene é o mais valoroso médico vivo. Dizem uns que José Serra foi o melhor Ministro. Não. Para mim, o melhor Ministro da Saúde foi Adib Jatene. Admito que José Serra tenha sido medalha de prata, mas eu governaria com Adib Jatene.

Não vou entrar em detalhes porque quero respeitar o tempo que tenho, mas ele criou a CPMF porque na época, Sibá, estava um caos a saúde pública, em 1996. Era tamanha a credibilidade dele, que esta Casa e sua irmã, a Câmara, acreditaram que deveriam criar uma contribuição provisória.

V. Ex^a, Sibá, que está ledor demais, vá, pegue o dicionário – no Piauí ele é chamado “Pai dos Burros” – e leia para Luiz Inácio o que é “provisório”.

A CPMF era para ser provisória, foi aprovada por este Congresso porque a Saúde estava um caos. O dinheiro seria para a Saúde.

Setenta e seis impostos! Eu não crio imposto nem V. Ex^a, já existem muitos.

Então, Sibá, em 1999 fizeram outra emenda. Foram aumentando e aumentando. Além de o provisório ficar eterno, foram aumentando, aumentando. Em maio de 2002, antes do nosso Luiz Inácio, ela foi prorrogada. Entrou Luiz Inácio garfando em 2003 – já era ele, votamos nele. Agora, em 2007, querem mais quatro anos.

Tenho aqui um trabalho muito bem feito pela Fiesp, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Mostram que a CPMF vai aumentando, aumentando, aumentando. Era provisória e não havia a previsão desse aumento – são bilhões.

O que eu quero lhe dizer? Primeiro, Sibá: esse dinheiro não vai para a Saúde. Os hospitais estão sucateados, os médicos no Nordeste estão em greve – é só pegar os jornais e assistir à televisão para ver –, a dengue voltou. A dengue não existia. Oswaldo Cruz tinha combatido o mosquitinho que transmitia a febre amarela, e a dengue é transmitida pelo mesmo mosquitinho. No tempo dele, esse mosquito levava a febre amarela e agora leva a dengue. A situação da dengue hemorrágica piorou: matava 4,5% e agora está matando 14%.

Tuberculose. Fiz um pronunciamento, Sibá – V. Ex^a entende da força sindical, da floresta amazônica –, mostrando os números da tuberculose.

Ô Wellington Salgado, vou contar uma verdade. Em 1960 eu fiz Vestibular. Sibá, foi o dia pior da minha vida! Passei. Aí, pediram um raio-X para entrar na faculdade e apareceu uma mancha: tuberculose. Entra, não entra – você entendeu o sonho? Até que Gilmar Teixeira Mourão, um professor, me garantiu e eu estou aqui. Minha mãe tinha tido. O Governo era responsável.

Aumentou. Eu trouxe, eu fiz um pronunciamento só sobre tuberculose, dei os números. Sibá, não vamos perder isso. O dinheiro da CPMF não foi usado na Saúde.

Você, que está na fila...

Saúde está bom, Sibá, para nós aqui do Senado. Toda hora tem gente perguntando se não queremos ir para São Paulo nos consultarmos. E nós, bonzinhos. Você está vendo nas críticas, mas não somos desse tipo. Está bom para quem tem plano de saúde.

Outro dia, Sibá, um amigo muito importante, que foi Deputado, foi muita coisa no Piauí, estava em São Paulo. O SUS não atende. Não vou citar nomes, mas precisei recorrer ao Pinotti, esse líder extraordinário, Deputado Federal, que tem uma amizade muito consistente comigo. Outro dia, ele recebeu o maior título que a Medicina concede à primeira organização de sociedade – você sabe o que é isso – no Rio de Janeiro. E fui com o Presidente José Sarney, ele Presidente; eu, como médico. Então, temos ligação. Precisei, então, buscar a influência de Pinotti para a pessoa ser atendida. Portanto, o SUS não atende.

Fui cirurgião por 40 anos. Operei muito. Fiz cirurgias grandes como tireoidectomia, traqueostomia, e outras. A consulta, pela tabela, é R\$2,5; a anestesia, R\$9. Então, eu votaria pela CPMF se fosse para a saúde.

Mas quero ler as críticas aqui.

Crítica 1:

Apesar de a CPMF ter sido criada em caráter provisório e com destino certo para o Fundo Nacional de Saúde, hoje já decorrem 11 anos desde a sua criação. O Governo deseja prorrogá-la por mais quatro anos. O caráter provisório e destino certo perderam-se no tempo.

E há mais.

Crítica 2:

Da experiência internacional, observa-se que as alíquotas e os impostos parecidos com a CPMF foram fortemente reduzidos ou eliminados com o passar do tempo.

Outros países fizeram isso, mas viram que não era justo e eliminaram. Ó, Wellington Salgado, os países que viram que isso não era justo, eliminaram esses impostos e essas alíquotas.

Crítica 3:

Estudos indicam que a CPMF tem efeito direto sobre as taxas de juros. Esse efeito é importante, pois eleva essa taxa, o que desestimula o crescimento econômico e reduz a base de contribuição e arrecadação dos demais tributos.

Além disso, esse efeito nas taxas de juros aumenta as despesas públicas, inibe o investimento (maior custo de capital) e desestimula a expansão do crédito (efeitos nocivos sobre a produtividade da economia).

Crítica 4, esta é a mais grave.

Sibá, eu tenho experiência. Ó, Luiz Inácio, eu estou aqui para ensinar. No dia em que eu não tiver

condição de ensinar... Isto não tem razão se não formos os pais da Pátria.

Eu fui prefeitinho e tinha inflação. Ó, Wellington Salgado, tinha mês que dava 80%. Todo mês nós fazíamos a folha. E eu aprendi com o Governador Lucídio Portella a dar mais para os que ganhavam menos e menos para os que ganhavam muito. Era uma maneira de fazermos um ajuste. Todo mês era 80%... Nós sentávamos e fazíamos aquela jogada: tirava do maior, dava para o menor, e ia promovendo uma igualdade. E fiz isso todo os meses, como prefeitinho. Por isso é que eu digo que na calada da madrugada eu assisti... O Luiz Inácio não teve essa experiência.

Luiz Inácio, com todo o respeito, Franklin Delano Roosevelt foi por quatro vezes Presidente dos Estados Unidos. Sabe o que ele disse? “Toda pessoa que vejo é superior a mim em determinado assunto e eu procuro aprender com todas”. Tenho essa experiência. Luiz Inácio não foi prefeitinho como eu; não foi governador.

Mas a CPMF – isto é o pior – cobra mais dos pobres do que dos ricos. Isso é um pecado! V. Ex^a sabe, Wellington. V. Ex^a é puro, é correto. Sou seu admirador. Não transfira seu título para o Piauí. Assim, o Estado elege V. Ex^a, e eu não volto para o Senado. V. Ex^a é um homem puro, justo, mas não sabia disto: a CPMF cobra mais dos pobres que dos ricos. Lucídio Portella, irmão de Petrônio Portella, que foi Senador, ensinou-me isto: “quando se faz uma folha de pagamento, dá-se mais para os que ganham menos”. Vou dar-lhe um exemplo: se for dado 100% a um indivíduo que ganha R\$30 mil, serão R\$60 mil – um absurdo! –, mas se for dado 100% a um pobre que percebe R\$380, serão R\$760. Então, deve-se dar ao menor.

Atentai bem!

A CPMF tem caráter regressivo (os mais pobres acabam arcando proporcionalmente mais com esse tributo):

(...)

b. Como a carga é regressiva, quanto menor o rendimento, maior o impacto da CPMF.

Isso é um absurdo!

Ó, Luiz Inácio! Talvez ele não tenha ninguém. Ele tem muitos aloprados em torno dele, como disseram.

S. Ex^a disse determinadas coisas com a argumentação. Mas falou: está aqui, bota aí, onde está a máquina? Esse daí não é um aloprado. Então, coloca isso bem grande para a televisão – porque quando eu estou falando ele coloca letra pequena – bota letra

grandona. Esta é a Casa da verdade, da liberdade, da igualdade; e eu represento o povo.

Mas vou tentar explicar, Wellington Salgado. Aten-te para isto: se você ganha até dois salários mínimos, sabe quanto é 2% que o pobre paga de CPMF? O pobre paga mais. Não são 2% exatos, mas 1,80 e tantos. Vamos colocar 2% para facilitar o cálculo. Está entendendo? Não estou enganando ninguém, é quase 2%. São 13 meses, porque tem o 13º salário, não é verdade, Sibá? Então, vamos considerar uma pessoa trabalhando e ganhando R\$1 mil. E para quem ganha R\$1 mil está difícil pagar luz, água, mesmo trabalhando mulher, filho, não está? Vamos considerar R\$1 mil também para facilitar o cálculo. Então 2% representam R\$260 que um pobre, um trabalhador, um pai de família paga por ano. Isso, Sibá, daria para ele pagar muita coisa, como por exemplo, o remédio que ele não tem, a alimentação.

Luiz Inácio, eu me encantei e votei com V. Ex^a em 1994, porque V. Ex^a dizia que o trabalhador tinha direito de tomar a cervejinha todo fim de semana. Esse era o dinheiro da cervejinha. Esse era o dinheiro, Luiz Inácio, da cervejinha. Mas o pobre paga a CPMF. Está aqui o gráfico mostrando, e mostra que os ricos pagam menos.

E 2% para o pobre é muito dinheiro. Com esse dinheiro, ele poderia pagar um médico. Tem médico dando consulta por R\$5 nessas clínicas populares, pois o SUS paga R\$2,5. Portanto, com esse dinheiro dava para, na dificuldade, pagar uma consulta para o filho, para a família, melhorar a alimentação, uma viagem, a cervejinha, o aniversário, o Dia dos Pais estaria garantido, já que os filhos poderiam dar presente. Seria o presente do pai, Siba. Essa é a verdade.

Queria que V. Ex^a, que está com uma cultura extraordinária – vejo-o sempre lendo –, dissesse ao Luiz Inácio que o Mão Santa sabe que o papel dele é ser Oposição. Ele não vai se vender. Eu sou do Piauí, você conhece. Sei que é mais fácil estar no Governo, pois há mais facilidades.

Agora mesmo, com esse negócio do Chico Mendes que passou – o Governo tem DAS e vai dar um bocado. Tem gente que vai ganhar, por exemplo, se for DAS 6, R\$10.448,00. Não vou indicar ninguém, sei que tem uma porta larga, tem essas facilidades, mas o meu dever é ser Oposição como o foi Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Afonso Arinos, à época da ditadura Vargas. Vargas era um homem bom, está no céu. Sibá, leia o diário de Vargas, homem trabalhador, que

não resistiu, quando um companheiro dele, Gregório Fortunato, que ele tinha trazido menino, cometeu a trama do assassinato de Carlos Lacerda, e foi morto um Major da Aeronáutica. Então, a imprensa toda era do Governo, e o Dipo dizia que não tinha havido nada, mas Afonso Arinos disse: será mentira a viúva? Será mentira o órfão? Será mentira esse mar de lama e de corrupção? E Getúlio, que era um homem bom, não resistiu. Esse é o papel da Oposição.

Sibá, o Luiz Inácio foi ao México. Pergunte se ele leu na entrada do Palácio, a frase do General Obregón, que diz assim: é melhor o adversário que me leva à verdade do que o aliado, puxa-saco, mentiroso, que me ilude e me engana. Sou aquele adversário do General, mas estamos unidos para que se diminua a carga de imposto.

Quero dizer ao Presidente Luiz Inácio que o equilíbrio a gente faz economizando, tendo austeridade, diminuindo viagens, diminuindo mordomia, diminuindo o supérfluo, e o dinheiro é o mesmo, e o dinheiro tem de voltar para o povo.

Diga ao Luiz Inácio que entendo que ele não é poder Executivo, não somos Poder Legislativo e nem o Judiciário é o Poder Judiciário. Entendo que somos instrumentos da democracia, que Poder é o povo, o povo é que paga a conta, o povo é que nos paga. E o povo está sendo explorado, este é o País que mais cobra imposto. Dos doze meses que brasileiras e brasileiros trabalham – e todos trabalham –, cinco meses é para pagar imposto e um mês é para pagar juros de banco. Então, de cada ano que se trabalha, sem saber, cada um dá seis meses para o Governo. E queremos que o Governo nos devolva em segurança, saúde, educação, prosperidade e felicidade.

Sibá, quero dizer aqui que o Piauí tem orgulho de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador Mão Santa, em primeiro lugar, quero agradecer muito a V. Ex^a as palavras a respeito da minha pessoa. Tenho aprendido bastante nesta Casa com o estilo de cada um, com a convivência na vida política, na vida pública, bem como V. Ex^a. Tenho observado que V. Ex^a tem a leitura não como dever, mas como prazer. Observo também que, por muitas vezes, no plenário do Senado, V. Ex^a se refere a títulos de importantes pensadores, a autores nas mais diversas áreas. V. Ex^a cita muito Noberto Bobbio, que, durante muito tempo, eu conhecia de nome; somente agora, começo a me debruçar sobre alguns de seus livros.

Procurei ler também – na Academia, não tive muita oportunidade – alguns filósofos, principalmente franceses, alguns alemães, assim por diante.

Acima de tudo, prezo a convivência. Gosto muito de aprender com a convivência, e os ensinamentos aqui não são poucos. Porém, é natural, nesta Casa, termos opiniões diferentes em vários assuntos.

Pelo pouco que compreendo da História do Brasil, vejo que há algumas lacunas que ainda não me chegaram. Por exemplo, já li bastante sobre muitas personalidades de nossa história, mas confesso que nunca parei para estudar sobre Carlos Lacerda. Sinto-me provocado, porque me encontrei com uma pessoa que conviveu com ele e que foi jornalista do jornal do qual ele era editor-chefe. Ainda jovem, essa pessoa trabalhou nesse jornal e fez uma cobertura sobre a Revolução Cubana. Falou-me tanto sobre Carlos Lacerda, que me provocou a estudar sobre essa figura histórica.

Faço aqui um pedido a V. Ex^a: se tiver livros, documentários ou até mesmo comentários sobre o assunto, gostaria muito de ter acesso a essas informações.

Quanto ao Presidente Lula, considero realmente que essa é a oportunidade que a política brasileira gera para algumas pessoas. Há a tradição de os mais ricos controlarem o poder político, há a tradição de os mais ricos e os mais letrados terem o domínio do poder, do conhecimento, assim por diante. Mas há outra máxima que aprendi com outras pessoas: entre a inteligência e a escolaridade, há uma diferença. Pode haver pessoas com alto grau de escolaridade, mas com dificuldade de coordenação de processos. A inteligência está, acima de tudo, relacionada à coordenação de processos. Assim, há as pessoas que realizam. E, nesse caso, considero o Presidente Lula um estadista. Com as dificuldades que tem enfrentado na sua função, no seu cargo público, num País do nosso tamanho, com a costumeira tradição de dependência que tínhamos, ele reacende em nós o nacionalismo.

Concordo com V. Ex^a em um ponto: certamente, nosso País, pelas dificuldades que enfrentamos, ainda tem muito que avançar. E, na busca dessas novidades – repito o que disse no aparte ao Senador Cristovam Buarque –, realmente não dá para ficarmos conformados com a conquista obtida imediatamente. É preciso estar sempre inconformado com o que há de novo, por aquilo que é preciso vir, porque a sociedade não tem data marcada, não é um prazo de um mandato que vai determiná-la.

É normal, neste momento, haver diferenças de pensamento, mas admiro muito V. Ex^a. Ando o Brasil afora, e V. Ex^a é um dos nomes do Senado Federal mais lembrados, aonde quer que cheguemos. No meu Estado, o Acre, também o nome de V. Ex^a é muito conhecido. Se vale a recíproca, se V. Ex^a transferir seu título para meu Estado, quem estará em maus lençóis serei eu.

Portanto, agradeço a V. Ex^a as palavras, o carinho e a compreensão com minha pessoa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu só queria contribuir quanto a Carlos Lacerda. V. Ex^a é muito novo. Vivi nos anos 50, e Getúlio Vargas suicidou-se em 24 de agosto de 1954. Getúlio Vargas hospedou-se na casa do meu tio, que era prefeito, em agosto de 1950, na sua campanha democrática, e eu o vi. Mas Carlos Lacerda, todas as quintas-feiras, às 21 horas... Naquele tempo, os rádios eram grandes. Vocês já nasceram na época dos transistores. Era um rádio grande que meu pai ligava, às quintas-feiras – Raul Brunini era o vereador dele no Rio de Janeiro –, para ouvir Carlos Lacerda, às 21 horas.

Li muito, estudei no Rio, ele era governador. Quero lhe oferecer alguns livros. Vale à pena! Cito aqui três frases que serão boas nos diálogos entre V. Ex^a e Luiz Inácio. Primeiro, ele disse que governar é fácil; fazer, que façam. Essa é uma frase dele. Outra coisa que ele dizia era que não andava atrás de ladrão – como há muito –, mas que, se ele o via, ele o punia. Ele dizia nos comentários dele: “Se eu fosse perder meu tempo, não trabalhava, mas, uma vez em que os encontrasse – eles aparecem aí nos inquéritos, eles afloram –, eu os puniria”.

O mais bonito que acho – esta é uma homenagem ao Cristovam – é que, quando Carlos Lacerda governava o Rio, e eu estudava lá, era escrito em todas as escolas: “Há vagas”. Isso me impressionou. Em todas as escolas, havia uma placa com esse dizer. O problema era do Governo, mas não havia o negócio de dizer que não havia vagas, que as vagas eram limitadas.

Depois do Carlos Lacerda, V. Ex^a não volta mais para o Piauí, pois, assim, ficaremos eu e Heráclito sem mandato, porque V. Ex^a ganhará.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas.)

Ata da 124ª Sessão Não Deliberativa, em 13 de agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Alvaro Dias, Efraim Morais, Papaléo Paes e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Passa-se à lista de oradores.

Com a palavra o Senador Gilvam Borges.

V. Exª dispõe de até 20 minutos.

A seguir, terá a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente Senador Tião Viana, que preside esta sessão, meus Exmºs Colegas que compõem esta augusta Casa, destacando especialmente o Senador Papaléo Paes e o Senador Mão Santa, antes de tomar o meu discurso e proferi-lo, gostaria de fazer um agradecimento de público, Sr. Presidente, ao Governador José Arruda.

Recentemente, participamos, juntamente com técnicos da Companhia de Águas e Esgotos do Amapá (Caesa), de um encontro histórico, importante e decisivo para a saúde da empresa – que hoje se encontra numa situação caótica e difícil – com o Dr. Fernando. Desse encontro, saímos acertados que uma grande equipe da Caesb, uma das companhias mais importantes do País, com reconhecimento internacional pela competência técnica e administrativa e a grande eficiência na distribuição de águas, irá cooperar nesta empreitada de reordenar a nossa Caesa. Tal equipe deverá chegar em Macapá na próxima quinta-feira.

Portanto, quero deixar aqui meus agradecimentos ao Governador Arruda por ter permitido essa cooperação técnica, que nos possibilitará restaurar, reequipar, reordenar a Companhia de Águas e Esgotos do Amapá, algo fundamental para o desenvolvimento do nosso Estado.

Como o Amapá terá muitos recursos para saneamento, deveremos estar prevenidos e preparados com planejamento de médio e longo prazo, pois o curto prazo já é necessário a partir de hoje, de agora.

Quero também agradecer o empenho decisivo do Presidente José Sarney, que falou, por telefone,

com o Governador Arruda. Enquanto isso, eu estava na Caesb, em companhia dos técnicos e de toda a equipe, fazendo a interação, juntando as pontas para que a operação ocorra com sucesso, o que para nós do Amapá é muito importante.

No entanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há um outro assunto que gostaria de abordar agora em meu pronunciamento que considero da maior importância: a regularização da propriedade das terras, que é a imperiosa necessidade de transferência da titularidade das terras da União, localizadas no ex-Território do Amapá, para o Estado do Amapá, sem a qual fica inviável a obtenção de linhas de crédito, financiamento e até mesmo instalações adequadas de unidades governamentais mediante convênio. Essa foi a pauta, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, da minha reunião com o Presidente do Inbra, Sr. Rolf Hackbart, na sexta-feira, dia 10.

Um Estado, Sr. Presidente, não é apenas um território que serve como base física para as relações entre Governo e sociedade civil ou entre empresas e indivíduos. O Amapá fica no extremo norte. Estamos às margens do Oceano Atlântico, temos o melhor porto da Amazônia Legal, situado em Santana, ou seja, temos toda a estrutura futura para alavancar o desenvolvimento do Estado. Portanto, é de fundamental importância que o Estado tenha o que a Constituição garante: o direito à terra, para que, por meio dela, possamos titularizar e, assim, os pequenos e médios produtores possam ter acesso às linhas de crédito, para aproveitar o subsídio e alavancar um setor importante da economia, que é o da agroindústria.

Sr. Presidente, apresentei um projeto de lei, que já tramita nesta Casa, nesse sentido. Em breve, estaremos aprovando-o e, finalmente, passando as terras da União para o Estado. Um Estado existe geograficamente com terra, água e também com as instituições, as pessoas.

O Amapá ainda não tem o que lhe é de direito. Passamos a ser Estado em 1988, quando todo o acervo de terras deveria ter sido incorporado ao Estado. Lamentavelmente, houve um equívoco muito grande, que travou o desenvolvimento do nosso Estado.

Sr. Presidente, alegre-nos saber que o Presidente Lula esteve, por duas vezes, no Amapá, honrando-nos com sua presença e sua disposição. O Amapá agradece muito a Sua Excelência pela medida provisória que objetiva passar, mediante decreto, as terras da União para o Estado e, assim, implantarmos um grande programa para tornarmos o Amapá um grande celeiro produtivo.

Tivemos alguns contratemplos. Porém, o Presidente Lula foi enfático naquele comício no aeroporto, onde estava toda a sociedade amapaense, todo o povo aguardando por Sua Excelência, numa resposta ao pleito eleitoral, pois todas nossas esperanças foram sufragadas nas urnas, com os votos eletrônicos. O Amapá deu uma pequena – mas para nós grande – colaboração, para que o Presidente Lula pudesse ter a oportunidade de presidir o Brasil, gerenciar os destinos de nossa Pátria, por mais quatro anos.

E tenho convicção absoluta de que, em setembro, o Presidente Lula irá ao Amapá.

Por isso fui ao Presidente do Incra, não uma só vez, mas várias vezes, em audiência, trabalhando pelo pleito; não só uma vez com o Presidente Sarney, que fez a ponte na grande articulação. E espero que, quando o Presidente da República chegar ao Amapá, na primeira quinzena de setembro, Deus lhe dê muita saúde, muita disposição, para que possamos fazer uma grande festa, uma grande recepção em sua homenagem. E aí, com aquele decreto, terá a oportunidade de fazer história, repassando ao Amapá as terras da União – e isso está garantido na Constituição –, antes até que o nosso projeto de lei seja aprovado, o que levará um ano.

Então, Sr. Presidente, venho aqui para dizer ao Amapá e ao Brasil que, no extremo norte, estamos lutando muito para garantir um Estado pujante, uma vez que já é extremamente preservado e sua infra-estrutura vem se desenvolvendo. Grandes obras estamos tocando, e o Presidente irá lá ver *in loco* a BR-156, um grande projeto incorporado no Plano de Desenvolvimento de Obras Estratégicas.

O PAC, portanto, terá uma resposta positiva quando o Presidente Lula, brevemente, pousar no aeroporto de Oiapoque. Lá estaremos para receber essa grande notícia, além de comemorarmos o início da construção da ponte sobre o rio Oiapoque.

Sr. Presidente, sabe o que significa isso? A Europa chegará ao Brasil pela Amazônia, pelo grande portal Oiapoque, porque a Guiana Francesa está lá, e o europeu que vem de Paris para Caiena tem o custo da passagem de vôo doméstico reduzida a 50%. Estamos prestes a ter o início da construção dessa ponte.

Espero que o Presidente Lula, com sua sensibilidade social e seu compromisso político, possa brindar o Amapá, porque estamos trabalhando, criando, construindo grandes frentes para que possamos fazer do Amapá um grande Estado. Acreditamos nisso, acreditamos que, brevemente, o Amapá será um dos Estados mais ricos da Amazônia, incorporando-se aos seus co-irmãos, porque de lá tanto iremos receber como mandar, ou seja, importar e exportar, além de produzir.

Não queremos somente ser esse elo exportador e importador pela nossa posição geoestratégica. O grande rio Amazonas banha nossa bela cidade de Macapá – bela por sua gente; embora estejam um pouco deterioradas as ruas, vamos trabalhar bastante para recuperarmos nossa tão amada e querida cidade e nossos Municípios. A disposição do Governador Waldez Góes, neste verão, é a de abrir grandes frentes de trabalho para fazermos uma maquiagem, colocarmos um batom, mas um batom de qualidade. Vamos arrumar e preparar nossa bela cidade, porque é a terra que amamos, pela qual temos compromisso e responsabilidade de lutar diuturnamente.

Presidente Lula, Vossa Excelência dispõe sempre do nosso voto, como integrante da Base aliada. Acreditamos que Vossa Excelência irá concretizar o sonho de cortar as amarras que travam, obstruem, cerceiam, estacam o desenvolvimento do nosso Estado. Se tivermos nossa própria terra, estaremos titulando-a, fazendo com que os pequenos e médios produtores possam ter acesso a essa via de crédito.

O Presidente do Incra foi muito sensível e está consciente de que não é somente este Projeto de Lei nº 1.638, de 2007 – que apresentei a esta Casa –, mas é a outra frente da medida provisória, do decreto. O Presidente tem essa prerrogativa. As terras que compõem o Estado do Amapá pertencem ao Estado e isso já deveria ter sido e está a partir da nossa criação, da nossa transformação de Território para Estado.

Agradeço a gentileza de todos e quero dizer ao meu querido povo do Estado do Amapá e do Brasil que lá no extremo norte temos gente valente, gente disposta, gente que ama, gente que luta, gente que contribui, gente que acredita no futuro daquelas terras abençoadas. Ali estaremos sempre como sentinelas avançadas, sempre levantando a voz, sempre legislando em defesa dos interesses da Amazônia e do Brasil, firmes.

Faremos uma das maiores festas, no Oiapoque, para o Presidente Lula, uma festa a que Vossa Excelência tem direito. Estaremos lá todos, mobilizados,

para aguardar Vossa Excelência com essa medida provisória, com esse decreto, que é sua prerrogativa. Entretanto, se assim não o fizer, resta-nos o projeto de lei em tramitação que deverá levar um ano para ser apreciado. Mas o nosso Presidente será recebido com alegria e esperamos que, com o poder e as atribuições constitucionais que tem, possa fazer esse gesto, lá no extremo norte, no Oiapoque, para inaugurar a BR-156, sinalizar o empenho e a licitação da tão esperada ponte sobre o rio Oiapoque e anunciar as obras de saneamento em infra-estrutura do PAC.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Gilvam, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Senador Papaléo Paes, concedo a V. Ex^a um aparte.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Gilvam, neste aparte, quero reconhecer seu trabalho como Parlamentar nesta Casa, junto às instituições que representam o Executivo, e comentar sobre a necessidade de termos um sistema de saneamento básico em nosso Estado à altura da saúde pública. V. Ex^a já deu uma boa notícia. Aguardaremos ansiosos a presença do Presidente Lula, porque essas ações têm de partir do Executivo. Sabemos do empenho de todos os Parlamentares que passaram por aqui e que se envolveram diretamente com a necessidade que tem o Estado do Amapá de ser dono das suas terras, justamente para gerar as conseqüências que V. Ex^a citou há pouco. Podemos representar esse trabalho na figura do Presidente Sarney, que vem se empenhando há muitos anos. Mas o povo tem de entender que os Poderes têm ações diferentes. O Poder Legislativo cuida da elaboração e das discussões das leis e o Executivo concretiza e executa o que deve ser feito. É exatamente isso o que aguardamos. Agradeço seu empenho e o de toda a Bancada. Em nome do Presidente Sarney, faço referência a toda a Bancada. Aguardaremos, sim, com muita alegria, o Presidente Lula no Amapá, para Sua Excelência concretizar nossa ansiedade de 19 anos. Realmente, atrasa-nos muito a falta da propriedade das terras do Amapá pelo próprio Estado. Parabenizo V. Ex^a. Em nome do Presidente Sarney, o Estado do Amapá agradece ao Presidente da República. Obrigada.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade também para agradecer a forma carinhosa com que fomos recebidos nos Municípios de Tartarugalzinho, Calçoene, Oiapoque, Vitória do Jari, Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amaparí, no Município de Serra do Navio. Fizemos essa grande caminhada

e fomos muito bem recebidos. Já estamos trabalhando no planejamento de recursos federais para o ano de 2008. Agradeço a todo o povo do Estado do Amapá.

Estamos atentos e com a disposição e a coragem renovadas. A disposição está comprometida com a defesa dos interesses coletivos do nosso Estado e do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

Meu muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Gilvam Borges.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tião Viana, para uma comunicação inadiável. Em seguida, o orador inscrito é o Senador Mão Santa.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago ao plenário do Senado Federal um comunicado que entendo ser importante e que traz um reconhecimento ao trabalho que desenvolve a Ministra de Estado do Meio Ambiente, nossa Senadora Marina Silva. Notícias veiculadas na grande imprensa dão conta do êxito da política de controle sobre o desmatamento e da redução do desmatamento na nossa Amazônia.

Lamentavelmente, o Estado do Pará apresenta ainda índices preocupantes, com uma queda mais reduzida do que em outros Estados; também o Estado de Mato Grosso, quando falamos em Amazônia Legal.

A notícia impõe um dado da maior relevância. E, tendo em vista que este País vive muitas vezes de notícias ruins, temos o dever de veicular, da melhor forma possível, um trabalho sério, sustentado, que tem sempre o objetivo claro de alcançar uma conquista para a sociedade brasileira por meio da luta pelo meio ambiente. A luta da Ministra Marina Silva é mais do que uma luta de um servidor público, de um servidor do Estado brasileiro, é a causa de vida de S. Ex^a e de uma geração de ambientalistas que procuram construir um País com responsabilidade socioambiental. Creio que esses dados apontam muito bem o que está acontecendo hoje na Amazônia, uma situação capaz de gerar uma recuperação da credibilidade do Brasil no cenário internacional no que diz respeito à política de meio ambiente.

Vejam agora que a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva; o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; o Ministro da Agricultura, Reinhold

Stephanes; e a Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, anunciaram, na última sexta-feira, uma redução da taxa de desmatamento na Amazônia Legal da ordem de 25%, entre agosto de 2005 e julho de 2006, conforme apontam os dados do projeto de monitoramento do desflorestamento na Amazônia (Prodes). Essa já é a segunda queda observada no índice desde março de 2004, época em que o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia (PPCDA), coordenado competentemente pela Ministra Marina Silva, foi lançado pelo Presidente Lula.

De acordo com estimativa do sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real, o chamado Deter, essa queda poderá ser ainda maior neste ano, em torno de 10%. A se confirmarem os dados do Inpe, poderemos fechar o ano com uma taxa de 9.600 km², a menor taxa desde 1988, quando foi instituído o sistema de monitoramento do desmatamento na Amazônia via satélite.

De fato, os dados demonstram claramente o êxito das ações governamentais. Vejam os números:

- Em 2004, a área desmatada foi de 27 mil km²;
- Em 2006, esse número caiu para 18 mil km²;
- Em 2006, caiu para 14 mil km².

Então, houve uma redução extraordinária, se verificarmos o que era dificuldade histórica do controle e redução do desmatamento na Amazônia.

A redução do desmatamento verificada nos últimos três anos traz com ela benefícios socioambientais inestimáveis: evitou a emissão de 410 milhões de toneladas de CO₂; a destruição de 600 milhões de acres; e o desaparecimento de 20 mil aves e de mais de 750 primatas, entre outros.

O Pará foi o Estado que teve maior área desmatada no período. Mesmo assim, o território paraense registrou uma queda de 4,48% em relação a 2005. Em 2006, a área total desmatada no Pará foi de 5.005 km². O segundo mais desmatado Estado foi Mato Grosso, ainda que a taxa de desmatamento no Estado tenha apresentado queda de 39,36%, dos 7.145 km² registrados em 2005 aos 4.333 km² de 2006.

O Município que registrou o maior crescimento nos índices de desmatamento foi Novo Repartimento, no Pará: a área total desmatada cresceu de 214 km², em 2005, para 446 km², em 2006. Em contrapartida, o Município de São Félix do Xingu, também no Pará, que havia apresentado a maior área desmatada em 2005, com 1.406 km², e foi objeto de intensa fiscalização por parte do Ibama e da Polícia Federal, registrou a maior queda em 2006, com 764 km² desmatados.

Nas Unidades de Conservação Federais (UCS), a variação na queda de desmatamento foi de 56%. Em 2005, o total de área desmatada ficou em 689 km². Em 2006, o total desmatado em Unidades de Conservação Federais foi de 306 km². Esses dados mostram que a criação das UCS, uma das principais políticas do Ministério do Meio Ambiente, tem sido fundamental para o combate ao desmatamento.

Da mesma forma, a evolução do desmatamento em terras indígenas também diminuiu, passando de 441 km², em 2005, para 190 km², em 2006. Nos assentamentos, também houve queda na área desmatada, de 4.406 km² para 2.054 km².

“Retrocedemos ao cenário da década de 70”, disse a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, referindo-se a um período em que a floresta sofria menos pressão.

O Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Gilberto Câmara, apresentou os dois sistemas atualmente implementados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais: “O Prodes calcula a taxa anual consolidada de desmatamento da Amazônia; o Deter dá estimativas sobre as grandes áreas desmatadas da Amazônia com a maior rapidez possível”.

“Três eixos temáticos têm sido essenciais nesse processo: o ordenamento fundiário territorial, o monitoramento e controle ambiental, e o fomento a atividades produtivas sustentáveis”, reiterou a Ministra Dilma Rousseff. “O Brasil talvez seja um dos poucos países do mundo a ter a oportunidade de implementar um plano consistente que, ao mesmo tempo em que protege e preserva a rica biodiversidade da Amazônia, reduz de forma expressiva e rápida sua contribuição ao processo de aquecimento global”, completou.

A maior presença do Estado brasileiro na Amazônia se deu por meio de ações de comando e controle, como a fiscalização e o combate ao comércio ilegal de madeira. A Polícia Federal comandou 20 grandes operações, entre as quais ao menos 14 na Região Amazônica; o Ibama realizou 446 operações de fiscalização integrada, fora as operações de rotina realizadas pelas superintendências. Foram presas cerca de 600 pessoas, 115 delas servidores do próprio Ibama. Ao todo, foi apreendido cerca de um milhão de metros cúbicos de madeira, transportada em 40 mil caminhões, que ocupariam a extensão entre o Rio de Janeiro e São Paulo, ou 480 quilômetros. Além disso, foram expedidos R\$ 3,3 bilhões em multas.

O ordenamento territorial fundiário permitiu a criação de aproximadamente 20 milhões de hectares de áreas protegidas – o que corresponde a quatro vezes o território do Estado do Rio de Janeiro – e a homologação de cerca de 10 milhões de hectares de terras indígenas.

O plano continua em implementação e há uma grande expectativa em torno da segunda fase, que são justamente as políticas estruturantes. O Ministério do Meio Ambiente realiza atualmente, juntamente com a Casa Civil, a revisão do plano, com o objetivo de torná-lo ainda mais eficaz para fazer face aos novos desafios, ao passo que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento está elaborando programa de desenvolvimento sustentável da agricultura para a Amazônia.

A intenção do Governo é garantir o desenvolvimento da agricultura e dos diversos setores produtivos do País, sem que, para isso, seja necessário invadir e degradar a Amazônia e as áreas de preservação ambiental.

Esses dados confirmam a responsabilidade socioambiental da nossa Ministra de Estado de Meio Ambiente e mostram um Brasil que segue um curso de responsabilidade vinculada às diretrizes internacionais de conservação e de preservação ambiental, com um olhar distinto para a região amazônica.

Assim, todos esses assuntos nos trazem a maior alegria.

Encerro, lembrando, Sr. Presidente, que, hoje, o meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, estará lançando a campanha nacional pela aprovação da Lei Complementar à Emenda nº 29, uma matéria da maior relevância e que se pode chamar de PAC da Saúde, pois pode conquistar pelo menos mais R\$ 10 bilhões para que o Sistema Único de Saúde aplique suas diretrizes e responsabilidades, alcançando novos indicadores de saúde no Brasil.

Tenho a honra de ter sido o primeiro Parlamentar a apresentar esse projeto de lei complementar no Senado, em 2002; depois de um ano e pouco, houve a apresentação por um Deputado do meu Partido, também na Câmara; e, hoje, o PT se reúne para iniciar um movimento nacional, com inúmeras entidades, envolvendo os Municípios, os Estados, a União e o terceiro setor da sociedade.

Espero que a consequência disso seja a aprovação da Emenda Constitucional nº 29 e o reconhecimento, pelo País, de que não podemos abrir mão de responsabilizar, de maneira definitiva, os Estados, os Municípios e a própria União, de uma forma sustentada, para que não ocorram os imprevistos da crise de financiamento para o setor.

O Ministro de Estado da Saúde, José Gomes Temporão, homenageará esse encontro, do qual participarão também as lideranças maiores do PT. Espero que o Partido reflita de maneira mais apurada sobre os dois projetos e veja as consequências favoráveis ao Brasil.

O PAC da Saúde, nesse debate sobre a infra-estrutura, depende da aprovação da lei complementar à Emenda nº 29, e tive a honra de ser o primeiro autor dessa matéria no Congresso.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Tião Viana, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Tião Viana.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

V. Exª dispõe de 15 minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, que preside a reunião desta segunda-feira, 13 de agosto de 2007; Srªs e Srs. Senadores presentes na Casa; brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, o Senador Sibá manifestou o desejo de conhecer Carlos Lacerda, e eu lhe disse que conheci o Governo de Carlos Lacerda e que o que mais me impressionava, Professor Cristovam Buarque, era que, na época, em todas as escolas, estava escrito: “Há vaga”. Esta, sem dúvida alguma, foi sua grande obra: educação.

Ele dizia, ô Sibá, que governar é fácil. Lacerda também dizia, ô Papaléo Paes, que ele, quando Governador, não procurava ladrão, porque, se o fizesse, não teria tempo para governar. No entanto, quando via um, Cristovam, ele o punia e o colocava na cadeia. Está na hora, Sibá, de V. Exª levar esses conceitos para o Governo de Luiz Inácio, bem como o preceito de que “há vaga” em todas as escolas. Cristovam, acrescente isto nos programas de seu próximo Governo: “Há vaga”.

Naquele tempo, Papaléo, a gente estudava, e, em toda casa, havia um livro que, no Piauí, era chamado de “o pai dos burros”: o dicionário. Como Luiz Inácio é do Nordeste, é lícito eu dizer: Luiz Inácio, abra “o pai dos burros” e procure a palavra “provisório”. Ô Cristovam, é a palavra “provisório”. Senador Eurípedes, Senador Mário Couto, o que é provisório é o que não é permanente, é o que não é para ficar. É provisório.

Neste País, há um homem muito probo, muito descente, um idealista. Ô Tião, a maior figura viva do Acre não é ainda V. Exª, mas é Jatene, que, acreditado, viu que a saúde, há 11 anos, Mário Couto, estava cheia de mazelas, estava numa situação difícil. Muito acreditado e idealista, ele convenceu este Congresso a

criar o imposto. Mas o imposto, Senador Mário Couto, foi aquele previsto na Constituinte, que os legisladores sábios aplicaram, para que Luiz Inácio ficasse com 52%; os governadores, com 22,5%; os prefeitos, com 21,5%; e os fundos constitucionais, com 2%. Estaria aí dividido, de acordo com a Constituição, o dinheiro que o povo pagava.

Ô Mário Couto, ô Cristovam, temos de acabar com essa vaidade de poder! Somos instrumento da democracia. Há o instrumento Executivo, o instrumento Legislativo e o instrumento Judiciário. E o povo é o que paga a conta. Deus mandou as leis Dele, como a “de não roubar”.

Então, passou-se a chamar o imposto de CPMF, que é uma contribuição. O “P” é de pátria, é de Piauí, é de Parnaíba, é de provisório. Ô Luiz Inácio, pegue o dicionário!

No tempo de Fernando Henrique, fui lá resolver problemas do Piauí. Que bela biblioteca! Ô Cristovam Buarque, há uma no quarto. A da residência presidencial, a oficial, é enorme. Que bela! Vi Fernando Henrique buscando os livros. Luiz Inácio, V. Ex^a pode nunca ter entrado na biblioteca do Palácio da Alvorada. Que beleza de biblioteca, Alvaro Dias! Mas, hoje, veja se entra na biblioteca, pegue “o pai dos burros” e veja o que significa “provisório”!

Então, está aí: CPMF significa Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. Enfim, é um imposto ligado aos cheques. E cheques estão circulando por aí de todo jeito; há cheque de todo jeito. Existem apelidos para cheques, mas ninguém escapa da CPMF. Papaléo, pode ser cheque-boi, cheque-voador, não sei o quê, mas sobre tudo incide a CPMF, inclusive sobre seu salário, quando V. Ex^a o recebe. E foi aumentando, aumentando...

Professor Cristovam Buarque, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) fez um estudo muito bonito. Ô Senador Cristovam, ô Senador Alvaro Dias, sabem quanto aquele que ganha R\$1 mil por mês paga de CPMF? Paga mais ou menos 2% do Produto Interno Bruto (PIB). São 13 meses, porque há o 13º salário, e, assim, 2% vezes 13 equivale a 26%. Então, sabem quanto ele paga? Ele paga 2% ao mês do PIB. Então, se ele ganha R\$1 mil por mês, ele paga, no ano, praticamente R\$300,00, Papaléo. Faça o cálculo!

E estou citando aquele que ganha pouco, que ganha R\$1 mil por mês. Isso é matemática. É muito pouco para esse pessoal que tem mensalão, para esse pessoal que pegou 24 mil DASs, para os aloprados do PT que estão na força pública, mas, para o homem e a mulher que trabalham e que têm vergonha, ô Alva-

ro Dias, significa muito R\$300,00, no fim do ano. Luiz Inácio, isso dá para aquela cervejinha que Vossa Excelência falava que o trabalhador tinha de tomar no fim de semana; dá para pagar o remédio, que ele não tem, pois foi fechada a Ceme; dá para pagar um médico, numa dificuldade. Os médicos não estão atendendo pelo SUS, onde é R\$2,50 a consulta. Não há médico atendendo. A anestesia custa R\$9,00. Então, no desespero da doença, aquele dinheirinho dá para pagar a consulta de um médico de um serviço popular. A saúde, Papaléo, está muito, muito, muito pior do que quando Jatene imaginou que estava péssima e criou a CPMF. Digo isso, porque está aqui.

Sibá, sei que V. Ex^a agora está lendo os filósofos. Alvaro Dias, S. Ex^a estava lendo Descartes, que disse: “Penso, logo existo”. Então vamos pensar aqui, Sibá.

Está aqui a revista *Época*: “Fala, Brasil”. Há os temas que dominam as discussões pelo País: são um, dois, três, quatro os temas mais badalados. Quanto ao quarto, isso é uma vergonha. Tiraram o Boris Casoy, que dizia isso, da Bandeirantes ou da Record – até já me esqueci. Tiraram-no dali, mas não me vão tirar daqui. Não podem fazer isso! O Luiz Inácio não tem o poder do Chávez, de fechar o Senado. Este é o Brasil. Então, isso é uma vergonha.

Está aqui na *Época*. Sibá, deixe Descarte e os filósofos e veja esta revista nacional: “Sem aumento, sem médicos”. Olhe a desgraça! Ô Mário Couto, ô Papaléo, ô Tião, está muito pior do quando Adib Jatene criou a CPMF:

Sem aumento e sem médicos.

A exemplo do que ocorreu em Pernambuco, cerca de 160 médicos da rede estadual de Alagoas pediram demissão coletiva. Segundo o Sindicato do setor, eles cumprem aviso prévio até o dia 20. Os grevistas estão percorrendo os hospitais na tentativa de engrossar o movimento. Eles estimam que, até o fim de agosto, 2.000 médicos do Estado deverão pedir demissão. Os médicos querem 50% de aumento, e o Governo oferece 5%.

Então, olhe aí, Papaléo! Sou médico e não desisto nunca. É o ideal. Mas essa é a classe. Vão dar 5% de aumento para os médicos. Papaléo, desgraça maior se dá com nossos velhos aposentados. Ô Cristovam, V. Ex^a, que foi da intimidade do Luiz Inácio, sabe se ele é temente a Deus? Ele teme a Deus? Não convivi com ele. Votei nele em 1994, mas não sei se o é, pois os aposentados tiveram um aumento de 3,4%; e os aloprados, um aumento de 140%. Os aloprados são aqueles que foram nomeados, sem

concurso, pela “porta larga”, que está na *Bíblia*. O livro de Deus diz que há a porta estreita, a da vergonha, a da dureza, a do trabalho, e que há a larga, a escancarada, a dos traquinas, a dos aloprados, a dos mensaleiros, a dos depravados! Ele deu 140% de aumento para estes!

“Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça!”. Isso não é justiça! E esta Casa? É bom que esta Casa tome vergonha! Graças a Deus, chegou o Alvaro Dias. Venha cá, Alvaro Dias, desligue esse troço e olhe para cá! Todo o mundo o estava aguardando! V. Ex^a não é Vice-Presidente deste negócio?

A vergonha não é o caso de Renan, não! Vergonha, ó Sibá, é quando este Congresso, de Chinaglia e de Renan... Renan, mostre sua firmeza aqui! É aqui que quero sua firmeza. O Chinaglia é lá do outro lado, do time de lá.

E o veto? Alvaro Dias, ainda são as lições do curso que V. Ex^a fez nos Estados Unidos. V. Ex^a foi Governador. E foi Prefeito também? Pois eu fui! Ó Cristovam, V. Ex^a está ligado com o mundo. E o veto? É uma lei bem-feita! Aqui, entra-se pela calada da madrugada, e faz-se a lei; aí o Presidente da República tem o direito de sancionar ou de vetar. Luiz Inácio disse que este Congresso era de 300 picaretas, no passado – parece que o número aumentou. Por quê? Ó Renan, mostre firmeza! Quero ver se V. Ex^a é macho do Nordeste!

É agora. Veto. Ó, Renanzinho, fui Prefeito. Os Vereadores faziam leis que eu vetava. Eles têm o direito de fazer voltar, de assumir e fazer sancionar. Fui Governador de Estado, Cristovam; não sei com V. Ex^a, mas derrubaram os meus vetos. Ó Cristovam, os Deputados da Câmara Distrital já derrubaram algum veto seu? Os meus derrubaram.

Estou exaltado. Ó, Luiz Inácio, isso faz parte do jogo democrático. Ó Renan, dê uma prova de que és firme, de que és macho. Busque amanhã, e vamos derrubar, depois de analisar e discutir o veto que Sua Excelência deu para o aumento que demos ao aposentado. Foi pouco. Ele deu para os aloprados 140%, e nós demos 16,7%. Aí os técnicos acharam que os velhinhos estão bem, porque têm remédio e esse empréstimo bancário, que foi a maior imoralidade. Há velhinhos suicidando-se, porque agora está vindo a cobrança, e eles têm os compromissos – ajudam os netos, a família, precisam de medicamentos, e o dinheiro não dá mais. E os bancos, que expõem seus ganhos, estão pagos.

Cristovam Buarque, Abraham Lincoln deixou escrito: não baseie sua prosperidade em dinheiro emprestado. Foi tanta propaganda, que os meus

velhinhos aposentados... E agora está vindo a cobrança. O dinheiro é pouco, não aumentou, não está dando.

Um homem tão bom, tão importante no Piauí, que foi meu padrinho de Rotary, suicidou-se. Se alguém está no céu, é ele. Homem importante, meu padrinho de Rotary. Papaléo, V. Ex^a sabe por quê? Porque esses velhos têm vergonha, dignidade.

Naquele tempo, os políticos irradiavam vergonha e dignidade. Político era Rui Barbosa, Joaquim Nabuco.

Então, a mulher dele, amada, com 60 anos de casamento, Papaléo, foi internar-se no hospital, e ele não tinha o dinheiro para pagar.

A saúde está boa? Para mim, que sou doutor, médico, e estou no Senado, sim.. Estamos bem, e vem um cidadão “encher o saco” – agora deixou de encher -, perguntando: “O senhor não quer ir a São Paulo, para fazer exame?”

A saúde está boa para quem tem plano de saúde, para quem tem dinheiro! Mas desafio a brasileira ou o brasileiro, para que se operem, pelo SUS, de tireóide, de duodenopancreatectomia, de mastectomia. Só se tiverem um amigo médico que faça caridade. Está R\$2,50 a consulta, e R\$ 9,00, a anestesia.

Agora, vamos buscar o veto, que faz parte do jogo democrático. Devemos discutir o veto de Luiz Inácio ao aumento que demos, responsavelmente, para os velhinhos, os 16,4%. Irresponsabilidade foi dar para os aloprados os 140%.

Ó, Alvaro Dias, V. Ex^a veio dos Estados Unidos e não está mais aquele combativo líder nosso. V. Ex^a é uma esperança neste País, não somente no Paraná.

A Sudene! Ó Cristovam Buarque, lembro-me de que, quando era Deputado Estadual, um que foi Senador, em 1980, fez um discurso, afirmando que há dois Brasis, o do sul e o do norte e nordeste; e que há dois Nordeste, o rico e o pobre – o rico era a Bahia e Pernambuco, e o pobre, Piauí, Maranhão e Paraíba. No sul, ganha-se duas vezes o que se ganha no nordeste, e, no nordeste rico, ganha-se duas vezes o que se ganha no pobre. Quatro vezes é a diferença do maior para o menor.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a sabe quanto é hoje a diferença salarial? Ó, Luiz Inácio! Não diz, ele só tem puxa-saco. É gente boa, votei nele em 1994, mas não diz: fica rodeado de aloprados, de puxa-sacos e foge da verdade. A verdade está aqui.

O IBGE, que é do Governo, diz que o maior salário, a maior renda *per capita* é a de Brasília hoje; a menor, a das cidades do Maranhão – 8,7! Papaléo, 8,6! Aumentou, por quê? Porque Juscelino criou Bra-

sília, colocou a indústria do carro no sul e a Sudene e a Sudam no Nordeste. Fecharam. Nós colocamos um dinheirinho para ela, mas Luiz Inácio a criou no papel e vetou-lhe o oxigênio.

Ó, Renan! Seja firme, Renan. Traga esse veto para nós discutirmos.

Por que o Presidente vetou? V. Ex^a é pernambucano, Cristovam Buarque. Cadê o Marco Maciel? Antonio Carlos Magalhães foi um dos realizadores da nova ordem da Sudene e da Sudam.

É isto que achamos que o Congresso tem de fazer: discutir os vetos das leis que fizemos. Fizemos a lei dos aposentados. Aliás, temos de dobrar o aumento, porque não haviam saído os 140% para os alopados.

Cristovam, fui deixar uma filha no Rio, para fazer um estágio em Dermatologia. No aeroporto, encontrei um contra-almirante, que ouviu aquele discurso em que eu disse que só aprovava a criação do Instituto Chico Mendes, porque há funcionários novos que vão entrar sem concurso, ganhando R\$10.448,00.

Se o Mercadante me trouxesse o contracheque do pai dele, ilustre General desta Pátria...

Mas encontrei um almirante. Aliás, ele é aposentado. Aqui há o nome de dois. Encontrei-me ou com Gabriel Monteiro ou com João Cabeleira. Ele está exercendo a advocacia, porque não dá. O almirante disse-me que, como valor líquido, recebe pouco mais de R\$3 mil – por isso tem de exercer a advocacia. E entra gente aqui sem concurso, pela porta larga, ganhando R\$10.444,00.

Esta CPMF aumenta a carga tributária e se torna perversa. Nós só vamos votá-la se ela for para a saúde, para socorrer os que estão mendigando uma consulta, os doentes da hemodiálise.

O Papaléo, com muita sensibilidade, preside a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde e constatou que muitos não conseguem fazer o transplante renal, porque o SUS não está viabilizando as cirurgias, e ficam fazendo hemodiálise. São quatro dias, quatro horas.

O valor do material, dos medicamentos, da tecnologia e da aparelhagem usados subiu e é em dólar. Então, há o jeitinho brasileiro. Diminuíram o tempo, os funcionários e a segurança do Siad. É um apagão muito maior que o aéreo. É o apagão de vida dos insuficientes renais. Sabemos disso. Com muita sensibilidade e responsabilidade, V. Ex^a realizou uma audiência pública sobre os doentes renais.

Cristovam, eu, do Piauí, sei que este Governo é danado. Ele sai comprando todo mundo aí. Mas esta Casa está em jogo. Não é mais só o Renan trazer para cá a análise dos vetos. Esta Casa está em jogo. Se

não condicionássemos, esta CPMF só teria uma razão e um compromisso. Eu não sei como firmaríamos e quem avalizaria isso.

Teríamos que chamar o Papa, a igreja, porque na palavra dessa gente ninguém crê. Esse dinheiro não foi para a saúde nunca! Estão aí as Santas Casas do Brasil; a minha, da minha Parnaíba, onde trabalhei. Que dificuldade!

Este Governo é incapaz de fazer funcionar o Hospital Universitário do Piauí. O Hospital Universitário foi iniciado quando José Sarney era Presidente. Luiz Inácio foi até lá há cinco anos e disse que colocaria para funcionar o Pronto-Socorro do Hospital. Foi uma obra começada por Heráclito, quando prefeito, e terminada pelo extraordinário Prefeito de Teresina, Firmino Filho. Disseram, durante a eleição, que iria funcionar. Essa é a saúde do meu Estado.

Está lá a maternidade, criada por Alberto Silva, quase fechando. Não se fecha uma maternidade de tradição e de cultura. É uma maternidade que, vamos dizer, firmou-se no Nordeste. No tempo em que era Governador, criei uma UTI neonatal. Essas coisas acontecem no Piauí, que eu estou vendo. A Santa Casa está em um estado de calamidade nunca visto dantes. O Hospital Universitário ficou só em sonho. Só com o ambulatório, não tem um doente internado. Serve ao doente pobre, ao estudante de Medicina, ao de Enfermagem, para buscar o saber. Era preciso um pronto-socorro. Heráclito Fortes foi Prefeito de Teresina e eu de Parnaíba – isso foi de 1989 a 1992.

Firmino Filho concluiu e Luiz Inácio, este Governo foi lá e não funciona. O pronto-socorro que há em Teresina foi um anexo que fiz no Hospital Getúlio Vargas no tempo da ditadura.

Mostro o quadro de Teresina, mas que é comum. Estão aqui os médicos.

Então, associamo-nos a essa campanha liderada pelos empresários que mostram que aumenta a carga tributária que dificulta a geração de emprego. Enfim, ô Papaléo, este Governo tem que entender, ô Cristovam, que é bom o povo ter um dinheirinho para administrar. Esse da CPMF é para nós administrarmos. O Brasil enriquece porque está lá na mão das nossas mulheres, das nossas esposas para investir na melhor educação que o Governo não promove, para garantir a saúde que o Governo não promove, para garantir a segurança que o Governo nos nega.

Portanto, esse dinheiro da CPMF não vai desaparecer, não. Cada mulher brasileira vai ficar com ele, empregando-o bem, fazendo a riqueza deste País.

O povo está olhando este Congresso. Esse negócio do caso do Renan existe. Entretanto, mais feio

do que isso é este Congresso não ter hombridade e ficar atrás da Câmara de Vereadores da Parnaíba que, quando fui Prefeito, foi capaz de derrubar vetos do Prefeito, atrás da Assembléia Legislativa do Piauí, que derrubou vetos meus. Isso faz parte do jogo democrático.

Mitterrand perdeu várias vezes, como Luiz Inácio, mas, quando assumiu, governou a França e, moribundo de câncer, passou uma mensagem, a mesma que dou aos governantes, ô Luiz Inácio: prestigiar e fortalecer os contrapoderes. Vossa Excelência tem que fortalecer esse Poder Legislativo e o Judiciário. O Judiciário ainda tem gente de vergonha. Está aqui uma manchete, ô Cristovam: “A compra de voto merece excomunhão”. Está aí um cabra de vergonha: Marco Aurélio Mello. “A compra de voto merece excomunhão maior”. Faça um favor, o pessoal da televisão? Quando é do PT, vejo à noite, na reprodução, sai grande. Quando somos nós, sai pequenininho, ninguém lê. [Colocou lá? Vou conferir.]

“A compra de voto merece excomunhão maior. O homem público precisa saber que quando ele alcança um cargo é para servir e não se servir da coisa pública.”

Ô Marco Aurélio, você é do TSE; o Piauí é do Brasil. Foi o Piauí que, em batalha sangrenta, botou os portugueses para fora. Eu nunca vi tanta corrupção eleitoral como está acontecendo no Piauí e no Brasil.

Essas são as nossas reflexões e crença. Fala-se muito, Mário Couto, desta Casa, mas esta Casa é que salvaguarda a democracia.

Lembrem-se de que Fidel Castro fechou o Senado que havia em Cuba; Chávez fechou há quatro anos o Senado; o do Equador foi o mais rápido, o mais ágil deles: em seis meses de sua eleição, já fechou, prendeu juiz, prendeu deputado, os outros fugiram. A Venezuela e a Nicarágua estão aí, mas o Brasil permanece na democracia, porque esta Casa nunca faltou ao País, como disse o Presidente do Senado.

Nós não vamos faltar a este País. Vamos entregá-lo com o mesmo ânimo e a mesma coragem que Abraham Lincoln, lá no cemitério onde enterrou os mortos da Guerra da Secessão, disse: já está santificado pelas mortes dos bravos que lutaram aqui pelo regime da democracia, governo do povo, pelo povo e para o povo.

O Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs. Senadores; meu caro Senador Mão Santa, que acaba de me anteceder, nesses últimos três dias, sucessivamente – quinta-feira, sexta-feira e hoje –, Senador Sibá, tive a oportunidade de falar desta tribuna, coisa que não é tão fácil, diante de tantas inscrições.

Na quinta-feira, falei sobre como o mundo hoje perdeu o sentimento da maldade que existe. Falei sobre a banalidade do mal, que chocou muita gente quando a bomba atômica e os campos de concentração foram sinônimos da maldade no período da Segunda Guerra. E aqueles eventos foram feitos por burocratas. É claro que Hitler estava decidindo, é claro que o Presidente Truman estava decidindo, mas quem fez as mobilizações dos seis milhões de judeus, das centenas de milhares de comunistas, de ciganos, não foi Hitler, mas, sim, os burocratas, que não carregavam aquilo por uma maldade e, sim, pelo cumprimento de um dever sem sentimento da maldade. A maldade ficou banal. Quem soltou a bomba atômica foi um piloto de avião, que apertou um botão, puxou uma alavanca – na época, o avião não tinha botão –, e, lá embaixo, morreram 150 mil pessoas. Era um burocrata sem sentimento algum da maldade que estava fazendo; saiu dali tranqüilo.

Eu dizia que, hoje, os funcionários públicos de alto nível, os burocratas deste País tomam decisões que levam a conseqüências tão dramáticas quanto àquelas sem problema, tranqüilamente. Move-se o tamanho dos juros sem preocupação com o que vai acontecer, na ponta, com os desempregados. Faz-se o Orçamento da União – e somos culpados – de uma maneira, Sibá, burocrática. A gente não carrega mais o sentimento da maldade das coisas que acontecem. E essa é uma tragédia, porque as maldades não apenas acontecem, como também não encontram responsáveis.

Na sexta-feira, falei sobre o Movimento Cansei, que tomou conta de uma parcela da população que se cansou, sobretudo, da crise dos aeroportos e do tamanho dos impostos. Mas essas pessoas não se cansaram do tamanho da pobreza, não se cansaram da concentração de renda, não se cansaram da desigualdade na educação. Cansaram-se devido aos privilégios ameaçados; não se cansaram devido à realidade que o Brasil vive hoje.

Eu disse que também estou cansado de esperar em aeroporto, sentado em poltrona, com ar-condicionado, com livrarias por perto, com restaurantes, às vezes, pagos pela companhia. Isso me irrita profundamente. Sinto que meu direito está afetado. Irrita-me chegar atrasado aos meus compromissos. No entanto, estou cansado também pelos milhões que ficam em paradas de ônibus, em pé – não sentados em poltronas –, sem anúncio da hora em que o ônibus vai sair, podendo ser submetidos a assaltos e a coisas mais graves.

Temos de fazer com que o grito de cansaço seja maior do que o cansaço desse grupo, até porque a gente, quando lê a lista, percebe que alguns dos que se dizem hoje cansados da corrupção votaram sistematicamente em corruptos. Eles vão preferir, na próxima eleição, um corrupto amigo a um honesto que não seja conhecido.

Também vi publicitários assinando o documento do Movimento Cansei. Garanto que alguns desses publicitários que estão cansados da corrupção vão de novo fazer campanha, na próxima eleição, para políticos corruptos. Mesmo assim, estou ao lado deles no cansaço, porque, Senador Mão Santa, pelo menos, eles estão se mobilizando neste País. O Presidente Lula conseguiu acomodar todo mundo, de tal maneira que o Brasil sofreu um retrocesso no seu nível de consciência nesses últimos anos.

Falei sobre isso na quinta-feira e na sexta-feira.

Hoje, vim falar não da banalidade do mal, não da insuficiência do cansaço. Vim falar de assombração. É preciso assombrar este País! E por que não se consegue assombrar este País diante de tantos riscos visíveis adiante, próximos a acontecer? Como a gente se acostuma com as coisas que a gente prevê que vão acontecer e não toma medidas para evitá-las?

O Senador Tuma disse que isto aqui precisava de um descarrego. Acho que não precisa de descarrego, mas de um susto. A gente precisa de um susto. Foi um susto que, na tragédia de Congonhas, despertou o Brasil, para que a gente visse que tinha de mudar a situação no tráfego aéreo. Inclusive, mudou-se o Ministro. Foi preciso um susto! O Brasil assombrou-se quando viu aquele avião pegando fogo, quando sou-

be que 199 pessoas morreram. Como a gente não se assombra com o que continua? Por exemplo, eu me assombro quando vejo o Ministro da Defesa discutindo a distância entre os assentos de um avião. Sinceramente, eu me assombro!

Este País, se alguém não sabe, é o quinto território do mundo, a quinta população do mundo. Tem 16 mil quilômetros de fronteiras com outros países; tem 7,5 mil quilômetros de litoral. É o terceiro ou quarto maior espaço aéreo do mundo, e o Ministro da Defesa, em vez de preocupar-se em recuperar as nossas Forças Armadas para fazê-las do tamanho do Brasil, virou o gerente do tráfego aéreo. Realmente, é preciso que alguém cuide do assunto, mas não deve ser um Ministro ou o Ministro da Defesa.

Ainda mais grave é a gente ver que uma das preocupações é a distância entre os assentos de um avião! Paciência, gente! É isso o que assombra! É um assombro que a gente não percebe, é um assombro que não assusta, porque não se vê o que está escrito nas entrelinhas da omissão brasileira.

Senador Mão Santa, não é possível que este País não descubra que as Forças Armadas têm de ter o tamanho deste País, e elas não têm esse tamanho por falta de apoio, pelos baixos salários de seus oficiais, pela falta de recursos dos seus soldados, que hoje não vão aos quartéis todos os dias porque o Exército não tem dinheiro para pagar a alimentação deles. São soldados que, como vi outro dia em um jornal, no Mato Grosso, saem para caçar aves para comer. Senador Sibá, isso só havia na Idade Média, quando o Exército não era profissional e tinha de conseguir a própria comida, caçando animais. Mas, nos dias de hoje, no século XXI, em um país como o Brasil, com 16 mil quilômetros de fronteira, as nossas Forças Armadas serem desse jeito?!

O Ministro da Defesa deve fazer com que nosso País seja defendido, não apenas com que nossos aviões cheguem na hora. Essa é a função de um gerente que se deve colocar ali, de alguém que entenda de logística. S. Ex^a deve começar a cuidar daquilo que a gente precisa.

Eu me assustei também – mas lamento que esse susto fique restrito – quando a Assembléia Legislativa de Minas Gerais derrubou o veto do Governador para aumentar, e muito, o número dos que têm direito a foro privilegiado. Sabem o que me assustou? Não é o fato de terem foro privilegiado. O que me assustou – e o Brasil não se assusta, não se assombra – é o motivo de ser tão importante ter foro privilegiado. Vejam bem: se querem ter foro privilegiado é porque acham mais fácil ganhar nos altos Tribunais do que nos Tribunais

de baixo. Se é mais fácil ganhar nos altos Tribunais do que nos de baixo, algo está por trás.

É mais fácil manipular poucos juízes do que muitos juízes? Uso o verbo “manipular” para não usar um mais forte. Nessa semana, circulou pela Internet uma carta do ex-Senador João Capiberibe – tenho-a em mão e lamento não ter tempo de lê-la agora –, fazendo perguntas a um Ministro do Supremo, o Ministro que, num dia, anistiou, perdoou, inocentou Joaquim Roriz e que, no outro dia, quase cassou Capiberibe. Será que, por isso, os políticos deste País preferem o foro privilegiado?

O ex-Senador João Capiberibe diz, entre outras perguntas, ao Ministro Carlos Velloso:

1) Você sabia que o então Governador e hoje Senador Joaquim Roriz respondia e continua respondendo dezenas de processos criminais por improbidade administrativa?

2) Você sabia que, em relação a mim e a minha companheira Janete [que também foi cassada], não existe um só processo criminal em nosso desfavor por improbidade administrativa?

Ele sabia disso? É claro que sabia.

E conclui, com duas questões: “1) Você considera que sua decisão de cassar meu mandato e o de minha companheira, Janete, melhorou a vida política brasileira?”.

Isso aqui melhorou com a saída do Capiberibe? A Câmara dos Deputados melhorou com a saída da Deputada Janete?

E ele pergunta: “2) Você considera que sua decisão de inocentar Joaquim Roriz melhorou a vida política brasileira?”.

Não vou emitir juízo de valor sobre o Senador Joaquim Roriz, porque me nego a entrar nesses detalhes, por ser ele um político daqui e por eu ter disputado com ele sempre. Mas essa pergunta é muito válida.

Então, eu me pergunto: não nos assombamos pelo fato de que, no Brasil, os políticos preferem o foro privilegiado, preferem os altos juízes aos de baixo? Acham mais fácil ganhar lá em cima do que embaixo? Eu me assombro. Eu me assombro, porque, num sistema judiciário absolutamente rígido, termina sendo mais fácil ganhar em baixo do que ganhar em cima, mas, no Brasil, os políticos preferem a última instância.

Quando é que vamos dar um susto neste País? Quando houver uma tentativa de golpe militar? Quando o povo for às ruas pedir o fechamento do Congresso, como já fez em outros países, como as pesquisas indicam que é o sentimento de hoje? Será que não nos

vamos assombrar com o óbvio apagão energético que está diante de nós, ou vamos esperar outra vez o susto, como aconteceu no Governo Fernando Henrique, quando foi preciso fazer o tal racionamento?

Li no jornal de hoje que nosso querido Senador Aloizio Mercadante está falando em apagão. Está prevenindo o apagão, mas não só o de energia elétrica. Eu já disse aqui que todos meus contatos com pessoas ligadas à produção e à distribuição de gás indicam que vai faltar gás neste País, não por causa de Evo Morales, que está doido para vender o dele se pagarmos o preço certo, mas porque os condutos por onde passa o gás estão velhos por falta de investimentos. Vamos esperar que haja uma explosão em um deles, como já estão prevenindo? Estão prevenindo isso, só não sabem dizer o dia, só não sabem prever a hora.

Vai haver, Senador Sibá, explosão, ou vai ser necessário o fechamento. E é difícil saber qual vai ser pior, porque, se houver o fechamento, as indústrias param neste País, em muitos Estados. Se explodir, além de parar as indústrias, porque pára o fornecimento, esse gás vai ficar também parado e vai fazer – quem sabe? – vítimas.

Será que vamos insistir em não tomar um susto com a crise violenta, com a situação das rodovias brasileiras? Será que não percebemos que há um apagão nas rodovias? É um apagão de tempo perdido por pessoas, um apagão de acidentes com mortes de pessoas e um apagão da economia, porque um caminhão carregado que fica parado numa estrada durante um dia ou dois significa perda, prejuízo. Digo isso, sem falar que, ao se chegar ao porto, o navio já foi embora ou que custa um dinheirão manter esse navio no porto mais alguns dias.

Será que não percebemos que está na hora de nos assustarmos, como o Senador Mão Santa disse, com a situação da saúde? Será que só vamos tomar um susto quando acontecer algo parecido com o que aconteceu há alguns anos em Recife, com os doentes renais? Ali faleceram diversos! Enquanto morrem de um em um, em cada Estado, separadamente, ninguém se assusta! Vamos esperar até quando para tomar um susto e para percebermos que estamos vivendo um apagão da saúde?

Quando houve o caso da aftosa, há alguns anos, todo mundo tomou um susto, e o Governo começou a recuperar o tempo perdido. Mas, Senador Papaléo, era previsto que isso ia acontecer. Hoje, é previsto que há epidemias, senão de doenças contagiosas, “epidemias” – Senador Mão Santa, desculpe-me por eu chamar assim – de pessoas que morrem por falta de atendimento médico.

E o apagão de uma economia vulnerável? Será que ninguém se assustou com o fato de a queda nas Bolsas de Valores lá fora ter provocado uma tremedeira no sistema econômico brasileiro? Depois, houve um alívio, e já se acalmou todo mundo.

Não dá para continuar sem enfrentar o fato, Senador Eurípides Camargo, de que uma economia vulnerável como a nossa vai ter problema em algum momento, no futuro! Pode não ser no Governo Lula. Pode até não ser no governo do substituto dele, mas essa economia que temos não se manterá permanentemente, pois não há bases concretas que lhe permitam sobreviver produzindo e distribuindo. Hoje, até há razoáveis bases financeiras em virtude da carga fiscal de 40%. Se essa carga fiscal diminuir, a economia ficará ainda mais vulnerável. Uma economia que, para não ser vulnerável, precisa que 40% da renda nacional vá para as mãos do Tesouro é uma economia vulnerável por definição, estruturalmente vulnerável.

E não nos assustamos, não nos assombramos! Ficamos esperando o descarrego, como disse nosso colega Senador Romeu Tuma. Não é de um descarrego que precisamos, Senador Mão Santa, mas de um susto, de um assombro. É preciso assombrar-se.

Eu não queria falar sobre esse tema, porque todo mundo diz que só falo disso, mas é importante tocar nesse assunto. É preciso assombrar-se com a vergonha caótica da educação básica no Brasil. Este País não decolará se todas as crianças não estiverem em escola boa, se não houver escola igualmente boa para todos. Nós nos assustamos por que um avião não parou e por que pessoas morreram, mas não nos assustamos com o fato de o avião Brasil estar taxiando na pista, sem fôlego para decolar. Não está decolando!

Não nos assustamos, inclusive, com as possibilidades que surgem como o etanol? Temos de nos assustar, porque é algo bom, que pode se transformar em algo maldito, se não for tratado do jeito certo. É um produto que pode gerar dólares. Mas para quem vão esses dólares? Ninguém discute isso. Da maneira como está indo, não vai ficar para o povo brasileiro, nem para os pobres.

Nós nos alegamos porque vemos investimentos, mas não serão criados empregos em grande quantidade, porque, hoje, devido à mecanização, gera-se pouco emprego no plantio, na colheita, na produção, transformando as canas ou outros produtos agrícolas em etanol ou em *biodiesel*. Não se vai criar emprego! E vai usar que terra? É claro que o Brasil tem terra bastante, mas, se não tomarmos cuidado, a força do mercado e a voracidade dos tanques de combustível dos automóveis americanos vão fazer com que use-

mos toda a terra disponível para plantar cana em detrimento da produção de comida. E aí, não vão bastar mais as terras que produzem comida, porque vai haver falta de comida, sim, se não tomarmos cuidado. E aí vamos entrar nas florestas também, Senador Sibá Machado.

Temos de nos assustar tanto com o potencial positivo do etanol, como também com o risco do etanol, se não tomarmos cuidado. Mas não estamos nos assombrando. Não estamos nos assustando. Continuamos aqui falando do superficial, como se a vida fosse um simulacro na televisão, como se na realidade não houvesse uma marcha sem que vejamos o que pode acontecer, sem que nos antecipemos, sem que tomemos as medidas necessárias.

Este é o susto que hoje tenho: o susto da falta de susto; o susto da tranquilidade com que enfrentamos as dificuldades, da tranquilidade como o Senado está praticamente paralisado por causa de uma crise específica, provocada por um Senador, o Presidente Renan Calheiros. E, mesmo quando não há crise como essa, o debate sobre os riscos que o País enfrenta não chega aqui. Não vemos, não sei se por tática, não sei se para acalmar ou se por ignorar, por parte das forças concretas do Governo brasileiro a manifestação de consciência do risco, o assombramento diante das possibilidades trágicas adiante e medidas concretas para enfrentar os problemas.

Só para fechar meu discurso, antes de passar a palavra aos que querem fazer aparte, insisto em que mesmo as medidas que são tomadas não carregam a dimensão do susto.

O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) é apenas um plano de investimentos, que não vai mudar o rumo da economia brasileira, que não vai dar a substância fundamental de que ela precisa, por exemplo, na melhoria da qualidade de vida do seu povo, sem o que o trabalhador não vai ser produtivo. Podem jogar o dinheiro que quiserem no PAC, que, sem um plano radical de melhoria da qualidade da mão-de-obra, esse Plano fracassará, a não ser que comecemos a importar mão-de-obra, como se fez no tempo da escravidão e no final do século XIX e no início do século XX.

Vamos importar mão-de-obra por falta de mão-de-obra qualificada? Não está difícil de acontecer isso, Senador Sibá Machado, a não ser que, com a modernidade, todos os tratores que vão colher a cana sejam manejados de Nova Iorque por uns robózinhas manipulados de longe, que nem precisam ser olhados, o que não é impossível; é só colocar um satélite para ver e um engenheiro lá para operar.

O PDE não tem a dimensão do susto do que está adiante. São medidas corretas, mas insuficientes; são medidas que não carregam toda dimensão da tragédia que vemos adiante, e não se percebe que temos todos os recursos que queremos e precisamos para resolver.

Aqui mesmo, hoje, na Câmara dos Deputados – estive lá, pela manhã, e agora continua –, está havendo um excelente seminário. Trouxeram representantes de quatro países do mundo para dizer o que é que fizeram lá para que desse certo, especialmente na educação. Esse seminário é bom, mas o que fazer, nós já sabemos; o que não temos é a vontade de fazer. É a vontade que digo não é o gostinho, o desejo, mas a vontade real e concreta, porque não colocamos isso como verdadeiro problema, pois perdemos, Senador Geraldo Mesquita Júnior, a capacidade de nos assustar; banalizamos não só o mal, como disse na quinta-feira, mas também os problemas. Não nos assustamos, a não ser quando um avião cai, chocando-se no ar, ou quando não pára numa pista de aeroporto. Aí nos assustamos por algum tempo. Mas nos assustamos pela tragédia da morte daqueles; não nos assustamos pela tragédia de milhões que estão vivos, mas sem perspectivas; não nos assustamos diante de um País que se nega a ocupar a real dimensão do seu tamanho, do seu potencial, da sua capacidade.

Não temos um projeto compatível com o tamanho do Brasil, e talvez porque nós – não digo vocês, os outros – sejamos políticos que não estejamos à altura do tamanho do Brasil.

E este talvez seja o pior dos sustos: chegar a esta Casa e ter a sensação de pequenez, de acreditar que não estou à altura do tamanho do meu Brasil, não estou à altura de enfrentar o desafio do meu País, não estou à altura de assombrar a população e dizer, dado o susto, “olha aqui o caminho, vamos continuar nele”. Esse talvez seja o maior dos assombros, dos sustos que o povo brasileiro precisa ter. Hoje, nós, os líderes deste País, no Judiciário, no Executivo, no Legislativo – e sou um desses pequenos –, não estamos à altura do nosso País, das necessidades do nosso povo, do tamanho dos recursos que temos.

Sr. Presidente, eu creio que, com isso, eu fecharia o meu discurso, mas penso que ele ficaria ainda mais pobre se eu não passasse a palavra para aqueles que desejam fazer apartes. Se V. Ex^a autorizar, passarei a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Solicito que sejam objetivos nos apartes.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Por favor, Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Cristovam Buarque, em primeiro lugar, quero dizer que V. Ex^a é um quadro nacional: quadro da política e da academia brasileira. Cada vez que vai à tribuna, impõe-nos uma reflexão. Mas gostaria de fazer justiça em dois pontos; nos demais, quero dizer que concordo absolutamente com V. Ex^a. No caso do Ministro Nelson Jobim, penso que, diante da ansiedade que a população foi chamada por conta dos acidentes da Gol e da Tam, S. Ex^a precisava tomar medidas de rápido efeito. Então, talvez os pronunciamentos tenham sido nessa direção. Mas eu participei de uma reunião do Conselho Político, na qual estava o Ministro Nelson Jobim, em que um dos assuntos era como a defesa nacional passaria a ser, a partir do ano que vem, uma pauta de Governo e uma pauta também do Congresso.

E nessa reunião, S. Ex^a fez uma abordagem que me chamou muita atenção pelo vasto conhecimento que apresentou nesta área. O outro ponto diz respeito à distribuição de gás doméstico e de gás industrial. Nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo, que é feita por tubos realmente antigos, com uma certa idade – quero crer que a pessoa que lhe sugeriu essa informação esteja correta nesse ponto –, mas os gasodutos de longa distância são bastante recentes, porque os nossos primeiros contratos são da segunda metade da década de 90, e os primeiros tubos foram colocados entre 1998 e 1999, ligando a Bolívia ao Mato Grosso. Portanto, o gasoduto brasileiro está deficitário na abrangência da sua extensão, ligando o Centro-Oeste ao Nordeste, mas não pelo envelhecimento. No entanto, no caso da cidade do Rio de Janeiro e de São Paulo, realmente é preciso tomar cuidado, sob pena de a indústria ser desabastecida por um problema localizado. Parabéns V. Ex^a mais uma vez pelo brilhantismo do pronunciamento que faz.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço V. Ex^a. Quero dizer que falei pensando no conjunto dos sistemas de condução; não falei nem em gasoduto, creio.

O problema do gás é que ele vai faltar no mundo inteiro. E já se prevê essa escassez em breve. O grave é que o Brasil tem gás, e não se fez os investimentos que deveríamos fazer. Pior que isto: há um imposto que reserva uma percentagem para a prospecção de gás, e o dinheiro está parado. O dinheiro está parado, e não fazemos as prospecções! Há empresários que já reservaram a área, mas estão parados.

Vai faltar gás e também não haverá como distribuí-lo, não pelos grandes gasodutos modernos, mas, como V.

Ex^a disse, pelo sistema de transmissão dentro das cidades. Faltar^á gás lá na base, na ponta, onde ele é obtido.

No mundo inteiro, haverá escassez de gás. E o Brasil é um dos países que poderia ter evitado isso se fizesse o investimento certo na hora certa. Como não precisávamos ter tido a aftosa, se tivéssemos feito o investimento certo na hora certa; como não teríamos tido apagão aéreo, se tivéssemos feito o investimento certo na hora certa; como não precisávamos viver o apagão vergonhoso e terrível da educação, se tivéssemos feito o investimento certo na hora certa.

O trágico é que o Brasil não é um desses países que não têm os recursos e em que as pessoas têm o direito de chorar pela falta dos recursos. O Brasil os tem. O choro é pela nossa incompetência de, como políticos, colocarmos-nos de acordo, e, ao mesmo tempo, como condutores deste País, definirmos o caminho.

Ouçõ o aparte do Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Professor Cristovam, V. Ex^a tem brindado o País com pronunciamentos de alta visão de futuro, com os quais renasce a esperança. V. Ex^a trata bem do Ministério da Defesa, um ministério novo. Quero crer que o que está havendo é encenação. Não houve investimento em infra-estrutura e em pessoal. As coisas só acontecem se houver ser humano. Não se viu convocação alguma de concurso para a área da segurança aérea. Não se viu investimento na pessoa humana e no material. O Governo, ao sofrer isso, disse que há um pacto. O Brasil conhece o Ministro que assumiu. Ele esteve recentemente no STF, mas houve inúmeros pedidos para que S. Ex^a saísse de lá, e pedidos de pessoas de sua classe. Foi um número enorme! Politicamente, ele não representa como nós. Chegou a Deputado Federal com a Lei da Legenda. O sujeito tem dez mil votos e chega à Câmara Federal. Podemos dizer que é um político fracassado. Recentemente, não conseguiu nem ser prefeito de sua cidade, governador do Estado. Só foi eleito a Deputado por legenda. Fez uma encenação e enganou Luiz Inácio, que é uma pessoa boa. Só não é assim como o Sibá Machado. Aliás, o Senador Sibá Machado está lendo como um danado. Lê os filósofos, está com uma sede de livros enorme. Então, fez aquela encenação para enganar Luiz Inácio. Luiz Inácio disse mesmo que não gosta de ler. É um problema de Sua Excelência, mas tem muitas virtudes. Sua Excelência é quem tem mais votos neste País e tem intuição. Mas quero dizer-lhe que aquelas palavras não são de S. Ex^a, mas de Disraeli, Primeiro-Ministro da Inglaterra, da era vitoriana, da Rainha Victoria. Foi Disraeli que disse: “Nunca se queixe, nunca se explique, nunca se desculpe. Aja ou saia. Faça ou vá embora”. E isso impressionou o Luiz

Inácio. V. Ex^a falou das preocupações. Primeiramente, orgulhamo-nos do passado de nossas Forças Armadas pelas pessoas que conhecemos. Direi agora, como V. Ex^a, que fui à Jamaica, convidado pela Presidente das Relações Exteriores. Isso talvez ele nem saiba. Não sabe que nosso amigo Luiz Inácio foi lá e não viu o que há de mais importante na Jamaica. O jamaicano é um povo que tem auto-estima pela musicalidade, setor em que se destaca o cantor Jimmy Cliff, além de um outro cantor cujo nome não me recordo. Você sabe, Sibá? Quem entende de música é a Ideli. Aquele povo tem tradição no café, embora, quantitativamente, um empresário japonês comprou terras na África e planta o produto lá, mas – vamos dizer – a *griffe* é da Jamaica. O mais importante que há na Jamaica Luiz Inácio não viu. Lá existe, Senador Cristovam Buarque – e por isso fomos convidados –, uma entidade a que denominam Autoridade, sediada na Alemanha. O Secretário dessa Autoridade é de uma ilha que, embora pequena, é conhecida internacionalmente. Por que fomos chamados a ir lá? Porque hoje o mundo contribui para essa instituição no sentido de pesquisar nossas riquezas do fundo do mar. Deepsea é o nome da organização. Fomos chamados porque o Brasil pesquisa petróleo – e a Petrobras tem muito dinheiro, tanto que dá para escola de samba, time de futebol, dá para tudo; a gasolina é a mais cara do mundo. O mundo todo está pesquisando nossas riquezas. Isso é que o Ministro devia fazer. Então, fomos por causa de uma denúncia de que o Brasil não contribui. A nossa costa é imensa, imensa. Segundo dados, em torno da Ilha de Fernando de Noronha, que faz parte hoje de seu Pernambuco, no fundo do mar, tem esses minérios. Porque estudos mostram – não há pesquisas no Brasil – que os minérios da face da Terra vão desaparecer. Os portugueses começaram tirando ouro, houve a derrama, o negócio vai aparecer. Os países que estão se enriquecendo estão pesquisando os minérios no fundo do mar, e os nossos não estão sendo pesquisados. Os japoneses e os outros pesquisadores já estão tendo conhecimento do que há nas profundezas do mar para investimento. Isso é que seria uma segurança nacional, uma defesa de visão e não aquele grito histérico e roubado, cleptomaníaco, porque aquelas frases... S. Ex^a pode reler a vida de Disraeli, que verá aquele discurso. Pressionou o Luiz Inácio, porque ele diz que não gosta de ler. Mas, para quem lê, aquele arroubo foi uma demagogia. Um quadro vale por dez mil palavras. No pronunciamento que fiz, mostrando os salários dos aloprados, dos almirantes e dos generais... Rapaz, isto aqui tudo é *e-mail* de mulher de almirante e de general. O Mercadante não trouxe o contracheque do pai dele. Eles

estão ganhando menos que os aloprados que entram nesse governo. Mas vou dizer agora. “Mão Santa, pensei que era só de ficção”. Papaléo, sabe o que um almirante me disse? Olhem que um quadro vale por mil palavras. “Senador Mão Santa, não me decepcione, V. Ex^a tem um comportamento que o tem honrado”. Eu disse: “Não, a maioria toda é muito boa. Aquilo é porque até Cristo tinha a Bancada dele só de doze e rolou dinheiro, traição”. Aqui, se há rolo, não é Papaléo? Mas aí o almirante disse o seguinte. Olha esse quadro, atentai bem, professor Cristovam, brasileiros e brasileiras, sou oficial da reserva, fiz CPOR, onde se tem noção do que é disciplina, hierarquia, ideal, respeito. Disse o almirante: “Tenho ido a essas festas de receber espada. Fui a todas elas. Antigamente, era o maior orgulho” – e sei o que é isto – “um almirante entregar a espada para seu filho; um brigadeiro, o quepe”. E nenhum entregou. Se eles não estão estimulando os filhos, é porque está ruim, sucateado, desmoralizado. Nenhum! Estou orgulhoso porque fui levar minha filha, que está terminando Medicina, para estagiar com o professor Azulay, um grande dermatologista. Enchi-me de orgulho, Senador Papaléo, quando a Daniela, minha filha, pegou meu anel e mandou diminuir. É ainda pelo heroísmo médico. Aqui diz, acabei de ler, e V. Ex^a ouviu o que o médico disse: “sem aumento e sem médicos”. Mas veja o que ele disse, o Senador Papaléo que leu aqui: “nós somos médicos e nunca desistiremos”. Com esse intuito, minha filha pediu meu anel de médico e já o diminuiu. Porém, nenhum brigadeiro, nenhum general, nenhum almirante entregou a espada para o filho. Então, Ministro, deixa de conversa fiada! Vá ler a vida de Eduardo Gomes, de Castelo Branco, do Almirante Barroso! Não precisa plagiar discurso de Disraeli para impressionar nosso Luiz Inácio. No Senado, V. Ex^a está debaixo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço, Senador.

Passo a palavra ao Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Cristovam, primeiro quero parabenizar V. Ex^a pelo oportuno discurso que faz, nesta tarde, no Senado. A revista *Veja* da semana passada trouxe uma grande reportagem, para se fazer uma profunda reflexão, exatamente sobre o assunto de que V. Ex^a fala hoje à tarde: o descuido do Governo na infra-estrutura deste País. Está aqui a revista, vou abordar o tema, se tiver tempo hoje no meu pronunciamento, exatamente nessa linha de preocupação de V. Ex^a. A *Veja* diz assim: “Infra-estrutura, é preciso vencer essa guerra”. V. Ex^a falou no caos aéreo, falou na energia, deixou de falar de várias partes da infra-estrutura deste País que estão um caos,

ferrovias, portos, aeroportos, enfim, é quase a infra-estrutura geral de um país que o descuido deste Governo fez agravar e é motivo de preocupação para todos nós brasileiros. V. Ex^a falou ainda agora do desastre de São Paulo, mas, veja, antes desse houve outro, o desastre da Gol, que matou mais de 150 pessoas e este da Tam, que matou mais de 180 pessoas.

Por que só agora? V. Ex^a abordou muito bem. Por que só agora o Governo achou que está errado e tirou um Ministro, tirou o diretor da Infraero? Será que este Governo só fecha as portas depois de arrombadas, Senador? Será? Tudo indica que é isso. Está-se vendo que este País não tem infra-estrutura para seu crescimento. Isso está patente, está claro, está visível a olho nu. Será que este Governo não vai tomar nenhuma providência? Parabéns pelo seu pronunciamento. Vou prosseguir com o assunto do pronunciamento de V. Ex^a, fazendo uma abordagem também sobre esse tema que é motivo de grande preocupação para a população brasileira. Parabéns, Senador!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Concluo, Sr. Presidente, em mais um minuto, se V. Ex^a me permitir, falando sobre o último fato que não está mais nos assombrando, a corrupção. Isso passou a ser coisa comum, estamos aceitando-a, mas, felizmente, o povo, sim, está assombrado. Não parecemos passar ao povo essa sensação de assombro, é como se fosse normal. A gente tem de dar um basta à corrupção e, o mais rápido possível, recuperar a credibilidade que estamos perdendo. Essa situação me assusta muito, porque, se esta Casa perder a credibilidade, não terá absolutamente nenhuma força. Isso porque aqui não tem canhão, aqui não tem metralhadora, que é a força dos que chegam sem voto. Ao chegar aqui pelo voto, a nossa força é a credibilidade. Sem credibilidade nesta Casa, nossa confiança acaba; vem o apagão de credibilidade; e o apagão de credibilidade leva ao apagão da democracia.

Senador Papaléo, ficam aqui minhas preocupações de como é que vamos assombrar esse povo, assombrar a nós próprios, para corrigirmos aquilo que vivemos hoje e encontrar novo rumo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado.

V. Ex^a, como orador inscrito, terá vinte minutos para seu pronunciamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dois assuntos me trazem à tribuna hoje. O

primeiro é o anúncio, feito na reunião de Governo da semana passada, pela Ministra Marina Silva, pela Ministra Dilma Rousseff, pelo Ministro Guilherme Cassel e por outras autoridades do Governo, da redução do desmatamento no bioma amazônico.

Antes de falar exatamente disso, Sr. Presidente, queria lembrar aqui os fatos históricos de por que estamos vivendo uma realidade dessa natureza.

É sabido que o governo militar de Garrastazu Médici pensou a região amazônica da forma que traduziu numa frase: “Homem sem terra para terra sem homens”. E pensou que, fazendo a ocupação maciça daquela grande região brasileira, estaria ali resolvendo, primeiro, o problema da segurança nacional, uma vez que havia já naquele momento o fantasma de que a Amazônia brasileira é uma terra de cobiça de interesses internacionais; e também estaria ele evitando os grandes conflitos sociais, especialmente no Sul do País. Foram criados muitos assentamentos naquela época, que até hoje se reproduzem, assentamentos tidos como de reforma agrária, em que os lotes eram divididos nos seguintes tamanhos: as famílias mais pobres recebiam lotes de 100 hectares; dependendo do poder da família, podiam receber lotes de 500 hectares, subindo para 1.000, 3.000, 7.000, 10.000 e 21.000 hectares. Então, muitos pecuaristas mais ricos do Sul e do Sudeste brasileiros recebiam áreas de até 21.000 hectares.

Para promover esse desmatamento desenfreado, havia grandes subsídios financeiros. As pessoas que não promovessem esse desmatamento, Sr. Presidente, eram tidas como preguiçosas e não merecedoras nem da propriedade da terra nem de financiamentos baratos. Então, incentivava-se o desmatamento, e a pecuária cresceu assustadoramente na Amazônia por causa desses propósitos.

Agora, não só temos a Amazônia como preocupação, Sr. Presidente. Os biomas brasileiros são os seguintes: a Amazônia; a caatinga, no Nordeste brasileiro; os campos, tanto os de Roraima como os do Rio Grande do Sul; o cerrado; a mata atlântica; o Pantanal e a mata de cocais; e ainda podemos considerar as zonas de transições como as Araucárias e outras áreas dos pontos costeiros, como a foz dos grandes rios no Oceano Atlântico. Se ainda considerarmos, Sr. Presidente, o bioma marítimo, como a chamada Amazônia Azul, com as 200 milhas de propriedade do Estado brasileiro, teremos então onze biomas bem distintos para serem muito bem preservados.

No debate sobre o desmatamento da nossa região, existem picos de desmatamentos violentos. Li, agora, numa matéria do jornal *Folha de S. Paulo* – se

não me falha a memória – depoimento de famílias de Municípios que praticamente já foram 100% devastados no nordeste do Estado do Pará e que só pioraram a qualidade de vida e a miséria de famílias ali residentes.

Digo isso a V. Ex^{as} porque, com o esforço que está sendo feito atualmente, o Brasil não pode mais seguir nessa direção, no nosso entendimento. É preciso encontrar mecanismos, tecnologias e investimentos de substituição dessa maneira predatória de mau uso – digamos assim – do nosso mais rico bioma do planeta, que é o amazônico.

Então, com o avanço da soja, com o avanço da pecuária, agora vem o debate sobre a cana-de-açúcar. Não faltam reuniões onde se fala do medo de que a cana-de-açúcar, entrando na Amazônia, vá promover mais uma etapa dos grandes desmatamentos.

E digo a V. Ex^a, com toda tranqüilidade, que os assentamentos de reforma agrária, como todo o processo de ocupação da Amazônia, precisam de uma nova reflexão. Não podemos mais promover assentamentos de reforma agrária, Sr. Presidente, em área de florestas nativas. Temos de aproveitar essas áreas de floresta nativa para fazermos outros tipos de investimentos, inclusive com os assentamentos de reforma agrária mais voltados para o manejo florestal, com o qual temos a possibilidade de grandes investimentos sem precisar do desmatamento ou da queimada.

O Estado de V. Ex^a, pelo que demonstram os números, tem cerca de 90% a 92% de sua área com cobertura vegetal nativa, tendo a maior reserva, que é a do Tumucumaque, com 4 milhões de hectares. Isso se repete no Estado do Amazonas, onde a cidade de Manaus virou uma ilha, com quase dois milhões de habitantes, por conta das indústrias da Zona Franca de Manaus.

Então, é preciso encontrar formas e caminhos de desenvolvimento da Amazônia sem o uso do recurso do corte raso e da queima de floresta.

Ao Brasil é imputado agora também um custo, Sr. Presidente, por conta da emissão de gás carbônico na atmosfera, em função de que as somas das chaminés das indústrias brasileiras deixam o País numa condição avantajada em relação aos países mais industrializados; mas, quando se faz o cálculo da emissão pela queima de florestas, o Brasil passa a ser um dos que mais contribuem para a poluição atmosférica.

Nesse caso, quero parabenizar o Governo brasileiro, pois, embora os debates sejam calorosos aqui no Senado e no Congresso Nacional, muitas vezes somos levados a tratar esse assunto de maneira bastante intempestiva e às vezes até pouco educada.

No meu ponto de vista, teríamos de trazer o debate da questão ambiental para um entendimento de que tipo de desenvolvimento nós desejamos para o nosso País. Nesse caso, entendo que o atual Governo está trabalhando nessa direção. Então, assunto ambiental no Governo, hoje, é tratado em ambiente de governo. Não é porque existe um Ministério do Meio Ambiente que fica apenas no entorno desse Ministério a responsabilidade de tratar desse assunto, pois é um assunto de interesse de todos.

Então, quero aqui parabenizar o esforço de todos os funcionários do Ibama, os funcionários do recém-criado Instituto Chico Mendes, e, principalmente, o trabalho do Ministério do Meio Ambiente e de todos os demais Ministérios que têm, hoje, no nosso entendimento, a obrigação de tratar desse assunto.

O segundo assunto sobre o qual quero tratar hoje, Sr. Presidente, é a missão que recebi de relatar o Projeto de Lei da Câmara nº 115/2006, de iniciativa do Deputado Francisco Rodrigues, que trata da rede de adesão das micro e pequenas empresas para a simplificação do registro dessas empresas.

Em primeiro lugar, quero agradecer aqui ao Presidente da Comissão, Senador Aloizio Mercadante, e pedir a atenção de todos os micro e pequenos empresários brasileiros e, especialmente, do Sebrae. Votamos aqui recentemente o Supersimples, que vai trabalhar principalmente sobre tributação, Sr. Presidente, consolidando em um único imposto nacional os impostos das esferas nacional, estadual e municipal, o que vai colocar cerca de seis milhões de pequenos e micro-empresários brasileiros na formalidade.

O que ocorria no passado? Esses empresários, Sr. Presidente, por não terem condição de competir no mercado formal, eram obrigados a ir para a informalidade. E quantos trabalhadores e trabalhadoras eram considerados informais – ou clandestinos –, sem direitos previdenciários, sem direitos trabalhistas, sem nenhum outro tipo de direito, porque não tinham sua carteira assinada?

Vejam o que está acontecendo. Depois do Supersimples, essa lei, o Projeto de Lei da Câmara nº 115, traz os seguintes objetivos, no sentido de concluir, no nosso entendimento, uma excelente reforma, que interessa diretamente às micro e pequenas empresas brasileiras:

I – criação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM), com o objetivo de propor ações e normas a seus integrantes. A participação será obrigatória para órgãos fe-

derais, e voluntária para órgãos de governos subnacionais – os Estados e os Municípios;

II – maior integração entre os órgãos envolvidos na abertura e no fechamento de empresas, com o objetivo de evitar a duplicidade de exigências;

III – simplificação dos registros de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios;

IV – emissão de alvará de funcionamento provisório pelos Municípios, exceto nos casos de atividades que envolvam alto risco de expor a população ou usuários a problemas de saúde, ambientais ou de segurança;

V – alteração dos procedimentos de registro, garantindo, entre outros aperfeiçoamentos, entrada única de dados cadastrais e de documentos;

VI – eliminação de documentos e maior facilidade para obtenção de informações sobre procedimentos e andamento de processos;

VII – dispensa do visto de advogado nos atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas.

Em resumo, Sr. Presidente, pelos dados que se tem hoje, para se registrar uma empresa no Brasil, leva-se até 170 dias; mas o caminho do calvário ocorre se a empresa falir e precisar cancelar o seu registro, pois, para isso, leva-se quase 10 anos. Nesse período, ficam impedidas operações com o CNPJ da empresa e com o CPF do seu proprietário, ou seja, o caminho mais fácil para essa pessoa é a informalidade. O resultado disso é que, por estar na informalidade, essa pessoa fica impedida de ter um rendimento novo e, por esse motivo, jamais poderá saldar sua dívida. Assim, a Receita Federal brasileira fica com um verdadeiro câncer, sem um medicamento que o cure.

Este novo serviço, a Redesim, procura reduzir de 170 para 15 dias o tempo necessário para o registro de uma empresa. No caso de falência, será de um ano o tempo máximo para que sejam resolvidos os problemas legais e fiscais para o encerramento dessa empresa. O que acontecerá se o empresário quiser voltar ao mercado de trabalho de maneira formal? A partir da negociação que ele fizer com a Receita Federal, o CNPJ da empresa não poderá ser usado em novos procedimentos, mas o proprietário poderá usar seu CPF, segundo essa nova lei, para abrir uma nova empresa e voltar ao mercado formal de trabalho. Assim, no nosso entendimento, essa pessoa passará a ter rendimentos com os quais poderá, inclusive, pagar sua dívida anterior com a Receita ou com as instituições

da área tributária, voltando à formalidade, garantindo, no nosso entendimento, a conclusão desse círculo vicioso que ocorre na economia brasileira.

Sr. Presidente, esse impacto será muito positivo.

Somemos, rapidamente: se, por exemplo, três milhões de empresas que pretendem aderir ao Super-simples optarem por aderir à Redesim, e houver, para cada uma delas, digamos, uma nova carteira assinada, isso representará a inclusão, no mercado de trabalho formal, imediatamente, de três milhões de novos trabalhadores e trabalhadoras. Esse procedimento, entendemos, garantirá, a partir dos pequenos, a verdadeira reforma tributária.

Ouçó, com atenção, o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sibá, V. Ex^a ensina Geografia? É professor?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sou geógrafo, mas não professor.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Ah, é geógrafo. Acredito que, nesses quatro anos, ninguém, intelectualmente, cresceu mais do que V. Ex^a aqui. A Ideli até ficou uma mulher bonita, ela se embelezou também, mas V. Ex^a o fez intelectualmente. Quero dizer que conheço muito pouco a Marina Silva como autoridade. A impressão que tenho é de que ela é uma mulher cretamente a Deus. Ainda agora, ô Senador Alvaro Dias, perguntei se o Lula era temente a Deus, pois não sei. Eu gostaria que V. Ex^a lesse o livro que dizem ser o mais lido depois da Bíblia: *Dom Quixote de La Mancha*, de Cervantes. Ele, como V. Ex^a, sonhava defender os mais fracos. Nas suas lutas, ele tinha um companheiro, o Sancho Pança, que minimizou muitos sofrimentos e venceu muitas injustiças. Ele, então, disse a Sancho Pança que o premiaria dando-lhe uma ilha para governar. Sancho Pança disse-lhe que não poderia fazê-lo, porque não tinha muito estudo e capacidade. Dom Quixote, então, disse-lhe que o vinha observando e que ele era temente a Deus. Segundo ele, quem é temente a Deus tem sabedoria. A Ministra é temente a Deus, e V. Ex^a, como tenho observado, também o é. Dom Quixote, então, ensinou Sancho Pança a governar. Disse-lhe para ser honesto, encontrar uma mulher direita, correta, não beber muito, ser responsável, não ter preguiça e ser justo. Quando saía, voltou para dar-lhe um conselho que faltava: só não há jeito para a morte. Essa frase que repetimos está no trecho em que Dom Quixote ensina Sancho Pança a governar. Com saudade, Sancho Pança voltou e Dom Quixote perguntou-lhe como era governar. Ele respondeu-lhe que era um golfo de confusões. Então, compreendo isso tudo pelo que Luiz Inácio está passando, porque é um golfo de confusões. No entanto, não entendo algo em seu Par-

tido. A Marina é defensora da natureza. V. Ex^a também é um guerreiro, um fiel escudeiro de seus princípios, mas, no Piauí, que o PT governa, deram quase 200 mil hectares de Serra Vermelha, entre Guaribas, de que V. Ex^a ouviu muito falar, devido à ajuda que o PT deu, e Caracol, para uma firma do sul, a JB Carbon S. A., a fim de transformar árvore em carvão. No Piauí, a cidade de Gilbués está-se desertificando, porque houve muita exploração de minérios e diamantes, mas não somos uma Amazônia como vocês são. É uma região com poucos vegetais, de cerrado, pequena. Essa é uma área serrana – Serra das Confusões – que ainda tem uma biodiversidade, uma natureza para o homem. Não entendo como o PT, nessa região, deu terras, sem impostos, sem nada. Dizem que o fez em troca de apoio financeiro para as eleições. Eu queria que V. Ex^a, com a sua sensibilidade, zelasse pelo mandato de Marina Silva. Veja o que está acontecendo com essa empresa do Rio de Janeiro, a JB Carbon S. A., pois, segundo denúncias que recebi, ela está acabando com a pouca floresta que ainda existe naquela região.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Mão Santa, na Comissão, já encaminhei requerimento solicitando que formemos uma comissão de Senadores para visitar a região, que, parece-me, já foi notícia do programa Fantástico, devido ao desmatamento para obtenção de carvão, usado na fabricação de ferro gusa. Vou pedir celeridade para isso, porque me interessa muito ter essas informações o mais rapidamente possível. V. Ex^a tem razão: não podemos, absolutamente, permitir que coisas dessa natureza aconteçam.

Sr. Presidente, espero que, amanhã, durante a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, possamos votar, por unanimidade, esse projeto de lei. Conversarei com todos os Senadores que pediram vista para saber se ainda há alguma dúvida. Eu gostaria de contar com a presença de representantes das micro e pequenas empresas e do Sebrae, porque é mais um projeto de grande importância para o setor. Tenho absoluta certeza de que, hoje, no Brasil, o sinônimo de geração de oportunidade de trabalho não é mais a grande empresa, principalmente do setor automobilístico, que mobilizou tantos migrantes do Nordeste durante as décadas de 60 e 70 – e eu fui um deles. Saí do Nordeste em busca de emprego nas grandes indústrias de São Paulo. Os dados apontam que, hoje, mais de 50%, cerca de 52%, de todas as oportunidades de trabalho geradas no Brasil vêm das micro e pequenas empresas, assim como a massa salarial, a arrecadação dos principais impostos, e daí por diante. Portanto, o abastecimento interno do País, a econo-

mia interna, a capacidade de abastecimento da mesa do brasileiro e a capacidade da prestação de serviços mais imediata vêm desse setor.

Aqui, acertadamente, o Congresso agiu de maneira muito ágil, muito rápida. A tramitação desse projeto teve início em novembro passado. Comparando com outros projetos importantes que tramitam na Casa, o processo está sendo muito ágil. Eu gostaria muito que, no dia de amanhã, pudéssemos aprová-lo, e que, no máximo até o final do mês, seja consolidada a sua tramitação no Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República.

Tenho absoluta certeza de que, com a conclusão do Supersimples e mais esse projeto de lei, atingiremos, seguramente, 10 milhões de pessoas em todo o País, em todos os Estados e em todos os Municípios.

Digo isso, Sr. Presidente, porque me chama muito a atenção a descentralização dos investimentos. A micro e a pequena empresa estarão em todos os lugares. Em qualquer cidade, qualquer pequeno vilarejo, qualquer comunidade, por mais distante que esteja, haverá micro e pequenos empresários.

É esse setor que essa lei pretende apoiar. É esse setor que gera, no Brasil inteiro, capacidade de distribuição de renda; é onde circula o maior volume do salário mínimo; é onde circula a maior receita imediata das localidades mais pobres; é onde circula a esperança de que as pessoas tenham melhores oportunidades de vida onde residem.

Precisamos frear, aos poucos, a situação macabra da migração. Sr. Presidente, tenha certeza de que, quanto maior a migração em nosso País, mais alta está sendo a concentração de renda e pior a qualidade de vida do nosso povo.

Espero que, com a aprovação desse projeto, tenhamos dado a nossa grande contribuição para a conclusão do círculo virtuoso de fomento ao setor da micro e da pequena empresa nacional.

Parabéns ao Deputado Francisco Rodrigues!

Agradeço, mais uma vez, ao Senador Aloizio Mercadante por ter me concedido a Relatoria desse projeto. E que o dia de amanhã seja mais um grande dia para um dos setores mais importantes da economia brasileira!

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Era o que tinha a dizer.

Agradeço pela tolerância do tempo que V. Ex^a me concedeu.

Peço, ainda, que seja publicada, na íntegra, a primeira metade do meu pronunciamento, com todos os dados do desmatamento no Brasil no período entre

1997 e 2007. Peço também, se possível, que sejam publicados, na íntegra, os argumentos do meu futuro parecer, que deverá ser aprovado no dia de amanhã, a respeito da criação da Redesim, das micro e pequenas empresas brasileiras.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SENADOR SIBÁ MACHADO.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, prezados Senadores, prezadas Senadoras, o Ministério do Meio Ambiente nos deu, semana passada, uma excelente notícia: dados consolidados demonstram que a taxa de desmatamento na Amazônia Legal caiu 25%, entre agosto de 2005 e julho de 2006. Anunciados em conjunto por vários Ministros, inclusive pela Ministra Marina Silva, estes são os números finais do Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia (PRODES), ligado ao MMA.

Para termos uma noção do que este índice simboliza a redução de 25% no desmatamento na Amazônia representa cerca de metade do Estado de Alagoas.

As estimativas para este ano também são muita boas! Segundo previsão do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), a taxa de desmatamento, no período de agosto de 2006 a julho de 2007, deve apresentar uma redução de aproximadamente 30%, um dos menores índices já anunciados.

Esta é a segunda queda no índice desde março de 2004, quando foi criado o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia. Coordenado pela Casa Civil, este Plano conta com a participação de 13 Ministérios, incluindo, é claro o Ministério do Meio Ambiente. Desde então, a taxa de desmatamento caiu 49%. Em 2004-2005, a área desmatada na Amazônia foi 18.793 km²; em 2005-2006, foi 14.039 km². Dos nove Estados da região, sete tiveram seus índices de desmatamento reduzidos, inclusive o Acre.

Este plano e as ações governamentais na região têm sido norteadas por três eixos principais:

- 1) ordenamento fundiário territorial;
- 2) monitoramento e controle ambiental e;
- 3) fomento a atividades produtivas sustentáveis.

O eixo de ordenamento territorial fundiário, por exemplo, permitiu a criação de aproximadamente 20 milhões de hectares de áreas protegidas – o que corresponde a quatro vezes o território do Estado do Rio de Janeiro – e a homologação de cerca de dez milhões de hectares de terras indígenas.

O eixo do monitoramento se deu através, por exemplo, da fiscalização e combate ao comércio ilegal de madeira. A Polícia Federal comandou 20 grandes operações, entre as quais ao menos 14 na Região Amazônica; o Ibama realizou 446 operações de fiscalização integrada, fora as operações de rotina realizadas pelas superintendências. Foram presas cerca de 600 pessoas, 115 delas servidores do Ibama. Ao todo, foram apreendidas cerca de 1 milhão de m³ de madeira – transportados em 40 mil caminhões que ocupariam a extensão entre o Rio de Janeiro e São Paulo, ou 480 quilômetros. Além disso, foram expedidos R\$3,3 bilhões em multas.

A diminuição dos índices de desmatamento é fruto de um trabalho, investimentos e ações governamentais de vários anos. Um trabalho conjunto do Governo Federal com os Governos Estaduais da região. Conseqüentemente, a maior presença do Estado brasileiro na Amazônia – uma presença marcada por ações de comando e controle – resulta na diminuição do desmatamento e também outras ações predatórias como, por exemplo, as queimadas e incêndios florestais na Região.

Este tem sido um trabalho árduo e de vários anos, em que o Governo Federal investiu, mas também contou com o apoio e ações dos Governos, como foi o caso do Governo do Acre. Nesse sentido, o meu Estado está trabalhando em clima de comemoração, mas, atento ao período de queimadas na região.

Na verdade, o Estado do Acre vem tentando trilhar um caminho diferente de um paradigma de desenvolvimento, dito moderno ou modernizante, mas incongruente com a preservação do meio ambiente. Por exemplo, em vez de incentivar a expansão da agropecuária moderna, iniciada na década de 70, o Acre procurou desenvolver alternativas de desenvolvimento econômico. Em vez de incentivar a ampliação da fronteira agropecuária extensiva, a tentativa tem sido de manejar, racional e sustentavelmente, as riquezas da floresta. O objetivo é desenvolver uma economia com base florestal, preservando os recursos ambientais, mas também as tradições e costumes locais.

Os sucessivos Governos Estaduais do Partido dos Trabalhadores – neste mandado, comandado pelo Governador Binho Marques – têm procurado tornar o Estado do Acre uma experiência de desenvolvimento sustentável, com protagonismo da sociedade, o que reflete diretamente nas políticas governamentais.

Mas este é um longo caminho a ser percorrido!

Comentando a redução dos índices de desmatamento, a Presidente do Instituto de Meio Ambiente do Acre, Cleísa Cartaxo, afirmou que o Estado vive um momento favorável na luta ambiental, mas é preciso continuar o trabalho. Segundo Cleísa, o IMAC e a Secretaria de Meio Ambiente passaram por reestruturação e possuem

tecnologia que facilita o trabalho e permite melhor no monitoramento dos desmates e queimadas no Estado.

Por exemplo, a região do Vale do Juruá é analisada diariamente por satélites com uma resolução de dez metros. Regiões do Estado que integram o chamado Arco do Desmatamento também são fiscalizadas diariamente com uma tecnologia com resolução de três metros, ou seja, uma área de desmate ou queima de nove metros quadrados é perfeitamente visível nas imagens de satélite. Essa precisão permite um controle maior dos órgãos estaduais responsáveis pela fiscalização.

Mesmo diante das boas notícias de declínio nos índices de desmatamento, a Presidente do IMAC afirmou que o trabalho continua, pois é fundamental contribuir com a queda dos índices da Amazônia. O Instituto trabalha em duas frentes, que são o controle das queimadas e dos desmates. Nas queimadas, o Estado atua com o Plano Estadual de Combate e Controle, criado ano passado, com atuação intensificada nas regiões do Alto e Baixo Acre, região do Arco do Desmatamento. Neste Plano, os Comitês Municipais reúnem prefeituras e Estado para a elaboração de um plano específico para cada realidade municipal.

Com limites para desmatar, é o controle e monitoramento que dá à outra frente de trabalho do IMAC a conscientização como principal ferramenta de atuação. Conseqüentemente, atuar junto às comunidades foi a forma pelo Instituto para lutar contra as derrubadas e o fogo na região. Como uma forma de mobilização e conscientização das comunidades, as brigadas comunitárias são capacitadas e recebem equipamentos para atuar no controle e prevenção de queimadas.

Como culturalmente a queimada é a maneira de trabalhar a terra, fazendo assim o desmate, a Secretaria de Assistência Técnica e Produção Familiar vem estudando novas formas de cultivo da terra e uso sustentável da floresta por produtores familiares; mas, enquanto isso, não avança; autorizar e organizar as queimadas é uma forma de trabalhar com os produtores buscando uma convivência harmoniosa com o meio ambiente.

Este trabalho do Governo do Acre é uma das contribuições que tem permitido a diminuição dos índices de desmatamento na Amazônia. Apesar da excelente notícia, diminuir a destruição da Floresta Amazônica é um trabalho que depende do esforço conjunto de todos os entes federados, de todos nós!

Era o que tinha!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SIBÁ MACHADO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PARECER Nº , DE 2007

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ao Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2006, que *estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM; altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1991; revoga dispositivos do Decreto-lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979, e das Leis nºs 7.711, de 22 de dezembro de 1988, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.906, de 4 de julho de 1994; e dá outras providências.*

RELATOR: Senador **SIBÁ MACHADO**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2006, de iniciativa do Deputado Francisco Rodrigues, tem por finalidade estabelecer normas gerais de simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Lido em 30 de novembro de 2006, o projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na CCJ, onde foram examinados os aspectos

de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, o projeto recebeu parecer favorável.

Não foram apresentadas emendas no âmbito da CAE.

II – ANÁLISE

Os aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa já foram apreciados no âmbito da CCJ, razão pela qual compete à CAE pronunciar-se exclusivamente acerca do mérito da proposição.

Quanto ao mérito, concordamos integralmente com a fundamentação do relatório apresentado pelo Senador João Ribeiro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, cujos termos passamos a reiterar.

Trata-se de projeto amplamente debatido pela sociedade e coerente com as conclusões do Grupo de Trabalho da Desburocratização e da simplificação das relações do Estado com os cidadãos e a empresa, criado em 2005 no âmbito do Senado Federal:

Verificadas as práticas adotadas em outros países, e analisadas as dificuldades para a abertura e fechamento de empresas no Brasil, parece-nos adequado apoiar o envio, pelo Poder Executivo, do anteprojeto de Lei que *estabelece diretrizes para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, e cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM.*

Esse anteprojeto, amplamente debatido pela sociedade, contém medidas importantes para sanar as principais reivindicações de micro e pequenos empresários, em relação ao processo de abertura e fechamento de empresas. Contempla, inclusive, muitos aspectos que integram o anteprojeto de Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, coordenado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), bem mais abrangente, por envolver, além do Estatuto das Micro e Pequena Empresa, aspectos atinentes ao tratamento tributário favorecido a essas pessoas jurídicas (Super Simples).

As principais inovações propostas pelo projeto são:

- i) criação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM), com o objetivo de propor ações e normas a seus integrantes. A participação será obrigatória para órgãos federais, e voluntária para órgãos de governos subnacionais;
- ii) maior integração entre os órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas, com o objetivo de evitar duplicidade de exigências;
- iii) simplificação dos registros de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios;
- iv) emissão de alvará de funcionamento provisório pelos Municípios, exceto nos casos de atividades que envolvam alto risco de expor a população ou usuários a problemas de saúde, ambientais ou de segurança;
- v) alteração dos procedimentos de registro, garantindo, entre outros aperfeiçoamentos, entrada única de dados cadastrais e de documentos;
- vi) eliminação de documentos e maior facilidade para obtenção de informações sobre procedimentos e andamento de processos;
- vii) dispensa do visto de advogado nos atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas.

O projeto é meritório e vem ao encontro da necessidade de que sejam envidados efetivos esforços no sentido da desburocratização como forma de proporcionar melhores condições de funcionamento para os empresários e para as pessoas jurídicas e, por conseguinte, gerar mais empregos e maior nível de renda. Essa medida, se aprovada, deverá sanar os principais entraves burocráticos que se interpõem aos empresários e às pessoas jurídicas, em relação ao processo de abertura e fechamento de empresas.

III – VOTO

Em virtude do exposto, o voto é favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2006.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A solicitação de V. Ex^a será atendida na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes. V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as Zonas de Processamento de Exportação – ZPEs, são, sem dúvida alguma, importantes instrumentos de indução do desenvolvimento regional, de fortalecimento dos balanços de pagamento dos países que as instituem, de difusão tecnológica e de desenvolvimento econômico e social. Bem utilizadas, elas podem se transformar em pólos de geração de riqueza, de empregos e de melhoria das condições de vida das populações de regiões mais pobres do País.

Felizmente, após 11 anos de tramitação, o Congresso finalmente aprovou, em junho passado, projeto de lei que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs. Esse projeto foi sancionado, em julho, pelo Presidente da República, transformando-se na Lei nº 11.508, de 2007.

Tanto a aprovação desse projeto quanto a sua sanção pelo Presidente foram fruto de um acordo entre o Governo e a Oposição. Esse entendimento deve permitir agora o funcionamento das 17 Zonas de Processamento de Exportação já previstas em Lei, que ainda não haviam sido implantadas porque a competência para a efetiva instituição de ZPEs é do Poder Executivo.

Para isso, falta ainda a edição de uma medida provisória, que deverá suprir lacunas geradas pelos vetos presidenciais apostos ao projeto inicial. Há notícias de que essa medida provisória deverá ser publicada até o final deste mês de agosto, o que se espera que de fato ocorra para que as ZPEs possam logo se transformar em realidade.

Gostaria de ressaltar para V. Ex^{as} que as Zonas de Processamento de Exportação constituem uma solução exitosa em todo o mundo. De acordo com estudo de 2002 da Organização Internacional do Trabalho, da ONU, existem cerca de 3 mil distritos do tipo ZPE em funcionamento no mundo. Esses distritos geram empregos para mais de 37 milhões de pessoas em mais de 100 países diferentes, entre os quais Estados Unidos, China e México.

Nos Estados Unidos, as 400 ZPEs congregam cerca de 2.700 empresas, que movimentaram US\$305 bilhões em 2004 e geram milhares de empregos para os americanos.

Na China, todo o seu formidável desempenho econômico – com um crescimento médio de 10% nos últimos 15 anos – começou nos anos 80, quando Deng Xiaoping autorizou a criação das 5 primeiras Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), como destaca em artigo recente o economista, ex-Deputado Federal e ex-Ministro Delfim Netto.

Segundo ele, o sucesso dessas ZEEs levou o governo chinês a criar vários outros tipos de zonas francas, que são hoje mais de 200 em âmbito nacional e quase 4 mil em âmbito regional ou local. As ZPEs chinesas são o principal destino dos mais de US\$600 bilhões de investimentos estrangeiros que procuram se instalar na China. Também é delas que se origina a maior parte dos US\$762 bilhões exportados por aquele país em 2005, o que equivale a 6,5 vezes as exportações brasileiras daquele ano. A título de comparação, em 1980 as exportações de Brasil e China se equiparavam.

E hoje, 27 anos depois dessa data, é um verdadeiro disparate, o Brasil ficou muito para trás.

Ainda segundo Delfim Netto, a boa literatura sobre processos de desenvolvimento demonstra que, há pelo menos duas décadas, as ZPEs contribuem significativamente para o crescimento econômico dos países que as adotaram. Isso se dá por meio dos estímulos que geram para a atração de investimentos estrangeiros; do envolvimento de empresas nacionais nas exportações de produtos de maior valor agregado; da geração de empregos diretos e indiretos; da difusão de novas tecnologias e de práticas gerenciais mais modernas. Tudo isso se traduz em ganhos de eficiência e de produtividade, que são, por definição, o próprio desenvolvimento econômico. Não é de admirar, acrescento, que as ZPEs tenham efeitos tão benéficos no que diz respeito à indução do desenvolvimento regional.

A percepção da importância das ZPEs para o desenvolvimento regional é tamanha, que, além das 17 ZPEs já criadas por lei, há, em tramitação no Senado, 24 proposições de diversos Senadores, que autorizam a instituição de Zonas de Processamento de Exportação nas regiões menos favorecidas de seus respectivos Estados.

Neste ponto, gostaria de fazer uma importante digressão. Ao tratar de ZPEs no Brasil, é impossível não falar no Senador José Sarney, que, quando Presidente da República, teve o descortino de tomar posição em

defesa desse importante instrumento de desenvolvimento regional, perseverando até hoje nessa luta.

Tanto isso é verdade, que, recentemente, a sessão de aprovação do projeto de regulamentação do funcionamento das ZPEs transformou-se em justa homenagem ao Senador Sarney.

Também é de autoria do Senador José Sarney a iniciativa da criação das Zonas de Processamento de Exportação nos Municípios de Macapá e Santana, no meu Estado do Amapá. A criação dessas ZPEs será de grande importância para o nosso Estado. A criação das Áreas de Livre Comércio, naqueles Municípios, em 1991, já permitiu a percepção dos efeitos dos benefícios fiscais à região, e, pela sua localização, possibilitou a expansão dos negócios do Brasil com a América Central e a América do Norte.

O Amapá está andando na frente, para dar curso à implantação da Zona de Processamento de Exportação no Estado. O Governo do Amapá foi o primeiro a protocolar, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o projeto de criação da ZPE local, a ZPE do Meio do Mundo, como será chamada, dada a sua localização geográfica, na linha do Equador.

Quero, neste momento, parabenizar o Governador Waldez Góes por essa iniciativa, que representa para todos nós, no Amapá, a esperança de desenvolvimento econômico para nosso Estado.

A proposta de criação da ZPE do Meio do Mundo, que ocupará uma área de 1.800 hectares, prevê investimentos iniciais da ordem de R\$3 milhões, sendo R\$700 mil para a elaboração de projetos, R\$1,3 milhão para obras, R\$800 mil para infra-estrutura básica e R\$200 mil para promoção e outras despesas.

As oportunidades de investimentos estarão principalmente na mineração, na silvicultura, na exportação de madeira e nas atividades portuárias relacionadas ao transporte de grãos.

Como se vê, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores presentes na Casa, as Zonas de Processamento de Exportação podem ser um belo modelo para o desenvolvimento das regiões mais carentes do Brasil, notadamente das regiões Norte e Nordeste. É o caso do Amapá. Lá, agora, as atividades econômicas que passarão a existir – graças aos incentivos fiscais previstos na legislação recentemente criada – gerarão riqueza, desenvolvimento e empregos para o nosso Estado. É o que esperamos que esse modelo possa trazer não só ao Amapá, mas também a outras regiões tão carentes do nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos associar-nos ao pronunciamento de V. Ex^a no que diz respeito à importância das ZPEs.

Representando o povo do Piauí, quero dar o testemunho de que o Presidente Sarney foi um extraordinário Presidente da República. Além de ter garantido o renascimento da democracia, da transição, no que diz respeito às ZPEs, mostrou sua criatividade e visão de futuro.

Gostaria de salientar que onde nasci, no norte do Piauí, ele é muito querido; recebeu, inclusive, o título de Cidadão Parnaibano. Ele fez o Projeto Tabuleiro Litorâneo, que beneficia Parnaíba e São Bernardo do Maranhão com agricultura irrigada.

A Embrapa teve grande avanço no Governo Sarney, que criou um Centro de Tecnologia na cidade de Parnaíba. Como esse centro não foi consolidado pelos Presidentes que o sucederam, como Governador do Estado, implantei dentro da Embrapa uma faculdade de Agronomia, com avanços na carcinicultura.

A ZPE o Presidente Sarney implantou e inaugurou. Foi uma das primeiras lançadas, entre a cidade de Parnaíba e Luís Correia. Cremos nessa investida. Pedimos ao Presidente Luiz Inácio, em atenção ao povo do Piauí e do norte do Estado, no qual teve votação maciça, que continue aquele sonho do Sarney.

Agora, sou obrigado a lamentar que o Governo do Presidente Sarney tenha terminado em 1989. Vai fazer quase 20 anos que desse sonho ainda não acordamos. Que a ZPE de Parnaíba e Luís Correia, uma das primeiras implantadas no projeto do Presidente Sarney, aconteça no Governo de Luiz Inácio.

Convidamos, para uso da palavra, o Senador Alvaro Dias. S. Ex^a é tucano do Estado do Paraná e se ausentou por quatro meses, para fazer estudos sobre política social nos Estados Unidos. Seu currículo está aproximando-se do currículo do seu chefe, Fernando Henrique Cardoso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Estou muito longe disso, Sr. Presidente.

Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs Senadores, primeiramente quero fazer uma abordagem sobre a situação da economia nacional.

“O Brasil melhorou muito, mas ainda há vulnerabilidades”. A frase é de um professor de economia da Universidade da Califórnia, em Berkeley, especialista

na análise de crises em países emergentes, a qual deve ser levada em conta diante da crise que abala os mercados financeiros.

Na semana que passou, em apenas 48 horas, a crise que assaltou os mercados financeiros mundiais consumiu algo em torno de US\$300 bilhões dos principais bancos centrais. Esse montante não possui precedente nos últimos seis anos.

Em que pese o Brasil desfrutar de uma situação mais sólida, alerta o especialista: deixam a desejar os avanços institucionais, como o controle da corrupção, a governança corporativa, a regulamentação e a transparência financeira.

O que alertamos inúmeras vezes, fazendo coro com os especialistas: o período de liquidez abundante não duraria para sempre e perdemos muitas oportunidades nessa fase. Estamos realmente saindo de um longo período de liquidez excessiva, “em que os investidores estavam estacionando o seu dinheiro em qualquer lugar que promettesse retornos”.

Como adverte esse professor da Universidade da Califórnia: “Na prática, qualquer lugar inclui mercado acionário e mercado imobiliário da América Latina. Devemos esperar o melhor, mas nos preparar para o pior”.

A crise serve para reavivar a memória de todos. Como tão bem escreveu Miriam Leitão: “Não há ciclo que dure para sempre; não há proteção completa contra crises globais; a liquidez pode sumir de repente...”.

A lentidão do Governo Federal contrasta com a necessidade de medidas urgentes em vários setores. Vejamos o exemplo das PPPs: nunca saíram do papel. A não ser em alguns Estados, que foram ágeis e competentes: a Bahia utiliza a PPP para construir um emissário oceânico; São Paulo, uma linha importante do metrô e Minas Gerais faz ligações importantes de estradas.

Portanto, Sr. Presidente, há nesse momento uma turbulência no mercado que deve alertar o Governo brasileiro. O objetivo dessa introdução ao pronunciamento de hoje foi apenas este, o de alertar o Governo brasileiro diante dessas dificuldades que advirão da turbulência internacional.

Mas, Sr. Presidente, encaminhei à Mesa requerimento que propõe Voto de Aplauso ao empresário Assis Gurgacz pela passagem do oitavo aniversário da fundação da Faculdade Assis Gurgacz, instituição de ensino superior com sede na Avenida das Torres, no município de Cascavel, Estado do Paraná, pelo trabalho realizado em prol da educação no meu Estado.

O empresário Assis Gurgacz instituiu, em outubro de 1997, a Fundação que leva o seu nome, uma entidade sem fins lucrativos, que hoje já possui um histórico de atuantes intervenções junto à comunidade na prestação de serviços sócio-educativos, nos aspectos mais importantes de uma sociedade, tais como as transformações sociais, manifestações do espírito democrático, desenvolvimento de valores éticos e da consciência cidadã. Desde sua criação, a Fundação sempre esteve atuante junto à comunidade em que se insere. Suas ações buscam atender às necessidades locais e regionais, diagnosticadas por especialistas em problemas geopolíticos. O universo social é atendido por programas sócio-educativos que visam à promoção do ser humano, na perspectiva crítica e emancipada, afastando, portanto, qualquer ação simplesmente assistencialista.

Com este mesmo escopo criou a Faculdade Assis Gurgacz, que é, hoje, uma das instituições de ensino superior que mais cresce no Paraná. Com oito anos de existência, a FAG é referência na região Oeste do Estado pela diversidade de cursos de graduação e pós-graduação e também por sua estrutura moderna e surpreendente. O campus da FAG revela a atenção pela imponência de seus prédios. O projeto da obra prevê um total de 120 mil metros quadrados de área construída.

Além dos grandes blocos de salas de aula, o campus conta com o prédio de laboratórios de Engenharia e Arquitetura; as Clínicas FAG – uma arrojada obra que chama a atenção do visitante já na entrada do campus; quadras poliesportivas; o campo de futebol; o Centro de Vivência da Terceira Idade e uma reserva ambiental com 17,4 hectares.

Ao todo, são 173 salas de aula à disposição dos acadêmicos, além de 84 modernos laboratórios. O prédio da Reitoria é um edifício com 5 mil metros quadrados que conta com um auditório para 780 pessoas. Provisoriamente, o prédio da Reitoria também abriga a biblioteca, que, em seguida, terá seu próprio espaço. As próximas obras serão um ginásio esportivo e um ginásio aquático – que completarão a estrutura das quadras cobertas existentes hoje –, um teatro e, por último, uma grande área de vivência envolta em um centro comercial.

A Faculdade Assis Gurgacz ministra cursos de graduação e pós-graduação. Os cursos de graduação criam espaços para discussões, conhecimento e desenvolvimento de uma visão crítico-reflexiva acerca da profissão, da sociedade e de um mundo cada vez mais

globalizado. Além de promover oportunidades de aplicação prática da teoria apreendida em sala de aula.

A FAG continua investindo na abertura de novos cursos para suprir outras necessidades do mercado de trabalho, ministrando hoje os cursos de Administração, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Biológicas, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharias, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Jornalismo, Nutrição, Pedagogia, Psicologia, Publicidade e Propaganda e Secretariado Executivo.

A Faculdade Assis Gurgacz deverá, nos próximos anos, constituir-se em referência no ensino superior para toda a Região Sul do Brasil, através da valorização do seu corpo de colaboradores e reconhecimento da qualidade do ensino ministrado, de tal forma que a sua transformação em universidade se dará como a consequência natural de um processo de desenvolvimento. Esse é o pensamento que norteia o seu corpo administrativo.

Pelo incontestável papel que vem exercendo no desenvolvimento social, educacional, político e econômico do Paraná, o empresário Assis Gurgacz tornou-se merecedor do mais profundo respeito da comunidade paranaense e brasileira, razão pela qual, com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeri o voto de aplauso e congratulações, já que, sem dúvida nenhuma, é um feito notável a favor do ensino superior do nosso País, uma contribuição importantíssima do setor privado, já que, é claro, o setor público, pela capacidade limitada de investir, não tem condições de atender a todas as necessidades do ensino superior no nosso País.

Está de parabéns a Faculdade Assis Gurgacz no seu oitavo aniversário. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agrademos pelo seu pronunciamento, no tempo regimental.

Chamamos para fazer uso da palavra o Senador Mário Couto que representa o Estado do Pará, pelo PSDB.

Informo a V. Ex^a que a sua voz não é mais só do Pará. Recebo muitos *e-mails* de todo o Brasil e junto vêm aplausos para V. Ex^a, pela brava maneira com que está defendendo o povo do Pará e do Brasil.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago, na tarde de hoje, um assunto que é do interesse – tenho certeza – não só do meu querido Estado do Pará, mas

também do nosso País. Trata-se de uma preocupação que temos eu o Senador Flexa Ribeiro há muito tempo, porque sentimos na carne que tal situação, com certeza, só acontece, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque exatamente os que sofrem são os pobres, que ficam à mercê das decisões do Governo, que não olha para eles, que estão distantes dos seus olhos. O Governo só olha para tais pessoas no momento de estabilizar sua segurança política, como no caso do Bolsa-Família, que cria um paredão de aço diante do Presidente da República. E não estou criticando o Bolsa-Família; ao contrário, sou altamente favorável a ele, mas penso que, de vez em quando, deve ter o seu valor corrigido. O Bolsa-Família, repito, é um paredão de aço que protege o Presidente da República. Mas há questões que Sua Excelência faz que não sabe, faz que não vê.

Nós, aqui, Presidente Mão Santa, discutimos o Fundeb. V. Ex^a estava presente na reunião em que o Governo tanto disse que, com a saúde e com a educação, o Lula não brinca. Esqueceu-se de dizer também que não brinca com a segurança pública, por exemplo, com o abandono das estradas brasileiras, de que vou falar daqui a pouco. Esqueceu-se de dizer que não brinca com o caos aéreo, com a saúde deste País, enfim.

A educação não é – cheguei à conclusão – a preocupação fundamental deste Governo. Diz ele que são: saúde e educação. Não vejo assim e vou provar na prática isso aqui hoje.

Votamos aqui o Fundeb. Aplausos ao Fundeb! Vamos aplaudir o Fundeb. Vai melhorar a educação no País. Vai melhorar ainda mais que o Fundeb. Entretanto, estamos vendo que falta muito para melhorar.

Vamos falar deste assunto agora. Deixaram fora desse projeto, depois de muita persistência minha e do Senador Flexa Ribeiro, o transporte escolar. Deixaram fora o transporte escolar. Votamos no Fundeb porque achávamos que era um plano que iria beneficiar a educação do nosso País, Presidente Mão Santa. Fizemos um acordo com o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, no sentido de que S. Ex^a iria resolver o problema do transporte escolar. “Podem deixar que eu vou resolver”, disse o Líder do Governo. Confio nele e aprendi até a admirá-lo, mas já se passaram meses, Presidente, e os alunos pobres do interior do Brasil estão sem transporte escolar e, logicamente, sem ir às escolas.

Este é o nosso País! Este é o Brasil que se diz preocupado com a educação! E eu quero convidar quem duvidar... Quero convidar quem duvidar de mim! Quem duvidar de mim eu quero convidar para ir, pes-

soalmente, a comunidades do meu Estado, a vilas do meu Estado, e verão quantos alunos pobres estão lá, no interior, sem transporte escolar e sem ir à escola. Quero mostrar tal situação para quem duvidar de mim!

É lógico que isso acontece. E o Governo Federal não liga para isso, que é obrigação sua. Os prefeitos cobram do Estado, os Estados dizem que é obrigação do Governo Federal e que o Governo Federal não repassa para os Estados o dinheiro do transporte escolar.

Ora, Presidente, como estão os prefeitos do interior deste País? Será que os prefeitos têm condições de bancar mais essa atribuição, com tantas que já lhes foram dadas? O prefeito tem o Fundo de Participação de Municípios alterado todo mês e, em alguns meses, há quebra de 60% do repasse para os prefeitos – 60%! Há prefeitos com atraso na folha de pagamentos. Estou falando de prefeitos sérios. Há prefeitos corruptos, que não pagam o funcionalismo porque fazem a corrupção.

É muito fácil observar um prefeito corrupto. Basta entrar na cidade e fazer algumas perguntas. V. Ex^a sabe disso, Senador Mão Santa, pois foi Governador do seu Estado, prefeito, anda muito no interior, como eu. Eu dediquei – e digo isso de viva voz, orgulhoso! – parte da minha vida ao interior do meu Estado. Percorro os 143 Municípios do meu Estado por ano. E olhe que são distantes um do outro. São distantes, mas eu o faço. Meus finais de semana são dentro de um avião, ou de ônibus, ou de um carro, percorrendo o interior do Estado. Falo de cátedra. Falo com conhecimento, Senador Mão Santa, porque pratico, vejo, sinto, observo.

Prefeitos que não têm condição – falo dos sérios! – de pagar o seu funcionalismo público, como vão pagar transporte escolar? prefeitos que não têm condição de recuperar uma estrada vicinal para chegar às vilas como vão alugar ou comprar ônibus escolar?

Lembro as estradas vicinais. Se as federais, as BRs já não podem servir o povo deste País porque estão acabadas, totalmente acabadas – e vou entrar neste assunto daqui a pouco –, como se pode pensar nas estradas vicinais, aquelas que vão da sede do Município às colônias, às comunidades, se nenhuma, com certeza absoluta, oferece condições de tráfego? Ou melhor, para não exagerar tanto, são raríssimas aquelas que oferecem condição de tráfego! Como pode um prefeito pegar o dinheiro que o Estado não lhe repassa e que Governo Federal não repassa ao Estado? E o Estado não tem condições de repassá-lo para o Município.

Visitei alguns Municípios do interior do Pará há poucos dias, e os prefeitos de Goianésia, de Tucuruí,

de Palestina, de Brejo Grande, enfim quase todos os prefeitos das várias cidades que visitei diziam-me – olhem aí, brasileiros e brasileiras, paraenses, o que vou falar agora – que o Governo do Estado passa por ano R\$40 mil.

Cito o exemplo de uma cidade cuja prefeitura gaste com transporte escolar R\$400 mil. É um absurdo! Chega uma hora em que esse prefeito vai dizer assim: “A responsabilidade não é minha; é do Governo Federal. A responsabilidade é do Presidente Lula, não é minha, como prefeito”. E passará a não mais transportar os alunos.

Como a educação deste País pode ir bem, Sr^{as} e Srs. Senadores? E aí, Presidente, como a educação deste País pode ir bem se ainda existe grande quantidade de alunos sem poder estudar neste País por falta de transporte escolar? Isso é um absurdo, Sr^{as} e Srs. Senadores, que precisa ser acabado imediatamente!

O Líder do Governo nos prometeu que, imediatamente, este problema estaria resolvido; que ele, Romero Jucá, iria resolvê-lo com o Presidente da República. Repito: confio no Romero Jucá, mas quero saber dele próprio. Espero que, se ele não estiver me ouvindo, alguém lhe fale da minha preocupação, do tempo que este assunto foi tratado aqui.

Tenho certeza de que, enquanto não resolvermos esse problema, estaremos deixando sem escola muitos, muitos jovens pobres que moram no interior do interior deste País. Às vezes, o pai e a mãe não têm condição de pagar um dentista para arrancar o dente de seu filho e deixam o filho chorando com dor de dente, preferindo comprar comida para não passar fome. Ainda têm de deixar o seu filho sem estudar porque não há transporte escolar para levá-lo ao colégio.

Isso é o Brasil. É o nosso País. É o País que diz que a educação melhorou sensivelmente. É o País que diz que lançou o PAC da educação. Será, Presidente? Pergunto a V. Ex^a: será que o Presidente Lula não sabe disso? Acho que o Presidente não vai aonde nós vamos, não vai ao interior do interior, e ninguém pode culpá-lo por isso. O Presidente tem muitas tarefas e é capaz de não ter tempo de ir aonde nós vamos, Presidente, mas será que não há nenhum assessor, nenhum ministro, ninguém que possa dizer ao Presidente da República que ainda existem, neste País, milhares de crianças pobres que estão deixando de ir à escola por falta de transporte escolar?

Nós, Senadores da Oposição, votamos a favor do Fundeb, na certeza de que esse problema seria resolvido, Presidente, e até hoje não foi resolvido.

É a tal história dos prefeitos que vieram de pires na mão para Brasília, aplaudiram o Presidente da República, mas, até hoje, o compromisso que o Presidente assumiu com os prefeitos não foi cumprido.

A situação das prefeituras é terrível neste País! É terrível! Os prefeitos se reuniram mais uma vez – não era a primeira vez, não era a primeira vez! Mais uma vez, os prefeitos se reuniram numa grande concentração, pegaram ônibus nas suas cidades, vieram aqui, pediram uma audiência com o Presidente da República, o Presidente imediatamente, sensibilizado com os problemas das prefeituras, disse: “Podem deixar. Podem deixar que eu vou resolver o problema de vocês. Vou dar o aumento de 1% no FPM”. Foi aplaudido de pé. O Presidente foi aplaudido de pé pelos prefeitos por causa da promessa que fez. E não seria uma grande coisa. Não seria um grande aumento, mas iria solucionar uma série de problemas municipais que existem neste País.

Quantos servidores municipais, Presidente, quantos servidores municipais estão endividados hoje nas mercearias do interior – quantos? – porque o prefeito não paga o salário deles em dia? Façam uma estatística de quantas prefeituras estão com os salários municipais atrasados neste País e vejam quantos servidores municipais hoje passam necessidade neste País.

O Presidente da República, sensibilizado disse: “Vou resolver o problema. Não posso dar muito, mas vou dar o aumento de 1%”. Foi aplaudido de pé. E cadê o aumento de 1%? Quando foi dado, Presidente? V. Ex^a sabe se já deram? Já foi dado? Não. Não adiantaram os aplausos de pé, não adiantou a choradeira, não adiantaram as explicações de cada um, não adiantou cada prefeito mostrar como seu Município está endividado, como o salário de seu funcionalismo está atrasado, como há alunos no interior do interior que não têm transporte escolar para estudar. Não adiantou dizer que as vicinais não têm condições para transportar o produto do agricultor, a farinha, o milho e o arroz. Às vezes, muitos agricultores põem nas costas o seu produto e andam quilômetros e quilômetros de distância para chegar no asfalto e pegar um transporte para ir a uma grande cidade vendê-lo.

Essa é uma realidade brasileira, Senador Valdir Raupp. Vejo com os meus próprios olhos, assisto a essas cenas.

Senador, eu estava à beira de um forno de torrar farinha, numa comunidade onde fui entregar umas chapas para fazer forno a um agricultor amigo. Isso faz mais ou menos uns três anos. Cheguei lá às 10 horas da manhã. Lógico, fui a pé. Quando conversava com a

família, vi que o meu amigo estava isolado num canto, muito triste, quase chorando. Perguntei-lhe por que estava daquele jeito. Ele disse que saiu de casa às cinco horas da manhã, com quatro sacos de farinha em cima do burro, e que, ao passar num igarapé que estava cheio por causa da forte chuva caída de madrugada, o burro escorregou em uma poça de água e os sacos de farinha caíram. Ele perdeu todo o produto, o que significava uma semana sem nenhuma remuneração. Significava uma semana de fome.

Essas são as estradas vicinais do nosso País. Ainda não cheguei às BRs, Senador.

A **Veja** desta semana mostra que o nosso País pode crescer.

Eu acredito, espero, desejo. Não sou daqueles que pedem o mal, não sou; não sou daqueles que desejam o mal do outro para crescerem. Não sou, ao contrário, Senador, sou daqueles que desejam o bem. Quero o sucesso deste Governo, quero que o meu País cresça. Mas olhe o que a **Veja** diz, e é verdade, é a pura realidade dos fatos. Ela diz que o Brasil tem uma rara oportunidade de crescimento, mas que o País vai enfrentar uma barreira violenta pela falta de infra-estrutura. É verdade. Veja, aqui está uma reportagem muito interessante – se V. Ex^a não a leu, leia –, que traz a cada um de nós, ao lê-la, uma preocupação profunda: falta infra-estrutura, é preciso vencer essa guerra.

No mês de julho deste ano, Presidente Mão Santa, morreram, só no mês de julho, mês de férias no País, 669 pessoas nas estradas brasileiras. Repito: 669 pessoas morreram nas estradas brasileiras. Houve um Senador, ou uma Senadora – eu não estava presente, mas ouvi os comentários –, que, ao querer defender o Governo, disse: “O avião caiu, morreram 188 pessoas, mas nas estradas morrem mais”. Só que o Senador, ou a Senadora, esqueceu que a recuperação das estradas também é obrigação do Governo Federal.

Não sei se é má vontade ou falta de fiscalização. O jornal **O Estado de S. Paulo** diz que o Governo Lula liberou, em 2006, R\$2 bilhões – bi, bi, bilhões – para recuperar as estradas brasileiras. Diz assim: Governo gasta quatro vezes mais – olhem a reportagem de **O Estado de S. Paulo**: Governo gasta quatro vezes mais e rodovias continuam ruins. E quem é que diz isso? O TCU. Esse dinheiro saiu pelo ralo. Os R\$2 bilhões saíram pelo ralo.

Outro dia me entenderam mal, Senador, porque eu defendi uma argüição mais profunda ao próximo diretor do Dnit. Todo mundo veio em cima do Senador Mário Couto, porque não havia necessidade, porque não tinha denúncia... O Dnit é um órgão que vai mexer

com R\$12 bilhões/ano; é um órgão de muita responsabilidade. Por isso eu fui fundo, vou fundo e estarei sempre atento. Precisamos mostrar ao Presidente da República do nosso País que as estradas brasileiras estão matando muita gente.

E não são só as estradas. Já, já, Mão Santa, vamos ter problemas na parte energética deste País. Já, já! Não demora muito. Não pense o Presidente que ele vai deixar este problema para o próximo Presidente. Não pense ele. Se providências não forem tomadas nesse sentido, já, já vamos ter problema de energia neste País.

Ferrovias! Ferrovias altamente obsoletas. Ferrovias que não suportam mais o crescimento. Ferrovias antigas. Quais foram as novas ferrovias feitas neste País? Qual foi o tratamento que se deu aos portos? Aos aeroportos?

Ah, o PAC! O PAC vai transformar este País em um canteiro de obras. O PAC é o salvador da Pátria. Lançaram o PAC. Valor do PAC: R\$15 bilhões. Agora vai! São R\$15 bilhões injetados neste País em infra-estrutura. Agora vai, agora vai! Pode ser até que os alunos não tenham transporte escolar. Coitados! Coitados!

A Governadora do Estado... Eu nem queria falar mais dela, mas me lembrei de uma coisa que não pode passar, pois incomoda. A Governadora do meu Estado deveria estar preocupada exatamente com isso. Deveria vir aqui pedir ajuda a nós, Senadores, para que, junto com ela, cobrássemos do Ministro, do Presidente da República, do Líder do Governo, como sempre fazemos.

Isso é o que eu gostaria que a Governadora do Pará fizesse. Mas ela me parece orgulhosa; ela não quer fazer isso.

E ainda mais: sabem o que ela fez agora no mês de julho? Eu não queria mais falar em Ana Júlia Carepa, não pretendia. Mas sabem o que ela fez no mês de julho? Decretou feriado na sexta-feira para todos os funcionários do Estado. "Ninguém precisa trabalhar na sexta-feira. O Estado está bem, está rico. Acabou, meus amigos! Vão para as férias, vão para as praias. Podem tomar banho em Salinas, em Mosqueiro ou onde for. Não é preciso trabalhar nas sextas-feiras neste Estado. O Estado é rico e eu banco tudo". Que loucura, rapaz! Sr. Presidente, que loucura!

Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, são R\$15 bilhões para o PAC, e apenas R\$4 bilhões estão sendo licitados. O meu Estado, por exemplo, o Pará, tem seis meses de chuva e seis meses de sol. No final de dezembro já começa a chover. Já estamos no meio de agosto, há mais três meses para licitar, setembro,

outubro e novembro. Ou seja, se as obras começarem em novembro, terão de parar em dezembro. Se começarem em novembro, terão de parar em dezembro! Isso se começarem. Quem dera! Como eu sonho em ver a Transamazônica construída, Sr. Presidente. Como eu sonho em ver as eclusas de Tucuruí...

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Senador, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já concederei um aparte a V. Ex^a.

Ah, como sonho em ver as eclusas de Tucuruí acabadas, porque não foram terminadas até hoje. Como sonho! Gostaria de festejar, nem que fosse de longe, porque, claro, não me vão convidar. Mas não faço questão. Quero festejar de longe mesmo; não preciso estar perto, nem no palanque. Não preciso! Quero festejar de longe, mas quero ver. Antes de morrer quero ver a Transamazônica e as eclusas construídas.

É com muito prazer que ouço o Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Ouço com muita atenção, nobre Senador Mário Couto, seu pronunciamento, fazendo apelos e mais apelos e com razão. E o que a revista *Veja* traz esta semana sobre a questão da infra-estrutura também tem muita razão. A infra-estrutura do nosso País está carente de investimentos. Mas não é de agora, é de muito tempo. Na época do Governo Fernando Henrique eu apoiei – eu era Governador na época – o programa Avança Brasil, que foi muito importante para o Brasil. Foi um período curto, mas trouxe alguns resultados positivos. Construímos em Porto Velho, capital do nosso Estado, um porto graneleiro; também construímos um outro terminal em Itacoatiara, no Amazonas, que fazia parte do programa Avança Brasil. E havia um gerente para cada obra na época do Governo FHC. Vejo que todos os programas lançados, se levados a sério, são importantes. E o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – creio que veio em boa hora, porque existem muitos gargalos na infra-estrutura nacional. São necessários investimentos pesados nos portos, nas ferrovias, nas hidrovias, nas rodovias, nas usinas, na geração de energia elétrica; caso contrário, teremos problemas. O Brasil começa a crescer. No momento em que o mundo atravessa algumas dificuldades, o Brasil está pronto para o crescimento e o Programa de Aceleração do Crescimento já trouxe um efeito psicológico no primeiro ano. Então, não importa que neste ano as obras sejam apenas licitadas e contratadas para terem início no ano que vem. O importante é que esse programa vai até 2010 e poderá estender-se, quem sabe, com

outros Governos, porque o Presidente Lula foi reeleito, logo não será o Presidente da República a partir de 2011. Virão outros governantes e é importante que os programas lançados agora, essas obras de grande envergadura lançadas agora, tenham continuidade. No meu Estado está sendo lançada uma obra de suma importância para sustentar o crescimento econômico do Brasil: as hidrelétricas do rio Madeira, são elas a de Santo Antônio e Jirau, sobre as quais falarei daqui a pouco no meu pronunciamento. Mas também no Estado de V. Ex^a, no Pará, há a usina de Belo Monte, que também é indispensável para o Brasil e vai acabar saindo, assim como as usinas nucleares. O Brasil não tem como deixar de aproveitar as suas potencialidades hídricas e nucleares, porque vai faltar energia. A partir de 2011 e 2012, mesmo com a entrada do Madeira, do Belo Monte, se o Brasil continuar a crescer entre 5% a 6% ao ano, não vai haver energia suficiente. Problemas também estão acontecendo nos terminais portuários e aeroportuários, com o problema do fluxo de passageiros que vem aumentando a cada ano. Serão necessários, portanto, investimentos em infra-estrutura em todas essas áreas. Essa é a macro infra-estrutura do nosso País para a qual V. Ex^a está coberto de razão em pedir e cobrar investimentos federais. Concluindo o meu aparte, o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, veio em boa hora e vai se estender por muitos anos, trazendo investimentos concretos, reais, e, repito, só o efeito psicológico do seu lançamento já está trazendo aceleração à economia do nosso País. Muito obrigado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senador, primeiro quero agradecer a V. Ex^a o aparte, como sempre singular, inteligente. V. Ex^{as} que são da base do Governo, quando se critica o Governo – e estou criticando com boas intenções, fazendo uma crítica construtiva, é lógico, responsável, e desejando sucesso, sempre isso, porque quero que meu País cresça, que o meu Estado cresça –, V. Ex^{as} citam o Fernando Henrique Cardoso. Vale salientar, Senador, que o Lula já tem quatro anos e meio de Governo. Então, ele teve muita oportunidade de fazer. Quatro anos é um bom tempo para fazer. Aí não se pode justificar com erros do Fernando Henrique Cardoso.

Em junho, o número de acidentes nas estradas foi de 6.900. Acidentes! Essas estradas já deviam estar recuperadas. São quatro anos e meio de Governo. A Rede Globo mostrou, na campanha política, Senador, a situação da estrada que vai do Maranhão ao Pará.

O que diz aqui é terrível! São centenas de pessoas que morrem nessas estradas. Vou repetir: no mês

de julho, morreram 669 pessoas nessas estradas. É sério, é muito sério! Quero mostrar esse quadro à Nação brasileira, ao meu Estado. Esta crítica é construtiva: que o Presidente possa ver imediatamente que estão morrendo diariamente centenas de pessoas nas estradas brasileiras.

O País quer produzir soja, milho, feijão, arroz. A soja, por exemplo, antes do transporte, tem um custo final – vamos colocar em percentuais – de 40%, mas, quando soma com o custo de transporte, sobe para 80%. Antes de acrescentar esse valor, a soja brasileira é mais barata do que a produzida nos Estados Unidos; depois, torna-se mais cara. Isso é sério! Por que o transporte é tão caro no nosso País? Ora, se o pneu de caminhão é feito para durar um ano, nas estradas brasileiras dura, seis meses, assim como as peças e o combustível. Olhem como é sério!

E não quero que pensem que estou fazendo cenninha, que estou aqui só para criticar o Governo Lula. Estou aqui para defender meu Estado, estou aqui para defender o meu País! E faço igual ao Mão Santa: ninguém pode me tirar daqui, Mão Santa! Vão ter de me aturar por um bom tempo! Vão ter de me entender! Vão ter de me entender!

Diz a notícia da **Agência Estado**:

Um caminhão se acidenta a cada cinco minutos nas estradas federais. [Minha Santa Filomena, meu Deus do céu! Se a segurança é uma guerra, se o tráfego aéreo virou uma guerra, as estradas também viraram uma guerra! Precisamos ganhar essa guerra.] Um caminhão se acidenta a cada cinco minutos nas estradas federais. É o que mostra o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, com base em dados revisados recentemente pela Polícia Rodoviária Federal. Também foi feito o *ranking* de gravidade das rodovias, que aponta a Fernão Dias como a pior estrada do País. No Estado de São Paulo, porém, os trechos mais críticos estão na Régis Bittencourt.

Um caminhão a cada cinco minutos se acidenta nas estradas brasileiras!

Sr. Presidente, desço desta tribuna com a sensação de dever cumprido. Faço um novo alerta ao Líder do Governo, para que possa cumprir seu compromisso com os Senadores Mário Couto e Flexa Ribeiro. S. Ex^a nos prometeu que seria enviada imediatamente para este Senado uma medida provisória que resolveria os problemas do transporte escolar. Desço desta tribuna afirmando mais uma vez, Sr. Presidente, que confio, reconheço e admiro a capacidade e a forma

com que o Líder do Governo se relaciona com cada um de nós e espero que S. Ex^a possa resolver tão grave problema, como o dessas milhares de crianças que estão no interior do interior deste País sem estudar, porque estão esperando que o Governo Federal, que o governo dos Estados resolvam seus problemas de transporte escolar.

Sr. Presidente, muito obrigado. Agradeço, novamente, a V. Ex^a por sua postura e o carinho que tem com este Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador do Pará, queremos dizer que a decepção se estende ao Nordeste também. Aproveitaríamos a presença do Líder do PMDB para dizer que palavras são fáceis, siglas mais ainda. Vi uma Parceria Público-Privada (PPP). Agora, continua-se com um “P”, graças ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Então, pediria ao Presidente Luiz Inácio que se lembrasse das obras inacabadas do Piauí e da Parnaíba, que também começam com a letra “P”.

O porto do Piauí, ele o prometeu. Quanto à estrada de ferro, ele iludiu Alberto Silva, grande brasileiro e engenheiro ferroviário. Lamento, Luiz Inácio, mas não trocaram um dormente. Vossa Excelência iludiu Alberto Silva, dizendo que os trens iam funcionar.

E esse tabuleiro litorâneo? As Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), o Presidente Sarney as lançou lá. Vamos ver!

E a ponte que prometeu fazer nas comemorações dos 150 anos de Teresina? E Teresina já vai fazer 156 anos. Senador Raupp, não sou Alberto Silva, engenheiro, mas, no mesmo rio, fiz uma ponte em 87 dias. E o Heráclito fez uma ponte em 100 dias. Há seis anos, Luiz Inácio foi lá e a prometeu.

Lembro também o hospital universitário, por que tanto bradamos e que solicitamos; a Transcerrados, que vai gerar riqueza; e um pronto-socorro municipal. Enfim, são obras inacabadas. E há promessas de novas obras.

Penso que a grande obra – estamos aqui para ensinar o Presidente da República – seria a conclusão das 400 obras inacabadas deste País, anunciadas pelo Tribunal de Contas da União.

Convidamos para usar da palavra o Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp. Faça-lhe um pedido: no seu apelo em relação a obras no seu Estado, Rondônia, também se lembre das obras inacabadas do Piauí!

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil

realmente precisa de muitos investimentos em infra-estrutura. E não vem de agora; há décadas, o Ministério dos Transportes vem diminuindo os seus investimentos no setor de rodovias, portos, enfim na infra-estrutura rodoviária, ferroviária e portuária deste País.

Vejo que agora chega um alento. O Programa de Aceleração do Crescimento vai investir um pouco mais pesado, se não ainda satisfatórios, mas números bem mais alentadores do que no passado.

Venho à tribuna, Sr. Presidente, para falar dos investimentos das usinas hidrelétricas do rio Madeira, no meu Estado de Rondônia.

Foi publicado, hoje, o **Diário Oficial** da União, a portaria do Ministro de Minas e Energia que autoriza a Agência Nacional de Energia Elétrica a realizar, em 30 de outubro deste ano, um leilão de compras de energia proveniente da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio a ser construída no rio Madeira, em Rondônia.

A notícia não poderia ser melhor. Depois de anos de incertezas e atrasos, ao longo dos quais não me cansei de levantar a bandeira da importância para Rondônia e para o Brasil da construção das hidrelétricas projetadas para o rio Madeira, finalmente posso vir a esta tribuna para anunciar que a aspiração começa a ganhar contornos de realidade.

Não há dúvida, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que estamos dando um passo decisivo e altamente significativo para garantir que aceleração do crescimento – cujos efeitos, de resto, já começamos a sentir, com aumento de 4,8% da produção industrial no primeiro semestre deste ano – sejam estendidos e ampliados nos próximos anos.

Devemos, portanto, festejar essa notícia, após tanto tempo de expectativas e esperanças frustradas, pelas perspectivas alentadoras que a construção dessa hidrelétrica traz no que diz respeito às nossas necessidades de crescimento econômico e os legítimos desejos de prosperidade da nossa gente, tanto de Rondônia quanto do Norte do Brasil e, por que não dizer, de todo o Brasil.

Quero manifestar meu grande contentamento com o anúncio do leilão, que é compartilhado por todos os rondonienses, prontos a se engajarem nesta grande obra.

Nessas obras – duas grandes usinas: Santo Antônio e Jirau – serão investidos mais de R\$20 bilhões e serão gerados entre 30 e 50 mil empregos diretos e indiretos. Porto Velho, a nossa capital, está recebendo, neste momento, por meio de convênios assinados pelo Presidente da República, pelo Governador do Estado, Ivo Cassol, e pelo Prefeito de Porto Velho, Roberto

Sobrinho, recursos da ordem de mais de R\$500 milhões, para serem investidos em saneamento básico, em esgoto, em tratamento de água, em drenagem e em habitação. São obras importantes para sustentar o impacto que vai gerar a construção dessas grandes usinas em Rondônia.

Havia uma preocupação muito grande de que essas usinas trariam mais problemas, mais violência, mais migração, mais problemas de moradia, saneamento, emprego. Mas vejo o contrário: já temos problemas em grande quantidade. Não há como se criar mais problema numa capital como Porto Velho, uma cidade com dificuldades, falta de indústrias, falta de geração de emprego e de renda. A construção dessas usinas, por certo, trará investimentos antes da sua obra. Antes do início da construção, já está levando R\$500 milhões para investir em obras de infra-estrutura na capital, Porto Velho.

O desenvolvimento e o progresso dessas obras vão se estender por todo o Estado de Rondônia já na sua fase de construção. Primeiro, foi assinado convênio para cidades acima de 150 mil habitantes. Daqui a pouco, será assinado para cidades abaixo de 150 mil habitantes. Esse desenvolvimento chegará em todo o Estado de Rondônia. Onde os governos estaduais e municipais estão assinando convênios de investimentos, será gerado emprego e melhorará a qualidade de vida da população.

Espero que, muito breve, tenha a oportunidade de voltar aqui, diante dos Sr^{as} e Srs. Senadores, para anunciar a data do leilão da Usina de Jirau, a segunda usina. Oito meses a um ano depois de realizado o leilão da Usina de Santo Antônio, proceder-se-á também ao leilão da Usina de Jirau. São dois empreendimentos que trarão muito progresso para o Estado de Rondônia.

Da mesma forma, eu falava aqui das usinas de Belo Monte, no Pará, das obras que estão sendo lançadas em todo o País. Sei que obras desse porte não se concluem em apenas três anos ou três anos e meio. É claro que o Governo Lula, dificilmente, irá inaugurar as usinas do Madeira, porque são obras que vão durar, no mínimo, cinco ou seis anos. Houve o caso da construção de uma pequena usina no meu Estado, que começou no Governo militar, passou pelo Governo Sarney e o Fernando Henrique foi inaugurá-la. Era uma usina de 220 megawatts e demorou quatorze anos para ser construída – a Hidrelétrica de Samuel. Estou falando de usinas de 6.500 megawatts, um pouco mais do que a metade de Itaipu. São obras que vão passar de um Governo a outro.

Concedo um aparte ao Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (DEM – MA) – E veja V. Ex^a diz – e é uma realidade – é que as obras precisam começar e ter andamento. Temos enfrentado dificuldades, sobretudo por parte do Ibama. Espero que, a partir de agora, as coisas se modifiquem, que melhorem, a partir da votação daquela lei que foi praticamente imposta ao Congresso Nacional como solução para essas autorizações. Nós temos, lá no Maranhão, por exemplo, duas usinas extraordinárias no rio Tocantins. Uma chama-se Serra Quebrada e a outra, Estreito. Ambas estavam já em condições de começar a construção desde o Governo Sarney. Todavia não se começa. Houve uma licitação, formaram-se alguns consórcios. Ganharam a licitação e não puderam começar a obra por dificuldades geradas ora pelo Ministério Público, ora por ONGs, ora por índios, ora pelo Ibama. O País precisa dizer o que quer, o que pretende. Enquanto não encontrarmos um caminho de natureza legal para resolvermos tais impasses, não vamos a lugar algum. Este País não pode crescer na proporção que nós todos desejamos – 5%, 6%, 8% ao ano –, se não puder dispor de energia elétrica. E nós não vamos dispor de energia elétrica com essas dificuldades burocráticas que o Governo não consegue remover. Não é possível continuarmos dessa maneira. Ouvi o Presidente Lula dizer que estava insatisfeito com o ocorria no Ibama. Ora, o Chefe do Governo sem ter uma solução para o problema, porque realmente ele não tinha, é de entristecer a nós todos! Ou nós nos damos conta de que o País precisa ter um horizonte e resolver seus problemas de uma vez por todas, ou então vamos ficar patinando para o resto da vida. Estreito começou; começada a obra, foi paralisada por mais de quatro vezes, Senador Valdir Raupp! Por mais de quatro vezes, o consórcio teve de paralisar a obra em razão de problemas de Ministério Público, de ONGs, com decisão da Justiça, uma liminar do juiz que o Tribunal cassa em seguida. Não é possível isso! Começa a obra e paralisa quatro vezes! Não vai terminar nunca, mas terminaria em três anos, se não houvesse esses impasses. Portanto, V. Ex^a tem toda a razão nos argumentos que aqui traz. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – V. Ex^a está coberto de razão também, quando fala dos atrasos. Lembro-me da luta que empreendemos para a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho. Já teve início o do Coari-Manaus, e o de Urucu-Porto Velho não saiu do papel, mesmo com a licença ambiental já liberada. Foram quatro anos para liberar a licença ambiental.

Houve briga com o Ministério Público Federal, com o Ibama, problema de reservas, até que foram liberados um termo de ajustamento de conduta e a licença ambiental, em março do ano passado. Portanto, há mais de um ano, o Ibama licenciou a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho, mas, até hoje, nem mesmo o contrato foi realizado, porque envolve a Eletrobrás, a Eletronorte, a Petrobras e o consórcio formado para a construção do gasoduto, destinado a abastecer uma térmica de 400 megawatts de energia, que queima 1,5 milhão de litros de óleo diesel por dia – caro e poluente. O gás é 60% mais barato e cerca de 60% menos poluente que o óleo diesel.

Obras desse tipo emperram o desenvolvimento do País, mas espero que, daqui para a frente, com o empenho do Governo Federal, elas possam caminhar em ritmo acelerado, até porque o Brasil, hoje, dispõe de um pouco mais de recursos do que no passado, sem as amarras do FMI. No passado, o FMI não deixava que coisa alguma fosse feita no Brasil. Toda noite, no Jornal Nacional, ouvíamos falar-se em FMI. De uns anos para cá, graças a Deus, não se fala mais em FMI. O FMI é coisa do passado, não impõe, não dita mais as regras no nosso País.

Assim, espero que o Programa de Aceleração do Crescimento, que inclui as usinas do rio Madeira, o gasoduto Urucu-Porto Velho, que está em estudo também, no PAC, e tantas outras obras importantes, federais, estaduais e municipais, possam realmente acontecer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá, como Líder do Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer um registro sobre o importante trabalho feito pela Defensoria Pública da União e, mais do que isso, para fazer um apelo para que o Ministério da Justiça, onde a Defensoria Pública está lotada, e a própria Casa Civil estudem, com agilidade, a proposta de emenda constitucional que prevê autonomia orçamentária e financeira, Senador Edison Lobão, para a Defensoria Pública da União.

Fizemos isso para as Defensorias Públicas Estaduais, na reforma do Judiciário, e é importante que a Defensoria Pública da União tenha também um ins-

trumento de funcionamento garantido, com melhores condições. A Defensoria Pública da União foi criada pelo art. 134 da Constituição de 1988 para representar a população mais pobre. Os trabalhadores e as famílias, no Brasil, que não têm renda ou que têm renda inferior ao limite de pagamento do Imposto de Renda podem procurar a Defensoria Pública.

A Defensoria Pública atua em diversas áreas, como, por exemplo, na Previdência, ajudando os trabalhadores em questões que envolvam auxílio-doença, auxílio-desemprego, pensão por morte, auxílio reclusão. Os vários mecanismos de apoio da Previdência Social podem ser acionados, judicialmente, por meio da Defensoria Pública da União, por aqueles que não têm advogado constituído.

A Defensoria Pública atua também na Assistência Social – os benefícios de prestação continuada dos programas sociais podem ser requisitados, judicialmente, por meio da Defensoria Pública –; nas ações criminais, nos juizados federais; nas ações coletivas e em outras matérias que digam respeito à questão judiciária federal.

Então, faço esse apelo e registro o excelente trabalho, a respeito do qual dou meu testemunho, da Defensoria Pública Federal de Roraima, que já está estruturada e em funcionamento. Ao fazer esse registro, quero dizer que vamos trabalhar para buscar a autonomia orçamentária e financeira das Defensorias Públicas.

Peço a transcrição da Cartilha da Defensoria Pública, porque pretendo, Sr. Presidente, reproduzi-la, para que a população do meu Estado possa receber as informações necessárias para buscar o excelente trabalho da Defensoria Pública, a fim de defender seus direitos.

Tenho a certeza de que o Governo e o Presidente Lula vão buscar os mecanismos necessários para fazer com que a população mais pobre possa ter a ampliação do trabalho da Defensoria Pública e, portanto, a defesa de seus direitos, de forma legítima, na Justiça Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

CARTILHA DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

APRESENTAÇÃO

A presente Cartilha é dirigida ao povo brasileiro e tem como objetivo divulgar o trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública da União, identificando a sua missão constitucional e o papel dos seus membros, os Defensores Públicos da União, também chamados de Defensores Públicos Federais.

Aqui, você encontrará informações básicas sobre como exercer os seus direitos, conhecendo um pouco melhor o órgão do Estado que tem o dever de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que necessitarem.

A presente Cartilha é uma singela homenagem ao povo brasileiro, principal destinatário do serviço prestado pela Instituição por intermédio dos Defensores Públicos Federais, sempre incansáveis na busca pela concretização do ideal democrático de justiça, igualdade e cidadania para todos.

O QUE É A DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO?

De acordo com o artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal de 1988, todo indivíduo, brasileiro ou estrangeiro, possui o direito fundamental de acesso à justiça, ainda que não tenha condições financeiras de pagar um advogado particular. Nesse caso,

o Estado Brasileiro tem o dever de garantir à pessoa que necessite a ampla e gratuita assistência jurídica, por meio da Defensoria Pública, Instituição criada especialmente para esse fim.

A Defensoria Pública da União foi criada pelo artigo 134 da Constituição Federal de 1988 com a missão de garantir o acesso à justiça das pessoas carentes, prestando assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, por intermédio dos Defensores Públicos Federais, a todos aqueles que comprovarem insuficiência de recursos.

A assistência jurídica judicial engloba o ajuizamento de ações, a apresentação de recursos aos Tribunais e a defesa em processos civis ou criminais perante o Poder Judiciário.

A assistência jurídica extrajudicial compreende a orientação e o aconselhamento jurídicos, feitos pelo Defensor Público, além da conciliação e da representação do assistido junto à Administração Pública.

A Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, organiza a Defensoria Pública da União e estabelece que os Defensores Públicos Federais atuarão na Justiça Federal, na Justiça Militar, na Justiça Eleitoral, na Justiça Trabalhista, nos Tribunais Superiores e no Supremo Tribunal Federal, além dos Juizados Especiais Federais.

A Defensoria Pública da União representará o cidadão contra a União, suas Autarquias, Fundações e órgãos públicos federais (INSS, INCRA, FUNAI, Exército, Marinha, Aeronáutica, etc) ou empresas públicas federais (Caixa Econômica Federal, Correios, etc), ou seja, a Defensoria Pública da União atuará em todos os casos que envolvam o exercício de um direito do indivíduo ou da população carente contra

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO JUSTIÇA E IGUALDADE PARA O POVO

SAÚDE
EDUCAÇÃO
PREVIDÊNCIA
MORADIA
LIBERDADE

Seja Cidadão, Lute pelos seus direitos!

CARTILHA

Senador Romero Jucá

as entidades públicas federais ou, ainda, outros interesses que estejam submetidos ao Poder Judiciário da União.

É muito importante lembrar que o serviço público prestado pela Defensoria Pública da União é totalmente gratuito.

QUEM SÃO OS DEFENSORES PÚBLICOS DA UNIÃO?

Os Defensores Públicos da União, ou Defensores Públicos Federais, são profissionais aprovados em concurso público de provas e títulos com, pelo menos, dois anos de experiência jurídica.

No exercício da profissão, o Defensor Público Federal é independente para atuar na defesa dos interesses do cidadão, devendo, inclusive, agir contra o próprio Estado sem receber qualquer punição.

Além de propor ações e apresentar defesa em favor do assistido nos processos judiciais e administrativos, o Defensor Público tem o dever de prestar-lhe orientação jurídica, esclarecendo suas dúvidas e podendo promover, inclusive, a conciliação amigável entre as partes.

QUEM TEM DIREITO AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO?

Todo indivíduo que possua uma renda familiar não superior ao limite de isenção do Imposto de Renda – que atualmente é de R\$ 1.257,12 - terá direito à assistência jurídica gratuita.

Entretanto, na hipótese de a renda familiar ultrapassar o valor de isenção do imposto de renda, para obter a assistência gratuita, o indivíduo deverá comprovar gastos extraordinários, como despesas com medicamentos, material especial de consumo, alimentação especial, etc.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

Na Saúde

A saúde é direito de todos e dever do Estado, que deve implementar políticas públicas para o fornecimento pleno desse serviço às pessoas necessitadas, através do Sistema Único de Saúde. Quando o Estado falha ou se omite nesse dever, surge o direito do indivíduo de exigir-lhe a prestação.

A Defensoria Pública da União pode atuar na representação da pessoa carente que necessite de determinado remédio negado pelo Estado (quando o remédio está em falta no posto de saúde, por exemplo) ou de internação e tratamento em hospital público.

Na Educação

A educação é um direito fundamental da pessoa humana, devendo ser promovida pelo Estado e pela família, de forma a garantir a igualdade entre as pessoas e o exercício da cidadania plena pelo indivíduo.

(sessenta e cinco) anos e ao portador de deficiência, que comprovem não ter meios de prover a própria subsistência ou de tê-la provida por sua família.

Na Moradia

A Defensoria Pública da União atuará para garantir ao cidadão hipossuficiente o direito à moradia, apresentando defesas nas ações de imissão ou reintegração da posse promovidas pela Caixa Econômica Federal, ou ajuizando ações judiciais para evitar leilões dos imóveis e promover negociações dos contratos de financiamento da casa própria celebrados pelo Sistema Financeiro de Habitação, caso se mostrem abusivos.

A Defensoria Pública da União promoverá também ações destinadas a concretizar as políticas públicas de regularização fundiária das terras da União, regularizando as posses consideradas irregulares e garantindo o direito constitucional de moradia à comunidade carente.

Na Liberdade

A Defensoria Pública da União é a Instituição guardiã dos princípios constitucionais que garantem a todos os acusados em processo criminal a mais ampla defesa e o contraditório.

Assim, sempre que algum cidadão for preso, processado criminalmente ou estiver ameaçado de lesão no exercício pleno do

A União tem o dever de organizar o sistema federal de ensino. A falta desse serviço ou a deficiência na sua prestação geram o direito do indivíduo, ou da coletividade, de exigí-lo.

A Defensoria Pública da União poderá promover ações judiciais ou intermediar acordos com a própria União para garantir o acesso à educação a quem dela necessite.

Na Previdência Social

Sempre que o cidadão carente queira requerer, por exemplo, aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-maternidade, salário-família ou outro benefício previdenciário, poderá se dirigir à Defensoria Pública da União, que poderá representá-lo perante o INSS, os Juizados Especiais Federais ou a Justiça Federal, caso o INSS se negue a conceder o benefício administrativamente.

Na Assistência Social

Em alguns casos, mesmo aquele indivíduo que nunca se filiou à Previdência Social e, por isso, não tem direito a um dos benefícios previdenciários, terá direito a um benefício assistencial denominado BCP – Benefício de Prestação Continuada.

Esse benefício, no valor de um salário mínimo, será pago pelo INSS independentemente de contribuição à seguridade social e será devido a toda pessoa idosa, com idade igual ou maior do que 65

direito de ir e vir, deverá procurar a Defensoria Pública da União para que o Defensor Público Federal tome todas as medidas cabíveis para conseguir a liberdade do assistido.

Os Defensores Públicos Federais atuam na defesa dos acusados perante a Justiça Federal, os Juizados Especiais Federais Criminais, as Auditorias Militares e as Penitenciárias Federais.

Atualmente, a Lei n. 11.449, que entrou em vigor em 15 de janeiro de 2007 e alterou o artigo 306 do Código de Processo Penal, tornou obrigatória a comunicação da prisão em flagrante do indivíduo preso que não possui advogado ao Defensor Público, dentro de 24 horas. A partir de então, o Defensor Público poderá analisar a legalidade da prisão e tomar as medidas cabíveis para a garantia do direito de liberdade do preso.

Nas Ações Coletivas

A Defensoria Pública da União também pode representar, de uma só vez, perante o Poder Judiciário ou fora dele, um grupo de pessoas que tenham interesses comuns, como, por exemplo, todos os consumidores de serviços de energia elétrica, todos os moradores de determinada favela, todos os estudantes que precisem do serviço público federal de ensino, entre tantos outros.

As ações coletivas, como são chamadas, buscam otimizar a atuação da Defensoria Pública, possibilitando que várias pessoas consigam obter o mesmo direito ao mesmo tempo.

O reconhecimento definitivo da legitimidade da Defensoria Pública para o ajuizamento das ações coletivas e da Ação Civil Pública chegou com a edição da Lei nº 11.448, de 15 de janeiro de 2007.

Outras matérias

E mais. Os Defensores Públicos Federais também podem atuar para garantir ao trabalhador o saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – o FGTS, para a obtenção e a regularização do CPF perante a Receita Federal, para a garantia dos direitos do consumidor e na defesa de estrangeiros, através do requerimento de vistos, da regularização de permanência no país, do pedido de asilo político, da defesa contra deportação, expulsão, extradição, etc.

Além disso, a Defensoria Pública da União deverá promover a defesa dos direitos humanos fundamentais das minorias: mulheres e crianças vítimas de tráfico internacional para fins ilícitos, idosos, deficientes, homossexuais, negros e povos indígenas vítimas de preconceitos.

PROJETOS ESPECIAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

Atualmente, a Defensoria Pública da União vem desenvolvendo Projetos Especiais de interesse de toda a população brasileira, em parceria com a sociedade civil e outros órgãos públicos.

Eis alguns exemplos:

Projeto “DPU Itinerante”

O Projeto “DPU Itinerante” consiste no deslocamento do Defensor Público Federal e da estrutura móvel de apoio às cidades não abrangidas por Unidades da Instituição. O objetivo do projeto é facilitar o acesso da população das mais distantes localidades do Brasil aos serviços prestados pelo Órgão. O lema do Projeto é: “Ir aos mais distantes rincões do país, levando a todos os brasileiros, de forma viva e real, cidadania e justiça”.

Mais de 6.000 cidadãos carentes, que moram no interior do país, foram beneficiados pelo projeto.

“Projeto Dourados”

O Projeto Dourados foi desenvolvido para prestar assistência jurídica integral e gratuita às comunidades indígenas do Município de Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul, cujo contexto social é muito delicado em face dos muitos problemas e conflitos existentes.

O sucesso do projeto se deve ao trabalho conjunto da Defensoria Pública da União com outras entidades da região, como a Universidade Federal da Grande Dourados, o Ministério Público Federal, a FUNAI e o Comitê de Ações Indígenas do Ministério da Assistência Social e Combate à Fome.

Projeto “Escalpelamento na Amazônia”

O Projeto “Escalpelamento na Amazônia” consiste em acordo de cooperação técnica entre a Defensoria Pública-Geral da União e o Departamento de Defesa do Direito do Consumidor do Ministério da Justiça. O objetivo do projeto é contribuir na erradicação do escalpelamento que atinge as comunidades ribeirinhas da região amazônica, acidentes cujos efeitos ultrapassam a pessoa da vítima, passando por sua família, comunidade e atingindo, inclusive, o serviço público de saúde.

Projeto “Câmara Previdenciária de Conciliação”

O Projeto “Câmara Previdenciária de Conciliação” resultou de uma parceria entre a Defensoria Pública-Geral da União e o INSS, e seu objetivo é garantir o direito do cidadão ao recebimento de benefícios previdenciários sem necessidade de ajuizamento de ações judiciais.

Projeto de Atuação nas Penitenciárias Federais

A Defensoria Pública da União em parceria com o DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional – está desenvolvendo projeto piloto de prestação de assistência jurídica gratuita aos recolhidos no Presídio Federal de Catanduvas/PR, primeiro presídio federal do país.

LISTA DE ENDEREÇOS

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO

Espanada dos Ministérios, Ministério da Justiça, Bloco "T", Anexo II, Salas: 232/234
 CEP: 70.064-900 – Brasília/DF
 Fone: (0xx61) 3429-3718 / 3429-9242

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO DE CATEGORIA ESPECIAL

SCS - Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco C, número 256, Edifício TOUFIC, 4º, 5º, 6º, 7º -
 Asa Sul – CEP: 70.302-000 - Fone: (0xx61) 3323-6343

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL

SCRN 704/705, Bloco "C", nº 40/45/48 - Asa Norte - CEP: 70.730-630 – Brasília/DF
 Email: dpu.df@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx61) 3347 7767

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DO PARÁ

Rua Senador Manoel Barata, 718, Ed. Infante de Sagres – Bairro Campina Belém/PA.
 CEP: 66.019-000 - Email: dpu.pa@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx91) 3224.3709

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. do Contorno, 7.962 – Ed. Diniz Center – Bairro Santo Agostinho,
 CEP: 30.110-120 - Belo Horizonte/MG - Email: dpu.mg@defensoriapublica.gov.br
 Fone: (0xx31) 3292 7769/3292 7813

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM JUIZ DE FORA/MG

Av. Barão do Rio Branco, 2.721 salas 1008 a 1010 – Ed. Golden Center – Centro CEP: 36.016-
 311 – Juiz de Fora/MG - Email: dpu.juizdefora@defensoriapublica.gov.br
 Fone: (0xx32) 3215 5536

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DE RORAIMA

Rua Coronel Pinto nº. 248, Bairro Centro - CEP: 69.301-150 – Boa Vista/RR
 Email: dpu.rr@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx95)3224-8005

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DO MATO GROSSO

Av. Historiador Rubens de Mendonça, Nº. 4.888 – Fórum Federal 8 de Abril – 1º andar Bairro: CPA
 CEP: 78.050.910 - Cuiabá/MT - Email: dpu.mt@defensoriapublica.gov.br
 Fone: (0XX65)3614-5828 - Fax: (0XX65)3614-5829

Projeto de Regularização Fundiária

O projeto visa promover, em parceria com outros órgãos públicos e privados, a regularização fundiária de assentamentos informais urbanos, garantindo o direito à moradia das famílias carentes que ocupam irregularmente terras públicas da União.

PROCURE A DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO MAIS PRÓXIMA DE SUA CASA

Entretanto, é certo que as valorosas orientações constantes desta cartilha têm cunho apenas informativo. Para cada caso particular, somente a orientação jurídica do Defensor Público, através do relato dos fatos pelo assistido e da análise de documentos, poderá esclarecer corretamente sobre direitos. Por isso, se apresse: procure a Defensoria Pública da União mais próxima de sua residência e converse com o Defensor Público sobre as suas dúvidas, os endereços encontram-se anexados ao final da cartilha.

E não se esqueçam: a Defensoria Pública é uma das mais fortes garantias democráticas de inclusão social, razão pela qual a luta pela sua efetiva implantação deve ser contínua e incansável.

O amplo acesso à justiça é um caminho para a construção de uma sociedade realmente justa, digna e solidária, que possa refletir no mundo dos fatos o ideal de igualdade de todo o povo brasileiro.

DIA NACIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA,

19 de maio de 2007.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DO GOIÁS

Rua 22, nº 305 – Quadra G 10, Lote 36 – Setor Oeste - CEP: 74.120-130 Goiânia/GO
Email: dpu.go@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx62) 3214 1530

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DO AMAZONAS

Rua Ferreira Pena, 179 – Centro - CEP: 69.010-140 – Manaus/AM
Email: dpu.am@defensoriapublica.gov.br
Fone: (0xx92) 3233 2020 / 3622 5037 / 3222 5351

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DE TOCANTINS

Quadra 104 Sul, Rua SE – 1, nº 38 - Centro - CEP: 77.100-030 - Palmas/TO
Email: dpu.to@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx63) 3218 2012

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DO ACRE

Rua Rui Barbosa, nº 142 - CEP: 69.900-120 - Rio Branco/AC
Email: dpu.ac@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx68) 3224 7479

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA

Rua Frederico Simões, nº 98 – Ed. Advanced Trade – Salas 1301 a 1306 e 1311 a 1314 –
Bairro Caminho das Árvoreas. CEP: 41.820-774 – Salvador/BA
Email: dpu.ba@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx71) 3341-1547

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DO PIAUÍ

Rua Félix Pacheco, nº 1.709 – Centro - CEP: 64.001-160 - Teresina/PI
Email: dpu.pi@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx86) 3223 7580 / 3226-1133

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. General Justo, 365 - 5º andar – Centro - CEP: 20.021-130 – Rio de Janeiro/RJ
Email: dpu.rj@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx21) 2517 3301

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO DO ESTADO NO ESPÍRITO SANTO

Rua Profº. Baltazar nº. 113 – Centro - CEP: 29.015-180 – Vitória/ES
Email: dpu.es@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx27) 3332 0144

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Rua da Consolação, 2005/2009 – Bairro Consolação - CEP: 01.301-100 – São Paulo/SP
Email: dpu.sp@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx11)3231 0866 / 3231 2833

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM CAMPINAS/SP

Av. Francisco Glicério, nº 1.110 – Centro - CEP 13.012-100 – Campinas/SP
Email: dpu.campinas@defensoriapublica.gov.br - Fone:(0xx19)3234.9299

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM GUARULHOS/SP

Rua Quitandinha, nº 21 – sala 11 - Vila Galvão. CEP: 07.56-060 – Guarulhos/SP
Email: dpu.guarulhos@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx11)6455 2756

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM SANTOS/SP

Rua Alexandre Herculano nº 114 – Boqueirão - CEP: 11.050-031 – Santos/SP
Email: dpu.santos@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx13) 3221 6394

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DO MATO GROSSO SUL

Rua Barão de Melgaço, nº 147 – Centro - CEP: 79.002-090 – Campo Grande/MS
Email: dpu.ms@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx67) 3324 1305

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/RS

Travessa – Engenheiro Acelino de Carvalho, 21 - 10º andar
Centro – CEP: 90.010-200 – Porto Alegre/RS.
Email: dpu.rs@defensoriapublica.gov.br
Fone: (0xx51) 3212 5212 / 3211 5555 / 3225 9059 / 3227 8228

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM BAGÉ/RS

Rua Juvêncio Lemos, nº 566 – Centro - CEP: 96.400-550 – Bagé/RS
Email: dpu.bage@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx53) 3241 2122

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM PELOTAS/RS

Rua XV de Novembro, nº 658 – Centro - CEP: 96.001-970 – Pelotas/RS
Email: dpu.pelotas@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx53) 3227 1655

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM SANTA MARIA/RS

Rua Duque de Caxias, 1.881 - CEP: 97.015-190 – Santa Maria/RS
Email: dpu.santamaria@defensoriapublica.gov.br
Fone: (0XX55)3217 9110 / 3286 2436

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DO PARANÁ

R. Voluntário da Pátria, nº 547 – Centro CEP: 80.020-000 – Curitiba/PR
Email: dpu.pr@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx41) 3304 4371 / 3304 4374

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Coronel Lopes Vieira, nº 114 – Centro - CEP: 88.015-260 – Florianópolis/SC
Email: dpu.sc@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx48) 3222-7071 / 3223-5259

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DE SERGIPE

Av. Augusto Maynard, 366 – Bairro São José - CEP: 49.015-380 – Aracaju/SE
Email: dpu.se@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx79) 3214 0946 / 3214 0486

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DA PARAÍBA

Av. Santa Catarina, nº 621 – Bairro dos Estados - CEP: 58.030-070 – João Pessoa/PB
Email: dpu.pb@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx83) 3224 3032

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DO CEARÁ

Rua Tabajara nº 265 – Praia de Iracema - CEP: 60.060-510 – Fortaleza/CE
Email: dpu.ce@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx85)3219 0052 / 3219 1049

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DE ALAGOAS

Praça dos Palmares, s/nº - Ed. Palmares - 13º andar – Centro
CEP: 57.020-150 – Maceió/AL
Email: dpu.al@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx82)3326 9900

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Deodoro da Fonseca, nº 601 - Cidade Alta - CEP: 59.025-600 – Natal/RN
Email: dpu.rn@defensoriapublica.gov.br - Fone: (0xx84)3221 5688

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO NO ESTADO DO PERNAMBUCO

Rua Dantas Barreto, 1.090- 1º, 2º e 3º pavimento - Ed. São Miguel – São José
CEP: 50.020-000 - Recife/PE.
Email: dpu.pe@defensoriapublica.com.br
Fone: (0xx81)3224 0256 / 3224 0165 / 3224 0339 / 3224 0355 / 3224 0332

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Agradeço a V. Ex^a, Senador Romero Jucá.

Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. EDISON LOBÃO (DEM – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de chamar a atenção dos meus Pares, neste pronunciamento, para uma questão de grande alcance social, que envolve milhões de brasileiros e brasileiras, que é a aposentadoria dos trabalhadores rurais.

O Senador Mão Santa, que é do Piauí – e sou seu vizinho, do Maranhão –, sabe muito bem das dificuldades dos nossos conterrâneos, que, depois de um labor intenso por tantos anos, ao chegarem ao final de suas vidas, não dispõem de uma aposentadoria, muitas vezes, de uma situação que lhes garanta a velhice.

Recentemente, um grupo de trabalhadores rurais da região dos Cocais maranhenses, em contato com a minha assessoria, alertou-me para a necessidade de aprovação, na Câmara dos Deputados e, posteriormente, no Senado Federal, do Projeto nº 1.154/95. Esse projeto está na Câmara há 12 anos.

A iniciativa dispõe sobre aposentadoria por idade ou invalidez, no valor de um salário mínimo, ao trabalhador rural que preste serviço a mais de um empregador e não tenha a carteira de trabalho e Previdência Social assinada.

A matéria é extremamente relevante para todo o País, mas especialmente para o meu Estado, o Maranhão, que é predominantemente agrícola. A maioria da população maranhense está no campo. Essa é uma coisa curiosa, neste País, pois, em quase todos os Estados, a maioria da população se encontra nas cidades, nas sedes dos Municípios, enquanto que a maioria da população do Maranhão ainda está no campo, o que é bom, porque não há o inchaço das cidades.

A maioria da população maranhense está no campo, eu dizia, tendo mulheres, em muitos casos, como chefes de família. São elas mulheres corajosas que, nessas situações, sustentam os filhos, as filhas e outros parentes, muitas vezes, com o fruto do trabalho árduo, porém digno.

Em linhas gerais, a proposta em tramitação é de que, nos casos de entrada de pedido para aposentadoria, tal trabalhador do campo possa comprovar o exercício da atividade rural mediante declaração

de sindicato de trabalhadores rurais, devidamente homologada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Como bem lembra o autor da proposição, desde 1991, com a Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre dispositivos constitucionais referentes à Previdência Social, o trabalhador safrista, mais conhecido como “bóia-fria”, passou a ser considerado como segurado obrigatório na categoria de empregado. Ocorre que, com isso, dele passou a ser exigida, para concessão de benefícios previdenciários, a apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada pelos fazendeiros ou pelo prestador de serviço, o conhecido e deletério “gato”.

Na prática, sabemos, a realidade é outra no extenso território nacional, ou seja, dificilmente o safrista tem a sua Carteira de Trabalho assinada. Assim, muitos deles são os que, nessa condição, ficam surpreendidos, extremamente frustrados com a impossibilidade de receber o benefício da aposentadoria do INSS. Como é possível um cidadão brasileiro trabalhar por décadas seguidas no campo e ter, depois, dificuldades para requerer um benefício previdenciário de apenas um salário-mínimo? Nem isso eles conseguem.

O projeto ao qual foram apensadas outras diversas e meritórias proposições encontra-se, como disse, na Câmara dos Deputados, e tem envolvido a discussão de outro aspecto também muito importante dessa questão: a inclusão de mulheres chefes de família entre os beneficiados pela Previdência rural.

Vale lembrar que, atualmente, somente homens têm direito à aposentadoria como trabalhadores rurais. Portanto, chamo a atenção dos meus ilustres Pares para a necessidade da inclusão imediata também das mulheres, que, repito, em muitos casos, são chefes de família, sustentam a família no campo.

É claríssimo que as reivindicações dos trabalhadores são justas, já que eles representam um segmento muito importante em nosso País, em todo este quase continental território brasileiro. Por isso eles são merecedores do nosso amplo apoio e atenção.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos nós sabemos que o tema Previdência Social é bastante complexo, sempre merecedor da atenção e preocupação da população de um modo geral, dos especialistas, dos economistas, dos governos, dos empresários, dos profissionais liberais e dos sindicatos de trabalhadores rurais. É assim aqui no Brasil e em praticamente todo o mundo.

Cada alteração proposta nas Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 1991 – que instituem respectivamente o Plano de Custeio da Seguridade Social e os Planos de Benefícios da Previdência Social –, gera, naturalmente, ampla discussão por suas quase sempre intensas implicações financeiras para o Erário.

Não podemos, entretanto, perder de vista a necessidade urgente de se incluir na Previdência aqueles setores da população que tanto trabalham pelo bem do Brasil e da estabilidade da estrutura social, gerando o progresso harmônico de nossa Nação.

Saudemos, pois, o pleito legítimo dos nossos conterrâneos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Na verdade, o que se busca com a proposição em discussão na Câmara é o estabelecimento de uma justiça com as camadas menos favorecidas do nosso campo. Na Câmara dos Deputados, em junho deste ano, em reunião da Subcomissão Permanente de Agricultura Familiar, Assuntos Agrários e Fundiários, bem argumentou a Secretária de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Alessandra da Costa Lunas.

Na oportunidade, ela disse que a proposta em discussão, a rigor, não deve acarretar novas despesas para a Previdência. Isso porque o projeto de lei apenas possibilita o direito de acesso ao benefício, que já é garantido ao trabalhador rural. É garantido, mas ele não recebe, em razão das armadilhas burocráticas. Ou seja, na prática, a proposição apenas estabelece regras para acelerar a concessão de benefício, que atualmente pode demorar anos.

Gostaria que este meu pronunciamento desperdesse, com maior intensidade, entre os meus nobres Pares, a atenção para a relevância desta matéria que, em breve, deverá ser encaminhada ao Senado Federal, após a conclusão de sua tramitação na Câmara dos Deputados.

Tenho a certeza de que aqui nesta Casa receberá a acolhida necessária, devida a tão importante iniciativa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite V. Ex^a um aparte, Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (DEM – MA) – Ouço o eminente Senador Mão Santa, do Piauí.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – “Um bem nunca vem só, sempre vem acompanhado de outro bem”, Padre Antonio Vieira. V. Ex^a é um estadista que me faz lembrar um outro estadista, Franklin Delano Roosevelt. Ele foi Presidente dos Estados Unidos por 4

vezes, com Churchill e Stalin ganharam a guerra. E enfrentou um pós-guerra. Como foi difícil a recessão. Ele deixou essa mensagem que V. Ex^a traz para o Luiz Inácio, que é o de hoje. Ele disse: “As cidades podem ser destruídas, mas elas ressurgirão do campo. Agora, se o campo for destruído, as cidades perecerão de fome”. O que nós vemos é o campo abandonado, esquecido, desprezado, principalmente de seu fator principal, que é gente, ser humano. Aqueles que fizeram a História. E não era assim. V. Ex^a há de se lembrar que no Governo revolucionário foi o próprio Presidente Médiçi – isso aí tem que fazer história – que criou o Funrural. Dava aposentadoria e assistência médica. Por isso esses hospitais entraram em situação de falência total. Luiz Inácio desconhece, e Temporão também não viveu a época. Mas eu vivi. O trabalhador rural tinha o seu instituto, o Funrural, com verba própria, que era entregue aos hospitais que o assistiam. Nós, por exemplo, na Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba. E muitos. Por isso os hospitais foram sucateados. Aquela verba fixa – nós, médicos, tínhamos uma tabela razoável e satisfatória da Previdência Social – ficava direto com o hospital. Aquilo dava para garantir os hospitais. As santas casas, os hospitais filantrópicos, os hospitais do Estado que tinham o convite, aquele dinheiro, aquele somatório vindo do Governo Federal dava para manter. Os profissionais médicos abdicavam, mas pelo bom funcionamento. Hoje, vemos os hospitais sucateados, porque eles perderam essa verba fixa que vinha do Governo Federal. V. Ex^a está se preocupando porque o que nós estamos vendo é que está abandonado o campo. Não pensaram no que Franklin Delano Roosevelt disse. Abandonaram, esqueceram, está desprezado. Houve também, indiretamente – temos que valorizar a ação e a visão do Presidente José Sarney –, aquele Programa do Leite. Além de ser um programa que nunca dantes houve tão bom, porque não tem alimento melhor do que o leite, mais simples, mas é como o Padre Antonio Vieira, que era do Maranhão, dizia: “Um bem não vem só...”. Fixava o homem no campo, com a vaquinha dele, porque tinha para quem vender. O Governo comprava o leite. Então, fixava o homem no campo. E hoje o que nós vemos é o abandono do homem do campo, que empobrece e vem para a cidade, porque não tem ganho, não tem perspectiva de aposentadoria. Juscelino Kubitschek já dizia: “A velhice é triste”. Juscelino Kubitschek, um estadista. Velhice desamparada é uma desgraça. V.

Ex^a adverte para a desgraça que o Governo está levando ao homem e à mulher do campo.

O SR. EDISON LOBÃO (DEM – MA) – Médico e querido por todos os seus conterrâneos, ao longo da sua vida profissional, V. Ex^a, por muitas vezes, teve a oportunidade de lidar com os homens do campo, e conhece, portanto, esta questão tanto quanto eu.

Vejo aqui um conterrâneo meu, o ilustre Deputado Federal Sétimo Waquim, que também esteve, por toda sua vida, voltado para as dificuldades dos nossos conterrâneos mais distantes que lá convivem. Esse político a que me refiro dedicou boa parte da sua vida ao reconhecimento dessas dificuldades e na busca de uma solução para elas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ou nós tratamos a questão do campo com seriedade, expulsando da nossa periferia os impulsos demagógicos, ou não iremos a parte alguma.

Nos anos 60, houve um governo que acabou sendo derrubado pela força militar, porque quis tratar a reforma agrária como sendo uma coisa meramente política, sensacionalista, sem adentrar os verdadeiros rincões do problema, graves todos eles. Caiu o governo. Veio o governo da revolução, que rapidamente votou uma lei, O Estatuto da Terra, e passou a fazer, aí sim, reforma agrária, o que no anterior não se fazia.

Quando fui Governador, pude distribuir, sem nenhuma ajuda do Governo Federal, mais de 25 mil títulos de terra aos trabalhadores rurais. Esses títulos eram acompanhados, todos eles, da ferramenta agrícola, da semente selecionada, que era estendida aos demais trabalhadores rurais do Estado. Mais de 350 mil ferramentas eram distribuídas todo ano, com assistência da Emater, levando-se, portanto, a sério um problema que há de ser tratado com seriedade, que é a reforma agrária.

Senador Mão Santa, V. Ex^a foi também Governador e cuidou dos seus trabalhadores rurais do mesmo modo. Sou testemunha disso! Se todos os Governadores procedessem desse modo, e o Governo Federal, sobretudo, haveria uma situação diferente no campo, hoje. Mas, não! Hoje o campo está agitado já não mais pelos sindicatos, e sim pelo MST, e o que vemos são invasões seguidas sem nenhuma consequência prática, sequer para os que praticam a invasão, eu diria. Estamos, com isso, desorganizando o campo e não dando aos trabalhadores rurais um lenitivo, uma propriedade mínima que seja, uma garantia para seu presente e seu futuro.

O que é preciso fazer é ter em vista, portanto, a situação social e o desequilíbrio que ainda marcam os nossos patrícios, espalhados por todas as latitudes deste País, no interior.

Quando V. Ex^a invoca Roosevelt, que também dizia que é no campo que vamos buscar o sustento das cidades e que sem aquele não teremos este, ou nos damos conta disso ou estaremos apenas patinando na periferia de um problema que é sério, grave.

Espero, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Senado da República tenha, portanto, sensibilidade para essa questão, que hoje trago à análise dos nosso eminentes colegas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Mão Santa, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Efraim, ouvi aqui os Líderes do PMDB e do Governo falarem em obras. São simples letras que enganam o povo brasileiro. Faz-me lembrar *Goebbels*, o comunicador de Hitler, que disse que uma mentira repetida se torna verdade.

Queria dizer que antes eram as PPPs, de que ninguém fala mais, pois não deram em nada. Agora, mudaram para PAC, que tem a letra “P”. Pelo menos, se Luiz Inácio se lembrasse do Piauí...

São 400 obras inacabadas antes do escândalo da Gautama, dito pelo Tribunal de Contas da União. Quatrocentas antes da Gautama! Mas pude lembrar as do Piauí enquanto o Líder Raupp e o Líder Romero falavam palavras que se confundem com a mentira.

Citaria, por exemplo, o porto de Luís Correia, do Piauí, que começou com Epitácio Pessoa – Luiz Inácio foi lá e disse...

Estrada de ferro. Ó Efraim, nas vésperas da eleição, Luiz Inácio iludiu Alberto Silva – que vai fazer agora 88 anos –, um velhinho decente, engenheiro ferroviário, primeiro emprego. Então, disse que ia colocar os trens para funcionar. Eu ouvi a zoada lá por 90 dias, mas não trocou um dormente. V. Ex^a, que é engenheiro, sabe o que é um dormente; para o povo, é aquele pau que segura o ferro. Não trocou um dormente. Ganhou a eleição, ganharam...

Tabuleiro Litorâneo, que foi construído pelo Presidente Sarney. Está lá, parado. Há também o de Parnaíba e o de São Bernardo.

As ZPEs. Fala-se, fala-se. O Presidente Sarney implantou lá, sonhou... E tem ao menos prestígio por essa ligação, pois era Presidente da República. Isso foi antes de 1985, quando já se falava. Existe até o terreno entre Luís Correa e Parnaíba.

Quer dizer, essas são as coisas do Brasil. Vergonhoso, Senador Efraim e Deputado Sétimo, que tem como esposa a grande parnaibana, Prefeita de Timon.

A Ponte do Sesquicentenário está quase como a Ponte da Amizade. Era para os 150 anos de Teresina, e já está fazendo seis anos. Agora, no mesmo local, no mesmo rio, engenheiro Efraim Moraes, fiz uma ponte em 87 dias e coloquei o nome Wall Ferraz. No mesmo rio, em 87 dias, a ponte Wall Ferraz, com dinheiro do povo do Piauí, operários e engenheiros do Piauí. E convidei Fernando Henrique Cardoso para bailar, para ver a grandeza do povo. O Heráclito Fortes fez uma ponte em 100 dias. Há 100 anos, eles vão lá, e só há o esqueleto. É mentira.

Uma ponte de Luzilândia a São Bernardo: está lá somente o esqueleto.

O Hospital Universitário foi iniciado pelo Presidente Sarney. Isso já faz muito tempo – só ele voltando a ser Presidente. A Deputada Federal Francisca Trindade, do PT, falecida, reivindicou comigo, e fizemos um ambulatório, mas leito hospitalar não há. Começou com Sarney. Creio que ela morreu traumatizada e decepcionada. É a única estrela do PT que foi para o céu. O resto...

Transcerrado. Levamos, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, a eletrificação do cerrado, que produz grãos. Trata-se de um projeto grandioso, com linha-tronco de 230 kW de Canto do Buriti, São João e Eliseu Martins. Espalhou-se para garantir a produção do cerrado. Não está do jeito que deixei porque veio o inverno e os carros estão atolados. A Bunge está pensando em ir para a Argentina, porque a estrada está intransitável.

Pronto-socorro de Teresina. Eu era Prefeito de Parnaíba, Efraim, e o Heráclito era Prefeito de Teresina. Ele começou esse pronto-socorro. O Prefeito Firmino Filho, um excelente administrador, concluiu tudo, mas ficaram pendentes alguns convênios. Há quase cinco anos, vejo Luiz Inácio, todas as vezes em que vai lá, dizer que vai colocar os convênios para funcionar. O pronto-socorro que existe é o que construí em um ano, anexo ao Hospital Getúlio Vargas.

Aeroportos internacionais. Nesse caso, é mentira demais. Disse que há aeroportos internacionais em Parnaíba e em São Raimundo Nonato.

Olhe, outro dia fui em um teco-teco, Efraim. Saí do Sul, fui para lá e tive de mandar buscar gasolina, e em Teresina não há mais gasolina, nem teco-teco. E nunca dantes Parnaíba deixou de ter avião! Eu era menino, ia para São Luiz. Minha avó era da rua Alecrim, nº 380 – e pegava avião, Aerovias, Aeronorte, Cruzeiro e até a Paraense Transportes Aéreos, que a gente chamava de PTA, “Prepara a Tua Alma”, porque caía muito. Quando governei o Estado, no Piauí não houve um dia sem que pousasse um avião – da Taf, Taba, Nordeste. Agora, só há mentira. Não há nem gasolina.

Aeroporto de São Raimundo Nonato, onde Fernando Henrique Cardoso começou as comemorações dos 500 anos do Brasil. Fiz o aeroporto, onde o Presidente da República pousou e iniciou as comemorações dos 500 anos do Brasil, fato de que todo mundo é testemunha. E, para o Presidente, tem de haver segurança. Era um aeroporto que funcionava, mas entraram os aloprados e quebraram tudo. Só tem jumento no aeroporto. Niède Guidon disse que roubaram mais de 20 milhões lá.

Essa é a denúncia que apresentamos. Ninguém se lembra mais das PPPs, parcerias público-privadas. Agora é o PAC. Que ele se lembre do Piauí – que, pelo menos, tem o “P” – e termine as obras inacabadas, já que ele levou os votos todos do Piauí.

Esse é o nosso pedido, em nome do Piauí, ao Presidente Luiz Inácio.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB) – Encerrou-se na sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 40, de 2007**, de autoria do Senador João Durval, que *altera a Resolução nº 20, de 17 de março de 1993 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), dispondo sobre hipóteses de impedimento e afastamento de Senador*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 142/2007**, da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos, encaminhando assinaturas em apoio ao Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003.

O expediente, autuado em processo especial do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, vai à Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 263 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 369/2007/PS-GSE

Brasília, 8 de agosto de 2007

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 2.276, de 2003 (nº 212/2003 no Senado Federal), o qual “Institui a data de 16 de novembro como o Dia Nacional dos Ostromizados”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 11.506, de 19 de julho de 2007.

2. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– O ofício que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2003, e vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 370/PS-GSE

Brasília, 8 de agosto de 2007

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 7.410, de 2006 (nº 88/2006 no Senado Federal), o qual “Altera o § 4º do art. 7º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que instituiu o Programa Universidade para Todos (PROUNI), para dispor sobre a desvinculação dos cursos com desempenho insuficiente no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 11.509, de 20 de julho de 2007.

2. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– O ofício que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2006, e vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 371/2007/PS-GSE

Brasília, 8 de agosto de 2007

Assunto: Arquivamento de Projeto de Lei

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 7.342, de 2006 (PLS nº 48/2006), que “Altera o § 1º do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para estabelecer regime inicial de cumprimento e condições de progressão de regime para o cumprimento de pena”.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– O ofício que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2006, e vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 1.391/2007/SGM/P

Brasília, 13 de agosto de 2007

Assunto: Solicita esclarecimentos acerca da redação dada ao art. 2º, do PL nº 1.288/2007 (PLS nº 175/2007).

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Ofício GDRC Of. nº 66/2007, de sua Excelência Deputada Rita Camata, solicitando esclarecimentos sobre a redação dada ao art. 2º, do PL nº 1.288/2007 (PLS nº 175/2007), em revisão nesta Casa.

Atenciosamente, – **Arlindo Chinaglia**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Com referência ao ofício que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que, constatado lapso manifesto no texto do **Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2007**, enviado à Câmara dos Deputados, determinou a confecção e o envio de novos autógrafos àquela Casa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 466, DE 2007

Acrescenta parágrafo único ao art. 1.698, do Código Civil.

Art. 1º O artigo 1.698, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), fica acrescido do seguinte dispositivo:

“Parágrafo único. Havendo litisconsórcio passivo na ação de prestação alimentícia, qualquer decisão judicial somente será tomada após audiência das partes obrigadas a prestar alimentos.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se, igualmente, as demais disposições contrárias ao disposto no parágrafo único do art. 1º.

Justificação

Tem sido comum na justiça brasileira decisões que se apresentam de forma imoral nas prestações alimentícias, seja pela ânsia de se conseguir de imediato o benefício, seja para garantir a pretensão antes de se tentar todos os meios possíveis para o pagamento da pensão alimentícia. Com isso, os parentes mais próximos se eximem da responsabilidade de criarem seus filhos.

Não obstante, a teor do artigo 1.698, do Código Civil, a responsabilidade para a prestação alimentícia dos ascendentes é sucessiva e complementar e devida na forma de concorrência.

O nosso intuito é a de preservar o parente chamado à lide que se vê obrigado a pagar a pensão alimentícia, desde logo decretado pela justiça, sem lhe dar chance de indicar os demais parentes que deveriam contribuir na proporção dos respectivos recursos.

Se não for provada a impossibilidade dos pais ou dos demais parentes em prestar os alimentos, não se pode exigir que apenas um parente satisfaça a obrigação. Do contrário, sempre que o primeiro parente fosse acionado, sendo decretado, desde logo, o valor da pensão alimentícia, os demais parentes até que fossem chamados ao processo, ainda que desfrutassem de melhores condições financeiras, o alimentando usufruiria dos alimentos devidos somente do primeiro acionado.

Não deve o alimentando receber o benefício da pensão alimentícia sem que antes sejam ouvidos todos os demais parentes que devam concorrer com a lide, daí, nobres pares, a necessidade de se preservar o direito do parente que for apenado sozinho, ou seja, pagar de imediato a pensão e esperar não se sabe quanto tempo para que todos os concorrentes estariam sendo chamados ou quando estariam aceitando ou contestando a ação.

Portanto, como o recebido da pensão alimentícia não é devolvido, deve-se assegurar o mínimo de garantia, ainda que o alimentante venha reconhecer o seu dever de alimentar, evitando que somente o primeiro reclamado seja penalizado.

Do exposto, peço aos nobres Parlamentares que acolham a presente proposição; visando corrigir uma distorção da lei.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2007. – Senador **Romero Jucá**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CÓDIGO CIVIL

SUBTÍTULO III
Dos Alimentos

Art. 1.694. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.

§ 1º Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.

§ 2º Os alimentos serão apenas os indispensáveis à subsistência, quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia.

Art. 1.695. São devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento.

Art. 1.696. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.

Art. 1.697. Na falta dos ascendentes cabe a obrigação aos descendentes, guardada a ordem de sucessão e, faltando estes, aos irmãos, assim germanos como unilaterais.

Art. 1.698. Se o parente, que deve alimentos em primeiro lugar, não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, serão chamados a concorrer os de grau imediato; sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, todas devem concorrer na proporção dos respectivos recursos, e, intentada ação contra uma delas, poderão as demais ser chamadas a integrar a lide.

Art. 1.699. Se, fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as economias modernas exigem elevados níveis de poupança, eficiência, produtividade e investimento, para financiar de maneira adequada empreendimentos públicos e privados, necessários para assegurar estabilidade econômica e níveis elevados de crescimento.

Os fundos de pensão desempenham importante papel como fontes de poupança estáveis necessárias ao processo de desenvolvimento econômico e social. Constituem-se, ainda, em mecanismo moderno para tornar nossa economia mais aberta, mais competitiva, mais globalizada e com práticas comparáveis às vigentes no chamado “Primeiro Mundo”.

No Brasil, os fundos de pensão completam 30 anos de existência, acumularam um montante de recursos superior a 380 bilhões de reais, equivalentes a 16,7% do Produto Interno Bruto e contribuirão diretamente para o bem-estar atual e futuro da classe média brasileira. Além disso, representam uma opção mais moderna para a antiga aposentadoria funcional garantida pelo Tesouro Nacional.

Novas empresas e novas agências governamentais passaram a utilizar o mecanismo dos fundos de pensão, como instrumento de valorização do seu quadro de pessoal.

Como instituições fundamentais do capitalismo moderno, os fundos de pensão contribuíram para o processo de privatização de diversas empresas públicas, reduzindo os excessos do antigo setor estatal, dando mais eficiência e dinâmica à economia, como um todo.

Os fundos de pensão norteiam seus investimentos por uma lógica de longo prazo, diversamente dos parâmetros observados pelo mercado financeiro, baseados na lucratividade de curto prazo, que envolve um componente de natureza especulativa.

Como investidores institucionais, os fundos de pensão trabalham com um horizonte temporal mais longo do que o investidor individual, podendo financiar empreendimentos necessários ao desenvolvimento da economia, com prazo de retorno de longo prazo.

A crise das finanças públicas, que se agravou a partir dos anos 80, realça o papel estratégico dos fundos de pensão, como ferramentas essenciais ao desenvolvimento da economia.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de destacar o papel desempenhado pelo fundo de pensão que tem como mantenedora uma das maiores instituições nacionais: a Caixa Econômica Federal.

A Caixa, além de sua missão relevante como agente financeiro governamental, tem preocupação especial com seu quadro de funcionários e apóia de forma incontestada a Funcef, entidade fechada de previdência complementar, organizada sob a forma de fundação.

A Caixa Econômica, cumprindo seu papel de entidade patrocinadora, tem zelado pela política de aplicações da Funcef, que privilegia o equilíbrio atuarial, a ética, a prudência, a transparência, a eficácia e a profissionalização dos seus dirigentes.

O patrimônio da Funcef atingiu a cifra de R\$24,9 bilhões, em dezembro de 2006, o que demonstra o trabalho incansável desenvolvido pela atual administração, que enfrentou momentos difíceis, decorrentes de investimentos realizados no passado sem o devido rigor técnico.

A construção de um novo plano de benefícios, a mudança do estatuto, a eleição para representan-

tes dos participantes e a criação dos Comitês de Ética, Benefícios e Investimentos são conquistas dos servidores da Caixa Econômica e da Funcef que merecem destaque e apontam para um futuro de sucesso e vitórias.

Quero, neste momento, me congratular com os servidores da Caixa Econômica Federal e, particularmente, com os associados da Funcef e seus dirigentes, pelo trabalho relevante que estão realizando no campo da previdência social e no desenvolvimento de nossa economia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão de amanhã será dedicado a comemorar os 180 anos da criação dos Cursos Jurídicos no Brasil, de acordo com o **Requerimento nº 503, de 2007**, do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

Às 16 horas

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 369, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2007, *que acresce e altera dispositivos das Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.893, de 13 de julho de 2004, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 11.457, de 16 de março de 2007, e 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para criar a Secretaria Especial de Portos, e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 369, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 18-9-2007

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 23, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 372, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2007, *que dispõe sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos depósitos a vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006; altera as Leis nºs 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e 11.322, de 13 de julho de 2006; e dá outras providências* (proveniente da Medida Provisória nº 372, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 7-7-2007)

Prazo final (prorrogado): 3-10-2007

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 24, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007, *que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios* (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 9-7-2007)

Prazo final (prorrogado): 5-10-2007

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que

aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO**Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que *estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

6

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).*

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 13, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.*

Pareceres sob nºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: Relator: Senador Luiz Otávio (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 57, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos*

sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2007

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2007

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.*

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso*

ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.*

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001,

na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora ad hoc: Senadora Maria do Carmo Alves.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos*.

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias*.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal*.

20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 204, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Arthur Virgílio.

21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 502, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como*

o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 503, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 504, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 4, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Augusto Botelho.

26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 25, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.*

Parecer favorável, sob nº 345, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, celebrada em 30 de agosto de 1961.*

Parecer favorável, sob nº 385, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD.*

Parecer favorável, sob nº 277, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 346, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e*

o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

34

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

35

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos,*

celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. DEM – PB)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia DEM – Antonio Carlos Júnior* (S) DEM – César Borges* PDT – João Durval **	Rio Grande do Sul BLOCO-PT – Paulo Paim* BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi* PMDB – Pedro Simon**	Amazonas PSDB – Arthur Virgílio* PDT – Jefferson Péres* BLOCO-PT – João Pedro** ^(S)
Rio de Janeiro BLOCO-PRB – Marcelo Crivella* PMDB – Paulo Duque* (S) BLOCO-PP – Francisco Dornelles **	Ceará BLOCO-PSB – Patrícia Saboya* PSDB – Tasso Jereissati* BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**	Paraná BLOCO-PT – Flávio Arns* PDT – Osmar Dias * PSDB – Alvaro Dias **
Maranhão DEM – Edison Lobão* PMDB – Roseana Sarney * BLOCO-PTB – Epitácio Cafeteira **	Paraíba DEM – Efraim Morais* PMDB – José Maranhão* PSDB – Cícero Lucena **	Acre PMDB – Geraldo Mesquita Júnior* BLOCO-PT – Sibá Machado* ^(S) BLOCO-PT – Tião Viana**
Pará PSOL – José Nery* (S) PSDB – Flexa Ribeiro* ^(S) PSDB – Mário Couto**	Espírito Santo PMDB – Gerson Camata* BLOCO-PR – Magno Malta* BLOCO-PSB – Renato Casagrande**	Mato Grosso do Sul BLOCO-PT – Delcídio Amaral * PMDB – Valter Pereira* ^(S) PSDB – Marisa Serrano**
Pernambuco DEM – Marco Maciel* PSDB – Sérgio Guerra* PMDB – Jarbas Vasconcelos**	Piauí DEM – Heráclito Fortes* PMDB – Mão Santa * BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**	Distrito Federal PDT – Cristovam Buarque * DEM – Adelmir Santana * ^(S) PTB – Gim Argello** ^(S)
São Paulo BLOCO-PT – Aloizio Mercadante* DEM – Romeu Tuma* BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**	Rio Grande do Norte PMDB – Garibaldi Alves Filho * DEM – José Agripino* DEM – Rosalba Ciarlini**	Tocantins BLOCO-PR – João Ribeiro * PMDB – Leomar Quintanilha* DEM – Kátia Abreu**
Minas Gerais PSDB – Eduardo Azeredo* PMDB – Wellington Salgado de Oliveira* ^(S) DEM – Eliseu Resende**	Santa Catarina BLOCO-PT – Ideli Salvatti* PMDB – Neuto De Conto * ^(S) DEM – Raimundo Colombo **	Amapá PMDB – Gilvam Borges* PSDB – Papaléo Paes* PMDB – José Sarney **
Goiás DEM – Demóstenes Torres * PSDB – Lúcia Vânia* PSDB – Marconi Perillo**	Alagoas PMDB – Renan Calheiros* PSDB – João Tenório* ^(S) BLOCO-PTB – Fernando Collor**	Rondônia BLOCO-PT – Fátima Cleide* PMDB – Valdir Raupp* BLOCO-PR – Expedito Júnior**
Mato Grosso DEM – Jonas Pinheiro * BLOCO-PT – Serys Slhessarenko* DEM – Jayme Campos **	Sergipe PMDB – Almeida Lima* BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares* DEM – Maria do Carmo Alves **	Roraima BLOCO-PT – Augusto Botelho* PMDB – Romero Jucá* BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Exedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT)⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: somcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayne Campos – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago) ¹

Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmiir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (9 titulares e 9 suplentes)

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO (7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE (7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Shessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) ¹
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa (vago)	1. Valdir Raupp
	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM

Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT**

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha ⁸
Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana ³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. João Pedro (PT) ²	AM	1166
(vago)			2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
Epitácio Cafeteira (PTB) ¹	MA	1402	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ^{6,9}	AM	1413
Marisa Serrano ^{7,10}	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (DEM/SP)					2051

(Atualizada em 4.7.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Shessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão.

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 27.6.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 27.6.2007.

⁸ Eleito em 27.6.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 4.7.2007.

¹⁰ Eleita na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 4.7.2007.

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (DEM-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2 4 5}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

⁵ O Senador Alvaro Dias retornou ao exercício do mandato em 31 de julho de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko¹

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda¹

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

¹. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ADELMIR SANTANA			
Requerimento nº 892, de 2007, que requer a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Oficial Bombeiro do Distrito Federal Major Luiz Henrique Andrade Barbosa ocorrido em trágico acidente de helicóptero no dia 9 de agosto de 2007, em Ceilândia. Requer, também, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da família do Major Luiz Henrique Andrade Barbosa.	137	zado nacionalmente. Aparte ao Senador Gilvam Borges.	330
Requerimento nº 893, de 2007, que requer a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Oficial Bombeiro do Distrito Federal Capitão José Frederico Assunção Magalhães ocorrido em trágico acidente de helicóptero no dia 9 de agosto de 2007, em Ceilândia. Requer, também, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da família do Capitão José Frederico Assunção Magalhães.	137	Demonstração de apoio ao discurso do Senador Cristovam Buarque, sobre “ O Brasil cansado e o Brasil acomodado”. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	344
Requerimento nº 895, de 2007, que requer a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Oficial Bombeiro do Distrito Federal Sargento Lélio Antônio da Rocha ocorrido em trágico acidente de helicóptero no dia 9 de agosto de 2007, em Ceilândia. Requer, também, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da família do Sargento Lélio Antônio da Rocha.	138	Esclarecimentos acerca da aprovação do Projeto de Lei nº 43, que faz algumas alterações na lei geral da Micro e Pequena Empresa, a Lei nº 123. .	348
Requerimento nº 901, de 2007, que requer que a homenagem ao Dia do Comerciante, inicialmente marcada para o dia 23 próximo, seja transferida para a Hora do Expediente da Sessão do dia 30 de agosto.	143	ALOIZIO MERCADANTE	
Homenagem de pesar pela morte de três oficiais do corpo de bombeiro em acidente de helicóptero.	227	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.....	9
Considerações acerca do poder de legislação competente as agências reguladoras. Aparte ao Senador Delcídio Amaral.	228	ALVARO DIAS	
Comentários acerca da qualidade do ensino prestado pelas escolas do Sesc, que é padroni-		Apresentação de reivindicações do Estado do Paraná e de investimentos necessários para o desenvolvimento do País.	99
		Apresentação de emenda à Constituição e projeto de lei complementar que tem por objetivo estabelecer a discussão em torno do número de parlamentares.	99
		Requerimento nº 888, de 2007, que requer a inserção em ata de Oto de aplauso ao empresário Assis Gurgacz, pela passagem, hoje, do oitavo aniversário de fundação da Faculdade Assis Gurgacz, instituição de ensino superior com sede na Avenida das Torres, nº 500, no Município de Cascavel, Estado do Paraná, pelo trabalho realizado em prol da educação naquele Estado.	135
		Projeto de Lei do Senado nº 446, de 2007, que altera o art. 77 da Lei de Registros Públicos, a fim de possibilitar o registro do óbito no lugar em que residia o falecido, além do lugar do falecimento.	158
		Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2007, que acrescenta o inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto de renda das Pessoas Físicas quaisquer	

	Pág.		Pág.
rendimentos recebidos por maiores de 75 (setenta e cinco) anos de idade, desde que não recebam rendimentos de aposentadoria, reforma ou pensão superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.	160	ARTHUR VIRGÍLIO	
Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2007 (Complementar), que altera a Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993, para determinar novo número máximo de Deputados Federais.	193	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	24
Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 2007, que modifica os § 1º e 2º do art. 46 da Constituição Federal para reduzir o número de Senadores de três para dois, por Estado e pelo Distrito Federal.	204	Alerta a respeito da economia internacional. Para que o Brasil aproveite a volatilidade das bolsas européias e invista em reformas estruturais.	119
Proposta de Emenda à Constituição nº 68, de 2007, que modifica o <i>caput</i> do art. 27 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação nas Assem idéias Legislativas, e dá outras providências.	206	Registro da Indicação 863, de 2007, dos Deputados Gustavo Fruet e Vanderlei Macris, que sugerem ao Ministério da Defesa instauração de processo administrativo e disciplinar para apurar a conduta do Diretor-Presidente e demais diretores da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC.	122
Proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 2007, que modifica o inciso 1º do art. 45 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação na Câmara dos Deputados.	211	Requerimento nº 884, de 2007, que solicita informações ao sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre empréstimo contraído pela cooperativa Nova Amafrutas junto ao Banco da Amazônia.	132
Proposta de Emenda à Constituição nº 70, de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 29 da Constituição Federal, atribuindo competência ao Tribunal Superior Eleitoral para fixar o número de vereadores dos municípios.	214	Projeto de Lei do Senado nº 457, de 2007, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas.	172
Abordagem sobre a situação da economia nacional, para alertar o Governo brasileiro das dificuldades que advirão da turbulência internacional. ..	393	Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2007, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Tabatinga, Estado do Amazonas.	176
Justificação pela apresentação de requerimento de voto de aplauso ao empresário Assis Gurgacz, pela passagem do oitavo ano de fundação da Faculdade Assis Gurgacz.	393	Registro do artigo intitulado "Ideologia, também quero uma", de autoria da atriz Cristiane Troloni, publicado no jornal O Globo, edição de 7 de agosto de 2007, sobre a destruição da Floresta amazônica.	238
ANTONIO CARLOS JUNIOR		Repúdio ao veto do Governador da Bahia ao projeto que concede amparo aos autistas.	238
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	48	Registro da realização da primeira Conferência dos Movimentos Sociais de Itacoatiara e Região.	238
ANTÔNIO CARLOS VALADARES		AUGUSTO BOTELHO	
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	43	Considerações sobre políticas que conduzam a utilização das riquezas disponíveis em terras indígenas.	91
Requerimento nº 880, de 2007, que requer homenagem de pesar ao falecimento do pintor e artista plástico José Inácio.	88	CÉSAR BORGES	
Justificativa aos requerimentos de homenagem de pesar.	89	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	3
Requerimento nº 881, de 2007, que requer homenagem de pesar ao falecimento da professora e escritora Ofenísia Soares Freire.	89	CRISTOVAM BUARQUE	
		Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	32

Pág.	Pág.		
<p>Lembrança ao aniversário de 62 anos do lançamento das bombas atômicas durante a Segunda Guerra Mundial. Senador Cristovam Buarque.</p> <p>Comentários acerca da responsabilidade social de todos os brasileiros, sobre a realidade do Brasil.</p> <p>Requerimento nº 883, de 2007, que requer a autorização para que seja autorizada, no dia 11 de outubro de 2007, Sessão Especial em homenagem ao Dia da Criança, que acontece em 12 do mesmo mês, com o objetivo de se discutir e encontrar meios para inclusão social das crianças do nosso País.</p> <p>Requerimento nº 897, de 2007, que requer que sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Trabalho, informações sobre aquisições de terra e de empreendimentos agrícolas e agroindustriais vinculados à produção de etanol e de biodiesel por capital estrangeiro nos últimos cinco anos.</p> <p>Requerimento nº 898, de 2007, que requer que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Justiça, informações sobre aquisições de terra e de empreendimentos agrícolas e agroindustriais vinculados à produção de etanol e de biodiesel por capital estrangeiro nos últimos cinco anos.</p> <p>Requerimento nº 899, de 2007, que requer que sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, informações sobre aquisições de terra e de empreendimentos agrícolas e agroindustriais vinculados à produção de etanol e de biodiesel por capital estrangeiro nos últimos cinco anos.</p> <p>Requerimento nº 900, de 2007, que requer que sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, informações sobre aquisições de terra e de empreendimentos agrícolas e agroindustriais vinculados à produção de etanol e de biodiesel por capital estrangeiro nos últimos cinco anos.</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 449, de 2007, que altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir a participação dos pais em reuniões escolares como condição adicional para o benefício do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação – “Bolsa Escola”.</p> <p>Crítica à educação pública brasileira, que deveria ser padronizada e para isso seria necessária a federalização. Aparte ao Senador Gilvam Borges.</p> <p>Homenagem à Senadora Heloísa Helena. Aparte ao Senador José Nery.</p> <p>A existência dos dois Brasis: “O Brasil cansado e um Brasil acomodado”. Congratulações àqueles que irão às ruas fazer um minuto de silêncio em protesto contra a corrupção.</p>	<p>127</p> <p>127</p> <p>131</p> <p>138</p> <p>139</p> <p>141</p> <p>142</p> <p>163</p> <p>329</p> <p>338</p> <p>338</p>	<p>Considerações sobre o julgamento de ética, que não pode ser feito de maneira política. Aparte ao Senador João Durval.</p> <p>Homenagem ao Senador Antônio Carlos Magalhães por duas de suas idéias, eficientes e justas, o orçamento impositivo e a criação de um fundo para a erradicação da pobreza. Aparte ao Senador Adelmir Santana.</p> <p>Observação acerca da relação entre eficiência e justiça no uso do dinheiro público para que a política se justifique e traga efeito. Aparte ao Senador Adelmir Santana.</p> <p>Comentário acerca do desempenho do Presidente Lula. Aparte ao Senador Sibá Machado. .</p> <p>Questiona o discurso proferido pelo Senador Renan Calheiros no dia nove de agosto de 2007. Aparte ao Senador Wellington Salgado de Oliveira.</p> <p>Afirmção de que o Brasil precisa de “um susto” para que a classe dirigente passe a tratar com seriedade os problemas que afligem a nação.</p> <p>DELCÍDIO AMARAL</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2007, que altera a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, para definir critérios objetivos à indicação de diretores de agências reguladoras, bem como disciplinar o período de vacância que anteceder à nomeação de novo Conselho ou Diretor.</p> <p>Projeto de Resolução nº 44, de 2007, que insere parágrafos no art. 383 do Regimento interno do Senado Federal para prever as informações a serem colhidas pelas comissões, sobre os indicados para exercer os cargos de que trata o art. 52, III e IV, da Constituição.</p> <p>Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 2007, que atribui à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal competência para convocar diretores de agências reguladoras para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, atribui ao Senado Federal competência para avaliar o desempenho das agências reguladoras e de seus dirigentes e impede o contingenciamento de repasse de recursos orçamentários às agências reguladoras.</p> <p>Defesa acerca da autonomia e independência das agências reguladoras brasileiras e propostas para melhoria de seu funcionamento.</p> <p>DEMÓSTENES TORRES</p> <p>Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.</p>	<p>347</p> <p>351</p> <p>351</p> <p>355</p> <p>361</p> <p>377</p> <p>192</p> <p>197</p> <p>218</p> <p>227</p> <p>80</p>

IV

	Pág.		Pág.
Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2007, que altera a Lei de Execução Penal para dispor sobre a assistência educacional devida aos presos.	188	reservado e comentários a respeito do ocorrido com os pugilistas cubanos. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	234
Projeto de Lei do Senado nº 462, de 2007, que altera o art. 126 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir os veículos sinistrados, com laudo de perda total e integralmente indenizados por companhia seguradora, entre aqueles sujeitos a baixa obrigatória de registro.	189	FLÁVIO ARNS	
		Registro de Missão Oficial no 21º Jamboree Mundial, realizado em Chelmsford, Inglaterra.	103
EDISON LOBÃO		Apelo para que cada estado destine orçamento para criação de grupos escoteiros, a favor da criança e da juventude.	103
		FLEXA RIBEIRO	
Dificuldades burocráticas que complicam a evolução de obras governamentais, em especial de duas usinas extraordinárias no rio Tocantins. Aparte ao Senador Valdir Raupp.	401	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	19
Discurso em favor da aprovação do Projeto de lei nº 1.154/95, que admite a aposentadoria por idade ou invalidez ao trabalhador rural que preste serviço a mais de um empregador e não tenha carteira de trabalho e previdência.	411	FRANCISCO DORNELES	
		Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	39
EDUARDO AZEREDO		GARIBALDI ALVES FILHO	
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	21	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	35
EDUARDO SUPLICY		Projeto de Lei do Senado nº 463, de 2007, que extingue a obrigatoriedade do registro das admissões e dispensas de empregados regidos pela legislação celetista e determina a disponibilização ao público de todas as informações contidas na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP.	190
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	29	Considerações acerca das agências reguladoras e a indicação de cargos. Aparte ao Senador Delcídio Amaral.	231
Homenagem a Hebert de Souza, o Betinho, pelos dez anos de sua morte.	106	GILVAM BORGES	
Relato de conferência sobre o tema “O Microcrédito e a Renda Básica de Cidadania como instrumento para erradicar a pobreza absoluta e promover o empreendedorismo e o desenvolvimento”.	106	Requerimento nº 902, de 2007, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2007 que, “Modifica a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a adesão de escolas de nível médio, pessoas jurídicas prestadoras de serviços de corretagem de seguros e representação comercial ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.	143
Registro de declaração do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) com esclarecimentos a respeito dos pugilistas cubanos que deixaram o Brasil.	126		
Referência ao desejo de liberdade para que todos os membros das Américas possam escolher onde estudar, viver e trabalhar. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	130		
Requerimento nº 889, de 2007, que requer que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da Sessão Ordinária do dia 11 de setembro de 2007 seja dedicado à memória das vítimas de atentados terroristas ao redor do mundo.	136		
Informações acerca de reunião com Embaixador Marcelo Pio Corrêa sobre a criação do serviço			

	Pág.		Pág.
Comentários acerca da chegada do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) ao Amapá.	327	Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2007, que altera o art. 14 da Constituição Federal para impor a necessidade de licença ao Chefe de Poder Executivo que pretenda a reeleição.	199
Transferência de titularidade de terras pertencentes à União para o Estado do Amapá, para obtenção de linhas de crédito, financiamento e instalações de unidades governamentais.	369	JAYME CAMPOS	
Agradecimentos ao Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, pela cooperação da Caesb na reestruturação da Companhia de Águas e Esgotos do Amapá - CAESA.	369	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	18
GIM ARGELLO		JOÃO DURVAL	
Projeto de Lei do Senado nº 459, de 2007, que autoriza a criação do Centro Federal de educação tecnológica do Distrito Federal – CEFET/DF.	180	Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2007, que dá nova redação ao § 3º do art. 17 da Constituição Federal, de modo a disciplinar o acesso aos recursos do fundo partidário.	202
HERÁCLITO FORTES		Referências ao artigo publicado no <i>Jornal do Brasil</i> , do jornalista Mauro Santayana que chama atenção para a crise de valores do mundo contemporâneo.	346
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	37	Projeto de Resolução nº 40, de 2007, que altera a Resolução nº 20, de 17 de março de 1993 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), dispendo sobre hipóteses de impedimento e afastamento de Senador.	414
Comentário sobre Missão Oficial no 21º Jamboree Mundial, realizado em Chelmsford, Inglaterra, pelo Senador Flávio Arns. Aparte ao Senador Flávio Arns.	103	JOÃO PEDRO	
Homenagem a Hebert de Souza, o Betinho, pelos dez anos de sua morte. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.	106	Comentário a respeito dos pugilistas cubanos que foram repatriados.	121
Saudação a delegação de Parlamentares do Irã em visita ao Brasil. Aparte ao Senador João Pedro.	121	Registro de pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre políticas públicas do Brasil, México e Chile, com avaliação do programa Bolsa Família.	121
Comentário acerca do tratamento que governo brasileiro prestou aos atletas cubanos que foram repatriados. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	129	JOSÉ AGRIPINO	
Encaminhamento à votação do Requerimento nº 885, de 2007 que solicita a realização, no próximo dia 8 de outubro, de sessão especial destinada a homenagear a memória de Ernesto Che Guevara.	238	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	30
Comentário sobre pouso forçado de avião, contendo 15 Deputados, em Guarulhos.	238	JOSÉ NERY	
INÁCIO ARRUDA		Requerimento nº 885, de 2007, que requer que o Senado realize sessão especial em Homenagem à memória de Ernesto Che Guevara, quando se completarem 40 anos de sua morte.	132
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	46	Requerimento nº 886, de 2007, que requer que o Senado encaminhe votos de louvor à Sociedade Paranaense de Defesa dos Direitos Humanos, pelo transcurso de seu 30º aniversário, em 8 de agosto de 2007.	133
JARBAS VASCONCELOS		Considerações acerca da utilização dos recursos federais. Aparte ao Senador Gilvam Borges. .	331
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	36		

	Pág.		Pág.
Relato de audiência pública realizada no dia 09 de agosto, no âmbito da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, da Comissão de Direitos Humanos do Senado.	333	Requerimento nº 896, de 2007, que requer que seja consignado, nos anais do Senado, voto de pesar para o ex-Prefeito de Ecoporanga, Senhor Chico Coletor. Requer, ainda, que o voto de pesar seja encaminhado à família do falecido.	138
Homenagem aos 30 anos de criação da Sociedade Paranaense de Defesa dos Direitos Humanos e todos seus funcionários, em especial à professora Iza Cunha.	333	MÃO SANTA	
Registro de campanha unificada pela melhoria das condições de trabalho e por melhoria salarial, que reuniu todos os sindicatos da categoria nos diversos municípios e regiões do Estado do Pará.	337	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	41
JOSÉ SARNEY		Homenagem à Anita Garibaldi e sua contribuição para a história do Brasil e da mulher. Aparte ao Senador Neuto de Conto.	88
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	14	Considerações acerca do direito à liberdade proferido na Declaração Universal dos Direitos Humanos.	95
Ponderações a respeito das afirmações feitas pelo senador Heráclito Fortes sobre o caso dos pugilistas cubanos. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	237	Considerações acerca do direito à liberdade proferido na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. ..	129
LÚCIA VÂNIA		Considerações acerca das agências reguladoras e a indicação de cargos. Aparte ao Senador Delcídio Amaral.	231
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	83	Encaminhamento à votação do Requerimento nº 885, de 2007 que solicita a realização, no próximo dia 8 de outubro, de sessão especial destinada a homenagear a memória de Ernesto Che Guevara.	238
Síntese do trabalho desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), no desenvolvimento da segurança alimentar, apontado no relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, FAO.	242	Comentário acerca da atuação governamental, dos deveres de um líder, que deve ser justo e corajoso. Aparte ao Senador Wellington Salgado de Oliveira.	359
MAGNO MALTA		Críticas á CPMF, que cobra mais dos pobres do que dos ricos, pois tem uma característica regressiva.	363
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	44	Crítica ao rumo que a política brasileira está tomando, crítica à CPMF, à corrupção e principalmente ao veto para o aumento dos salários dos aposentados. .	373
Comentários sobre a eficácia da Polícia Federal ao prender o traficante colombiano Juan Abadia. ..	118	Comentários acerca dos discursos proferidos pelos senadores Cristovam Buarque e Sibá Machado. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	382
Inconformidades a respeito da atitude do Governo ao devolver os boxeadores cubanos.	118	Críticas à doação de 200 mil hectares de terras piauienses à JB Carbon S.A.. Aparte ao Senador Sibá Machado.	386
Considerações acerca das regras para adoção no Brasil.	118	Comentários acerca da falta de assistência aos trabalhadores do campo, principalmente aos mais idosos que não têm direito a aposentadoria.	412
Requerimento nº 882, de 2007, que requer a inserção em ata do voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, Líder de cartel colombiano. Requer, ainda, que o voto de aplauso seja encaminhado ao órgão competente.	131	Apelo ao presidente para que termine as obras inacabadas no Piauí.	413
Requerimento nº 894, de 2007, que requer que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso para o Senhor Rodrigo Alves Gonçalves. Requer, ainda que voto de aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.	137	MARCELO CRIVELLA	
		Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	47

	Pág.		Pág.
Oposição aos elevados lucros obtidos pelos bancos privados que operam no Brasil, lucros esses, que estão ligados a desigualdade social. ...	96	Comentário acerca do descuido governamental na infra-estrutura brasileira. Aparte ao senador Cristovam Buarque.	383
Considerações acerca da banalização da violência, principalmente no Rio de Janeiro. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	128	Crítica ao desempenho governamental, levantado pontos como transporte escolar, situação das prefeituras e condições das estradas.	395
Considerações acerca das agências reguladoras e sua influência no desenvolvimento econômico brasileiro. Aparte ao Senador Delcídio Amaral.	230	NEUTO DE CONTO	
Comentário a respeito dos pugilistas cubanos que foram repatriados. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	235	Recomendação da leitura do livro <i>Garibaldi e Anita – Os Amantes da Liberdade em Dois Mundos de Guerras</i> , do Jornalista Paulo Ramos Derengoski. .	87
MARCO MACIEL		OSMAR DIAS	
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	13	Requerimento nº 890, de 2007, que requer tramitação conjunta do PLC nº 44/2007 com o PLS nº 473/2003.	136
MARCONI PERILLO		PAPALÉO PAES	
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	84	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	6
Projeto de Lei do Senado nº 450, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal Cora Coralina no Município de Goiás – GO, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás.	165	Comentário sobre a necessidade de um sistema de saneamento básico à altura da saúde pública. Aparte ao Senador Gilvam Borges.	371
Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Anápolis, no estado de Goiás.	166	Importância da criação das Zonas de Processamento de Exportação para o desenvolvimento regional e expectativas para edição de uma medida provisória que regulamente a lei que autoriza o funcionamento de 17 ZPEs.	392
Projeto de Lei do Senado nº 452, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Formosa, no Estado de Goiás.	167	PAULO PAIM	
Projeto de Lei do Senado nº 453, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Itumbiara, no Estado de Goiás.	168	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	80
Projeto de Lei do Senado nº 454, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Luziânia, no Estado de Goiás.	169	Registro da posse do novo presidente da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, Heron de Oliveira.	242
Projeto de Lei do Senado nº 455, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Iporá, no Estado de Goiás. ..	170	PEDRO SIMON	
Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Uruaçu, no Estado do Goiás.	171	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	22
MARIO COUTO		Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2007, que dispõe sobre auxílio financeiro da União aos Institutos Históricos e Geográficos.	162
Considerações acerca da falta de infra-estrutura do País, principalmente do Pará. Aparte ao Senador Alvaro Dias.	102	RENAN CALHEIROS	
		Denúncia de tentativa de fraude à lei brasileira na transferência societária da TVA. Informação do recebimento por S. Exa., e envio ao Conselho de	

VIII

	Pág.		Pág.
Ética, de documento da empresa Schincariol, desmentindo interferência de S. Exa. na transação de compra de uma unidade de empresa no Nordeste.	124	SÉRGIO ZAMBIASI	
Requerimento nº 887, de 2007, que requer ao Ministro de Estado das Comunicações, a remessa do inteiro teor dos votos dos membros do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações na decisão que concedeu anuência prévia à operação de reestruturação societária e transferência de controle e de outorgas de empresas do grupo Abril e da empresa de Telecomunicações de São Paulo S.A. – TELESP/ Telefônica (Processo nº 53500.031770/2006).	134	Requerimento nº 891, de 2007, que requer que seja tornado sem efeito o requerimento nº 565/2007, anteriormente apresentado à Mesa Diretora desta Casa, cujo teor solicita a realização de Sessão Especial , em 24 de agosto de 2007, com objetivo de homenagear a memória do ex-Presidente da república, sr. Getúlio Vargas, pelo transcurso do 53º aniversário de seu falecimento. Requer, outrossim, que seja destinada parte da Sessão Deliberativa do dia 29 de agosto de 2007 – Hora do Expediente – para realização da referida homenagem.	137
RENATO CASAGRANDE		SIBÁ MACHADO	
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	43	Comentário acerca da proposta onde o Ministério da Educação se encarregaria dos ensinios infantil, fundamental e médio, enquanto o ensino superior seria responsabilidade de outro ministério. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	342
ROMERO JUCÁ		Comentários acerca da importância da aprovação do Supersimples, para resolver o problemas como a reforma tributária e a guerra fiscal e diminuir a busca por renda transferida. Aparte ao Senador Adelmir Santana.	349
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	34	Investimentos em turismo feitos pelo estado do Acre.	352
Elogios ao trabalho realizado pela Defensoria Pública da União e apelo no sentido de que a mesma tenha garantida sua autonomia orçamentária e financeira.	402	Considerações acerca da evolução da economia e da política internacional brasileira.	352
Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1.698, do Código Civil.	416	Correção a uma afirmação no discurso do Senador Cristovam Buarque, onde esclarece que os gasodutos de longa distância são bastante recentes, datando da segunda metade da década de 90. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	381
Importância do fundo de pensão para o desenvolvimento da economia, onde destaca o papel da Caixa Econômica e da Funcef.	417	Relato do Projeto de Lei da Câmara nº 115/2006, de iniciativa do Deputado Francisco Rodrigues, que trata da rede de adesão das micro e pequenas empresas para a simplificação do registro dessas empresas.	383
ROMEU TUMA		Anúncio, feito na reunião de Governo, da redução do desmatamento no bioma amazônico. ...	383
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	20	TASSO JEREISSATI	
Homenagem ao Dia do Advogado e aos 180 anos dos primeiros cursos jurídicos brasileiros. Aparte ao Senador Valter Pereira.	93	Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.....	7
Comentários sobre a Operação Farrapos, realizada pela Polícia Federal brasileira em combate ao tráfico de drogas.	98	TIÃO VIANA	
ROSEANA SARNEY		Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	11
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	85		
SÉRGIO GUERRA			
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	40		

	Pág.		Pág.
Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2007, que altera o art. 114 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a configuração interna das aeronaves utilizadas nos serviços de transporte aéreo público de passageiros.	187	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
Projeto de Resolução nº 43, de 2007, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre o processo de apresentação, de tramitação e de aprovação dos projetos de lei de consolidação.	196	Requerimento nº 903, de 2007, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 398, de 2007 que, “Altera o art. 141 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o aumento de pena no caso de crime contra a honra praticado pela internet, e o art. 14 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para estabelecer que a autoridade policial deverá, no momento da comunicação do crime, acessar o sítio indicado e imprimir o material ofensivo, lavrando o respectivo termo, em que certificará a consumação do delito”, seja ouvida a comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática por estar no âmbito da sua competência.	143
Êxito da política de controle sobre o desmatamento e da redução do desmatamento na Amazônia.	371	Informa que apresentará a Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia um requerimento convocando membros da Anatel, da empresa espanhola Telefônica e representantes da Abril em vista de denúncia feita pelo Senador Renan Calheiros.	126
Lançamento, no dia 13 de agosto de 2007, pelo Partido dos Trabalhadores, da campanha nacional pela aprovação da Lei Complementar à Emenda 29, o denominado “PAC da Saúde”.	371	Considerações acerca do investimento monetário na educação. Aparte ao Senador Gilvam Borges.	331
VALDIR RAUPP		Anúncio de apresentação de requerimento solicitando audiência pública com representantes da Editora Abril, da empresa espanhola Telefônica e da Anatel para esclarecerem denúncias de irregularidades feitas pelo Presidente do Senado, Renan Calheiros, relativas ao processo de transferência societária da TVA à Telefônica.	357
Homenagem à memória do Senador Antonio Carlos Magalhães.	28	Esclarecimentos acerca do funcionamento da concessão.....	357
Comentários acerca da infra-estrutura brasileira, que precisa de programas com continuidade, como o PAC, Programa de Aceleração do Crescimento. Aparte ao Senador Mário Couto.	398		
Considerações sobre os investimentos das usinas hidrelétricas do rio Madeira, no Estado de Rondônia e comemoração pelo anúncio do leilão de compra de energia elétrica da futura Usina Hidrelétrica de Santo Antônio.	400		
VALTER PEREIRA			
Homenagem ao Dia do Advogado, aos 180 anos dos primeiros cursos jurídicos brasileiros e a todos os advogados do Brasil.	92		